EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº123 TERÇA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1997 BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS
2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS
3º – Joel de Hollanda – PFL – PE
4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF.
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antônio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 10ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE JULHO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 123, de 1997 (nº 753/97, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1997, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.470, de 10 de julho de 1997. 13945

Nº 125, de 1997 (nº 759/97, na origem), de 10 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome de Senhor Bassul Athuil Netto, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun..... 13945

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 117/97, de 4 do corrente, do Ministro do Trabalho, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 381, de 1997, do Senador João Rocha. 13947

Nº 551/97, de 8 do corrente, do Ministro da Fazenda, em aditamento ao Aviso nº 412/97, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 238, de 1997, do Senador Ernandes Amorim. 13947

1.2.3 – Ofícios

Nº 135/97, de 8 do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte declarou a constitucionalidade do art. 7º da Lei nº 7.787, de 30-6-89, do art. 1º da Lei nº 7.894, de 24-11-89 e do art. 1º da Lei nº 8.147, de 28-12-90, com relação às empresas exclusivamente prestadoras de serviços. 13947

Nºs 1.141 e 1.155/97, de 8 do corrente, do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, de substituições de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.524-9, de 1997. 13948

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 124, de 1997 (nº 757/97, na origem), de 10 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da Republica solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil – Prodetab. 13948

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1997, de autoria do Senador Flaviano Melo, que dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares, e dá outras providências. 13948

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Relatando a participação de S. Exª no Encontro Internacional por uma Estratégia Comum, em Caracas – Venezuela, visando tratar da dívida externa dos países latino-americanos. 13949

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Análise crítica dos três anos do Plano Real. 13954

SENADOR *JOEL DE HOLLANDA* – Leitura da "Carta de Cabrobó", sugerindo medidas para a retomada do desenvolvimento da região do São Francisco, resultante de missão econômica multiinstitucional, composta de parlamentares, prefeitos, reitores, representantes da Embrapa, e outras autoridades. 13957

SENADOR *GUILHERME PALMEIRA* – Consternado com a morte do jornalista alagoano João Vicente de Freitas Neto e de sua esposa em acidente aéreo, no último sábado, em Cuba. 13965

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Justificando a manutenção da convocação do Ministro Reinhold Stephanes para debates na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal sobre a Medida Provisória nº 1.523-9, de 1997, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências, proibindo a acumulação de pensão e aposentadoria. Regozijo pelo lançamento, no próximo dia 17, do Programa Interlegis do Senado, interligando o Congresso Nacional a to-

das as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores do País. 13965

SENADOR *CARLOS BEZERRA* – Gravidade da crise nas Polícias Militares de vários Estados. 13966

SENADOR *HUMBERTO LUCENA* – Apresentando Requerimento de Informações nº 491, de 1997, ao Ministro da Educação e dos Desportos sobre a aquisição de 100 mil computadores sem licitação. 13969

SENADORA *MARINA SILVA* – Considerações acerca da matéria publicada no jornal **Correio Braziliense,** de hoje, do jornalista Ronaldo Brasiliense, sobre a situação de penúria da população de Xapuri – AC. Reclamando do Governo Federal uma política de desenvolvimento específica para a região amazônica. 13970

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Leitura da declaração final do Encontro Internacional por uma Estratégia Comum – a Dívida Externa e o Fim do Milênio. 13974

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *JÚLIO CAMPOS* – Apelo de S. Exa para que o Governo acompanhe com a atenção devida a nossa heveicultura, avaliando suas potencialidades e estimulando o seu crescimento. 13979

SENADOR *ELCIO ALVARES* – Homenagem ao Major-Brigadeiro-do-Ar Renato Cláudio Costa Pereira por estar assumindo o cargo de Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, agência da Organização das Nações Unidas especializada no transporte aéreo civil. 13980

1.2.8 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 10-7-97

3 – ATAS DE COMISSÕES

2ª e 3ª Reuniões da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 1.036/96, destinada a acompanhar, **in loco,** os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima, realizadas em 20 e 29 de novembro de 1996, respectivamente. 13982

33ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101/96, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizada em 25 de junho de 1997. 14085

17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 1997. 14113

1ª e 2ª Reuniões das Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Serviços de Infra-Estrutura, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizadas conjuntamente em 2 e 3 de julho de 1997, respectivamente. 14124

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nos 1.861 a 1.875, de 1997 14184

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 10ª Sessão Não Deliberativa em 14 de julho de 1997

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Flaviano Melo e Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 123, de 1997 (nº 753/97, na origem), de 10 do corrente, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1997, que acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.470, de 10 de julho de 1997.

MENSAGEM Nº 125, DE 1997
(Nº 759/97, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea **a**, e no art. 55 do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Bassul Athuil Netto, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

Os méritos do Ministro de Segunda Classe Bassul Athuil Netto, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de julho de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 268 DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 4 de julho de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts, 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea **a**, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Bassul Athuil Netto, Ministro de Segunda Classe, do Quadro especial, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroum.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro de Segunda Classe Bassul Athuil Netto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Sebastião do Rego Barros**, Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum vitae

Ministro de Segunda Classe Bassul Athuil Netto
Monte Belo/ES, 27 de agosto de 1934.
Filho de Miguel Bassul e Zaia Aarão Bassul.
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB. CPCD, IRBr.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamentó para Chefes de Setores de Promoção Comercial. Curso Superior de Guerra, ESG. Curso sobre Mercado Comum Europeu, Centre Européen Universitaire de Nancy, França.

Terceiro Secretário, 7 de novembro de 1963.

Segundo Secretário, antigüidade, 22 de novembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, antigüidade, 22 de dezembro de 1982.

Quadro Especial, 27 de agosto de 1992.

Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, 28 de agosto de 1992.

Assistente do Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo, 1963.

Chefe do Serviço de Comunicações da Divisão de Comunicações e Arquivo, 1964/65.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973/74.

Subchefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1974/76.

Em licença, 1978/80.

Agregado, 1980/83.

Acra, Encarregado de Negócios, 1965.

Nova York, Vice-Cônsul, 1966.

Nova York, Cônsul-Adjunto, 1966/69.

Miami, Encarregado, 1967.

Montevidéu, ALALC, Segundo Secretário, 1969/73.

Montevidéu, ALALC, Primeiro Secretário, 1973.

Caracas, Conselheiro, 1985/87.

Kingston, Encarregado de Negócios, 1987.

Assunção, 1988/90.

Santa Cruz de la Sierra, 1991/92.

Iaundê, Encarregado de Negócios, 1996/97.

IX Período de Sessões da Conferência da ALALC, Caracas, 1969 (assessor).

X, XI e XII Períodos de Sessões da Conferência da ALALC, Montevidéu, 1970/72 (assessor).

Pré-Negociações da ALALC, Montevidéu, 1972 (delegado-suplente).

Reunião do Subgrupo IV (Transferência de Tecnologia) do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia da reunião de Chanceleres das Américas, Santiago, 1974 (delegado).

Reunião do Grupo de trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia, Brasília, 1974 (delegado).

Conferência de Plenipotenciários para a reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), São José da Costa Rica, 1975 (delegado).

II Reunião do Grupo de Trabalho de Tecnologia, Montevidéu, 1975 (delegado).

Reuniões técnicas e Ministerial do Conselho de Sistema Econômico Latino Americano, 1976 (delegado).

IV Reunião Extraordinária do Conselho Latino-americano do Sistema Econômico Latino-americano, SELA, Caracas, 1985 (delegado).

XI Reunião Ordinária do Conselho Latino-americano do SELA, Caracas, 1985 (delegado).

XII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Lima, 1986 (delegado).

XIII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1987 (delegado).

Conferência Regional sobre Produtos de Base, Guatemala, 1987 (delegado).

À disposição do Ministério da Fazenda, 1980/85. – **Stélio Marcos Amarante**, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

REPÚBLICA DO CAMEROUN

1. Dados Básicos

Nome oficial do país: República do Cameroun
Área em km2: 475.440
População: 14.261.557 hab. (jul. 1996)
Língua: inglês (oficial), francês (oficial) e línguas africanas
Alfabetização: População total: 63,4%; homens: 75%, e mulheres: 52,1%
Data nacional: 20 de maio
Capital: Iaundê
Sistema de Governo: República presidencialista
Regime multipartidário

2. Autoridades

Chefe de Estado: Paul Biya
Chanceler: Ferdinand Léopold Oyono

3. Presença Brasileira

Embaixada do Brasil: Bairro Bastos
Boîte Postale 348
Yaoundé – Cameroun
Tel.: (00237) 21-4716

4. Temas sobre o País

O Presidente da República, Paul Biya, no poder desde 1982, foi reeleito com 39% dos votos em eleições alegadamente fraudulentas, em outubro de 1992. Registra-se, igualmente, a realização de eleições legislativas em 17 de maio de 1997, nas quais saiu vencedor o "Rassemblement Democratique du Peuple Camerounais", que apóia o Governo de Paul Biya.

5. Temas da Agenda Bilateral

A Embaixada do Brasil em Iaundê foi criada em 1982, e é a única representação latino-americana naquela capital. A Embaixada do Cameroun em Brasília, única representação diplomática camerounesa na América Latina, foi aberta em 1984. Há três acordos bilaterais em vigor: Comercial, de 1965, de Cooperação Técnica, e Cultural, ambas de 1972. A Comissão Mista reuniu-se uma só vez, em 1986, em

laundê, com delegação brasileira presidida pelo então Chanceler Abreu Sodré. Desde 1990, estão pendentes visitas do Presidente e do Chanceler do Cameroun ao Brasil, convidados pelo então Presidente Collor de Mello. Empresas brasileiras como a Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Embraer, Engesa e TV Globo, entre outras, vêm atuando no mercado camerounês. Existe interesse recíproco em fortalecer a cooperação técnica e o intercâmbio de bens e serviços.

No campo da cooperação educacional, o Brasil vem oferecendo bolsas de estudos a jovens camerouneses desde 1989. Há, no momento, 16 estudantes do Cameroun em faculdades brasileiras, selecionados nos últimos quatro anos.

Seguem, em anexo, os dados mais recentes do intercâmbio comercial bilateral.

6. Economia

Ex-colônia alemã, até 1916, e franco-britânica até a independência, em 1960, o Comeroun tem sua economia baseada em recursos minerais e agrícolas e é basicamente exportador de matérias-primas (petróleo, cacau, café) e importador de manufaturados.

PIB: US$16.5 bilhões (1995)
Taxa real de crescimento do PIB: 1.8% (1995)
PIB **per capta**: US$1.200,00 (1995)
Composição do PIB por setores da economia:
agricultura – 29%
indústria – 24%
serviço – 47% (1994)
Taxa de inflação: 48% (1994)
Dívida externa: US$6,6 bilhões
Moeda/Câmbio: Franco CFA (Comunidade Financeira Africana); US$1,00 = CFA$500,56 (1996)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

AVISOS

DE MINITROS DE ESTADO

Nº 117/97, de 4 do corrente, do Ministro de Estado do Trabalho, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 381, de 1997, do Senador João Rocha.

Nº 551/97, de 8 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, em aditamento ao Aviso nº 412/97, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 238, de 1997, do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram remetidas, em cópia, aos requerentes.

O *requerimentos vão ao arquivo.*

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF. Nº 135/P-MC

Em 8 de julho de 1997

Recurso Extraordinário nº 187436
Recorrente: Mercúrio S/A Transportes Internacionais
Recorrida: União Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, atendendo a deliberação plenária do Supremo Tribunal Federal, que esta Corte, por votação majoritária, confirmou a constitucionalidade do art. 7º da Lei nº 7.787, de 30-6-89, do art. 1º da Lei nº 7.894, de 24-11-89 e do art. 1º da Lei nº 8.147, de 28-12-90, unicamente com relação às empresas exclusivamente prestadoras de serviços.

A súmula do julgamento plenário em questão tem o seguinte conteúdo:

"O Tribunal, por maioria de votos, não conheceu do recurso extraordinário e declarou a constitucionalidade do art. 7º da Lei nº 7.787, de 30-6-89, do art. 1º da Lei nº 7.894, de 24-11-89 e do art. 1º da Lei nº 8.147, de 28-12-90, com relação às empresas exclusivamente prestadoras de serviços, vencidos os Ministros Maurício Corrêa, Carlos Velloso e Néri da Silveira, que dele conheciam e lhe davam provimento. Deliberou, ainda, a Corte, por unanimidade, que se fará comunicação dessa declaração de constitucionalidade ao Senado Federal. Não votou o Ministro Nelson Jobim, pois à época do início do julgamento não integrava a Corte. Ausentes, justificadamente, os Ministros Carlos Velloso e Celso de Mello, Presidente. Presidiu o julgamento o Ministro Moreira Alves (RISTF, art. 37, I). Plenário, 25-6-97."

Esta comunicação – feita em cumprimento à determinação do Plenário do STF – destina-se, unicamente, a dar ciência formal ao Senado da República da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no processo em epígrafe, sem qualquer conexão com a regra inscrita no art. 52, X, da Constituição, eis que o julgamento proferido por esta Corte limitou-se a confirmar a constitucionalidade das normas legais mencionadas.

Renovo a Vossa Excelência o testemunho do mais alto apreço e consideração. – Ministro **Celso de Mello**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – A Presidência determina a juntada do expediente lido aos processados das matérias referentes às citadas Leis.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 1141-L-PFL/97

Brasília, 8 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Silvernane Santos para integrar, como membro suplente, à Comissão Mista destinada a emitir à Medida Provisória nº 1.524-9, de 27 de junho de 1997, que "Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências", em substituição ao Deputado Eliseu Moura.

Atenciosamente,

Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

OFÍCIO 1155-L-PFL/97

Brasília, 8 de julho de 1997

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Vanessa Felippe, para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.524-9, de 27 de junho de 1997, que "Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências", em substituição ao Deputado Antônio Joaquim Araújo.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira,** Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Serão feitas as substituições adicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 124, de 1997 (nº757/97, na origem), de 10 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até sessenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil -Prodetab.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1997

Dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam baterias para telefones celulares ficam obrigados a receber as mesmas, depois de usadas, em quantidade igual à que está sendo adquirida.

§ 1º As baterias usadas serão recebidas, em devolução, por um valor correspondente a, pelo menos, 10% (dez por cento) do preço de venda ao consumidor, naquele estabelecimento, de produto novo idêntico ao que está sendo devolvido.

§ 2º Os estabelecimentos referidos no **caput** deste artigo deverão manter, em local visível, recipientes apropriados para o recolhimento das baterias devolvidas.

Art. 2º Os fabricantes e importadores de baterias para telefones celulares ficam obrigados a estabelecer mecanismos para disposição final, reciclagem ou reprocessamento das mesmas após o uso pelos consumidores.

§ 1º Os fabricantes e importadores citados no **caput** deste artigo deverão proceder, periodicamente, ao recolhimento das baterias usadas, depositadas nos estabelecimentos comerciais referidos no art. 1º desta Lei.

§ 2º Fica proibida a disposição de baterias para telefones celulares em depósitos públicos, bem como sua incineração.

Art. 3º A publicidade referente a baterias para telefones celulares e as embalagens das mesmas deverão deverão conter advertência sobre os riscos que essas baterias oferecem à saúde humana e ao meio ambiente.

Art. 4º A inobservância ao disposto nesta lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 dias de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em todo o mundo tem havido uma preocupação crescente com os graves riscos ao meio ambiente, associados a um uso cada vez mais intenso de pilhas e baterias. Os danos ambientais se materializam quando ocorre uma disposição final inadequada desses produtos.

Em nosso País, à medida que se dissemina o emprego de telefones celulares, crescem, obviamente, os riscos associados ao descarte das baterias utilizadas nesses aparelhos.

Na composição de pilhas e baterias entram diversos metais pesados como zinco, mercúrio, cádmio e chumbo, que oferecem sérios riscos à saúde e ao meio ambiente. A prática atual de simples lançamento desses produtos em aterros sanitários leva à contaminação do solo, do lençol freático e dos cursos dágua; a incineração dos mesmos ocasiona, adicionalmente, poluição atmosférica.

Na atualidade, já está consagrado o princípio de que o agente poluidor deve arcar com os custos, para a sociedade, decorrentes de sua atividade. Nesse sentido, o presente projeto propõe que os fabricantes e importadores de baterias para telefones celulares sejam responsabilizados pelas providências necessárias a uma adequada disposição final para esses produtos – armazenamento ou reciclagem.

O recolhimento das baterias será feito pelos fabricantes e importadores das mesmas, junto aos estabelecimentos que as comercializam.

O projeto busca incorporar, porém, a tendência atual de se criarem incentivos econômicos à adoção de práticas ambientalmente saudáveis. Nesse sentido é que propomos a aquisição compulsória das baterias usadas, pelos estabelecimentos que comercializam tais produtos, por uma fração do valor do produto novo. Na ausência de um mecanismo dessa natureza é bastante provável que somente uma parcela diminuta da população tomará a iniciativa de devolver as baterias usadas. Acreditamos, ainda, que haverá ampla oportunidade para o aperfeiçoamento desse mecanismo durante a discussão do presente projeto.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1997. – Senador **Flaviano Melo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente, devendo ter sua tramitação iniciada a partir de 1º de agosto próximo.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por permuta com o Senador Ramez Tebet.

O SR. EDUARDO SUPLICY (BLOCO–PT–SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou chegando hoje de Caracas, onde participei do Encontro Internacional por uma Estratégia Comum, sob os auspícios do Congresso da República da Venezuela e do Parlamento Latino-Americano sobre a dívida externa e o fim do milênio.

Centenas de parlamentares, economistas, intelectuais, cientistas sociais da América Latina e do Caribe se reuniram de 10 a 12 de junho em Caracas, capital da Venezuela, para tratar do assunto da dívida externa.

Representando o Parlamento brasileiro, estiveram presentes os Deputados Franco Montoro, do PSDB, Augusto Viveiros, do PSDB, Aldo Rebelo, do PC do B, Luiz Gonzaga Mota, do PMDB, e eu, como Senador da República, pelo Partido dos Trabalhadores. Havia sido convidado Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de Honra do PT, que não pôde ir. Representei nosso Partido e, obviamente, o Senado Federal.

Sr. Presidente, antes de expor a Declaração Final sobre a Dívida Externa e o Fim do Milênio, que resultou desse encontro internacional por uma estratégia comum, lerei a palestra que fiz à Mesa que tratou de economia política e a dívida externa:

"Desde o início dos anos 90, a América Latina engajou-se em um novo ciclo de endividamento externo, acumulando passivos com o exterior em ritmo bastante acelerado. Os anos recentes marcam, desse ponto de vista, uma mudança substancial em comparação com o quadro que prevaleceu no decênio anterior, durante a chamada década perdida, quando as economias da região atravessaram uma grave crise de endividamento e perderam o acesso aos mercados internacionais de capital. Entre 1982 e o início da década de 90, a América

Latina praticamente não participou da rápida expansão dos fluxos financeiros internacionais.

Na presente década, as condições de endividamento externo da região se alteraram em dois campos importantes. Primeiro: as pendências financeiras externas, legadas pela crise da dívida dos anos 80, foram eliminadas na maioria dos países. Os acordos com os bancos comerciais e o Clube de Paris foram, de forma geral, pouco favoráveis aos devedores, mas permitiram regularizar a situação financeira externa dos países latino-americanos.

Segundo, e mais importante: no contexto de uma expansão geral da liquidez internacional e de taxas de juros relativamente reduzidas nos principais centros financeiros internacionais, em especial nos Estados Unidos, as economias latino-americanas recuperaram acesso a capitais externos. Esse segundo fator, muito mais do que os limitados acordos de reestruturação negociados com os credores, foi o que alterou, de forma decisiva o contexto financeiro externo da América Latina nos anos 90.

Por essas razões, há quem afirme que o problema da dívida externa está superado. Essa impressão é dominante nos nossos países. O tema da dívida que concentrava atenções ao longo de toda a década passada já não tem o mesmo destaque e parece não suscitar maiores preocupações.

Há exceções, como, por exemplo, o alto grau de preocupação com o tema da dívida externa, que concentrou a atenção dos mais de mil participantes desse encontro internacional sobre a dívida externa e o fim do milênio.

Contudo, o volume de obrigações relacionado à dívida externa tem aumentado. O serviço da dívida externa do Brasil, por exemplo, foi de US$ 27,2 bilhões em 1996, incluindo as despesas brutas de juros e as amortizações do principal. Foi um aumento considerável em comparação com o serviço da dívida de US$ 16,2 bilhões em 1992. O estoque da dívida externa brasileira tem aumentado significativamente, passando de U$123,4 bilhões em 1990 para U$175 bilhões em fins de 1996. A dívida externa da América Latina e do Caribe aumentou, no mesmo período, de U$443 bilhões para U$607,2 bilhões. Portanto, o endividamento externo da economia brasileira cresceu 41%, numa proporção um pouco maior do que da América Latina, que cresceu 37%.

É verdade que o problema não é hoje agudo como foi nos anos 80. Ao contrário do que ocorreu durante a maior parte da década de 80, o serviço da dívida está sendo refinanciado voluntariamente por meio de novos ingressos de capital estrangeiro. Em outras palavras, as obrigações decorrentes das dívidas existentes, inclusive as que resultaram dos acordos de reestruturação com os bancos comerciais e o Clube de Paris, estão sendo cobertas, com relativa facilidade, pela emissão de novas obrigações com o exterior. Esse processo tem ocorrido de maneira praticamente ininterrupta nos últimos anos. A crise econômica do México, em fins de 1994 e início de 1995, foi a única ocasião em que houve uma ameaça de ruptura desse novo ciclo de endividamento. No entanto, em contraste com o que aconteceu em 1982, quando a moratória do México deu início a uma longa crise de endividamento na América Latina, dessa vez uma megaintervenção liderada pelo governo dos Estados Unidos evitou que o governo mexicano suspendesse pagamentos e impediu a propagação da crise. Os efeitos mais graves do colapso do peso mexicano ficaram circunscritos ao próprio México, à Argentina e, em menor medida, ao Brasil.

Em função do ingresso de novos capitais, sob a forma de empréstimos e investimentos, as transferência líquidas de recursos têm sido positivas para a América Latina desde 1991, segundo dados da Cepal. Como se sabe, a transferência líquida de recursos é definida como a diferença entre o ingresso líquido de capitais (autônomos e compensatórios) e o pagamento líquido de juros e lucros. Entre 1982 e 1990, essa transferência líquida foi sempre fortemente negativa para a América Latina e o Caribe, tendo representado, em média, o equivalente a 21% das exportações de bens e serviços da região. De 1991 em diante, as entradas de capital passaram a superar os dispêndios líquidos com os juros e lucros. Em conseqüência, as transferência líquidas voltaram a ser positivas, alcançando o equivalente a 8% das exportações, em média, no período 1991-1996.

Isso significa, evidentemente, que os compromissos externos não têm sido pagos, por enquanto, com recursos reais gerados domesticamente. Em outras palavras, o pagamento vem sendo feito de forma indolor. Embora inferiores em termos relativos às transferências negativas da década de 80, essas transferências líquidas recebidas do exterior nos anos 90 têm permitido, por um lado, aumentar as reservas internacionais dos países e, por outro, sustentar níveis de dispêndio doméstico em consumo e investimento superiores ao Produto Interno Bruto da região.

Esse quadro vem alimentando um sentimento de complacência em relação à dívida ex-

terna, tanto mais que os juros da dívida e a própria dívida vêm diminuindo relativamente às exportações de bens e serviços. Para a América Latina e o Caribe, entre 1990 e 1996, a relação entre os pagamentos de juros e as exportações caiu de 23,5% para 14,5%. No mesmo período, a razão dívida externa/exportações diminuiu de 269% para 208%. Para o caso do Brasil, a relação juros e exportações caiu de 30,9%, em 1990, para 21,6%, em 1996; e a relação entre a dívida e as exportações diminuiu de 351% para 318% nesse mesmo período.

É necessário frisar que esse sentimento de complacência é perigoso e poderá contribuir para que muitos países da região tenham de enfrentar, mais uma vez, graves dificuldades em razão dos compromissos que estão sendo levados a assumir.

Observe-se, primeiramente, que o novo ciclo de endividamentos tem algumas peculiaridades que tornam enganosos alguns indicadores tradicionalmente utilizados para avaliar a solidez da posição externa de uma economia. Ao contrário do que se observava nos anos 70, por exemplo, os investimentos diretos e de portifólio estão representando, nos anos recentes, uma parcela expressiva do financiamento dos déficits em conta corrente latino-americanos. Nas décadas de 70 e 80, os empréstimos e financiamentos preponderavam por larga margem; e a dívida externa constituía, portanto, uma boa aproximação do passivo externo dos países da região. Atualmente, isso já não é mais verdade. Investimentos diretos (muitas vezes resultantes das operações de privatização) ou investimentos de porta-fólio (como aplicações em bolsa de valores) constituem parte ponderável do capital que vem ingressando na América Latina nos anos 90. Como esses passivos não são contabilizados na dívida externa, os dados que acabei de mencionar, referentes ao estoque da dívida, ao serviço da dívida e à sua relação com as exportações, subestimam significativamente a extensão do problema.

No caso do Brasil, não há dados atualizados sobre o estoque de investimentos estrangeiros. Mas é possível estimar que o total de investimentos – incluindo diretos e de portfólio – tenha alcançado cerca de US$100 bilhões em fins de 1996. O passivo externo bruto do País – dívida externa bruta mais estoque de investimentos diretos registrados – era da ordem de US$275 bilhões nessa data. Em parte como conseqüência do aumento do estoque de investimentos, as remessas de lucros e dividendos vêm aumentando consideravelmente, tendo passado de US$572 milhões em 1992 para US$2.373 milhões em 1996.

Não se pode perder de vista, ademais, que a acumulação de déficits no balanço de pagamentos em conta corrente e de um estoque ponderável de passivos externos de curto prazo expõe nossas economias a uma grande vulnerabilidade financeira externa, deixando-as à mercê dos humores e da instabilidade dos mercados internacionais de capitais. Desse ponto de vista, o que está acontecendo agora faz lembrar o processo de endividamento dos anos 70. Durante a fase favorável do ciclo anterior do endividamento, do final dos anos 60 até o final dos anos 70, não faltaram avaliações tranqüilizadoras a respeito da trajetória que o nosso País vinha seguindo. Nos círculos financeiros internacionais, vozes autorizadas elogiavam a eficiência com que o sistema bancário internacional estava fazendo a reciclagem dos petrodólares. As autoridades financeiras latino-americanas ecoavam essa celebração. No Brasil, as equipes econômicas dos governos militares garantiam que a dívida externa não se paga, mas se rola. Aliás, ainda ontem, em Buenos Aires, o Ministro Pedro Malan fez declarações muitos otimistas a respeito da situação externa da economia brasileira.

O que se viu nos anos 80 é que a dívida externa se paga sim, e com a perda de uma década em termos de desenvolvimento econômico. A partir do início da década de 80, a maioria das economias da América Latina foi obrigada a realizar, de forma abrupta, vultosas transferências de recursos reais ao exterior. As conseqüências foram dramáticas: recessão, desemprego, aumento da inflação, queda de investimentos, diminuição dos salários reais, aumento da miséria e da concentração da renda e da riqueza.

A rigor, não é preciso retornar aos anos 70 e 80 para ilustrar os riscos associados à acumulação desmedida de déficits e passivos externos. A experiência mais recente do México, que em 1995 atravessou a sua maior recessão desde a Grande Depressão dos anos 30, é uma confirmação eloqüente dos problemas que o endividamento imprudente pode provocar. Para quem ainda tinha dúvidas, houve, na semana retrasada, a crise financeira da Tailândia, mais um país que paga preço elevado por ter-se deixado seduzir pelas facilidades do endividamento externo em larga escala. Tmbém na semana passada,

agravou-se a situação das Filipinas e com possibilidade de se alastrar pela Malásia e por outros países da Ásia.

Dessa maneira, e sobretudo quando se considera que ainda estamos falando de episódios muito recentes na história da América Latina, é surpreendente a ligeireza com que boa parte da região está se envolvendo novamente em um processo de endividamento acelerado. Os dados brasileiros recentes, por exemplo, são impressionantes. Os avanços alcançados em matéria de combate à inflação repousam sobre um inquietante e crescente desajuste nas contas externas.

Em 1993, ano calendário imediatamente anterior ao da introdução da nova moeda brasileira, o real, a economia brasileira registrava um superávit de US$13,3 bilhões na balança comercial. O déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente era de apenas US$592 milhões. Desde então, as importações de mercadorias cresceram aceleradamente, enquanto as exportações aumentaram relativamente pouco. Aumentou também o déficit na balança de serviços. Nos doze meses até maio último, o Brasil registrou um déficit comercial de US$9,8 bilhões e um déficit em conta-corrente de US$31,2 bilhões. Essa deterioração acentuada das contas externas reflete, essencialmente, a combinação da abertura às importações com uma significativa e persistente sobrevalorização da taxa de câmbio.

Como se sabe, um déficit em conta-corrente significa um aumento do passivo externo líquido do País, uma vez que seu financiamento requer o ingresso líqüido de empréstimos e investimentos ou diminuição das reservas internacionais e outros ativos externos do País. Em conseqüência, tende a haver aumento dos compromissos externos sob a forma de juros, lucros e dividendos. O aumento do pagamento de juros e das remessas de lucros e dividendos pressiona, por sua vez, o déficit em conta corrente no futuro, levando à acumulação de passivos adicionais com o exterior. Trata-se, portanto, de processo cumulativo, que pode facilmente degenerar em um endividamento com efeito bola de neve.

Só faz sentido acumular déficits em conta-corrente se os recursos externos que estão sendo absorvidos para financiá-los forem destinados à formação de capacidade produtiva na economia, em especial nos setores exportadores ou que substituem importações. Embora elementar, esse é um ponto para o qual ainda não se tem dado atenção suficiente no debate recente no Brasil. Alguns se deixam impressionar pelos dados que indicam aumento das importações de bens de capital e dos investimentos diretos estrangeiros, e concluem que a economia brasileira está atravessando uma fase de forte ampliação da formação de capital.

Infelizmente, o crescimento do investimento tem sido modesto. O aumento das importações de máquinas e equipamentos corresponde, em grande medida, a substituição de produção doméstica desses bens e não pode, portanto, ser tomado como indicador de ampliação do volume global de investimento, como ainda recentemente assinalou Paulo Nogueira Batista Júnior, em "Endividamentos Externos Financiam Consumo", na **Folha de S.Paulo.**

Além disso, grande parte dos investimentos diretos estrangeiros corresponde não a investimentos novos, mas a operações de compra de empresas nacionais existentes, seja em operações de privatização, seja em aquisição de empresas privadas nacionais. Os fatos que estão sendo celebrados como sintomas de um **boom** de investimentos indicam, na realidade, desestruturação da indústria nacional de bens de capital e desnacionalização da economia brasileira.

As contas nacionais do Brasil, embora desatualizadas, não deixam dúvidas quanto ao fato de que a economia ainda está investindo muito pouco. A formação bruta de capital fixo, medida a preços constantes, foi de apenas 16,6% do PIB em 1995, muito abaixo do requerido para sustentar taxas elevadas de crescimento econômico no longo prazo.

Entre 1971 e 1980, a formação bruta de capital fixo foi de 23,5% do PIB, em média. Mesmo durante a chamada década perdida dos anos 80, a economia brasileira investiu quase sempre mais do que nos anos recentes. É verdade que a formação bruta de capital fixo acusou alguma recuperação desde 1993, quando o investimento fixo representou 14,4% do PIB. Mas o aumento foi relativamente modesto, de apenas 2,2% do PIB entre 1993 e 1995. Ainda não há dados das contas nacionais para 1996, mas sabe-se que a produção interna de bens de capital diminuiu 14,3% de 1995 para 1996, segundo dados governamentais. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, o consumo aparente de bens de capital mecânicos caiu 8,3% em 1996.

De qualquer maneira, o aumento da taxa agregada de investimento fixo entre 1993 e 1995 é

modesto quando comparado à absorção de recursos reais do exterior nesse mesmo período. Entre 1993 e 1995, a absorção de recursos externos (medida a preços constantes pela importação líqüida de bens e serviços não-fatores) cresceu nada menos que 10,1% do PIB. Isso significa, obviamente, que os recursos externos estão financiando primordialmente a ampliação do consumo agregado. As contas nacionais indicam aumento extraordinariamente rápido do consumo público e privado nos anos recentes. Entre 1993 e 1995, o consumo agregado (inclusive variação de estoques) passou de 79,5% para 87,3% do PIB; o consumo do Governo, de 16,5% para 17,9% do PIB, e o das famílias, de 63% para 69,5% do PIB.

Em outras palavras, quase 80% dos recursos externos absorvidos pela economia brasileira estão sendo destinados ao consumo. Além disso, dada a elevada e persistente sobrevalorização cambial, é pouco provável que o aumento modesto do esforço de investimento esteja privilegiando os setores da economia que exportam ou concorrem com importações.

A inconsistência da trajetória econômica brasileira parece evidente. Um processo semelhante, envolvendo sobrevalorização da taxa de câmbio, liberalização comercial, déficits elevados e crescentes em conta corrente, ocorreu no México nos anos que antecederam a grave crise de fins de 1994. Também nesse caso, os recursos externos acumulados destinaram-se primordialmente ao financiamento do consumo.

Sobrevalorização cambial e uso de capitais externos para financiar consumo são elementos recorrentes na história econômica da América Latina. É o tipo de política econômica que dá votos e popularidade por algum tempo. Mas não conduz ao desenvolvimento sustentado dos países. E só se sustenta enquanto houver oferta abundante de recursos externos.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa comunica que o tempo de V. Exª está encerrado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado, Sr. Presidente. Solicito que seja transcrito o restante de meu pronunciamento. Gostaria apenas de ler o parágrafo final, onde coloco que é importante compatibilizar o esforço interno de poupança, que leve a maior taxa de investimento e, conseqüentemente, de crescimento de longo prazo da economia, com a efetiva distribuição da renda e da riqueza, com prioridade para a erradicação da miséria. Assim, quando se procura atrair a poupança externa através de taxas de juros exageradamente mais elevadas nas nossas economias, observamos que a contrapartida do maior ingresso de recursos tem sido muitas vezes a concentração de rendimentos em mãos dos que já detém maior patrimônio.

Desta maneira, é preciso que a solução dos problemas do financiamento do desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe esteja acompanhada de medidas que contribuam para a realização de maior eqüidade. Só com medidas desta natureza é que se pode ter alguma esperança de que o desenvolvimento da América Latina e do Caribe se faça com justiça social e beneficie a maior parte da população.

Ainda hoje, mais tarde, Sr. Presidente, tenciono usar da palavra, para expor o texto da declaração final do encontro de Caracas.

Muito obrigado.

SEGUE RESTANTE DO DISCURSO DO SENADOR EDUARDO SUPLICY:

Convém não esquecer que quando esses ciclos de endividamento desembocam em crises cambiais e financeiras, são as classes mais pobres que arcam com a maior parte do ônus do processo de ajustamento das contas externas. Em geral, necessidade de reduzir abruptamente o desequilíbrio em conta corrente obriga os governos a adotarem uma combinação de medidas de restrição da demanda agregada com desvalorização acentuada do câmbio. Essas medidas de ajuste acabam resultando em recessão, desemprego e aumento da inflação. O resultado costuma ser o aumento da pobreza e da concentração da renda. Foi o que aconteceu na maior parte da América Latina na década de 80. Foi o que voltou a acontecer no México em 1995.

Neste final de milênio há uma razão adicional para encarar com preocupação e vulnerabilidade financeira externa que vem sendo acumulada por países da região. Está em curso um processo de entendimentos, por iniciativa dos EUA, que visa implantar, ou pelo menos negociar, até o ano de 2005 uma Área de Livre Comércio das Américas – a Alca. Como se sabe, a agenda da Alca é muito ampla. Não se limita a buscar a remoção de barreiras ao comércio de bens no interior das Américas, o que já seria por si só um objetivo ambicioso. Todavia, embora fundamental e presente nas preocupações da União Européia, nenhuma menção foi feita em relação à mobilidade da mão-de-obra, à livre circulação do ser humano ou à definição de direitos sociais comuns. Dela constam outros temas, como serviços, acordos sobre investimentos diretos estrangeiros e regras comuns para compras governamentais e defesa da concorrência. É uma negociação complexa, que poderá ter repercussões muito importantes para as economias latino-americanas.

Se, ao longo dos próximos anos, países importantes da região vierem a enfrentar turbulências financeiras externas e dificuldades de acesso a recursos internacionais, pode-se produzir, do nosso ponto de vista, uma situação altamente desfavorável para a negociação da Alca. No caso de haver uma diminuição drástica do acesso aos mercados de capitais, alguns países poderão se ver diante da necessidade de apelar para o apoio financeiro do governo dos EUA, do FMI e das demais entidades multilaterais sediadas em Washington, com conseqüente fragilização de sua posição negociadora na questão da Alca e em outros campos.

Por todas essas razões, é que cabe lamentar o exagero e a imprudência com que diversos países da região têm se lançado na captação de recursos externos nos últimos anos. Parece que as lições da história recente e remota da região não foram assimiladas. Reina o imediatismo e a busca dos caminhos mais fáceis.

Mas ainda há tempo de sair da armadilha financeira externa. Para isso, é preciso que alguns países, notadamente o Brasil, voltem a praticar políticas cambiais realistas, que dêem aos produtores domésticos condições de competir em condições eqüitativas com os concorrentes estrangeiros nos mercados externos e internos. Juntamente com outras medidas de política comercial, tributária e creditícia, o realismo cambial permitiria conciliar posições externas mais sustentáveis com taxas adequadas de crescimento econômico, capazes de contribuir para a geração de mais empregos e de empregos de melhor qualidade.

É essencial não depender demais de capitais externos. A poupança externa deve ser usada com moderação. O financiamento da formação bruta de capital fixo tem que ser feito primordialmente com poupança interna, o que implica gerar superávits no orçamento público em conta corrente e estimular a poupança privada. É o caminho politicamente mais difícil, mas é o que permite garantir desenvolvimento sustentado com preservação da autonomia nacional.

Países como os nossos podem, em geral, apresentar com proveito algum desequilíbrio no balanço de pagamentos em conta corrente. Mas é preciso que os recursos externos absorvidos se destinem ao financiamento do investimento, e não à ampliação da taxa de consumo, isto é, da relação entre o consumo agregado e o PIB. Em outras palavras, é necessário que o recurso à poupança externa não conduza à diminuição do esforço interno de poupança. Os investimentos realizados têm que apresentar rentabilidade superior ao custo dos empréstimos externos. E boa parte deles deve ocorrer nos setores da economia que produzem bens e serviços comercializáveis internacionalmente.

Essas são as condições que precisam ser atendidas para que um processo de endividamento externo possa ser benéfico para o desenvolvimento de uma economia no longo prazo. Infelizmente, é muito comum que os países latino-americanos se envolvam na absorção de dívidas e outros capitais externos sem considerá-las na devida medida.

O outro desafio que se nos apresenta é o de compatibilizar o esforço interno de poupança, que leve a maior taxa de investimento e, conseqüentemente, de crescimento de longo prazo da economia, com a efetiva distribuição da renda e da riqueza, com prioridade para a erradicação da miséria. Assim, quando se procura atrair a poupança externa através de taxas de juros exageradamente mais elevadas nas nossas economias, observamos que a contrapartida do maior ingresso de recursos tem sido muitas vezes a concentração de rendimentos em mãos dos que já detêm maior patrimônio.

Desta maneira, é preciso que a solução dos problemas do financiamento do desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe esteja acompanhada de medidas que contribuam para a realização de maior eqüidade. Dentre essas, para o caso sobretudo do Brasil, gostaria de mencionar a realização mais energética da reforma agrária, a expansão das experiências do orçamento participativo e do crédito popular, o estímulo às formas cooperativas de produção e, finalmente, a instituição de uma renda de cidadania, ou de uma renda mínima garantida, que contribua para que toda família carente possa ter meios de as suas crianças estarem efetivamente freqüentando a escola, ao invés de precocemente terem de estar trabalhando. Só com medidas desta natureza é que se pode ter alguma esperança de que o desenvolvimento da América Latina e do Caribe se faça com justiça social e beneficie a maior parte da população.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT–DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a última vez que ocupei esta tribuna foi para alertar que havia se esgotado, se esvaído uma parte do processo que naquela ocasião denominei de Real I; esgotada a parte perversa, desumana que tinha, portanto, dividendos eleitorais negativos. Como uma brilhante peça política, o Plano Real I – que Sua Excelência o Presidente da Repúblico lembrou-nos de que era um processo – entraria em sua segunda fase, o Plano Real II.

Morto e enterrado o Plano Real I, deverá, agora, haver tempo suficiente para retirar dos escaninhos da memória do povo o sacrifício sofrido durante a fase inicial, para retirar da memória o sacrifício daqueles que foram vítimas do arrocho salarial, vítimas da negativa do Governo à reposição de 48%, de 30 meses de inflação e reposição salarial reduzidas.

Em que mês, em que época da inflação galopante que antecedeu o Plano Real I, a população brasileira, os trabalhadores, os funcionários públicos, tiveram uma corrosão salarial tão grande quanto à representada por quase 50% de inflação não reposta?

Todos sabemos à coorte de males e sacrifícios impostos à população brasileira pelo Plano Real I. O Senador Suplicy acabou de se referir a alguns deles, porque o que se verifica é que o Brasil está realmente refém das relações internacionais e internas em que o Plano Real o colocou.

É muito mais fácil baixar um plano, e nós baixamos cinco ou seis desde o Cruzado I, do dia 28 de fevereiro de 1986, até agora. É muito fácil, por meio de atos discricionários, baixar-se um pacote desses, o difícil é sair dele. Portanto, alertava eu naquela ocasião justamente isso. Hoje, para felicidade, para alegria minha, o Plano Real II, nesses 20 dias em que uma gripe forte me retirou desta tribuna, já se espalhou pela Imprensa brasileira.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não há mal que sempre dure nem bem que nunca acabe. Enquanto os economistas procuram em seu universo fechado e microscópico indicadores de que as âncoras que amarraram o Real não foram ainda corroídas pela ferrugem do tempo e pelos ataques das contradições agigantadas, a variável independente

final, que é política, se encontra fora de seu campo de análise.

Há três longos anos, quando foi lançado o Plano Real, que segundo FHC é "um processo", lembrava eu que os neoliberais, a partir de 1873, para dar uma austeridade "científica" a sua ideologia, expurgaram o adjetivo "política" da denominação "economia política". Crismaram seu labor abstrato de "economics", desejando torná-lo, assim, mais confiável, neutro e positivo. A mudança de rótulo não muda o conteúdo. O Plano Real contém ingredientes presentes na política do Presidente Campos Sales, imposto ao Brasil pelos Rotschild na virada do século passado, do PAEG de Roberto Campos e Bulhões, aplicado após o golpe de 1964 e dos vários "planos" que se seguiram ao Cruzado I, sob os governos Sarney e Collor.

A face real do Real I transparece sob a grossa camada de cosméticos estatísticos, propagandísticos, dos rolos compressores e das matemágicas usadas com grande eficiência pelos beneficiários do Plano – os políticos e os tecnocratas.

Enquanto o Real trouxe inegáveis dividendos políticos, sendo a eleição do Presidente FHC o maior deles, ele e Itamar Franco brigaram pela paternidade do colossal rebento: Itamar, FHC, Cavallo, o FMI e outros parece que se dispunham a fazer o teste de DNA capaz de dirimir as dúvidas sobre a paternidade espúria. Ao lançar o Real II em entrevista de três páginas concedida à Gazeta Mercantil de 19 de junho, FHC assume a modéstia que lhe é peculiar em período eleitoral e diz que não teria competência para ser o pai da criança. Edmar Bacha, Lara Resende, Pérsio Arida e Gustavo Franco teriam conjugado esforços para produzir o rebento político e as necessárias tecnicalidades econômicas e financeiras que o sustentaram.

O segundo sintoma de que o Real I, tão bem urdido para levar Sua Excelência ao trono presidencial, não prestava para garantir a reeleição foi o reconhecimento humilde do Presidente candidato de que haviam exagerado na abertura da economia brasileira. Mas, como os deuses não erram, tratou o Presidente FHC de esclarecer que o erro da abertura exagerada havia sido cometido pelo outro Fernando, o Collor.

Como o Real I ratificara o erro e o alimentara com a taxa de câmbio sobrevalorizada e a redução de alíquotas de importação praticadas pelo genioso Gustavo Franco, FHC esquece também que persistira no exagero por três dolorosos anos. Reconhece Sua Excelência que setores importantes da economia nacional foram destruídos e que era preciso voltar ao execrado protecionismo. Diante da pergunta do jornalista se o fechamento da economia brasileira não se chocaria com a globalização e se os incentivos setoriais não representariam o retorno do velho protecionismo, o Pai do Real II saiu-se com esta: "Porque os Estados Unidos fazem isso; a França e a Alemanha também.

Isso tem a ver com a possibilidade de garantir as variáveis essenciais ao crescimento econômico", descobrindo a roda, redescobrindo a neo-roda inteligentemente. Mas, se assim é, se o protecionismo é necessário, o Real I, que abriu a economia brasileira à globalização, à invasão da concorrência externa sucateadora, não se preocupou em "garantir as variáveis essenciais ao crescimento econômico". Confessou, finalmente, o FHC que "a versão inicial de Franco era abrir totalmente a economia e salve-se quem puder" (**Gazeta Mercantil**, 19 de junho, página 10)

Mas, como a abertura destruidora, incompatível com o "crescimento econômico", era essencial para eleger o Presidente, acrescentando à oferta interna as mercadorias importadas a preços subsidiados, achatando a inflação e aumentando a dívida externa, ela foi incorporada ao Real I em nome da modernidade globalizante, agora descartada, atingida pela obsolescência precoce. Se o Real I, analisado **ex post,** errou "ao abrir totalmente", elevou o déficit comercial a alturas incomensuráveis, agora o Real II adota o que antes era pecado: o protecionismo.

O dinossauro rejuvenescido entra triunfalmente no parque dos dinossauros. É que os falidos e sucateados pela abertura "exagerada" não votam no Governo sucateador, o do Real I. Com o Real II chegou-se ao ponto que "requer, não que permite, que nós olhemos com mais atenção para os setores que podem ser reestruturados", palavras do Presidente. Aqueles para cujas falências o Governo não tinha olhado, agora o Real II olha e "reestrutura". Mas o próprio Governo confessa que não são 3, mas 42 os setores que serão socorridos pelas benesses do Real II.

Modestamente, o Presidente se lembra apenas da ação do BNDES, concedendo empréstimos com juros subsidiados – desculpem-me pelo palavrão "subsidiados" – "no setor têxtil, nos setores de calçados e autopeças". Documento recente do Ministério da Indústria e do Comércio foi mais sincero ao apontar que não apenas 3, mas 15 setores

ainda recuperáveis, atropelados pela avalanche importadora do Real I, seriam ressuscitáveis pelos subsídios, agora virtuosos mecanismos de desenvolvimento.

"A filosofia do BNDES mudou", mudou agora, no Real II. O Real I, que a propaganda oficial e sem peias fantasiou em doce e alegre preâmbulo do Real II, agora retira sua máscara que recobria a transparência mentirosa da social democracia brasileira.

"A fase mais pesada já passou". Mentiroso de perninhas curtas, o Dr. Gustavo Franco, que afirma que "a fase mais pesada já passou (**Jornal do Brasil**, 29/06/97, p.39) no mesmo local declara que "fase mais pesada", seria aquela em que "a taxa de inflação cairia de 4.000% para 6% ao ano, os salários teriam um ganho de 20% e o salário mínimo dobraria... "QUE FASE PESADA"! Doce e suave peso tem a "fase pesada" de Franco quando a fantasia transforma o economicídio em festa.

As coisas não protestam: o sucateamento das bases industriais, as máquinas paradas diante dos homens falidos e desempregados, as repartições públicas esvaziadas, o reajuste salarial e de vencimentos devidos e não pagos, a ruína dos hospitais, as escolas, universidades e institutos de pesquisas em abandono, as empresas estatais sendo vilipendiadas antes das doações generosas, as terras não plantadas, os buracos das estradas sofrem, mas não reclamam.

Em plena penúria, o Governo da social democracia derrama mais de R$20 bilhões no bolso dos banqueiros, fornece ou fornecerá R$50,4 bilhões para São Paulo e seus enroscos com o Banespa, estende a migalha de R$3 bilhões (quantia equivalente à recebida pela União como resultado da venda da Vale do Rio Doce) para tapar o buraco negro do Banerj; fecha 753 mil empregos industriais, segundo o Ministério do Trabalho, 2,060 milhões desde 1990, segundo o IBGE, demite 160 bancários, cria a demissão "voluntária" e ameaça ou demite 107 mil funcionários; passa de 1,4 para 2,6 bilhões o preço indecoroso a ser pago pelo Sivam à Raytheon americana; estrangula as aposentadorias, aumenta a idade mínima para obter o "benefício", não escuta as vozes roucas das ruas, dos grevistas, dos famintos, do MST e dos eleitores que desejam opinar em **referendum** sobre a reforma da reeleição; economiza recursos orçamentários destinados ao social, à reforma agrária, à infância; transforma o desfeito e o não-feito em realizações virtuais exibidas nas televisões fantásticas, eleva as importações destruidoras em 122% durante o Real.

Ao custo de sustentação do engenho, o Real I, correspondeu o amadurecimento da consciência popular revelada nas pesquisas de opinião: apenas 36% ainda apóiam o Plano. Como o Real I levou FHC ao poder, o fracasso do plano, seu elevadíssimo custo social, imporia a derrota na reeleição. Para atingir a meta síntese, a perpetuidade no poder, o "processo" começou a ser virado pelo avesso. Tudo o que era proibido será consentido, os pecados antigos se transformam em virtudes novas, os crimes são enaltecidos. Pitta diz que já malufou, mas que não malufará mais,pitou mas que não pitará mais; Sérgio Motta trocou as delícias da costela pela penitência em Compostela. Sem ter certeza de que o Real II reverterá sua decadente aprovação popular, o Presidente diz que fará acordos "até o infinito" com Deus e o diabo, com quem negocia sua eterna e fáustica felicidade. O irmão Covas que se enterre, Itamar que se contente com a candidatura a Governador em oposição ao antigo correligionário Azeredo. O arco das novas alianças nasce no inferno, sobe aos céus e se inclina de volta para as profundezas. Todos partidos são bons desde que sirvam aos propósitos do presidente.

O professor Edmar Bacha, há cerca de três meses, advertia que era preciso rearranjar o "processo". Gustavo Franco, divergindo da proposta de Kandir que bradava pela antiga "austeridade, austeridade, austeridade", percebeu que o Real II deveria vir à luz com suas novas verdades eleitoreiras: gastança, gastança, gastança quantum satis para chegar ao pódio eleitoral. Disse o genioso diretor do Bacen que, com os gastos eleitoreiros, a inflação iria voltar "um pouco"... tudo que foi enxugado será alagado.

A mudança de rota gera ansiedade, provoca turbulências. "Qual é a coisa que o senhor mais teme neste momento", pergunta o jornalista da Gazeta Mercantil (19/06/97).

"A gente tem medo quando não controla. Por que há muita gente que tem medo de avião? Tem medo porque não entende o que está acontecendo. Depois que entende o que está acontecendo, o medo diminui", afirma o intimorato Presidente. Mas se o que estiver acontecendo for uma pane? Uma vez compreendida, o medo aumenta. O imprevisível e temível seria "um desarranjo no sistema financeiro internacional". Mas se o Real I não tivesse aberto tanto a economia brasileira a ponto de torná-la joguete do ingovernável e do imprevisível, isto é, das reservas em dólares voláteis, se a colocação de **bonds**, **pa-**

pers e **notes** brasileiros nos mercados do mundo não tivessem sido feitas com tanta "eficiência", as mudanças de humores nas bolsas mundiais, as oscilações dos juros externos, principalmente o aumento das remunerações dos papéis emitidos pelos governos ricos não criariam o perigo de provocar uma fuga dos capitais voláteis pousados no Brasil. O Real I preparou o terreno para que o Real II nascesse pisando em ovos...

O REAL COMO POTLACH ELEITORAL

O professor Fernando Henrique Cardoso escreveu que o capitalismo queima o excedente que ele produz em guerras ou no social. A queima do excedente que a socialdemocracia brasileira "queima no social", na falta da fogueira bélica, era destruído, na sociedade indígena que ocupava o território do atual Estado de Nova Iorque, por meio de uma festa ritual denominada potlach. O magnífico e lauto excedente que o Real I deveria ter economizado ao fixar o salário mínimo no "último furo" da cintura magra dos trabalhadores, ao deixar de pagar 46% dos vencimentos devidos aos funcionários públicos após 3 anos sem reajuste, ao surrupiar os 26% de equiparação constitucional entre servidores civis e militares, ao amealhar as sobras dos recursos orçamentários nas áreas sociais, da reforma agrária e nas verbas destinadas às crianças, como denuncia o Tribunal de Contas da União, ao receber as receitas das vendas das empresas estatais, ao criar a receita da CPMF – que parece ter adoecido antes de melhorar a saúde pública –, o suado excedente será agora consumido no potlach eleitoral que constituirá a maior distribuição de benesses, favores e doações necessária para que o represidente "vença" a reeleição. Tudo que foi prometido será rapidamente cumprido no ritual eleitoral. "Prometi muito", afirma o Presidente FHC, "e prometo prometer muito mais". Como disse, certa vez, o Ministro Bresser Pereira, no plenário da Câmara dos Deputados: "Há um discurso para a campanha eleitoral e outro para governar...". Nada do que foi esquecido será lembrado, afirma a transparência da socialdemocracia empoada, amnésica, maquiada...

Se o Real I não provocou a desestruturação das bases da produção nacional, se as produções de autopeças, de porcelanas, de tecidos e confecções, de brinquedos, de sapatos, de vinhos e bebidas finas, da construção civil, das indústrias de base e da agropecuária não foram desestruturadas, por que o Real II só fala em reestruturação?

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Senador Lauro Campos, a Presidência informa que o seu tempo já está esgotado.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, só terminarei este parágrafo e deixarei o restante para uma próxima oportunidade.

"Tudo que foi desestruturado será reestruturado", prometem os refazedores remidos, redimidos. O espírito desencarnado da reumanização eleitoral baixa na figura mítica do recandidato. Em período pré-eleitoral, todos somos irmãos: Maluf, ACM, Cameli, Covas, Brito, Serjão, Pitta..., todos serão eleitos, todos serão salvos."

Portanto, não pode haver dúvida do meu ponto de vista de que encerrou a fase do Real I. Há três dias, disse Sua Excelência que havia dado um tiro num passarinho. Obviamente esquecido de que tiro em passarinho é também crime inafiançável. Os passarinhos eram as velhinhas que recebiam as suas pensões. Ele queria tirar também das pensões – das aposentadorias ainda não se arrependeu – uma parte para colocar nesse **potlach** eleitoral. Depois disse que ao atirar no passarinho – nas viúvas famintas – poderia atingir um elefante.

Pois bem, se o **potlach** será suficiente para ilaquear novamente a consciência dos eleitores é o que a próxima eleição vai demonstrar.

Acredito na capacidade crítica, na consciência do eleitorado brasileiro. Portanto, penso que esses 17 meses de Real II não serão suficientes, com suas inaugurações e seus festejos, para esquecer e enterrar as agruras do Real I.

O SR. PRESIDENTE (Flaviano Melo) – Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana que passou, tive oportunidade de participar de um evento extremamente importante realizado na cidade de Cabrobó, no meu Estado, Pernambuco.

Convidado pelo Deputado Federal Osvaldo Coelho, integrei uma missão econômica multiinstitucional, que se deslocou para aquela cidade com o objetivo de debater alternativas de desenvolvimento para a região do São Francisco.

O Deputado Osvaldo Coelho é um político com uma liderança extremamente forte em todo o Estado de Pernambuco, especialmente na região do São Francisco, onde sua família, a partir do grande ex-

Senador, ex-Presidente desta Casa e ex-Governador de Pernambuco, Nilo Coelho, sempre se dedicou à causa pública, buscando harmonizar o desenvolvimento de Pernambuco, por intermédio do desenvolvimento do semi-árido.

O Deputado Osvaldo Coelho, num momento de muita felicidade, depois de conversar com todas as lideranças dos Municípios daquela região, resolveu preparar essa missão econômica multiinstitucional, congregando representantes das várias instituições federais e estaduais que atuam naquela região, para, em Cabrobó, durante uma manhã inteira, discutir alternativas econômicas para a região ribeirinha do Vale do São Francisco e também para suas populações.

Na verdade, a região que visitamos já deu uma contribuição muito importante ao desenvolvimento de Pernambuco. É pioneira na produção de cebola, de uva e de arroz. É uma área de fertilidade comprovada, onde os sertanejos já mostraram a sua capacidade de trabalho, molhando a terra e tirando dela o sustento de suas famílias.

Mas, lamentavelmente, a região do São Francisco – sobretudo esses Municípios que visitamos – enfrenta problemas graves, como a concorrência da cebola importada da Argentina e, praticamente, a erradicação da cultura do algodão. Em virtude disso, milhares de pais de família daquela região já não têm condições de sustentar seus filhos.

Reuniram-se Parlamentares federais e estaduais, Prefeitos, Reitores da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal Rural e da Universidade de Pernambuco, bem como representantes da Embrapa e do Governo do Estado, todos com o objetivo de buscar ações efetivas para propiciar a retomada do desenvolvimento daquela região e gerar novas oportunidades de emprego e renda para aqueles sertanejos, pois muitos deles já estão partindo para os centros urbanos ou até mesmo saindo daquela região em direção a outros Estados.

O Sr. Carlos Bezerra – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Carlos Bezerra – Nobre Senador Joel de Hollanda, V. Exª levanta uma questão social das mais sérias deste País, que é a viabilização de Pernambuco, do Nordeste. O nosso País vem promovendo a desigualdade social, ao invés de combatê-la. Hoje, apenas São Paulo tem cerca de metade do Produto Interno Bruto do País, um Estado que não sei se é maior que Pernambuco em dimensões territoriais, talvez seja do mesmo tamanho. V. Exª fala no esforço que querem fazer na região para salvá-la, mas gostaria de lembrar que ele será em vão, se não houver políticas federais para viabilizar o pequeno produtor rural. Penso que a saída para o Nordeste, como para o resto do Brasil, é a agricultura, a pequena propriedade. No entanto, temos assistido ao êxodo rural permanente; as pessoas estão deixando o campo, que está totalmente inviabilizado, para virem para a cidade. Então, o Governo precisa ter uma política agrícola séria e definitiva para o pequeno produtor, para a pequena propriedade, para estancar esse êxodo rural. Essa é primeira questão que temos de examinar, senão de nada vale o esforço regional, como o de Pernambuco, para fixar o homem à terra. Há também a questão da pesquisa. V. Exª falou do bicudo, que ataca o algodão, e da concorrência da cebola que vem da Argentina. A pesquisa no Brasil está empacada há muito tempo, aliás, no início deste ano falou-se até em extinguir a Embrapa. Não sei de onde partiu essa idéia, mas ouvi na imprensa que se falou em extinguir a Embrapa, que é o melhor órgão de pesquisa e que já prestou grandes serviços a este País. A Embrapa está esvaziada e precisa ser fortalecida. Precisamos de pesquisas, principalmente voltadas para o pequeno produtor rural porque senão de nada valerá fazer a reforma agrária, de nada valerá assentar as famílias no campo, porque elas vão ficar ali e, dentro de dois ou três anos, vão retornar à cidade e deixar o lote porque sua atividade é inviável economicamente. Não se trata do trabalhador preguiçoso, do trabalhador que não quer amanhar a terra como dizem algumas oligarquias que são contra a reforma agrária, mas do homem que vê que é inviável viver num pedaço de terra no interior de Pernambuco, de Goiás ou de Mato Grosso, pois economicamente é impossível sobreviver num pedaço de terra, uma vez que não tem alternativas de lavouras viáveis economicamente para ali se fixar, para ali sobreviver. Quero parabenizar V. Exª por trazer essa questão fundamental de Pernambuco e do Nordeste para a tribuna. Ao mesmo tempo, gostaria de expor a V. Exª essas minhas preocupações, que devem ser de todos nós: fazer com que o País tenha uma política agrícola definitiva, voltada para o pequeno produtor rural, tenha pesquisa, tenha apoio, tenha extensão rural. Quase todas as empresas de extensão rural estão paralisadas; os Estados estão falidos. Não há pesquisa, não há extensão, não há polí-

tica agrícola, não há nada. A desesperança se abate sobre esse setor, e isso é terrível para o nosso País. Parabenizo V. Exª pelo seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Senador Carlos Bezerra, agradeço pelo aparte, que, com muita satisfação, incorporo a este discurso. Concordo plenamente com as observações que acrescentou ao meu modesto pronunciamento.

Na verdade, há uma preocupação muito grande em nosso País com os chamados sem terra, mas há muitos que têm terra que estão deixando sua propriedade porque não têm a mínima condição de produzir.

Não basta cuidar dos sem-terra; é preciso cuidar daqueles que têm terra e estão sem condições de tirar dela seu sustento, aqueles que estão sendo expulsos da terra por falta de condições de ali permanecer.

Concordo também com V. Exª quando diz que é preciso, dentro da nova fase de desenvolvimento que o País está vivendo, de estabilidade econômica, assegurar uma política que ajude o homem a permanecer na terra, para tirar dela seu sustento, gerar emprego para seus filhos e também produzir alimentos para a população, além de fornecer matéria-prima para os demais setores econômicos.

Com relação à Embrapa, eu a considero, como V. Exª, um dos órgãos mais sérios. É um órgão que tem uma folha de serviços prestados ao País; as pesquisas de melhores resultados foram feitas pelos técnicos da Embrapa. Portanto, precisamos fortalecê-la cada vez mais, ampliando o seu orçamento, a fim de que possa cada vez mais contribuir, científica e tecnologicamente, com a produção agrícola e pecuária.

Em Petrolina, temos um setor da Embrapa pesquisando variedades de uva, melão, manga, abacaxi, cana, morango, enfim, uma série de produtos que, no futuro, poderão dar uma resposta muito importante àquela região em termos de desenvolvimento agrícola.

Pensando justamente nesses aspectos, o Deputado Osvaldo Coelho, em boa hora, levou, para o encontro em Cabrobó, representantes do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Embrapa, das universidades e do Governo do Estado, a fim de que, de forma coordenada, pudéssemos discutir quais programas e ações deveriam ser desenvolvidos naquela área para promover o desenvolvimento das cidades ribeirinhas do São Francisco.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como resultado desse encontro, foi assinada a Carta de Cabrobó, vazada nos seguintes termos:

"CARTA DE CABROBÓ

FÓRUM ITINERANTE REPENSANDO O SERTÃO

Os Prefeitos e Vereadores reunidos em Cabrobó acreditam nas potencialidades da região do Vale do São Francisco, que compreende os seus Municípios.

Vêm por isso proclamar a sua determinação firme de lutarem urgente e incessantemente pela sua prosperidade e pelo bem-estar do seu povo, concedendo-lhe uma vida digna compatível com a riqueza do seu solo e com as condições que favorecem e beneficiam as águas do rio São Francisco e outras vantagens do clima.

Reconhecem que contam com uma razoável infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações, fatores indispensáveis ao impulso do desenvolvimento.

Obras iniciais de infra-estrutura de irrigação já começam a ser incorporadas ao seu potencial, a exemplo da drenagem, eletrificação e sistematização das terras aluviais das ilhas.

No passado, a região foi a pioneira da irrigação de todo o Vale. Por aqui, as velhas gerações estabeleceram as rodas dágua e as motobombas. Atraíram grandes interesses em torno da cultura da cebola e do arroz. Por aqui surgiram os primeiros pomares de uva modernos. Foi uma epopéia que se notabilizou pelo Brasil afora. Enfim, nossos antepassados anunciaram ao País a irrigação privada do Vale do São Francisco.

É chegada a hora de resgatarmos o nosso destino. De assumirmos novos compromissos com a nossa História, com a nossa gente. Um novo pacto está sendo celebrado hoje. São compromissos com a qualidade de vida do nosso povo. São compromissos com o futuro. E o fazemos porque temos esperanças. E temos esperanças porque acreditamos na força do trabalho de todos.

Efetivamente temos o dever de legar às futuras gerações os alicerces para uma sociedade mais justa.

Muitas lições nos ensinaram que a falta de planejamento gera desperdícios. No nosso País, quem planejou cresceu, outros marcaram passo.

Vamos planejar para crescer!

As nossas atenções começam pela inadiável vontade de recomposição das nossas matas ciliares, do nosso São Francisco, patrimônio maior, incluindo aí a borda das ilhas e da terra firme.

Aqui estamos com convidados muito ilustres e muito importantes para uma parceria fundamental para nossa vitória.

Aqui estão os Reitores das Universidades, a Codevasf, a Embrapa, as instituições de crédito oficiais, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste e, ainda, o Sebrae.

O que pedimos a todos é compreensão para os nossos problemas. E que acreditem em nós.

Depois das primeiras conquistas fundamentais, a estrada e a energia, passamos anos e anos com a inexistência de fortes atenções governamentais, sofremos perdas grandes do nosso patrimônio, do nosso solo, por força da construção da hidroelétrica de Itaparica, sem as compensações que merecíamos.

O que verdadeiramente queremos é um retorno ao espírito e visão dos pioneiros. A realização dos nossos sonhos de prosperidade. Se formos bem-sucedidos nesta empreitada, poderemos inserir novas áreas do Vale e torná-lo por inteiro integrado à economia do País, como merecemos e como se impõe.

De agora em diante, vamos manter um Fórum Itinerante Permanente, denominado Repensando o Sertão, destinado a:

1 – Discutir política de desenvolvimento para a Região do Vale do São Francisco;

2 – Avaliar os planos, programas e projetos do setor público e do setor privado em execução na área;

3 – Propor alternativas de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, para plantar novas unidades produtivas geradoras de empregos e renda;

4. Sugerir formas criativas e inovadoras para integração da Comunidade no esforço de desenvolvimento econômico e social da região.

Esse Fórum deverá contar com a participação, entre outras, das seguintes entidades: Prefeitos, Parlamentares, Codevasf, Embrapa, Sebrae, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Universidade Federal e Rural de Pernambuco, Faculdade de Agronomia de Juazeiro-ba, Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela de Petrolina-pe, Empresários, Comerciantes, Sindicatos, Trabalhadores e Profissionais Liberais.

Pedimos que esta carta seja assinada por todos os Prefeitos, Vereadores e representantes das Instituições presentes, bem como que a primeira assinatura seja a do Deputado Federal Osvaldo Coelho, inspirador deste documento e grande colaborador para a efetivação deste Encontro.

Cabrobó (PE), 04 de julho de 1997."

Sr. Presidente, foi com muita satisfação que tive a honra de, representando o Senado, participar dessa missão econômica no Vale do São Francisco.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Deputado Osvaldo Coelho pela sua liderança, pela coragem da sua iniciativa que tão bons resultados trouxe, como a Carta de Cabrobó, e todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais que participaram desse encontro, que, com certeza, representará um marco na história do desenvolvimento do Vale do São Francisco e, num futuro não muito distante, trará bons frutos para aquela região, com novos investimentos, sobretudo da iniciativa privada, aproveitando a infra-estrutura econômica que lá existe e pode servir de base para o novo esforço de desenvolvimento, trazendo emprego e melhorando a renda da sofrida gente da região do Vale do São Francisco.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOEL DE HOLLANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

OSVALDO COELHO
DEPUTADO FEDERAL

JOEL DE HOLANDA
SENADOR

EDGAR CALDAS CAVALCANTE
PREFEITO DE CABROBÓ

LEANDRO DUARTE
PREFEITO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

MANUEL CARIBÉ
PREFEITO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO

JOÃO BOSCO BIONE
PREFEITO DE OROCÓ

FRANCISCO SIMÕES DE LIMA
PREFEITO DE PETROLÂNDIA

ROMERO MAGALHÃES
PREFEITO DE ITACURUBA

.....
JORGE GARZIERA
PREFEITO DE LAGOA GRANDE

.....
AIRSON LÓCIO
PRESIDENTE DA CODEVASF-BRASÍLIA

.....
PROF. EUZÉBIO MEDRADO SILVA
CHEFE ADJUNTO DE APOIO TÉCNICO DO CPAC-EMBRAPA-BRASÍLIA-DF

.....
DR. GERALDO ESTEVÃO
PESQUISADOR DO CNPAF -GOIÂNIA

.....
MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ
CHEFE DO CPATSA -PETROLINA-

.....
JEFERSON BRANDÃO
DIRETOR DO BANCO DO NORDESTE - FORTALEZA

.....
MANOEL BRANDÃO
SUPERINTENDENTE BNB - RECIFE

.....
GERALDO BLAUTH
SUPERINTENDENTE DO SEBRAE-RECIFE

.....

CARLOS APEL
SUPERINTENDENTE DO BANCO DO BRASIL-RECIFE-PE

.....

GERALDO PEREIRA
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-RECIFE

.....

EMÍDIO CANTÍDIO
REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO-RECIFE

.....

GILDO GALINDO
PRÓ-REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PERNAMBUCO-RECIFE

.....

SÍLVIO AMORIM
DELEGADO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-RECIFE-PE

.....

VEREADORES

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Durante o discurso do Sr. Joel de Hollanda, o Sr. Flaviano Melo, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inc. VII, do Regimento Interno.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, lamentavelmente, registrar, profundamente consternado, o falecimento, ocorrido em Cuba, no último sábado, do jornalista alagoano João Vicente de Freitas Neto e de sua esposa Maria das Graças Carvalho de Freitas. O acidente aéreo que lhe tirou a vida tornou-se tão mais trágico quando se sabe que deixou em Havana os seus dois filhos menores, órfãos de pai e de mãe. Tratava-se de um dos mais conceituados profissionais da imprensa alagoana, militante do Partido Comunista, incondicional admirador do regime cubano e profundamente identificado com a ideologia que abraçou como ideal de sua vida.

Muito embora tivéssemos posições e concepções políticas inteiramente antagônicas, jamais deixei de respeitá-lo como profissional, como figura humana e como um homem profundamente íntegro, reto, honesto e coerente. De sua parte, a despeito de nossas divergências, só recebi demonstrações de respeito, carinho e afeto.

Algumas posições de sua vida dão bem a idéia de sua integridade. Foi vereador em Maceió, eleito tanto por amigos que não comungavam com suas idéias, quanto por seus correligionários. Ao fim de um campanha extremamente modesta e idealista, como era a sua marcante personalidade, foi brindado com a vitória que ele mesmo acreditava impossível. E no auge de sua euforia, pediu ao jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, que o ajudara, que guardasse um segredo que não conseguia conter. E, ante a promessa de sigilo, confessou que não tinha votado nele mesmo, mas sim na sua colega Kátia Born, atual Prefeita de Maceió, que, segundo ele, era mais digna de seu voto que ele mesmo.

Um homem com essa personalidade, Sr. Presidente, é seguramente a representação mais elevada dos ideais éticos de quem abraça uma causa e a ela se devotou.

Registra a **Gazeta de Alagoas** de domingo que, na véspera da viagem que o vitimou, Freitas Neto trabalhou no fechamento da edição do jornal, como fazia habitualmente. Como todos os colegas de redação sabiam de sua viagem, pois tinha inclusive a pretensão de morar em Cuba, começaram as brincadeiras de sempre, que incluíam, é claro, ataques e provocações ao regime cubano, até a incitação premonitória de seu colega Fernando Araújo, advertindo-o para que tomasse cuidado com os aviões russos, que são velhos e não têm manutenção, ao que Freitas, em sua infinita devoção e bondade, respondeu prontamente: "Morro feliz".

Ninguém poderia imaginar que esse desfecho para uma vida edificante, marcada pela coerência e retidão de caráter, que personificou várias das mais elevadas qualidades humanas. Alagoas inteira o pranteia, Sr. Presidente, pois acima das divergências com suas posições políticas, com o ideal da causa que abraçou e que embalou os seus sonhos de vida, todos – adversários, amigos, correligionários e, suponho, até desafetos, que não acredito que tivesse – reconheciam nele traços de caráter extremamente raros. Era intrinsecamente uma personalidade admirável pelas qualidades que externava com a ternura de um verdadeiro idealista. Foi por duas vezes presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas e presidente regional da Federação Nacional dos Jornalistas.

Ao fazer este registro, quero juntar-me à dor de seus filhos, dos familiares e dos amigos e patentear minha admiração pelo grande profissional que ele sempre foi. A família jornalística do meu Estado está de luto, consternada e compungida, pois perde em Freitas Neto não só um símbolo de retidão, mas também um exemplo humano que não podemos deixar de admirar e, neste momento, prantear, com a tristeza que nos inunda a alma e os sentimentos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, pela manhã, fiz um pronunciamento para registrar a minha preocupação quanto à Medida Provisória nº 1.523-9, que tratava da acumulação, na Previdência Social, das pensões e aposentadorias no País.

Naquele dia, externava a preocupação, que não era só minha, mas entendia ser da maioria da classe política brasileira e também de toda a sociedade, de que tal medida poderia, sem ser o objetivo básico, representar uma enorme injustiça, principalmente à população mais pobre do nosso País. Na-

quele dia, encaminhei requerimento de convocação do Ministro Reinhold Stephanes, para debate na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Venho hoje à tribuna, em primeiro lugar, registrar a satisfação de ver que o Presidente da República, em uma ação séria, numa decisão sensível apontada para as dificuldades que a população de mais baixo poder aquisitivo teria com essa medida provisória, voltou atrás e determinou que, efetivamente, se procedesse a novo estudo no sentido de buscar um caminho para se discutir a questão da acumulação das aposentadorias e pensões.

Sr. Presidente, manterei o convite ao Ministro Reinhold Stephanes porque entendo que, em primeiro lugar, mantida a acumulação das aposentadorias e pensões, como quer o Governo, teremos que discutir qual o teto que elas cobrirão. Efetivamente, o teto anunciado de mil e poucos reais pode ser muito para a Previdência, mas ainda é muito pouco para as famílias que já vêm recebendo esses recursos, que, ao meu ver, já têm direito adquirido sobre essa questão.

Quero registrar que manterei o pedido de convocação do Ministro. O pedido já está sobre a mesa e deverá ser votado ao retomarmos da convocação extraordinária. Por tratar-se de matéria que não está no regime de convocação especial, será votada, em momento propício, na Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, reafirmo que a vinda do Ministro será também para discutir a anunciada questão da diminuição dos recursos para o Programa de Assistência Social aos Idosos e Deficientes. Reafirmo que são preocupantes as notícias divulgadas pela imprensa. Até agora, não vimos um desmentido categórico nem da Secretaria de Assistência Social Lúcia Vânia, nem do próprio Ministro Reinhold Stephanes. Portanto, entendemos que este é um bom momento para discutir esses dois temas relevantes para a sociedade brasileira na Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, prestar aqui este esclarecimento público de que manterei o convite ao Ministro para que possamos discutir a questão, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, logo no reinício dos trabalhos do Senado, no segundo semestre.

Sr. Presidente, registro também, com muita satisfação, o lançamento, na próxima quinta-feira, do Programa Interlegis do Senado. Sem dúvida nenhuma, o objetivo de interligar o Poder Legislativo no País com o Senado Federal é de grande importância, principalmente para os Estados mais pobres da Federação. Para o meu Estado de Roraima, ter essa rede ligando o restante do País com as Câmaras de Vereadores e com a Assembléia Legislativa será um fato importante, inclusive pedagógico e educativo, porque, com a informação direta, o Poder Legislativo de cada Estado terá a oportunidade de cometer menos erros e tratar a questão política de uma forma muito mais global.

Portanto, de público, enalteço esse trabalho do Presidente Antonio Carlos Magalhães, do 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima. A rede é importante para o Senado, para todo o País, mas, muito mais, para os Estados menos estruturados da Federação, dentre os quais incluo os da Amazônia e, em especial, o meu Estado de Roraima.

Eram as palavras que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra, por cessão do Senador Casildo Maldaner.

S. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o País assiste, há alguns dias, a uma grave crise na Polícia Militar de vários Estados. Esse movimento que começou em Minas e deixou o Governador mineiro numa situação muito difícil, tendo que recorrer ao auxílio das Forças Armadas para se manter no Governo, deixou muito mal o Primeiro Magistrado de Minas Gerais. Esse movimento está em São Paulo, no Rio, em Mato Grosso, no Pará, na maioria dos Estados brasileiros. A onda de protesto contra os baixos salários dos policiais militares, o desestímulo à carreira, passeatas, panfletagens, estado de greve em São Paulo e em Mato Grosso tem criado dificuldades enormes. Quero dizer a V. Exªs que essa talvez seja a crise institucional mais grave que estamos vivendo nos últimos tempos no País.

Não concordo de modo algum com os abusos policiais, como os ocorridos recentemente em São Paulo, em Rondônia e no Pará, os absurdos feitos contra trabalhadores e assassinatos em massa. No entanto, não podemos condenar a Instituição e toda a Polícia Militar e Civil por conta desses atos de alguns maus policiais que praticaram violência contra trabalhadores e, em sendo assim, violência contra o povo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma questão que acompanhei de perto e quero dar aqui o meu testemunho quando Governador do Estado de Mato Grosso. Sempre fui contra qualquer forma de violência e, apesar disso, esses episódios marcaram muito minha vida. Cheguei a ser, injustamente, pre-

so político em 1964. Meus pais e meus avós sofreram perseguições a mando do poder.

No meu Estado, quando assumi o Governo, essa história recente aconteceu de uma maneira bastante trágica. Trabalhadores foram metralhados na rua principal de Jauru – município importante de Mato Grosso. A polícia praticava crimes hediondos como os da "toalha azul" que passou a ser notícia nacional. Todavia, Srs. Senadores, com poucos meses de governo, conseguimos ter a Polícia Militar mais eficiente do Brasil. Aquela que havia sido manchete de jornais durante tanto tempo mudou o seu comportamento da água para o vinho. Daí por que falei, desta tribuna, que essa questão não está relacionada à lei, a fazer mais leis; essa questão está sob o comando de cada Estado, do Governo de cada Estado. Se o Governador tiver autoridade e for competente, ele jamais vai permitir que atos dessa natureza ocorram em seu Estado, em sua jurisdição. E foi o que fizemos lá.

Primeiro, acabar com a impunidade. Qualquer violência cometida pela Polícia vai ser apurada. Expulsamos mais de 500 policiais.

O único caso de violência que houve foi relacionado a um servente de pedreiro de 17 anos, em uma delegacia em Cuiabá. Os médicos atestaram, na perícia, que ele teria sido vítima de uma úlcera supurada. Morrera por conta disso. Porém, a imprensa denunciou que o Aguinaldo havia sido torturado. Passei uma noite sem dormir, preocupado, porque tinha de resolver aquele problema de qualquer modo, era uma questão de honra. De madrugada, liguei para o companheiro Orestes Quércia, que era Governador de São Paulo. Contei-lhe o caso e pedi o seu apoio, que me enviasse dois peritos de São Paulo, os melhores que ele tivesse. No dia seguinte, os peritos estavam no Mato Grosso. O cadáver do Aguinaldo foi exumado e constatou-se tortura contra aquele pedreiro. Aqueles policiais e os médicos foram processados por conta daquele crime. Alguns deles estão na cadeia até hoje. Então, não houve mais impunidade.

Quanto ao salário, que era de fome, houve também mudanças. Não se pode exigir de um policial ou de qualquer funcionário público um bom desempenho ganhando um salário de fome. Daí a visão equivocada de alguns neste País, neste momento do neoliberalismo, de pensar que tudo que é público não presta, que todo funcionário público não presta, não é eficiente. Não concordo com essas afirmações. O funcionário público é capaz de desempenhar bem a sua função, e a maioria o faz com muita competência, apesar das dificuldades e dos baixos salários.

O menor salário da PM no Estado, naquela oportunidade, foi de 11 salários mínimos. Elevamos de dois para 11 salários mínimos, para o policial não ter de assaltar, não ter de fazer achaques contra a população para poder sobreviver como fazem alguns justificando o baixo salário.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejo agora essa onda em todo o País das polícias militares. Em alguns casos, assuntos primários que já deviam estar resolvidos, assuntos que foram levantados pela Revolução de 1930, do ex-Presidente Getúlio Vargas, e no final do milênio não chegaram ainda a alguns Estados brasileiros. Um deles é o plano de carreira. Estão reclamando um plano de carreira, que é uma reivindicação natural, justa. Em alguns Estados, eles não têm sequer ainda um plano de carreira condigno. Isso é sinal de incompetência! Isso é falta de seriedade no manuseio com a coisa pública!

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui manifestar minha preocupação com esse movimento. Ele é muito grave, porque à Polícia Militar compete cuidar da segurança. As autoridades têm de olhar a questão com muito carinho, porque ela envolve uma série de ingredientes sociais que estão faltando em nosso País, não só com relação à Polícia Militar, mas com relação a todo o funcionalismo, com relação a vastas camadas da sociedade brasileira.

O Sr. Humberto Lucena – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CARLOS BEZERRA – É com prazer que ouço o Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Sr. Senador Carlos Bezerra, estou prestando atenção ao pronunciamento de V. Exª que, sem dúvida, versa sobre um assunto da maior atualidade, qual seja as reivindicaçõ-es das Polícias Militares de um modo geral. V. Exª disse muito bem que a gota dágua foi o que aconteceu em Minas Gerais. Ali começaram os pleitos, dentro de um contexto muito propício, pois sabe o nobre Senador que, há cerca de três anos, o Governo, para manter equilibradas as contas públicas, com vistas ao Plano Real, não reajusta os servidores públicos civis e militares federais. Com isso, os Governadores e os Prefeitos também assim procedem, e, como resultado, ninguém pode negar os baixos salários a que chegaram os que trabalham para o serviço público no Brasil. Mas, a partir da concessão pelo Governo de Minas Gerais de um percentual de reajuste, ali mesmo naquele Estado começou a se alastrar uma reivindicação mais ampla. Sabe V. Exª que, de acordo com a Constituição, o reajuste de sa-

lário deve ser feito de uma vez e ter um caráter geral. Isto é, não pode se referir apenas a uma parcela dos servidores, mas sim a todos, civis e militares. Por isso mesmo, o Governo Itamar Franco – se não me engano em 1993 –, para atender às reivindicações das Forças Armadas no plano federal, em vez de lhes conceder um reajuste, resolveu aumentar em 28% uma ou duas gratificações, o que significava um reajuste indireto de salário. Isso levou, já agora, a Justiça Federal, a partir do Supremo Tribunal Federal, a estender esses 28%, que já haviam sido pagos no Judiciário e no Legislativo, os servidores do Poder Executivo. Tudo começou com onze servidores que pleitearam essa gratificação. Hoje milhares de servidores públicos federais têm esse direito reconhecido pela Justiça, o que vai agravar ainda mais a situação do Tesouro Nacional, na medida em que há a necessidade de se acatar a decisão judicial. O mesmo ocorre no caso das Polícias Militares. V. Exª citou vários Estados – São Paulo, Mato Grosso, Piauí. E hoje a Cidade de João Pessoa – Capital do meu Estado, a Paraíba – amanheceu com a Polícia Militar na rua. Depois de contatos iniciais em dias anteriores com o Governador, a Polícia Militar prepara-se, se não for atendida, para a possibilidade de uma greve. E sabe V. Exª que a greve é proibida para os militares, sejam eles federais ou estaduais. O Governador da Paraíba, a exemplo do que fez o de Minas Gerais, solicitou garantias das tropas federais, que cercam hoje o Palácio da Redenção para assegurar a ordem e autoridade do Governador. Quero, então, com meu aparte, ir ao encontro das palavras de V. Exª, a fim de dizer igualmente da minha preocupação. Todos nós estamos perplexos. O problema é saber como resolver essa situação. É a pergunta que fica no ar.

O SR. CARLOS BEZERRA – Agradeço o aparte de V. Exª.

Muitas coisas têm sido priorizadas neste País. E o funcionamento da instituição pública deve ser prioridade para todo bom governante. O desempenho do Estado depende dos seus servidores, dos seus funcionários. Eles são as pernas e as mãos do Estado.

Sei das dificuldades que os Estados atravessam. Todo o País está lutando para sair de uma crise grave, de décadas. Mas não podemos deixar o setor público ao deus-dará; temos de encontrar formas e meios de aperfeiçoá-lo, de melhorá-lo como um todo. E uma das questões primeiras é o salário, o vencimento. O Estado está perdendo para a iniciativa privada os seus melhores quadros. Investe neles durante anos e, depois de preparados, os melhores acabam indo para a iniciativa privada, já que o salário do setor público é irrisório.

Recebi esta semana o telefonema do diretor de um órgão do Estado de Mato Grosso reclamando que estávamos lhe tomando o seu principal funcionário. Eu lhe disse que não éramos nós que o estávamos tirando de lá, mas o salário vil que estavam pagando. O rapaz casou, agora tem família e não tem condições de sobreviver com aquele salário. Está deixando o órgão para ir para a iniciativa privada, onde ganhará mais.

O resultado disso é a crise das Polícias Militares, são as dificuldades para fazer funcionar a máquina pública, que está cada vez mais emperrada, cada vez mais atrofiada. São setores essenciais para o desenvolvimento do País.

Entendo que devemos dar prioridade a setores extremamente importantes, mas não se pode esquecer o setor público, que é fundamental para a sobrevivência do Estado.

Muito obrigado.

Sr. Senador Humberto Lucena – Se V. Exª me permite ainda continuar o meu aparte, quero dizer que estou de pleno acordo com V. Exª. Tenho defendido aqui a necessidade de reajuste dos servidores públicos, civis e militares. Quis dizer a V. Exª de maneira clara que esse reajuste não pode ser apenas dos servidores militares, mas de todos. Mas, a minha preocupação maior é saber como resolver o problema.

O SR. CARLOS BEZERRA – Concordo com V. Exª. As observações que fiz não foram em relação à sua pessoa. Referi-me aos muitos novos neoliberais – e neoliberalismo é moda agora. Este é um País cheio de modas e que vive copiando os outros. Copiávamos a Inglaterra no século passado; neste século, copiamos os Estados Unidos.

A propósito, os próprios Estados Unidos da América e a própria Europa estão com um pé atrás em relação ao neoliberalismo.

Aqui não! A moda chegou agora; portanto, o bom, o bonito é falar de neoliberalismo. Tudo o mais é colocado de lado como secundário, atitude com a qual não concordo.

O setor público é assunto fundamental e prioritário. Volto a dizer: o Estado nunca vai funcionar bem se não der atenção a esse setor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Bezerra, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 491, DE 1997

Sr. Presidente, requeiro a V. Exª sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação e do Desporto as seguintes informações:

1 – Qual a razão que levou aquele Ministério a baixar portaria para informatização na educação, estabelecendo a aquisição de computadores padrão IBM PC/Pentium, em caráter de exclusividade?

2 – Por que houve dispensa de licitação pública?

3 – A aquisição dos computadores da IBM já se concretizou?

Justificação

Pedimos atenção para a carta que recebemos, através da Internet, de Luiz André Mendonça Pimenta, estudante de Ciência da Computação da PUC/MG, cuja íntegra é a seguinte:

Envio protesto contra a portaria do MEC que define as normas para aquisição de 100 mil computadores para a informatização de escolas públicas.

Tal portaria impõe que os computadores sejam do padrão IBM PC/**Pentium** compatíveis e exclui deliberadamente plataformas com maior uso em educação no mundo, como **Apple Macintosh**, que detêm maioria do mercado norte-americano e europeu na educação.

A recém inaugurada **mailling-list** MacEducação tem debatido este assunto e seus assinantes têm protestado junto ao MEC enviando mensagens para o Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, e o Secretário do SEED, Sr. Pedro Paulo Poppovic.

O Presidente da República respondeu às reivindicações com a seguinte mensagem, via **fax**, segundo o que circula na lista esta semana:

Estive ontem, pela manhã, reunido com integrantes do Ministério da Educação para discutir sobre a aquisição dos computadores para as escolas Estaduais. (...) O Governo tem trabalhado juntamente com a IBM, formando uma parceria para situar o País dentro do grupo dos países do Primeiro Mundo. (...) A IBM é a nossa principal parceira. Foi ela que apoiou o País na informatização da Receita Federal(...), apoio que foi negado pela Macintosh (desenvolvimento dos **softwares** para Declaração IRPF e IRPJ). (...) O País deve à IBM por abrir suas portas a todos os brasileiros.(...)

De acordo com o Ministério da Educação, os preços dos computadores oferecidos pela IBM são inferiores aos do mercado, resultado de toda a parceria sólida entre a IBM e o Governo Federal, o que não aconteceu no orçamento entregue pela **Macintosh**.

O Governo Federal tem certeza que está buscando o melhor para o País e para os brasileiros.

Gostaríamos que o Congresso Nacional investigasse e noticiasse a existência de tal acordo do Governo Federal com empresas multinacionais da área de informática, já que o que está em jogo não é a exclusão da **Apple** (enganosamente chamada de **Macintosh** pelo Senhor Presidente), mas sim a independência do Estado e a liberdade de escolha dos cidadãos.

Computadores para a Receita Federal são computadores diferentes de computadores para o Instituto de Educação, pois executam tarefas diferentes em ambientes e condições diferentes. A seguir este exemplo, as Forças Armadas passarão a usar 38 como a Polícia Civil, por ser a arma da Polícia Federal. Esta desculpa não justifica a atitude do Governo. Compromete mais a sua atuação, deixando-o em descrédito.

Há algo muito errado. Um **lobby** gigante, de bilhões de dólares, está por trás das decisões do MEC e do Governo. Os senhores têm que investigar, pois o favorecimento de empresas ou grupos em licitações públicas é inconstitucional.

Aguardo vossa resposta. Se precisarem de informações a respeito, entrem em contato para que possa ajudá-los.

Saudações.

Luiz André Mendonça Pimenta

Estudante de Ciência da Computação da PUC/MG"

Sala das Sessões, 14 de julho de 1997. – Senador **Humberto Lucena.**

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo dizer que confio plenamente na honradez, não ape-

nas do Sr. Ministro da Educação, Paulo Renato, como do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Mas, para que não paire dúvida a respeito dos procedimentos do Governo Federal, sobretudo no que tange à aquisição dos cem mil computadores, faz-se mister que o Sr. Ministro da Educação responda nosso requerimento, esclarecendo definitivamente o assunto à Nação por intermédio do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA (BLOCO/PT–AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer o registro de uma matéria que foi publicada no jornal **Correio Braziliense** pelo jornalista especial enviado a Xapuri, Ronaldo Brasiliense, pessoa que tem grande conhecimento dos problemas da Região Norte da Amazônia e que traz a discussão sobre a situação de penúria em que se encontra a população do Município de Xapuri.

A reportagem faz parte de uma série de matérias que estão sendo feitas com relação às ONGs – e parece-me que a última será publicada na quarta-feira. Mas esta, particularmente, me chama a atenção em função do problema que levanta, evidenciando o Município de Xapuri, no meu Estado, o Acre, por ser Xapuri a terra do sindicalista e ecologista Chico Mendes. Ao ser assassinado, ele trouxe para o Brasil toda a atenção do movimento ambientalista internacional com as preocupações em relação à preservação da Floresta Amazônica.

Tive a oportunidade de conhecer Chico Mendes quando tinha ainda dezessete anos, de fazermos um curso de formação política, dado pela Comissão Pastoral da Terra, em 1978; a partir desse curso, tornamo-nos amigos. Tive a felicidade de aprender muitas coisas com ele, as quais trago como referência, a ética e a moral e meu compromisso político com a Amazônia e com a questão social do meu País, que para mim foram bastante edificantes.

A matéria faz referência à situação de calamidade em que se encontra um dos municípios do Acre. Eu diria um dos municípios que, em função da repercussão da figura do Chico Mendes e do seu assassinato, teve suporte muito maior do que qualquer outro no Estado do Acre e talvez mesmo na Amazônia.

Os demais municípios – isso eu gostaria de enfatizar – vivem uma realidade de completo abandono. Essa é uma realidade do Estado do Acre, assim como de boa parte dos municípios e dos Estados da Amazônia.

Ressentimo-nos, acima de tudo, de um projeto de desenvolvimento para o Estado que coloque o Poder Público, a ação tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual em primeiro plano.

Enquanto se transferir a terceiros a responsabilidade de resolver os problemas estruturais que temos após a quebra do sistema de aviamento, que era a forma de exploração econômica da borracha e da castanha, com a quebra da empresa extrativista, a Amazônia, particularmente o Acre, ficará sem um plano de desenvolvimento, sem um modelo a ser seguido e praticado. As iniciativas dos grandes projetos, tanto na parte da pecuária quanto da exploração de madeira, não incorporaram mão-de-obra, não foram suficientes para absorver o imenso contingente da população que ficou sem as mínimas perspectivas de sobrevivência, após a quebra da empresa extrativista. O resultado é que hoje Xapuri, Sena Madureira, Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano – poderia citar todos – sofrem sérios problemas na área econômica por não terem como dar respostas às populações que antes viviam da extração da borracha e da castanha, no Vale do Acre, e apenas da borracha no Vale do Juruá.

Faço questão de fazer o registro de que, quando se fala em organizações não-governamentais, muitas vezes se colocam rótulos, como se fossem todas iguais. No Acre conheço várias que prestam um trabalho seriíssimo. Faço questão de citá-las: Fundação SOS Amazônia, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, CTA, o Comitê Chico Mendes e tantas outras prestam serviços à sociedade. Se existe educação em vários seringais, na floresta, no Estado do Acre, é graças ao trabalho dessas organizações não-governamentais; se existe atendimento de saúde, ainda que precário, nos postos de saúde com pessoas treinadas, é devido a um esforço muito grande dessas organizações não-governamentais. Esse esforço, feito de forma pulverizada e com muito sacrifício, não pode de maneira alguma substituir a presença do Estado, o esforço que deve ser do Estado brasileiro, seja por intermédio do Governo Federal ou estadual, em atender as demandas de saúde, de educação e de um plano de desenvolvimento que, por incrível que pareça, Sr. Presidente, não seria tão difícil levar a cabo.

Somos um Estado com 15 milhões de hectares de riqueza, com apenas 450 mil habitantes, 500 mil no máximo, menos pessoas que um bairro de uma

grande cidade, não deveríamos estar vivendo nessas condições de penúria. Poderíamos até ser pobres, mas miseráveis não, porque não existe espaço para miseráveis na Amazônia.

Hoje, há uma população que não consegue sequer sobreviver; muitas vezes cobra-se das organizações-não governamentais que respondam a esse desafio. Mas, enquanto o dinheiro público é drenado para a corrupção, para a compra de votos, para uma série de fatos escandalosos que a todo momento são denunciados nos meios de comunicação, as respostas de que precisamos não virão, não apenas pela falta de dinheiro, que é fundamental, mas, basicamente, por não termos um projeto de desenvolvimento.

Somos uma economia agroflorestal e isso tem que ser levado em conta. É preciso que se faça o zoneamento ecológico-econômico para que se delimitem os investimentos. Aquilo que já foi explorado como atividade pecuária deve receber atenção necessária para potencializar, inclusive, a sua produção. Aquelas áreas que já estão sendo utilizadas na produção de grãos para alimentar a sociedade acreana também devem ser potencializadas, mas nossa vocação é agroflorestal.

Nesse sentido, um projeto que institua uma forma de exploração racional dos nossos recursos, que leve a cabo um processo de incorporação e absorção da mão-de-obra local nas atividades que podem ser praticadas em nosso Estado é fundamental.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero dizer que, muitas vezes, cobra-se do Bispo respostas aos problemas sociais que estamos enfrentando, como ocorreu na questão da violência, em que os meios de comunicação, de repente, pediam providências de S. Emª, como se fosse ele o responsável pela política de segurança do Estado do Acre. Também se cobra das ONGs – não estou me referindo, neste caso, à matéria em si, mas ao que acontece lá na paróquia, em nossa província.

Deixa-se de pedir providências àqueles que têm responsabilidade maior e que, numa parceria responsável com essas entidades e organizações, associada à força e à capacidade que aquele povo tem de sobreviver – digo isto com muita tranqüilidade porque me considero uma sobrevivente – tornariam possível acabarmos com a miséria que hoje está fazendo com que milhares de pessoas sejam obrigadas a sair da floresta para ser mão-de-obra desqualificada, como são chamadas nas periferias das cidades. Isso, sem falar no alcoolismo, na prostituição, na violência, que é um dos aspectos de que falei, ainda na sexta-feira, referente ao fato de que o Estado do Acre está sendo apontado como um dos Estados que mais têm praticado violência contra a mulher.

Então, Sr. Presidente, com essas palavras, solicitaria que fosse publicada nos Anais da Casa a matéria do **Correio Braziliense** que tem o título "Xapuri pede socorro". O socorro que Xapuri pede dirige-se a todas as pessoas de bem, às organizações não-governamentais sérias e competentes que, mesmo com sacrifício – aquelas que são autóctones –, ainda têm feito um trabalho muito grande na região, bem como do Governo Federal.

Amanhã, estaremos dando uma grande contribuição, de natureza estrutural, qual seja, a aprovação de uma política de preço para a borracha, com o financiamento da produção nacional, sob o título de Serviço Ambiental ou de Custo Ambiental, com medidas que façam com que a população, ao ter um preço para o produto que ainda é o mais imediato para a nossa economia, possa ter alguma renda e viver com o mínimo de dignidade.

A partir daí, podemos levar a cabo as idéias que temos e que já estão no papel, idéias que estão até sendo praticadas de forma experimental, dentre elas a implementação dos sistemas agroflorestais, a implementação de agroindústrias para o beneficiamento de nossa produção, a agregação de valor, incorporação da mão-de-obra, que hoje está ociosa. Com certeza, a partir daí, os nossos 500 mil habitantes, em um espaço de 15 milhões de hectares de floresta, não serão mais miseráveis; poderão ser até pobres, mas não miseráveis.

Espero que o Congresso Nacional, além de aprovar as emendas do Senador Serra, que muito irão ajudar nessa política da borracha, possa também aprovar aquelas que estou apresentando e que considero de fundamental importância, a fim de que, com esse projeto, ao cabo de oito anos, ao ser encerrado o subsídio para a borracha, possamos dizer – senão eu, que talvez não esteja mais aqui – ou que alguém possa dizer que fomos capazes de, com essa ajuda do Governo Federal, dar uma resposta aos problemas sociais da Amazônia, que hoje pede socorro. Do Estado do Pará ao do Acre, do Estado do Amapá ao de Roraima, todos estamos pedindo socorro, que não é um socorro de esmola, não é a política do "pires na mão"; é a política de um projeto econômico-social que, incorporando a variável ambiental, seja capaz de reestruturar nossa base econômica e social.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA MARINA SILVA EM SEU DISCURSO:

Senadora Marina Silva

XAPURI PEDE SOCORRO

A morte do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, em dezembro de 1988, mobilizou, como nunca havia ocorrido na história do Brasil, organizações não governamentais ambientalistas nacionais e internacionais para a realização de campanhas para garantir a preservação da floresta amazônica.

A pressão internacional sobre o governo brasileiro conseguiu vitórias, como a criação da reserva extrativista Chico Mendes, com 950 mil hectares, no Acre, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Também resultou na liberação de recursos para financiar projetos de preservação ambiental em toda a Amazônia e a demarcação de reserva indígenas.

Hoje, a situação no Acre é grave. Seringueiros e castanheiros estão desamparados e o desemprego atinge 20% da população em Xapuri, a terra de Chico Mendes. Mais de 50 serrarias que atuavam na região fecharam suas portas e a única usina de castanha do lugar, que chegou a ter 115 funcionários, paralisou suas atividades atolada em dívidas.

Xapuri (AC) — Poucas semanas antes de ser assassinado, em 22 de dezembro de 1988, o líder seringueiro Chico Mendes, numa de suas últimas entrevistas, fez um desabafo: revelou que tinha medo de morrer. Mas deixou claro: se sua morte fosse mesmo inevitável, que pelo menos servisse para que o mundo voltasse suas atenções para a destruição da floresta amazônica e para seus companheiros seringueiros.

A morte de Chico transformou o minúsculo município de Xapuri, com 12 mil habitantes, numa referência internacional para as organizações não governamentais ambientalistas, que passaram a desenvolver campanhas de arrecadação de fundos no mundo inteiro, para investir em projetos de preservação ambiental na Amazônia, usando a imagem de Chico Mendes.

Oito anos depois da morte de Chico Mendes, os desmatamentos aumentaram e os povos da floresta defendidos por Chico — seringueiros, castanheiros, índios e ribeirinhos — nunca estiveram tão mal. Mais de 14 mil quilômetros quadrados de floresta tropical úmida amazônica foram incineradas somente de 1990 a 1994 — uma área maior do que o estado do Amapá.

Essa situação de extrema pobreza pode ser constatada no seringal Novo Horizonte, a 40 quilômetros de Xapuri. Na madrugada do último dia 30, Francisco Paes de Souza, 38 anos, mãos calejadas, descendente de nordestinos — como a maioria dos habitantes da região —, despede-se da mulher e dos dois filhos menores, que ainda dormem. São cinco horas da manhã e ainda há escuridão lá fora. Souza prepara-se para mais um dia de muito trabalho.

Depois de horas de caminhada pela floresta, no interior do seringal, com uma "cabrita" — instrumento de metal cortante utilizado para sangrar as seringueiras —, Souza começa a coletar látex nas seringueiras nativas que encontra pela frente. São milhares em toda a região.

Francisco Souza é um tipo em extinção na Amazônia. "Cortar seringa não garante mais nem o leite das crianças", queixa-se o seringueiro, na profissão desde os 14 anos. O maior problema é o preço do látex (R$ 0,70 o quilo); outro, o escoamento da produção pois as estradas vicinais da região estão abandonadas.

A situação de Francisco não é diferente da de outros milhares de chicos, josés e marias que fazem do extrativismo da castanha, da seringa e dos óleos vegetais uma questão de sobrevivência na Amazônia.

Antônio Teixeira Mendes, primo de Chico Mendes, presidente da Cooperativa Agro-extrativista de Xapuri, fundada por Chico Mendes em julho de 1988 desabafa: "Fomos abandonados".

Desolado, Mendes exibe, fechada e sem viva alma, a usina de beneficiamento de castanha-do-pará, que não teve capital de giro este ano para participar da compra da safra de castanha e que ficará fechada, sem funcionar, até o ano que vem.

SÍMBOLO DA HUMANIDADE

Antonio Mendes lembra que foi graças aos recursos de uma organização não governamental internacional, a Survival Cultural, dos Estados Unidos, que a usina pode ser instalada, no início da atual década, garantindo emprego para mais de 100 famílias. "A idéia de criar a cooperativa foi do Chico Mendes e do Gumercindo Rodrigues, no início de 1987, mas só em junho de 1988 é que fundamos a cooperativa, com 34 associados", recorda Antonio Mendes.

Agora, por incrível que pareça, a usina de castanha foi fechada por causa do sucesso do Plano Real, que tornou proibitivo o preço da castanha no mercado exterior. A produção era comprada diretamente pela Survival Cultural, que revendia a castanha amazônica, com lucro, no mercado norte-americano. Hoje até mesmo a Survival Cultural saiu de lá.

As duas mais importantes ONGs com atuação no Acre — o Conselho Nacional dos Seringueiros e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) — pouco podem fazer. Aguardam até hoje que o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil libere recursos para a consolidação da reserva extrativista Chico Mendes, com 950 mil hectares, totalmente demarcada com verbas repassadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A esperança dos seringueiros é a usina de beneficiamento de látex, instalada no último dia sete em Xapuri, bancada com recursos do Ibama. "Vamos ver se conseguimos levantar a seringa na região", torce Antonio Mendes.

Há três anos, dom Moacir Grechi, bispo de Rio Branco, Acre, participou em Paris de um encontro internacional promovido pelo comitê contra a fome e pelo Desenvolvimento, organismo ligado à Igreja Católica da França. Havia pessoas de todos os continentes.

"Tive uma grata surpresa quando percebi que a grande área reservada às comemorações era delimitada por quatro grandes quadros de Ghandi, Desmond Tutu, Luther King e Chico Mendes. O nosso Chico Mendes tornou-se um dos grandes símbolos da humanidade naquilo que ela tem de melhor: sua luta pacífica, persistente e corajosa pela igualdade de todos os seres humanos e sua radical fraternidade."

PROMESSA DE MUNDOS E FUNDOS

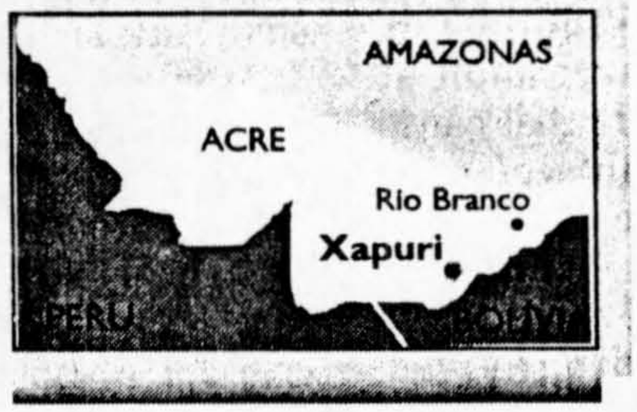
O prestígio internacional que Chico Mendes ganhou após sua morte não se transformou em investimentos em Xapuri. O vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, ainda como senador visitou Xapuri. Prometeu mundos e fundos. Nada aconteceu. ONGs como a National Widelife Federation, dos EUA, com 4,5 milhões de sócios, que atuavam com assiduidade no Acre, também bateram em retirada.

A salvação à vista são projetos demonstrativos aprovados com recursos do Programa Piloto. Para o Acre foram aprovados 15 projetos, com R$ 3,1 milhões em investimentos. Nenhum dos projetos será bancado em Xapuri.

O túmulo de Chico Mendes, no cemitério de Xapuri, está sujo e abandonado. As visitas são cada vez menos frequentes. A ex-mulher, Izalmar, e os filhos, hoje residem em Rio Branco. Na lápide de mármore, onde aparece em uma foto de perfil, Chico Mendes deixou sua última mensagem, escrita três meses antes de morrer, durante um vôo de São Paulo para o Acre.

"Atenção, jovem do futuro. Seis de setembro de 2.120, aniversário do primeiro centenário da Revolução Socialista Mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento da unidade socialista e que pôs fim a todos os inimigos da sociedade. Aqui fica somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi esses acontecimentos, que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado."

ONDE FICA



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Srªs. e Srs. Senadores.

"Contarás sete anos sabáticos, sete vezes sete anos. (...) O qüinquagésimo ano será para vós um jubileu. (...) Nesse ano jubilar, voltareis cada um à sua possessão." (Levítico, 25, 8 a 13).

Sr. Presidente, o Encontro Internacional por uma Estratégia Comum, a Dívida Externa e o Fim do Milênio levam muito em conta a proposição considerada no Levítico, que também o Papa João Paulo II, por ocasião da sua encíclica O Terceiro Milênio que Advirá, de 10 de novembro de 1994, disse, segundo o Livro do Levítico: "E, assim, os cristãos deverão responsabilizar-se pelos pobres do mundo", sugerindo recorrer-se ao jubileu como um período de tempo apropriado para pensar, entre outras coisas, em uma consistente redução, se não se puder tratar propriamente de uma condenação, ou de um perdão da dívida internacional, que hoje é tão importante para o destino de tantas nações.

Parlamentares de todos os países latino-americanos e do Caribe estiveram reunidos, inclusive com destacadas personalidades da América do Norte e da Europa, das mais diversas organizações, em Caracas, Venezuela, de 10 a 11 de julho, para debater a questão da dívida externa que afeta nossos países.

Sr. Presidente, pediria fosse transcrito o preâmbulo desta resolução e passaria a ler as principais conclusões:

"Em conseqüência, este encontro internacional sobre a dívida externa e o fim do milênio se pronuncia por:

Primeiro: apoiar ativamente as iniciativas, gestões e esforços realizados pelo Parlamento Latino-Americano para alcançar uma estratégia comum, cujo objetivo é iniciar o século XXI sem as cargas das dívidas que freiam o desenvolvimento de nossos países. Segundo: desenvolver em todo o continente americano, em todos os países afetados pelos efeitos da dívida, uma intensa mobilização orientada a unir forças no sentido de propor, junto aos respectivos governos, a necessidade de assumir uma estratégia comum de negociação com os credores. Em tal sentido, solicitamos o apoio e a solidariedade dos diversos setores intelectuais, sociais, religiosos e empresariais, tanto de nossos países como dos países desenvolvidos. Terceiro: apoiar as iniciativas do Parlamento Latino-americano para levar esse problema perante a União Interparlamentar. Quarto: exortar os parlamentos da região a constituir comissões especiais de investigação e a avaliação das dívidas públicas externas, para estimular políticas nacionais na busca de soluções. Quinto: exortar os parlamentos nacionais da América Latina e da Europa que introduzam projetos de declaração ou de lei, instando os respectivos Poderes Executivos nacionais a promover, por meio de suas missões permanentes nas Nações Unidas, um projeto de resolução pedindo à Corte Internacional de Justiça de Haia uma opinião consultiva sobre os aspectos jurídicos internacionais da dívida externa (artigo 96 da Carta das Nações Unidas e artigos 38, 65 e 68 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça) em consonância com a exortação da XII

Conferência Interparlamentar União européia América Latina celebrada em Bruxelas, em junho de 1995 (Resolução nº 27)".

Aliás, Sr. Presidente, sobre essa proposição já houve resolução apresentada pelo Deputado Franco Montoro e aprovada no âmbito da Comissão de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados. Também o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez menção a esse assunto há dois anos, na ONU, mas não houve ainda uma seqüência conclusiva. Levando isso em conta, tenciono apresentar proposição para eventual aprovação no Senado Federal.

Sexto: declarar que os credores dos países latino-americanos são, ao mesmo tempo, devedores no âmbito ecológico, situação que deve ser quantificada e considerada no tratamento multilateral da dívida externa.

Sétimo: respaldar ativamente a iniciativa de Sua Santidade, João Paulo II, de declarar 2000 como Ano do Jubileu em matéria da dívida externa. Nesse contexto, apoiar o projeto da Cidade de Florença de convocar colóquio internacional sobre a dívida para o desenvolvimento para este ano.

Oitavo: propor a organismos interparlamentares de outras regiões a realização de ações conjuntas que permitam somar esforços e promover estratégia comum com o Parlamento Latino-americano com relação à dívida externa.

Nono: respaldar a iniciativa da criação de um Fórum de Devedores, proposto pelo Conselho Nacional de Economia e de Trabalho da República da Itália.

Décimo: requerer dos organismos financeiros multilaterais uma redefinição do manejo da dívida externa com um maior sentido de justiça para os povos em desenvolvimento.

Décimo Primeiro: promover campanhas de informação à população apoiadas em estudos de comissões técnicas constituídas sobre o assunto em cada um de nossos Países.

Décimo Segundo: designar uma delegação de representantes de distintos organismos integrada por personalidades para apresentar as conclusões deste Encontro Internacional ante a VII Reunião de Cúpula Ibero-Americana que se realizará em Porlamar, Ilha de Margarita, Venezuela.

Décimo Terceiro: convidar o Parlamento Latino-Americano, os parlamentos regionais e os parlamentos nacionais a integrar uma instância plural continental que planifique, programe, execute e dê seguimento às ações acordadas neste Encontro.

Caracas, Venezuela, 12 de julho de 1997."

Assim, Sr. Presidente, tendo em vista a representação brasileira que esteve em Caracas - os Deputados Franco Montoro, Gonzaga Mota, Aldo Rebelo, Augusto Viveiros, representando o PSDB, o PMDB, o PC do B, o PFL e o PT -, será importante que levemos adiante essas proposições em todos os Parlamentos e Executivos de nossos países da América Latina e do Caribe, em especial no Parlamento Brasileiro, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

****

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO:

****

(Proyecto de Declaración Final, tercera versión)

LA DEUDA EXTERNA Y EL FIN DEL MILENIO
ENCUENTRO INTERNACIONAL POR UNA ESTRATEGIA COMUN

Parlamentarias y Parlamentarios Latinoamericanos, provenientes de todos los países del Continente, acompañados de destacadas personalidades de Norteamérica y Europa, así como de representantes de las más diversas organizaciones sociales, políticas, empresariales, gremiales, laborales, académicas y religiosas, reunidos en Caracas, Venezuela, durante los días 10, 11 y 12 de julio del corriente año, luego de un amplio debate en relación con la Deuda Externa que afecta nuestros países, hemos acordado hacer la siguiente declaración:

El carácter de la mayoría de nuestras economías se encuentra hoy determinado por el endeudamiento de los Estados, cuyos gobiernos incurrieron en errores y desaciertos económicos, al igual que los países acreedores abusaron de las condiciones de negociación, lo cual, aunado a las corrientes económicas prevalecientes, limita a los gobiernos deudores para tomar sus propias decisiones.

En la realidad de los hechos, el capital financiero globalizado, al operar como acreedor de los Estados, nada está arriesgando, toda vez que los préstamos están garantizados y, lejos de aplicarse en inversión productiva, la afectan.

Por otro lado, los créditos otorgados se han transformado en títulos al portador mediante la figura de bonos Brady. De esta manera, el capital acreedor oculta su rostro tras millones de poseedores de difícil ubicación y que negocian esos títulos en el mercado, generando un intenso tráfico en las bolsas de valores, en tanto los pueblos continúan pagando los costos del reajuste y el cambio estructural.

Sin embargo, los organismos crediticios, a través de los distintos acuerdos suscritos con los deudores, determinan los montos y asignaciones en el presupuesto nacional, así como la orientación general de nuestras economías. Estas se encuentran atrapadas dentro de un verdadero círculo vicioso: para pagar deuda, necesitan dinero y, para obtener nuevo dinero, necesitan endeudarse. A todo lo cual se suma el hecho de que los acreedores han incrementado unilateralmente las tasas de interés. Se configuran así, actos de usura condenados por los principios generales del Derecho, como lo recoge el Estatuto de la Corte Internacional de Justicia.

Ello explica el por qué, después de haber pagado más del doble de la deuda contratada, ésta se ha visto multiplicada.

La deuda pública tiene como único respaldo el ingreso estatal. Sin embargo, la deuda externa no sólo comprende al Estado. En algunos países, importantes sectores privados contrataron créditos en el exterior, con aval público. Al incumplir sus obligaciones, parte de esa deuda privada también se hizo pública al tener que asumirla el Estado avalista sin que, en muchos casos, haya recuperado los pagarés con los cuales resarcir las cantidades pagadas.

Con ingresos insuficientes, los gobiernos apelan a nuevos endeudamientos. Necesitados de recursos y presionados por nuevas condiciones crediticias, los estados tienen que apelar a la creación de nuevos impuestos, al incremento de los ya existentes, al aumento sistemático de las tarifas en los servicios públicos, al endeudamiento interno, a la venta de activos estatales estratégicos y a la sobreexplotaciòn de los recursos naturales, con el consecuente deterioro ambiental. Se castiga así el consumo de los bienes de primera necesidad. Se contrae el mercado interno, cae la inversión productiva y crece el desempleo.

Como resultado, la distribución del ingreso nacional se hace críticamente regresiva, generando una deuda social con su estremecedora sucesión de incertidumbres e inestabilidad. Todo ello producto de la imposición de modelos de desarrollo incompatibles con las condiciones propias de la región, que incluso han llegado a poner en riesgo el desarrollo de los procesos democráticos.

En tales circunstancias, alcanzar niveles de desarrollo y de sistemas de distribución que garanticen una calidad de vida digna de todo ser humano, se hace un objetivo inalcanzable, con lo cual, además de ser un problema económico, político y social, la deuda pública asume también un carácter ético.

Por todo lo anterior, consideramos:

PRIMERO: En muchos casos, la deuda fue adquirida violando la legalidad de los países prestatarios y, en algunos casos, también la de los países prestamistas.

SEGUNDO: Al transferirse a la población el pago de la deuda mediante los sistemas impositivos y los incrementos sistemáticos de tarifas en los servicios públicos, se contrae la demanda interna y se incrementan el desempleo y la pobreza.

TERCERO: Los intentos de los distintos gobiernos para negociar y resolver por separado el problema de la deuda, los ha debilitado frente a los acreedores.

CUARTO: El endeudamiento de los gobiernos limita la autonomía de los Estados para tomar sus propias decisiones en ejercicio de su soberanía.

QUINTO: La deuda pública se ha convertido en el más poderoso mecanismo mundial para sostener el crecimiento del capital financiero especulativo sin que éste haga ningún aporte real a las economías supeditadas y sin que, además, corra riesgo alguno.

SEXTO: El camino tomado por algunos gobiernos en el sentido de vender activos estratégicos del Estado para atender el servicio de la deuda, afecta negativamente las economías nacionales.

En consecuencia, el Encuentro Internacional sobre **LA DEUDA EXTERNA Y EL FIN DEL MILENIO**, se pronuncia por:

PRIMERO: Apoyar activamente las iniciativas, gestiones y esfuerzos realizados por el Parlamento Latinoamericano para alcanzar una estrategia común cuyo objetivo es iniciar el Siglo XXI sin las cargas de las deudas que frenan el desarrollo de nuestros países.

SEGUNDO: Desplegar en el continente americano y en todos los países afectados por los efectos de la deuda, una intensa movilización orientada a unir fuerzas y a plantear ante los respectivos

gobiernos, la necesidad de asumir una estrategia común de negociación con los acreedores. En tal sentido, solicitamos el apoyo y la solidaridad de los distintos sectores intelectuales, sociales, religiosos y empresariales, tanto de nuestros países como de los países desarrollados.

TERCERO: Apoyar las iniciativas del Parlamento Latinoamericano para plantear este problema ante la Unión Interparlamentaria.

CUARTO: Exhortar a los parlamentos de la región a constituir comisiones especiales de investigación y evaluación de las deudas públicas externas, para estimular políticas nacionales en la búsqueda de soluciones.

QUINTO: Exhortar a los parlamentos nacionales de América Latina y de Europa a que introduzcan proyectos de declaración o de ley, instando a los respectivos poderes ejecutivos nacionales a promover, por medio de sus misiones permanentes en las Naciones Unidas, un proyecto de resolución pidiendo a la Corte Internacional de Justicia una opinión consultiva sobre los aspectos jurídicos internacionales de la deuda externa (Artículo 96 de la Carta de las Naciones Unidas y Artículos 38, 65 y 68 del Estatuto de la Corte Internacional de Justicia), en consonancia con la exhortación de la XII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, celebrada en Bruselas, junio de 1995 (Resolución N° 27).

SEXTO: Declarar que los acreedores de los países latinoamericanos son, al mismo tiempo, deudores en el ámbito ecológico, situación que debe ser cuantificada y considerada en el tratamiento multilateral de la deuda externa.

SEPTIMO: Respaldar activamente la iniciativa de Su Santidad Juan Pablo II, de declarar el 2000 como Año del Jubileo, en materia de deuda externa. En este contexto, apoyar el proyecto de la Ciudad de Florencia, de convocar un coloquio internacional sobre la deuda para el desarrollo, en dicho año.

OCTAVO: Proponer a organismos interparlamentarios de otras regiones la realización de acciones conjuntas, que permitan sumar esfuerzos y promover una estrategia común con el Parlamento Latinoamericano con relación a la deuda externa.

NOVENO: Respaldar la iniciativa de la creación de un Foro de Deudores, propuesto por el Consejo Nacional de Economía y de Trabajo de la República de Italia.

DECIMO: Requerir de los organismos financieros multilaterales una redefinición en el manejo de la deuda externa con un mayor sentido de justicia para los pueblos en desarrollo.

DECIMO PRIMERO: Promover campañas de información a la población, apoyadas en los estudios de comisiones técnicas constituidas al efecto en cada uno de nuestros países.

DECIMO SEGUNDO: Designar una delegación de representantes de distintos organismos e integrada por personalidades para presentar las conclusiones de este Encuentro Internacional ante la VII Cumbre Iberoamericana a realizarse en Porlamar, Isla de Margarita, Venezuela.

DECIMO TERCERO: Invitar al Parlamento Latinoamericano, a los parlamentos regionales y a los parlamentos nacionales a integrar una instancia plural continental, que planifique, programe, ejecute y de seguimiento a las acciones acordadas en este Encuentro.

Dado en Caracas, Venezuela, el día 12 de julio de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Júlio Campos e Elcio Alvares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL/MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a exportação da seiva da seringueira, ou látex, foi responsável por um notável desenvolvimento econômico na Amazônia, das duas últimas décadas do século XIX até as primeiras do presente século, período que se denominou de ciclo da borracha. O extrativismo que se praticava na Amazônia sofreu, entretanto, um tremendo revés diante do cultivo da seringueira em extensas plantações no Oriente, principalmente na Malásia e em Cingapura, aonde foi levada pelos ingleses. Por duas ocasiões, em 1927 e em 1943, a companhia norte-americana Ford empenhou-se em praticar o plantio da hevea brasiliensis em larga escala no Pará, ambas as tentativas redundando em fracasso, sobretudo pela persistente ação de um fungo. Concluiu-se, apressadamente, que a plantação de seringais para extração do látex não era viável no Brasil.

Tudo isso pertence à História. Mas, certamente, passar uma borracha no passado não é a melhor maneira de se entender o presente. No bojo do processo desenvolvimentista do final da década de sessenta, após longa crise de abastecimento de borracha, o Governo brasileiro decide promover e financiar o cultivo da seringueira, criando o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural PROBOR, que iria atuar até o início dos anos oitenta. Adotando variedades resistentes às pragas, e entusiasmados com as promessas do Governo, os agricultores plantaram duzentos mil hectares de seringais em solo brasileiro, a maior parte dos quais no Mato Grosso. Outros produtores, localizados principalmente no Estado de São Paulo, passaram a cultivar a seringueira com recursos próprios.

Embora se tenha tornado uma importante cultura no País, o plantio da seringueira não atingiu o objetivo almejado quando da criação do PROBOR: fazer o Brasil tornar-se, novamente, exportador da borracha natural. A produção nacional tem suprido apenas 45% da necessidade do mercado interno. O restante é importado, principalmente dos países asiáticos, os quais vêm oferecendo o látex a um preço bastante atrativo. Enquanto o quilo da borracha importada chega aqui custando US$ 1,70, o nacional está sendo comprado por US$ 2,15. Não se trata, essencialmente, de uma questão de maior ou menor produtividade. Além de receberem subsídios dos respectivos governos, os custos da mão-de-obra contratada pelos plantadores asiáticos são bem menores. Lá o trabalhador recebe um salário em torno de cem dólares mensais, sem adicionais referentes a encargos trabalhistas. No Brasil, os salários médios dos seringueiros têm se situado por volta de 250 dólares, os quais, somados aos encargos e direitos trabalhistas, representam, para os empregadores, 450 dólares ao mês.

A produção de borracha natural na Ásia corresponde a 80% da produção mundial. A borracha sintética não aparece como um substituto viável, pois, além de apresentar limitações quanto à elasticidade, custa cinco vezes mais. O látex da seringueira continuará, portanto, a ser um produto estratégico, só ficando imune às flutuações do mercado internacional, bastante centralizado, o país que for auto-suficiente.

A área dos seringais brasileiros precisa dobrar para que alcancemos a auto-suficiência. Nossos heveicultores vêm investindo na ampliação de suas plantações, mas sentem-se inseguros diante das perspectivas de terem de reduzir mais o preço do seu produto, tornando-o economicamente inviável. O cultivo da seringueira, por outro lado, não conta com um retorno imediato são necessários cinco a seis anos para que os seringais comecem a produzir o látex, mais dez anos para que atinjam a maturidade, continuando a produzir até os 35 anos aproximadamente. A competição em condições desiguais com os plantadores asiáticos não poderá ser resolvida por meio de um aumento da produtividade, ao menos nos próximos anos.

Assim é que os heveicultores brasileiros, os seringueiros e os principais consumidores do produto, que são as indústrias fabricantes de pneumáticos, uniram-se em torno de uma proposta comum. Em nenhum momento pensou-se em se reivindicar uma redução do montante dos encargos trabalhistas. A solução poderia ser bem simples, caso o Governo se dispusesse a abrir mão de uma pequena porcentagem dos quinhentos milhões de reais de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI recolhidos pelos fabricantes de pneus. Essa renúncia fiscal seria exatamente igual à diferença paga a maior na compra da borracha brasileira. Assim, se considerarmos uma diferença de setenta centavos de dólar para cada quilograma de borracha comprada e a produção nacional de sessenta mil toneladas prevista para 1997, teríamos uma renúncia total de quarenta e dois milhões de dólares, correspondendo a menos de 10% do IPI atualmente arrecadado junto ao setor.

As vantagens de uma tal medida são consideráveis. Além de garantir condições de sobrevivência e de expansão à heveicultura brasileira, poderia criar cerca de sessenta mil empregos diretos, fixando no campo esses trabalhadores e suas famílias. E o déficit de nossa balança comercial diminuiria.

Após alguns anos de incentivo, os seringais brasileiros, cuja maior parte é composta de árvores com seis a doze anos de idade, estarão em sua plenitude produtiva. Os heveicultores poderão, então, prescindir desse benefício. Não é o caso do presente momento, em que todo um importante setor de nossa agricultura, além da atividade extrativista no Norte do País, encontra-se seriamente ameaçado. Nenhum de nós quer, certamente, que ocorra um segundo colapso da produção brasileira de borracha natural.

É muito importante que o Governo acompanhe com a atenção devida a nossa heveicultura, avaliando suas potencialidades e estimulando de fato o seu crescimento. Após a desativação do Probor e a extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha SUDHEVEA, os produtores se ressentem da falta de uma estrutura específica no aparelho estatal, onde seus problemas sejam debatidos e as soluções delineadas. A criação de uma câmara setorial da borracha será um importante passo no sentido de realizar o imenso potencial da produção brasileira do látex. Não apenas soluções momentâneas, mas também um acompanhamento sistemático é o que pedem os representantes da cadeia produtiva da borracha, que consideram a falta de incentivo do Governo o principal problema do setor.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL–ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil está prestes a ocupar um cargo de grande relevo na aviação civil do mundo: no dia 1º de agosto próximo, o Major-Brigadeiro-do-Ar Renato Cláudio Costa Pereira, da Aeronáutica brasileira estará assumindo o cargo de Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI, agência da Organização das Nações Unidas especializada no transporte aéreo civil. É a primeira vez que essa missão é confiada a um latino-americano e, para felicidade nossa, caberá essa honra a um brasileiro.

O novo cargo que o Major-Brigadeiro Renato Cláudio irá ocupar é o coroamento de uma longa, profícua e competente vida dedicada aos assuntos aeronáuticos. Desde que se formou Oficial Aviador, na Academia da Força Aérea, já galgou todos os postos da hierarquia aeronáutica, deixando em todos os lugares por onde passou a marca da sua competência e da sua dedicação.

Nessa breve homenagem que lhe rendo, incluindo o seu nome nos anais desta Casa, destacarei tão-somente aqueles feitos que o projetaram no meio aeronáutico civil de nosso País e do mundo e que foram determinantes para que fosse ele alçado ao cargo máximo da OACI.

Começou como Gerente e Coordenador de Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto de Atividades Espaciais do Cento Técnico Aeroespacial da Aeronáutica. A seguir, ocupou o cargo de Diretor do Instituto de Proteção ao Vôo, quando desenvolveu o programa de formação e treinamento de controladores do tráfego aéreo, meteorologistas e técnicos em manutenção do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

Como Assessor de Logística do Ministério do Aeronáutica, desenvolveu negociações para a obtenção de financiamentos de projetos ligados à aviação civil brasileira, incluindo a renovação do sistema de navegação aérea e a aquisição e a fabricação de aeronaves, os quais serviram para fortalecer a indústria nacional do transporte aéreo. Essa atuação teve continuidade no novo cargo que ocupou como Secretário de Planejamento e Controle da Secretaria de Planejamento e Contrato da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, quando tinha também a incumbência de gerenciar os recursos destinados ao Ministério da Aeronáutica.

De 1990 a 1994, foi o Chefe do Subdepartamento de Planejamento do Departamento de Aviação Civil – DAC. Era ele o responsável pela concessão de autorização às empresas para explorarem os serviços de transporte aéreo, pela autorização de horários e freqüências de vôos e pela fiscalização dos preços das passagens aéreas. No exercício desse cargo criou condições para que o número de empresas aéreas regionais aumentasse, para que crescessem e pudessem concorrer em algumas rotas com as empresas de âmbito nacional. Foi esse um substancial incentivo à concorrência, o que resultou no surgimento de novos mercados, fazendo com que novas cidades fossem servidas pelo transporte aéreo e o preço das passagens ficasse mais barato. Foi também graças à sua atuação que outras empresas aéreas brasileiras – Vasp, Transbrasil, e mais recentemente, TAM – puderam ter acesso ao mercado internacional, antes restrito à Varig.

No propósito de implementar essa política, incentivou a realização da V Conferência Nacional de Aviação Comercial, que reuniu, durante uma sema-

na, 300 executivos da aviação civil brasileira. As conclusões dessa conferência deram origem à Política para os Serviços de Transporte Aéreo Comercial do Brasil, atualmente em vigor, cuja aplicação, sob sua coordenação, constituiu um marco que revolucionou todos os segmentos do transporte aéreo brasileiro e seu relacionamento com o resto do mundo.

Concomitantemente a essa chefia, de 92 a 96, ocupou a presidência da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil. A sua atuação nesse órgão proporcionou um maior incremento no transporte aéreo da região, maior cooperação técnica entre os países e, o que é mais auspicioso, melhorou o nível de segurança da aviação. Como conseqüência dessa nova política, essa Comissão estará aumentando a sua área de influência e, ainda este ano, se transformará em comissão Pan-Americana de Aviação Civil, abrigando todos os países das Américas e do Caribe.

De 1990 ao corrente ano, foi também o presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional – CERNAI. No exercício desse cargo, foram seus objetivos principais:

– atualização da maioria daqueles acordos bilaterais que tinham características técnicas ultrapassadas;

– adoção de uma política de abertura e expansão do transporte aéreo, de modo a ampliar a representatividade do Brasil no transporte aéreo internacional, com maior presença das empresas brasileiras nessa atividade;

– estímulo à introdução de novos recursos de navegação aérea, para tornar a aviação brasileira mais moderna e segura.

Também aqui foi marcante a sua atuação para que o Brasil aumentasse a sua participação no transporte aéreo mundial: foram estabelecidos acordos bilaterais com mais de trinta países dos cinco continentes. Regionalmente, foram criadas as bases para uma maior integração do transporte aéreo no âmbito do Mercosul, com a assinatura do Acordo de Transporte Aéreo Sub-Regional, único acordo de serviços aéreos multilateral existente no mundo.

É com esse vasto rol de bons serviços prestados à Aeronáutica brasileira e à aviação civil que o Major-Brigadeiro-do-Ar Renato Cláudio se prepara agora para alçar um vôo mais alto. O cargo de Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional é não só um novo desafio no seu vasto currículo aeronáutico, mas também um prêmio à sua competência e dedicação à causa da aviação civil.

O Brasil não poderia estar melhor representado nesse organismo internacional. É a pessoa certa no lugar certo. A OACI, podem ter certeza, contará com um Secretário-Geral competente e eficiente. A aviação civil do mundo só terá a lucrar com isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1997
(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 477, de 1997 – art. 336, **b**)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1997 (nº 1.936/96, na Casa de origem), que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 367 e 368, de 1997, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça; e

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1997
(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 483, de 1997 – art. 336, **b**)

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1997 (nº 3.100/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências.

Dependendo de pareceres das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres; e

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h56min.)

AGENDA CUMPRIDA, PELO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

14-7-97

Segunda-feira

13:30 – Almoço em homenagem ao Presidente do BID, Senhor Enrique Iglesias
SHIS QL 12, Conj. 11, Casa 01

15:30 – Sessão não deliberativa do Senado Federal

19:00 – Recepção na Embaixada da França
SES – Avenida das Nações, lote 04

COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA

Criada Através do Requerimento nº 1.036/96-Sf, Destinada a acompanhar, in loco, os Atos, Fatos E Circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do hospital Materno-infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima.

2ª Reunião realizada em 20 de novembro de 1996.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial destinada a acompanhar, in loco, atos, fatos e circustâncias que envolveram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima. Presentes na reunião os Senhores Senadores JOSÉ BIANCO, ROMERO JUCÁ e as Senhoras Senadoras MARLUCE PINTO e MARINA SILVA. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador ROMERO JUCÁ, declara abertos os trabalhos da Comissão, dispensando, em seguida, a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, convidando os membros desta Comissão para uma audiência na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, nos dias vinte e oito a trinta do corrente mês, onde serão ouvidas as pessoas envolvidas. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, secretária da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada.

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 1.036/96-SF, destinada a acompanhar, in loco, os atos, fatos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do hospital Materno-infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima.

3ª Reunião realizada em 29 de novembro de 1996.

Às nove horas do dia vinte e nove de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Fundação Nacional de Saúde, em Boa Vista, Estado de Roraima, reúne-se a Comissão Especial destinada a acompanhar, in loco, atos, fatos e circustâncias que envolveram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth, em Boa Vista, Estado de Roraima. Presentes no recinto os Senhores Senadores Romero Jucá, Presidente, Marluce Pinto, Relatora, João França e Sandra GUIDI. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Romero Jucá, declara abertos os trabalhos da Comissão, dispensando, em seguida, a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos convidando o primeiro depoente Doutor Mauro Campelo, Juiz da Vara de Infância e Juventude para prestar esclarecimentos à Comissão. A Presidência concede a palavra aos membros da Comissão para que possam questionar o depoente. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Marluce Pinto, Sandra Guidi e o Senador Romero Jucá. Findo o depoimento do Doutor Mauro Campelo, a Presidência convida o segundo depoente, Deputado Federal Alcestes Almeida e concede-lhe a palavra para fazer sua exposição. Após sua explanação, o depoente é interpelado pelos Senhores Parlamentares, Senadora Marluce Pinto, Senadora Sandra Guidi, Senador Jõao França e Senador Romero Jucá. Findo o depoimento do Deputado Alcestes Almeida a Presidência convida o terceiro depoente, Doutora Odete Domingues, ex-Diretora do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth, em Boa Vista, Estado de Roraima e concede-lhe a palavra para fazer sua exposição. Após sua exposição, usam da palavra para interpelar a depoente os Senhores Senadores Marluce Pinto, Sandra Guidi, João França e Romero Jucá. Finda a exposição da Doutora Odete Domingues, a Comissão delibera ouvir o depoimento do movimento de mães e parentes de crianças que faleceram no Hospital. Depois de ouvir o depoimento dos integrantes do movimento, a Presidência convida para ouvir conjuntamente o quarto e o quinto depoente, Doutor Edson Damas, Representante do Ministério Público e Doutor Marcos R. Fernandes, Promotor da Vara da Infância e da Juventude, respectivamente. Usam da palavra para interpelar os depoentes o Senhores Senadores Romero Jucá, Marluce Pinto e Sandra Gui-

di. A Presidência convida o sexto depoentes, Deputado Estadual, Iradilson Sampaio, Líder da oposição na Assembléia Legislativa, membro da Comissão que envestiga a morte dos bebês no Hospital Marterno Infantil Nossa Senhora de Nazareth para fazer suas exposições. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Senadora Marluce Pinto, Sandra Guidi, João França e Senador Romero Jucá. Finda a exposição do Deputado Iradilson Sampaio, a Presidência convida o sétimo depoente, Doutor Sérgio Pilon, Secretário de Saúde do Estado para fazer suas exposições. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Senadores Romero Jucá e Marluce Pinto. Findo o depoimento do Doutor Sérgio Pilon, a Presidência convida o oitavo depoente, Doutor Luiz Araújo, Diretor do Instituto Médico Legal para fazer suas exposições. Usam da palavra para interpelar os Senhores Senadores Romero Jucá e Marluce Pinto. Findo o depoimento do Doutor Luiz Araújo, a Presidência convida o nono depoente, Senhor Manoel Ribas Galvão, Diretor da LUCEL para fazer suas exposições. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Senadores Romero Jucá e Marluce Pinto. Findo o depoimento do Diretor da LUCEL, a presidência convida o décimo depoente, Deputado Estadual Célio Vanderley para fazer suas exposições. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Senadores Romero Jucá e Marluce Pinto. Finda a exposição do Deputado Célio Vanderley, a Presidência convida a décima primeira depoente, Doutora Sílvia Távola, Médica do Hospital, e comunica que, considerando o horário extrapolado os outros depoentes serão ouvidos amanhã, às dez horas, após a visita ao Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth. Ouvida a exposição da depoente, Doutora Sílvia Távola, usam da palavra para interpelar a depoente o Senador Romero Jucá, as Senadoras Marluce Pinto e Sandra Guidi. Findo o depoimento da Doutora Sílvia Távola, a Presidência encerra a reunião às dezenove horas e vinte minutos. No dia trinta do corrente, às nove horas inicia-se a visita ao Hospital Materno Infantil, com a presença dos Senhores Senadores Romero Jucá, João França e as Senhoras Senadoras Marluce Pinto e Sandra Guidi. Fomos recepcionados pelo Doutor Wilson Franco, Médico Obstetra do Hospital e pela Senhora Claudete Praia, Chefe da Divisão de Informática, que acompanhou a Comissão por todo a Hospital. Findo a visita ao Hospital às onze horas, a Comissão dirigi-se à Fundação Nacional de Saúde para ouvir os depoentes que, ontem, não fizeram suas exposições. A Presidência continua os trabalhos da Comissão, às onze horas e quinze minutos, com a presença dos Senhores Senadores Romero Jucá, Marluce Pinto e Sandra Guidi. A Presidência convida a décima segunda depoente, Doutora Eugênia Glauci, Médica do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth. Ouvida a exposição da depoente, usa da palavra para interpelar a depoente o Senhor Senador Romero Jucá. Findo o depoimento da Médica Eugênia Glauci, a Presidência convida a décima terceira depoente, Doutora Francineia Rodrigues, Diretora do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth. Após sua exposição a depoente é interpelada pelo Senador Romero Jucá e a Senadora Marluce Pinto. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e dez minutos, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada juntamente com o apanhamento taquigráfico.

PRESIDENTE: **Senador Romero Jucá**

RELATORA: **Senadora Maluce Pinto**

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Declaro aberta a reunião da Comissão Especial destinada a acompanhar **in loco** os atos e circunstâncias que envolveram e provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-infantil Nossa Senhora de Nazaré, em Boa Vista, Estado de Roraima.

Presentes à reunião realizada na sede da Fundação Nacional de Saúde, em Boa Vista, Roraima, no dia 29 de novembro, a Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão de Sindicância, a Senadora Sandra Guidi e o Senador João França. Coloco, em primeiro lugar, para apreciação dos presentes a ata da primeira reunião de instalação realizada no dia 31 de dezembro de 1996. (Pausa.)

A Ata está aprovada por unanimidade.

Agora, ouviremos os depoimentos das pessoas convidadas para esta reunião. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Mauro Campelo, Juiz da Vara da Infância e da Juventude do Estado de Roraima.

Dr. Mauro Campelo, é um prazer tê-lo aqui. V. Exª sabe do objetivo da nossa Comissão de Sindicância. Eu gostaria de saber se V. Exª quer fazer alguma colocação, quer prestar algum esclarecimento, enfim algum tipo de informação que possa nortear o nosso trabalho.

O SR. MAURO CAMPELO – Vou aguardar as perguntas para depois me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Coloco a palavra à disposição, em primeiro lugar, para a Relatora fazer algumas perguntas, e, em seguida, a palavra será franqueada aos Srs. Senadores, à equipe técnica. Eu também, como Presidente, farei algumas perguntas.

Concedo a palavra à nobre Relatora, Senadora Marluce Pinto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Mauro Campelo, para nós é uma honra a vossa presença nesta Casa. Sabemos que V. Exª não tem responsabilidade direta sobre os acontecimentos, porque não faz parte da área de saúde. Formulamos o convite exatamente por sabermos do interesse de V. Exª no que diz respeito às causas da criança e do adolescente.

Gostaríamos, antes das perguntas, que V. Exª pudesse apresentar um quadro, não que tenha acompanhado o caso diretamente, mas, por meio da imprensa, das suas colocações, saber da sua opinião e, posteriormente, como Relatora, eu lhe farei algumas perguntas.

O SR. MAURO CAMPELO – Em primeiro lugar, na área da infância e da juventude, temos, todas as sextas-feiras, uma reunião que denominamos Pacto pela Infância. São as ONGs e os órgãos governamentais que se reúnem, inclusive no Judiciário, para discutirmos toda a temática ligada à criança e ao adolescente, principalmente na área da educação, da saúde e da proteção especial.

Recordo-me de que, em maio deste ano, a Diretora do Hospital Materno-Infantil procurou o Pacto pela Infância para fazer...

A SRª MARLUCE PINTO – Por favor, V. Exª poderia falar o nome da pessoa para que fique registrado.

O SR. MAURO CAMPELO – A Diretora era a que saiu agora, a Drª Odete. Ela, como Diretora, esteve presente, junto com uma equipe, com outros médicos da Maternidade, o Dr. Harry, o Dr. Tarciso, psiquiatra do Estado, à reunião do Pacto pela Infância, e levaram algumas preocupações da saúde ligada à área da criança e do adolescente. Uma dessas preocupações era que o PAI, Pronto Atendimento Infantil do Hospital Materno, estava com uma superlotação, a demanda estava muito grande, e o hospital não estava tendo condições de atender às necessidades da população dessa área. Inclusive, foi dito, constou em ata da reunião, que duas ou três crianças dividiam o mesmo leito, podendo trazer problemas maiores.

Por exemplo, a criança chegava no hospital com uma determinada doença e ficava em contato com uma outra, podendo sair com uma doença maior do que aquela com que entrou. Lembro-me, na época, que o Promotor da Infância, Dr. João Gaspar, se fazia presente e perguntou quais eram as medidas que a Diretora tinha adotado, e ela teria dito que já havia comunicado isso às autoridades superiores, às pessoas na hierarquia, dentro da Secretaria, superiores a ela. E que havia uma promessa que o Hospital Coronel Mota se transformaria em hospital pediátrico, ou seja, a maternidade ficaria só como maternidade, e, desse modo, haveria condições para se atender à demanda da maternidade de forma eficiente, e a área infantil iria para o o Coronel Mota.

A Diretora registrou que no Hospital Materno Infantil as condições de atendimento começavam a ficar precárias devido ao grande número de mães acompanhando seus filhos; em média, havia três ou quatro dentro do mesmo quarto. Já não se conseguia mais fazer aquele trabalho a que a maternidade se propunha.

O Hospital Materno Infantil, há dois anos, concorreu a um prêmio chamado Amigo da Criança, do Unicef. É muito difícil receber um prêmio desses porque são muitas exigências do Unicef; parece-me que seria o primeiro hospital da região Norte a conseguir esse prêmio.

Passado algum tempo, a Diretora já dizia que o hospital não estava mais atendendo nem a metade das exigências que o Unicef fazia; realmente, o atendimento estava precário, precariíssimo. Naquela ocasião, sabía-se que essas coisas poderiam acontecer.

Por isso, o Pacto pela Infância deliberou, naquela reunião, que iríamos informar o Secretário de Saúde dos acontecimentos. Isso foi feito. Comunicamos ao Secretário de Saúde toda a preocupação da comunidade, das ONGs e dos órgãos governamentais da situação que estava ocorrendo na maternidade. E o Secretário respondeu que, ao contatar o Governador, apresentaria a promessa de transformar o Hospital Coronel Mota, que estava ocioso, em hospital pediátrico.

De julho para agosto, tivemos uma outra reunião com novas denúncias, mas, dessa vez, com crianças que já começavam a morrer na maternidade em virtude dos problemas denunciados pela então Diretora e por outros médicos.

Novamente, fizemos o encaminhamento ao Secretário pedindo providências em decorrência da situação precária. Fizemos uma reunião com toda a área da saúde, e algumas soluções foram tomadas, pelo menos soluções iniciais, pois sabemos que para transformar um hospital ocioso em um hospital pediátrico, tem que se fazer licitação, comprar de material, fazer obras de reparo para adequar o hospital para o atendimento na área de pediatria, assim como a contratação de pessoal.

Como todas essas providências demoram, sugerimos que o Ministério Público fizesse uma visita aos

postos de saúde da comunidade porque havíamos verificado que essa superlotação do PAI era resultado da precariedade do atendimento dos postos, que não estavam dando atendimento no bairro, na localidade. Era por esse motivo que mandavam a criança para o Hospital Materno Infantil fazer exames que poderiam ter sido feitos lá no posto de saúde.

Detectamos a questão da municipalização da saúde. O Município não fez nenhum investimento na área da saúde, e o Estado de Roraima sempre arcou com todas as despesas de infra-estrutura de atendimento à saúde. Ficou deliberado que o Ministério Público faria visitas áreas do Município para sensibilizar o seu investimento nessa área

Esse hospital que está sendo construído e será inaugurado este ano, segundo notícias, sofreu adaptações para poder fazer atendimento infantil, urgentemente, justamente por que o Município está sensível a essa questão.

Verificamos que a demanda estava muito grande em razão da migração intensa no Estado de Roraima. Os investimentos na área de saúde eram poucos tanto no âmbito de Município, Estado e, principalmente, da União, uma vez que o Estado de Roraima é um Estado pobre. Vivemos, na verdade, a arrecadação é o contra-cheque.

Essas são as minhas considerações, as informações a princípio.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Mauro, as minhas perguntas vão se basear na sua exposição. V. Exª falou que, há dois anos, mais ou menos, o Unicef até qualificou o hospital. V. Exª não disse se o hospital chegou a ganhar a qualificação que concorreu, chamada Amigo da Criança. Qual o ano que isso aconteceu, V. Exª tem lembrança disso? Na época quais eram os dirigentes, o Secretário de Saúde?

O SR. MAURO CAMPELO – Foi o último ano do Governo do de Ottomar Pinto. Lembro-me que era o último ano, inclusive a Marisa ou Marília, uma das filhas dele era a Diretora do Hospital Materno-Infantil. Isso nos dois últimos anos do seu Governo. Esse hospital tinha todas as condições, aparelhagem, inclusive quartos para os pais acompanharem a criança, o adolescente, ou seja, tudo na forma do Estatuto da Criança. O hospital foi adequado em cima das normas do estatuto. Fazia, inclusive, exame do pezinho, pois é difícil encontrar hospitais que fazem isso, enfim, todo acompanhamento na gestação era feito. Havia também o acompanhamento da adolescente quando estava grávida e posterior à gravidez. Quando se verificava que a mãe não queria a criança, o serviço social acionava o setor do juizado, para que começássemos o processo de adoção. Funcionava de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Pela resposta de V. Exª dá para se chegar à conclusão que acompanhava mais ou menos a organização, o desempenho da maternidade, na função que V. Exª ocupa aqui no Estado? Um acompanhamento permanente?

O SR. MAURO CAMPELO – Sempre acompanhei de perto, e é por isso que tivemos essas reuniões para levar ao conhecimento do Secretário a situação precária que estava se encontrando a maternidade no período deste ano.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª mencionou que a partir de maio foi procurado pela ex-Diretora, Drª Odete Domingues, e algumas providências o Secretário havia tomado no decorrer do prazo entre a reunião do Pacto da Infância e da Juventude e até o acontecimento. V. Exª condição de expor para a nossa Comissão quais foram as providências tomadas durante o período?

O SR. MAURO CAMPELO – A única providência que temos conhecimento que foi feita por escrito para o pacto, em resposta, junto ao Governador, foi essa tentativa de sensibilizá-lo de transformar o Hospital Coronel Motta em um Hospital Pediátrico. Só isso. Agora, outras atitudes em virtude de investimento do Hospital Materno-infantil, não temos conhecimento, até porque em julho a Odete nos procurou com essa equipe para dizer que a situação estava piorando e crianças morrendo na maternidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Mauro Campelo, sei que V. Exª não se prende ao trabalho único e exclusivo do nosso Estado de Roraima, porque como política que sou do Estado acompanho o interesse que V. Exª tem de participar de seminários em vários Estados brasileiros.

Hoje, a Imprensa Nacional já divulgou que em quatro Estados, nesses últimos meses após o acontecimento em Roraima, está acontecendo nas maternidades públicas, o mesmo tipo de infecção hospitalar que tem gerado bastante óbito.

Conhecedor que é do problema infantil no nosso País, qual a conclusão a que V. Exª chega para esse acontecimento, se isso é algo que está se generalizando em termos de Brasil? Somos Senadores e o nosso trabalho não se prende única e exclusivamente ao Estado de Roraima, embora essa Comissão seja específica, mas temos a obrigação de saber das pessoas, principalmente como V. Exª, que

tem o maior interesse por tudo que diz respeito à infância e à juventude. Nós temos que fazer um relatório específico, mas chamando também a atenção das autoridades em Brasília para o setor de saúde, porque temos a certeza que está bastante precário, haja vista que o Ministro da Saúde da envergadura do Ministro Dr. Adib Jatene, quando integrou o cargo fez um relato, embora sucinto da situação da saúde no Brasil. V. Exª conhece não só os bairros do centro da nosso cidade e o modo de vida da classe média, em Roraima, mas muito mais o senhor tem conhecimento da nossa periferia.

Então, a minha pergunta é a seguinte: será que aquela enchente que houve aqui, de muitas chuvas, de muita alagação, e a nossa periferia está cheia de valas, isso possa ter concorrido para os incidentes atuais?

O SR. MAURO CAMPELO – A falta de urbanização da cidade é fator preponderante para a questão de saúde. A cidade que tem esgoto, que tem saneamento básico, evidentemente tem menos problemas de saúde, determinados tipos de doença não acontece. O saneamento básico é colocado em qualquer discussão da área de saúde. Evidentemente, as enchentes que ocorreram ste ano contribuiram para o aumento da demanda dos hospitais e nos postos de saúde.

V. Exª colocou o problema ao nível de Brasil. Não sei como a saúde está em Campinas, Niterói, Boa Vista, Fortaleza. Eu estou retornando de um seminário do Rio Grande do Norte. Participei desse encontro como convidado do Governo Estadual para falar sobre o Centro Sócio-Educativo de Roraima, pioneiro na América Latina.

Um jornal daquele Estado noticiou que em Natal está para acontecer no hospital deles o mesmo problema que aconteceu aqui em Rondônia. A saúde vai mal no Brasil, e, principalmente na área de atendimento à criança e ao adolescente. Essa é uma verdade que ninguém pode esconder. É só visitar um hospital que sentimos esse estado de coisas.

Sou carioca, e no Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, as pessoas estão sendo atendidas nos corredores: faltam gaze, mercúriocromo, mertiolate, etc., quer dizer, materiais mínimos, necessários para um hospital.

O controle de infecção hospitalar fica difícil, porque é um entra e sai de gente e uma confusão dentro do hospital.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Nesta semana, lendo a reportagem da **Veja** com referência à maternidade-escola do Estado do Ceará, em Fortaleza, um técnico falava que uma incubadora teria que ficar no mínimo três horas desocupada após o bebê sair: esse tempo seria utilizado para se fazer uma limpeza adequada e a esterilização total da incubadora. E o que ocorre é que, tão logo tira-se um bebê, já tem um outro em péssimas condições de saúde que precisa ir para a incubadora, e ela que tem que ser ocupada imediatamente.

Então, chega-se à conclusão de que o problema de Roraima não é um caso isolado. É isso que nós, Senadores, e os assessores da Casa estamos acompanhando. Temos de chegar a uma conclusão para podermos tomar uma providência junto ao Ministério da Saúde.

Dr. Mauro Campelo, falou V. Exª que foi convidado para ir ao Rio Grande do Norte para falar sobre o Centro Sócio-Educativo. Lembro-me de que esse foi um trabalho para o qual V. Exª deu uma contribuição muito grande, ainda no Governo anterior, para que aquele centro fosse realmente construído e colocado em funcionamento. Infelizmente, não deu tempo de terminar.

Agora, eu lhe faço uma pergunta: já que V. Exª acompanhou o projeto, o andamento das obras, pode dizer se ele está atendendo às suas expectativas e às necessidades aqui de Roraima?

O SR. MAURO CAMPELO – O Centro Sócio-Educativo é referente ao adolescente infratores...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sim, mas V. Sª o mencionou achei que isso não ficou bem claro neste relatório. Faço essa pergunta porque atualmente presido uma reunião no Senado sobre o adolescente e a exploração do trabalho escravo. Já que V. Exª falou sobre o assunto, eu gostaria que sucintamente me fornecesse a sua opinião, porque possivelmente o convidaremos para prestar alguns esclarecimentos nessa outra Comissão.

O SR. MAURO CAMPELO – Certo. O projeto do Centro Sócio-Educativo teve grande repercussão. Na época, visitei Senadores e Deputados da Bancada de Roraima pedindo até a inclusão de emenda no orçamento. Acabou dando aquela confusão toda e tiveram que se retirar as emendas. O governo do Estado acabou assumindo o projeto, que teve uma repercussão tamanha que hoje é reconhecido como projeto pioneiro na América Latina. Ele rompe toda aquela mentalidade da Febem e Funabem, o adolescente é visto de um outro enfoque se ele comete uma infração de natureza grave, no caso de internação e semi-liberdade. Esse centro tem atingido as expectativas e tem recuperado adolescentes de forma digna, com a participação da família.

Eu tenho rodado pelo Brasil afora apresentando esse projeto, tanto que fui ao Rio Grande do Norte para expor o projeto sócio-educativo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita com as respostas. Não tenho mais nenhuma pergunta a fazer. V. Exª fique à vontade, se quiser prestar um outro esclarecimento.

Retorno o microfone ao Presidente, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria se algum dos Senadores tem mais algum questionamento a fazer?

Concedo a palavra a Senadora Sandra Guidi.

A SRª SANDRA GUIDI – Dr. Mauro Campelo, fico feliz de encontrá-lo batalhando pela questão da infância e da juventude. Um trabalho que acompanhei na condição de Primeira Dama e Coordenadora de Assistência Social na minha cidade.

Em relação ao problema da maternidade de Boa Vista, eu gostaria de saber se como Juiz da Vara da Infância e da Juventude, há quanto tempo o senhor acompanha esse trabalho em Boa Vista? Só na qualidade de Juiz da Vara da Infância e da Juventude ou, também, se o senhor já morava aqui, tinha outro trabalho ou já desenvolvia outras atividades aqui?

O SR. MAURO CAMPELO – Sou oriundo do Rio de Janeiro, cheguei aqui em 1991, no primeiro concurso da Magistratura do Estado. Na época era território, depois passou a Estado, fomos os primeiros juízes do primeiro concurso que tomaram posse e, a partir desta data, assumi a Vara Criminal e de Menores, na época.

Em cima disso, começamos a fazer todo um trabalho de mobilização, principalmente com a comunidade, para discutirmos a questão da criança e do adolescente. Em cima disto fomos estruturando a Vara da Infância e da Juventude, projetos na área da criança e do adolescente, tanto a nível de município quanto a nível de Estado.

Foi a partir de 1991, realmente, que eu comecei a trabalhar em cima da área da criança e do adolescente. Antes de 1991 eu não sei como se encontrava realmente a questão da área da criança e do adolescente.

Sei que não existia uma mobilização dentro da comunidade em cima disso. Começavam os embriões, dentro das ONGs e dos órgãos governamentais, num reordenamento das secretarias para essa área da criança e do adolescente.

A SRª. SANDRA GUIDI – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dr. Mauro, eu teria alguns questionamentos e solicitaçõ-es a fazer em nome da Presidência.

A primeira delas é que V. Exª afirmou que em maio de 1996 e depois em julho e agosto de 1996, a Drª. Odete, com alguns médicos, procurou o Pacto da Infância exatamente no sentido de alertar para a situação que vivia o hospital.

Eu perguntaria ao senhor e solicitaria, se houvesse, algum tipo de documento, algum tipo de ofício que foi encaminhado por esses métodos, pela diretora, que pudesse ser enviado à Comissão.

A segunda colocação que V. Exª faz é a de que, na verdade, nos últimos dois anos, queria saber se procede, a qualidade do atendimento do hospital materno-infantil, do PAI, caiu vertiginosamente. Nós tivemos um momento em que o hospital-maternidade disputava um tipo de premiação por boa atuação, até uma situação em que disputou esse troféu nefasto de morte de crianças, entre os piores hospitais do país. Como foi dito, não só aconteceu aqui, mas também está acontecendo em alguns hospitais que estão colocando em cheque o sistema de saúde brasileiro.

Eu perguntaria se procede, se essa afirmação de V. Exª, que nos últimos dois anos se deteriorou, e o pacto acompanhou sobre a condição da maternidade e do atendimento às crianças em Boa Vista?

O SR. MAURO CAMPELO – Em virtude da demanda, da procura no hóspital para esse atendimento e a falta de estruturação, aumentar o hospital, separar a maternidade do infantil, estruturar os postos de saúde. O município assumir a sua parcela nessa área, enfim, foram enes fatores que levaram dois anos a saúde, nessa área da criança e do adolescente, a realmente se deteriorar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª encaminhou ao Secretário de Saúde correspondências relatando os encontros com os médicos. Eu pediria que fosse encaminhado cópia.

V. Exª recebeu promessas do Secretário de Saúde, de que o Hospital Coronel Motta, possivelmente, seria transformado em hospital pediátrico para suprir essa deficiência já apontada pela própria direção da maternidade. Eu solicitaria, também, cópia desse documento.

Eu perguntaria se V. Exª tomou conhecimento, se houve essa transformação do Hospital Coronel Motta em hospital pediátrico aqui no Estado?

O SR. MAURO CAMPELO – Não. Ontem, inclusive, no segundo concurso de juízes do estado, tiveram participando de uma visita ao Centro Sócioe-

ducativo. Todos foram conhecer esse projeto, foi o dia ligado à área da criança e do adolescente. Puderam ter uma noção de como se encontra esse projeto. Foi um dia ligado à área da criança e do adolescente, para que eles tivessem noção de como o projeto se encontra.

O Secretário de Saúde fez uma palestra de 20 minutos e disse que será feito um convênio com o Ministério da Saúde. Está esperando, para 1997, uma verba destinada ao aparelhamento do Hospital Coronel Mota, para que realmente ele se torne um hospital.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª, como Juiz da Infância, através do Pacto, recebeu alguma denúncia de maus tratos, mau atendimento ou falta de alimentação a crianças no hospital maternidade que não tenha sido de médicos ou de familiares, acusando a direção, médicos, enfermeiros?

O SR. MAURO CAMPELO – Não recebemos. No Pacto, nenhum cidadão procurou. Não sei se alguma entidade que faz parte do Pacto possa ter recebido. Como Juiz, não recebi qualquer denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Parece-me que a CPI que investiga essa mesma questão, na Assembléia Legislativa, está tentando levar para um lado. É importante que isso fique esclarecido.

V. Exª recebeu algum tipo de denúncia no sentido de que, a partir de agosto, o Hospital Maternidade e o Pacto estariam sendo utilizados politicamente? Estaria havendo laqueadura de trompas, aborto, operações e tratamentos condicionados ao período eleitoral, pela ex-diretora, ou por pessoas que atuam dentro do hospital?

O SR. MAURO CAMPELO – Não chegou nenhuma denúncia neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Juizado tem o acompanhamento das mortes das crianças no último ano, ou essa questão só foi suscitada a partir do momento em que a imprensa fez um acompanhamento sobre essas mortes nos hospitais?

O SR. MAURO CAMPELO – Não. Essa função é do Ministério Público, e não da Vara específica da Infância. Esse processo não vai tramitar, tem de ficar bem claro isso, na Vara de Infância e da Juventude. Esse processo tramita numa Vara Criminal.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª tomou conhecimento de que o relatório da Fundação Osvaldo Cruz, do Ministério da Saúde, foi feito exatamente no sentido de levantar todas as dificuldades da maternidade, as irregularidades ocorridas, o tipo de problema com as bactérias, o mau funcionamento?

O SR. MAURO CAMPELO – Não, eu não tive esse acesso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de informar que a Comissão encaminhará uma cópia a V. Exª, como Juiz, como interessado na questão, exatamente para que o Pacto possa, efetivamente, acompanhar e supervisionar, inclusive, as mudanças que a Fundação Osvaldo Cruz encaminha e solicita ao Governo do Estado.

Por fim, eu perguntaria ao senhor se há algum tipo de atuação, algum tipo de ação que o Juizado e o Pacto possam fazer no momento dessa apuração.

O SR. MAURO CAMPELO – A função do Pacto é apenas ser fórum de articulação entre as ONGs e os órgãos governamentais, discutir a questão, buscar algumas soluções e encaminhá-las às autoridades competentes. O Pacto foi criado pela UNICEF, em 1993 ou 1994, justamente para fazer essa mobilização da sociedade junto com o Poder Público.

A sociedade discute com as autoridades competentes do Poder Público. Dali nascem projetos como o Centro Sócio-Educativo, o Projeto Pequeno Cidadão, Menino do Dedo Verde.

Como em Roraima, todos os governos estão abertos à discussão com a sociedade, que tem procurado encontrar as soluções corretas para os seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A equipe técnica tem algum questionamento a fazer?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Sou Consultor Legislativo do Senado e quero fazer uma indagação: V. Exª acha que a sua Vara de Infância e da Juventude esgotou suas possibilidades de intervenção neste caso, diante da tragédia?

O SR. MAURO CAMPELO – Não creio que suas possibilidades estejam esgotadas. A função da nossa vara é específica às questões da criança e do adolescente, mas não quando são vítimas. O Estatuto não deu essa competência para o Juizado. Quando a criança e o adolescente são vítimas, vai para uma vara comum, que seria a Vara Criminal.

O nosso papel é meramente de articulador, preocupado com a questão da saúde na área da criança e do adolescente, fazemos um acompanhamento, mas, por lei, não temos a obrigatoriedade de intervir. Continuamos com as articulações necessárias para que o Hospital Coronel Mota realmente se transforme em um hospital pediátrico. Pode até melhorar agora, mas lá para frente, quando acontecer outra chuva dessas ou qualquer outro fator que venha a aumentar a demanda, isso tranqüilamente vai se repetir.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a presença do Dr. Mauro Campelo, que prestou informações valiosas à Comissão. Vamos encaminhar o relatório da Fundação Osvaldo Cruz, para conhecimento do Juizado e do Pacto, e pedir também que os documentos solicitados pela Presidência sejam encaminhados assim que seja possível.

Muito obrigado.

Dando seqüência à nossa reunião, vamos ouvir a exposição do Deputado Federal e médico, Dr. Alceste Almeida, que atua há muito tempo no setor médico do Estado. Inclusive, constam declarações suas em noticiário veiculado em toda a imprensa nacional.

Inicialmente, agradeço a presença do Dr. Alceste. Gostaria de saber se ele teria alguma observação a fazer a respeito da trágica morte das crianças, ou reservar-se-ia apenas a prestar informações aos Senadores. Que S. Exª proceda da forma como achar que deve para conduzir esse encaminhamento.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Posso fazer um resumo do que me parece ser a causa disso tudo. Estou aberto a perguntas. Basicamente, a situação da saúde no Brasil é caótica, de norte a sul, de leste a oeste. O Ministério da Saúde é uma Pasta sem recursos. Tanto é verdade que, nesse episódio, Roraima foi a primeira que eclodiu nacionalmente, a nível de imprensa. Mas passados pouco mais de 15 dias, já começou a espocar a mesma situação em várias Unidades Federativas, em várias capitais, inclusive em Niterói, Vitória, Fortaleza, São Luís e Goiânia.

Esses fatos traduzem sobretudo a desassistência que o Ministério da Saúde deixou de dar às Unidades Federativas. O SUS, acanhado em seus recursos, não supre um mínimo de necessidades nem faz a manutenção de serviços nas redes hospitalares em âmbito nacional. Não acresce sequer um pavilhão para albergar a demanda crescente. É assim em Roraima, é isso também o que acontece com o resto do Brasil.

Nesses hospitais, pelo menos no Materno-infantil e no Nossa Senhora de Nazaré, com mais de 15 anos de inauguração, praticamente não se construiu um pavilhão a mais. O PAI era um setor específico para internação de crianças, não uma maternidade, mas um hospital materno-infantil onde ficaria hospitalizada a mãe ou a criança. A mãe não é a gestante, a mãe é até a não-gestante também, que tem necessidade de cirurgias ginecológicas, de tratamento clínico. A criança atendida não é somente a neonatal, mas também a criança de fase escolar e pré-escolar, que precisava desse nosocômio.

A quantidade de leitos não acompanhou o crescimento que o Estado teve. Essa unidade nosocomial atende casos complicados de crianças de praticamente todo o Estado, dos mais longínquos recantos, gestantes infeccionadas, com bolsa rota há dois, três dias, que não têm sempre ao seu lado um avião do Governo para buscá-las. Elas já chegam infeccionadas, pois não dispõem de recursos imediatos, tais como estradas de fácil acesso, ambulâncias. Enfim, são casos muito complicados que chegam aqui e acabam nesse hospital, que chegou ao ponto, inclusive, por não ter uma expansão devida, de albergar, até por uma superlotação inevitável, duas crianças no mesmo leito. E isso sobretudo acaba sendo, ainda que um mal menor, porque pior seria deixar a criança fora do hospital, sem o amparo da assistência médica hospitalar, mas acabava também logicamente facultando, propiciando uma oportunidade de infecção maior do que se o hospital tivesse um ambiente mais compatível à demanda da população.

Quer dizer, faltou realmente uma administração mais voltada para a ampliação do hospital, para o aumento de leitos, para o aumento de forma mais significativa do corpo médico. Não quero, com isso, culpar nem o diretor do hospital, nem o secretário de saúde, nem o governador, porque inclusive tem determinadas áreas de especialidade médicas que não são fáceis chegar em Boa Vista. Temos problemas aqui com anestesistas, até pelo menos nesse episódio da morte dos bebês os anestesistas não davam plantão permanente na maternidade, eles ficavam de sobreaviso e a emergência às vezes, ou pelo menos a qualidade de vida daquela criança que vai nascer, falo isso como obstetra, logicamente que fica sendo prejudicado pela espera. Então quando acontecia de uma parturiente com necessidade da terceira cesariana, por exemplo, que tinha que ser operada mesmo, mas que não é uma emergência, mas que já começa a ter aqueles sinais probômicos(?) que acabam levando gradualmente ao sofrimento, então, esperar a segunda de manhã para que chegue o horário do anestesista prejudica a qualidade de vida daquela criança, que poderia nascer com índice de vitalidade bem maior, fosse operada naquele primeiro instante.

São vários fatores, anestesistas são difíceis de serem contratados para cá; os níveis salariais não são atraentes, e olha que Roraima paga muito bem ao médico, diante da panorâmica nacional, mas não são fáceis de serem trazidos. A neonatologia também é uma microespecialidade dentro da pediatria. Os pediatras ficam realmente fazendo às vezes dois

tipos de assistência: uma de berçário, outra do próprio setor de crianças mais crescidas, como o PAI, por exemplo, ficando realmente uma migração do médico para vários setores.

As questões a nível regional até entendemos, porque estamos aqui em uma unidade federativa a mais longínqua dos centros desenvolvidos do País, onde nem tudo é atendido de forma plena. O Ministério da Saúde muito se esquece disso aqui. Nós mesmos tivemos, por época desse último inverno, quando se deram as chuvas que inundaram a maternidade, chovia lá dentro quase como lá fora, tal o volume de água que caía nos corredores da maternidade, inclusive no próprio corredor que dá acesso ao berçário, e esse lavado do telhado trazia todo tipo de micróbios, de fezes de pássaros, de morcego, enfim, esparramava por sobre o teto, nem todo ele é de laje inclusive, uma gama a mais diversificada de micróbios que logicamente com o tempo acabam proliferando e se espalhando por outros setores.

Então, não podemos direcionar isso, na minha ótica, como uma questão apenas de responsabilidade de diretor de hospital, de secretário de saúde ou de governador, é uma questão estrutural, que não começou em um determinado momento, vem vindo ao longo dos anos e que lamentavelmente eclodiu em um surto, porque aquilo foi um surto. Esse fluxo de mortes neonatais não é de praxe na maternidade. Isso deveu-se, realmente, a algum micróbio resistente ou a alguma ação química - quem sabe - porque inclusive as razões técnicas ainda não foram esgotadas, não se chegou a uma conclusão científica sobre a real condição que levou essas crianças aos óbitos. Isso tudo inclusive está sendo apurado.

Não temos ainda elementos técnicos para podermos cientificamente atribuir a essa ou àquela causa, mas no âmbito geral pode-se dizer, a grosso modo, que o problema é estrutural sobretudo, tanto é que as telhas da maternidade, que são galhetões, telhas pesadas, pela distância do suporte de concreto que as apóiam, envergaram ao longo dos anos, começando inclusive a trazer água para dentro do hospital ao invés de levar para fora, para o pátio. Na época não se podia de forma alguma remover esses internos para outro hospital, porque não havia hospital vazio. Aqui todos os hospitais estão cheios. Isso não seria possível fazer, e nem também se poderia fazer no inverno modificações estruturais, como por exemplo levantar o telhado. A solução na ocasião foi colocar uma lona que, acho eu, ainda está lá até hoje. Essa lona evitou a entrada dágua, mas não evitou a proliferação microbiana que já estava albergada entre o telhado e o teto. Enfim são vários os fatores.

Se tivéssemos um hospital maior, com um maior número de leitos, com um maior número de médicos, não tenho dúvida de que não teríamos tido uma superlotação. Essa situação está sendo comum em todo o Brasil, não só em Roraima. A nível nacional todos os hospitais da rede pública estão lotados. O agendamento de cirurgias, diga-se de passagem, em Brasília e no Rio chega a ser até mais prolongado do que aqui em Roraima. Existem filas até para bater ultra-sonografia. O agendamento chega até quatro meses para uma internação. Roraima nesse ponto com relação aos demais Estados do Brasil não chega a maltratar tanto o paciente nessa expectativa do atendimento, mas, mesmo assim, não comporta aliviar essa demanda que já se faz redobrada.

A maternidade de Roraima teve a falta de sorte de eclodir esse surto, sobretudo em um hospital onde o diretor não tem autonomia administrativa nem para substituir uma torneira gotejante. Para isso ele depende sobretudo de um ofício dirigido à Secretaria de Saúde, que, por sua vez, irá empenhar, irá tomar várias providências, até que, no fim de um ou dois meses, ela chega. Então não adianta. Há até formigueiros em frente ao quintal e em frente à maternidade há uma loja de inseticidas, mas não se pode comprar o veneno sem primeiro fazer um ofício à administração, a nível de Secretaria de Saúde, que também fazia inclusive as escalas dos anestesistas. A maternidade apenas escalava dentro dos limites dados pela maternidade, é o que podemos deduzir pelo tempo que tem atuado.

Acho que não houve má-fé de nenhuma das partes. Isso, sem dúvida alguma, faz com que todos sofram, os gestores, pais e médicos. É um episódio que ninguém gostaria que tivesse acontecido e espero inclusive que, embora lamentavelmente tenha para isso que ter morrido mais de 30 crianças, as coisas mudem, e acredito que estão mudando, até porque a partir daí o Secretário da Saúde começou a se fazer presente de forma mais constante dentro da própria maternidade. Houve realmente uma movimentação rigorosa no sentido da pintura de prédios e determinação de chefias setoriais - na ocasião, não tinha sido possível atender à direção do hospital nesse sentido -, inclusive, a aquisição de equipamentos. O próprio Ministro da Saúde, Adib Jatene, na época, disse: com essa emergência, os equipamentos podem ser comprados sem licitação.

Acredito, que, se não tivesse havido essa emergência, muitos dos equipamentos que começaram a chegar após o episódio não teriam sido adquiridos.

Então, a partir das medidas tomadas pelo Secretário da Saúde e pelo Governador do Estado, entendo que tenha diminuído a incidência de óbitos neonatais. Espero que isso volte à normalidade, ou seja, à situação anterior a esse pico.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, Relatora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Alceste Almeida, agradecemos a presença de V. Exª nesta nossa Comissão.

Antes da primeira pergunta, gostaria de fazer um esclarecimento. Falei que a construção da maternidade foi nos idos de 1980, mas me enganei; não foi em 1980, mas em 1982, porque em 1981 ganhei a minha filha na maternidade antiga do Coronel Mota, ocasião em que V. Exª foi o médico-parteiro, o cirurgião. Em 1981 ainda não existia a maternidade.

Àquela época, lembro muito bem que foram construídos 100 leitos para a população - parece-me que V. Exª falou que depois não houve reformas na maternidade.

Embora eu não esteja na condição de expor fatos, mas, sim, de perguntar, como sou daqui, lembro a V. Exª que foi realizada uma reforma que começou no ano de 1991, e a maternidade passou a ter 250 leitos. Na época, os jornais falavam que era demasiado o número de leitos. Após isso foi implantado o PAI.

Pergunto: há quantos anos o senhor está aqui no Estado exercendo a sua profissão, nessa área de atendimento a gestantes, como um obstetra e cirurgião? Há quantos anos o senhor já exerce a sua profissão de médico aqui no Estado?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Em primeiro lugar agradeço a sua lembrança. V. Exª rememorou aqui alguns fatos. O seu marido, então Governador do Estado, realmente fez uma ampliação na maternidade, que foi a última. Àquela época, realmente sobravam leitos em relação à demanda; mas, a partir de então, não houve mais acréscimos. No entanto, a população continuou crescendo em índices cada vez maiores. Hoje Roraima, em termos de crescimento populacional, parece-me, tem uma das maiores demandas do País. Depois da primeira ampliação, passamos a ter leitos vagos, não demorou muito para serem ocupados e as filas crescerem. Atualmente, o PAI, setor de assistência às crianças, se tornou impotente para atender às necessidades da população.

Aqui em Roraima estou exercendo a minha profissão de médico obstetra há 26 anos, inclusive atuando nesta maternidade desde a sua inauguração. Só que me limito, basicamente, ao bloco cirúrgico e à enfermaria, onde ficam internadas as pacientes obstétricas ou ginecológicas. Realmente, não freqüento setores de berçário ou de pediatria. Só fui ao berçário, naquela época da inundação, para constatar o que estava ocorrendo, pois a água corria pelo corredor que dava acesso ao berçário. Isso foi em julho ou agosto. Mas esse não é o local onde eu desenvolvo o meu trabalho; limito-me ao bloco cirúrgico e às enfermarias onde as pacientes ficam internadas.

Nos finais de semana, quando venho para cá, não por uma rotina cirúrgica ou de assistência médica, às vezes estabelecida por mim mesmo, atendo colegas médicos que me pedem para fazer cirurgias; também atendo pacientes que me procuram. Gosto de cirurgia e não quero deixar de praticar a minha verdadeira profissão - a de médico. São 26 anos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª disse que só pratica a Medicina aqui no Estado nos finais de semana, até porque, no decorrer da semana, fica em Brasília nas suas atividades de Deputado Federal.

Gostaria que me respondesse: é certo que V. Exª tem um hospital, de sua propriedade com outros colegas, onde faz um grande número de cirurgias?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Minha clínica é pequena, ainda está em construção. Temos um volume cirúrgico razoável, mas as cirurgias de grande porte têm sido feitas na maternidade do Governo, até porque não tenho tido condições. A clientela que me tem acorrido, pela minha condição política, é pobre, não tem capacidade econômica para suportar um custo cirúrgico elevado. Uma retirada de útero, por exemplo, que é uma cirurgia grande, uma cirurgia altamente especializada, eu não tenho condições de atender na minha clínica, mesmo dando o material. Realmente, acabo levando essas pacientes para o hospital do Governo.

São pacientes que se sujeitam a um agendamento muito prolongado, porque os médicos da maternidade - não só da maternidade, esse é um problema em nível de Brasil -, são sobrecarregados, e eu consigo aliviar essas pacientes das suas dores, das suas hemorragias, dos seus prolapsos visicais, sem que elas precisem ficar quatro, seis, oito meses esperando a cirurgia. Num final de semana, desenvolvo uma quantidade muito expressiva de operações.

Ultimamente, por conta dessa reorganização, dessa reestruturação da maternidade - não sei se tem um outro sentido nessa medida -, foram suspensas as cirurgias consideradas eletivas, não emergenciais.

Neste período em que se está procedendo às sindicâncias e se estruturando melhor a maternidade, estou com cirurgias suspensas na maternidade

do Governo, aguardando que tudo isso se resolva, para recomeçarmos nossa atividade. Há muitas mulheres doentes, com miomas hemorrágicos, sangrantes, que precisam ser operadas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Alceste, V. Exª também falou que, ao longo dos anos, nos períodos de inverno, a maternidade ficava inundada. Isso vem ocorrendo ao longo dos anos ou V. Exª constatou esse tipo de problema nesse último ano?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Neste último ano aconteceu essa verdadeira inundação, foi tanta chuva, tanto alagamento, que a própria Prefeitura Municipal, de forma louvável, decretou estado de calamidade pública, na ocasião. E isso, realmente, atingiu uma grande parte de nossa população, vários bairros da cidade. E a maternidade, por não estar estruturada adequadamente, principalmente no seu telhado, durante esse período, realmente aconteceu de quase termos que andar de guarda-chuva pelos corredores porque a inundação foi impiedosa.

Quero lembrar outro fator muito importante que deve ser considerado neste episódio: passamos também aqui por um racionamento energético dos mais significativos em toda a história de Roraima. Durante os 26 seis que estou aqui, foi realmente este ano que vimos uma crise tão intensa de falta de luz. Isso num hospital onde o gerador não atende todos os setores, mas só alguns. Por exemplo, sala de cirurgia é atendida apenas uma, com porte maior em termos de intensidade luminosa, outra de porte menor, e o resto praticamente - não digo todo o hospital - mas vários e vários setores ficam sem o suprimento de energia suficiente que o motor gerador de energia da maternidade possa dar. E aí vêm outras conseqüências, por exemplo a falta da bomba de puxar água, que acabava não permitindo que a água chegasse às torneiras. Inclusive várias vezes, no momento de fazer a cirurgia, por falta da energia acarretando a falta de água nas torneiras onde fazemos assepsia, estive com a mão cheia de anti-sépticos, saponáceos e tive que recorrer a vasilhames de coca-cola com água gelada dentro para derramar em minhas mãos a fim de que saísse o produto químico para poder vestir o capote, calçar luvas etc.

Isso acontecia em nível de bloco cirúrgico e também em nível de berçário, onde estão as incubadoras, que são locais onde a temperatura deve ser ideal. Ao contrário, aquela temperatura oscilava quando faltava energia, afetando então os recém-nascidos - e vamos falar principalmente dos prematuros, crianças com menos defesa e menos condições de responsividade biológica. A temperatura ideal era cortada, deixava de existir.

Daí vem também, como decorrência, a sujeira. Não quero dizer que a maternidade fosse aquilo que as revistas e jornais brasileiros mostraram, porque a imprensa normalmente procura mostrar o que é mais feio; logicamente que aquelas fotos esparramadas pela imprensa nacional de roupas sujas nos corredores não eram uma constante; eram momentos em que a falta de energia elétrica e de água fazia tudo parar no hospital. Isso não acontece só em hospital, mas em qualquer casa. Não pode ter casa ou hospital limpo sem água e sem luz. Então, naqueles momentos, realmente acontecia esse acúmulo de roupas sujas, lençóis, panos, enfim, de tantas coisas necessárias em um hospital. Lamentavelmente, a imprensa fotografava isso e dava a impressão de que era praxe na Maternidade. Mas a Maternidade, fora desses episódios, era uma instituição bem cuidada e bem administrada pela Drª Odete, pelos seus administradores, seus médicos e enfermeiros, pelos seus serviçais. Muitos corredores andavam muito mais limpos do que muitos hospitais que conheço por este Brasil afora, inclusive em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo.

Quero reforçar isso porque essa situação não começa em Roraima, mas lá é uma decorrência. Não temos amparo do Ministério da Saúde nem do Ministério das Minas e Energia. Com a nossa energia racionada, como estava naquela época, com as nossas termelétricas sucateadas, tudo isso acaba repercutindo na população e nos serviços; diga-se de passagem, nos frigoríficos também, particulares ou governamentais, que ficam perdendo frangos, leite, iogurtes etc. Essa época foi horrível e coincidiu exatamente com a ocorrência dos óbitos neonatais. Há muitas razões para serem consideradas e que são de fato razões verdadeiras e que me parece estarem sendo relegadas a um plano terciário. Lamentavelmente, conotações políticas, conotações de adversidades políticas, pessoais ou até corporativas parecem que procuram prevalecer. Gostaria que todas essas apurações que estão ocorrendo – sei que não há apenas esta apuração que está sendo feita aqui – tivessem uma conotação mais técnica, mais direcionada aos fatos de infra-estrutura, do que praticamente a essas questões menores que estão tomando um peso maior nessa consideração toda.

A questão é séria e não começa em Roraima. Começa no Executivo Federal, que não tem dado à

população de Roraima as ideais condições que merece ter.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Dr. Alceste, com referência a tudo que falou, quero, primeiramente, dizer-lhe o seguinte: com relação a essa preocupação que mencionou, ou seja, a necessidade de que esta Comissão leve os trabalhos para um nível mais técnico, V. Sª pode sair daqui totalmente tranqüilo, porque o objetivo desta Comissão não é saber quem foram os culpados propriamente ditos, naquela ansiedade de julgar e culpar alguém. Muito pelo contrário, queremos fazer um trabalho sério e tenho certeza de que este é também o objetivo de todos os membros desta comitiva. O importante para nós é evitar que ocorrências dessa natureza ainda venham a acontecer no Estado, o que não é difícil de ocorrer, nem aqui nem em outro Estado qualquer. Se nós não considerarmos prioridade descobrir a causa da ocorrência e não se levar às questões políticas, V. Exª pode ter certeza que isso não vai acontecer. Acredito que até em razão do procedimento inicial desta Comissão, ou seja, fazer uma Comissão fechada, ouvir individualmente, sem nenhuma divulgação, tudo isso já dá para transparecer que queremos levar tranqüilidade à sociedade e mostrar que realmente viemos aqui como representantes do nosso Estado, para tentar dirimir os problemas, principalmente os existentes na área de saúde. Quanto a isso V. Sª pode sair totalmente tranqüilo desta sala.

V. Sª mencionou que muitas vezes faltava água até para lavar as mãos, quando permanecia aqui nos finais de semana. Isso se devia não ao sistema hidráulico da Maternidade, mas ao problema de falta de energia, não foi isso?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Sim, perfeitamente. Problema decorrente da falta de energia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) - Após essas ocorrências, V. Sª voltou a fazer alguma cirurgia na Maternidade?

O SR. ALCESTE ALMEIDA - Não, mas o problema energético já foi praticamente quase que solucionado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - V. Sª até já respondeu a outra pergunta, porque eu queria saber se já tinha voltado lá. Agora, se não está totalmente normalizado o problema energético do nosso Estado, o problema de distribuição de energia, ele melhorou bastante, pois já está faltando bem menos energia.

É do conhecimento de V. Sª se melhorou a questão da limpeza da Maternidade ou a assistência ao berçário?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Eu, realmente, não voltei à Maternidade para operar. Aliás, fiz duas cirurgias emergenciais. Se não me engano, uma cesariana, logo depois do episódio, uma semana depois. Depois, basicamente eu não estive mais operando lá. Somente estive por lá, mas não fiz uma rotina pesada como vinha fazendo nos finais de semana, até porque estávamos esperando que essas questões fossem corrigidas. Dá para notar, nitidamente, que, após a ocorrência, o Secretário de Saúde passou a ir à Maternidade com muita freqüência mesmo, deu muita presença lá e, praticamente, dedicou uma assistência administrativa maior. Aliás, não é de se admirar que em um episódio desses logicamente chama a atenção não somente do Secretário de Saúde, mas do Governador e até mesmo do Presidente da República e do Ministro da Saúde.

Isto realmente coincidiu também com uma melhora de talvez 90% ou mais quanto à questão energética de Roraima, a luz está mais abundante, os racionamentos pararam de ocorrer, pelo que parece, a Maternidade não foi mais atingida pelos racionamentos de lá para cá, pelo menos não naquela intensidade que vinha acontecendo.

Parece-me que a firma de limpeza também passou a trabalhar com mais intensidade, pelo menos nos primeiros dias decorrentes ao episódio, deram uma intensiva muito grande, ou seja, passaram a dar, na questão da limpeza. Acho que as coisas realmente, melhoraram, a luz, a assistência administrativa e o recurso financeiro aportando no hospital, como foi aportado, mais equipamentos, mais incubadoras.

A SRA. MARLUCE PINTO- Quais são esses equipamentos?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não tenho certeza, até porque não freqüento o berçário. Tenho sabido, até porque em audiência mantida com o Ministro da Saúde, onde a Bancada Governista, a qual pertenço, esteve junto com o Governador e Secretário de Saúde, que foi manifestado ao Ministro que a Secretaria de Saúde comprou uma soma de equipamentos, que estariam por chegar. O que contribuirá para que a condição de vida dos recém-nascidos, dos neonatais, seja melhor.

Enfim, com a melhora da energia elétrica, com a falta das inundações – agora é épOc de inundações – o verão começou a firmar por esses dias. Há duas semanas ainda estávamos aqui sob alguma chuva,

mas agora o sol já começa a se pôr de forma efetiva aqui em Roraima.

Sem o problema da inundação, e em parte solucionado o problema energético, que propiciou o bombeamento de água para a Maternidade, veio ainda, de forma intensiva, uma ação administrativa da Secretaria de Saúde, do Governo do Estado, então, logicamente que essas coisas só contribuíram para a baixa do índice de óbitos neonatal.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando V. Exª realiza as cirurgias na Maternidade fica tudo registrado? Tem um prontuário das cirurgias realizadas por V. Exª? E qual o tipo de cirurgia que realmente está sendo realizada?

O SR. ALCESTE ALMEIDA - Existe um registro das cirurgias, de mapas com as programações cirúrgicas, mesmo as que não estão programadas passam a constar no livro de ocorrências do bloco cirúrgico. Neles constam o nome da paciente, o horário que começou a cirurgia, qual a cirurgia que foi feita, qual a equipe que participou.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mesmo as emergenciais?

O SR. ALCESTE ALMEIDA - Mesmo elas, fica tudo anotado, existem todas as cirurgias realizadas. As minhas basicamente são as de maior porte. Na Maternidade do Governo tenho realmente feito cirurgias de maior porte.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No período entre os meses de julho a setembro, aumentou o número de pacientes atendidos por V. Exª?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Acredito que não, nunca parei de fazer medicina. Aliás, o meu ritmo de trabalho é o ritmo que cabe dentro do dia para eu poder desempenhar a seqüência de cirurgias que faço, isso independente de época de política. Minha produção cirúrgica é constante, com exceção da época como agora, que estão sustadas as cirurgias. Existe uma portaria do Secretário de Saúde determinando a suspensão dessas cirurgias eletivas. Logicamente, estou agora com índice zero, mas não por vontade minha.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando retornar vai aumentar bastante, não é ?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Eu gostaria de estar lá operando. Existe muita gente lá na minha clínica, umas 100 pessoas que precisam ser operadas, com exames prontos, como ultra-sonografias e não há como alojar as pacientes, porque a clínica não comporta tantos doentes, não tem condições para isso, infelizmente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - É do conhecimento de V. Exª que, em decorrência desse fato, outras comissões foram instaladas. V. Exª já prestou algum depoimento a outra comissão que não esta?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não. Mas tenho sabido por informações de depoentes que meu nome tem sido freqüentemente mencionado, se eu operava, que tipo de cirurgias. Eu até estou estranhando isto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Acho até que é porque V. Exª é um bom médico, pelo menos é reconhecido no Estado.

O senhor sabe de alguma outra alusão que tenha sido feita com relação à sua pessoa, na sua área de atuação como médico através dessas outras comissões?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não, tenho pessoas que prestaram depoimento nessas outras inquirições transcorridas, elas têm-se mostrado preocupadas com relação à minha pessoa. Chegaram a dizer que estão direcionando a coisa mais pelo lado político, que estão querendo me enquadrar. Espero que não, espero que essas comissões tenham o nível desta, porque aqui dá para perceber a sua seriedade. Em momento algum as perguntas foram direcionadas a questões menores, percebo um nível elevado. Estou feliz por estar prestando uma contribuição de forma isenta. Sinto a isenção por parte desta egrégia comissão, que leva a questão para o lado mais sério possível.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Então, agora justifica sua apreensão anteriormente, que não fosse levada para fatos outros que não os casos técnicos. Quando V. Exª mencionou até estranhei, conhecendo-o como conheço, pessoa altamente ponderante nas suas colocações, estranhei. Por isto estou fazendo estas perguntas. Volto a repetir, pode ficar tranqüilo porque esta comissão fará um trabalho bastante digno, sério. Se pudermos, através da conclusão das demais, ter conhecimento e poder fazer algo que possa dirimir qualquer que seja a dúvida com referência aos depoentes e ao povo de Roraima, pode ter certeza de que iremos fazer.

Muito obrigada.

Não tenho mais nenhuma pergunta, a não ser que V. Exª queira fazer alguma complementação.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Queria dizer que realmente não houve, naquela minha manifestação, apreensão porque deu para sentir, nitidamente, desde o início, a seriedade que esta comissão está-se colocando diante de tão lamentável episódio, esse

neonatal de tantas criancinhas que mereciam viver. Em nenhum momento tive qualquer apreensão neste sentido. Apenas mencionei que essas questões não podem ser levadas por razões de adversidade política, dirigindo-me basicamente ao que tenho ouvido sobre as outras comissões, não sobre esta, que vejo um trabalho sério, objetivo e nobre.

Sinto-me feliz de poder contribuir, até porque acho que existe condições de sacudir melhor a atenção do Executivo Federal para com o nosso Estado e outras maternidades, que estão tendo problemas iguais ou até piores que os daqui. Com as conclusões e o trabalho bem direcionado e sério como este, acredito que, sem dúvida alguma, estaremos contribuindo com a saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto à Senadora Sandra Guidi se tem algum questionamento.

Com a palavra a Senadora Sandra Guidi.

A SRA. SANDRA GUIDI - Deputado, o senhor é obstetra há tantos anos. Gostaria de saber sobre a condição de saúde das mães, das pacientes que chegam a esse hospital, se tem modificado ao longo dos anos.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – É uma pergunta muito importante essa que está sendo feita pela nobre Senadora. Realmente, em que pesem esforços de programas de saúde estabelecidos pelo SUS e, também, programas em nível regional, a grande maioria da nossa população vem à maternidade sem ter feito o pré-natal, sem a vacinação completa, sem o asseio ideal que deveria preceder ao parto.

Houve insinuações de que cirurgias ginecológicas estavam levando infecções para o bloco cirúrgico que, por sua vez, migraram para o berçário. Achei essa notícia uma aberração. Ela foi veiculada pelo **Correio Braziliense**, por informação de médicos de Roraima.

A paciente ginecológica, quando vai ser levada para a cirurgia, já fez o preventivo, já fez tratamento para combater sua infecção ginecológica, que grande parte da população tem em grau moderado. Um percentual significativo de mulheres tem alguma infecção ginecológica. Então, ela é considerada uma paciente limpa, preparada. Tanto isso é verdade que essas cirurgias ginecológicas que estavam sendo realizadas vão ser retomadas. Nessas cirurgias não têm acontecido deiscência de sutura, abertura dos pontos, abcessos ou febre, são pacientes que tiveram êxito em suas cirurgias. Não houve queixas ou decorrências infecciosas disso.

Já as pacientes obstétricas chegam subitamente à maternidade, uma grande parte delas não fez pré-natal, chegam com algumas bactérias, alguns micróbios e, logicamente, a passagem delas pelo bloco cirúrgico poderia ser um veículo de infecção. A causa das infecções poderia estar mais na paciente da obstetrícia do que na paciente da ginecologia.

A paciente ginecológica chega praticamente purificada ao hospital, ela é preparada, está com seus exames prontos; a do pré-natal nem sempre chega assim. A maioria dessas mulheres é do interior, às vezes, vem com bolsa rota de 2, 3 dias, que é uma condição que já traz a infecção para o próprio neonatal. Aquela criança vai nascer e terá que pegar um berçário diferenciado porque já está contaminada.

Essa falta de assistência ocorre num grau acentuado. Temos pacientes que vêm do interior, de tribos indígenas longínquas sem preparo algum. Há pacientes que levam três dias para chegar ao hospital; quando chegam, às vezes, a criança está totalmente infeccionada.

Não sei se atendi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador João França, V. Exª tem alguma pergunta a fazer?

O SR. JOÃO FRANÇA – O que poderíamos indagar do Dr. Alceste já foi esclarecido. Nós que não conhecemos a realidade do Estado. S. Exª mencionou que as pacientes que chegam do interior já trazem as crianças infectadas em seus ventres. Tudo isso contribui para que aconteça um episódio como esse, em que vários bebês morreram.

Desejo parabenizar o Dr. Alceste pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dr. Alceste, antes de fazer algumas colocações que considero extremamente importantes para o direcionamento dos trabalhos, eu gostaria de expor um posicionamento quanto à minha questão política pessoal e a do grupo de oposição ao Governo do Estado.

Ao tomar conhecimento de todas esses problemas por que passou a maternidade, com a morte de crianças, como Líder da Oposição ao Governo do Estado de Roraima, solicitei a criação desta comissão de sindicância.

Tivemos, desde o começo, o cuidado apurar essas questões exatamente da forma como o senhor as colocou aqui, inclusive, com a preocupação de que a morte dessas crianças não virasse um jogo político, nem recaísse de forma a ter o seu posicionamento explorado de uma forma menos nobre do que, na verdade, a lição de sofrimento das famílias

e, principalmente, as providências cabíveis para que fatos lamentáveis como esses não ocorram novamente.

Uma das minhas preocupações ao pedir a comissão de sindicância do Senado foi exatamente dirimir qualquer questão política, porque me preocupa o encaminhamento que está sendo dado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, que, estranhamente, é comandada por partidários do Governador. Quando V. Exª falou nos depoimentos que estavam sendo dados na CPI, quero frisar – e é importante ficar nos Anais desta Comissão – que, em tese, o que entendo, como Presidente da Comissão do Senado, é que o direcionamento errôneo que está sendo dado pela CPI da Assembléia Legislativa não se origina em membros partidários da Oposição ao Governo do Estado, mas sim de seguidores do Governo de Estado. Preocupou-nos a posição do Líder do Governo Neudo Campos na Assembléia Legislativa, o Deputado Édio Vieira?, que faz acusações diretas aos profissionais, médicos e dirigentes da área de saúde do Estado de Roraima.

O Deputado Iradilson Sampaio, Líder da Oposição na Assembléia, 1º Vice-Presidente do PFL, pediu desligamento da CPI da Assembléia Legislativa exatamente por protestar contra o direcionamento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. O que está se delineando na Assembléia Legislativa é a tentativa de, deliberadamente, culpar os médicos pela tragédia que ocorreu. Na verdade, há uma tentativa, e espero que isto não ocorra: tornar alguns médicos "bode expiatório" desse processo.

Por isso faço a V. Exª, assim como vou fazer à Drª Odete, perguntas direcionadas a essa questão política, não para envolver a política nessas averiguações, mas exatamente para que esta comissão equacione e levante todos os aspectos até para que, se for necessário, se contraponha como antídoto a qualquer armação política que não corresponda à verdade dos fatos. Se houver envolvimento político e for comprovado, muito bem, mas não se deve partir, antes das averiguações, de um pressuposto de envolvimento de pessoas que não tenham, na verdade, responsabilidade por esses casos.

Pergunto a V. Exª o seguinte: o Ministro Adib Jatene e a Fundação Osvaldo Cruz fizeram um relatório sobre a situação de funcionamento do hospital, existência de baratas, fossas com micróbios da hepatite e da meningite, situação de higiene, falta de produtos, falta de uma atuação da empresa contratada para atuar na maternidade. Enfim, fez um relatório onde afirma: "...encontramos uma copa com fogão dentro do Centro Cirúrgico e fomos informados que alimentos são preparados ali; o ambiente cirúrgico também se comunica com área livre, onde há coleções de águas pluviais represadas".

Pergunto a V. Exª: como médico, pessoa acostumada a lutar com as dificuldades dessa aplicação da medicina no Estado, tem conhecimento do relatório da fundação? V. Exª entende que o Ministério da Saúde e a fundação têm razão quando dizem que a sujeira matou mais de 20 bebês em Roraima? Que infecção política mata bebê? Enfim, que a situação da morte das crianças foi resultado de má aplicação da saúde pública no Estado de Roraima que, pelo que foi ouvido aqui em depoimentos anteriores, se deteriorou ao longo dos últimos dois anos.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Primeiro, quando a Comissão veio averiguar essa condição da higiene, ela chegou aqui no ápice da falta de energia elétrica. Eles não conhecem a realidade local de Roraima, não temos aqui especialidades setoriais em quantidade suficiente como existe nos centros desenvolvidos do País. Essa comissão não se deteve em aspectos mais científicos, foi mais uma questão de rotina, e a rotina aqui tem que ser adaptada ao que temos. Se não podemos ter, por exemplo, anestesistas efetivos, temos que escalá-los de forma a sobreaviso. São particularidades regionais. O ideal é que fosse permanente, como parece que agora já é; colocaram mais anestesistas e passaram a efetivar os plantões.

Se não havia condições, essas rotinas nem sempre podiam ser estabelecidas à risca, como acontece em São Paulo ou no Rio de Janeiro, como seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Só a título de complementação: Boa Vista tem racionamento de energia há muito tempo. Esse racionamento de energia não é coisa nova no Estado; tenho informações de que a prioridade era dada para o setor de abastecimento de água exatamente para que não houvesse falta de água. V. Exª não entende que se temos uma convivência com essa dificuldade de infra-estrutura, o hospital ou a maternidade deveriam estar predispostos a conviver historicamente com essa dificuldade? Porque vejam bem: entendo que a chuva pode ter se agravado, mas na verdade o período chuvoso não aumentou o número de nascimentos, que é uma coisa programada, morreram bebês. Não é a primeira vez que houve um **black out** de energia, sempre faltou água e energia. V. Exª não entende que medidas administrativas, tipo um gera-

dor com sistema de bombas que colocasse água na maternidade, uma empresa de desinfecção que tomasse os cuidados necessários, a compra de material, roupa de médicos, medicamentos, tudo aquilo que foi detectado, de certa forma evitaria a tragédia nas proporções em que ocorreu?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Roraima tem problemas com a energia elétrica, mas não de forma tão intensa como aconteceu nesse período quando houve **black out** constante. A população mudou seus hábitos sociais. Logicamente, aqui sem ventilador ou ar condicionado, ninguém consegue dormir, não é só o calor mas também a carapanã. A população ficava acordada às vezes até duas, três horas da manhã nas calçadas, quando às sete horas do dia seguinte tinha que ir para o trabalho. Isso realmente aconteceu de forma impiedosa durante o período da falta de energia.

Não é todo ano que se decreta calamidade pública por questão de inundações, de enchentes; este ano teve que ser decretada. Foi até louvável isso, porque, segundo contam os mais antigos, há mais de 70 anos não acontecia uma enchente tão portentosa quanto essa. Não é que na época morressem crianças no berçário da maternidade por causa da enchente, mas em decorrência da enchente micróbios foram levados para dentro da maternidade e, em médio prazo, um, dois meses depois, proliferaram. Em decorrência da migração desses micróbios para o recinto nosocomial, um ou dois meses depois, houve essa tragédia.

Estou falando em tese, porque hoje comenta-se, segundo pesquisas feitas, que houve razões químicas, não sei se cepas vieram partidas da fábrica por razões outras. Estamos esperando ainda para ter conclusões mais efetivas; isso estaria fazendo parte desse episódio, coisa que não foi detectada por essa comissão da Fiocruz e do Ministério da Saúde, que aqui estiveram. Hoje ainda não dá para estabelecer se foi por conta de infecção hospitalar. Acredito inclusive que dessas 33 mortes certamente não foram todas por infecção hospitalar; a infecção nessas crianças não deve ter chegado aos 10% ou 15% – o que é muito, gostaríamos que não houvesse nenhuma, que todos tivessem fora desse alcance infeccioso. Foi, realmente, um período muito crítico para a nossa cidade, para a nossa população e deixou efeitos devastadores e nocivos, principalmente para crianças recém-nascidas e prematuras, que têm menos defesa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tratando de questão política, pois não podemos deixar de falar nela, até para que se esclareçam as questões. V. Sª falou das notícias que tem da CPI da Assembléia em nível da apuração, por isso pergunto se tem notícia, como afirmou o Deputado Édio Vieira, Presidente da CPI e Líder do Governador Neudo Campos na Assembléia, portanto do PTB, Partido de V. Sª, o senhor tem notícia desta afirmação dele: "A maternidade foi transformada em comitê eleitoral. A ex-diretora do hospital, Odete Domingues, a médica Sílvia Távora e o Deputado Lúcio Távora, cotado para ser Secretário da Saúde, e as vereadores eleitas Eugênia Garcia e Sonia Bacelar, utilizavam o Hospital... Na verdade, tem-se procurado fazer alusão à atuação de V. Exª que, como já disse, não mudou o seu perfil de trabalho de setembro em diante.

Como membro da Oposição, quero aqui dar o meu testemunho de que o trabalho de V. Exª tem sido feito diuturnamente, sem período leitoral etc., quero dizer o trabalho social e de saúde que o senhor tem feito, independentemente do período eleitoral. Esse é um testemunho que temos que dar por conhecer a verdade. Mas notamos a tendência de se dizer, tenho notícias extra-oficiais de que em depoimentos tem sido procurado colocar-se em bocas de enfermeiras que haveria um acúmulo de operaçõ-es no período eleitoral, inclusive notícias de que vários médicos operavam quatro, cinco pacientes na mesma sala de cirurgia, fazendo ligação de trompas em série. Isso tem sido dito na CPI e na Assembléia.

Pergunto se o senhor tem notícias desse tipo de operação em série em um centro cirúrgico? Se tem notícia da afirmação do Deputado Édio Vieira de que a maternidade se transformou em comitê eleitoral e de que haveria uma guerra surda entre o PMDB e o PPB exatamente para definir a administração da maternidade, o que pode ter levado a uma situação de boicote administrativo da Diretora Odete Domingues, já que ouvimos aqui do juiz Mauro Campelo que desde maio ou junho a diretora alertava para os problemas de dificuldades de trabalho na maternidade. Gostaria de ter sua avaliação quanto a esse posicionamento dos membros do Governo do Estado que estão levando para esse lado a questão política.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Realmente, de certa forma, fico surpreso com essas manifestações da imprensa. Mas basicamente acho que se são essas as palavras do Deputado Édio Vieira, lamentavelmente tenho a dizer que S. Exª não foi feliz em sua colocação, até por que pelo menos das pessoas aqui citadas na matéria de **O Estado de S.Paulo** do dia 3 de novembro, aqui se fala inclusive em alguns médicos...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Aqui está dito que as medicas Sílvia Távora, Odete e Eugênia teriam sido afastadas pelo Governador por pertencerem ao PMDB e por estarem nessa disputa política.

Gostaria de saber se o senhor tem também conhecimento dessa disputa política na maternidade.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não quero raciocinar por aí. Só quero dizer que a Drª Sílvia não opera. É médica pediatra, boa médica, que atua permanentemente, independente de época política. A Drª Eugênia é uma pessoa que, como eu, trabalha há muito tempo, só não tem os 26 de profissão porque é mais nova que eu, mas, permanentemente, o ano todo, trabalha. Só não está trabalhando agora porque realmente o hospital está interditado para cirurgias eletivas.

Dentre os nomes aqui citados, acho estranho que o Deputado Édio Vieira – se são verdadeiras as informações – tenha citado apenas esses nomes do PMDB, mas eu também estou citado e não sou do PMDB, sou do PPB, mas de qualquer forma não são só esses médicos que têm função política que operavam e que continuam operando, até porque o trabalho deles acaba sendo, aqui em Roraima, um trabalho importante para a população, porque o quadro clínico, o quadro de cirurgiões, o quadro de obstetras e o quadro pediatras ainda está aquém das necessidades da população.

Então, o médico político, como esses que estão aí sendo citados, não estão ajudando o Governo, mas à população. Não está ajudando o político ou o administrador, mas, sobretudo, à comunidade. Ninguém vai inventar uma doença para abrir a barriga de alguém; quer dizer, se acontecer é porque há alguma morbidade que precisa ser extirpada. O trabalho dessas pessoas é nobre e tenho certeza que se isso for apurado nos prontuários médicos da maternidade, não deverá aparecer nenhum crescente; ao contrário, creio que as cirurgias decresceram. Inclusive, a Drª Eugênia, até uns três meses antes da campanha política, diminuiu a freqüência de cirurgias. A Sônia se afastou da administração hospitalar. Então, não estou vendo que tenha havido incompatibilidade. Essa é uma questão de se fazerem perguntas até inoportunas – e averiguar. Essa é uma questão administrativa.

Tenho certeza, porque, inclusive, a Drª Eugênia levou algumas clientes para minha clínica e ali operou em menor quantidade, porque o trabalho dos três meses finais é de rua, mas operou ininterruptamente por quatro, cinco, seis, oito anos, sem medir esforços. Por isso acho estar muito mal colocado o fato. Essa posição não traduz a realidade.

O SR. JOÃO FRANÇA – Todos nós conhecemos. Tem você e outros tantos médicos. Esse é um trabalho contínuo, direto, que independe de período eleitoral ou não.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – E tem outros médicos que também operavam direta ou indiretamente. Por exemplo, o Dr. Wilson Franco tinha um irmão que era candidato a Vereador e também operava e não era para ajudar o irmão. Mas chega uma eleitora que está doente, uma paciente – não quero nem dizer eleitora – vai ao irmão candidato, precisa uma cirurgia, ele encaminha para o irmão médico que, logicamente, irá atender. E isso aconteceu com vários outros, não foi só com médicos do PMDB ou PPB, ou seja qual for o Partido, porque nessa hora não se está olhando para siglas na cara do paciente, olha-se a doença.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto se o senhor tem notícias de que, entre julho e setembro, houve aumento de mortes de crianças, na maternidade, ou não tem conhecimento?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não tive conhecimento. Até porque o berçário não é local que freqüento e não tenho acesso, porque não tenho o que fazer lá. Não entendo de crianças a não ser na hora de tirá-la da barriga da mãe e entregá-las ao pediatra. Mas não tenho idéia dessa estatística, só passei a tomar conhecimento quando eclodiu o problema, e as notícias extrapolaram para todo o País. Fui até surpreendido pelo Jornal Nacional, da Globo, ao ouvir as notícias.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto ao Dr. Alceste se tem mais alguma informação que queira prestar?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Só quero elogiar este grandioso trabalho realizado pelos Senadores Romero Jucá, Marluce Pinto, João França, Sandra Guidi. É um trabalho de elevado nível, bem como os assessores que aqui estão na parte operacional dos registros, da documentação. Fico feliz por ter tido a oportunidade de manifestar algo que possa, de certa forma, mostrar que Roraima não está diferente do resto do Brasil e que há lugares piores, como Fortaleza, que tem um índice neonatal bem pior do que o nosso, quase quatro vezes mais. Em menos dias morreram muito mais crianças. É lamentável o que aqui ocorre. Esse não é um problema regional, mas estrutural da saúde pública do Brasil. Há que se tomarem medidas no Ministério da Saúde, na Presidência da República, para que as nossas comunidades tenham melhor condição de vida.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a presença de V. Sª e quero dizer que Comissão se sente honrada com sua presença. O seu depoimento, suas informações foram muito importantes para os nossos trabalhos.

Muito obrigado, Dr. Alceste.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Sou consultor legislativo do Senado.

Dr. Alceste, gostaria de ter algumas informaçõ-es a respeito de suas afirmações. V. Exª nos disse que a taxa de infecção cirúrgica era baixa na maternidade.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Fiz referência quanto às minhas pacientes ginecológicas, operadas por mim.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – V. Exª não tinha um sistema pessoal de vigilância epidemiológica?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não, basicamente porque minhas pacientes que são levadas a cirurgia passam por todos os exames pré-operatórios.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Estou falando da vigilância epidemiológica de infecção cirúrgica. Em todos os relatórios se diz que não havia controle de infecção no hospital e que não se fazia vigilância epidemiológica.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Sim, aí já é uma parte administrativa que não sei informar, até por que não sei se tem médico infectologista aqui, se há setor próprio com esse propósito.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Não. Não havia, todos os relatórios apontam que não havia.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não sei nem há médico sanitarista aqui em Boa Vista, contratado pela Secretaria de Saúde.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Não, as normas do Ministério não exigem nem infectologista, nem sanitarista. Há a exigência de um médico e de um enfermeiro por hospital, desde de 1983, quando isso se tornou obrigatório no País. O que eu acho estranho é a sua afirmação. Com base em quê, V. Exª afirma que a taxa de infecção cirúrgica é baixa, se não havia vigilância epidemiológica de infecções no hospital? Como V. Exª pode afirmar isso? Qual é a sua base?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – A minha base é o retorno das minhas pacientes operadas, porque, depois de operadas, elas voltam para tirar os pontos, para fazer o acompanhamento periódico, que eu a elas continuo dando e, graças a Deus, nenhuma dessas minhas operadas na maternidade Hospital Nossa Senhora Nazaré, onde ocorreram eram esses óbitos neonatais, teve qualquer deiscência de sutura, abcesso ou teve febre. Então, acredito que aquelas minhas pacientes foram exitosas. Daí, entendo que não seriam essas pacientes ginecológicas supostos veículos de infecção para dentro do hospital.

Então, reforcei apenas que, se tivesse que escolher entre a ginecológica preparada e a obstétrica não preparada, que chega de súbito, seria mais fácil que decorresse da obstétrica e não da ginecológica, que, inclusive, tem o enteroclisma e o jejum feitos no dia anterior. A parturiente, quantas e quantas vezes, mesmo sendo submetida ao enteroclisma, na hora da admissão, acaba evacuando na mesa do parto, na mesa da cirurgia, porque não deu tempo de ser preparada anteriormente. E isso é inevitável e ocorre a nível universal.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Mas, Doutor, o senhor não acha estranha essa baixa taxa de infecção? Os dois relatórios do Ministério da Saúde mostraram ausência de rotinas de enfermagem; que o Centro de Material não funcionava; que a autoclave não funcionava. Quer dizer, não há controle de desinfecção, de esterilização no hospital. Não é surpreendente que a taxa de infecção seja baixa nessas condições?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não quero me considerar aqui como médico milagroso. Na maioria dos casos cirúrgicos da maternidade, inclusive com outros médicos também, quase não se vêem casos de deiscência, abcesso ou de febres em pós-operatório. Sei que existe o fator imunológico, que o adulto tem mais condição de reação imunológica do que o recém-nascido, mas não creio que a nível de **box** cirúrgico.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Falta água, falta luz, não funciona a autoclave, não tem central de supervisão, e as taxas são baixas. É estranho isso. Como V. Exª justifica uma taxa baixa de infecção nessas condições?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Eu é que pergunto aos sanitaristas por que, realmente, as nossas pacientes são muito exitosas. Será que a raça de Roraima é mais forte?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Não, eu acho que é falta de vigilância epidemiológica. Elas, provavelmente, estão tendo infecção em casa, e o sistema é tão ineficiente que sequer detecta esse tipo de problema.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – E ainda há mais um fator: não faço uso antibiótico em pós-operatório, com raríssimas exceções.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Mais uma coisa, Deputado: no dia 25 de outubro, o Departa-

mento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde promoveu – o relatório não é claro e, portanto, gostaria de saber se V. Exª, como médico do hospital, sabe disso – uma investigação epidemiológica dos casos. Foi isso?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não acompanhei isso bem.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – V. Exª não sabe.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não tenho aqui uma constância, até porque, nos dias de semana, estou em Brasília. Não sei bem essa questão.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – V. Exª não sabe o que aconteceu. Esse grupo da vigilância epidemiológica foi o primeiro grupo a investigar tecnicamente a questão. V. Exª não sabe desse relatório?

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Não, não sei.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Soubemos, pela imprensa, que o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos, o CDC, esteve em Roraima, no hospital e promoveu uma investigação epidemiológica, concluindo que a causa da infecção e da morte de pelo menos 70% daqueles bebês tinha sido a contaminação de uma solução parenteral administrada a eles. V. Exª soube desse fato?

O SR. ALCESTE ALMEIDA - Eu soube pelo Secretário-Adjunto da Saúde, Dr. Ailton, que me falou como tese.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Mas o CDC esteve em Roraima.

O SR. ALCESTE ALMEIDA - Eu não sei o nome da instituição. Sei que estiveram médicos americanos – não sei se um ou dois. Parece que há uma brasileira casada com um deles, mas não acompanhei.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - E V. Exª não sabe quem os chamou.

O SR. ALCESTE ALMEIDA – Deve ter sido a Secretaria de Saúde – suponho. Gostaria de que se dirigissem a eles.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - O gabinete da Senadora Marluce Pinto solicitou esse relatório, e o gabinete do Secretário nos informou que era oficiosa a visita.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Conversei com o secretário-adjunto, que me disse que, realmente, havia telefonado e que tinham vindo dois técnicos, mas que ainda não havia nenhum laudo. O que solicitei foi isso. Baseando-me na notícia do **Correio Braziliense**, liguei para ele – até foi a primeira vez que fiz uma ligação para a área de saúde ou para qualquer pessoa com relação a esse acontecimento – e ele me falou que não tinha ainda o laudo.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - É, Sr. Presidente, esta minha intervenção é no sentido, exatamente, da solicitação do Deputado, Dr. Alceste Almeida, de uma comissão técnica para esta CPI. Se é verdadeira, se essa hipótese se confirma, teremos que nos voltar e investigar outro setor do hospital, que não é o centro cirúrgico, que não é o berçário, mas a farmácia desse hospital. E se realmente há uma solução parenteral de grande volume, o problema pode não estar no hospital, mas na fabricação desse medicamento. Portanto, temos um risco em relação ao País inteiro. Se há uma fábrica de medicamentos que está distribuindo medicamentos contaminados, é um problema de vigilância sanitária muito mais sério do que um problema regional, como foi dito.

O SR. ALCESTE ALMEIDA - Eu até gostaria que essas colocações fossem bem criteriosas, porque a precipitação de qualquer imputação de culpa a A, B ou C pode estar saindo pela colateral, como também cabe para o próprio hospital, para a própria Secretaria de Saúde. Então, acho que são coisas que, primeiro, merecem ser aguardadas, para que se possa ver o que vai acontecer, depois de ter um relatório. Havendo alguma comprovação, que se passe a imputar essa ou aquela culpa. Por enquanto, é tudo hipotético.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Quero agradecer ao Dr. Alceste Almeida e renovar a importância do depoimento dele nesta reunião.

Nesta reunião, teremos o depoimento da Drª Odete Domingues, ex-Diretora da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Perguntaria a ela, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores e à equipe técnica, se gostaria de fazer algum tipo de esclarecimento mais geral, falar algo sobre a situação, sobre o que viveu, sobre as condições, ou se espera que os Srs. Senadores perguntem para que possa responder mais diretamente ao assunto em questão. Que V. Sª fique à vontade para proceder da forma que melhor lhe convier.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Eu gostaria de dizer bom dia a V. Exªs que estão participando desta Comissão do Senado e colocar-me à disposição das perguntas que me forem formuladas.

Gostaria de acrescentar que sou uma profissional, médica, labutando há mais de 26 anos no Estado, dedicada especialmente à saúde, conceituada dentro da profissão e trabalhando em prol da saúde do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Passo a palavra, então, à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, e em seguida aos demais Senadores. Depois, farei minhas perguntas e, por fim, a equipe técnica poderá também fazer uso da palavra.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Odete Domingues, bom dia! É um prazer imenso a presença de V. Sª aqui neste recinto. Quero dizer que pode ficar bastante à vontade. Esta Comissão do Senado veio a Roraima com o objetivo único de esclarecer, elucidar todos esses fatos. Gostaríamos de dar alguma contribuição para diagnosticar o porquê dessa infecção hospitalar em número bastante alto, no que diz respeito a Roraima. Como moradora daqui, sei que, proporcionalmente, o índice de mortalidade infantil em nosso Estado era um dos mais baixos do Brasil.

Se V. Sª aceitar, farei um relato da época em que V. Sª ingressou naquela maternidade como diretora, como uma profissional da área de saúde. É do meu conhecimento que há bastante tempo V. Sª atua nessa área, especificamente na maternidade, sendo sua especialidade, se não me falha a memória, obstetrícia.

V. Sª fique à vontade. Estamos à sua disposição. Não querendo fazer o relato, passarei às perguntas. Não se preocupe com o tempo. Querendo, pode ser sucinta. Sinta-se como em sua casa, prestando um depoimento digno, a título de colaboração não só com a saúde de nosso Estado, mas com a nacional, bastante precária.

A SRA. ODETE DOMINGUES - Senadora Marluce Pinto, demais membros da Comissão, assumimos a direção da maternidade a convite do Governador do Estado, até porque S. Exª foi eleito por um grupo político do qual fazemos parte e, como tal, assumimos a responsabilidade para ajudar a saúde do Estado, especialmente no que se refere à saúde da mulher e da criança. Trabalhamos durante todo esse tempo com a única finalidade de trabalhar pela melhoria da qualidade do serviço prestado pela instituição.

Ao recebermos a maternidade, a estrutura daquela instituição, as condições de trabalho eram consideradas boas. Nosso trabalho objetivava melhorar, cada dia, dentro da eficiência das atividades médicas especializadas a que se destina o setor, mas nos deparamos, no primeiro ano, com uma estrutura cada vez mais insuficiente para atender a demanda da população. Sabemos que a população, demograficamente, aumentou consideravelmente. Portanto, a estrutura da maternidade se tornou insuficiente para atender tanto as patologias infantis como aquelas que dizem respeito à mulher, de uma maneira geral.

Tivemos, neste período de 1996, alguns fatores que tornaram, cada vez mais, o atendimento à saúde deficiente, no que diz respeito a número de leitos, devido à superlotação do hospital. Ela se tornou insuficiente e está insuficiente pelo grande aumento da procura. Temos hoje, em média, um número crescente de partos e todos os outros procedimentos também cresceram no decorrer do ano. As chuvas, com alagações, trouxeram grande aumento de enfermidades, que se avolumaram principalmente na área infantil.

Portanto, o Hospital Materno-infantil não atende mais a demanda infantil. Tivemos que deslocar um bloco todo da maternidade para que pudéssemos prestar atendimento às crianças, uma vez que não poderíamos deixá-las sem assistência. Esse trabalho foi exaustivo e de muita dedicação, especialmente por parte de todos os profissionais médicos, para que se pudesse dar assistência a todas as crianças que procurassem o setor.

Tivemos, ultimamente, um fator agravante: a falta de energia, o que contribuiu muito para que não pudéssemos efetuar um trabalho de qualidade, pois a manutenção dos motores não prestava atendimento adequado a toda a estrutura da maternidade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Odete Domingues, o objetivo único desta Comissão, como já falei anteriormente, é elucidar os fatos técnicos relacionados às ocorrências. Mas como foram mencionados relatos – o Senador Romero Jucá leu trechos dos jornais -, farei algumas perguntas antes de entrar na parte técnica, até porque temos um profissional da área que nos ajudará bastante.

V. Sª foi convidada por quem para assumir a direção da maternidade?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Fomos convidados pelo Governador para assumir, desenvolver um trabalho e contribuir para a saúde do Estado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A imprensa local e até mesmo a imprensa nacional, em pequenos artigos, têm noticiado como tendo havido, por parte do PMDB, a preferência ou a tentativa de manutenção da Diretora da Maternidade no hospital, da direção da maternidade para o PMDB. Muitas vezes, sem maldade, às vezes por desconhecimento dos fatos, a imprensa distorce determinadas situações.

Algum dia, V. Sª tomou conhecimento de que o PMDB exigiu ou solicitou do Governador a perma-

nência de V. Sª, a atual Diretora, que é filiada ao Partido?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Ilustre Senadora, não é do meu conhecimento, até porque considerei que o convite estava sendo formulado a uma técnica, a uma profissional conceituada e considerada eficiente na profissão. Acredito, tenho absoluta certeza de que fui convidada por esse motivo. Durante todo o tempo em que lá estive, sempre mantive um bom relacionamento com o Governador do Estado. Durante um ano e oito meses meu serviço foi avaliado pela população. Existem os méritos de nosso trabalho.

Politicamente, desconheço qualquer ação ou movimento do PMDB ou de qualquer partido nesse sentido. Meu objetivo como profissional, na direção, era de atuar e solucionar os problemas, dirigir as atividades médicas especializadas e a própria atividade do hospital.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não posso omitir que aqui no Estado sou Presidente Regional do PMDB.

Alguma vez V. Exª tomou conhecimento de que esta Presidência ou alguém do PMDB tenha solicitado qualquer serviço extra àquela maternidade que viesse beneficiar o Partido?

A SRA. ODETE DOMINGUES – De forma alguma, nunca recebemos qualquer pedido político nem de V. Exª, como Senadora, como Presidente do Partido, nem de ninguém particularmente. O nosso objetivo é atender a população e, de uma maneira geral, fazer uma política de saúde e não politicagem, pois saúde é o princípio que norteia a nossa vida profissional.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto)- A última pergunta com relação ao fato político: Alguma vez V. Sª recebeu minha visita à maternidade na época de sua direção, no decorrer de um ano e oito meses, tempo em que V. Sª esteve à frente daquela maternidade? V. Sª me viu nas galerias ou em visitas?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Infelizmente não, Srª Senadora. Eu até gostaria que V. Exª tivesse andado por lá e acompanhado mais o nosso trabalho; mas, infelizmente, não tive a felicidade de tê-la acompanhando e visitando o trabalho que era desenvolvido naquela instituição.

A SRA. MARLUCE PINTO – Drª Odete Domingues, não foi por negligência de minha parte. Todos aqui em Roraima sabem que já fui esposa de Governador por duas vezes, e toda esposa de Governador, como foi o caso da esposa do Senador e tantas outras, inclusive da do atual, atua na área social. Eu não era mais a Primeira-Dama. Creio que cada pessoa tem seu tempo, devemos deixar os espaços livres para aqueles que o ocupam no momento. Além disso, minhas atribuições como Senadora não me permitiram. Não foi, absolutamente, por negligência ou porque não quisesse compartilhar a sua boa administração.

Faço esse registro porque é até surpreendente a maneira como determinadas coisas são colocadas. Parecia até que havia uma disputa, mas só tomei conhecimento da demissão de V. Sª quando aqui cheguei, no dia seguinte, pois não havia assistido ao Jornal Nacional. Eu estava em trânsito, vindo exatamente para cá aguardar a vinda do Ministro Pompeu ao Estado.

Encerradas as perguntas políticas, passemos às técnicas.

Em que época, aproximadamente, V. Sª começou a perceber que o atendimento estava um pouco deficitário pela falta de estrutura da maternidade, que já não era suficiente para atender à demanda? Quais foram as suas providências?

A SRA. ODETE DOMINGUES - No decorrer de 1995, trabalhamos com a estrutura deixada pelo governo anterior, com equipamentos ainda adequados e com material que atendia à unidade. No relatório que organizamos, pode-se ver que o hospital, na época, estava equipado com computadores e com a estrutura que conseguimos. Encerramos o ano com algumas reivindicações e observações de pleitos que não foram atendidos. A partir do Relatório de 1995, entregue à Secretaria de Saúde, toda a equipe técnica da época pediu providências com relação à falta de equipamento e a deficiência na estrutura física.

Há um período sazonal em Boa Vista. Na época invernosa, em junho, julho e agosto, chove muito, aumentam os problemas respiratórios, principalmente com crianças e, conseqüentemente, cresce o número de atendimentos. Em 1995, observou-se que a área já era insuficiente para atender à demanda das crianças e que os equipamentos necessitavam de manutenção, como consta do relatório.

No ano de 1996, houve um agravamento nessa sazonalidade no período do inverno, quando ficou evidente que a estrutura não suportava mais. A imprensa procurou-nos, e sempre relatávamos e documentávamos, solicitando providências acerca da estrutura, que não tinha condições de atender à demanda. Fui, inclusive, obrigada a recuar todo um bloco da maternidade para atender à crianças. A sazonalidade da maternidade é conhecida no meio mé-

dico, principalmente numa cidade considerada do interior, embora capital: nove meses depois do natal e do carnaval, aumenta-se o número de partos e consideravelmente de todos os procedimentos. Em setembro, outubro e início de novembro, houve aumento de partos. Obviamente, nesse período de pico da sazonalidade, o número de leitos é insuficiente para atender os pacientes.

Assim, começou o processo muito grave, e passamos a atender no Pronto Atendimento Infantil, que superou o seu número de atendimentos. Tivemos que aumentar em 200% o número de leitos para atender às crianças, numa estrutura que era a mesma.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Odete, essas reivindicações foram verbais ou oficiais? A quem foram dirigidas?

A SRª ODETE DOMINGUES – Os procedimentos foram tomados com respeito ao organograma da maternidade, que é subordinada ao Departamento de Assistência à Saúde, que, por sua, é subordinado ao Secretário de Saúde. As reivindicações e os pleitos são dirigidos ao DAS, Departamento de Assistência à Saúde. É bom salientar que a maternidade não tem autonomia administrativa nem financeira, ou seja, não ordenamos despesa. Na maternidade, a manutenção de equipamentos, o abastecimento de alimentos e de medicamentos, tudo é feito pela Secretaria de Saúde. Todos os pedidos, até de um parafuso, são dirigidos ao Departamento de Assistência à Saúde, que toma as devidas providências. Todos os documentos são dirigidos à Secretaria de Saúde, ao Departamento de Assistência à Saúde ou ao Departamento de Planejamento e Finanças, Deplaf. Os pedidos urgentes, algumas vezes, são direcionados ao próprio Secretário, para que, mesmo fugindo à hierarquia, haja agilização nos trabalhos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Pela manhã, este presente à esta Comissão o Dr. Mauro Campelo, que nos informou que, a partir de maio, V. Sª participou de uma reunião realizada pelo Pacto da Juventude e Adolescência em Roraima, entidade que já havia realizado algumas reivindicações. V. Sª se lembra das reivindicações realizadas a partir de maio, se algum pleito foi atendido e se as dificuldades existentes naquela época foram um pouco superadas.

A SRA. ODETE DOMINGUES - Fomos convidados a comparecer em uma reunião do Pacto da Infância e da Juventude, quando a imprensa publicava a superlotação e a necessidade de mais leitos para atender à parte infantil. Realmente, posicionamo-nos a favor de um remanejamento temporário do Pronto Atendimento Infantil, haja vista que a estrutura não atendia mais à demanda.

Nesse período, não tivemos resposta principalmente quanto à solicitação de técnicos, de profissionais e de equipamentos. Fizemos uma série de reivindicações, mas apenas algumas foram atendidas. Temos os documentos e podemos passá-los à Comissão. Depois de todos os pedidos, a estrutura física continuou e o número de profissionais-técnicos continuaram os mesmos, e não temos autonomia nem mesmo para aumentar o número de plantões, porque tudo que versa sobre aumento de recursos financeiros deve ser solicitado ao Secretário de Saúde, a quem cabe autorizar. Não poderíamos aumentar nem o plantão, pois a direção precisaria autorizar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto V. Sª começou a constatar que estava aumentando o número de óbitos, tomou alguma providência mais eficaz? Já sabemos que V. Sª não era ordenadora de despesas e que não tinha autonomia financeira nem administrativa, mas houve alguma solicitação ao Secretário para que pudesse haver ao menos uma paralisação dos óbitos?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Recebemos periodicamente o relatório dos óbitos, que vínhamos acompanhando. Recebemos um documento de neonatologistas comunicando a ocorrência de 20 óbitos em quatorze dias. Tínhamos conhecimento estatístico de que, em média, o número de óbitos não ultrapassava doze por mês. Ficamos realmente preocupados com esses dados.

O documento foi entregue à direção, e solicitei que o encaminhassem ao Secretário, haja vista que se pleiteava maior número de plantões, para que atendessem às crianças, ao berçário. Constatou-se que, em quatorze dias, havia vinte óbitos, dos quais quinze ocorreram por septicemia. Nossa preocupação de imediato, quando recebemos esse documento, foi quanto à retirada das mães do Bloco A, onde elas ficam internadas, para o Bloco B, a fim de fazer a desinfecção da área do Bloco A e imediatamente de todos os materiais, principalmente as incubadoras. Foi necessário também fazer o remanejamento dos bebês para o Bloco A e o isolamento desse berçário.

Essa foi a nossa conduta. Em reunião com toda a equipe médica, enfermeiros e auxiliares, verificou-se exatamente que procedimentos técnicos poderiam ser tomados. As providências foram tomadas com o conhecimento da Secretaria de Saúde, que recebeu o documento no mesmo dia.

Tomamos providências a partir do dia 14 de outubro, e somente no dia 21 recebemos um documento da Secretaria de Saúde sobre a criação uma comissão para averiguar os óbitos que estavam ocorrendo na maternidade. Dentro dos recursos disponíveis na maternidade e das condições técnicas e epidemiológicas de desinfecção, remanejamento e isolamento, tudo foi feito.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No dia 21, quando foi criada essa comissão, já havia divulgação por parte da imprensa sobre o grande número de óbitos existentes à época?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não, Srª. Senadora, até aquele dia não havia sido divulgado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Qual é o número de neonatologistas existentes assiduamente na maternidade e que tinha contrato com ela para prestar serviços no berçário?

A SRA. ODETE DOMINGUES -São seis neonatologistas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Nessa época, todos estavam trabalhando?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Estavam trabalhando todos os seis neonatologistas nesse período.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Desde o início do ano, quando V. Sª começou a perceber que já era deficitário o atendimento por falta de profissionais e também pelo problema estrutural da maternidade, V. Sª se lembra, quando começou a dirigir aquela maternidade, quantas incubadoras tinha?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Eu não teria número preciso, porque há o transporte de crianças via aérea, e perdem-se essas incubadoras que são levadas com crianças em estado grave; mas lembro que o número de incubadoras que tínhamos ao assumirmos era em média de 10 e, quando saímos, existia uma média de 12 incubadoras.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – De qualquer maneira, aumentou um pouco o número das incubadoras, independente das que ficavam perdidas por conta...

A SRA. ODETE DOMINGUES – Pedimos, neste ano, se não me engano, 5 ou 6 incubadoras; parece que só nos concederam 3.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – As 12 incubadoras estavam funcionando normalmente à época do surto infeccioso?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Elas funcionavam normalmente; mais ou menos umas quatro ou cinco tinham problemas de manutenção, porque, neste ano de 1996, foi cancelado o contrato da firma que fazia manutenção das incubadoras. Já tínhamos grandes problemas na manutenção desses equipamentos, porque, nesse período, praticamente só 50% das incubadoras funcionavam adequadamente; as outras funcionavam de maneira precária.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A rescisão desse contrato foi motivada por decisão da senhora ou de alguém da maternidade? A senhora tem conhecimento do que motivou a rescisão desse contrato?

A SRA. ODETE DOMINGUES – S. Presidente, não tenho conhecimento, porque todos os contratos são firmados e elaborados na Secretaria de Saúde. Somos só prestadores de serviços. Não foi decisão da direção, porque não participo dessas decisões de contratação e de recursos financeiros. Não sabemos por que foi cancelado o contrato.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não tendo havido participação de V. Sª na rescisão contratual, foi comunicada oficialmente essa rescisão contratual?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Inicialmente não foi comunicado nada.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E verbalmente?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Verbalmente, foi comunicado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª tomou alguma providência para que o contrato fosse reativado?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Sempre estamos pedindo a manutenção dos equipamentos...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Estou lhe fazendo essas perguntas porque nos foi dito, por outros depoentes, que, na maternidade, ficavam, muitas vezes, duas crianças na mesma incubadora. Isso aconteceu na época do inverno e com a falta de energia elétrica, quando se tornou mais constante esse procedimento durante muitas horas no decorrer do dia, ou anteriormente acontecia de ficar mais de uma criança em uma mesma incubadora?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Anteriormente nunca aconteceu. Foi nesse período que ocorreu a superlotação e a necessidade de colocar mais de uma criança. Foi só nesse período deste ano, anteriormente nunca aconteceu.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mesmo V. Sª não tendo autonomia administrativa e financeira, com relação aos medicamentos necessários para o atendimento das crianças durante a sua permanência no berçário, houve alguma deficiência no

atendimento de medicamentos e deficiência alimentar para as parturientes?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não, não houve nenhuma deficiência de alimento, até porque todas as vezes que solicitávamos éramos atendidos, e quanto aos medicamentos, também. Quando não existiam, recorríamos urgentemente à Secretaria de Saúde. Quando não tinha, ameaçávamos comprar fora, mas nunca faltou medicamento adequado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deficiências estruturais com falta de medicamento, nunca houve? Sempre houve um pronto atendimento?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Senadora, o que eu gostaria de dizer aos demais Senadores é nunca faltou medicamento. Fazemos aí um adendo, por exemplo, tipos de drogas, principalmente antibióticos de última geração, que são antibióticos potentes; obviamente não existiam, mas hoje são utilizados para atendimento de patologias mais graves. Realmente, não tínhamos antibióticos de última geração.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – À época, V. Sª já percebia que poderia ter medicamentos mais adequados que pudessem evitar uma infecção mais grave. É isso que V. Sª quer dizer?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não, Senadora, é que foi padronizado o tipo de medicamento. Medicamentos mais potentes, de última geração...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Medicamentos de última geração que pudessem combater com maior rapidez a infecção.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Isso mesmo. Sempre, no início do ano, havia uma reunião em que eram discutidos quais os tipos de antibióticos padronizados, e os médicos todos reunidos pediam esses antibióticos de última geração, mas não eram atendidos. Desconhecemos o porquê de nunca serem atendidos esses pedidos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não queremos levar esta Comissão para o lado político, mas, muitas vezes, temos que fazer perguntas correlatas. Um jornal de São Paulo declarou que, nos últimos três meses – julho, agosto e setembro -, os profissionais da área de saúde, no caso Dr. Alceste, Drª Odete, Drª Eugênia e mais a ex-administradora, a SRA. Sônia Barcelar, que inclusive trabalhou este ano, usaram os serviços da Maternidade para fazer política.

Isso, segundo o jornal, é uma declaração do Deputado Édio Vieira, que está presidindo a CPI da Assembléia Legislativa. É do conhecimento de V. Sª que o Deputado Édio tenha se reportado a essas acusações ou algumas informações para a imprensa tenham gerado esse tipo de notícia, que podem até não ser verídicas? É do conhecimento de V. Sª a veracidade dessa notícia?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Li também na imprensa, e é o único conhecimento que tenho. A imprensa publicou, mas não sei qual a fonte, realmente não tenho lembrança agora.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A administradora Sônia Barcelar, que foi recentemente eleita, participou dos trabalhos da Maternidade no período eleitoral?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Ela se exonerou em abril, como manda a lei eleitoral e, de lá para cá, não foi mais funcionária da Maternidade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – De abril até outubro, a SRA. Sônia não teve nenhuma participação na administração da Maternidade, mesmo exonerada?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não, nenhuma, Senadora. Ela não teve nenhuma participação dentro dos trabalhos da maternidade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A Drª Eugênia, que, não podemos ignorar, também foi candidata e eleita, teve alguma participação dentro da Maternidade que V. Sª pudesse fazer uma avaliação de que ela, naquele período, estava usando a Maternidade para fins eleitoreiros.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Senadora, eu gostaria dizer de que, enquanto estive na direção da Maternidade, norteamos o nosso trabalho voltado para a assistência à saúde e, em nenhum momento, percebemos ou admitimos que alguém fizesse política partidária dentro da instituição, porque é uma instituição aberta, apolítica e visa, exatamente, exercer a saúde de uma maneira séria e responsável.

Desse modo, tantas as médicas a que V. Exª se referiu quanto os demais profissionais atuavam indistintamente, sendo que essas candidatas se ausentaram, realmente, das suas atividades. Não me consta tê-las, inclusive a Drª Eugênia, trabalhando nesse período.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Odete, estou satisfeita com as suas respostas e deixarei que os demais Senadores tirem dúvidas com relação à administração de V. Sª.

Gostaria de apresentar o Dr. Romeiro, que é um técnico totalmente isento, não conhece as pessoas em Roraima e está aqui única e exclusivamente representando, como técnico, o Senado Federal, para nos ajudar na elaboração do relatório.

Não queremos fazer este trabalho para punir, a não ser que cheguemos à conclusão de que alguma punição tem de ser dada. Mas nosso objetivo maior é descobrir a causa, para que os efeitos sejam mais produtivos, para que se evite, no futuro, infecção hospitalar aqui na Maternidade. Se detectarmos a necessidade de serem tomadas algumas medidas que, até o momento – não digo por negligência, mas por falta de recursos ou seja qual for o motivo – não tenham sido tomadas, poderemos evitar o aumento de óbitos no nosso Estado.

Estou muito satisfeita com suas respostas, que foram bastante contundentes, muito firmes. Não poderia deixar de dizer que, no decorrer dos quase dezoito anos que estou aqui em Roraima, mesmo quando V. Sª não era política, nem eu – apenas meu marido, militar, veio administrar Roraima -, sempre vi na Drª Odete aquela médica que tinha como objetivo maior dar um bom atendimento. Minhas palavras não são elogiosas por estar na presença de V. Sª, que, antes de se infiltrar na política, de ter cargos eletivos, como já teve, era uma das médicas com maior clientela particular, tanto da classe média quanto de quem tinha maior poder aquisitivo aqui no Estado, dentro da sua especialidade.

Quero parabenizá-la mais uma vez e dizer que esta Comissão procurará fazer um trabalho isento, mesmo que, porventura, outras comissões queiram arranjar um bode expiatório. Se for preciso, prorrogaremos o prazo, para que todas as dúvidas sejam dirimidas pelos membros desta Comissão e por seus técnicos.

Muito obrigada, Drª Odete.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Sandra Guisi.

A SRA. SANDRA GUISI – Drª Odete, eu gostaria de um esclarecimento a respeito de dois aspectos observados pelo Instituto Fernandes Figueira da Fundação Osvaldo Cruz: "Não existem normas e rotinas para limpeza e desinfecção específica de equipamentos, não há uma conduta uniforme de lavagem de mãos ao entrar no berçário antes e após o manuseio do recém-nascido". Como a senhora, como diretora da Maternidade, analisa essas observações? Como eram os cuidados no berçário?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Senadora, é um prazer responder sua pergunta. A Fundação esteve na Maternidade depois da minha saída. Saí da maternidade no dia 22, e o relatório foi feito no dia 25 ou 26. Eu já não era mais a diretora.

Trago os documentos do livro de ocorrências do berçário, do período em que eu estava lá, que passo às suas mãos, onde constam todos as técnicas de assepsia, de conduta de lavagem de mãos, que norteavam todos os trabalhos. Essas normas e rotinas existiam na nossa administração. Neste livro, há anotações da enfermagem anotando, relatando as normas e rotinas. Este livro é usado diariamente; todos os dias, se recomenda esse tipo de técnica. Na minha administração se **fazia isso.**

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Senador João França, V. Exª deseja formular alguma pergunta à Drª Odete?

O SR. JOÃO FRANÇA – A Drª Odete é uma médica que conheço há muitos anos, sempre conceituada, conhecemos suas responsabilidades, sempre acompanhamos de perto seu trabalho. Tudo o que eu poderia perguntar já foi perguntado. Estou fazendo o meu relatório, para, depois, apresentá-lo à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Drª Odete Domingues, vou fazer algumas perguntas, e já disse isso também ao Deputado Alceste. Gostaria de tocar não só em questões administrativas e técnicas, como também em questões políticas, devido até a assuntos que estão aflorando em outras Comissões de investigação.

Entendo ser da maior importância que essa questão fique bem clara, até para que, como já foi dito aqui, pessoas não paguem por isso dentro de um processo político mais abrangente.

Eu começaria perguntando se as condições de trabalho na Maternidade, a partir do mês de junho, eram ideais. Havia equipamentos? A infra-estrutura estava condizente com a situação observada no início dos seus trabalhos, em 1995, ou V. Sª corrobora as posições do Juiz Mauro Campelo e do Pacto da Infância e da Adolescência de que, nesses últimos dois anos, a situação da Maternidade vem-se deteriorando a ponto de os trabalhos e o atendimento estarem em condições precárias?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, realmente, houve um sucateamento gradativo do equipamento. Como já falei, nesse período de inverno, nos meses de junho, julho e agosto, a estrutura esteve em condições críticas, em virtude de não comportar a demanda de atendimento, principalmente no pronto-atendimento infantil.

Endosso todos as palavras do Dr. Mauro Campelo. Estive presente na reunião do Pacto da Infância e da Adolescência, onde fomos questionados. Naquela ocasião, alertávamos para as dificuldades que estávamos enfrentando. Inclusive, havia falta de

um elemento importante, que são os recursos humanos e estruturais. Houve também o problema sério dos alagamentos. Naquele ano, toda a estrutura da Maternidade, inclusive o berçário, sofreu inundação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de saber se V. Sª confirma que o transbordamento da fossa e todo o problema que houve no terreno foram graves e prejudicaram as condições de higiene da Maternidade.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Havia problemas com a fossas. Procurávamos fazer periodicamente o esvaziamento das fossas, com o uso de carros especiais. Mas o que causou mais problemas não foi a questão das fossas em si, mas a questão do esgoto externo, que, nesse período, extravasou. Esse foi o problema mais grave.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Sª falou a respeito das chuvas. Havia um sério problema de goteiras dentro da Maternidade, o que causou inundações. O Deputado Alceste Almeida falou a respeito dessa questão. Inclusive, numa matéria de jornal, S. Exª disse que chovia dentro da Maternidade e que, às vezes, era necessário fazer uso de guarda-chuva ali.

Em 1995 – aqui está o relatório do primeiro ano da sua administração -, houve solicitações encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado, pedindo reformas e ampliações. Foram solicitados os seguintes procedimentos: montagem de processadora do tanque e revisão do Raio-X – não foi atendido. Revisão geral dos quadros de comando da subestação – não foi atendido. Revisão da capela para exames bacteriológicos – atendido parcialmente. Ampliação da recepção e triagem do PAI – não foi atendido. Reforma e ampliação da UTI pediátrica, onde faleceram as crianças – não foi atendido. Reforma e ampliação da lixeira – não foi atendido. Reforma do telhado, no dia 11 de julho de 1995 – não foi atendido. Todas essas solicitações não foram atendidas, com exceção da revisão da capela que foi parcialmente atendida.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Queria dizer que, nesse ano, começaram a aparecer as goteiras.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto a V. Sª: se essa reforma pedida tivesse sido realizada, teria chovido dentro da Maternidade, no berçário e na UTI, da forma como ocorreu em 1996?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Concordaria em dizer que, se todas as reformas tivessem sido feitas, não teria chovido dentro da Maternidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Também foi solicitada a construção do pavimento do PAI, o que não foi atendido. Isso serviria para ampliar o atendimento.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Exatamente. No período chuvoso, em junho de 1995, não havia estrutura suficiente para atender à demanda de doentes. Pedíamos a construção de uma outra ala no terreno, para atender à demanda do ano seguinte. Já previamos que a estrutura não atenderia à demanda devido ao aumento da população.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quanto aos equipamentos, foram pedidos móveis e utensílios para a sala de prescrição da pediatria – não foi atendido; cilindros de gás – não foi atendido; aminoscópio para alto risco – não foi atendido; aparelho de fototerapia da incubadora – não foi atendido. Todos esses pedidos não foram atendidos. Gostaria de saber qual é a utilidade desse último equipamento.

A SRA. ODETE DOMINGUES – O equipamento de fototerapia serve para o tratamento de crianças que nascem com icterícia, apresentando amarelão logo depois do parto. Nesse caso, há necessidade de fototerapia para a cura e tratamento. E as incubadoras são aquelas que nós pedimos no ano anterior, já que não tínhamos o suficiente para atender às crianças do berçário que necessitam de tratamento especializado, berço aquecido, etc.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por fim, bisturi elétrico, respirador móvel, detector fetal, berço aquecido, enfim, também material não atendido.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Sim, não foi atendido. É um material que está aí, os ofícios estão pedindo, o relatório foi entregue em janeiro de 1996. Esse material, o respirador, é fundamental. Quem trabalha em área de saúde sabe que uma criança grave precisa de um respirador, e nós não dispúnhamos, nesse período crítico, de nenhum respirador funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Presumo que, se isso foi pedido em 1995, outros equipamentos e outras questões também foram levantadas em 1996. Como não temos o relatório, gostaria de pedir que a senhora fornecesse à Comissão os ofícios, os pedidos e as solicitações de materiais feitos nesse período, para que pudesse fazer parte também do nosso trabalho.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Trago aqui separadas as pastas de 1995, que passo às mãos; algumas que são do meu conhecimento, 1996, algumas que eu tenho. Trago também aqui alguns protocolos. Esses aqui eu gostaria que, 1995, foram documentos que não tenho em mãos ...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas que foram entregues e que podem ser solicitados à Secretaria de Obras.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Secretaria de Obras, Dr. Aliomar. Com relação à fossa, Secretaria de Obras também e todos esses que dizem respeito à fossa são documentos que eu gostaria que a Comissão procurasse tomar conhecimento desses ofícios, que não temos em nosso poder, nos quais pedíamos providências.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Será solicitada a cópia na Secretaria.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Passaremos também todos os protocolos, que confirmam o recebimento, os documentos que foram dados em protocolo. Trouxemos todos os protocolos, para dizer que os documentos são originais e foram oficialmente entregues.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Perguntaria, então, se a senhora pediu recursos, pediu para recuperar a Maternidade, que estava numa situação difícil. Faria uma pergunta, para confrontar com esse quadro que a senhora diz que era de necessidade. A senhora não nadava em dinheiro na administração do Hospital. Não havia um atendimento perfeito.

Há dias atrás, o Governo do Estado veiculou uma campanha publicitária, em todas as televisões do Estado e rádios, dizendo que gasta por mês 14% do seu orçamento em saúde. Isso, num cálculo por cima, dá mais de R$3 milhões por mês.

Para se ter uma idéia comparativamente, R$3 milhões por mês equivale a uma vez e meia o orçamento total da Prefeitura de Boa Vista. Então, R$3 milhões por mês é um dinheiro bastante significativo.

Perguntaria à senhora: esse gasto de R$3 milhões por mês foi também direcionado de forma maciça para a Maternidade Nossa Senhora de Nazaré? A senhora teve muito dinheiro para trabalhar? A senhora nadava em dinheiro lá ou o quadro era de penúria.

A SRA. ODETE DOMINGUES – Exª, não posso responder com relação à parte financeira, até porque não trabalhava com recursos, não sei qual o recurso disponível para o Hospital Materno-Infantil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - A senhora, como Diretora, não tinha um quadro financeiro?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não tinha nem acesso a quanto a Secretaria de Saúde dispunha nem o quanto de recursos era aplicado na Maternidade. Só sei que eu não recebi o material solicitado e, oficiosamente, sempre me diziam que tinham problemas financeiros e por isso não atendiam.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Caminhando nessa área técnica ainda, gostaria de falar sobre a questão da empresa de limpeza e desinfecção. A senhora é a responsável pela contratação da Empresa Lucel para atuar dentro do Hospital-Maternidade Nossa Senhora de Nazaré?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Exª, a direção da Maternidade, dentro do que diz o Regimento Interno, é responsável pela execução das atividades médicas especializadas e coordenação das atividades correlatas. Portanto, toda essa parte toda de contratação é efetuada na Secretaria de Saúde. Não participamos e nem opinamos sobre nenhum tipo de contratação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora tem conhecimento de que há irregularidades inclusive em parecer da área jurídica da Secretaria de Saúde? Há irregularidades na contratação e na licitação da Empresa Lucel, que atua na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não. Nunca me passaram esses relatórios, para que eu tivesse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - A senhora tem conhecimento de que...

A SRA. ODETE DOMINGUES – Gostaria de frisar: relatórios que foram feitos na Secretaria de Saúde? Não, não tenho conhecimento. Nunca o tive.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - A senhora tem conhecimento, então, de quem contratou a Empresa Lucel?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não, porque nunca tive acesso a nenhum contrato da firma.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - A senhora já ouviu falar ou tem conhecimento de que a Empresa Lucel tem relacionamento direto com o Deputado Célio Wanderley?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Também não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora tem conhecimento de que o irmão do Deputado Célio Wanderley é o Subsecretário de Saúde do Estado?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Sim, eu sei que o Subsecretário de Saúde é irmão do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora, no período em que administrou a Maternidade, recebeu ou veio a público qualquer tipo de denúncia de maus tratos a mães, crianças ou funcionários da Maternidade? Houve algum tipo de processo

administrativo ou qualquer denúncia contra a senhora ou contra o Secretário, enfim, houve qualquer ação que desabonasse a forma como a senhora atuou na Maternidade Nossa Senhora Nazaré?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Não, Excelência, muito pelo contrário. Nunca tive nem ouvi nem li nenhuma denúncia sobre maus tratos dispensados por mim ou por quem quer que seja dentro do corpo clínico, médico ou de enfermagem dentro da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria: O Governador Neudo Campos, durante os quase dois anos em que a senhora dirigiu a Maternidade, esteve acompanhando as atividades da instituição, esteve lá algumas vezes?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Ele esteve presente, inclusive a última vez foi em abril de 96, com uma equipe da Secretaria de Obras, com o Secretário de Saúde e outras autoridades verificando todos os problemas da Maternidade, porque havia neste período do Secretário-Adjunto um relatório mostrando as necessidades e foi o período em que o Governador observou o problema do teto e, como engenheiro, apontou todas as condutas que seriam adotadas para a sua recuperação. Especialmente, por ser engenheiro, verificou **in loco** todo o hospital e acompanhou...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Governador tinha conhecimento dos problemas que o hospital vivia. A senhora teve oportunidade também de cobrar do Governador e do Secretário essas açõ-es, essa reforma, essa compra de equipamentos, tudo isso?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Sim. Isso sempre cobramos, sempre pedimos esses documentos, esses consertos e recuperações e vi pessoalmente o Governador acompanhando e tomando ciência das necessidades do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Isso foi em que mês?

A SRA. ODETE DOMINGUES – Abril de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Portanto antes do período de chuvas.

A SRª ODETE DOMINGUES – Antes do período de chuvas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Depois da visita do Governador as providências foram tomadas para sanar essas dificuldades todas que a senhora vivia?

A SRª ODETE DOMINGUES – Não. Praticamente nada vi de concreto que se tenha efetuado. A única coisa que lembro é que no período bem crítico foi usado lona na cobertura do teto para que se pudesse proteger os pacientes das chuvas. Fora isso não lembro que qualquer tijolo ou cimento tenha sido colocado lá para recuperação do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Voltando à questão da empresa de limpeza...

A SRª ODETE DOMINGUES – Eu só gostaria de fazer um adendo. Em setembro foi feito o conserto de duas fossas próximas à cozinha que estavam abertas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Voltando ainda à questão da firma de limpeza, eu perguntaria se a senhora atuou em qualquer momento na especificação da licitação do tipo de trabalho, de produto ou de qualquer atividade que essa empresa de limpeza teria que prestar à Maternidade? Houve algum tipo de posicionamento da Maternidade sobre o tipo de água sanitária, o tipo de desinfetante, enfim, houve uma definição técnica da atuação da empresa junto à administração da Maternidade?

A SRª ODETE DOMINGUES – Não, nunca houve qualquer participação da direção até porque a fiscalização não era competência da direção, que só acompanhava os trabalhos e a administração do hospital fazia um relatório periódico respondendo alguns pré-requisitos em que o serviço era considerado em grande parte como ruim e o material dado era insuficiente, Nesta ocasião levantávamos dúvidas sobre a adequação da água sanitária e dos componentes químicos usados para uma desinfecção. Levantamos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Isso foi colocado...

A SRª ODETE DOMINGUES – Foi colocado em relatórios periódicos e ainda alertávamos que caso essa limpeza não fosse bem-feita poderia trazer transtornos para o hospital como, por exemplo, infecção hospitalar. Esse relatório está entre a documentação que foi entregue dentro dessas pastas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Para deixar bem claro: não era a Maternidade nem a sua administração que comprava o material utilizado pela empresa como, por exemplo, o tipo de água sanitária, condenada pela vigilância sanitária.

A SRª ODETE DOMINGUES – Não. Eu gostaria de dar uma informação para que se pudesse entender melhor: os utensílios, todo o equipamento e todo o material eram fornecido pela firma para a limpeza, que era feita no recinto interno, bem como o transporte de lixo interno da instituição, também de responsabilidade da firma. Agora, na unidade utilizamos um tipo de água sanitária usado para desinfec-

ção de aparelhos e usado também para a limpeza da roupa, porque nosso veículo de uso é sangue e precisamos alvejar essa roupa e para isso usamos um tipo de água sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Utilização direta da Maternidade?

A SRª ODETE DOMINGUES – Sim, da Maternidade. Esse é um tipo de água sanitária usado tanto para a limpeza e alvejamento das roupas na lavanderia quanto na parte de laboratório, como também na desinfecção de aparelhos. Mas essa água que foi aventada, uma água que, no final de setembro, a chefe da lavanderia nos comunicou que não estava tendo uma ação adequada como alvejante.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Essa água sanitária também foi condenada?

A SRª ODETE DOMINGUES – Foi pedido um parecer técnico para a Vigilância Sanitária dessa água sanitária, sobre o seu teor de sulfito de sódio, haja vista que ela não estava tendo uma ação eficiente. No início do mês desse outubro veio um ofício dizendo que a água, pela análise do rótulo, não era credenciada pelo Ministério da Saúde. Na verdade, até eu sair não tomei conhecimento oficialmente se essa água era adequada ou não, verdadeira ou não, só tive essa informação pelo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pelos procedimentos administrativos não era V. Sª quem comprava a água, porque estava de férias, V. Sª deveria receber da Secretaria de Saúde.

A SRª ODETE DOMINGUES – Recebia do depósito do almoxarifado central.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A questão das mortes das crianças em outubro tonou-se aguda, V. Sª notou que em agosto, setembro isso veio num crescendo ou foi de repente o auge e, na verdade, nos outros meses havia uma taxa considerada natural, pelo menos uma taxa mediana desse tipo de ocorrência.

A SRª ODETE DOMINGUES – Ilustre Senador, como falei quando recebi a Maternidade, ela era informatizada e tínhamos um trabalho diário de verificar os dados informativos de todos os locais. Nesse ano de 96 foram retirados todos os aparelhos de computação, então, tínhamos só informações mensais de todos os dados de óbitos, os dados mais importantes que eram fornecidos.

Observamos que no mês de agosto aconteceu um número um pouco mais elevado de óbitos, mas ainda não tínhamos a **causa mortis**. A informação que tivemos dos médicos do setor é que nesse mês de agosto muitas crianças que nasciam na Maternidade e que recebiam alta voltavam dias depois em estado grave e eram internadas novamente no berçário, e que muitos desses óbitos ocorreram, evidentemente, pelas condições climáticas, era inverno, e voltavam para a Maternidade, porque as casas estavam alagadas, as crianças vinham com problemas respiratórios graves e eram internadas. A informação que tive na época foi de que esses óbitos aumentaram por causa do aumento de internações externas, as crianças nasciam, iam para casa e retornavam com problemas respiratórios graves e pneumonia. Em setembro melhorou o clima, as chuvas diminuíram e a incidência de morte diminuiu também. Porém, em outubro, aconteceram esses fatos críticos de mortandade infantil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sobre os trâmites internos na área da saúde e na área do Governo essas crianças que morreram eram encaminhadas ao IML, cada morte tinha um laudo ou essas crianças foram sepultadas sem laudo do IML, e se isso ocorreu, de quem foi a autorização, enfim, qual era o procedimento normal e se houve procedimentos anormais nessa questão do sepultamento?

A SRª ODETE DOMINGUES – Senador, com relação à conduta, as neonatologistas dão o diagnóstico e os óbitos acontecem. Esse serviço, realmente, está ligado praticamente ao setor de vigilância epidemiológico, não seria bem o caso, verificação de óbitos da Secretaria de Saúde, não diz respeito à minha pessoa. Na Secretaria existe um setor que é o de verificação de óbito que acompanha. Uma vez dado o laudo pelo médico...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pelo médico na maternidade?

A SRª ODETE DOMINGUES – Sim, ele, então, é encaminhado para o sepultamento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não tem passagem pelo IML?

A SRª ODETE DOMINGUES – Não, de rotina não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Drª Odete, vou entrar mais na área de informação política e vou afirmar, não posições minhas, mas afirmações que estão sendo feitas pela imprensa e estranhamente por parlamentares ligados ao Governo do Estado que, na verdade, comandam a apuração da CPI da Assembléia Legislativa.

O Jornal **O Estado de S. Paulo** publicou uma série de matérias e entre elas coloca uma declaração do Deputado Edi Vieira do PTB, Partido do Governador, Líder do Governador Neudo Campos na Assembléia Legislativa e é Presidente da CPI que in-

vestiga essa questão das mortes, o que já é, no mínimo, uma acumulação esdrúxula, pois se ele é Líder e está na Assembléia para defender o Governo do Estado e o próprio Governo é partícipe desse processo de apuração, jamais, em tese, o Líder do Governo deveria ser o Presidente da Comissão apuradora de fatos contra o próprio Governo. Mais estranho é que o Relator dessa Comissão, da CPI, é o ex-Líder do Governo Neudo Campos, também do PTB, Deputado Francisco Guerra.

O Deputado Édio Vieira, diz, entre outras coisas, que a Maternidade foi transformada em comitê eleitoral. O início da matéria diz textualmente: "os primeiros raios-x da infecção política na Maternidade revelam: a Médica Celeste Vanderlei, que cuida do berçário, é mulher do Secretário adjunto de Saúde, Ailton Vanderlei, Presidente do Conselho Regional de Medicina, que é irmão do Deputado e Médico Célio Vanderlei, do PPB, aliado ao Governador Neudo Campos, e primo de Manoel Ribas Galvão, o sócio-gerente da Lucel, empresa que faz limpeza da Maternidade do Hospital Geral de Roraima, sem ter alvará sanitário como exige a lei.

No outro **front** está o grupo da Senadora Marluce Pinto, do PMDB, mulher do Prefeito eleito, Governador Otomar Pinto. A ex-diretora do Hospital Materno, ex-deputada e Médica Odete Domingues, a Médica Sílvia Távora, que vai ser ouvida aqui também, mulher do Deputado e Médico Lúcio Távora, cotada para ser a próxima Secretária Municipal de Saúde, e as vereadoras eleitas Eugênia Gláucia e Sônia Bacelar."

Então, Édio Vieira nos mostra esse quadro e diz que no período eleitoral ampliou o atendimento da Maternidade, chegam a comentar na CPI que havia operações de ligadura de trompas, de uma quantidade de questões em série, quatro, cinco pessoas na mesma sala, e o que parece que está ocorrendo é que está havendo, pelas informações que recebi, vamos ouvir o Deputado Iradilson Sampaio daqui a pouco e o Deputado Alder Grossi, que eram membros da CPI e deixaram a CPI exatamente por notar o direcionamento que ela tomava, me parece que há uma pressão, inclusive, sobre funcionárias e enfermeiras da Maternidade, funcionárias de serviços prestados à Cooperativa no sentido de reafirmarem esse quadro de ingerência política na Maternidade durante o período eleitoral.

Pergunto, a quem V. Exª admite esse tipo de postura, já que a Srª Lúcia Távora, V. Exª mesma, Srª Eugênia Gleuci, Sônia Bacelar inclusive se elegeram na coligação do Governador. Não é verdade? V. Exª disse que foi convidado pelo Governador, e de repente vemos que parlamentares ligados ao próprio Governador estariam definido uma postura ou pelo menos uma orientação na CPI que é, de certa forma, tendenciosa.

Vou mais além. Há uma declaração no jornal do Deputado Lúcio Távora, Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, que afirmou ao Estado que, o Sr. Lúcio dizendo: "Odete também pediu recursos ao Secretário de Saúde, Sérgio Pilon, em janeiro, para consertar problema de esgoto hidráulico e elétrico. Depois, em maio, quis mudar o berçário, mas não recebeu verba. Ele reconhece, porém que não havia gerenciamento adequado dentro do Hospital e por ser do PMDB o PPB a podava, esperando que se demitisse." Continua o Sr. Lúcio: "foi erro dela não se demitir (concluía agora Lúcio Távora). Se se demitisse não estaria sendo alvo de acusações, tendo ainda a respaldá-la os ofícios que desde 1995 pedia providências. Em 14 de outubro, em pleno surto de infecção hospitalar, a Médica Sílvia Távora, mulher do Deputado, foi ao Secretário Pilon, passaram-se 10 dias e nenhuma providência foi tomada."

Perguntaria, houve boicote, houve esse quadro, a que V. Exª admite essa postura do PPB e como está encarando, e se já foi ouvida também por essa CPI da Assembléia Legislativa e como encaminha e analisa esse quadro que está se tentando formar para responsabilizar alguns médicos, porque essas médicas do PMDB foram todas afastadas pelo Governador Neudo Campos, de que forma S Exª avalia essa quadro?

A SRª ODETE DOMINGUES – Senador, gostaria de responder por partes. Em primeiro lugar gostaria de dizer que acredito que quem trabalha no setor público, pessoas sérias e políticos sérias não podem deixar de lado a morte de bebês para trocar por simples politicagem, porque quem é responsável, quem é médico, é profissional altamente técnico jamais diria uma coisa dessa aberração, é querer desviar a atenção das mortes desses bebês, que ocorreram por fatalidades, sabe Deus por que motivo que estamos aqui tentando esclarecer.

Não dou atenção a esse tipo de informação, porque penso que é leviana e a pessoa despreparada e sem personalidade para poder exercer o cargo de um político, porque a política deve ser exercida com seriedade, com responsabilidade e a medicina, para mim, é encarada dentro desse aspecto. Trabalhei e trabalho dentro da minha área procurando sempre salvar vidas, procurando ver o lado do meu

semelhante e não trazer para dentro do ambiente do trabalho uma politicagem banal e, creio eu, a imprensa usa para denegrir a imagem dos políticos e também dos médicos, porque, na verdade, é isso que a imprensa hoje está fazendo, está denegrindo a seriedade da Medicina e procurando um bode expiatório para que se use a responsabilidade.

Posso afirmar a V. Exªs que durante o período em que estive lá não vi, não aceitei e nem admiti que politicagens fossem feitas a não ser política de saúde. Com relação à posição de alguns políticos que defendem o Governo, ainda sou do grupo que elegeu o Governador do Estado, e, como tal, assumi a responsabilidade de ajudar a saúde, e não a pessoa, o nome de um governo, e sim a política da Saúde do Estado de Roraima.

Num momento em que o governador achou que deveria afastar-me da frente dos trabalhos, foi uma decisão eminentemente do Secretário, do governo. Continuo trabalhando no intuito de melhorar, procurando, cada vez mais, ajudar a esclarecer os fatos.

Então, no período em que estive à frente da direção, se houve falta de material, sempre entendi, Exªs, que foi, como me posicionaram: falta de recursos. E sempre com a esperança de que no mês seguinte o problema seria solucionado.

Estive e sinto não poder estar ainda ajudando mais efetivamente para esclarecer os fatos. Mas, não entro para o mérito político, porque essa politicagem desconsidero-a, como uma profissional, como uma técnica, como médica que sou, e a responsabilidade de uma instituição jamais seria usada para fins politiqueiros. E muito mais por profissionais, até por que vidas que foram salvas, pessoas que foram operadas não o foram desnecessariamente. Todas que foram submetidas a cirurgia, com certeza, Exªs, precisavam de atendimento médico, mesmo havendo carência de profissionais. E no período de julho, às vezes, aumenta o índice de cirurgias, porque existem mais profissionais trabalhando, dedicando-se a salvarem vidas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, a maternidade não foi transformada em comitê eleitoral, como diz o presidente da CPI da Assembléia Legislativa?

A SRª ODETE DOMINGUES – De forma alguma, Exª, pois, como eu disse, foi transformada numa política de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Deputado Chico Guerra disse também na Assembléia Legislativa que a responsabilidade pelas mortes era dos médicos de Roraima. Disse isso textualmente, estamos pedindo cópia da transcrição.

Em algum momento, a senhora identificou qualquer tipo de atividade ou de atitude pouco profissional ou irresponsável, que tenha causado qualquer tipo de prejuízo para as mães ou para os bebês, de algum médico da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré?

A SRª ODETE DOMINGUES - De forma alguma, sempre considerei uma dedicação intensa dos profissioanais médicos. Sempre dizia que superamos as deficiências com o nosso trabalho e a nossa dedicação. E os profissioanais, da mesma forma, eles sempre foram responsáveis e pessoas capazes de assumir os cargos que estavam desempenhando.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Drª Odete, o fato de o governador ter afastado a senhora enquanto se levantava as questões é uma definição da política do governo mas que , de certa forma, poderia até ser defensável, dizendo que não estava afastando para investigar, para fazer a elucidação sem nenhum tipo de pressão, etc. Mas a que a senhora atribui o afastamento das médicas Eugênia, Sílvia Távora, enfim, as médicas do PMDB, como diz o Deputado Édio Vieira que fora afastado? Houve algum tipo de atuação errada, de responsabilidade dessas médicas nas mortes ou nos problemas vividos pela maternidade?

A SRª ODETE DOMINGUES – Que seja do meu conhecimento, não houve nenhum afastamento de médico. Se houve não tenho conhecimento disso. Também não houve nada durante a minha administração que motivasse esse afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora deseja prestar mais alguma informação, colocar mais alguma questão? A senhora já colocou suas questões para a CPI da Assembléia Legislativa? A senhora já foi ouvida?

A SRª ODETE DOMINGUES – Ainda não fui ouvida, Exª, nessa CPI. Só tenho lido nos jornais o direcionamento que ela toma, como também não fui convidada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de passar a palavra ao Dr. Romeiro, técnico que está assessorando a Comissão de Sindicância.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Drª Odete, os dois relatórios que a Consultoria Legislativa do Senado teve acesso, que são do Grupo Materno-Infantil do Ministério da Saúde, do Instituto Fernando Espigueira são bastante desabonadores em relação ao hospital. Criticam a ausência de rotinas, a que a senhora já se referiu, a insuficência no preparo de

medicamentos, praticamente a inexistência de funcionamento do centro de material e a ausência de uma comisão de controle de infecção hospitalar. São aspectos bastante duros.

A senhora está nos contando uma outra história, mostrando as dificuldades do hospital, as tentativas de suplantar esses problemas. O que essas duas equipes encontraram de diferente? Por que em poucos dias, após a sua saída, a situação deteriorou-se tanto? Alguns desses fatos não vem ocorrendo em alguns dias apenas, mas em meses. Como a senhora avalia esses relatórios dessas duas comissões?

A SRª ODETE DOMINGUES – Com todo respeito à Fundação Osvaldo Cruz e à equipe do Ministério da Saúde, quero dizer que não participei da feitura dessas análises, como já falei anteriormente.

Gostaria de esclarecer que essa equipe foi à Roraima a convite do próprio Secretário. Eu ainda estava à frente da Direção, quando, do meu gabinete, foi feito o convite, por parte do Secretário de Saúde, a pessoas da Fundação Osvaldo Cruz e do Ministério da Saúde, para que fossem dadas orientaçõ-es, para que isso fosse esclarecido e também para que não houvesse mais óbitos. Essas pessoas prestariam uma assistência epidemiológica. Procurávamos esse recurso. Finalmente, foi realizado esse relatório.

Posso falar a respeito de um fato. Depois eu até gostaria de ler esses relatórios, porque nunca tive acesso aos mesmos. Gostaria de dizer que a existência de uma Comissão de Infecção Hospitalar foi estabelecida por meio de um decreto do Ministério da Saúde, de 1973. Esse decreto obriga toda instituição a ter uma Comissão de Infecção Hospitalar.

Quando entrei naquela instituição, não existia essa Comissão. Criamos a Comissão de Infecção Hospitalar ali, mas a mesma não foi implantada de direito e de fato, porque, para isso, são necessárias orientações técnicas e epidemiológicas e pessoas treinadas especialmente para atender a essa área.

Foi solicitada à Secretária de Saúde assistência técnica para a implantação da Comissão, mas esse pedido não foi atendido. Essa solicitação foi feita por meio de ofício e, depois, foi reiterada oficiosamente, mas não nos foram dadas as orientações epidemiológicas pcr parte de infectologistas, muito menos foram contratados técnicos para implantar essa Comissão. Como V. Exª deve saber, é preciso haver um treinamento da equipe e dos profissionais da área e instrumentos utilizados em pesquisas, como, por exemplo, placas de cultura utilizadas na pesquisa epidemiológica bacteriana.

Portanto, não contamos com esse assessoramento. A Comissão foi criada, mas não foi implantada de direito e de fato, por falta de condições.

Qual foi o outro fato que V. Sª relatou?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Não gostaria que V. Sª me chamasse de V. Exª, porque sou médico e consultor.

A SRª ODETE DOMINGUES – Não deixa de ser uma excelência que está aqui compondo a mesa.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A minha equipe propos toda essa legislação ao Ministro da Saúde. O Ministério da Saúde tem uma avaliação recente a respeito do assunto. Penso que a sua crítica não se refere somente à Secretaria de Saúde. O próprio Ministério da Saúde está desativando essa área e, exatamente na época em que apareceram todos esses problemas, fechou o seu Programa de Controle de Infecção Hospitalar.

Mas eles são muito rígidos em relação aos problemas institucionais, à ausência de gerência e à sistematização do atendimento. Eles fazem críticas bem contundentes. Penso que seria interessante que V. Sª tomasse conhecimento disso. Em verdade, eles não esclarecem a situação.

A SRª ODETE DOMINGUES – Quem gerencia tem recursos financeiros. Não sou gerenciadora, e, portanto, não me cabe responder sobre gerenciamento. Simplesmente, eu executava serviços.

Para se fazer treinamento de pessoal, deve haver recursos financeiros. Há necessidade de haver rotinas com pessoas que façam um melhor treinamento. V. Sª disse que o Ministério reclama sobre a sistematização. É preciso haver gerenciamento por parte de quem traz pessoas técnicas especializadas para implantar esse tipo de serviço, como está sendo feito agora.

Continuo atuando profissionalmente como médica naquele hospital, até porque nada desabona a minha conduta como profissional. Foram cedidos médicos de São Paulo, por determinação do Prefeito Paulo Maluf, que estão implantando todos esses serviços que são altamente técnicos.

V. Sª há de convir que não foi por falta de uma sistematização que ocorreram óbitos de bebês. A coisa é séria e relevante no ato. Nesse relatório, deveriam ter sido mostradas as causas e os fatores que contribuíram para que houvesse aqueles óbitos. V. Sª, que é médico – isso facilita a nossa conversa – sabe que, uma vez que usamos todas as técnicas dentro da instituição – desinfecção de equipamentos, técnicas epidemiológicas, isolamento de berçá-

rio, desinfecção de incubadoras, transferência para outro setor, qual foi o resultado? Não era para terem acabado as mortes? Passamos sete dias com os óbitos acontecendo ao mesmo tempo. Conclui-se, então, que existia um outro fator coadjuvante que fez com que as mortes continuassem acontecendo.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - É sobre isso que gostaria de fazer uma observação: não foi feita uma investigação epidemiológica?

A SRª ODETE DOMINGUES - Não sei se agora foi feita. Só posso responder apenas a V. Exª pelos dias em que lá estive presente lá, ou seja, até o dia 22. Até aí eu respondo, pois tenho conhecimentos dos fatos. Depois dessa data não posso responder mais. Nesse período não foi feita. Como falei, no dia 21 ou 22 – não me lembro bem a data – foi quando a comissão foi instituída pela Secretaria de Saúde para procurar orientações técnicas epidemiológicas para sanar ou reduzir os óbitos que estavam ocorrendo. Foi nesse momento que saí e por isso não posso responder. O que tínhamos tecnicamente dentro da instituição para fazer – treinamento, orientação, reunião com o grupo de enfermagem -, isso foi feito. Quer dizer, depois que saí, então... Quando a fundação assumiu não sei mais o que foi feito.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Temos conhecimento de quatro investigações epidemiológicas que tentaram esclarecer as causas dos óbitos, o que até hoje não foi feito. A primeira foi um grupo de trabalho criado junto ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, a que a senhora já se referiu, instituído no dia 21 e que apresentou seu relatório no dia 25 de outubro. A senhora sabe se...

A SRª ODETE DOMINGUES - Vinte e um de que mês?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Foi a senhora quem nos disse que ele foi instituído no dia 21 de outubro e sei que eles apresentaram seu relatório no dia 25 de outubro.

A SRª ODETE DOMINGUES - Aí eu já não sei...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Esse grupo, que é da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, promoveu uma investigação epidemiológica?

A SRª ODETE DOMINGUES - No período em que eu estava lá, não.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - A senhora tem conhecimento do relatório desse grupo?

A SRª ODETE DOMINGUES - Não tenho.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Bem, esses dois outros grupos, que é o do Ministério da Saúde e o da Fundação Osvaldo Cruz – área materno-infantil do Ministério da Saúde e Fundação Osvaldo Cruz – não esclareceram também e não fizeram investigação epidemiológica, pelo menos em relação aos relatórios que eles apresentaram.

A SRª ODETE DOMINGUES - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Quer dizer, continuamos sem saber a causa da morte daqueles meninos e se realmente foi um surto de infecção hospitalar.

A SRª ODETE DOMINGUES - Isso é o que sempre coloco. V. Exª falou muito bem como médico. Eu sempre coloco: se é que houve infecção.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Se é que houve infecção, porque até agora não sabemos o que houve, porque ninguém fez uma investigação epidemiológica.

A SRª ODETE DOMINGUES - Exatamente.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Nem a sua comissão de controle de infecção hospitalar, que era a primeira responsável.

A SRª ODETE DOMINGUES - Ela não estava atuando, porque não havia técnicos.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Nem a Secretaria de Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Se não houve infecção, se não houve esse estudo, como é que se diz qual foi a bactéria que matou as crianças?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Não se sabe. É isso que estou tentando esclarecer com a diretora. É exatamente nesse sentido a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – (Inaudível) ... não divulgou que foi uma bactéria que tem na sujeira?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - O Ministério da Saúde...

A SRª ODETE DOMINGUES - Refiro-me ao período em que eu estava lá. Quer dizer, até o dia 21, não foi dado nenhum relatório à direção...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Há um relatório do grupo materno-infantil do Ministério da Saúde, assinado pela Drª Marinice Nidley e pelo Dr. Mário Flores – Dr. Mário Flores é endocrinologista e a Drª Marinice é responsável pela área de saúde da criança no Ministério da Saúde. No relatório, eles dizem que foram colhidas amostras para hemocultura, cultura de liquor ambiente água. No liquor de uma das crianças foi identificada – e não sabemos qual eram as condições dessa criança – uma bactéria grã-negativa. Não diz que bactéria.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Num dos trigêmeos removidos para o Hospital Santa Lúcia em Brasília, foi identificada a cinetor bacter, um grã-negativo, uma bactéria comum em problemas de infecção hospitalar, em hemocultura. Mas não se estabeleceu uma relação causal até agora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O senhor falou num dos trigêmeos que foi para Brasília, que foi o único sobrevivente. Será que não foi realizado lá?

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - O relatório não esclarece quando foram colhidas as amostras e nem onde foram realizados esses exames.

A SRª ODETE DOMINGUES - Com respeito à Fundação Osvaldo Cruz, com todo o respeito ao que V. Exª está lendo para mim agora, como profissional, como médica, não vi nenhum diagnóstico epidemiológico palpável, sólido, com resultados bacteriológicos, com resultados sorológicos e com investigação epidemiológica. Isso não houve. Agora, o que estou vendo aqui no relatório "Fundação Osvaldo Cruz identifica bactéria que matou bebês", mas fala "a cinetor bacter existe na flora natural das mucosas, como a boca, nariz e olhos...". Claro, isso é algo que já sabemos; isso aqui não trouxe...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Mas ela não existe naturalmente no sangue...

A SRª ODETE DOMINGUES - Sim, não existe naturalmente. Li com respeito a essa criança só.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Uma única criança, numa hemocultura.

A SRª ODETE DOMINGUES – Uma única criança...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRª ODETE DOMINGUES - Nesse ponto, sinto não poder discutir tecnicamente, porque, como eu disse, não tive acesso a esses laudos e não vi, até hoje, a não ser no caso dessa criança, laudo que tenha dado positivo na hemocultura.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Sr. Presidente, entendo que a minha função, como consultor legislativo, especialista médico, com experiência em controle de infecção hospitalar, já tendo investigado vários surtos dessa natureza, é no sentido de poder ajudá-los com relação a isso. As minhas intervenções têm sido no sentido de tentar esclarecer, do ponto de vista epidemiológico, o que está acontecendo. É claro que as decisões políticas serão de V. Exªs. Foi assim que entendi a designação que foi feita pela Consultoria Legislativa do Senado por sua solicitação.

Há mais um relatório sobre o qual gostaria de ter informações e que me parece ser de uma investigação epidemiológica.

Soube pela imprensa, pelo **Correio Braziliense** de domingo, que o CDC – Centro de Controle de Doenças do governo americano, esteve em Roraima e supostamente realizou essa investigação epidemiológica, chegando à conclusão de que cerca de 70% das crianças morreram de uma septicemia hospitalar exógena, causada pela contaminação de uma solução parenteral de grande volume, um soro, que foi administrado nessas crianças.

A senhora sabe da presença do CDC no seu hospital e da presença deles em Roraima?

A SRª ODETE DOMINGUES - Eu só estava lá até o dia 22 de outubro. Se lá também estiveram presentes no final deste mês, não tenho conhecimento. As informações que tenho...

O SR. LUIZ CARLOS ROMOER - A senhora continua atuando no hospital. A senhora viu o pessoal?

A SRª ODETE DOMINGUES - Eu não sou neonatologista. Eu os vi dentro da instituição. Não sou neonatologista, sou obstetra. O meu setor é até o nascimento do bebê...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Então, o CDC esteve lá e realizou trabalhos no hospital?

A SRª ODETE DOMINGUES - Sim, esteve lá por vários dias. Percebi a presença deles realizando, muito silenciosamente, o seu trabalho. Estiveram ali colhendo material.

Lamento que a Fundação Osvaldo Cruz, quando esteve lá, não tenha colhido escalpo, equipo e todo o material que estava sendo usado, porque eles iriam identificar na hora. Agora, há muitos lotes de medicamentos, escalpo e equipo que já nem estão sendo mais usados e já foram separados, o que já mascarou totalmente uma situação que poderia ser elucidada de forma mais transparente e mais clara na hora da investigação epidemiológica. Deveria ter sido feita a coleta de todos esses objetos e não se basear só nessa parte. Achei um pouco superficial o laudo dizendo que faltou isso, que estava sujo etc.

Evidentemente, na parte epidemiológica, esse material sobre o qual a Fundação Osvaldo Cruz tinha se basear para esclarecer, foi ignorado.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Minha última pergunta, doutora. A senhora sabe quem convidou o CDC para vir fazer essa investigação? Foi o

Ministério da Saúde? Foi o Secretário? Foi a direção do hospital?

A SRª ODETE DOMINGUES - V. Exª me perdoe, mas eu não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - A senhora sabe se eles apresentaram um relatório?

A SRª ODETE DOMINGUES - Oficiosamente, soube por intermédio da imprensa que eles apresentaram um laudo, mas que não foi ainda um laudo oficial. Não poderia responder.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Acho que a senhora não pode se basear em informações dadas pela imprensa.

A SRª ODETE DOMINGUES - Estou respondendo de acordo com o que li na imprensa. Não tive acesso à comissão.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Drª Odete, apenas para concluir, gostaria de fazer algumas observações. As matérias da imprensa dizem: "Ex-diretora do hospital diz que alertou o Secretário de Saúde de Roraima sobre as más condições de higiene da maternidade"; "Ex-diretora denunciou falta de higiene"; "Morte de bebês era previsível por falta de condições de higiene"; "Em entrevista à **Folha de Boa Vista** a ex-diretora acusou Pilon Guerra de usar critérios políticos para contratar empresa responsável pela limpeza do hospital. Disse que o Deputado Célio Wanderley, do mesmo partido que o Governador Nildo Campos, o PPB, é um dos sócios-proprietários da empresa, além de irmão do Secretário adjunto Aílton Wanderley".

Eu pergunto: a senhora denunciou ao Secretário de Saúde as condições também precárias de higiene, a falta de produtos, essa falta de material, os problemas com a empresa, enfim, todo esse quadro de dificuldade conjuntural de trabalho na área de higiene e da limpeza?

A SRª ODETE DOMINGUES - Não, o que passamos periodicamente é um relatório sobre a limpeza. Fui questionada pela imprensa, depois desse relatório da Fiocruz – que só colocou higiene, higiene, higiene -, e respondi, como vou fazê-lo agora para a Comissão, que periodicamente um relatório é apresentado com relação à limpeza efetuada, a qual sempre foi considerada ruim, porque a quantidade de produtos era insuficiente. Ela não atendia às necessidades e até tínhamos dúvida quanto à quantidade de produtos diluídos.

Então, é obrigatório encaminhar esse relatório sobre a atividade de execução da limpeza na instituição. Isso sempre foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço à Drª Odete pela participação, as informações importantes que repassou à Comissão.

Durante todo o período em que a Comissão estiver instalada, a qualquer momento, se a senhora quiser, além dos documentos que já foram entregues, poderá juntar outros ou acrescentar qualquer posicionamento e informação extra por conta de novos relatórios que possam surgir.

A nossa idéia é exatamente investigar, levantar as questões, para que efetivamente fique claro para a sociedade de Roraima o posicionamento da Comissão e para que procedimentos sejam tomados no sentido de que não ocorram novamente fatos lamentáveis como esse.

Quero agradecer a sua participação.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Odete, realmente foi bastante produtivo o seu esclarecimento. Pelo seu posicionamento, pelas suas reações, dá para chegarmos à conclusão de que V. Sª realmente falou a realidade dos acontecimentos ocorridos no período da sua direção.

Como, ainda, ouviremos muitas pessoas em Roraima, eu, como Relatora desta Comissão, poderei chegar à conclusão, juntamente com os outros membros e o consultor do Senado, de que devemos chamá-la novamente, mas não o faremos pelo simples fato de interrogá-la uma segunda vez.

Se chegarmos à conclusão de que há necessidade de elucidação dos fatos, após os esclarecimentos prestados por outros, nós a convidaremos para ir a Brasília, porque a Comissão não terá mais oportunidade de vir até aqui. Providenciaremos, então, passagem e estada. Isso, se realmente for necessário.

Só queria deixar bem claro a V. Sª que poderá haver uma segunda convocação, um segundo convite; não deve pairar nenhuma dúvida sobre isso. A senhora poderá ser chamada mais de uma vez, e o mesmo poderá ocorrer com outras pessoas.

Jamais encerraremos este relatório, sem a certeza de que é eficiente e justo; que tenhamos sensibilidade para identificar a realidade e os fatos que levaram à ocorrência desses óbitos. Vamos separar totalmente o problema político.

Não será predominante para esta Comissão concluir o seu relatório com base apenas em informações da imprensa, que, muitas vezes, estão sujeitas à distorção.

Há pouco, o Senador fez referência a determinadas colocações que, segundo a imprensa, haviam sido feitas por V. Sª. No entanto, V. Sª reagiu negati-

vamente a elas, afirmando que não falou o que a imprensa divulgou.

Então, quero agradecer a participação de V. Sª, que será bastante produtiva para o encaminhamento dos nossos trabalhos. Tenha certeza de que seremos bastante isentos. Jamais submeteremos à opinião pública pessoas que sejam responsabilizadas por fatos que realmente não cometeram. Só queremos ajudar. Esse é o trabalho para o qual fomos designados pelo Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a sua presença. A Assessora a conduzirá.

A SRª ODETE DOMINGUES – Coloco-me à disposição da Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Como a Comissão está ouvindo uma série de depoimentos, não queria deixar de ter a participação da sociedade, das pessoas que se sentem vítimas desse processo.

Alguém deseja falar algo?

A SRª (Não Identificada) - Eu queria falar, Senador. Sou mãe, assim como as demais. Meu filho nasceu em 4 de janeiro de 1994 e faleceu em 8 de janeiro de 1994, o que prova que, nesse ano, já estava havendo infecção na maternidade. Na época, não procurei nada, porque não tenho poder, dinheiro ou influência, e o que reina em Roraima é isso.

O que queremos de V. Exªs, que são Senadores, é justiça; só isso. Aqui em Roraima, não há justiça, principalmente para quem não tem poder ou dinheiro.

Se V. Exªs pudessem ajudar-nos no sentido de punir os verdadeiros culpados... Se houver indenização, tudo bem; caso contrário, não há problema. O que pedimos é justiça, para que não haja mais morte na maternidade. É doído para uma mãe. Era o meu primeiro filho, assim como para a maioria. Foi doído e dói até hoje, principalmente pela maneira como ele veio ao mundo. Quase morri de eclâmpsia devido à falta de atendimento da maternidade. Durante três vezes fui à maternidade para ser atendida, tive pré-eclâmpsia, mas meu filho nasceu sadio; no entanto, no quarto dia de vida, faleceu. Nasceu no dia 4 e faleceu no dia 8.

Falaram para mim que era para eu fazer outro filho. Será que é tão fácil assim? Será que é tão fácil esquecer uma vida? Eu não esqueço e tenho certeza de que outras mães também não esqueceram.

Enquanto não houver justiça, enquanto não forem punidos os culpados, não nos acalmaremos ou ficaremos calados. Hoje, haverá um movimento em frente à Assembléia Legislativa, com todas as mães. Estaremos presentes com este caixão, que é o nosso símbolo. Ele é o símbolo de que nada temos em Roraima, de que os médicos daqui não são médicos, mas carniceiros, e só querem saber de quem tem dinheiro. Esse tem o melhor tratamento na maternidade. E o que pode fazer quem não tem dinheiro? Resta pedir justiça; é o que lhes pedimos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora está recebendo ameaça de morte?

A SRª *(Não Identificada)* - Sim. Estou recebendo ameaça de morte, porque, desde 1994, venho nessa luta; sou o cabeça dessas mães. Não sei quem está me ameaçando e queria providências sobre isso também.

Eles podem matar-me, mas não vão fazer-me calar. Não vão calar as outras mães que estão aqui.

O SR. CLÁUDIO – Eu gostaria de falar.

Meu nome é Cláudio, sou representante nesse movimento de mães aqui presentes. Elas me procuraram, pediram-me ajuda, e estou auxiliando-as há algum tempo.

Todos os dias, estou com elas, reivindicando, procurando a imprensa, colocando notas em jornais, fazendo com que as autoridades competentes tomem as providências cabíveis.

Muitas dessas mães foram vítimas, perderam suas crianças na maternidade infantil, e isso ficou impune. A sociedade de Roraima tem de se mobilizar e ajudar essas famílias que precisam de apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O senhor deseja falar também?

O SR. ORLANDO – Sim.

Meu nome é Orlando; sou tio de uma das vítimas que faleceram na maternidade Nossa Senhora de Nazaré.

Penso que não se podem utilizar os mecanismos do poder para justificar estatísticas, ou, como escutei, "normalidades" no serviço hospitalar, a partir de práticas como as que aconteceram com essas mães.

Gostaria que a Justiça funcionasse, que as pessoas fossem indenizadas, porque essa é uma forma de o Estado tentar reparar algo que não tem comparação e que os culpados fossem responsabilizados criminalmente, porque se trata de um crime.

A Constituição diz claramente que é dever do Estado e direito do povo a saúde das crianças. Tanto a Constituição como o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero dizer que estamos, na comissão do Senado, solidá-

rios com a dor de V. Sªs. Desde o primeiro momento, todos nós estamos acompanhando essa questão, independentemente do posicionamento político.

O Ministério Público está tomando providências; as comissões também tomarão. Além da questão da punição, que a Justiça definirá, esperamos que o sofrimento de vocês sirva pelo menos para nortear que tragédias como essa não mais ocorram em Roraima ou outros Estados do Brasil.

Quero agradecer a presença de todos. Nós entendemos a dor, o desabafo de V. Sªs. Iremos trabalhar para remediar esta situação no que estiver ao nosso alcance. Particularmente, sou favorável às ações de indenização contra as quais, infelizmente, a Assembléia Legislativa do Estado votou. Novamente essa é uma outra questão a ser decidida na Justiça.

Os senhores devem prosseguir nesta luta. A sociedade tem que falar, independente da questão política e dos governantes. Os governantes e os políticos passam, e a sociedade fica. Cada momento de organização, de sofrimento, às vezes, serve de catalisador para nos unirmos mais e para que a sociedade tome posicionamentos. Agradeço a todos.

Não estava previsto, mas todos os Srs. Senadores tiveram a oportunidade de abrir a reunião para ouvi-los; em respeito à dor e a luta dos senhores, colocamo-nos à disposição.

Vamos retomar os trabalhos, ouvindo com muita honra e satisfação para esta Comissão, os posicionamentos dos Promotores Dr. Marcos Reginoldi Fernandes e Dr. Edson Damas da Silveira.

Pergunto aos ilustres Promotores se V. Exªs gostariam de formular algum questionamento inicial ou se, simplesmente, se colocariam à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos quanto aos procedimentos de investigação dessas questões.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão de Sindicância.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Edson Damas e Dr. Marcos Fernandes, é para nós um prazer V. Exªs estarem presentes. Se não for indelicadeza, gostaria que V. Exªs fizessem um pequeno relato.

O objetivo maior da vinda desta Comissão a Roraima é elucidar os fatos. Como é do nosso conhecimento, mesmo extra-oficialmente algumas pessoas foram ouvidas; para ganharmos tempo, V. Exªs poderiam fazer um relato sucinto para tenhamos mais condições de saber até que ponto, por meio do Ministério Público e da Vara de Infância e Juventude, poderemos elaborar as nossas perguntas.

Concedo a palavra ao Dr. Marcos Fernandes, da Vara da Infância e da Juventude.

O SR. MARCOS FERNANDES – Inicialmente, gostaria de agradecer o convite formulado por tão ilustres Senadores. O Ministério Público sempre se colocou à disposição não só da Imprensa mas também de autoridades que quisessem alguma explicação a respeito do nosso trabalho.

A nossa atividade tem procurado ser a mais abrangente possível já que o Ministério Público não poderia ficar atônito, distante de tudo que aconteceu, mesmo porque temos atribuições constitucionais a respeito do assunto.

Logo que ocorreram as mortes das crianças no Pronto Socorro Infantil Nossa Senhora de Nazaré, particularmente, como Promotor da Infância e Juventude e, imediatamente, determinei a abertura de procedimento investigatório para que pudéssemos colher dados a respeito do assunto, uma vez que trabalhamos com provas e não com notícias. Passado isso, até hoje estamos com este nosso procedimento investigatório que os senhores podem constatar. O processo deve ter de 1.500 a 2.000 páginas. Ainda não tivemos tempo de autuar alguns documentos que ontem chegaram a nós e que se encontram nestes envelopes. Como disse, o processo é o mais abrangente.

Estamos investigando a área criminal para apurar as responsabilidades de todos aqueles que de alguma forma concorreram para que a tragédia viesse a acontecer. Estamos apurando na área administrativa, especialmente com relação à contratação da empresa prestadora de serviços na maternidade; igualmente, na área civil, para apurarmos a responsabilidade civil e objetiva do Estado para possível reparação de danos morais e patrimoniais às famílias das vítimas. Esse procedimento tem-se cingido a essas três áreas e deveremos concluí-lo nesta próxima semana.

Temos marcados mais três depoimentos para serem prestados. Colhemos mais de 25 depoimentos de pessoas, tanto de mães, de parentes, de crianças quanto de profissionais habilitados na área que nos forneceram importantes dados técnicos, de engenheiros sanitários, de enfermeiros, de funcionários públicas que trabalhavam e trabalham na Secretaria de Saúde e no Hospital Materno Infantil. Já temos bastante subsídios para a propositura das ações cabíveis nessas áreas.

Devemos concluir a investigação por volta do começo da próxima semana e, inicialmente, com a propositura de duas ações na área cível.

Se o Dr. Edson quiser complementar algo...

O DR. EDSON DAMAS – Gostaria de registrar o empenho do Ministério Público Estadual a respeito desse caso. O Dr. Marcos Reginoldi é o Promotor que tem atribuições junto à Infância e Juventude. Trabalho na área do patrimônio público, e a Procuradoria-Geral tão logo tomou conhecimento do caso fez uma designação especial para que eu pudesse trabalhar com o Dr. Marcos.

Há aproximadamente 30 dias, desde a instauração do nosso procedimento investigatório, os dois Promotores vêm trabalhando diariamente, inclusive nos finais de semana, ouvindo pessoas. Praticamente, trabalhamos exclusivamente com este caso. Todas as outras atividades normais pararam e demos dedicação exclusiva a esse caso. O nosso quadro de Promotores é muito reduzido. Hoje, somos apenas 11 Promotores para todo o Estado. Temos uma carência muito grande de pessoas. Em virtude da relevância do caso, foram designados dois Promotores para cuidar da questão e estamos, há 30 dias, trabalhando nesta área. Tanto é que o resultado são os autos de procedimento investigatório. Pelo que temos conhecimento, a investigação mais ampla, mais bem instruída, provavelmente terá sido a nossa. Ouvimos várias pessoas e vamos continuar ouvindo.

Nesse procedimento há algumas medidas que iremos tomar de caráter cível, administrativo e também criminal. As duas primeiras ações serão aquelas que iremos propor na próxima semana. Uma delas, visando à indenização daquelas pessoas que se sentiram lesadas, que sofreram algum dano moral e material com relação às mortes. Especificamente, uma segunda ação será com relação à própria maternidade sobre a qual já temos alguns dados técnicos com uma série de irregularidades. Esta ação pedirá que a maternidade se enquadre na correção, dentro das normas técnicas e de vigilância sanitária. É uma obrigação. É uma outra ação cível pública.

Iremos estudar o aspecto da licitação. Temos a contratação da empresa que prestava limpeza e chegou ao nosso conhecimento que haveria alguma irregularidade. Estamos apurando para constatar se há, ou não, algo a respeito. Não temos como passar esse material aos senhores. Além disso, estamos aguardando outros laudos de exumação de nenês que solicitamos. Foram exumadas oito crianças. Tivemos notícias por intermédio da imprensa de que há um estudo desenvolvido, um laudo, por alguns técnicos de Atlanta.

As ações da área criminal terão que ficar por último, serão as últimas a serem apreciadas. Na área criminal teremos de estudar a conduta de cada envolvido e verificar se houve ou não uma atipicidade, se houve ou não o delito. Teremos de fazer um estudo individualizado da conduta de cada um. É uma fase muito delicada; baseados em documentos, tentaremos apurar as responsabilidades.

As ações estão caminhando. A partir de segunda-feira começaremos nosso estudo na área cível, vamos verificar o aspecto da improbidade administrativa e da contratação. Por último, analisaremos a área criminal, que ficou prejudicada em virtude de não termos recebido os laudos ainda.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Agradeço a ambos a exposição feita, de acordo com a minha solicitação, o que nos dá maiores condições de elaborarmos perguntas.

V. Sªs sabem muito bem que nosso dever aqui, como senadores da República, se circunscreve à investigação e elucidação dos fatos, pois se esta Comissão chegar à conclusão de que existiu algum ato delituoso, teremos que encaminhar as denúncias ao Ministério Público, na forma de nosso relatório final.

Fico muito satisfeita de chegar a Roraima, como representante do Estado, apesar de ter de que averigüar um caso que é bastante deprimente para todos nós, pois mexe com o sentimento do ser humano. Sabemos como uma família sofre com a perda de um filho tão esperado, tanto o pai quanto a mãe. Mas falo agora como mulher: o momento do nascimento de um filho nunca mais esquecemos. Olhamos para o bebê e sabemos que o geramos.

Independentemente de todo o sentimento que envolve esse episódio, temos de analisá-lo com muita lucidez, com muita imparcialidade. Somos políticos, nunca podemos separar a nossa atuação política de nossas outras atribuições. Temos que considerar que não é por sermos políticos que vamos abandonar nossos princípios, principalmente a honestidade e a justiça.

Ficamos ausentes nesse período porque estamos trabalhando na Comissão de Orçamento, o que nos toma muito tempo no Senado. Além de sermos membro dessa Comissão, temos outras atribuições. Nessas últimas semanas, não tenho tido tempo de ler os jornais locais. Não é negligência minha, mas as nossas atribuições são muitas. Não temos apenas o trabalho desta Comissão especial, temos de participar das comissões permanentes.

Quero aproveitar esta oportunidade para fazer um convite a V. Sªs: como convidados, gostaria que os senhores fossem prestar alguns esclarecimentos à Comissão que presido em Brasília sobre a explora-

ção do trabalho do menor, exploração do trabalho escravo, exploração sexual e até o desvio de crianças para outros países para outros tipos de exploração.

Recebam meus elogios pelo trabalho que realizaram, com mais de duas mil páginas. E tenho certeza de que todo esse material preparado por V. Sªs só vai nos ajudar a fazer um relatório honesto e descobrir qual foi a causa das mortes dos bebês no hospital. De nada valerá todo esse sacrifício por parte de várias instituições e de várias autoridades se, ao encerrarmos, outros danos vierem a acontecer, outras infecções ou no Hospital Materno-Infantil ou até mesmo no Hospital Geral em qualquer setor.

Estamos acompanhando por meio da imprensa que em vários Estados já ocorreu o mesmo problema daqui de Roraima. Então, a responsabilidade é ainda maior.

Chego à conclusão de que, se trabalharmos com critério, será mais fácil elucidar os fatos. Assim como estamos tendo cautela em nosso Estado, outros Estados também deveriam ter essa mesma cautela por intermédio de seus governantes, autoridades e a comunidade de um modo geral.

Dr. Marcos Fernandes, V. Sª já ouviu 25 depoentes e até técnicos na área. Não sei se o Senador Romero Jucá, como Presidente, informou aos senhores que se encontra em nossa Comissão o Dr. Romero, Consultor do Senado, especialista nessa área, médico sanitarista, e que já acompanhou por muitas vezes casos dessa natureza. As perguntas técnicas serão elaboradas por ele, pois faremos um relatório dessa parte ouvindo o Dr. Romero.

É do conhecimento de V. Sªs da vinda de dois técnicos do CDC da Universidade de Atlanta. V. Sª teve a oportunidade de conversar com esses técnicos ou algum depoimento foi prestado por eles?

Gostaria que V. Sª respondesse cada pergunta de uma vez, porque, dependendo das suas respostas, vamos elaborar novas perguntas.

O SR. MARCOS FERNANDES – Soubemos da chegada desses dois técnicos pela imprensa. Caminhamos com bastante prudência em relação aos fatos divulgados pela imprensa porque o Ministério Público, a bem da verdade, é alvo de jogatina e de politicagem, e nós ficamos no meio do fogo cruzado. Nossa atitude foi classificada pela própria imprensa como uma forma de exclusão de responsabilidades. Mas nós sabemos que não é assim.

Como foi dito pelo Dr. Edson Damas ao final de seu pronunciamento, o que foi divulgado por esses dois técnicos é que a bactéria possivelmente estaria alojada dentro de um medicamento. Mas isso nos interessará apenas na área criminal. Na civil, é o que estamos fazendo neste exato momento, a responsabilidade do Estado existe independente de culpa. Mas, poderia ser legal? É força maior? É caso fortuito? Não é.

Temos diversas provas, segundo os procedimentos adotados, de que vários medicamentos foram apreendidos por estarem abertos e expostos. A bactéria pode até ter entrado no medicamento sem ter vindo da fábrica. Temos esse fato registrado. Inclusive os laudos que temos aqui dão notícia de que medicamentos injetáveis foram encontrados com o prazo de validade vencido, abertos, expostos, colocados embaixo de ventiladores, onde há uma circulação intensa de ar.

Como foi dito, não estamos necessitando dos depoimentos agora. Nossa investigação não está cingida neles; vamos partir para investigar a parte civil e administrativa. Os depoimentos ficaram para a área criminal. Iremos ouvi-los, mas depois que já estivermos de posse do laudo de exumação. É onde reside nossa esperança. Sabemos que será difícil detectar as bactérias, mas temos esperanças. Acompanhei pessoalmente as exumações e conseguimos fazer a coleta de material em apenas quatro cadáveres. Dos oito, quatro já estavam em avançado estado de putrefação. No mínimo dois haviam sido enterrados recentemente e colhemos amostras do pulmão e das vísceras, pois a bactéria, segundo informações médicas, geralmente se aloja no pulmão. Tanto é que um dos sintomas característicos da infecção é a insuficiência respiratória, a pneumonia.

Por isso ainda não chamamos esses médicos para depor porque sabemos que o que eles falarem vai ficar restrito ao laudo que virá do departamento da universidade a que estão subordinados. Tão logo eles tenham esse resultado em mãos e nós o resultado da exumação, aí, sim, vai nos interessar o depoimento deles para fazermos a parte de responsabilização criminal. Realmente, pelo princípio da atipicidade, teremos que comprovar que essa bactéria advém da sujeira ou algo semelhante.

O SR. *(Não Identificado)*.– (Inaudível. O orador falou longe do microfone.)

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Se realmente eles estiveram aqui.

O SR. MARCOS FERNANDES – Tudo pela imprensa. Não sei quem são. Não temos a mínima ciência disso. Eles não apresentaram laudo algum ainda. Só temos notícias da imprensa. Eles fizeram um levantamento a pedido do Governo do Estado.

O SR. (*Não Identificado*) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. MARCOS FERNANDES – A imprensa divulgou isso.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A presença deles aqui se deu, segundo a imprensa divulgou, por convite do Governo do Estado.

O SR. MARCOS FERNANDES – Pelo Governo do Estado.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Doutor, esse fato poderemos elucidar com o depoimento do Secretário.

O SR. MARCOS FERNANDES – Por isso não nos interessou conversar com esses técnicos para conhecer esse resultado, mesmo porque sabemos que eles não têm os dados ainda, segundo noticia a imprensa, obviamente.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Farei uma pergunta ao Dr. Edson Damas que poderá ser respondida por ambos: ambos estiveram na maternidade Nossa Senhora de Nazaré, na época das ocorrências?

O SR. EDSON DAMAS – Não. Eu, particularmente, não estive, fui designado alguns dias depois da ocorrência. Não c..eguei a ir até a maternidade.

O SR. MARCOS FERNANDES – No momento em que foi divulgado o que aconteceu, a maternidade passou por um período de desinfecção e foi transferida. Nós estávamos trabalhando nesse ínterim.

Aventamos a possibilidade de um exame, de uma inspeção **in loco**, mas sabíamos que nada iríamos encontrar depois disso, mesmo porque não éramos peritos no assunto. Então, preferimos nos limitar, como leigos nessa área sanitária, na área médica, a fazer entrevistas falando sobre como estava a situação anterior.

Quando esse problema foi aventado pela imprensa, desculpe a expressão, funcionamos como o "marido traído", que é o último a saber. Quando a notícia nos foi relatada, os fatos já tinham acontecido, técnicos já tinham isolado a área e já tinham feito uma desinfecção. Quer dizer, de nada adiantaria essa nossa visita.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mais uma visita **in loco** para saber como estava acontecendo.

O SR. MARCOS FERNANDES – Preferimos colher provas de como estava a maternidade antes da desinfecção.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Essas provas a que V. Sª se referiu são materiais? Houve alguma prova material, algum relatório por parte da administração anterior que tenha chegado a alguma conclusão que, realmente, na parte administrativa do hospital contribuiu para que acontecesse uma infecção, independentemente de haver sido injetado qualquer medicamento? Isso é do conhecimento de V. Exªs?

O SR. EDSON DAMAS – Nós ouvimos o pessoal da vigilância sanitária e eles acabaram por nos fornecer documentação nesse sentido: eles haviam feito várias inspeções anteriores na maternidade. E toda aquela situação caótica com relação a higiene, constatação da existência de um grande número de insetos, baratas e formigas, tudo isso foi relatado em termos de visita e recomendações para sanar o problema. Esse trabalho preventivo e prévio vinha sendo desenvolvido pela vigilância sanitária.

Se não bastasse isso, temos também os relatórios elaborados pela própria direção da maternidade, relatórios que, de uma forma bem pormenorizada, levam ao conhecimento das autoridades superiores que as condições de higiene da maternidade eram péssimas, muito precárias.

Então, além dos depoimentos de quase todos os técnicos da vigilância sanitária, temos também cópias desses termos de visita, recomendações, cópias dos relatórios de inspeção e cópias do próprio relatório elaborado pela direção da maternidade. Esperamos que V. Exªs nos repassem essas cópias.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exªs irão nos repassar essas cópias, não é?

O SR. MARCOS FERNANDES – Inclusive, complementando a resposta do Dr. Edson, pelos depoimentos, vários técnicos da vigilância sanitária, inclusive sanitaristas, chegaram até a fazer projetos para a melhoria da lixeira; enfim, tudo estava propenso a uma...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Apresentando alternativas.

O SR. MARCOS FERNANDES – Justamente. Notamos que foi feita a fiscalização. Vários objetos e remédios foram apreendidas no próprio hospital, com data de validade vencida, e na própria empresa que fazia a limpeza. Essa empresa foi várias vezes notificada, multada, tendo sido o seu material apreendido pela vigilância sanitária porque não tinha registro no Ministério da Saúde.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Na empresa prestadora de serviço de limpeza?

O SR. MARCOS FERNANDES – Isso. Ela foi advertida várias vezes, teve apreendidos vários materiais por falta de registro no Ministério da Saúde, por não terem teor alvejante suficiente para a limpe-

za hospitalar. Foram feitas várias visitas a ela, recomendações. Inclusive havia falta de higiene no próprio prédio.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Essas visitas foram feitas por quem?

O SR. MARCOS FERNANDES – Por fiscais da vigilância sanitária.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O Dr. Marcos Fernandes, na sua explanação, falou que foram constatados medicamentos abertos, que estavam os frascos abertos, citou também o caso do ventilador e até de medicamentos já com a data vencida. É do conhecimento de V. Exª, ou de algum sanitarista, ou de médico, ou de qualquer dos depoentes que tenha prestado esclarecimentos que tenham sido aplicados nos bebês medicamentos já abertos, ou já com o prazo de validade vencido? Chegaram a comentar?

O SR. MARCOS FERNANDES – Se não me engano, essa apreensão foi realizada no mês de julho ou agosto deste ano pela vigilância sanitária. Tenho o documento aqui, não lembro a data, porque o li uma ou duas vezes. E, se não me engano, foi apreendido numa prateleira. Tiravam o medicamento com as seringas e o utilizavam.

Pelo laudo, pelo tempo de apreensão, dá a entender que eles estavam sendo usados e eram deixados em cima de prateleiras e de ventiladores, abertos. Foram apreendidos esses medicamentos injetáveis.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – É do seu conhecimento algum acompanhamento de farmacêutico dentro do hospital, exatamente para que haja um controle dos medicamentos aplicados?

O SR. MARCOS FERNANDES – Não tenho conhecimento disso, mas ouvimos a enfermeira chefe da farmácia que fazia a distribuição de medicamentos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas enfermeira com curso superior ou enfermeira prática?

O SR. MARCOS FERNANDES - Acho que era uma enfermeira prática.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª lembra do nome da enfermeira, para que possamos...

O SR. MARCOS FERNANDES – Temos o nome dela, Gardênia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Gardênia. Então, ela deve ser formada, já que a chamam de doutora, não é? Porque quando a enfermeira é prática, geralmente é chamada de dona fulana.

O SR. *(Não Identificado)* - (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – De um farmacêutico. Não tem chefe da farmácia. Chefe da farmácia, mas que é um enfermeiro?

O SR. MARCOS FERNANDES – Temos um depoimento dela.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – É muito importante sabermos se era uma enfermeira ou um chefe de farmácia.

Então, vamos esperar o Dr. Edson Damas localizar o documento. Pelo relato, o trabalho está sendo feito em conjunto.

O SR. MARCOS FERNANDES - Em conjunto. Ouvimos todos os depoimentos e fizemos as perguntas conjuntamente.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Os dois ouviram. E eles têm conhecimento da documentação? Sabem da existência de alguma nutricionista dentro da maternidade, para que seja feito o controle?

O SR. MARCOS FERNANDES – Nós desconhecemos. Aliás, com relação ao quadro funcional em si, nós desconhecemos; mas sabemos quantos são os funcionários da limpeza e seus encarregados. Com relação ao quadro médico e de atendimento, isso será abordado como obrigação de fazer. Como disse, estamos empenhados na indenização agora. Não avançamos ainda no sentido dos quadros médicos e de funcionários da maternidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dos depoentes que foram ouvidos, algum deles fez algum comentário sobre a atuação dos trabalhos dos neonatologistas do hospital no decorrer do dia, ou até mesmo da noite? Nesse período há, permanentemente, a assistência de profissional para o acompanhamento dessas crianças na maternidade?

O SR. MARCOS FERNANDES – Pelo que me recordo – e peço ajuda ao Dr. Edson – os mesmos neonatologistas que atuavam no berçário eram os que atuavam no PAI, ou seja, no pronto socorro da maternidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Se eram os mesmos, havia um que, na ausência de outro no berçário, quando houvesse crianças com problemas graves, permanecia para qualquer eventualidade?

O SR. MARCOS FERNANDES – Não temos o número de quantos neonatologistas estavam de plantão em determinado dia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Nenhum dos depoentes se referiu a essa situação.

O SR. MARCOS FERNANDES – Em todos os depoimentos que recolhemos das mães em suas visitas ao berçário – elas sempre me relatavam os nomes de mais de um profissional. Isso ocorria porque sempre perguntavam sobre a situação de seus filhos e, sem acreditar em um médico, acabavam por solicitar informações a outro. Perguntávamos muito sobre as condições de higiene nos berçários, inclusive se os médicos entravam ou não com as mãos lavadas. Uma delas chegou a dizer que vira apenas um, sendo que outro não tivera a mesma atitude. Daí podemos supor a existência de um outro médico.

SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Eram perguntas sobre se havia negligência na higiene do próprio profissional?

O SR. MARCOS FERNANDES – Sim. Isso nós próprios constatamos.

Eles atendiam no PAI, no Pronto Socorro, e vinham ao berçário. Se tratavam de um processo infeccioso naquele, acabavam por trazê-lo a este último, porque sequer lavavam as mãos. As mães, por outro lado, não tinham como enxugar as próprias mãos, acabando por pegar suas crianças. Há apenas o relato de que uma médica que lavava suas mãos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Edson, houve alguma declaração quanto ao fato de essa firma de limpeza ter usado um mesmo pano para limpar o chão e as incubadoras? Existiu algum depoimento que abordasse aspecto relacionado à falta de cautela em dividir materiais que deveriam ser separados de acordo com a limpeza que seria feita? Sabe-se que uma coisa é limpar o chão e, outra, é fazer assepsia de uma incubadora ou mesmo de um berço, onde normalmente ficam as crianças.

O SR. EDSON DAMAS – Pelas declarações dos fiscais da Vigilância Sanitária, uma das irregularidades destacadas dizia respeito ao fato de um mesmo pano servir para a limpeza do chão, paredes, portas e móveis. Ninguém chegou a falar sobre o uso do pano para limpeza da incubadora. O que sabemos, pelos relatos das mães e de uma enfermeira da maternidade, é que o enorme movimento na maternidade fazia com que a limpeza dessas incubadoras fosse feita rapidamente. Muitas vezes, tirava-se uma criança e colocava-se outra. Os relatos das mães e de uma enfermeira reconhecem esse aspecto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Como disse, serei imparcial neste caso. Contudo, V. Sªs devem ter lido a última revista **Veja**, que noticia sobre a Maternidade Escola de Fortaleza. Um técnico relata que uma incubadora precisa ter, no mínimo, após a saída de uma criança, três horas/vaga. Surpreende-nos saber que uma criança é substituída imediatamente por outra, em decorrência do excesso de nascimentos nas maternidades públicas estaduais. Já ouvimos depoimentos sobre a existência de duas crianças em uma única incubadora. O técnico chegou a fazer alusão quanto ao fato de não existir um número que correspondesse à demanda e que era preferível colocar a criança dentro da incubadora a deixá-la fora, logicamente que até com doenças diferentes.

Nesses depoimentos, houve relatos que eram colocadas mais de uma criança na incubadora?

O SR. EDSON DAMAS – Sim. Mães e enfermeiras declararam – inclusive o pessoal da Vigilância Sanitária pôde observar – que viram mais de uma criança dentro de um único aparelho. Houve até quem dissesse ter visto três crianças. Um fato relevante é que todas as pessoas ouvidas, as que foram ao berçário, relataram sobre a existência de formigas dentro das incubadoras.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quem eram essas pessoas?

O SR. EDSON DAMAS – Eram mães, técnicas e enfermeiras.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exªs, até pelo cargo que ocupam, são pessoas sensíveis às palavras. Imagino como deve se sentir uma mãe que perdeu seu filho – eu, graças a Deus, não perdi nenhum, tenho apenas uma filha. Possivelmente, o estado emocional dessas mães pode tê-las levado a ver sem muita objetividade, valorizando-se mais o lado emocional da perda.

Quero saber se as enfermeiras – ou mesmo outro depoente – que tenham prestado esses esclarecimentos fizeram a mesma análise. Sabemos que, muitas vezes, há coisas que são dirigidas. Um senhora se referiu a um caso ocorrido em 4 de janeiro. Esclareço que não quero isentar ninguém, nem mesmo culpar qualquer administração atual.

É notório que nossa saúde está doente, em decorrência de dificuldades financeiras, conforme depoimento feito à televisão por um homem tão sério como o Dr. Adib Jatene. A causa de sua saída foi o fato de suas solicitações não terem sido atendidas. Assim, como médico que é, como profissional responsável e reconhecido até mesmo no exterior -ele recebe pacientes do exterior – , S. Exª chegou a dizer que a saúde está um caos. Admito que muitas coisas sejam, em grande parte, culpa da situação financeira.

Isso não ocorreu em 1994, quando acompanhei – e muitos outros podem fazer a mesma declaração – os trabalhos feitos na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Essa entidade não foi agraciada com o prêmio da Unicef, porque ainda não podia fazer o exame do pezinho. Dizia-se que, à época, estavam providenciando. Um especialista com quem conversei disse que poderia ter acontecido algo mais sério porque não se faziam os exames específicos.

Digo a V. Sªs que, infelizmente, não se pôde providenciar a interrupção dessas mortes. Houve época em que o índice mais baixo de mortalidade infantil estava em Roraima, levando-se, inclusive, em consideração a proporcionalidade. São dados da Unicef.

Quando vejo uma senhora em frente às câmaras de uma televisão dizer que, no início de 1994, isso já existia e que, por esse motivo, estava a pedir justiça, temo que fatos dessa natureza possam ocorrer em situações que venham a incriminar pessoas inocentes. Nosso papel é esclarecer. Até ao criminoso deve-se dar o direito de defesa e de recuperação. Como poderemos admitir determinadas coisas?

Já que V. Sª diz que relatará sobre isso, solicito que assim seja feito, porque ficou registrado. Não queremos dizer que nós, mulheres, tenhamos mais responsabilidade que os homens, mas nós mulheres é que ficamos e acompanhamos nossos filhos nas maternidades, nós é que poderemos falar com mais convicção sobre o que acontece.

Eu gostaria de sair daqui não como a mulher política, a Senadora Marluce Pinto, mas como uma mulher ciente da responsabilidade do cargo que hoje ocupa, porque meu trabalho aqui não tem nada a ver com questões políticas. Se realmente chegarmos à conclusão de que houve negligência, seja qual for o culpado ou o ato que tenha propiciado esse acontecimento, serei muito isenta, não para julgar, porque em nosso caso não julgamos, apenas podemos fiscalizar, investigar e depois encaminhar ao Ministério Público. Esta, como V. Exª falou, é a terceira fase dos trabalhos, a criminal, que ficará por último, porque há interesses outros que se antecipem os fatos para que sejam tomadas as devidas providências. Tenho a certeza de que V. Exªs acharão que é justo que se pague uma indenização às famílias e V. Exªs vão além. Tenhamos mais cuidado de saber realmente o que aconteceu para que, no futuro, isso seja evitado e não sejam praticados crimes que, embora muitas vezes não sejam culposos, são praticados por falta de treinamento.

Nos serviços terceirizados sabemos que há uma rotatividade permanente de funcionários. O que se dirá de uma empresa dessas? Principalmente porque em nosso Estado não temos técnicos suficientes para fazer determinados treinamentos. Ainda me lembro que nos idos de 1992 a 1994 tivemos que contratar para nossa Capital médicos cubanos, mas o próprio Conselho de Medicina foi contrário. Não o fizemos, no entanto, porque quiséssemos trazer estrangeiros, mas porque, mesmo visitando as universidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Brasília, não conseguíamos técnicos especializados que quisessem trabalhar aqui em Roraima. Quando à época foi feita a aquisição de um tomógrafo que era de última geração e de outros aparelhos – penso que V. Exªs sabem que foram adquiridos nos idos de 92, 94 – com os quais foram praticadas, inclusive, várias cirurgias cárdio-vasculares, havia equipes contratadas que vinham mensalmente de São Paulo. Isso foi feito exatamente porque não havia técnicos especializados que pudessem morar aqui em Roraima e prestar seus serviços. Então, sabemos que existem deficiências, principalmente nos Estados da Região Norte, já que um bom profissional que está bem em São Paulo ou em outra cidade que lhe oferece mais conforto e não vai querer vir para cá.

São essas as razões e as minhas cautelas, no sentido de que não cometamos enganos com depoimentos que venham a ser prestados com um sentimento íntimo de sensibilidade pela perda de um ente querido. É preciso que se tenha cautela para que isso não atrapalhe e que, ao final, nós, do Senado, os Deputados Federais e V. Exªs cheguemos a uma conclusão positiva e possamos mostrar à sociedade de Roraima que o trabalho foi feito com competência, com honestidade e com bastante sensibilidade.

Eu gostaria que V. Exª, já que fez alusão ao fato, nos prestasse esse esclarecimento.

O SR. EDSON DAMAS – Inicialmente, tranqüilizaria a todos e à Senadora, no sentido de que também estamos agindo com muita cautela em relação ao fato.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto a V. Exªs. não tenho a mínima dúvida. Muito em contrário, estou bastante confiante em ter tomado conhecimento **in loco** do empenho de V. Exªs nesse caso.

O SR. EDSON DAMAS – Nós agradecemos.

O aspecto penal foi deixado para ser apurado por último, justamente a partir do momento em que tivermos todos os dados necessários, inclusive com laudos, com pareceres técnicos. Também estamos relevando toda essa situação, toda essa atipicidade

de nosso Estado. Estivemos com o Secretário de Saúde que gentilmente foi prestar declarações. Tivemos aproximadamente seis horas de depoimento, foi cansativo tanto para ele quanto para nós, mas ele gentilmente nos atendeu, foi conversar conosco e fez uma explanação de toda essa atipicidade do nosso Estado. Nos relatou as dificuldades com relação aos médicos e até nos fez uma colocação surpreendente: disse-nos que os médicos públicos mais bem pagos do Brasil são, talvez, os de Roraima. Falou das dificuldades da vinda dos médicos para cá, porque muitas vezes o Governo do Estado tem que arcar com a despesa do pessoal. Enfim, tudo isso foi colocado e está registrado.

Com relação ao aspecto penal, pode ter certeza de que agiremos da forma mais coerente, mais fria e mais técnica possível.

Com relação ao aspecto cível, da responsabilidade civil, da reparação de danos, já não há esse cuidado maior de nossa parte, porque a responsabilidade do Estado, como o Marcos falou, é uma responsabilidade objetiva, ou seja, independe de culpa, não se perquire a culpa, basta que a criança tenha nascido na maternidade e lá tenha falecido para que o Estado seja responsabilizado e assuma. Então, a condução das investigações está sendo feita de uma forma muito serena e equilibrada, ouvindo a parte da administração.

Ouvimos a administradora do hospital, o Sr. Secretário e vamos ouvir ainda mais pessoas. Quando o Marcos falou que a investigação chega ao fim na próxima semana, quis dizer tão-somente com relação à área cível.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. EDSON DAMAS – Sim, criminal. À área criminal ainda daremos prosseguimento. Provavelmente, voltaremos a ouvir o Sr. Secretário de Saúde, a Drª Odete. Então, na área criminal ele vai demorar um pouco mais.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Estamos pensando certo. Já a preveni de que talvez ela seja ouvida aqui na Comissão.

O SR. EDSON DAMAS – É quase certo que tenhamos de ouvir ainda os dois novamente nessa área criminal, somente quando finda a área cível.

Com relação ao aspecto das incubadoras, a senhora tem razão com relação às mães. Há uma valoração de uma prova no depoimento de um mãe, de um técnico da vigilância sanitária e outra de uma enfermeira. Relatei o caso das formigas e da incubadora que estava sendo ocupada por duas ou mais crianças. Esse relato, de que havia formigas dentro da incubadora, a presença de dois ou três nenéns usando a mesma incubadora, as condições de higiene com um grande número de baratas circulando por toda a maternidade, além de ter sido feito pelas mães – e ouvimos poucas mães, ouvimos mais técnicos que mães, das vinte e cinco, creio que não ouvimos dez mães -, foram corroboradas pelos técnicos. Quem nos informou foram os técnicos, usamos os laudos dos técnicos da vigilância sanitária, o depoimento das enfermeiras. Todo o pessoal que ouvimos e que trabalha diretamente ligado à maternidade foi unânime. Não teve uma pessoa sequer que tenha estado lá e dito que era mentira, que a incubadora não era utilizada por duas ou mais crianças e que era mentira que havia formiga. Todos, sem exceção, que convivem diretamente, no dia-a-dia, circulando dentro da maternidade disseram isso.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Desculpe-me a insistência, mas quando falei sobre a Unicef e V. Exª falou que era do seu conhecimento, eu gostaria que fosse relatado.

O SR. EDSON DAMAS – Voltando à investigação criminal, é do nosso conhecimento essa indicação, esse crime é exibido pela Unicef. Iremos ouvir a diretora à época, que era a Drª ...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – É a da Unicef?

O SR. EDSON DAMAS – Não; da maternidade, na época.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – É a diretora da maternidade na época? Marília é seu nome.

O SR. EDSON DAMAS – Nós vamos ouvi-la. A informação que temos é a de que ela não se encontra no Estado.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) - Ela está no Rio.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Qero até antecipar, porque não adianta omitir: todos sabem que Marília é filha de Otomar.

Na hora em que V. Exªs quiserem convocá-la ou convidá-la, tenho o endereço; ela virá sim.

A SRª EDSON DAMAS - Com relação à mãe que expôs o seu caso e fez referência ao ano de 1994, percebemos que houve, de uns tempos para cá, uma decadência dentro da maternidade.

O nome da Drª Marília foi trazido à tona, e nós a ouviremos. Temos notícia de que a maternidade funcionava bem; foi premiada, era moderna.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – As técnicas falaram que, na época da Drª Marília, a maternidade era bem administrada?

A SRª EDSON DAMAS – Não. Nós não chegamos a nos reportar à administração da Drª Marília. Esse estado de coisas na maternidade se acentuou, agravou-se de uns tempos para cá. Isso é recente, talvez de 1995 para cá. Não chegamos a questionar as técnicas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. EDSON DAMAS – Temos notícia de que a administração anterior foi boa, premiada, tanto que nos interessa, como falei a V. Exª, para analisar esse aspecto da área criminal, ouvir a Drª Marília. Nós a convidaremos.

A informação que temos é a de que antes era boa a administração, mas, de 1995 para cá, as coisas descambaram. Essa é a informação que temos e checaremos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Estou bastante satisfeita. Sinceramente, a exposição foi feita com tamanha transparência, que já não me cabe mais fazer nenhuma pergunta.

Eu agradeço pela paciência e quero deixar registrado que elaborarei o reinício dos trabalhos com um convite aos dois para falarem sobre o trabalho da criança no Estado de Roraima.

Já que não teremos oportunidade de visitar todos os Estados, iremos aqueles onde as situações são mais deprimentes.

Muito obrigada e parabéns pelo trabalho que estão realizando.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Sandra Guidi.

A SRª SANDRA GUIDI – Dr. Edson Damas e Dr. Marcos Fernandes, pude constatar que os senhores estão investigando muito bem esse fato, a partir da morte dos bebês.

Gostaria de saber se, antes desse fato que levantou tantas dificuldades e deficiências na maternidade, havia denúncias da imprensa, de instituições ou da sociedade, de mães, enfim.

O SR. MARCOS FERNANDES – Se havia, sinceramente desconheço.

A SRª SANDRA GUIDI – Se essas denúncias chegavam à Promotoria, ao Ministério Público...

O SR. MARCOS FERNANDES – Não; se essas denúncias foram feitas pela imprensa, sinceramente não tenho conhecimento. Estou dizendo isso como Promotor da infância. Isso poder ter desembocado na infância; temos um emaranhado de atribuições.

Quanto aos depoimentos, podemos aprofundar e até voltar um pouco no tempo. Casos de infecção com os mesmos sintomas apresentados por essas crianças que faleceram agora – pela interobacter ou acinobacter **(?)**, se não me engano – foram registrados em junho, julho e agosto. Há certidões de óbito em que consta septicemia.

O que deu para se mensurar é que essa situação veio subindo uma escada, afunilando-se para estourar.

O SR. EDSON DAMAS – E acabou estourando.

O SR. MARCOS FERNANDES – Inclusive, há o caso de uma criança, cuja mãe estava presente, que ficou internada durante 17 dias e faleceu em agosto. Ela apresentava sintomas idênticos aos manifestados por essas crianças que faleceram agora: dispnéia, parada cardíaca e respiratória, extremidades roxas – mãos e pés -, febre muito alta. Às vezes, essas crianças eram reanimadas. A tendência era um quadro idêntico: apresentavam secreção, vômitos de cor tipo borra de café, como se diz, amarelo-esverdeado, com pelotas de sangue coagulado, justamente pela hemorragia digestiva, que é próprio dessa bactéria.

Nesse ponto, tivemos uma unanimidade no depoimento das mães. Tivemos um ou dois casos que não apresentavam essas secreções, mas todos os outros sintomas eram semelhantes. E o falecimento se dava mais ou menos num período de tempo igual, dependendo se a criança era prematura ou não. Se a criança fosse normal, ela falecia no período de tempo "x", se fosse prematura, quando geralmente é um pouco mais frágil, era mais rápido o falecimento.

Voltando ao seu questionamento, isso só começou a ser relatado agora, diante do meu conhecimento, antes não. Sabemos que havia denúncias por parte da Vigilância Sanitária, inclusive, laudos não recomendando a recontratação da empresa; multas, notificações, apreensões etc, que era do conhecimento dos órgãos governamentais, não chegou ao Ministério Público. A notícia só chegou ao Ministério Público através da imprensa, quando tudo isso aconteceu. Mas antes era do conhecimento público, da administração pública, o que estava acontecendo: a falta de higiene, as precaríssimas condições de higiene, a má prestação do serviço de limpeza na maternidade. Isso é uma obviedade e também todos são uníssonos nos depoimentos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador João França, V. Exª quer fazer alguma pergunta?

O SR. JOÃO FRANÇA – Sr. Presidente, somente parabenizar os jovens promotores, pelo pro-

nunciamento e pelo brilhante trabalho que se vê, que só merece a nossa confiança.

Portanto, só tenho a parabenizá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Bom, eu teria alguns questionamentos, algumas colocações e alguns comentários a fazer nessa mesma linha.

Primeiro, gostaria de registrar que, infelizmente, essa questão da maternidade foi um fato, pelos depoimentos, pelos contatos que estamos vendo, foi corroborado pelo juiz, foi corroborado pela própria Drª Odete, no sentido de que o padrão de atendimento, de atuação da maternidade veio caindo ao longo dos últimos dois anos. É importante registrar que a maternidade, apesar de todas as dificuldades, sempre atuou bem, inclusive, em governos passados. Fui Governador, ampliei a maternidade, ela funcionava bem, atendia a demanda. Há uma questão de fundo, mas não cabe na discussão aqui, que é exatamente essa demanda ampliada, a vinda de pessoas que, na verdade, cria uma demanda social, que tem repercussão não só na área da saúde, mas também na área da educação e na área da segurança. Só que na área da educação é mais fácil construir escola e não precisa ter profissionais tão bem capacitados quanto na área da saúde, que tem que ter médicos. Se não tem médicos, não há atendimento. Na verdade, esse quadro de inchamento do Estado permeia um pouco também toda essa questão da demanda e do não atendimento da área de saúde.

A maternidade sempre funcionou bem. Nos últimos dois anos, vimos que o serviço veio caindo. Eu diria aos Promotores que, como podemos ver, estão fazendo um trabalho de excelente profundidade, que a nossa Comissão encaminhará o resultado dos trabalhos ao Ministério Público para servir de subsídio.

Pretendo, também – e vou fazer isso quando conversar com o Secretário de Saúde -, dar alguns encaminhamentos que não sei se estão de acordo com as linhas do Ministério Público, mas são pontos que considero importantes.

Primeiro, a questão da Lucel. É preciso verificar se é a empresa que não presta bem os serviços e estava negligente em suas ações; se a entrada da Lucel na Secretaria de Saúde e na maternidade, por conseguinte – parece-me que a empresa só não presta serviço na maternidade, presta serviço em outras entidades da saúde – coincide com o ingresso do Deputado Célio Vanderlei, pseudodono da Lucel no PPB, partido do Governador.

Por que isso? Porque se houve coincidência, como tivemos notícia, a saída do Célio Vanderlei, da Assembléia, do PSDB para o PPB teria sido uma barganha política em que se usou contratos de saúde para uma empresa que não estava habilitada para fazer esse serviço.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Queremos elucidar fatos. Pelo que me consta, teremos a certeza disso hoje, porque ouviremos o Deputado e o gerente da empresa. A Lucel foi contratada bem antes da ida do Deputado ao PPB. Tenho que ser justa porque, realmente, na administração anterior, a empresa já prestava serviço. Hoje podemos ter uma empresa com uma prestação de serviços ótima e, com o passar do tempo, venha a acontecer o contrário. Se, desde o início da prestação do serviço, houvesse determinadas ocorrências – ainda não podemos constatar se há culpabilidade da empresa, no futuro chegaremos às conclusões finais. Ela pode ter tido uma prestação de serviço excelente. Mas como sabemos, os salários no Brasil vêm diminuindo, as pequenas e médias empresas estão cada vez mais sacrificadas. Sendo assim, não sabemos se a contratação e aquela rotatividade – o próprio consultor da área específica abordou esse assunto -, aquela descontinuidade do profissional na empresa gera determinados problemas. Quando o empregado aprende o serviço e começa a atuar melhor, passa para uma outra área com uma remuneração maior.

Eu queria que esses fatos fossem elucidados porque sou consciente – não posso me omitir dos fatos de que tenho consciência – que a Lucel não foi contratada após o Deputado Célio Vanderlei ter saído do PSDB para o PPB. É bom que se diga que o Deputado não era do Partido da administração na qual a empresa deu início aos seus trabalhos. Ele era do PSDB e foi contratado por uma administração do PPB. Então, quero deixar separados esses fatos: que a contratação, pelo menos da época que eu tenho conhecimento, independe...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de registrar essas questões porque primeiro houve essa colocação pela própria equipe da maternidade, como está nos jornais. A Drª Odete declarou que houve interferência política ou na contratação ou na manutenção da Lucel nos serviços. Segundo, a Lucel funciona no prédio do Deputado Célio Vanderlei, que é irmão do Subsecretário de Saúde. Essa é outra questão a ser verificada. Terceiro, tenho cópia do Parecer jurídico da Secretaria de Saúde declarando que os serviços da Lucel estão superfaturados e que a licitação está incorreta. Não sei se vocês têm cópia disso. Então, há um superfaturamento nessa questão também.

O SR. MARCOS FERNANDES – ...licitação que não foi homologada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pior ainda; não homologaram a licitação mas o serviço continuou.

O SR. EDSON DAMAS – Com relação especificamente à licitação da Lucel estou trabalhando especificamente nessa área, que é a do patrimônio público. Eu gostaria que os dados que vou passar fossem entendidos como dados técnicos. Desconheço o aspecto político que possam conter.

Há, inicialmente, um contrato de prestação de serviço para limpeza da maternidade – a primeira licitação que a Lucel ganhou foi em 1993. Em 1994, não há informações desabonadoras. Mas, parece-me que a qualidade e a eficiência dos serviços decaíram realmente a partir de 1995.

Trata-se de uma empresa que está há onze 11 anos no mercado, segundo informação de seu proprietário, que está na empresa há seis. Sempre ela prestou serviço para o Estado, conforme informação que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É importante esclarecer porque ouvimos dizer mas não temos documentação.

O SR. EDSON DAMAS – Há 11 anos a empresa presta serviço para o Estado, e vinha prestando bem, já que não havia reclamação contra ela. De repente, percebemos que, a partir de 1995, houve uma diminuição da qualidade e eficiência.

O SR. MARCOS FERNANDES – Em 1994, a empresa recebeu uma multa, sob pena de rescisão contratual. Recebeu uma advertência pela má prestação de serviço. Sua decadência começou em 1994.

O SR. MARCOS FERNANDES – Foi aplicada uma multa no valor de 10% do total do recebimento.

O SR. EDSON DAMAS – São muitos documentos e o Marcos acabou de receber ontem esses dados da Divisão de Serviços Gerais do Estado. Então, a partir de 1994, houve uma perda de eficiência e de qualidade com relação à Lucel.

Quanto à licitação, em 1995, foi aberto um novo procedimento para licitações no sentido se contratar novas empresas para fazer a limpeza não só da maternidade como também do HGR e de outros hospitais. Foi aberta essa licitação, e na específica da maternidade, ganhou a Lucel.

Quando saiu a notícia no jornal de que a Lucel tinha ganho a licitação e que essa teria sido superfaturada, eu, como Promotor do patrimônio público, imediatamente recortei a notícia do jornal – esse é um procedimento interno -, ouvimos a imprensa e oficiamos aos órgãos governamentais para apurar o que a imprensa informou. Isso porque exigimos da imprensa seriedade naquilo que ela noticia.

A imprensa noticiou e forneceu-me uma cópia do parecer que o Senador está colocando onde a assessoria jurídica estava informando que os preços eram extremamente elevados em relação àqueles praticados pela mesma empresa Lucel. Era quase o dobro.

Imediatamente recortei a notícia do jornal e oficiei ao diretor do jornal, que me enviou cópia. Oficiei ao Sr. Secretário de Saúde e pedi a colaboração do Sr. Procurador-Geral do Estado no sentido se que me enviasse, com a máxima urgência, esse processo de licitação. Feito isso, alguns dias depois, recebi a cópia do processo de licitação, onde havia um parecer jurídico afirmando que os preços praticados eram muito acima, e o Sr. Governador do Estado não homologou. Ele acatou o parecer jurídico e não homologou a licitação.

O que foi feito a partir disso? São dados que o Sr. Secretário de Saúde me passou. Segundo essa documentação, houve aditamento do contrato anterior, porque na licitação de 1993 prevê aditamentos. Então, houve o sexto aditamento, um termo aditivo, segundo informação dele. Ela tinha cinco termos aditivos anteriores. Então, ele fez o sexto termo aditivo, que está vencendo no dia 31 de dezembro próximo.

Então, é nesse ponto que questionamos. Se é uma empresa que apresentava ineficiência; se é uma empresa que, inclusive, creio eu, levou a abrir uma nova licitação para contratar outra empresa; se é uma empresa que tinha todas essas recomendações contra ela, inclusive com aplicação de multa, etc., com toda essa reincidência...

O SR. MARCOS FERNANDES – Perdão: várias notificações.

O SR. EDSON DAMAS – Sim, várias notificações; multa, apenas uma.

O SR. MARCOS FERNANDES – Mas a Vigilância Sanitária elaborou um parecer no começo deste ano, a pedido do Sr. Secretário de Saúde, para que ela pudesse fazer parte da licitação novamente, para continuar prestando o serviço. E o parecer da Vigilância Sanitária foi até um tanto bombástico. Quando eles fizeram a visita, já aproveitaram e fizeram a apreensão de inúmeras mercadorias ilegais. Mas, enfim, condenaram mesmo a empresa; disseram que não a recomendariam em hipótese alguma. Contudo, mesmo assim, ela ganhou a licitação. Então, é importante verificar isso.

O SR. EDSON DAMAS – Não, ela não foi homologada.

O SR. MARCOS FERNANDES – Ela ganhou, mas não foi homologada. Todavia, foi aditado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim, foi aditado, e ela continuou a trabalhar.

O SR. MARCOS FERNANDES – Pela sexta vez.

O SR. EDSON DAMAS – Pela sexta vez, mas os preços não ...

O SR. MARCOS FERNANDES – Ficou em R$37 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Bem, estou vendo que se está seguindo uma linha de investigação que é importante.

O SR. EDSON DAMAS – ...ações de improbidade administrativa, se houver.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É estranho que se tenha levantado uma série de questões, e que a empresa se perpetue nesse serviço, inclusive com seis contratos. Ganhar a licitação nesse tipo de serviço é muito simples. Se você tem ligações na Secretaria de Saúde, coloca um preço menor, cotando 20 homens, por exemplo, mas, na verdade, só coloca 10 para trabalhar. O pessoal fecha os olhos e não tem um serviço que presta. Fica fácil se você tem as vinculações que a empresa demonstra ter, uma vez que, contra tudo e contra todos, ela se mantém incólume. Então, na verdade, ela tem uma superproteção que é clara; e se ela tem superproteção para se manter incólume, ela tem superproteção para não prestar o serviço, que acaba decaindo da forma como decaiu.

Então, é importante ver o número de pessoas do contrato e o número de pessoas que efetivamente trabalharam, bem como o material empregado e tudo mais que levou a essas questões.

Outro ponto, a meu ver, importante e que vou questionar ao Secretário diz respeito ao fato de que Roraima tem dificuldades peculiares, sem dúvida nenhuma: a distância e outras dificuldades; mas temos uma vantagem que é a condição financeira de trabalho por conta do não-pagamento de pessoal de uma folha. Hoje, apesar de todas as denúncias que foram feitas, a folha de pagamento do Estado é de cerca de 30% da arrecadação. Então, na verdade, Roraima tem recursos. Eu fiz essa pergunta à Drª Odete e ela me respondeu.

O Estado tem veiculado propaganda no sentido de que tem gasto 14% do orçamento em Saúde. Eu perguntaria, como vou perguntar ao Sr. Secretário, se nessa análise da estrutura de demanda, do que foi gasto e do que foi comprado, enfim, do que faltou da responsabilidade, se está sendo avaliado, por exemplo, o perfil dos gastos com Saúde no Estado – isso é fundamental. Senão vejamos: um Governador gastar 14% dos recursos do Estado para Saúde, tudo bem; mas como está gastando?

Tenho documentos para enviar, se for feito esse estudo, de obras superfaturadas, de pagamento de reajuste a empreiteiras sem o devido pagamento. Então, na verdade, não adianta gastar no Estado 30 milhões com a construção de prédios e se gastar um milhão na manutenção e no atendimento à população. Na verdade, esse é um tipo de postura política que resulta no mau atendimento e, conseqüentemente, na morte de pessoas.

Então, eu perguntaria se está sendo feito esse tipo de estudo, porque vamos fazê-lo também na Comissão.

O SR. MARCOS FERNANDES – Senador, recebemos a notícia, pelo nosso Procurador-Geral, de que, em contato pessoal, via telefone, poucos dias antes da sua saída, o Ministro Adib Jatene o contactou para dizer que estaria mandando uma equipe para justamente fazer esse trabalho, dizendo mesmo que gostaria que o Ministério Público participasse do trabalho. Estamos esperando essa equipe até hoje. Por isso é que não adentramos nessa...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vou cobrar do Sr. Ministro então, porque há uma questão complementar: o Ministro me disse que o Estado não estava cobrando todas as IHs e UCAs que poderia cobrar. Então, vemos que há uma falha na cobrança de recursos. Não tem dinheiro, mas também não vão buscá-lo. Segundo, foi dito aqui que não havia dinheiro para trabalhar, que havia dificuldade. Agora, o Estado não tem dinheiro para comprar o soro ou para comprar a água sanitária certa, mas tem dinheiro para pagar R$800 mil de reajuste de contrato à construtora do Sr. Coelho, por exemplo, de uma obra superfaturada. Esse é um tipo de postura política que vamos levar à Comissão; eu particularmente farei isso, porque posso encaminhar, uma vez que entendo ser fundamental traçar o perfil do gasto público em Saúde, bem como quanto àquela questão do Ministério, que é exatamente a da cobrança ou não, de se buscar ou não todo o volume de recursos que poderia ser buscado.

O SR. EDSON DAMAS – Neste ano de 1996, foi firmado um convênio entre os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério da Saúde, no sentido de que os Promotores, em cada localidade, ajudassem, colaborassem ou fizessem parte de auditorias

para analisar justamente esses gastos com saúde, inclusive fiscalizando o emprego das verbas que vêm do SUS. Em suma, a idéia é fazer com que o Ministério Público faça parte dessa equipe e vá **in loco** verificar isso. Esse convênio foi firmado há poucos meses.

O Ministro Adib Jatene entrou em contato com nosso Procurador-Geral para começarmos a atuar em conjunto com a equipe dele, uma equipe de auditores que viria de Brasília. Eu, que cuido do patrimônio público, faria parte dessa equipe de auditoria. Nós iríamos fiscalizar essa destinação de verbas, esses gastos todos que o Senador colocou. Contudo, isto se deu um ou dois dias antes de o Sr. Ministro Adib Jatene sair do cargo. Nós estamos esperando até hoje essa equipe. Há todo interesse de parte do Ministério Público. Atualmente, não há suporte técnico e condições de fazermos isso sozinhos.

No Estado todo, somos onze promotores; dois promotores para cuidar especificamente desse caso. Temos centenas de processos parados lá. Ele trabalha com seis promotorias, e eu trabalho com quatro promotorias. O nosso trabalho está há trinta dias completamente parado. Não temos técnicos contábeis; não temos espaço físico; há uma precariedade enorme no nosso Ministério Público. Então, nós contávamos justamente com a colaboração do Ministério da Saúde. Eu faria parte dessa comissão, dessa auditoria, e, aí sim, as medidas judiciais, se necessário fosse, ficariam por conta e a cargo do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vou cobrar essa posição do atual Ministro.

Duas questões ainda. O número de mortes em outubro foi de 35, conforme foi divulgado pela imprensa. Foi constatado que houve mortes em julho, agosto e setembro, num crescendo que chegou ao número de 400 mortes de janeiro para cá, segundo o que levantamos nos cemitérios municipais. Vocês não têm esses dados ainda?

O SR. EDSON DAMAS – É que nessa fase não temos ainda esses dados. Esses dados interessam para a fase posterior, que é a fase da área penal. Nesta fase não posso nem propor uma ação civil pedindo indenização, digamos, para 35 ou 40 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não sabem ainda.

O SR. EDSON DAMAS – Não é isso; é que não tenho legitimidade para isso. O Ministério Público tem legitimidade para pleitear em nome da sociedade, da comunidade. A partir do momento em que individualizo o nome de pessoas, é como se eu estivesse advogando. Então, o que vamos pedir é que se condene o Estado a reparar todos os danos que ocorreram na Maternidade, quer para as crianças mortas, quer para aquelas crianças que sobreviveram, seja para aquela criança que pegou infecção, que teve de ficar quatro ou cinco dias, que teve de tomar medicamentos, aquela cujo pai deixou de trabalhar para ficar em sua companhia. Inclusive, nesse sentido, cabe até uma indenização moral.

Então, estamos evitando falar em número de mortes, para não perdermos a nossa legitimidade na ação. Os pais, mais tarde, nessa ação, se habilitam no processo e cobram.

O SR. MARCOS FERNANDES – Apenas complementando, se mensurássemos as famílias, individualizando-as, nós as estaríamos substituindo processualmente, fazendo o papel do advogado. Nós só teríamos legitimidade no caso se fosse constatado o interesse difuso ou coletivo.

Quanto ao interesse individual homogêneo, o Ministério Público só tem legitimidade na área do consumidor, pela Lei nº 8.078, e não nos casos das outras relações, tais como com a saúde, com o patrimônio público e social. Isso, inclusive, foi uma falha do legislador, que não conferiu ao Ministério Público legitimidade para atuar nesses casos, mas tão-só nas ações sobre a relação de consumo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Faço essa pergunta, porque ficamos chocados quando vimos aquelas fotos, aquela matéria dos coveiros que diziam já abrir 80 covas por mês, porque aí era só ir enterrando. Nós estamos pedindo informações aos cemitérios, exatamente para configurar o número de mortos pela faixa etária, para verificar, já que há uma falha, e não passa pelo IML a questão da autópsia e da morte das crianças. E se levantou inclusive durante o processo que poderia ser maior o número de mortos, que teria sido mascarado pelos laudos dados e pelos sepultamentos que fizeram rapidamente. Então, essa é uma questão a ser ainda levantada pela comissão.

Outra questão, só para informação, é a seguinte. Crianças índias morreram. Houve algum acordo do Ministério Público Estadual com o Federal para levantar essa questão também, ou o Ministério Público Federal está fazendo a investigação paralela quanto à questão da morte das crianças índias?

O SR. EDSON DAMAS – Depois que instauramos o procedimento e estávamos em fase bem adiantada, o Procurador da República em nosso Es-

tado também resolveu instaurar um inquérito junto à Polícia Federal, e também instaurou um inquérito civil no âmbito dele, para apurar a questão da morte das crianças índias. E ele esteve aqui conosco também, pedindo subsídios e pedindo ajuda nossa, porque já estávamos num estado adiantado de investigações. Ele pediu também a nossa colaboração no sentido de que fornecêssemos para ele essa documentação.

Aí até conversamos com ele justamente sobre o aspecto da legitimidade dele, porque ele teria que nominar as crianças índias; ou seja, ele só tem legitimidade para questionar quando é interesse da comunidade indígena. Ali houve a morte de algumas crianças indígenas. É um aspecto técnico nosso que teríamos que sentar para conversar. Nós fizemos esse primeiro contato com ele.

Aí ele me disse que também iria estudar e que, se realmente não vislumbrasse a legitimidade dele, ele iria nos passar todo o material colhido na Polícia Federal, para que entrássemos com a ação, para que depois o tutor das crianças indígenas, o representante delas em juízo, viesse reivindicar a indenização ou alguma outra providência na ação.

O que combinamos foi nesse sentido. Ele instaurou depois, nada prejudica que ele apure. E se, por acaso, mais na frente, ele não vislumbrasse a legitimidade dele, mandaria esse material para nós. Então, o nosso relacionamento com ele está nesse pé: é um estudo técnico para ver a sua legitimidade ou não com relação à morte das crianças indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por fim, na questão da exumação dos corpos das crianças, o diretor do IML chegou a contestar, dizendo que não teria mais condições. Ouvi inclusive a posição muito prudente do Ministério Público, que estava pedindo para que, no futuro, não fosse alegado que não teria havido.

Chegou algum tipo de laudo? Foi caracterizado já algum tipo de posição técnica quanto a isso?

O SR. MARCOS FERNANDES – Posso discorrer um pouco a respeito disso, rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pois não. Acho que é importante.

O SR. MARCOS FERNANDES – Salvo engano, o art. 158 do Código de Processo Penal diz que, em toda infração material que deixar vestígios, será obrigatório o exame pericial, para se aferir a materialidade do delito.

Fiz isso já pensando lá na frente, na área penal. E como bem diz o Dr. Edson, temos que ter pensamento jurídico. Em tudo que fazemos temos que prever as coisas lá na frente, o confronto com os advogados dentro dos autos. E como é uma infração material que deixa vestígios, e não teriam sido feitas a autopsia e a necropsia, que são os termos corretos – um professor de Medicina Legal já me advertiu na aula da faculdade -, não teríamos, então, como aferir a materialidade do suposto delito: homicídio culposo, lesão culposa, ou outro tipo.

Entendi que aquelas mortes eram recentes e que deveria ser feita a exumação dos cadáveres. Foi uma medida de certa forma temerária, em face das famílias, porque é bastante doloroso ver um filho desenterrado; mas era justamente para que pudéssemos tentar retirar dali e conseguir aferir a bactéria ainda, porque senão não conseguiríamos.

A lei também é prudente ao dizer que, quando impossível se aferir a materialidade através do exame pericial, pode-se substituir por outros tipos de provas idôneas. E temos as fichas médicas das crianças. Se o resultado da exumação for negativo, ou seja, negativo não no sentido de não encontrar a bactéria – porque tenho certeza de que ela não estava ali; se não estava no momento da coleta do material foi porque houve a decomposição -, estaremos autorizados a usar outro tipo de prova idônea, que são as fichas médicas. Então, fiz isso por uma questão processual e de prudência, para que não fosse alegada futura nulidade absoluta por falta de materialidade, por falta de exame pericial. Se a Fundação atestar que não foi possível detectar a bactéria, não tem problema; vamos aferi-la pelo laudo médico, pelas fichas médicas, onde constam o diagnóstico, o quadro clínico da criança. Dessa forma, aferiremos a verdadeira **causa mortis**, que foi septicemia provocada pela infecção hospitalar.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Até que haja o retorno do Presidente dos trabalhos, quero me referir ao comentário que fiz da Lucel, porque essa Comissão tem uma responsabilidade coletiva, não uma responsabilidade individual. A Comissão foi criada para apurar os acontecimentos, num trabalho conjunto, assim como o fazem V. Exªs.

Não estou aqui para defender a Lucel, muito pelo contrário, queremos apurar os fatos. Mas como houve alusão no sentido de que a Lucel foi contratada na época em que o Deputado mudou para o Partido do Governador, temos por obrigação elucidar esses fatos.

Não estou fazendo nenhuma crítica. Penso que haverá muitos fatos que já sejam do conhecimento dos Senadores e não sejam do nosso. Por isso, reportei-me àquela explicação de que foi anterior ao fato, de que ela foi contratada exatamente quando o Deputado ainda era de um Partido de Oposição ao Governo do Estado. Mesmo assim, ela existia e foi contratada. Sabemos que, depois, em decorrência dos fatos explanados por V. Exªs, realmente houve uma determinada mudança.

Um outro assunto que gostaria de esclarecer diz respeito ao fato, sobre o qual se referiu o Senador, de que, desde janeiro, faleceram quase 400 crianças e ainda não houve o levantamento por parte de V. Exªs. Não teremos de levantar apenas o número de óbitos, porque isso é muito relativo. Pode ter havido falecimentos de janeiro a outubro, mas vamos ver também o número de atendimentos dos bebês nascidos na maternidade. Isso é muito importante, embora o trabalho de V. Exªs seja independente do nosso, como o nosso é independente do trabalho do Ministério Público.

Mas, já que procuramos ouvi-los, tenho certeza de que, se V. Exªs julgarem que a nossa Comissão já tem alguns dados que possam ajudar nos trabalhos de V. Exªs, será quase um trabalho recíproco.

Portanto, é importante que se verifique qual o número de crianças nascidas na maternidade de janeiro a outubro, para se faça uma avaliação.

O SR. MARCOS FERNANDES – Perdão, Senadora, mas vou lhe ser sincero. Para o Ministério Público não interessa saber o número. Se soubermos o número, estaremos individualizando as famílias e perderíamos a legitimidade. A nossa legitimidade nasce justamente sobre o interesse difuso, que não é mensurável.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O que queremos saber não é o caso em si do Ministério Público. Para nossa Comissão, para as nossas investigações, esse fato é predominante. Já estou me antecipando em solicitar do Ministério Público – se, porventura, V. Exªs fizerem esse levantamento, se possível for -, porque poderemos chegar a essa conclusão antes de V. Exªs.

A Unicef considera não em termos de mortes havidas, para saber se a mortalidade infantil aumentou ou diminuiu. Trata-se de uma estatística de acordo com o percentual. Para isso, aqui já foi classificado como o Estado de menor índice de mortalidade infantil em termos proporcionais.

O SR. EDSON DAMAS – Com relação a esse aspecto, temos conhecimento, apesar de não sermos técnicos na área de saúde, de que há um índice, que temos conhecimento, da UMS, aceitável de infecção hospitalar.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O outro era abaixo do normal. Esse índice chegou a ser de 13%, ou seja, considerado abaixo do normal em termos de mortalidade.

O SR. EDSON DAMAS – Somos área jurídica, mas contamos com a assessoria – informal – de alguns técnicos da área de saúde, que têm nos trazido uma série de subsídios e dados técnicos. Temos todo o material da vigilância sanitária a respeito de normas de procedimentos. Temos médicos à nossa disposição, para averiguar esses aspectos técnicos. A primeira dificuldade que encontramos quando começamos a apurar foi justamente no sentido da linguagem. Não sabíamos analisar as fichas médicas que recebíamos. Dessa maneira, contamos com a colaboração, de maneira informal, de alguns médicos conhecidos nossos, que nos orientam sobre como agir, informando onde devemos pesquisar e o que devemos checar. O pessoal da vigilância sanitária também tem colaborado conosco.

Com relação à investigação, verifico, mais por parte da imprensa, que diariamente está nos cobrando – muitas vezes até nos impedem de trabalhar – uma pressão muito intensa. Eu gostaria de tranqüilizar a Comissão nesse sentido.

O Ministério Público é um órgão extremamente técnico. Apesar da nossa pouca idade, somos pessoas extremamente equilibradas e contamos com o apoio da chefia da Instituição. O Procurador-Geral e os Procuradores de Justiça estão acompanhando nosso trabalho. Quando vamos adotar algumas medidas, conversamos primeiramente com eles. Ou seja, há toda uma preocupação nossa de que se apure e se puna, mas não se cometa injustiças como aconteceu no caso do Bar Bodega, em São Paulo. É um absurdo uma pessoa denegrir a imagem de outra, principalmente quando se trata de uma pessoa pública, e, mais tarde, essa mesma pessoa desmentir perante a sociedade tudo o que disse, admitindo que errou. Como fica o aspecto moral? A pessoa pública, o político, tem um patrimônio a zelar, que é a sua moral. O Ministério Público não pode sair com uma metralhadora giratória atirando contra tudo e contra todos. Um passo em falso, hoje, de um Promotor de Justiça acaba, muitas vezes, com a carreira política de um bom representante nosso. Como foi o caso do Dr. Alcenir Guerra, do Paraná, e tantos outros que V. Exªs conhecem.

A nossa grande preocupação é justamente nesse sentido. Estamos cautelosos até demais. Realmente, dou a mão à palmatória. Poderíamos ter entrado antes com essas ações civis. Mas só não se fez isso por excesso de cautela. Tudo o que decidirmos fazer, qualquer medida judicial a ser proposta, será sempre baseado em elementos objetivos, documentos, fotos, declarações.

A nossa preocupação é maior, porque não se justifica um erro com o cometimento de outro. Não adianta justificar as mortes, demonstrando que um erro foi cometido. Como é cometer um outro erro acusar ou denegrir a imagem de alguém. O Ministério Público nunca fará esse tipo de coisa. Podem ficar tranqüilos quanto a isso.

Com relação à velocidade das investigações, esse procedimento investigatório, segundo uma Resolução que normatiza isso internamente, temos 90 dias para apurar os fatos – qualquer caso normal. Esse procedimento foi instaurado há exatamente trinta dias. Trata-se de caso extremamente relevante. Em trinta dias, estamos entrando com as primeiras ações relacionadas ao aspecto da responsabilidade objetiva. Pode-se ver o volume de documentos e a quantidade de pessoas que ouvimos. O nosso esforço tem sido sobre-humano. Temos ouvido pessoas inclusive nos finais de semana. Levamos serviço para casa, trabalhamos de noite, de madrugada, estudando justamente para se evitar medidas açodadas.

Prometo que o Ministério Público não vai tomar nenhuma decisão apressada. O Ministério Público vai propor uma ação embasada em elementos concretos muito estudados e ponderados, de acordo com a atipicidade da nossa região. Não queremos, de forma alguma, cometer mais uma injustiça. Podem ter certeza de que o Ministério Público não vai dessa forma proceder.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quis esclarecer o porquê do caso Lucel, porque temos que fazer justiça. Sem nenhuma crítica absolutamente às colocações, tenho certeza de que, também em outros interrogatórios vai haver fatos de que o Senador já tem conhecimento e de que eu não tenho. Farei perguntas que ele talvez não fará por já conhecer a resposta, mas tudo será para que não paire nenhuma dúvida quanto ao nosso trabalho e quanto ao de V. Sªs.

Para elaborar-se tudo isso em trinta dias, é necessário realmente um trabalho sobre-humano. De acordo com as ocorrências, V. Sªs tiveram menos de trinta dias, porque existem também os serviços paralelos, outros casos a serem investigados. Congratulo-me novamente com todos.

As colocações técnicas já foram suficientes. Temos somente a agradecer, e esse trabalho não vai ajudar o Senado apenas nesta Comissão. Apesar de jovens, tenho certeza de que tiveram dedicação e responsabilidade no trabalho e aproveito para solicitar que me dêem subsídios, principalmente o Dr. Marcos cuja área é da juventude.

Prorrogamos, inclusive, a Comissão do Trabalho Infantil, porque a implantamos no período eleitoral e porque agora vem o recesso, e serão bastante válidas as informações deste Estado e de outras experiências que V. Sª possam ouvir pela televisão. Atualmente, nós, Parlamentares, temos menos condição de acompanhar o trabalho da mídia, que, na maioria das vezes, é bastante eficiente, porque ficamos o dia todo no Congresso.

Gostaria de contar com a colaboração de V. Sªs, porque trata-se de trabalho importante, que visa ao futuro das nossas crianças.

Mais uma vez, muito obrigada.

O SR. MARCOS FERNANDES – Pretendemos colaborar e gostaríamos de receber da Comissão qualquer tipo de informação que puder ser adicionada posteriormente.

Muito obrigado.

O SR. EDSON DAMAS – O Ministério Público agradece as palavras elogiosas e coloca-se à disposição. Qualquer dúvida, porventura, podem-nos procurar, que teremos enorme prazer em ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Deputado Estadual Iradilson Sampaio, até pouco tempo atrás, foi membro da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa que apura a questão da morte das crianças na Maternidade Nossa Srª de Nazaré e Líder da oposição da Assembléia Legislativa. O Deputado Iradilson Sampaio está sendo convidado porque, juntamente com o Deputado Helder Grossi, desligaram-se daquela Comissão por não concordar com os rumos que estava tomando. Agradeço a sua presença e pergunto o motivo desse desligamento e a sua opinião sobre o processo de investigação que está sendo feito pela Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – A abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito foi pedida por mim e, por ser o único Deputado do PFL, até nem poderia dela fazer parte, em função do que determi-

na o Regimento Interno. Mesmo assim, dentro de entendimento com o PMDB e com o PTB, criaram uma vaga para que eu pudesse participar.

Dos cinco membros dessa Comissão, o Presidente da é o Líder do Governo, Deputado Édio Vieira, o Vice-Presidente é o Vice-Líder do Governo, Deputado Jalce Renier, e o Relator é o Deputado Chico Guerra, que era o Líder do Governo até pouco tempo atrás. Na primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, sugerimos a participação de um membro do Ministério Público para mostrar a isenção da CPI, porque entendo que o objetivo não é procurar os culpados, mas apurar com seriedade e com responsabilidade os fatos que vieram e que aconteceram na Maternidade Nossa Srª de Nazaré. Mas não conseguimos aprovar a participação de um membro do Ministério Público.

Posteriormente, as convocações para depor na Comissão eram dirigidas ao pessoal do serviço prestado, que não têm vínculo nem com o Governo Federal nem com o Governo do Estado. Eles vinham depor realmente com muito medo de, em seguida, perder o emprego no Governo do Estado. Estava claro e evidenciado que se procurava um bode expiatório, culpando-se única e exclusivamente a ex-Diretora da Maternidade, Drª Odete, mais algum enfermeiro e também a ex-administradora Sônia Bacelar, isentando totalmente o Governo do Estado e o Secretário de Saúde.

Pedimos o desligamento da Comissão Parlamentar de Inquérito porque estava claro, transparente e cristalino que o objetivo maior dos três membros da CPI que dão sustentação política ao Governo era isentar totalmente o Governador do Estado e o Secretário de Saúde. Chegamos a propor um projeto de decreto legislativo para indenizar as famílias que perderam seus filhos por infecção hospitalar, e nos antecipamos nessa proposta porque ainda não tinha chegado na Assembléia Legislativa a lei orçamentária, havendo tempo de se fazer uma emenda para, a partir de janeiro do próximo ano, o Governo indenizar por danos morais as famílias que perderam filhos.

Entrei com requerimento pedindo urgência urgentíssima para votação do projeto de decreto legislativo, que também não passou do Plenário da Assembléia Legislativa e que continua tramitando. Mas, com certeza absoluta, não será votado este ano e, quando se for votar, haverá aquela alegação de que os votos serão contrários ao projeto porque já se votaram a lei orçamentária, não havendo como o Governo indenizar. Essa foi uma das razões pelas quais pedi para sair da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, boa-tarde. Agradecemos a presença de V. Exª nesta Comissão. Realmente, como Parlamentares que somos, e V. Exª, também, por ser um Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado, sabemos das atribuições e das responsabilidades quando se instala e se põe em execução os trabalhos de uma CPI.

V. Exª já fez um pequeno relato, mas gostaríamos que V. Exª fizesse um relato dos acontecimentos na maternidade – até porque há Senadores que, pela primeira vez, estão vindo ao nosso Estado. Sei que V. Exª vai agir com muita hombridade, porque sabe que nessas questões a nossa responsabilidade é tamanha que, no momento em que se faz parte de uma Comissão Especial para apurar e elucidar fatos, teremos que esquecer inclusive as nossas siglas partidárias.

Então, gostaria que V. Exª nos apresentasse mais subsídios a fim de que eu pudesse elaborar as minhas perguntas, porque elas serão formuladas exatamente com base nas exposições que forem realizadas por V. Exª.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora Marluce Pinto, o que aconteceu na maternidade, em verdade, foi uma sucessão de erros e desacertos. Veja que, ainda hoje, a maternidade ainda continua com uma parte coberta de lona. Desde o início do ano, foi solicitado ao Governo do Estado um reparo no telhado. Nesse período de chuvas que tivemos de uma forma mais intensa, nos meses de junho e julho, acumularam-se, no forro, sujeira, urina e fezes de rato, e tudo isso estava caindo dentro da maternidade.

Quem tem andado na maternidade observa que no próprio berçário, nas incubadoras, há formigas, baratas e um serviço de limpeza da pior qualidade possível, executado pela Lucel na Maternidade. As coisas foram se acumulando no período de alguns meses, e não podemos, também, deixar de citar um fato com relação à ex-Administradora, Srª Sônia, que concorreu como candidata a vereadora e que foi eleita: a atual Administradora, a Srª. Idelma, disse que era a administradora de direito, mas, de fato, quem ficou nos meses de agosto, setembro e outubro, dando ordens dentro da Maternidade foi a Srª Sônia e, por isso, havia aquela interferência muito grande.

Por outro lado, os enfermeiros e médicos que ouvimos citam que, no período de agosto e setembro, houve também um número muito grande de cirurgias eletivas. Não quero dizer que esse número de cirurgias eletivas tenha chegado a causar esse problema na Maternidade. Porém, ainda hoje, continuam faltando propés, batas e lençóis. Em verdade, houve uma série de erros que foram se acumulando por omissão do Poder Público. No entanto, tudo isso serviu como contribuição, tanto que no próprio relatório da Fiocruz há a afirmação de que com água e sabão talvez se tivesse eliminado 50% dos problemas que ocorreram na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Com referência a esses enfoques realizados pela atual Administradora da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, outros funcionários chegaram a falar a mesma coisa, ou seja, que a ex-Administradora era quem ficava atuando dentro da maternidade?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – No início. Tivemos depoimentos de alguns enfermeiros que falaram a mesma coisa. Os outros seis que foram ouvidos – estes que estou falando são os que trabalham como prestadores de serviços – dizem que não sabem se havia, ou não, interferência embora constantemente a vissem por lá. Porém, não citam, taxativamente se havia esse tipo de interferência. Apenas, os dois ou três primeiros ouvidos na CPI afirmavam isso. Os demais dizem que não sabem se havia, ou não, esse tipo de interferência porque uns afirmam estarem no berçário, outros no Centro Cirúrgico e não tinham condições de informar se isso ocorria, ou não, por parte da ex-administradora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – No período da permanência de V. Exª, na CPI, a própria ex-administradora foi convocada ou convidada para prestar algum depoimento?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Houve um requerimento. Porém, não havia, ainda, prestado depoimento antes do Deputado Grossi e eu nos retirarmos da CPI. Como também não tinha sido ouvida a ex-Diretora, a Drª Odete, e o Secretário de Saúde, Dr. Sérgio Pilon(?). Havia outras pessoas e seriam os três últimos previstos a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Com referência à intromissão – porque se não era mais administradora e agia como tal – nenhum dos depoentes, aqui, da manhã e início da tarde, fizeram declarações com referência à Srª Sônia. Os fatos, aqui, expostos estão sendo referidos à falta de material, de equipamentos, que precisava ser feita uma ampliação na maternidade e, até mesmo, a aquisição, principalmente, de incubadoras. É o primeiro depoente que está falando sobre determinado assunto e, talvez, porque só tenha sido ventilado na CPI da Assembléia Legislativa.

Chamo a atenção para este assunto porque, como já falei, em decorrência dos outros fatos expostos, houve falta de material e de uma melhor assistência. Já ouvimos a ex-diretora da maternidade, que não fez nenhuma alusão ao fato.

Gostaria de perguntar se V. Exª tem a confirmação de que ex-diretora se ausentou desde abril, conforme falou a diretora dos serviços da maternidade. Porque isso nos foi comunicado nesta manhã que, a partir de abril, ela se ausentou do trabalho pois a lei exige que, a partir de 2 de abril, haja o afastamento para quem for candidatar-se.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Estou expondo a V. Exª com base nos depoimentos que ouvimos na CPI. Inclusive, todos estão gravados e cada depoimento foi encadernado e a própria Comissão poderia solicitar cópia desses depoimentos.

A Srª Idelma, atual administradora, trabalhou nas Clínicas Santa Lúcia e Santa Luzia. Foi convidada para cá, a princípio, para ficar no Hospital-Geral. Porém, foi no período em que a Srª Sônia iria se desincompatibilizar e acharam melhor colocá-la na maternidade. Mas, ela cita que não teve condições de realizar um trabalho melhor devido à interferência que existia da ex-administradora. Tanto, que ela levou cópia de todos os relatórios que elaborava, mensalmente, e colocava a questão da limpeza porque o serviço era precário.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A própria Idelma?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim. Que o serviço de limpeza era precário. Ela disse que não sabe quem encaminhava à diretora da maternidade e que providências não foram tomadas. Ela levou cópia dos relatórios, estão arquivados na CPI, onde afirma que o serviço era precário. E quando perguntaram para ela, hoje, na atual situação, ela disse que, antes, a situação era precária e que, hoje, é ruim.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, gostaria de saber se V. Exª teve conhecimento dos relatórios elaborados pela Srª Idelma. V. Exª os leu?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Participei do depoimento da Srª Idelma e li os seus relatórios. Prestei muita atenção ao trecho em que ela citava a questão da limpeza.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Em algum momento, nesses relatórios elaborados, a Srª Idelma reclama à diretora do hospital sobre a interferência da ex-administradora?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A Srª Idelma diz apenas que as condições de higiene não eram satisfatórias para que houvesse um bom desempenho da maternidade?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim. Isso é o que consta do seu relatório. Inclusive, eu a questionei: se havia essa interferência, por que ela não colocou isso no relatório e não comunicou ao Secretário de Saúde? Ela me disse que sabia que havia um relacionamento pessoal muito bom entre a diretora e a ex-administradora. Ela não queria entrar em choque com essas pessoas; se ela dissesse isso, poderia ser gerado algum constrangimento. Com isso, ela preferiu esperar passar o período de campanha eleitoral. Ela não queria colocar aquilo por escrito, até porque ela tinha sido convidada a ali estar e tinha assumido o cargo recentemente. Provavelmente, ela ficaria no Hospital Geral. Mas ela não fala sobre interferências no seu relatório. Ela fala principalmente sobre a falta de material de limpeza e sobre o precário serviço prestado pela Srª Idelma.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente e Srs. membros desta Comissão, sugiro que também convidemos a Srª Sônia a aqui prestar depoimento, para que este assunto possa ser esclarecido. Temos que conhecer as duas vertentes.

Não quero fazer avaliações precipitadas. Mas poderia ter sido alertado à diretora que o fato de ela não poder prestar o serviço no cargo que ocupava estava prejudicando o bom andamento dos trabalhos da maternidade.

Deputado Iradilson, foi mencionado aqui que o Presidente da Comissão é Líder do Governo do Estado e que o Relator é o Vice-líder. Foi dito que V. Exª só fez parte da Comissão por que houve uma concessão por parte de membros de outras siglas partidárias. Falo isso sem nenhum constrangimento, até porque já disse inicialmente que estou isenta nesta Comissão. Apesar de eu fazer parte do mesmo grupo político, a minha missão nesta Comissão não é a de fazer avaliações ou concessões a quem quer que seja. Mas, devido aos meus princípios, não estarei nesta Comissão, principalmente como Relatora, para fazer acusações precipitadas ou para aceitar certas argumentações.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exªs, sem entrar no mérito geral das questões. Já houve uma época em que, nesta mesma Assembléia Legislativa, V. Exª foi Relator, mesmo sendo minoria. O atual Presidente desta CPI, como autor de um requerimento que pedia fosse instalada anteriormente uma CPI na Assembléia, participou desse processo. Naquela época, achei isso muito esquisito.

Por isso, hoje, não posso entrar no mérito da questão. Muito embora não queira entrar em detalhes, gostaria de perguntar isso a V. Exª, com muito respeito, para podermos chegar à conclusão de que, dependendo do momento, são feitas determinadas avaliações.

Como V. Exª divide essas coisas? Como V. Exª faz uma avaliação justa e correta a esse respeito, se, em outras épocas, foi instalada uma CPI em que os critérios das escolhas não foi realizado de acordo com o Regimento da Casa? V. Exª poderia responder a essa pergunta?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora Marluce Pinto, sem dúvida alguma, isso ocorreu em outras oportunidades. Inclusive, participei, como Relator, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Naquela época, o atual Presidente dessa CPI, o Deputado Édio, a quem admiro e respeito – S. Exª é um grande Parlamentar -, foi o Presidente de uma CPI e eu fui o Relator em função de que alguns Deputados da Bancada de situação não quiseram fazer parte daquela Comissão. Inclusive, S. Exªs não quiseram assumir a Presidência ou a Relatoria daquela CPI. Essa foi a razão de S. Exª ter sido o Presidente e eu o Relator. Na votação, S. Exª foi o único a se candidatar a Presidência da Comissão. Isso ocorreu também agora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Na mesma Legislatura, foram designados os mesmos membros, embora tenha havido trocas de siglas partidárias. Parece-me que apenas um membro foi substituído.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Dois membros desta Comissão não participaram daquela CPI: os Deputados Gelson Rannier(?) e Chico Guerra.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Não estou-me reportando à inclusão deles na CPI. Quero dizer que, na mesma Legislatura, os mesmos membros compõem a Assembléia Legislativa. Estou falando isso sem nenhuma aresta.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sem dúvida.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Apenas gostaria que os fatos fossem elucidados. V. Exª sabe, tanto quanto eu, das nossas responsabilidades.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sem dúvida, Senadora Marluce Pinto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Atualmente, na Assembléia Legislativa, há uma CPI. A nossa Comissão não é uma CPI, mas sim uma Comissão Especial.

Sou responsável perante o Senado, os membros desta Comissão e os técnicos, mas a minha maior responsabilidade é para comigo mesma, para com a minha consciência. Gostaria de elucidar esses fatos por esse motivo.

No jornal que faz oposição ao Governo do Estado, têm sido publicadas críticas, que podem até ser construtivas, em relação à forma como foram designados os membros desta Comissão. A minha colocação se prende a isso. Quero sair daqui consciente disso.

Em outras épocas, houve concessões, e, atualmente, V. Exª relata que dois Partidos fizeram concessão para que V. Exª pudesse fazer parte desta Comissão. Eu queria estar bastante consciente do que ocorreu. Atualmente, não tenho condições de fazer nenhuma análise dos fatos que ocorreram e que estamos querendo elucidar. Mas, dentro de muito pouco tempo, temos que elaborar um relatório. Tudo que está sendo dito aqui está sendo gravado. No nosso relatório, V. Exª sabe que temos a obrigação de considerar todos os fatos que forem narrados nesta Comissão.

Deputado Iradilson Sampaio, V. Exª é bastante antigo no Estado. V. Exª é muito jovem, mas a permanência de V. Exª no Estado é anterior a minha. E já estou no Estado há quase 18 anos.

Muitas vezes, sabemos o porquê das ocorrências, mas moramos muito longe do poder central. Sabemos que as verbas são pequenas e que, num certo momento, podemos fazer uma análise dos fatos e chegarmos a uma determinada conclusão, e que, com o passar do tempo, pode-se chegar à conclusão de que erramos nas nossas colocações.

Eu queria que V. Exª fizesse uma análise muito minuciosa e consciente dessas questões, esquecendo-se, neste momento, até mesmo da sua sigla partidária e tomando como base a sua experiência no nosso Estado.

Já falei a respeito do distanciamento do nosso Estado em relação ao poder central e das dificuldades que enfrentamos até para fazer a contratação de profissionais da área. V. Exª lembra muito bem que, na administração anterior, quando foram contratados cubanos, peruanos e bolivianos, houve muitas críticas. Talvez, naquela época, V. Exªs executaram essas contratações por acharem que as mesmas eram justas, uma vez que não acompanhavam a peregrinação da administração anterior, que queria fazer a aquisição de médicos especializados em certas áreas que não existiam em nosso Estado. Ocorreu até mesmo a aquisição dos equipamentos – que V.Exª sabe que foram adquiridos, os tomógrafos, os aparelhos para fazer exame cardiológico -, pois não tínhamos aqui quem os operasse. Tenho certeza de que, se isso hoje acontecesse, V.Exª já não faria aquelas mesmas colocações, pois já está consciente da necessidade de contratação de médicos até estrangeiros para suprir a necessidade de médicos brasileiros nesta região.

É baseada na certeza de que V.Exª vai ser um grande colaborador para esta Comissão, que gostaria de saber como que V.Exª qualifica a responsabilidade de técnicos. Já ouvimos muito, até o problema de energia elétrica foi mencionado e sabemos que é um fator, não digo predominante, mas que provocou, talvez, uma infecção mais aguda, que veio ocasionar a crise que enfrentamos no nosso Estado e que, com muito sentimento, estamos fazendo este trabalho para que não venha mais a ocorrer. Espero um relato de V.Exª, de acordo como dita vossa consciência.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, V.Exª pode ter certeza absoluta de que todas minhas colocações independem de ser Deputado de situação ou de tal sigla partidária. Jamais. Até mesmo porque, como se diz, a gente passa e as instituições ficam. Tenho plena convicção e certeza da responsabilidade e da seriedade com que V.Exªs irão conduzir os trabalhos desta Comissão.

Na minha visão, o que existe na atual administração é pouca sensibilidade para os problemas de saúde, educação e segurança pública. Veja que o

Governo tem dado uma certa ênfase às reformas, à construção de prédios. Se constrói, se compra barcos-hospital por uma fortuna e ficarão ociosos. O Governo comprou um barco-hospital por quase R$1 milhão para colocar no Baixo Rio Branco, quando os problemas de saúde continuam acontecendo na capital. Precisa-se de mais métodos – todos nós temos consciência disso – precisa-se investir mais em material hospitalar, em medicamento, na qualidade de pessoal, fazer concurso público para contratar pessoal, treinar pessoal.

Veja, por exemplo, essa Comissão de controle de infecção hospitalar. Nunca se tinham reunido. A Comissão foi criada no início do ano, não existe portaria, nenhum dos membros foi ouvido. Sei que fazem parte da Comissão, mas nunca vi portaria. Não sei quem foi que nomeou. Receberam algum treinamento? Não. Veio alguém para capacitá-los? Não.

Está se investindo muito. Por exemplo, construiu-se recentemente o hospital em Alto Alegre por R$1,2 milhão, quando as coisas continuam acontecendo. Digo isso constantemente na tribuna da Assembléia Legislativa, porque temos acompanhado a situação da saúde no interior, onde falta até ambulância. Quem entra num hospital desses está fazendo um vestibular para ir para outro mundo, porque faltam seringas e medicamentos. Não me sinto bem em ir à tribuna fazer esse alerta; pelo contrário, sinto-me constrangido em apontar essas dificuldades que as comunidades, principalmente do interior, vêm enfrentando. Se existisse, por exemplo, mais sensibilidade, até mesmo porque pelo número de médicos que temos hoje em Roraima, excelentes profissionais...

Quando começou a acontecer o problema, sugeri que o Governo nomeasse uma comissão de alto nível de cinco médicos para fazer uma avaliação do que aconteceu, não só na maternidade, mas no sistema de saúde como um todo no Estado. Se tivessem afastado a diretora, o secretário, tomado algumas providências para que essa comissão analisasse com isenção, como também já disse, a própria Comissão Parlamentar de Inquérito...

O objetivo não é termos que punir. Pelo contrário, a Comissão pode, inclusive, trazer uma série de sugestões, por meio de um relatório, para melhorar o sistema de saúde. Como falei, tenho 21 anos aqui e não vou embora. Torcemos para que as administrações dêem certo, tanto que, em muitos e muitos projetos de iniciativa do Poder Executivo, sou favorável. Entendo que são bons para a sociedade e voto favorável.

Quando penso que algum projeto pode dar prejuízo, vou para a tribuna e manifesto-me contrário. Agora não sou contra tudo, nem todos, de forma nenhuma. Percebo que o Governo tem investido mais em prédios, em reformas, e o essencial foi esquecido. Se formos em qualquer um dos hospitais, veremos que faltam batas, pró-pé, gorros, lençóis, que são, realmente, o mínimo que se pode ter em uma unidade de saúde.

Senadora Marluce Pinto, essa é a minha visão. V. Exª me conhece, sabe que sou um homem mais de interior, viajo muito para essas localidades e, com bastante tristeza, o que vejo acontecer no interior é isso. Em relação à maternidade, as coisas foram se acumulando.

Se a ex-Diretora, Drª Odete, sentiu que não tinha apoio, ela deveria ter entregado o seu cargo. Sem dúvida nenhuma, dizem – e eu sai da CPI antes de ela ir depor – que há uma série de ofícios em que ela pede material, melhorias, reforma que não aconteceram. Se as coisas não estavam acontecendo, ela deveria ter se afastado do cargo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, no decorrer do surto de infecções, V. Exª teve a oportunidade de ir à maternidade como visitante ou por necessidade de ver algum filho de amigo seu que lá estivesse?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não. Só fui à maternidade no instante em que foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito, e fomos informados que a atual Diretora, Drª Francinéia, havia sido ...Quando foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito, fui à maternidade.

Durante o período mais crítico, não fui lá até porque a minha presença, dentro da maternidade, não contribuiria em nada. Alguns pais e mães de família nos procuraram e relataram os acontecimentos, e formos informados também pela Imprensa. Ir à maternidade só para dizer que fui ver a situação, não contribuiria com absolutamente nada.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Antes de a imprensa local e nacional haver divulgado esses fatos, já era do conhecimento de V. Exª que tinha aumentado o número de óbitos de crianças?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não, não era do meu conhecimento que tinha aumentado o número de óbitos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Eu gostaria de saber, não porque queira dizer que V. Exª tinha que saber, mas como morador daqui, há tanto tempo, sendo um Deputado Estadual, o porquê de os coveiros começarem a abrir, como foi relatado aqui, mais de 80 covas. Isso foi mostrado na televisão.

Apesar do pouco tempo que tenho para ver televisão, até mesmo naqueles horários que eu teria obrigação de assistir, mas, em decorrência dos nossos trabalhos parlamentares, em Brasília, na maioria das vezes, perco até o Jornal Nacional, mas tive a desagradável surpresa de ver, na televisão, aquela fila enorme de covas abertas. Não achei justo, porque é deprimente para o nosso Estado. Não que se queira omitir alguma coisa. Quando se chega numa situação como essa, tem que haver um trabalho transparente. Será que não houve qualquer advertência para que os coveiros fizessem aquele trabalho? V. Exª nunca ouviu, em qualquer depoimento que V. Exª tenha participado, que teria havido alguma advertência para o surto de infecção ou se os próprios coveiros abriram as covas achando que morreria grande quantidade de pessoas?

Sinceramente, digo, não apenas como política, mas como ser humano, que, até hoje, não aceitei essa abertura antecipada das covas como um procedimento muito natural. Será que V. Exª, como conhecedor de quase toda comunidade, principalmente a classe média de Roraima e o povo dos bairros periféricos, não teve conhecimento, pelo menos informalmente, do porquê dessa atitude dos coveiros?

Fui muito interrogada, em Brasília, por colegas e por outras pessoas, sobre aquela antecipação. Realmente, foi muito deprimente para o nosso Estado. Aquele procedimento não depõe só contra o Governador, depõe contra todos nós.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sinceramente, não tenho condições de informá-la. Das pessoas que ouvimos, ninguém chegou a comentar o número de covas abertas. Das funerárias, pedimos todos os atestados de óbitos de janeiro para cá, mas, se houve orientação por parte de alguém que trabalhava ou não na maternidade, que talvez fizesse ou não parte do Governo, ou se foi iniciativa da administração do cemitério, realmente não sei. Não tenho conhecimento nenhum desse fato, Senadora Marluce Pinto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Foi divulgado um número de 80 até mesmo para as mortes, que foram 36 naquele período. Se fossem duas, três mortes, o que seria normal acontecer no dia seguinte, talvez o coveiro quisesse ganhar tempo, mas era um grande número de covas.

Lembrei-me disso, porque, desde o dia em que assisti à reportagem, achei que era um ato um tanto irresponsável. Pode ter sido feito sem nenhuma intenção, pode até ser que a pessoa que tomou essa decisão nem julgasse o quanto isso poderia ser deprimente para o nosso Estado e que ele seria levado para a opinião pública.

Se fosse um acontecimento que tivesse passado na televisão somente aqui no nosso Estado, mas o foi no Brasil inteiro e, talvez, em outros países onde a nossa televisão chega. Foi um ato que depõe contra o nosso Estado.

Estou satisfeita com as respostas de V. Exª. Realmente, não tenho mais nada a lhe interrogar, porque, V. Exª não sendo um profissional da área de saúde, os fatos relatadas por V. Exª já nos satisfazem como Parlamentar que fazia parte da CPI da Assembléia Legislativa.

Volto a palavra ao nosso Presidente para que ele possa franqueá-la a quem tiver interesse em fazer uso dela.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto a Senadora Sandra Guidi se quer fazer algum questionamento.

Concedo a palavra à Senadora Sandra Guidi.

A SRª SANDRA GUIDI – Deputado Iradilson Sampaio, eu gostaria de um esclarecimento acerca de algumas afirmações que V. Exª prestou. V. Exª disse que o Governo do Estado não tem dado um atendimento satisfatório, tem pouca sensibilidade – foram as suas palavras – para a área de saúde, mas V. Exª também afirmou em seguida que o Governo comprou barco-hospital, construiu um hospital. Eu gostaria que V. Exª esclarecesse isso.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, na minha visão, é superfaturada a compra e a montagem de um barco-hospital, que custou quase US$1 milhão. Não havia necessidade de um barco-hospital para atender o baixo Rio Branco, porque lá não existe nenhum médico. Por que se montar um barco hospital e mandá-lo para uma região onde não existe hoje nenhum médico?

Por outro lado, em 1994, o ex-Governador, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, no mês de outubro ou novembro, se não me engano, construiu um hospital em Pacaraima, que custou US$400 mil. Em ja-

neiro do ano passado, foi construído um hospital semelhante àquele, no município de Alto Alegre, que saiu por US$1,2 milhão, portanto, três vezes mais caro.

Não estava havendo inflação no País; se o hospital de Pacaraima, construído pelo Brigadeiro, saiu por US$400 mil, por que, depois de quatro ou cinco meses, outro, com a mesma planta, construído no mesmo Estado, custou US$1,2 milhão?

Talvez não haja aquela necessidade ou preocupação de estar comprando medicamento, bata, gorro e lençóis. Nós denunciamos ao Ministério Público; para mim trata-se de obras superfaturadas.

Investe-se mais em reformas e construções, do que no essencial, no básico, como a compra de medicamentos. É o caso desse barco-hospital, que custou US$1 milhão e está no baixo Rio Branco sem servir absolutamente para nada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Deputado Iradilson Sampaio, ao longo do tempo, tem feito essas denúncias, questionado o Governo do Estado e pedido informações sobre essas questões, mas me parece que não tem recebido informação.

Perguntaria se chegou algum tipo de resposta sobre os investimentos e a manutenção do Governo do Estado na área da saúde.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não; todos os requerimentos de informação que tenho apresentado à Assembléia Legislativa têm sido negados.

A mim tem sido negado, como Parlamentar, o direito de informação, para julgar, com isenção e seriedade, os atos do Governo. Nenhum dos requerimentos que apresentei até hoje – são mais de 40 – foi aprovado pelo Plenário da Assembléia.

Conforme me assegura a Constituição, tenho entrado com o pedido de informação como cidadão, mas S. Exª nunca respondeu a nenhum.

Encaminhei a denúncia ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas; entrei, inclusive, com algumas ações populares, mas, até hoje, tudo continua como no início da legislatura e do governo. Nenhuma informação recebi, e nenhuma ação popular prosperou.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Queria registrar à Comissão que convidamos o Deputado Iradilson Sampaio e o Deputado Grossi, que é médico e infelizmente está viajando.

Penso que o Deputado Grossi poderia dar um depoimento importante, já que o Deputado Iradilson Sampaio é oposição ao Governo do Estado.

Quando se toma a posição de sair da CPI por considerá-la tendenciosa, pode-se imaginar que se trata, simplesmente, de mais um gesto de oposição ao Governo do Estado. No entanto, o Deputado Grossi é do PMDB, foi eleito ao lado do Governador e é extremamente sério, de muita responsabilidade. Pode ser de outro segmento político, mas, na verdade, é uma pessoa que sempre foi respeitada pelo trabalho sério que realiza.

O Deputado Grossi pode, em seu depoimento, dizer o porquê de sua saída da CPI, assim como o Deputado Iradilson Sampaio. Essa é uma questão grave.

Trouxemos os dois Deputados aqui exatamente para caracterizar que tipo de postura esta CPI está tendo no sentido de direcionar para outro lado de apurações a questão da morte das crianças. Na verdade, não estamos querendo imputar nem sim, nem não ao Governador ou ao Secretário; queremos que seja uma averiguação isenta.

Na verdade, pelas informações que temos recebido, pelas denúncias que temos recebido, vemos que se está querendo impor, e vou perguntar ao Deputado se houve ou se S. Exª notou algum tipo de pressão sobre as pessoas que depuseram, enfim, se S. Exª notou algum tipo de tendência no sentido de se responsabilizar simplesmente a ex-Diretora, Odete Domingos, e a ex-Diretora Administrativa, Drª Sônia, pelo ocorrido, quando, a nosso ver, essas questões, em tese, são muito mais amplas.

Na verdade, há ainda a questão do não envio de recursos para a Maternidade; nenhuma autonomia administrativa para a direção da maternidade; há essa questão, levantada aqui e que denunciamos à imprensa, do superfaturamento de obras e da corrupção que campeia no Governo do Estado no tocante aos gastos públicos. E, neste caso, está direcionado o porquê de se construir um hospital novo e de não se dar o mínimo de condições de funcionamento aos hospitais antigos. Na verdade, embora a saúde esteja sendo sucateada no seu funcionamento, a cada dia ganha um prédio novo. Por quê? Porque, no prédio, é mais fácil se fazer acertos políticos.

Então, como essa questão é grave, vamos encaminhar junto à Comissão de Sindicância também esse levantamento. Vamos, inclusive, dirigir indaga-

ção nesse sentido ao Secretário de Saúde, que já está presente, dentro em pouco.

Contudo, eu gostaria de perguntar ao Deputado Iradilson Sampaio se o gesto de S. Exª se deveu a esse tipo de pressão; se S. Exª verificou alguma forma de pressão sobre os funcionários; bem como se sabe por que o Deputado Grossi saiu da CPI: se foi pelo mesmo motivo ou se o Deputado explicitou em algum momento o motivo de sua saída.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sr. Presidente, no início, cheguei a colocar que uma parte ou a maioria das pessoas que estão sendo convocadas para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito são pessoas que trabalham por serviços prestados. Então, quando chegam lá, já se percebe o medo de falar. Tanto é verdade que, para uma das depoentes, cheguei a perguntar se ela conhecia pessoalmente o Secretário de Saúde, ao que ela me respondeu que não. Perguntei se ela saberia informar se o Secretário freqüentava aquela unidade de saúde. Ela pensou um pouco e disse: "Quase toda semana, eu o vejo lá". Eu disse: Mas você acabou de afirmar que não o conhecia pessoalmente. Como pode afirmar que toda semana ele está lá. Ela disse: "Eu não o conheço pessoalmente de bater papo".

Na verdade, nós que temos a preocupação de apurar os fatos com isenção e com seriedade, eu pelo menos até me sentia constrangido em fazer determinado tipo de pergunta a pessoas que para ali iam com medo de perder o emprego e talvez até orientadas sobre o que deveriam falar, uma vez que, como prestadores de serviços, sabemos, infelizmente, têm medo de perder o emprego.

Por outro lado, algumas pessoas que entendíamos deveriam vir depor, quando chegávamos a propor, votavam contra que viessem depor, apresentando uma relação de 10, 12 enfermeiros prestadores de serviços e que deveriam vir depor – e o requerimento era aprovado.

Então, a meu ver, talvez fazendo parte da Comissão – claro que não seríamos obrigados a assinar o relatório -, até poderíamos impedir que se cometesse alguma injustiça em relação a funcionários mais humildes que trabalham naquela unidade de saúde, e até gerando constrangimento, porque entendo que a culpa não seria daqueles humildes enfermeiros que lá estão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado, o Relator da Comissão, Deputado Chico Guerra, chegou a dizer, parece-me, em discurso ou em reunião, que os responsáveis pelas mortes seriam os médicos de Roraima.

Pergunto se V. Exª teve conhecimento desse fato, se houve essa colocação, bem como a colocação do Presidente da Comissão, Deputado Édio Vieira Lopes, de que haveria na Maternidade um comitê eleitoral, com a participação da Drª Odete, do Deputado Alceste Madeira, que foi ouvido aqui. Enfim, eu gostaria de saber se houve esse tipo de direcionamento no sentido da pessoa do Dr. Alceste e da Drª Odete nessa questão eleitoral e também quanto à culpabilidade dos médicos da Maternidade.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim, esse direcionamento houve e está havendo. Inclusive uma das propostas do Relator é que os Parlamentares que são médicos não possam mais fazer cirurgias nem atendimento nas unidades de saúde do Governo. Essa é uma das propostas do Relator, Deputado Chico Guerra, que, inclusive, sempre insistia em uma determinada pergunta, qual seja, se o enfermeiro tinha conhecimento de que um determinado médico operava nu, despido, dentro da maternidade, quando ia fazer cesarianas, laqueaduras. Ele disse que recebeu informações que havia um médico que, às vezes, dizia que estava cansado... Eu particularmente nunca tinha ouvido falar nisso, só na CPI. Não sei a quem ele se referia, mas a todos os enfermeiros e enfermeiras que vieram depor ele fez esse tipo de pergunta. Então, observamos uma tendência muito forte no sentido de colocar a culpa nos médicos, principalmente naqueles que são parlamentares e na ex-Diretora.

Há uns vinte dias atrás, inclusive, ventilou-se que o Governador do Estado estaria baixando uma portaria proibindo os médicos parlamentares de atender no Hospital Geral e na Maternidade. Essa portaria não chegou a ser publicada, mas houve comentários nesse sentido, ou seja, de que até mesmo antes da conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito o Governador iria se antecipar e baixar uma portaria.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria, para finalizar, se o Deputado Helder Grossi chegou a externar por que estaria saindo da Comissão, ou se S. Exª trocou idéias com V. Exª sobre a questão.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Tenho conversado constantemente com o Deputado Helder Grossi, porque ele é um profundo conhecedor da questão da saúde aqui no Estado.

Quando comuniquei que estaria me retirando, ele me disse que se retiraria também, porque estava vendo a forma tendenciosa de se culpar os médicos e a ex-Diretora como os únicos culpados pelo que aconteceu no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré. Ele ia deixar de participar por isso, porque tinha certeza de que, no final, não ia chegar a assinar o relatório pela forma tendenciosa como sentia as coisas. Até mesmo alguns requerimentos dele, pedindo que algumas pessoas viessem à Comissão para serem ouvidas, também não foram aprovados. Essa também foi uma das razões que o levou a sair da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria ainda se V. Exª confirma que tanto o Dr. Helder quanto o Dr. Lúcio Távora, dois médicos – o Dr. Lúcio é Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa – têm feito, desde o início do ano, reiteradas denúncias e reiterados pronunciamentos acerca da situação em que a saúde do Estado se encontrava e se encontra ainda na atual administração.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sem dúvida nenhuma. Tanto o Deputado Lúcio como o Deputado Helder, até por serem mais conhecedores da questão da saúde no Estado do que eu, como médicos, vivenciando o dia-a-dia da saúde – o Deputado Lúcio sempre atendendo na Maternidade e o Deputado Helder, no Hospital Geral – já haviam previsto esse problema de há muito tempo, fazendo mesmo vários pronunciamentos nesse sentido desde o início deste ano. Se se consultar as atas da Assembléia Legislativa, com certeza, irão detectar que muitos pronunciamentos foram feitos, de fevereiro para cá, denunciando o caos da saúde no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria ao Senador João França se S. Exª gostaria de fazer algum questionamento.

O SR. JOÃO FRANÇA – Apenas um questionamento.

Deputado Iradilson Sampaio, eu gostaria apenas de saber de V. Exª se essa pessoa a que V. Exª se referiu, que esteve presente à CPI e fez um depoimento dizendo que não conhecia o Secretário de Saúde, estava sendo pressionada para não falar, senão iria perder o emprego.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim.

O SR. JOÃO FRANÇA – Quem estaria pressionando ele? Seria o Secretário? Quem poderia estar pressionando essa pessoa para ela ter medo de realmente falar alguma coisa na Comissão?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Olhe, Senador, não tenho condições de responder a pergunta de V. Exª, até mesmo porque, se uma pessoa está sendo pressionada, ela dificilmente vai dizer quem a pressionou. Jamais seria irresponsável e injusto em dizer que esse tipo de pressão partiu de algum Deputado ligado ao Governo e outras pessoas, que partiu da atual diretora da maternidade ou que partiu do Secretário de Saúde. Realmente, não tenho condições de lhe responder, realmente não sei.

No entanto, é claro, visível, e é tanto que a Comissão de Direitos Humanos da OAB – até foi um requerimento meu – estava participando dos trabalhos e desde o início percebeu, isso de forma muito clara, que as pessoas iam depor com muito medo.

É tanto que a primeira pergunta que faziam, sobre se eram funcionários de serviços prestados ou se eram do quadro, muitas vezes deixavam de fazer, porque tenho certeza absoluta de que a pessoa não respondia de acordo com aquilo que gostaria de responder. No entanto, ficava preocupada com que, posteriormente, pudesse haver alguma represália.

O SR. JOÃO FRANÇA – Não resta a menor dúvida que sempre temos conhecimento dessas irregularidades nos meios políticos, mas é um caso sério que poderíamos ver para ter conhecimento.

Acredito que não está certo esse tipo de pressão para que um pequeno funcionário seja obrigado a fazer um depoimento diferente daquilo que é seu desejo de falar.

Portanto, Deputado, quero agradecer a V. Exª e parabenizá-lo, e, conhecendo V. Exª bem há muitos anos aqui nesta Casa, acredito que V. Exª saiu da Comissão, porque, realmente – como V. Exª falou -, não poderia estar lá sem poder fazer nada pelas pessoas, que lhe cobravam e V. Exª não tinha condições de fazer alguma coisa por elas.

Portanto, quero parabenizar V. Exª pelo seu depoimento.

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria se a área técnica quer fazer alguma pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Deputado, a Comissão não encerrou os trabalhos ainda?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A Comissão contou com algum assessoramento técnico, como médicos, enfermeiros, epidemiologistas, para fazer o seu trabalho? A Assembléia Legislativa colocou isso à disposição da Comissão?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não, não colocou.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - A Comissão teve acesso ao relatório da Vigilância Sanitária, que investigou o surto na maternidade no mês de outubro?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim. O relatório da Fiocruz nós temos.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Não, o da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde, o primeiro relatório.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Temos conhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – E o Senhor sabe nos informar qual é a conclusão desse relatório?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Olhe, o que o relatório cita é, principalmente, a questão da falta de limpeza no Hospital, dentro da maternidade. É tanto que, tanto o da Fiocruz como esse relatório que foi feito pelo pessoal da Vigilância Sanitária são taxativos em dizer que, se houvesse água e sabão, talvez 50% do problema tivesse sido amenizado dentro da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Essa é a conclusão, então, da Vigilância Sanitária, é isso?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Eles acham que essa é a causa do surto de infecção.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Que tenha sido o principal causador da infecção hospitalar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria ao Deputado Iradilson Sampaio se ele quer fazer mais alguma colocação ou agregar alguma coisa ao que já disse.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sr. Presidente, eu só quero deixar claro para V. Exª, para a relatora e para os dois membros, assim como para a área técnica, que me colocaria à disposição, e todas as opiniões que aqui emiti podem ter certeza absoluta de que foram com a maior franqueza possível. Jamais teria a intenção de prejudicar. Bem pelo contrário, sempre digo que passamos, e as instituições ficam. Procuro zelar pela instituição da qual faço parte, que é a Assembléia Legislativa. Então, só tenho a agradecer essa confiança que o Deputado...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado, solicito um aparte, por favor.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Pois não, Senadora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª falou que o Deputado Helder Grossi e V. Exª deixaram a Comissão.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Certo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Já oficializaram a desistência?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Oficializamos há mais de dez dias. Mais precisamente no dia 19, oficializamos para o Presidente da Assembléia, que, depois, nos chamou e nos pediu para que reconsiderássemos. Falei para ele que não voltaria, expliquei-lhe as razões, o Deputado Helder Grossi também, e ele ficou de indicar mais dois membros, que seriam a Deputada Aurelina Medeiros e a Deputada Zenilda Portela. Pelo menos pelo que ouvi, até ontem esses dois membros ainda não tinham sido indicados para compor a comissão parlamentar de inquérito.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Muito obrigada.

Agradecemos aqui a sua presença, e, se porventura, essa relatoria, os membros da Comissão e a Presidência sentirem que haverá necessidade do seu retorno, conforme colocou-se à disposição, pode ter a certeza de que nós o faremos.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença do Deputado Iradilson Sampaio e dizer que a sua participação foi muito importante para clarificar algumas questões importantes da nossa investigação. Reiteramos a condição de que, a qualquer momento, se ele puder agregar qualquer nova informação à Comissão, ela estará aberta para recebê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dando prosseguimento à sessão de hoje, vamos ouvir o Secretário de Saúde, Dr. Sérgio Pilon.

Dr. Sérgio Pilon, a Comissão de Sindicância do Senado está aqui no intuito de fazer levantamentos e esclarecer, pelo menos dar parte no sentido do esclarecimento da questão da morte das crianças do Hospital-Maternidade Nossa Senhora de Nazaré.

Antes de passar a palavra aos Senadores, facultamo-la a V. Exª, se quiser fazer algum tipo de colocação, algum tipo de comentário, comentar sobre essas questões, sobre o andamento do caso. Na verdade, acho que serve de subsídio para que as perguntas possam ser feitas mais diretamente, e possamos até ganhar tempo nessa questão.

Então, fique à vontade.

O SR. SÉRGIO PILON – Senador Romero Jucá, Senadora Marluce Pinto, Senador João França, Senadora Sandra, a maioria já conhece a realidade da saúde no Estado de Roraima. Na Comissão dos Deputados Federais, fiz um breve relato da situação de saúde em Roraima. Não sei se seria conveniente usar uns cinco minutos para relatar.

O Estado de Roraima, vocês sabem, é um Estado novo, recentemente formado, recebe uma grande quantidade de migrantes – basicamente tem um crescimento que varia de 5 a 7% –, basicamente vindos do Maranhão e do Pará. É uma população migrante, que chega diariamente e fica principalmente na região do Sul do Estado, ao longo da RR-170, de Roraimópolis, aí no eixo da BR-174. É uma população pobre, carente. Fizemos uma pesquisa que constatou que, em 90 dias, 40% dessa população cai na rede. Aqui no Estado de Roraima, basicamente, a rede é toda estadualizada. Temos hospitais em todos os Municípios, e o Estado absorve praticamente 95% do atendimento à saúde. O SUS pega uma parceria União-Estados-Municípios. Entretanto, aqui no Estado essa parceria efetiva não existe, porque, para vocês terem uma idéia, o orçamento de um Município do interior, antes do desmembramento, era em torno de R$120 mil, e, para a manutenção de uma unidade de saúde, gastamos em média isso só com recursos humanos, fora a manutenção da unidade. Então, os Municípios não querem nem ouvir falar em discutir parcerias na área de saúde. Este ano estamos querendo induzi-los a pelo menos participar do planejamento, da definição de prioridades nesse nível. Mas o Estado acaba bancando todas as unidades de referência, o atendimento ambulatorial e o atendimento primário. Os Municípios do interior, praticamente zero. A capital absorve uns 10%. E nós, inclusive, além de atendermos a essas unidades de referência, que são o Hospital Geral, a Maternidade, o Hemocentro e o Laboratório Central, temos que expandir a rede de centros de saúde. Recentemente, inauguramos o centro de saúde da Pintolândia e hoje fazemos mais de 400 atendimentos/dia. Então, isso representa um custo bastante elevado para nós, além dos outros problemas que vêm associados às migrações.

Hoje, por exemplo, a grande imprensa nacional divulgou esse caso, e queríamos até, na época, que eles dessem outra ênfase também ao estado de saúde e à situação endêmica de Roraima, porque temos acompanhado um crescimento elevado dos casos de malária, ocasionados por essas migrações. Eles vêm, ficam nas vicinais, fazem derrubadas e geram novos focos de malária. Temos, de 1993 para 1995, um crescimento de 16 para 39 mil casos de malária. Isso é resultado dessas migrações de população, que entram nas matas, derrubam-nas e criam novos focos de malária. É uma situação incontrolável. O tratamento de malária não é para se fazer dentro da rede. A pessoa pega malária – uma pessoa desnutrida, pobre, carente –, e o hospital acaba sendo uma unidade social. Ela fica internada de 10 a 12 dias, tomando soro, recebendo medicação e alimentação. Isso sobrecarrega, inclusive, a nossa rede, e não temos a mínima condição de expandi-la.

Outra questão que apareceu recentemente foi a da dengue, que possivelmente tenha entrado pela Venezuela, onde há 26 mil casos de dengue. Houve 5 mil casos de dengue hemorrágica, e já faleceram mais de 120 pessoas na Venezuela. O **aedes aegypti** deve ter entrado pela fronteira, e nós tivemos, em agosto, um começo de surto de dengue em Roraima.

Houve a internação do Estado, através do Ministério da Saúde, começou a fazer várias reuniões para discutir um plano macrorregional a ser implantado em março do ano que vem. O Estado pensava que, se fosse esperar as reuniões do Ministério da Saúde, isso seria realmente um caos, pois já estávamos com mais de 100 casos de dengue. Realmente, entramos também nessa guerra.

Estamos ainda fazendo uma parceria com os Municípios na questão da malária. Estamos descentralizando e contratamos alguns agentes comunitários dos próprios Municípios, onde estão agindo de forma descentralizada.

Em relação à manutenção da rede, temos a maternidade. Para que V. Exªs tenham uma idéia do custo de se manter uma unidade de saúde, em

1991, o Brigadeiro Ottomar tentou trazer alguns profissionais especializados para Roraima e não obteve muito êxito. Trouxe alguns cubanos, que ficaram algum tempo aqui e, depois de alguns problemas junto ao CRM, tiveram de voltar.

Temos tentado trazer profissionais de nível superior para Roraima. Para que V. Exªs tenham uma idéia, no ano passado, contratamos todos os currículos médicos e enfermeiros que se apresentaram no Estado, a fim de aumentarmos a capacidade de recursos humanos e interiorizarmos as ações de saúde. Ainda há cidades do interior que não têm enfermeiros formados, porque não há disponibilidade de mão-de-obra para o interior.

No ano passado, o salário médio de um médico, que era de R$750,00, foi elevado para R$2.500,00. Pagamos mais 50% pela interiorização, para tentar atrair mão-de-obra especializada. Não conseguimos. Atraímos para o interior basicamente peruanos, colombianos, estrangeiros em geral. Temos, no interior, a maior parte da mão-de-obra regularizada, mas estrangeira. E, na capital, tentamos trazer especialistas de São Paulo. Trouxemos 20 e atualmente temos 13, apesar de terem um salário médio de R$5.000,00 a R$6.000,00, porque eles ganham R$2.500,00, mais 16 a 20 plantões – os especialistas –, o que dá um salário médio variando entre R$5.500,00 a R$6.000,00. Mesmo assim, não conseguimos segurá-los. Estávamos procurando epidemiologistas e infectologistas. Vieram três, mas ficou apenas um, que preservamos no Hemocentro, o Dr. Mauro, que cuida do banco de sangue.

Então, realmente, é uma dificuldade muito grande atraírem-se profissionais especializados. Há profissionais que vêm com formação, mas, mesmo assim, contratamos e tentamos redistribuí-los na rede, colocando-os no interior, mas temos um problema bastante grave em relação a isso.

Em relação aos investimentos em saúde, o Estado hoje gasta basicamente R$2,1 milhões com folha de pessoal e serviços prestados; em torno de R$200 mil com cargos comissionados, o que dá, em média, R$2,2 milhões. Então, temos uma despesa relativamente grande.

Contra o faturamento do sistema de saúde, e por isso estamos questionando na Amazônia e nas reuniões de secretários o atual modelo, que é um modelo que não está sendo apropriado, principalmente para os Estados pobres. Por quê? Porque é um modelo que paga por procedimento. O atual modelo paga por procedimentos médicos e perverte, porque os Estados recebem pouco e investem muito pouco na medicina preventiva. Quer dizer, todos os Estados hoje, os Estados do Centro-Sul do País, sobrevivem com recursos do SUS, do faturamento de sua rede e aqui em Roraima o nosso teto máximo é R$611 mil por mês.

Então, chegou um tempo em que perguntavam se havíamos fechado os hospitais. Não se digitava mais nem as RH. Não se cobrava nem uma RH, porque só o SIA já chegava a R$611 mil, o atendimento ambulatorial. Então, desse valor, é distribuída uma parcela para a Prefeitura de Boa Vista; outra para o Sesi; outra para a Fundação; outra para o Exército, para as unidades prestadoras de serviço. O Estado fica, em média, com R$370 a R$400 mil por mês, e esse recurso é jogado na rede.

Então, para que se tenha uma idéia, até houve uma denúncia de que o Estado aplicava mal os recursos da maternidade, e que se teria de fazer uma investigação. Eu disse ao Ministro que mandasse fazer a investigação, que eu não queria a presença apenas de auditores. Disse-lhe que precisava de apoio técnico do Ministério, que o Ministério precisava nos mandar gente qualificada para ajudar a fazer treinamento em serviço, que nos desse as condições mínimas, porque esse critério de distribuição por teto é injusto, pois não leva em conta as especificidades regionais, as endemias regionais, a questão da migração e do perfil epidemiológico regional. Estamos importando gente com uma condição epidêmica bastante complicada. Há pessoas que caem na rede com 40, 50 dias e que representam um custo muito alto para o Estado. O procedimento é pago da mesma forma, sem levar em consideração se o Estado tem condições ou não, se tem infra-estrutura.

Então, para se ter uma idéia, o Estado gasta, em média, R$3,5 milhões por mês para manutenção da sua rede e recebe R$400 mil do Ministério da Saúde. Há uma diferença muito grande. Por quê? Porque o salário médio de um médico no Rio de Janeiro é de R$370 a R$400 por mês. Aqui, é R$5 mil, e nós não conseguimos ainda ter o especialista. Então, realmente, há uma diferença de custo.

As remoções e os deslocamentos do interior do Estado são feitas de avião e de ambulância, com grandes dificuldades. O deslocamento do TFD – hoje, há uma requisição para mandar um TFD, e o Ministério Público diz que é um direito assistido pela universalidade do SUS e que temos de fazer o atendimento. Mas, aí, dentro do nosso teto, 2,5% são para o SUS/TFD. É definido que 2,5% nós temos de gastar com o SUS. Em um mês, emitimos, em média, 40 TFDs. Quer dizer, 40 TFDs, com acompa-

nhante, dá uma despesa média de R$80 a 100 mil reais. 2,5% de R$611 mil dá cerca de 12 a R$13 mil. Quer dizer, a diferença o Estado tem que bancar. Não há um Estado hoje que faça isso.

Desse modo, usamos a frota que o Estado tem, que foi adquirida no Governo anterior – temos três aviões bandeirantes. Então, mandamos vôos semanais para Brasília, para São Paulo, para Minas Gerais, para as unidades de referência que podem fazer um atendimento especializado. E, nas emergências, manda-se via Varig, onde nem sempre conseguimos passagens. Por exemplo, se hoje tenho de mandar uma emergência, uma maca, tenho de reservar 11 cadeiras de São Paulo, que têm de vir desocupadas para voltar desocupadas para Brasília ou para São Paulo e, às vezes, não há vagas. Então, ficamos numa situação bastante complicada.

Assim, decidimos o quê? Sofisticar a medicina aqui. Tentar resolver alguns problemas aqui. Estávamos querendo implantar – e estamos tendo muita dificuldade – a cirurgia cardíaca. Temos muitos problemas, porque não se conseguem vagas na Varig. Há uma emergência, e a pessoa precisa optar: ou pega um avião learjet e paga 110, R$120 mil para se tratar em São Paulo ou morre. E a população pobre está morrendo, porque não tem acesso. Como vão fazer? Como vai fazer uma cirurgia? O SUS paga? Não paga, porque não tem. Não assegura vaga e não assegura o meio de transporte.

Na época do Governo anterior, foi montada toda essa estrutura dentro do Hospital-Geral, em que se comprou hemodinâmica, centro de diagnóstico por imagem. Temos aqui equipamentos modernísimos e faltava a equipe médica. Era feito, antigamente, de forma itinerante: vinha uma equipe de São Paulo, fazia a cirurgia aqui e retornava para São Paulo. Havia, então, a questão do pós-operatório, de quem acompanhava. Estamos tentando montar uma equipe para utilizar os equipamentos que estão aí e reduzir custos inclusive.

Então, estamos tentando atrair hoje profissionais especializados de Cuba. Por que Cuba? Porque lá eles ganham muito pouco e são especialistas, são generalistas. Então, podem dar maior resolutividade às unidades.

No interior, temos hospitais que resolvem 10% dos problemas. Na realidade, eles deveriam resolver 90% dos problemas, que é o que deveria ocorrer numa unidade de saúde, e mandar para as unidades de referência apenas os casos de emergência. Temos lá, entretanto, pessoas despreparadas. São médicos recém-formados que chegam e ficam dois anos no interior sem uma reciclagem. Quer dizer, eles vão ter que sair e ir para um centro mais desenvolvido e não têm essas condições. Estamos realmente preocupados com isso.

Definimos, já estamos criando – está dentro do Projeto do REFORSUS – um hospital de referência na região sul do Estado, que é São Luís, um hospital bem estruturado, de forma que lá possamos colocar alguns especialistas. Na Região do BV-8, na fronteira, temos um hospital muito bom, que tem toda a estrutura e que está absorvendo toda a demanda do sul da Venezuela. Um dia, na UTI do HGR, dos cinco leitos existentes, quatro eram de venezuelanos. Se um acidente ocorrer do 88 para cá, fica mais próximo mandar o acidentado para Boa Vista, porque o centro venezuelano de referência mais próximo fica a 600 quilômetros e Boa Vista fica a 200 quilômetros. Eles preferiram investir em ambulâncias, enchem a ambulância e mandam para cá. Eles passam a fronteira e deixam o paciente em nosso hospital. Como nosso hospital não tem condições, os pacientes vêm aqui para Boa Vista. A quantidade de venezuelanos e guianenses aqui em nosso Estado é bastante grande. Eles se dirigem ao nosso hospital de fronteira, como este não tem condições de atendimento mais sofisticado, eles vêm para Boa Vista, por isso, estamos com nossa capacidade de atendimento totalmente esgotada.

Temos uma situação bastante crítica porque estamos absorvendo pacientes da Guiana e da Venezuela e uma grande demanda do interior que procura essa unidade. Quando engarrafa, não conseguimos vaga para transportar esses pacientes para São Paulo, Brasília, principalmente para o Sarah Kubtischeck, tendo em vista que lá só se consegue vaga por intermédio de um Senador, de um parlamentar, já que é muito difícil conseguir a marcação de uma consulta. O SUS só aceita pacientes com consulta marcada. Então, fica aqui em Boa Vista uma quantidade enorme de pessoas esperando uma vaga em um hospital especializado. Tínhamos duas opções: melhorar o atendimento na capital, nas unidades de referência e investir maciçamente em um programa preventivo. É isso o que estamos fazendo com a Universidade e o Ministério da Saúde de Cuba.

Trouxemos vinte profissionais especialistas em saúde pública e epidemiologia que vão estruturar, em cada município do interior, núcleos de educação e saúde para trabalhar na área de prevenção. As prefeituras do interior têm, em média, 300 ou 400 servidores, mas funcionam muito bem com 50. Va-

mos selecionar alguns servidores excedentes, que tenham um perfil que possibilite o trabalho para com a comunidade, e treiná-los para que sejam agentes comunitários de saúde e ajam levando informação e atendimento, fazendo todo aquele trabalho que o agente comunitário faz nas vicinais, visitando casa por casa. Esse programa será coordenado por um médico generalista, cubano, que tem toda uma experiência em programas de agente comunitário e de saúde da família. Este é um programa muito importante, desenvolvido em Cuba, atualmente com sucesso mundial. Quando estive em Cuba, eles estavam embarcando duzentos médicos para a África. Trata-se de uma exportação de tecnologia. Realmente Cuba dá um exemplo ao mundo, que, por sua vez, está recrutando a experiência deles. E uma idéia bastante interessante.

Estamos aqui bastante isolados. Manaus não nos atende. Manaus, por incrível que pareça, é um cidade bem-estruturada, mas não tem serviços médicos especializados. Atende Roraima com o serviço de hemodiálise. Temos um convênio com uma clínica lá e colocamos o pessoal da hemodiálise, o resto vai para São Paulo, Minas e Brasília. Isso tem um custo bastante alto. Esse custo não é levado em consideração pelo Ministério da Saúde. Realmente Roraima fica um pouco discriminada.

Conversei muito com o Ministro desde que assumi a Secretaria. Questiono esse modelo de saúde que aí está. Fui bastante crítico nas reuniões das quais participei com os secretário. Sempre disse que havia o fator amazônico, o custo amazônico. Ele afirmava há o fator tecnológico e o custo Brasil, que estávamos empatados e que não tínhamos que reivindicar o fator amazônico não porque havia o custo Brasil e o fator tecnológico. Ele dizia:"Se vocês mandam um paciente cardíaco para São Paulo, temos que ter tecnologia. Então, está empate, tudo o que vocês não podem atender mandam para São Paulo". Nessa discussão, realmente, não se chegou à conclusão de que a Amazônia deveria ser tratada um pouco diferente. Há um discussão muito séria em relação a isso. O modelo que está aí não tem condição de se sustentar, os Estados brasileiros não têm mais capacidade de investimentos e a rede pública do centro-sul do País – se vocês entrarem na rede pública, nos hospitais do Espírito Santo, em Vitória, no Estado da Paraíba, do Piauí, verão – está totalmente sucateada. Temos aqui uma rede pública de um nível bastante aceitável. Não queremos justificar o incidente que houve na maternidade, mas que seja esclarecido.

Temos uma rede pública bastante bem estruturada que atende todo mundo, temos uma rede privada muito incipiente e aqui o Estado dá acesso a todo mundo, tanto ao de baixa renda quanto àquele que tem uma renda bastante razoável. Na rede pública estão todos os bons profissionais de saúde, são servidores do Governo do Estado e ganham um salário razoável. Então, não vamos questionar a qualidade do atendimento.

Implantei um serviço chamado Disque-Denúncia e até houve a exoneração de um médico. Isso por que, exatamente, queremos que as pessoas tenham um atendimento mais humanitário na rede pública, principalmente as pessoas pobres, que elas possam ter um atendimento sem precisar do política, do amigo, para conseguir um vaga na rede pública. Esse é o princípio do SUS e tem que ser rigorosamente cumprido. Então, implantamos um serviço chamado Disque-Denúncia através do qual as pessoas terão acesso, irão lá denunciar, farão uma denúncia formal e a encaminharemos ao Ministério Público. Fizemos uma parceria com o Ministério Público que vai nos ajudar, já que é este que tem que defender os direitos do cidadão. Estamos trabalhando nessa área.

Em relação aos equipamentos, tínhamos problemas graves na maternidade e os temos dentro do HGE. São constantes as quedas de energia que danificam nossos equipamentos. Em relação à manutenção de equipamentos o problema é realmente triste em Roraima. Se ocorre problema com um respirador micro processável temos que mandá-lo para Brasília, onde já estão há três meses dois micros, na Braco, a empresa que representa a Benett no Brasil, esperando a importação de peças para serem repostas. Quer dizer, realmente não há condição. Se for em um aparelho da Narcosul, que é fabricado em Porto Alegre e tem um representante aqui, se houver algum dano no aparelho temos que deslocá-lo para Porto Alegre para manutenção que demora de dois a três meses para ser reposto. A maioria dos equipamentos eletrônicos sofisticados não tem manutenção aqui, então temos que fazer manutenção fora. Uma queda de energia que aconteceu na maternidade queimou vinte aparelhos de ar condicionado e cinquenta lâmpadas florescentes, fora a danificação que houve em outros equipamentos. A autoclave da maternidade, no dia em que veio um técnico eletro-eletrônico de São Paulo, engenheiro, foi consertada e quando voltou a energia externa, que chegou com uma oscilação, queimou a chave que dá o comando para a autoclave. Não havia outra chave aqui, pega-

mos um avião bandeirante – toda a imprensa estava aqui – e fomos a Manaus comprar outra chave que foi recolocada. Isso tem um custo incalculável. Sugeri que se trocasse a autoclave, mas o técnico de Brasília nos aconselhou a substituir a peça, já que, segundo ele, temos a melhor marca de autoclave. No outro dia já deu problema novamente. Temos quatorze incubadoras, cada queda de energia queima três ou quatro termostatos, pois são equipamentos sensíveis. A oscilação de corrente danifica os equipamentos.

Temos, na maternidade, um grupo gerador que entra automaticamente em funcionamento quando cai a energia, ele é dotado de uma placa eletrônica que funciona em 9 segundos, mas às vezes ele falha por um problema mecânico. O Valdemar tem sido muito prestativo, ele corre para lá me ajuda a resolver. Tem dado prioridade àquela área, mas às vezes quando dá um **black-out** não tem jeito: espera-se que o bloqueador entre em funcionamento, às vezes ele não entra e é aquele desespero na maternidade. O mesmo se dá no HGE. Isso tudo fora os outros problemas estruturais da rede que estão acontecendo por problemas de manutenção. Também há o problema dos recursos humanos que é, basicamente, o de reciclagem, da necessidade de se mandar esses recursos humanos saírem para se atualizarem. Se mandamos um pediatra para fazer uma reciclagem é necessário outro. Esta semana um pediatra, um cubano, o Osvaldo, pediu-me para ficar seis meses em Santa Catarina fazendo curso de especialização e eu disse a ele:" Diga-me o que eu faço? Mando você e você me consegue outro para ficar em seu lugar?" Os pediatras que temos na rede atendem ao Governo do Estado, à Prefeitura Municipal, ao Sesi, à fundação, ao Exército. Eles se dividem e fica humanamente impossível prestar um serviço de qualidade porque são os mesmos. Temos dez, então, se eu abrir mão de um, tem há de haver mais um para colocar no lugar. Há uma sobrecarga e a qualidade do serviço tende a cair. Temos feito um esforço razoável.

Estou aberto às perguntas específicas em relação à maternidade para tentar esclarecer os procedimentos que vocês acharem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço as colocações do Secretário.

Antes de passar a palavra ao Senador, gostaria de registrar duas questões. Está claro que o problema do Estado é o de não conseguir dar atendimento à demanda que se vai criando. Esse é o ponto básico, qualquer outra coisa é detalhe em cima dessa questão. Pergunto o seguinte: por que o Governo do Estado tem uma política de trazer gente para cá, importar, incentivar essa migração, se na verdade não há condição de dar um suporte tão rápido por conta das questões de pessoal? Gostaria de fazer um reparo. Penso que não há nenhum Estado, hoje, no País, tirando o Amapá e Roraima – não conheço a situação do Amapá – que tenha de custeio 30% para pagar pessoal e 70% de sobra para investir. Então, na verdade, se a maioria dos Estados brasileiros estão falidos não é o caso específico do Estado de Roraima.

O Estado de Roraima tem recursos para investir. É obvio que não se tem como dar uma resposta imediata à saúde porque não adianta construir hospital se não há médicos para pôr no hospital e não adianta comprar equipamentos se não há manutenção para estes. Essa é a primeira questão. A outra é que eu me assustei quando falou-se na questão de transferência e V. Exª disse que quando é urgente tem de contratar um jatinho e pagar R$120 mil. Não foi comprado um **Learjet** chamado UTI no Ar para poder levar os doentes? Quem está usando esse avião?

O SR. SÉRGIO PILON – Mas aí é particular. É feito um contrato.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sei, mas o Estado de Roraima não tem um **Learjet** chamado UTI no Ar? Não foi comprado com recursos para transferir doentes, na verdade, não está transferindo doentes? Quem está usando este avião no lugar das pessoas que deveriam ser transferidas?

O SR. SÉRGIO PILON – Em relação à vinda de imigrantes, o Governador Vilar disse que esse Estado só seria viável quando tivesse um milhão de habitantes. Essa é uma interpretação errônea. Na realidade, tivemos, no Jundiá, uma equipe de governo, polícia militar, secretários de segurança, saúde, educação e chefe do gabinete civil, sabendo o porquê da vinda desses maranhenses para cá. Hoje, parece que os Governadores do Maranhão e do Pará incentivam isso, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Governo do Estado não faz o mesmo?

O SR. SÉRGIO PILON – Não, o Governo do Estado não está incentivando. Tentamos, inclusive, dar a passagem de volta, mas eles disseram que vieram para cá e acreditam que aqui têm mais chances de sobreviver. Aqui tem terra em abundância, eles entram nessas vicinais, o Governo tem uma relativa infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tem a cesta-básica...

O SR. SÉRGIO PILON – Na realidade, a pessoa tem uma oportunidade de ter um lote, são terras devolutas da União, administradas pelo Incra, no Maranhão eles nunca tiveram nada disso. Então, eles vêm incentivados. O que estamos pregando hoje é que deveria haver um tributo para receber essas pessoas, porque o Estado do Maranhão se livra de um problema e acaba causando outro para um Estado pobre.

O transporte é feito por dois bandeirantes, para pacientes com consulta marcada. É feita uma análise clínica e verifica-se se eles têm condições de viagem, e no **Learjet** são transportadas as pessoas que realmente têm uma necessidade imediata, urgente. Quando a pessoa tem condições financeiras para contratar uma UTI no Ar, ele mesmo paga, aí não é função do Poder Público. Isso já aconteceu com alguns empresários que precisaram ser deslocados. Recentemente o **Learjet** levou duas crianças para Brasília, porque estavam com problemas de infecção, e numa tentativa de superar o problema foram internadas em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Na questão do hospital vou voltar mais no final.

Gostaria de passar a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Secretário Sérgio Pilon, estamos aqui nesta Comissão exatamente para ouvir não só as pessoas ligadas diretamente à área de saúde, por causa das últimas ocorrências, mas também para ouvir outros que, mesmo indiretamente, possam ter alguma influência.

Quero dizer a V. Exª que todos foram ouvidos na maior liberdade, falando espontaneamente, formulamos as perguntas de acordo com o relato feito pelo depoente. Esta Comissão tem por objetivo procurar ajudar não só o Governo do Estado como a comunidade em geral, porque enquanto não se descobrir exatamente a causa essencial dessa infecção hospitalar poderemos correr o risco de uma reincidência.

Quero dizer a V. Exª que aqui nesta sala, por meio desta Comissão, somos bastante isentos, não queremos apurar questões partidárias, questão políticas, se em algum momento se fizer alguma pergunta com um direcionamento indireto para questões políticas só se for referente à exposição de algum dos depoentes. Realmente temos responsabilidade pelo cargo que ocupamos e acima da responsabilidade do cargo está a consciência de cada um . Não queremos fazer desta Comissão nenhum palanque, V. Exª deve ter notado que estamos fazendo uma reunião praticamente secreta, algumas vezes a imprensa tem tido acesso, mas fotografa e sai, não tem permanecido constantemente no decorrer dessas horas de trabalho, e quero que V. Exª fique bastante a vontade, sem nenhum constrangimento para fazer as perguntas, porque, realmente, teremos que cumprir a nossa missão, algumas vezes árdua, mas que como objetivo principal ajudar, não só na elucidação dos fatos aqui do Estado de Roraima, mas como subsídios para em Brasília trabalhar junto ao Ministério da Saúde, não só pelo Estado de Roraima como pela saúde de um modo geral. Estivemos com o Ministro Adib Jatene, V. Exª estava presente, para ele tomar conhecimento dos fatos, e sabemos, isso foi dito por ele por intermédio da imprensa, que a saúde no Brasil estava um caos.

Agora, existem fatos que já foram abordados nesta reunião que não cabe a mim escolher as perguntas a serem feitas, quero que V. Exª entenda muito bem isso. Desde o início, até mesmo para a Comissão, para os técnicos, porque o Dr. Romeiro, que está a meu lado, é um consultor do Senado, é médico especialista na área, é um sanitarista, acostumado a enfrentar problemas desse tipo e de bem maior gravidade, ele está aqui com um único objetivo, nos assessorar, porque esta Comissão não tem nenhum médico e muito menos um especialista nessa área.

Temos que fazer as perguntas de acordo com os assuntos abordados aqui, porque o que for ou da responsabilidade direta ou por ocorrências eventuais, V. Exª poderá fazer as suas colocações para que, no final, possamos elaborar um relatório consciente e eficiente, para isso, sou a Relatora, mas não vou elaborar o relatório sozinha, preciso da participação de todos os membros e assistência permanente doravante, até nas outras comissões que vamos realizar em Brasília, do Dr. Romeiro.

Para que não fique apenas uma facção relatando os fatos, vou me basear no seu relatório, que não se aprofundou muito no caso específico, muito embora tenha sido um relatório bastante válido, para mim não acrescentou detalhes porque vivo aqui, fomos peças fundamentais na construção, elaboração, fornecimento de equipamentos para esses hospitais, a vinda desses médicos que é um trabalho que está sendo dado continuidade. Para os demais, principalmente para a Senadora Sandra, que para nosso prazer, é a primeira vez que vem ao nosso Estado, precisa, tanto ela como nosso especialista na área, de

ter conhecimento desse relato que foi feito por V. Exª, porque, baseado nisso, é que tomou conhecimento das necessidades, quais as nossas disponibilidades com unidades fixas, quais as nossas possibilidades com material humano, enfim, ele próprio poderá nos trazer bastante subsídios para que possamos até depois encaminhar um relatório à Secretaria de Saúde desse Estados informando quais as providências cabíveis e que devem ser tomadas para evitar casos dessa natureza e, até, quem sabe, para que se possa fazer um trabalho mais eficiente no que diz respeito a determinadas especialidades.

Dr. Pilon, nos foi relatado aqui, não podemos nem devemos e nenhuma comissão poderá dizer o que qualquer pessoa falou, mas as perguntas quero voltar a lhe informar, temos que ter informação por parte do secretário de saúde para que no final possamos fazer uma avaliação do que realmente foi mais concreto, quais os depoimentos que detectamos como os mais positivos para se chegar a um denominador comum. Primeiramente, já que V. Exª é o responsável direto pela Secretaria de Saúde e pelo cargo que ocupa.

O **Jornal de Brasília** noticiou domingo que dois técnicos da Universidade de Atlanta estiverem em Boa Vista para fazer um estudo. A reportagem não noticia se eles deixaram um laudo ou se chegaram a qualquer conclusão. Sucintamente falando, eles apenas registram que poderá ter sido através de medicamentos.

Sendo o responsável direto pela Secretaria de Saúde, V. Sª acompanhou os trabalhos desses médicos aqui em Boa Vista?

O SR. SÉRGIO PILON – Senadora, demais membros, os relatórios preliminares do Ministério da Saúde, da Fundação Osvaldo Cruz e da nossa Vigilância Sanitária apontavam para possíveis causas externas, mas não apresentavam a verdadeira causa da infecção hospitalar.

Acessando a **Internet**, tivemos a felicidade de encontrar o CDC – Centro de Referência Mundial para Infecção Hospitalar, que demonstrou disponibilidade e intenção de colaborar com a investigação epidemiológica **in loco**. Entramos em contato com o Governador que, também imediatamente, determinou que remetêssemos as passagens e fizéssemos o convite formal.

Feito o convite, esses profissionais vieram a Roraima e ficaram por 20 dias, realizando esse trabalho na maternidade. Examinaram os prontuários de julho a novembro. Fizeram uma analise bastante rigorosa, realizando todos os comparativos com técnicas modernas utilizadas em todas as partes do mundo, pois são acionados, semanalmente, para investigar casos no mundo todo.

Acompanhei esse trabalho, um trabalho bastante sério, que apontou, ao final, para essa decisão apresentada pelo jornal.

Foi feita uma apresentação ao corpo clínico da maternidade do HGR, num auditório fechado à imprensa, porque a legislação americana não permite que informações preliminares sejam divulgadas, pois a primeira informação pública é a que tem validade perante a justiça americana. Portanto, por não terem ainda dados laboratoriais definitivos, não deixaram nenhuma informação por escrito.

Esses profissionais estão realizando os últimos testes laboratoriais em Atlanta e encaminharão um relatório oficial no máximo em 10 dias, dando o laudo final. O laudo final não será somente assinado pelos técnicos, mas também pela direção do CDC. Quer dizer, o laudo final da investigação das causas da infecção hospitalar ocorrida no Materno-Infantil terá a assinatura dos dois médicos epidemiologistas que aqui estiveram e da direção do CDC, ou seja, terá a credibilidade que desejamos.

Eles foram muito cautelosos. Na realidade, eles colocaram para o corpo clínico a metodologia do trabalho que eles fazem para, num futuro próximo, no máximo 10 dias, apresentar um relatório conclusivo.

Nessa apresentação, a possível causa da infecção foi direcionada para o fato de estarem sendo ministradas às crianças medicação intravenosa. Essa medicação pode ser ministradas de várias maneiras: no soro, no cálcio, no antibiótico. Eles analisaram 6 amostras. Dos 20 casos de falecimento infantil, 16 foram por possível infecção hospitalar e todas as crianças receberam medicação intravenosa. Das 40, somente duas não tiveram infecção e que receberam medicação intravenosa e 38 não. Dentro de um horizonte estatístico, por aproximação, eles têm de um para 10 milhões essa medicação intravenosa como causa quase certa da morte das crianças por infecção hospitalar.

Durante o período em que suspeitaram que a causa das mortes seria essa medicação, eles mandaram reduzi-la, sendo grande parte dela substituída e essas amostras dos lotes foram encaminhadas a Atlanta para a primeira análise. Na medida em que os estudos foram sendo aprofundados, enviaram uma segunda amostra, e, agora, levaram eles mesmos a terceira.

Não se sabe a origem dos lotes de medicação que estão na maternidade. Vai-se comprando, portanto, pode ser um lote de agosto, pois há um aumento de mortes em agosto; em setembro, diminuiu e em outubro, caiu sensivelmente. Portanto, pode ter sido um lote da medicação utilizada em agosto, pois como chegou novo lote, ele foi utilizado em setembro e o restante em outubro.

Eles pegaram essas amostras e está sendo checada, em laboratórios, a origem desses lotes, o que, talvez, possa justificar, inclusive, o que vem ocorrendo em outros Estados. É muito estranho o que ocorreu no Ceará, em Niterói, em Vila Velha, em Goiás, fora os que não foram noticiados.

Tinha minhas dúvidas quanto a isso, mas fiquei convencido na exposição que eles fizeram. Fui bastante crítico ao dizer que uma decisão nesse nível seria muita responsabilidade, pois envolve grandes laboratórios. Eles afirmaram que a decisão do CDC tem credibilidade mundial e é definitiva, não seria a primeira. Recentemente, houve problemas nos Estados Unidos de suspensão de medicações da Abbott. Eles disseram: "O que nós escrevemos e assinamos é uma decisão definitiva".

Questionamos também a falta de ocorrência em outras unidades de saúde. Por que não aconteceu no HGR, na Unidade São Luís? Eles responderam que a possibilidade de uma criança ser contaminada numa medicação intravenosa e isso causar infecção é muito maior do que em um adulto. A resistência de um adulto não se compara com a de um recém-nascido. Essas crianças que faleceram, grande parte delas era prematura ou veio num estado bastante debilitado para a maternidade, portanto, são altamente vulneráveis a esse tipo de medicação, ainda mais sendo comprometida.

Realmente, isso aponta para uma direção que pode justificar esse aumento extremamente exagerado no mês de outubro. Os indicadores serão apresentados à Comissão oficialmente. Tivemos acesso só às transparências projetadas, não ficamos, absolutamente, com nada. Vimos um pico em agosto, subiu um pouco; em setembro, a média voltou e em outubro, subiu vertiginosamente. Então, realmente eles tem isso como uma grande possibilidade de ser comprovado.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PILON – Os procedimentos médicos e de enfermagem foram observados durante esse período. Do dia 5 a 20 de novembro, eles não identificaram nenhuma possibilidade de contaminação externa pelo procedimento de enfermagem. Eles investigaram a farmácia e a distribuidora desses medicamentos. Eles pegaram amostras da medicação que estava sendo prescrita àquelas crianças que foram a óbito. São oito tipos de medicamentos que estão sendo analisados: cinco deles foram recebidos por 100% das crianças; os outros três, por 50%; e mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – No dia 5, quando estiveram aqui, na verdade já havia sido notada, numa série de procedimentos anteriores, pelo menos no laudo feito em Brasília, a presença de uma bactéria. Esses procedimentos, na verdade, foram sanados no momento em que houve procedimentos necessários. Na verdade, quando os técnicos estiveram aqui, encontraram outros tipos de procedimentos que não eram da barata andando, da fossa aberta, da formiga na encubadora. Tudo isso já foi sanado. É importante deixarmos isso claro. Sendo discutida essa questão, como, por exemplo, a questão de (?), isso não ilide uma série de erros, de omissões.

O SR. SÉRGIO PILON – Sr. Presidente, essa é uma questão bastante importante, que me preocupava, como secretário. Perguntei a eles: "Como vocês justificam que foi a medicação, se vocês chegaram no dia 5 e do dia 24 ao dia 5, aparentemente, tínhamos superado o problema?". Eles responderam: "Quando chegamos havia várias crianças com febre".

A Drª Celeste, a neonatologista responsável pelo berçário, estava usando uma medicação bastante forte para segurar, mas não havia nada resolvido. Houve uma melhoria nos procedimentos médicos, de enfermagem, uma preocupação com as rotinas, em fazer dar tudo certo. Mas a situação não estava controlada, havia várias crianças com febre. Eles observaram que havia melhorado muito os procedimentos de enfermagem, observaram os procedimentos para administrar a medicação e não conseguiram identificar nenhuma anormalidade. Aí, sim, eles voltaram-se para a medicação, que foi analisada. Os dados estatísticos são bastante interessantes.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PILON – Não fizeram; fizeram só de causas externas. Os três relatórios – não tínhamos capacidade técnica – apontavam causas externas: procedimentos médicos, de enfermagem, de limpeza...

O SR. *(Não Identificado)* – O fogão na sala de cirurgia.

O SR. SÉRGIO PILON – Na realidade, aquilo não é um fogão, é um fogareiro para aquecer soluções. Parece-me que as pessoas faziam lanché.

Na realidade, as questões externas não justificavam, porque elas foram resolvidas, mas as crianças ainda tinham febre. Então, não era só isso. Poderiam ter contribuído, mas não era apenas isso. Foi-se, então, mais a fundo e fez-se uma investigação epidemiológica técnica, para identificar a verdadeira causa da infecção.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Sérgio Pilon, assim que o resultado, tão logo chegue de Atlanta, solicitamos seja encaminhado para nossa Comissão, para fazermos uma análise com os técnicos.

Foi falado aqui que a Drª Celeste, a neonatologista, dava uma dose mais forte da medicação para tentar combater a infecção. Foi-nos relatado que na maternidade fica apenas uma neonatologista que dá assistência ao berçário, às crianças que estão na incubadora e ainda no PAI. V.Exª poderia nos explicar isso? Quando ela vai para o PAI, as crianças ficam sem um especialista na sala?

O SR. SÉRGIO PILON – É verdade. No dia que foi comunicado à Secretaria, através de uma equipe, das cinco neonatologistas – só temos cinco – da dificuldade, inclusive a solicitação delas é para que se aumentasse o plantão. Eu questionei: mas, fisicamente, vocês têm como resolver isso? Porque são apenas cinco e cinco teriam que dar conta do recado. Na realidade, recebemos todos os casos críticos do interior, inclusive quem nasce dentro do ônibus, dentro do carro, dentro da maloca, no chão; há casos críticos de prematuros que nascem nas comunidades indígenas e vão à Casa de Cura.

Na realidade, a maternidade acaba sendo um lugar para morrer, porque o estado dos bebês já é crítico, não têm para onde ir e são levados à maternidade. Mas demorou muito tempo para serem levados à maternidade. Aí a criança entra por onde? Pelo PAI. O médico faz a primeira análise e verifica que não tem condições, vai para o berçário, para a incubadora, entra para a maternidade.

Realmente, é um fator de risco crítico. Os neonatologistas se revezam lá dentro, têm que fazer a evolução, o acompanhamento e cuidar. Aí se diz: mas você não tem uma UTI neonatal! Como pode uma maternidade... Mas eu não tenho nem o profissional para cuidar da UTI, porque realmente não temos especialistas, temos o Volponi, que veio de São Paulo e tem um relativo conhecimento, e a própria Celeste. Diz-se: eu compro três respiradores, mas não há quem os opere.

Trouxemos de São Paulo os especialistas que treinaram, os dois que têm um relativo conhecimento, o Volponi, um paulista, e a Celeste, que fez uma certa especialização em São Paulo, nessa área, e que hoje estão operando com os respiradores. Não adianta eu ter equipamento sofisticado, se não tenho um médico que tenha conhecimento sobre o manuseio.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas, Sr. Sérgio Pilon, é do meu conhecimento que esses respiradores já existiam antes, até em maior quantidade, e eram operados, faziam uso deles na maternidade.

O SR. SÉRGIO PILON – Não, dois respiradores. Compramos os microprocessados, que não tínhamos e que fazem parte da UTI agora. Estamos montando uma UTI com oito leitos, mas temos problemas de recursos humanos. Trouxemos cinco especialistas do Hospital de Cachoeirinha, de São Paulo, que ficaram vinte dias aqui e treinaram os nossos profissionais para que pudessem operar uma UTI, que é bem diferente, tem todo um procedimento. Você que é médico sabe disso. Não pode qualquer um ficar dentro de uma UTI, pois lá são cuidados os casos críticos, de crianças que têm dificuldades bastante grandes, que correm risco de sobreviver.

Pecamos aí por quê? Por falta de profissional especializado, e isso não é culpa do Governo. O Governador, no ano passado, foi a São Paulo; S. Exª e a Secretária de Saúde ficaram lá fazendo pessoalmente uma campanha para atrair profissionais especializados. Dentro desse número de vinte, veio um, o Volponi, que é especialista em pediatria e hoje coordena a área de pediatria. Mas, dos vinte que vieram, ficaram apenas treze; dos treze, há um infectologista, que resolvemos colocar no hemocentro, que é o mais crítico, sendo hoje o chefe do hemocentro. Ficamos com um ortopedista, com três neurocirurgiões, um anestesista, um cardiologista; na pediatria, o Volponi e a esposa dele. Um é pediatra e o outro é neo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quero fazer um reparo, quando V. Sª diz o seguinte: não é o Governador o culpado. Quero voltar e esclarecer que aqui não viemos atrás de culpados, até porque se culpa ou dolo houver, já não cabe a esta Comissão fazer nada, não poderemos incriminar ninguém, muito pelo contrário.

Comissão do Senado – até mesmo quando se trata de CPI, essa não é uma CPI, é uma Comissão Especial – em que se há de entrar na área criminal, encaminhamos ao Ministério Público.

Mais uma vez volto a dizer que não estamos querendo culpar ninguém. As perguntas estão sendo formuladas de acordo com os relatos, para que não pairem dúvidas, porque eu o Senador Romero Jucá, que somos daqui, conhecemos em parte a situação da Saúde no Estado. O Senador João França também. Os demais, principalmente o nosso técnico, que é especializado, consultor do Senado, não pode sair daqui para preparar um relatório, tendo as pessoas feito determinados relatos e sem que tenhamos feito as perguntas, para que o senhor possa explicar, até como Secretário que é; tomamos conhecimento hoje pela manhã de que a Direção do Hospital não ordenava despesas e também não tinha autonomia administrativa e financeira, tinha autonomia administrativa interna, na operacionalização dos trabalhos internos. Mas qualquer necessidade que houvesse dentro da maternidade era remetida a um departamento, que existe na Secretaria, e esse encaminhava a V. Sª. Quando se tratava de um caso emergencial, dirigia-se diretamente ao Secretário, para que fosse mais rápido.

Quero que o senhor fique muito à vontade. Não estamos atrás de culpados. Não se precisa falar que "a" ou "b" é culpado ou não. Queremos esclarecimentos, pois se trata de um caso muito importante.

Vamos ouvir o administrador da Lucel, a firma prestadora de serviços na área de limpeza. Informaram-nos aqui que essa empresa foi contratada nos idos de 1993. Ao término do contrato, prestava um serviço razoável. No ano de 1994, houve uma decadência com referência à prestação de serviços, e a empresa foi multada pela Secretaria da Fazenda, pagou a multa e recebeu uma advertência. Depois, no ano de 1995, ao terminar o contrato, foi feita uma licitação e foi a vencedora.

Antes da licitação, o departamento jurídico da Secretaria havia comunicado ao Secretário que não poderia ser contratada a empresa, em face da deficiência do trabalho, já que havia abaixado muito o nível de qualidade dos trabalhos. Mas mesmo assim entrou na concorrência e por um preço 100% a mais que o contrato anteriormente assinado; o Governador do Estado não homologou, mas foram feitos consecutivamente seis aditivos para que continuasse prestando o serviço.

O senhor tem alguma explicação para esse trabalho, já que houve informações do departamento jurídico bem como do departamento de vigilância sanitária e da direção da maternidade, no sentido de que os serviços já não correspondiam às necessidades do hospital?

O SR. SÉRGIO PILON – Sr. Presidente, Srª Senadora, demais membros, quando assumi a Secretaria, em 4 de janeiro de 1996, tomei pé da situação e encontrei uma licitação sem homologação; as empresas vencedoras estavam prestando serviços.

Procedeu-se a uma licitação para o exercício de 1996. Assumi dia 4, quando a licitação ainda não havia sido homologada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi feita pela Secretária anterior.

O SR. SÉRGIO PILON – Exatamente. Não havia sido homologada e deveria ter sido analisada. Eu disse que iria encaminhar para um parecer da assessoria jurídica, para ver qual a situação, se dava para homologar ou não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Só uma pergunta: as licitações da Secretaria de Saúde...

O SR. SÉRGIO PILON - São feitas pela Secretaria de Administração.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Era isso que queria perguntar. Não há autonomia por parte dos Secretários de Saúde?

O SR. SÉRGIO PILON – Não existia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Agora já existe. Mas, até então, era pela Secretaria de Administração. Queria que o senhor esclarecesse essa parte.

O SR. SÉRGIO PILON – Exatamente. E nem a fiscalização do contrato é feita pela Saúde, mas pela Administração.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E a advertência, no caso, foi feita pela Secretaria de Administração, que permitiu que a empresa entrasse na concorrência?

O SR. SÉRGIO PILON – Vou explicar rapidamente esse processo. Quando assumi a Secretaria, existia uma licitação pronta, e as empresas estavam prestando serviços. O que fiz? Encaminhei-a imediatamente para um parecer da assessoria jurídica e pedi para que as mesmas empresas, até não ser homologado o processo, continuassem prestando serviços. O que faria? Ficaria com as unidades sem prestação de serviços? Não tenho material para comprar. Não posso comprar diretamente nada para fazer a limpeza e nem contratar pessoal, porque haviam sido rescindidos os contratos com as cooperativas e não havia como contratar mais gente. Pedi um parecer para a assessoria. Fiz um contrato prorrogando por três meses os contratos das anteriores.

A advogada analisou a licitação. As firmas vencedoras dessa licitação eram as mesmas que estavam prestando serviço anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com preços bem mais altos...

O SR. SÉRGIO PILON – No parecer dela não se questionou competência técnica, porque não compete à Secretaria de Saúde, mas à Secretaria de Administração e não vinha nada informado nessa licitação.

O que ela constatou foi que os preços estavam acima dos de mercado. Então, ela me apresentou o parecer que levei ao Governador. Entendeu-se que não se deveria homologar essa licitação, porque o que se questionava era preço.

Então, prorrogamos o contrato até final de março e eu disse que iria fazer nova licitação. Disse que se as empresas que haviam ganho a licitação fossem as mesmas que já haviam prestado serviços, seria uma perda de tempo. Decidi, então, propor àquelas empresas que, se quisessem continuar prestando serviços ao Governo do Estado com os preços do contrato anterior, poderíamos tentar viabilizar essa possibilidade. Eles aceitaram. Consultou-se então a legislação e constatou-se que era permitido prorrogar o contrato até o final do ano. Fizemos um aditivo. O que me foi passado, o que consta do parecer e o que estava no processo era que a alegação de não-homologação daquele mapa licitatório era em função de os preços estarem acima dos preços de mercado. Como eram as mesmas empresas, perguntei-lhes se queriam continuar com o contrato anterior.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª não foi advertido quanto à má qualidade dos serviços?

O SR. SÉRGIO PILON – Não, porque o assunto não competia à Secretaria de Saúde, competia...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A ex-diretora afirmou aqui que mandou várias vezes por escrito...

O SR. SÉRGIO PILON – Não, a fiscalização era feita pelo DSG. O DSG nunca cobrou da Secretaria a rescisão contratual. Se o serviço estivesse comprometido, deveria ter haver sido avisado que a empresa não tinha condições de prestar serviços ao Governo do Estado. Volto a lembrar que a contratação dos serviços e a fiscalização dos serviços em todos os contratos, não apenas os relacionados à saúde, compete ao Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração. A Administração é que era responsável pelo controle de qualidade do serviço.

Na realidade, deveria haver dentro da maternidade um profissional da saúde fiscalizando os serviços da Lucel, porque todo mês eram pagas as faturas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, em tese, não se sabia se a LUCEL estava trabalhando, ... (inaudível.).

O SR. SÉRGIO PILON – Não. A Lucel tem um responsável lá dentro e a administração da maternidade tem a responsabilidade de controlar o pessoal.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não foi a diretora quem fez essa exposição, mas o Ministério Público.

O SR. SÉRGIO PILON – Não era não-renovação. Eu determinei ...

O SR. *(Não Identificado)* – A não-participação...

O SR. SÉRGIO PILON – Não foi licitado. Eu é que peguei uma licitação pronta, que havia sido feita pela Secretaria de Administração. Eu tinha dois caminhos: rescindir o contrato e contratar 80 servidores para fazer o trabalho, mas eu não podia parar. Como é que eu paro?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Poder-se-ia ter feito uma carta-convite.

O SR. SÉRGIO PILON – Não podia fazer uma carta-convite. Como é que eu poderia parar o serviço? Não havia como parar o serviço. E tem que haver idoneidade.

Tomei conhecimento de toda essa situação e encaminhei expediente em junho para todos os secretários estaduais, chamando a atenção para o fato de que qualquer contratação de serviços e de compra de produtos para consumo humano e de limpeza têm de ser fornecidos por empresa que tenham alvará sanitário. A Lei de Licitação assim não exige. Essa foi uma iniciativa minha, tomada em junho e tornada pública por meio de circular, cobrando de todos os secretários providências nesse sentido. Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Lucel não tinha alvará sanitário...

O SR. SÉRGIO PILON – Na época não foi exigido. A Lei de Licitação assim não exige.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PILON – Mas essa... Ela vinha de um processo anterior...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO PILON – Eu não tinha outra saída. Restavam-me apenas duas opções: ficar sem a prestação de serviços...

Foi feita uma licitação e as firmas... Não temos firmas habilitadas aqui em Roraima... Estou abrindo uma licitação agora em dezembro e com certeza nenhuma empresa será qualificada. No final de dezembro, então, vou ter que contratar mão-de-obra direta porque, nos termos do edital exigido pelo Ministério da Saúde, nenhuma empresa será qualificada para a limpeza das unidades de saúde. Isso é praticamente certo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Secretário, para ficar muito claro: houve por parte do Senador... São muitos a depor...

Quem realmente detalhou o caso da Lucel foi o Ministério Público, que já ouviu 26 depoentes. Foi-nos informado que houve uma advertência no sentido de que a empresa não tinha condições nem de concorrer. Quero que fique claro, porque não foi a diretora da maternidade, não sei nem se ela tem conhecimento desses detalhes; se tem, foi omitido.

O SR. SÉRGIO PILON – Passamos os relatórios para o Ministério Público, inclusive um relatório feito durante a prorrogação do contrato mostrando que a nossa vigilância fez a fiscalização. No mesmo dia em que recebi o relatório, determinei que a vigilância fizesse cumprir o que estava no relatório. Existiu um acompanhamento da vigilância sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Há alguma pressão política para proteger a Lucel?

O SR. SÉRGIO PILON – Não, porque na época da contratação ela concorreu abertamente numa licitação pública, na segunda também. O que se falou na imprensa é que o adjunto é irmão do Célio Wanderley, mas o adjunto assumiu agora e eu prorroguei esses contratos em janeiro, quando assumi a Secretaria. Então, realmente, não há ligações políticas como foi divulgado pela imprensa.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Uma outra pergunta: V. Exª compareceu a uma reunião do Pacto da Infância e Juventude no mês de maio.

O SR. SÉRGIO PILON - Eu fui representado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª foi representado? Nada sabemos sobre esse detalhe.

Naquela reunião foram feitas advertências sobre a necessidade de mudanças no hospital, principalmente para atender as reivindicações constantes da diretora da maternidade. Já estamos com uma documentação aqui, vários ofícios que foram remetidos à Secretaria para tomar determinadas providências. Providências como, por exemplo, reparos no teto, correção de um vazamento constante – vazava água para o berçário -, melhorias no esgoto externo, etc.

Falou-se também que o material de limpeza, além de ser deficitário, era insuficiente para atender as necessidades. Enfim, houve vários relatos feitos por escrito e protocolados – estamos inclusive com esses protocolos em mãos.

Gostaria que V. Exª nos explicasse o porquê do não-atendimento dessas reivindicações mínimas, num momento em que já se previa que o não-atendimento delas poderia causar danos à maternidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de complementar com mais algumas questões. Quero aduzir algo ao que foi dito e na mesma resposta, ele poderá responder as perguntas.

Perguntaria o seguinte: a diretora disse que avisou, por intermédio da imprensa, que a situação era caótica, que era previsível a morte das crianças; informou que as condições de higiene eram bastante deficientes.

Perguntaria, aduzindo uma outra questão àquela feita pela a Senadora, o seguinte. V. Exª como um brilhante economista – não o conhecia como Secretário de Saúde, mas como economista eu o conhecia – poderá me responder. Pode funcionar uma maternidade com um número grande de leitos, com um grande volume de serviços, com a premência da urgência dos serviços diários e atender bem sem ser uma unidade orçamentária, sem ter recursos, sem a diretora ter mínimas condições para comprar algo, de atuar, enfim, uma unidade com autonomia para atuar?

Na verdade, o que foi dito aqui e de acordo com os ofícios que ela nos entregou, ela pediu num ano, pediu noutro ano, a situação foi se agravando e nada foi feito. Ficou demonstrado até agora que a situação na maternidade foi piorando ano a ano, -nos últimos dois anos ela saiu de condições boas para uma situação de crise, em outubro de 1996. Trata-se de uma questão de gerenciamento. É possível não descentralizar e ter um atendimento desses?

O SR. SÉRGIO PILON – Responderei primeiro a pergunta do Senador Romero Jucá, Senadora, pois a resposta é mais curta.

Hoje estávamos discutindo o modelo centralizado... Esse modelo gerencial do Governo do Estado é herdado do ex-Território. Então, o ordenador da despesa é o Governador e o Secretário de Fazenda e os secretários das áreas afins não são ordenadores de despesas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO PILON – Então, as unidades de saúde administram emergências com suprimentos de fundos. Dependemos do Secretário de Fazenda para fazer a liberação dos recursos. Uma assinatura é do empenho, a outra é do Governador. As ordens bancárias para pagamento são assinadas pelo Secretário de Fazenda e pelo Governador.

As unidades reclamam da falta de autonomia administrativa. Estamos estudando uma legislação que seja mais flexível, para encontrarmos uma forma legal de se criar um fundo rotativo para as unidades. Libera-se, por exemplo, um recurso de R$30 mil, que é gasto pela unidade, que, depois, presta contas desse valor. Posteriormente, liberam-se mais R$30 mil, que são gastos pela unidade, que presta contas desse montante, e assim por diante. Esse fundo serviria para suprir as despesas de emergência do dia-a-dia.

Estou analisando a rotina de um processo desde a fase inicial até a liquidação e verifiquei que o mesmo dura, em média, 60 dias. A unidade de saúde não pode ficar todo esse tempo esperando a compra de material de consumo de emergência. Pode-se dizer que se vai fazer uso desse material mais à frente, mas, procedendo-se assim, dificulta-se a sua legalização e a compra não é bem feita. Esse procedimento é ilegal. Mas há um desespero, e a direção acaba fazendo isso, porque não tem outra alternativa.

Estamos estudando a descentralização. A partir do mês de janeiro, haverá a descentralização para os secretários. Além da descentralização, vamos fazer com que essas unidades sejam gestoras de um fundo mensal que acharem ideal e conveniente. Na realidade, o CGC dessas unidades deveria estar vinculado diretamente pelo faturamento. Se faturou, gastou na manutenção. Só que não há condições de se fazer esse faturamento das unidades, pelo fato de elas estarem diretamente ligadas.

Há um quadro mostrando o custo médio de manutenção da maternidade, que, posteriormente, vou passar às mãos do Presidente e da Relatora desta Comissão. Na maternidade do Hospital Nossa Senhora de Nazaré, o faturamento gira em torno de R$100 mil. O nosso custo de manutenção médio é de 1 milhão e 71 mil reais por mês.

Há algumas prioridades, que têm que ser adotadas em toda a rede. Se, dos R$3,5 milhões que disponho para gastar por mês, gasto R$1 milhão na maternidade e recebo R$100 mil, eu estou colocando mais R$900 mil. E há gastos também nas outras unidades, no Hospital Geral, nas unidades do interior. A diferença com que o Estado tem que entrar é muito grande.

Há um ofício da diretora da maternidade, pedindo, em caráter de urgência urgentíssima, de sexta-feira para segunda-feira, a compra de vinte carrinhos inox para transporte de roupas. Eu disse: isso é investimento, eu vou autorizar sete. Sete já quebram um galho, enquanto restauramos os outros sete. A diretora também pede a compra de cinco incubadoras. Compra três ou quatro incubadoras, enquanto fazemos a reprogramação dos recursos. Há também o problema da fossa e do ar-condicionado. Queimaram vinte aparelhos de ar-condicionado de uma só vez. O centro cirúrgico está sem ar-condicionado. E agora? Como se pode consertar vinte aparelhos de ar-condicionado?

A Maternidade tem um custo operacional altíssimo, e o Estado tem que bancar essa conta. Aqui em Roraima, o ideal seria que houvesse a liberação de R$5 milhões ou R$6 milhões por mês. É preciso verificar a capacidade de o Estado bancar essa conta.

Todas as solicitações que nos foram feitas em relação à Maternidade foram atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO PILON – Às vezes, não foram atendidos os 100%. Isso eu estou explicando em relação ao alto custo de manutenção.

A Vigilância Sanitária foi à Maternidade e recolheu, por determinação nossa, todo o material – pratos, garfos, facas e panelas – que não estava dentro dos padrões de higiene. Aí abrimos uma carta-convite pela segunda vez. Abrimos a primeira, preço alto. Segunda vez, preço alto. Sabe qual foi o preço médio cotado? R$230,00 a R$530,00 acima do preço de mercado. Isso não é possível. Estou com esse processo até hoje, pedindo para o Tribunal de Contas dispensar a licitação, para que eu pudesse comprar esse material diretamente. Mas, nesse intervalo, compra-se um pouco de material diretamente um pouquinho aqui, até mil e setecentos reais, meia dúzia de garfos, tantos pratos e tantas panelas. Se compro esse material por um preço superfaturado, eu vou para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas. Se não compro, está faltando na maternidade.

A saúde é muito cartelizada. Um grupo pequeno fecha mesmo, você faz a licitação, eles se fecham entre eles e os preços ficam altos. Com isso, você tem que ter o bom-senso para saber o que é

ou não urgente e até que ponto se pode ir na decisão de comprar ou não um produto a um certo preço. Deve-se ter um conhecimento muito profundo dessas questões no momento dessa decisão.

Existe também a questão dos procedimentos administrativos. Vou falar sobre o problema da fossa. Logo que assumi a Secretaria, imeidatamente estive com o Flamarion, trouxemos um especialista em engenharia sanitária, e juntamente com a Vigilância Sanitária, porque existiam reclamações permanentes no HGR e lá. Tenho até a cópia de quatro ofícios de agradecimento ao Barra Pesada pelas denúncias que fazia da Maternidade, porque realmente estava insustentável aquele mau cheiro. Fizemos um projeto em consenso com a Vigilância Sanitária e foi decidido que deveria ser construído um filtro biológico lá. Construímos dois, porque não acreditei que um resolveria o problema, um para o PAI e outro para a Maternidade. Faz quatro meses que as obras estão em execução. Agora, definitivamente – você não vê nada, porque está tudo aterrado, mas é uma grande obra, que vocês podem ver no HGR, que ainda dá para ver... É um processo de uma mini estação de tratamento, que vai jogar, com uma qualidade de 98%, 99%, tranqüilamente na rede de esgoto, que vai lá para uma área de estabilização. O que se fazia antes? Pegava-se os carros-pipas, sugava-se aquele produto totalmente contaminado e jogava-se no meio ambiente. Não sei quantas pessoas estavam sendo contaminadas, fora o mau cheiro, a reclamação da população ao redor.

A outra questão era em relação às caixas de gordura, que são criatórios naturais de baratas, que transbordavam ali. E antes, muito antes das denúncias – vocês podem ir lá e verificar -, elevamos a saída e colocamos chapa de metal, recuperamos todas elas e cimentamos. Realmente não tem mais nenhum problema de contaminação nem de vazamento externo. As baratas se criam nos ralos, em qualquer casa; na minha mesmo, encontro barata; duvido que você abra uma caixa de gordura e não encontre barata. Tenho hoje os processos, desde janeiro fizemos dedetização permanente na Maternidade. Tenho lá os empenhos que mostram as dedetizações que foram feitas na Maternidade. Eu cancelei três processos por falta de alvará. Eu licitava, a empresa não tinha alvará. Só tem uma empresa em Boa Vista, que é a Debelar(?), que tem alvará sanitário. Eu já estava desconfiado até do preço, porque a última licitação para dedetizar a Maternidade ficou em R$11 mil. Eu disse: está muito caro. É a única empresa que tem alvará, aí o preço vai lá para cima. Então, realmente, é um problema muito sério.

Em relação à chuva, em julho houve uma tempestade, uma calamidade, e o Senador sabe que a prefeitura foi a grande atingida, porque até hoje temos avenidas na capital que ainda estão em obras. A Maternidade virou um alagamento interno; imaginem, a poeira que se acumula logo abaixo do telhado desceu, caminhávamos com muita água dentro da Maternidade. Qual era a solução? Não tinha solução, um inverno violento. Colocamos, eu e o Secretário, inclusive, comandamos o serviço lá em cima, colocamos lona e colocamos pedra para segurar até o final do inverno, porque o calhetão fletiu; aquilo agora requer uma solução de engenharia muito complicada. Esperamos o final do inverno para fazer a obra. Estamos agora trabalhando no Bloco D, está sendo reformado e vamos tentar uma solução de engenharia, tentar fazer com que ela volte ao seu estado natural, levantar e calçar, que é uma solução, vamos tentar dessa forma. Mas, realmente, a Maternidade sofreu um processo, eu diria, de contaminação, porque o que desceu do forro para baixo alagou tudo, foi realmente um problema muito sério. Foi feita a limpeza, mas ficou lá em cima a lona e pedras em cima segurando. Foi decretado estado de calamidade, e sabe quanto dinheiro veio para o Estado? Nenhum centavo, absolutamente nenhum centavo. Sabe quanto recebemos do Ministério da Saúde nos anos de 1990 a 1995 para compra de equipamentos e investimentos em saúde? R$ 687 mil. Fui até meio grosso com o Ministro e o coloquei contra a parede. Eu disse: Ministro, isso aí é discriminação com o Estado de Roraima. Discriminação com os Estados pobres.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No caso do Senador Romero Jucá, ele deu sorte, porque a Comissão de Orçamento mudou as suas diretrizes de trabalho. No ano retrasado, A comissão de obras inacabadas esteve aqui, eu, o Senador Edison Lobão e a Senadora Emília Fernandes. Foi feito um levantamento em todo o Brasil, pois o costume é um governante iniciar uma obra e se não der tempo de terminá-la em sua gestão, o outro não continua; haja vista que um hospital daqui, para o qual veio esse dinheiro, que tinha sido iniciado na gestão anterior, ficou aí parado. A prefeita está terminando agora. O que aconteceu? Foi dado prioridade como continua sendo dada prioridade.

Cada Bancada tem o direito de apresentar 10 emendas, e nas emendas que apresentamos, que os Senadores tanto de uma facção política quanto da outra assinaram, a prioridade foi para o término dessa obra e também para o serviço de drenagem.

Como eram obras inacabadas, a liberação foi realizada em primeira mão.

V. Exªs sabem disso, não é possível que eu esteja aqui contando novela. Ora não tem nada a ver! Foram colocadas ali e também a Funasa tem ajudado, V. Exª sabe disso.

O SR. SÉRGIO PILON – Apenas para concluir...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Para equipamento, não. O Ottomar viveu a época mais difícil de liberação de recursos. E vou dizer, de passagem, todos esses equipamentos caros que estão aí, desde o tomógrafo, que era zero quilômetro, o Ottomar comprou com recursos próprios. E ele construiu o hemocentro, construiu o centro de diagnóstico por imagem.

O SR. SÉRGIO PILON – Senadora, vou apenas concluir uma parte. Quando eu reclamava de dinheiro para o Ministro, um dia, na reunião de todos os secretários, ele disse: Olha, um Senador que teve uma idéia muito inteligente, e por isso ele se beneficiou bastante, porque vinculou a aprovação das emendas parlamentares à aprovação do CPMF. Ele ficou então muito simpático ao Ministro.

Mas em relação ao assunto da Maternidade, se a Comissão quiser, eu posso fornecer cópias de todos os empenhos e pedidos atendidos. Para todos os ofícios solicitando material se tomava providência.

Só para se ter uma idéia, o processo para instalação de laboratórios de bacteriologia, de infecção hospitalar, no Hospital Geral e na Maternidade – eu reclamei ao Ministro que tem o mesmo problema no Hospital Geral –, iniciou-se em julho e foi concluído, licitado e tal, no final de outubro. É um processo que custa R$60 mil e no qual se compra todo o equipamento e o material para os laboratórios de bacteriologia, para que eles cuidem da infecção hospitalar.

São várias providências a ser tomadas e, inclusive, a primeira foi a contratação de dois especialistas. Um foi o Dr. Marrocos, que é consultor da Opas, e está trabalhando desde abril na reestruturação da Secretaria de Saúde e das unidades de saúde, na organização do serviço, na definição de um modelo que seja adequado.

O que o Senador perguntou, se é possível uma unidade de saúde não ter autonomia administrativa, ele está estudando, para que tenhamos um modelo apropriado. Isso em abril.

Em julho, contratamos uma epidemiologista da Fundação Osvaldo Cruz, a Drª Elizabete, para administrar módulos. Foram vários epidemiologistas, em nove módulos. E no dia que ocorreu o problema na Maternidade estava sendo ministrado um módulo pela Drª Elizabeth, epidemiologista, que era treinamento em serviço, epidemiologia aplicada ao serviço. Coincidentemente, ocorreu esse fato.

Estávamos treinando 10 médicos e 6 enfermeiros para que cada unidade de saúde tivesse um especialista ou um médico treinado, que tivesse uma noção mínima de infecção hospitalar. E também porque temos, nas unidades de saúde, nomeadas, comissões de infecção hospitalar. Só que elas, efetivamente, não têm dedicação exclusiva. O médico não quer dar dedicação exclusiva à infecção hospitalar, porque ele vai receber o salário básico e não pode dar plantão. Além da indisponibilidade desses profissionais. Eles têm a atribuição de fazer parte da comissão de infecção hospitalar, mas exercem outra atividade de rotina dentro da unidade. Cada unidade tem a sua. A comissão foi nomeada em 1995, e no Hospital Geral também foi nomeada, em 1995, uma comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Queremos dizer que quando prestaram depoimento no Ministério, os próprios especialistas que fazem parte da comissão disseram que apenas foram comunicados, mas que nunca viram a portaria. Foi isso que o Ministro falou, nunca houve um treinamento, nunca houve uma reunião.

Esse depoimento, além de estar aqui, está na CPI. Realmente, foram nomeados, foram informados em junho e hoje estão no Ministério Público.

O SR. SÉRGIO PILON – Fizemos questão de abrir toda a informação porque penso que é realmente uma necessidade de se mudar. Contratamos depois disso, imediatamente após o fato, uma especialista, Drª Elisabeth –, que estava dando aquele curso e fez um relatório, que vocês devem ter, o relatório da vigilância sanitária, que foi uma solicitação nossa. Na realidade, antes do ocorrido, estávamos trabalhando e no dia do ocorrido já tínhamos um relatório em fase conclusiva, que tratava dos procedimentos médicos, administrativos e de vigilância que deveriam ser adotados.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PILON – Não, estávamos trabalhando com profissionais locais sendo treinados já com uma preocupação – e não era somente lá, mas no HGR também, que está com problemas semelhantes e que treinamos os médicos locais, pois não temos capacidade técnica, ou seja, não tínhamos

um especialista aqui. Trouxemos da Fiocruz e depois do ocorrido, aí sim, me socorri com a Fundação Fiocruz, porque eu já tinha uma técnica no Estado há três meses dando o treinamento e tinha um contato estreito com eles. Liguei para o Presidente e imediatamente ele pediu que só formalizássemos o pedido e, no dia seguinte, ele já mandaria os técnicos.

Quando eles chegaram a Boa Vista o Ministro me ligou perguntando o que estava acontecendo e pediu que lhe mandasse um relatório, ao que respondi não e pedi que S. Exª nos mandasse os técnicos do Ministério da Saúde. Perguntei-lhe por que ele não tinha ido a nossa solenidade. Ele disse que não tinha sido possível. Fizemos dois convites ao Ministro para que ele viesse aqui, a Roraima: um em 10 de julho e outro... Ele confirmou que atenderia aos dois convites mas não os atendeu. Eu lhe disse que agora é que estava interessante de vir aqui em Roraima ver a situação **in loco**, mas ele não veio. Depois comecei a criticar; fiz críticas em público, na imprensa. Foi pesado mesmo, porque ele recuou, não quis ver de perto a situação.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PILON – Exatamente. Fiquei um pouco chateado e fui duro na imprensa em relação a isso. Já havíamos tomado as precauções e antes de sair na imprensa – é importante que se diga isso – tomamos as medidas e por esta razão é que saiu na imprensa, pois foi nomeada uma comissão com os especialistas locais e com o que se tinha aqui: diretor da vigilância sanitária, uma médica epidemiologista, sanitarista, formada e há 30 anos lecionando na Universidade da Paraíba, pela qual veio para a Universidade de Roraima e hoje é diretora de departamento...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Veio porque a folha furou.

O SR. SÉRGIO PILON – Não, furou porque estavam reunidos... a comissão se reuniu abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Na imprensa, uma semana... Odete soube da morte no dia 14 e vocês só mandaram o resultado no dia 21.

O SR. SÉRGIO PILON – Não foi Odete quem se informou, mas uma equipe de neonatologistas que informou. O Secretário-Adjunto imediatamente fez contato com ela e entraram em entendimento e Odete foi muito profissional, fechou o berçário, transferiu as crianças durante esse intervalo, não resolveu o problema, foi nomeada uma comissão local e convocamos o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ela foi muito profissional e por que a tiraram?

O SR. SÉRGIO PILON – Não, ela foi profissional na tomada de decisão, mas os relatórios evidenciavam, antes da decisão de Atlanta, problemas gerenciais internos. Quando recebi...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas o da Fundação...

O SR. SÉRGIO PILON – Sim, o da Fundação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas ela já havia sido demitida.

O SR. SÉRGIO PILON – Não. O primeiro relatório...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No primeiro dia, daquele seu pronunciamento, que foi quando ...

O SR. SÉRGIO PILON – O relatório da Vigilância feito pela Elisabeth... reuni no mesmo dia com ela.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Doutor, a primeira vez que deu na imprensa nacional, pois a local diária não acompanho, então o Senador pediu cinco minutos e fez um pronunciamento. Luciano, Procurador do Estado, estava até lá no gabinete tratando da questão de demarcação das terras e então no **Jornal Nacional** deu de relance, mas já deu a demissão de Odete. A **Folha de S.Paulo** tinha dado pela manhã, pois lembro que no pronunciamento o Senador dizia que tinha recebido o jornal de seu Estado. Deu a demissão de Odete no primeiro dia, na véspera da chegada do Ministro Pompeu; lembro porque viajei para cá e nem vi o jornal; tratava-se do caso de Guri. Foi na quarta-feira à noite que saí de lá para cá.

O SR. SÉRGIO PILON – Odete exercia um cargo de confiança. Relato isso da seguinte forma: toda situação crítica... Num cargo de confiança você tem toda a responsabilidade e ela sempre...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É uma questão do quê? Tem razão por quê? Por que foram afastadas as médicas?

O SR. SÉRGIO PILON – Não foi afastada nenhuma médica.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Governador foi à televisão dizer que a D. Sílvia deveria saber, deveria estar cuidando.

O SR. SÉRGIO PILON – Foi exonerada uma médica, a Drª Odete, e as outras continuaram prestando serviço; as duas entraram de férias e a Odete... Não, não foi nenhuma afastada...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Pilon, já há os outros depoimentos, e por isso quero

sempre esclarecimento. O que aconteceu foi o seguinte: a Drª Sílvia entrou de licença-prêmio desde julho e retornou, se não me falha a memória, em 15 de outubro mais ou menos. Ela nem acompanhou esse processo, mas realmente foi afastada. A Drª Eugênia depois foi chamada para dar os plantões... Foi afastada dos plantões e do cargo e depois foi chamada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não quero entrar no mérito, no porquê, mas é muito bom que esclareçamos aqui porque ... quero dizer a V. Exª que só o Ministério Público hoje trouxe mais de 2 mil folhas só de depoimento e só entrou na área administrativa e cível e sequer concluiu as pesquisas e os depoimentos para a área cível. Depois é que vai entrar na área criminal.

Então é muito bom que seja esclarecido e possamos ver... Não sei a opinião dos demais, mas, de acordo com os depoimentos de autoridades e documentos existentes, talvez essa comissão precise ser prorrogada. Agora, se já temos esses depoimentos de várias autoridades, muitos documentos já entregues – para se ter uma idéia há uma pilha só de documentos – quem menos repassou documento hoje foi a Odete. É justo que se diga. Sílvia não foi ouvida ainda; a Drª Eugênia não foi ouvida. Então são até pessoas que não têm ligação empregatícia para com o Governo do Estado. Vamos ter que analisar tudo. Tudo está sendo gravado; este senhor é funcionário do Senado. Tem que haver um comparativo e por isso precisamos esclarecer para não dizer coisas diversas e apresentar um documento.

O principal objetivo desta comissão é saber realmente a **causa mortis**. Depois de se ter essa conclusão, tudo bem. Não cabe a esta comissão fazer qualquer análise criminal, porque até mesmo se dúvida houver da nossa parte se encaminha ao Ministério Público. Esta comissão não tem poderes para isso. Quero advertir quanto a esse aspecto porque estamos aqui amigavelmente e ninguém está atrás das bruxas nem inocentar um ou outro. Agora as duas foram afastadas... deu até na televisão, nos jornais, agora depois foram chamadas para recondução do cargo. Odete foi; não sei se Eugênia voltou a trabalhar e a Drª Sílvia não foi, porque até mesmo não quis. Até sei – agora lembrei – porque, sendo uma neonatologista, prefere ficar ausente até que tudo seja esclarecido.

Sim, uma pergunta que eu queria lhe fazer por causa das informações. São cinco neonatologistas. Aqui não vai qualquer questão partidária, mas temos que fazer as perguntas baseadas nos acontecimentos e nas informações. Ela estava de licença-prêmio desde julho, quando voltou, a imprensa já tinha divulgado a epidemia lá. As outras neonatologistas, que assinaram o maior número de óbitos, não foram afastadas, continuam nos cargos.

É possível uma explicação só para que esta comissão possa fazer uma análise dessa situação.

O SR. SÉRGIO PILON – Dá, tranqüilamente. Foi exonerada do cargo de confiança porque acontece o seguinte: sabemos das dificuldades e vou relatar isso hoje... Todos os diretores da unidade agora me mandam expediente alertando que se as providências citadas não forem tomadas vai haver problema. Agora estou com uma responsabilidade tão grande, pois todos encaminham os ofícios para mim e dizem que vão me livrar daquele abacaxi e vão empurrar para o secretário, pois surgiu um probleminha aqui e não é mais problema, porque ele já foi avisado. E eu teria que ter uns 15 milhões por mês para gerenciar esse sistema ideal que penso, aí sim, teríamos uma saúde de Primeiro Mundo.

No entanto, ninguém quer mais assumir nenhuma responsabilidade. Por ofício, informarei tudo ao Secretário, que será o responsável, se não tomar as providências. Digo que, quando se tem confiança, tem-se de repartir a responsabilidade e administrar com as dificuldades. Por exemplo, quando se está em alto-mar, num navio que está afundando, a solução é jogar-se para fora e tentar nadar até a praia, como uma última chance de sobrevivência.

Na realidade, esse era um fator que estávamos gerenciando. A Odete tem de assumir uma parte da responsabilidade também, porque estava no cargo e nunca o entregou. Quando surgiu esse fato, considerei que a confiabilidade havia-se quebrado um pouco e decidi fazer uma mudança interna. O relatório preliminar da Elizabete, que eu tinha contratado para dar o curso, apresentava pequenos problemas gerenciais de rotina, de organização de serviço, como a necessidade de fazer a comissão de infecção hospitalar funcionar. Dessa forma, decidi mudar, aproveitar para dar uma geral, uma nova dinâmica interna na Maternidade e exonerei a Odete do cargo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi coincidência o senhor exonerá-la do cargo no dia em que saiu a notícia no **Jornal Nacional**?

O SR. SÉRGIO PILON – Não, coincidência não. Não é questão de ter saído a notícia; nós estávamos apurando a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi coincidência ter-se tornado público o fato no mesmo dia da demissão da Odete?

O SR. SÉRGIO PILON – Não. Quando foi feita a reunião e a Elizabete apresentou aquele relatório da vigilância sanitária que trazia algumas evidências, achei por bem dar uma nova dinâmica à unidade.

Então, toda a imprensa soube e foi lá. Uma reunião com todos os médicos foi realizada, na qual expus que alguém havia informado à **Folha de Boa Vista** que estava acontecendo um caso muito grave. Ninguém nunca negou informação para a imprensa; pelo contrário, ficamos abertos a ela durante todo esse período, tentando passar todas as informações.

Não afastamos as outras duas neonatologistas; o que faremos é uma redistribuição de pessoal. O ponto-chave da morte de prematuros na Maternidade não será resolvido, se não colocarmos profissionais com experiência nos centros de saúde, para fazer o acompanhamento pré-natal correto. Eu farei uma redistribuição de pessoal; com certeza, em um estará a Odete; em outro, a Sílvia; em outro, a Eugênia; em outro, a "cubana", e assim por diante. Vou reforçar o atendimento no centro de saúde, que é o básico para que eu não tenha grandes problemas na maternidade. Será intensificado o acompanhamento pré-natal e dos casos mais graves. Tomei a decisão de fazer as mudanças.

Trouxe de São Paulo especialistas. Em janeiro, virão quatro especialistas, três neonatologistas e dois intensivistas; conseguimos que Almir Gabriel, do Pará, cedesse-nos cinco profissionais com certa especialidade. Assim, formaremos um corpo clínico mais especializado na área de UTI, com intensivistas e especialistas, e treinaremos o pessoal do centro de saúde. Se não tivermos o atendimento básico melhorado no centro de saúde, com certeza, não resolveremos o problema da Maternidade.

Essa é a decisão que colocarei em prática; só não o fiz agora, porque, durante este mês, conseguimos cinco profissionais de São Paulo, que foram embora ontem à noite. Portanto, estou meio a descoberto ainda, mas trarei outros profissionais, que se revezarão; farei uma redistribuição de pessoal no centro de saúde, que é o grande problema da capital.

É um pingue-pongue: uma pessoa joga para a outra. O atendimento que não é desejável no centro de saúde. Se tivéssemos uma boa parceria com a Prefeitura, teríamos resolvido o problema, porque o atendimento ambulatorial é de competência da Prefeitura. Nós temos de suplementar; é o Estado que banca. Eu sei do problema financeiro, mas a Prefeitura nunca assumiu a sua responsabilidade.

Até fiz um artigo em que perguntava por que responsabilizariam o Governo do Estado por isso. Nós temos de nos responsabilizar por quem não faz. É muito fácil: quem não faz não é responsabilizado. Vamos dividir a responsabilidade.

Existem várias questões, porque é muito cômodo não fazer. Não estou falando só de Boa Vista; todos os municípios não fazem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO PILON – Não fazem e não têm responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO PILON – Então, temos de levar isso em consideração.

Fiz um artigo, que passarei à Relatora e ao Senador, em que relato essa dificuldade.

Realmente, quem faz está exposto. Nós estamos tendo uma série de dificuldades aqui. Há prova de que, durante todo o ano de 1994, contratamos todos os currículos médicos e de enfermagem, o que demonstra a disposição do Governo do Estado de tentar superar isso.

Já foi feito um esforço muito grande na infra-estrutura física, feita pelo Governo anterior, que deixou isso aqui, uma bela estrutura física, e estamos tentando, agora, suplementar isso com a contratação de mão-de-obra, daí, o investimento maciço em recursos humanos, com mais contratação, melhoria salarial, tentando estimular essas pessoas porque não adianta R$700,00. Abrimos um posto de saúde na Pintolândia, e o Diretor do Asa Branca disse assim: Ah, que bom! Desafogou aqui. Porque, em 24 horas, botamos 8 médicos, equipamos um belo laboratório, onde se faz todos os exames, atendimento 24 horas, tenho remédio lá dentro, aí, o cara do Asa Branca diz: Que beleza! Aqui, não vai mais, porque ele não encontra medicamento, não tem o médico, não tem nada. Então, é uma questão bastante complexa, não é nem política, é complexa, de gerenciamento desse modelo. A Prefeitura não tem condições, e o novo prefeito não vai ter condições de manter aquele hospital.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vai.

O SR. SÉRGIO PILON – Vai custar um milhão e tanto. Realmente, é um problema.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Você há de convir o seguinte: com os poucos recursos, a estrutura e instalando o Estado, os três Poderes e to-

das as construções deixou a saúde da maneira que deixou, com as construções, com equipamentos, por que que não vai dar?

O SR. SÉRGIO PILON – Senadora, em termos de prioridade, uma unidade desse porte é muito onerosa, exige especialistas, vai ter 5 leitos de UTI, vai ter que trazer profissionais e pagar muito bem. O profissional quer vir ganhar aqui R$7.000,00, R$8.000,00, e não vem por menos não, nessa área.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Doutor, V. Exª acabou de informar que, em 5 anos, foi seiscentos e pouco, não sei quanto foi para o Otomar. Sinceramente, não fiz esse levantamento, não sei. Mas se ele conseguiu fazer deixando essa estrutura, por que não vai manter um hospital em Boa Vista? Isso é muito relativo.

O SR. SÉRGIO PILON – Estou dizendo que precisa de uma parceria efetiva, estou colocando que a Prefeitura sozinha, sem a parceria...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas a clientela também vai se dividir, não fica só de um lado, uma mão lava a outra.

O SR. SÉRGIO PILON – Estou dizendo que, pela arrecadação da Prefeitura, ela vai ter que colocar 30, 40% da arrecadação dela na manutenção de uma unidade. E as outras atividades normais de urbanização, de tratamento de esgotos e tal? Questiona-se por que existem problemas respiratórios em Boa Vista. Porque grande parte da cidade não tem asfalto, e o próprio Brigadeiro diz o seguinte: vou asfaltar esta cidade toda. Dessa forma, vocês vão ver a diferença na quantidade de meninos que não vão mais para a maternidade. Porque são meninos que têm problemas respiratórios por causa da poeira, do barro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Cada um está fazendo o seu comercial, então, quero fazer o comercial porque foi na gestão do Otomar que se construíram três lagoas de estabilização porque até os indigentes iam para dentro do rio. E foi ele quem...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi contratado com a Caixa Econômica.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Contratado, mas não estava paga, e ele fez com recursos do Estado. Isso aí é só um comercial, porque cada um faz, então, quero fazer o meu também. É pena a Sandra não ter um comercial para fazer.

Penso que da minha parte, já encerrei as minhas perguntàs. Eu queria enfatizar mais esses assuntos ventilados nos depoimentos, não sei se o nosso técnico, Dr. Rômulo deseja fazer mais perguntas? Nada, nada mais das dúvidas daquelas exposições? Nada?

Então, passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria ainda de levantar algumas questões porque julgo importante que fique definido o perfil de atuação da Secretaria e a elucidação desses casos.

A imprensa foi farta em dizer que a Drª Odete, ex-Diretora da maternidade alertou o Governo Estadual para as péssimas condições do lugar: morte de bebês era previsível. De um lado, existem as colocações da Diretora da maternidade; de outro, existem colocações do Líder do Governo e Presidente da CPI, Deputado ? Vieira, governista, dizendo que a maternidade teria se transformado num comitê eleitoral, durante o período eleitoral, que teriam havido abusos e extravagâncias e utilização de cirurgias eleitorais, enfim, inclusive, nomeando algumas médicas, que, por coincidência, foram afastadas, em tese, teria sido afastadas e voltaram, inclusive, demonstrando nas colocações que haveria uma briga surda entre o grupo de médicas que é do PMDB, e o PPB, do Governador, no caso do Secretário de Saúde, inclusive colocações do Deputado Lúcio Távora, dizendo que existe essa briga e que deixaram a Odete se esborrachar e que ela deveria ter pedido demissão antes.

Eu perguntaria, primeiro, quem está com a razão, a Drª Odete, que avisou ao Governo e este não tomou providência, ou o Deputado Édio Vieira, que acusa a Drª Odete de ter transformado a Maternidade num comitê eleitoral? Se era do conhecimento do Secretário de Saúde, já que é a única maternidade do Estado... Nós temos aqui um grande hospital e uma grande maternidade. Na verdade, 90% de todos os atendimentos são feitos nessas duas unidades. Entendo que qualquer coisa que aconteça nessas duas unidades, em tese, deve chegar ao Secretário de Saúde. Eu perguntaria se o senhor tomou conhecimento dos avisos da Drª Odete e se tomou conhecimento dessas informações do Deputado Édio, ou seja, no sentido de que o Comitê Eleitoral de certa forma desvirtuou e prejudicou ainda mais a atuação da Maternidade.

O SR. SÉRGIO PILON – Eu não analisaria dessa forma e relato o seguinte: os comunicados da direção em relação às precárias condições eram óbvias. O Governador visitou duas vezes a unidade, junto com o Secretário de Obras. Eu, particularmente, fui lá várias vezes. A primeira, quando se descobriu a Maternidade como solução emergencial; a se-

gunda, por causa da questão da fossa e, a terceira, por causa do lixo. Todas as providências relativas à área estrutural foram tomadas. O filtro biológico foi construído, a fossa foi sanada e cimentada; aumentamos a capacidade de oxigênio, porque todo inverno tínhamos lá um momento bastante crítico.

Tínhamos um depósito de oxigênio que dava para quarenta e cinco dias, de trinta a quarenta dias. Esse oxigênio vinha de Belém. Quando interrompiam a Br-174, não havia oxigênio. Tínhamos que acionar a Base Aérea para providenciar um caminhão e às vezes ela não podia atender-nos. O que fizemos? Imediatamente solicitamos à White Martins que aumentasse o tanque, a fim de que tivéssemos autonomia para quatro meses. Isso foi feito e está lá hoje um tanque, com autonomia para quatro meses.

Com relação ao lixo e ao incinerador, solicitamos um projeto e ele está pronto, em fase licitatória. Quer dizer, não é do dia da denúncia, foi feita em agosto a reunião com os técnicos. Logo que assumi, em janeiro, fiz um ofício à Prefeitura pedindo colaboração no sentido de que fosse recolhido o lixo segregado. A Prefeitura me respondeu, por intermédio do Secretário de Urbanismo, em outubro, final de setembro, dizendo que esse serviço seria feito. A resposta demorou oito meses e esse serviço está sendo feito e muito bem-feito. O que precisávamos fazer lá era um depósito mais apropriado e esse depósito já está com projeto pronto, em fase de licitação.

Com relação à mudança estrutural interna da Maternidade, nós contratamos um especialista, Dr. Leite, que é consultor do Ministério, professor da Paraíba e que hoje está inclusive aqui, no Estado, e já veio aqui várias vezes. Ele está cuidando do projeto do HGR, da reforma do pronto-socorro, da UTI e também do projeto. Cuidou ainda do filtro biológico, do incinerador, do depósito de lixo e das mudanças internas da Maternidade. Nós não poderíamos fazer a obra no inverno. Isso seria impossível. Todas essas informações foram levantadas – e muito bem – pela Odete e nós tomamos as providências.

O Senador visitou a unidade e disse que agora é que estávamos fazendo a fossa. Não é verdade, a fossa está sendo feita há quatro meses. Nós colocamos duas bombas de garimpo lá para sugar a água, porque abríamos um metro e a fossa enchia de água e o cara ficava lá batendo estaca e colocando cimento em outro lado. É preciso um esforço bastante grande, porque o lençol freático aqui é muito alto, a água sobe e é um problema para se fazer obra. Vocês vão ver este mesmo sistema no HGR: duas bombas puxando água, pois circula um igarapezinho lá no buraco.

Com relação às cirurgias, realmente hoje nós suspendemos as cirurgias eletivas por uma recomendação da comissão técnica, porque no dia em que os técnicos, os especialistas estavam aqui, quando foi praticamente superado o problema, eu lhes disse: Agora uma mãe pode ter um filho no centro cirúrgico? Há 100% de segurança? Eles me disseram: Não tem 100% de segurança, mas é melhor do que o parto em casa, porque aí você terá mortalidade materna e de recém-nascido. Eu disse-lhes: Mas eu queria fazer um decreto confiscando as outras maternidades. O Governador pode baixar um decreto confiscando as clínicas particulares. Eles me disseram: Não faça isso. É muito pior, porque você não sabe as condições dessas clínicas. Elas são muito pequenas. Não dá. É melhor fazer na Maternidade. Vamos tomar providências. Vamos acompanhar o processo. Vamos tomar providências a respeito. Vamos mudar as rotinas. Vamos melhorar o sistema.

O melhor lugar para uma parturiente ir ainda é a Maternidade. O que houve foi bastante sensacionalismo. Houve um terrorismo por parte da imprensa e hoje as mães não querem ir à Maternidade. As mães vão ao Centro de Saúde para tomar algum medicamento, mas não querem ir à maternidade. Elas dizem: na maternidade, estão morrendo crianças. Realmente, causou-se um apavoramento muito grande na população. Com isso, para evitar a sobrecarga da maternidade, resolvemos suspender as cirurgias eletivas. Só que se deve dar uma solução para essas cirurgias.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não se trata de um apavoramento. Na verdade, morreram 28% das crianças nascidas em um mês naquela maternidade.

O SR. SÉRGIO PILON – Mas isso ocorreu também no Ceará.

Inauguramos um hospital em Alto Alegre e convidamos a imprensa para ir até lá. Estamos inaugurando esse hospital para resolver o problema. Vamos fazer pequenas e médias cirurgias em Alto Alegre; vamos montar um centro cirúrgico ali. Mas quem está querendo ir comigo para lá? Eu disse que iria fretar um avião para levar toda a imprensa. V. Exª acha que alguém quis ir para lá? Ninguém foi até lá. Disseram que isso não interessa para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Hospital de Alto Alegre é aquele do "coelhinho da fatura de reajuste"?

O SR. SÉRGIO PILON – Não, está dentro do preço.

Foi perguntado se alguém gostaria de conhecer o Hospital de Alto Alegre, e o que foi respondido é que isso não interessava. Perguntou-se também: alguém quer saber quantas pessoas morrem de malária e quantas iriam morrer de dengue hemorrágica? A resposta foi a seguinte: "Isso não nos interessa, porque não dá ibope; o que dá ibope é a morte dos bebês aqui". Não consegui levar ninguém à outra unidade de saúde.

Suspendemos as cirurgias eletivas, que terão que ser feitas em outro local. Essas cirurgias serão feitas no HGE, onde também não há mais condições de atendimento. Há cirurgias marcadas no HGE há trinta dias. Com isso, estamos fazendo uma descentralização. Se uma cirurgia vai ser feita em São Luiz, teremos que levar para lá um cirurgião e um anestesista; já contratei um cirurgião, mas ainda não há anestesista. Vamos fazer uma cirurgia no BV-8(?); vamos operá-los lá. Fui a Santa Helena e fiz um acordo informal com o médico que trabalhava lá, para que fossem deslocados dois ortopedistas; com isso, numa semana, seriam feitas operações aqui, e, na outra semana, seriam feitas operações lá com os médicos daqui. Vamos tentar descentralizar um pouco o atendimento cirúrgico, porque a situação está insustentável.

Em relação à morte das crianças e ao atendimento no PAI, disse à imprensa que, no PAI, havia um verdadeiro caos, porque todas as crianças da Capital eram atendidas ali. Havia 80 leitos, e, no inverno, foram internadas 240 crianças. Colocamos camas de adulto na maternidade para servirem às crianças. Não havia boas condições de atendimento.

Sugerimos ao Ministro que o Hospital Coronel Mota fosse transformado num hospital infantil. Depois, quando fizemos esse discurso, a prefeitura transformou o Hospital de Emergência num hospital infantil, o que gerou todo um discurso de campanha. Negociamos isso e colocamos como prioridade, dentro do Reforsus, a transformação do Hospital Coronel Mota em hospital e pronto-socorro infantil. Isso dá ibope.

O SR. *(Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO PILON – Não. Esse é um hospital estadual que está meio desativado.

O Ministro me garantiu que eu poderia fazer a licitação e que S. Exª liberaria o dinheiro. Quando fomos proceder à licitação, S. Exª disse que a mesma não poderia ser feita por que há um critério para a liberação dos recursos do Reforsus e do Banco Mundial e que o contrato tem que ser feito via Banco do Brasil. S. Exª disse que, se a licitação fosse feita, ninguém me concederia o dinheiro. Argumentei dizendo que crianças estavam morrendo e que deveria existir um hospital infantil. A prefeitura disse que esse era um negócio muito bom e que o Hospital de Emergência seria transformado em hospital infantil. Isso foi feito. E aí eles nos ganharam no discurso.

Em Boa Vista, os técnicos do Ministério e os técnicos cubanos disseram que o ideal seria haver 240 leitos infantis. Com isso, aqui haverá a melhor assistência do mundo, porque, na prefeitura, haverá 80 leitos e, no Estado, 140 leitos. Com isso, aqui em Roraima, em 1997, haverá o número ideal de leitos. Este será o único Estado em que não existirá problema na área de pediatria, já que haverá uma grande quantidade de leitos. Vamos ter que resolver a questão de recursos humanos. Vamos ter que fazer um esforço para trazer mão-de-obra. Mas, realmente, isso foi o que aconteceu.

Gostaria de esclarecer que o Governador e eu nos reunimos com a Drª Odete na maternidade, no mês de junho. O Governador me disse que estava me colocando na área da saúde por que queria que existisse uma administração profissional e técnica e não política.

Mas o que faz um economista na área da saúde? Hoje, a grande questão discutida em nível nacional é a que se refere à gestão. Quando foi aprovado o CPMF, foi feita uma pesquisa em São Paulo e no Rio de Janeiro, em que 60% da população dizia o seguinte: "Somos contra porque não acreditamos na rede pública; esse dinheiro vai ser utilizado de forma indevida". Então, a grande questão hoje é a de gestão de recursos públicos.

O Governador me disse: "Confio em você, porque você é um técnico competente, tem experiência em administração pública e já fez três cursos de especialização. Você estará bem assessorado: no Departamento de Vigilância Sanitária, haverá uma médica sanitarista; no Departamento de Assistência à Saúde, haverá uma médica sanitarista; no Departamento de Assistência e Saúde, uma enfermeira especialista e um epidemiologista; no Departamento de Planejamento, um técnico de planejamento. O médico deve estar nas unidades, gerenciando-as. Quanto a vocês, deverão reorganizar o sistema. E isso foi feito. Essa é uma questão interna e política... O Governador chamou Odete e perguntou: você será candidata a vereadora? Ela disse que não. O seu marido será candidato a esse cargo? Também respon-

deu que não sabia, havendo-se dúvida pelo fato de ele não ser um servidor público, sendo que a decisão sairia apenas em 30 dias. O Governador lhe respondeu: Se ele for seu candidato, quero uma resposta amanhã. Se positiva, você não poderá ser diretora da maternidade, porque não desejo envolver política nas unidades de saúde. Aconteceu que seu esposo não foi candidato e ela continuou no cargo.

Quanto à Sônia Bacelar, não é aspecto ligado à familia. Pode ser uma funcionária qualquer que deseja ser candidata, o que não a impediria, sem qualquer problema. Ela saiu da sua função, desincompatibilizou-se e fez a sua campanha política...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas a diretora atual da maternidade disse, no depoimento à CPI, que Sônia continuou mandando e fazendo tudo o que queria dentro do hospital.

O SR. SÉRGIO PILON – Há várias interpretações. Quem disse isso foi a Edelma?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim, ela própria assim se referiu na CPI. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SÉRGIO PILON – Eu e o governador não sabíamos disso, porque tesmunhei a decisão deste em ter nas unidades de saúde uma administração profissional, técnica e sem envolvimento político, sendo sempre esse o meu comportamento. Até os deputados estaduais reclamam muito da minha postura. Devemos fazer política, sim, mas de saúde. O governo terá sua medida por sua política de saúde, não dentro da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dentro dessa linha, temos a seguinte informação: "A culpa pela infecção hospitalar cabe aos médicos, que só querem ganhar dinheiro sem trabalhar", palavras do Deputado Chico Guerra.

Gostaria de saber se há responsabilidade dos médicos e se há uma posição, dentro da Secretaria de Saúde, que defina que os médicos, os que são Parlamentares, seriam proibidos de atuar em hospitais, porque estaria havendo uma ingerência política destes na estrutura de saúde do estado.

O SR. SÉRGIO PILON – Há em Roraima bons profissionais. Fiquei surpreso quando, na despedida dos médicos de São Paulo, todos choraram, talvez por sentirem a falta de pessoas qualificadas que possam dar uma sustentação às pessoas que, por aqui, não têm oportunidade de treinamento em centros mais desenvolvidos. Houve trocas de flores. O que me deixou muito satisfeito, porque há uma disposição local em crescer profissionalmente. Isso nos anima, sente-se a vontade de crescer de todos.

O que acontece internamente sobre a utilização política, esclareço que existem bons médicos no Estado. Frise-se que todos os que atuam no Estado não se formaram por aqui. O que falta é a atualização constante que os deixe em dia. Assim, há uma necessidade de reciclagem. Montamos no HGR um centro de estudo e, na ampliação, quando transferimos o PAI para o Hospital Coronel Mota e, representando a prefeitura, assinei este documento em que se autoriza um auditório onde atualmente é o Pronto Atendimento, para que haja reciclagem e discussões nos casos concretos. Funcionários que não são eficazes no serviço público são demitidos. Esta semana foi demitido um. Por quê? Porque houve o desvio do paciente para uma clínica particular. Imediatamente eu implantei serviços de disque denúncia, disque melhoria da saúde e disque amizade sanitária. É um número específico, acompanhado pela assessoria jurídica e que vai apurar todos os fatos, tentando melhorar e humanizar o serviço de saúde. Desta forma, os maus profissionais serão afastados. A denúncia foi formalizada. Chegou à secretaria. Está comprovada. Tomo as medidas administrativas e, depois, terão de fazer sua defesa necessária no Ministério Público, até que se prove que o cometimento ou não de qualquer delito na administração pública. Existem bons e maus profissionais em todas as áreas. Se alguém da limpeza não tiver um bom comportamento, poderá ser substituído por outra pessoa que queira trabalhar. Cabe a nós gestores termos o bom-senso para fazermos esse tipo de análise.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ficou comprovado que as mortes dos bebês ocorreu em agosto, inclusive. Neste mês houve um pequeno pico, caiu em setembro e foi ampliado em outubro.

O SR. SÉRGIO PILON – Em agosto existiram dois casos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A secretaria já tem uma posição sobre o exame de bactéria relativo à morte de determinadas crianças, ou apenas se sabe quanto àquela que foi a Brasília? O restante aguarda a posição dos Estados Unidos?

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PILON – O Ministério Público fez a exumação dos cadáveres. As amostras foram enviadas, mas o resultado oficial ainda não retornou. Esperamos cruzar os dois relatórios: o da Fiocruz, que é uma instituição reconhecida a nível nacional, e o que chegará de Atlanta em, no máximo, 10 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quanto a mim, estou satisfeito e agradeço ao Dr. Sérgio Pilon, esperando que possa fazer as transformações que deseja, o que será muito importante para a saúde do Estado.

É preciso deixar claro que qualquer informação a mais poderá ser encaminhada à Comissão. Isso deverá ser feito a mim ou à Senadora Marluce Pinto.

O SR. SÉRGIO PILON - Passo, Sr. Senador, notas de despesas da Maternidade, notas de empenho, há um relato um pouco emocional e tem o comprovante de aplicação de receitas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos retomar aos depoimentos, com o Dr. Luís Araújo da Silva, Diretor do IML de Roraima.

Dr. Luís, a Comissão está analisando a questão da morte dos bebês. A presença de V. Sª aqui é com o intuito de sabermos se houve algum tipo de ligação desse instituto com a maternidade e se foram feitas as autópsias nessas crianças mortas. Pela imprensa, tomamos conhecimento de que o Instituto Médico Legal teria acompanhado a exumação das crianças e que o senhor mesmo teria colocado, tecnicamente, algum tipo de comentário sobre o ocorrido. Desta forma, gostaríamos que fizesse um breve relato sobre essas questões apresentadas.

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA – Srs. Senadores, esse problema não é de hoje; ele se arrasta ao longo do tempo. Sempre tivemos a preocupação, junto à Secretaria de Saúde, quanto ao fato de o Estado não ter serviço de verificação de óbitos. Se tivéssemos essa atividade, perderíamos apenas uma criança, porque a causa básica seria detectada. Eu próprio fui contra as exumações solicitadas pelo Ministério Público, porque o que iríamos encontrar nelas nada mais seria do que uma fauna coberta por fungos e bactérias pós-mortes, o que não representaria coisa alguma. Simplesmente o fizemos para cumprir uma determinação judicial.

Quanto às mortes, anteriores a esses casos, fomos solicitados a dar um parecer, apenas uma única vez, sobre uma criança que teria falecido lá. Para o meu espanto, essa criança teve um sofrimento fetal e, em conseqüência disso, uma morte prematura. À época, a imprensa fez um estardalhaço. Percebo também que essas parturientes – pois só vemos os problemas das crianças que morreram -, que entraram na maternidade, são aquelas que tiveram um pré-natal deficiente, o que proporcionou o começo das mortes de seus filhos dentro de seus próprios úteros, dando-se, em seguida, o óbito justamente na rede hospitalar. Não acompanho o dia-a-dia na maternidade. Não sei o que se passa lá. O que fiz foi procurar o Secretário de Saúde, por intermédio da Drª Marília, ainda no governo passado, e apresentei-lhe uma proposta. Só que estava no final do mandato. Ela queria algo que fosse imediato. Tratando-se de verificação de óbito, ou se faz bem ou não se faz. Foi no tempo em que ela saiu e um novo governo assumiu...

O SR. *(Não Identificado) - (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA – Renovei, levei ao Dr. Sérgio Pilon. Essa proposta foi trazida aqui pela Fundação Nacional de Saúde. Na reunião compareceu a enfermeira Ana Rosso, representando a Fundação, a Drª Ana Rita, representando a Secretaria de Saúde e eu, representando o Instituto Médico Legal.

Eu já havia feito essa proposta para que as instituições encontrassem a melhor maneira para fazer a apresentação. Fomos ao Sr. Secretário de Saúde, mas ele achou muito caro R$ 9 mil, que seria a quantia paga a todos os profissionais envolvidos – no caso, seis legistas, um patologista, os auxiliares e mais os serviços de laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nesse serviço de verificação de óbito.

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Serviços de verificação de óbito. Na proposta, falei que seria muito mais viável fazer serviço de verificação de óbito por intermédio da universidade. Ali era o local ideal, porque há patologistas, há acadêmicos, que seriam os auxiliares, e há laboratórios. No entanto, todos conhecem o resultado: mortes de crianças cujos diagnósticos não correspondem à verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - O que está atestado não condiz...

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - O profissional médico acompanha macroscopicamente o paciente; ele não tem olho de raio-X nem de laboratório. Então, a causa é aquela que se apresenta; não sabemos que tipo de bactéria está dentro de um corpo fazendo aquilo.

Na realidade, a morte dessas crianças começou há muito tempo, desde o pré-natal; são crianças mal-assistidas, desnutridas, mães desnutridas, mães que não deviam estar parindo, estão parindo à toa um bando de crianças que não têm condição nenhuma de sobrevida. Acredito até que os desígnios de Deus foram positivos nesses casos; são famílias carentes que não tinham condições nem para criar um filho e acabam tendo seis ou sete.

Esse problema é muito amplo e não vem ao caso agora. Penso, no entanto, que o Estado tem que ter um serviço de verificação de óbito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Se tivesse, identificaria...

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Identificaria imediatamente. Todo hospital que se preza, todo Estado que se preza tem um serviço de verificação de óbito e um óbito hospitalar nunca é dado sem que a patologia seja esclarecida. No caso dessas crianças, o primeiro morreu e nada foi esclarecido, o segundo morreu e nada foi esclarecido e assim ocorreu sucessivamente.

O relacionamento da instituição com essa situação foi esse. Por último agora, a Promotoria determinou a exumação e eu disse na época que não iríamos encontrar nada, mas cumprimos a determinação.

Entramos em contato com a Fundação, que era o meio – tecnicamente falando – mais viável para chegarmos até o local do laboratório. O promotor solicitou do coordenador e imediatamente foram encaminhadas essas peças. Eu não fiz necropsia dos corpos encontrados; apenas retirei tecidos de pulmão e fígado de quatro dos oito corpos, porque os outros quatro não ofereciam mais condições para exame – eram crianças miudinhas, cobertas por uma camada de fungos. Inclusive, estamos ainda aguardando resultados; não sei se esses exames terão resultados práticos.

Esse foi o nosso relacionamento nesse caso. Lastimo muito que isso ainda ocorra, porque essa situação é antiga e se arrasta há muito tempo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) - Dr. Luiz, gostaríamos de agradecer a sua presença nesta Comissão. Viemos a Roraima para procurar elucidar os fatos.

Farei uma pergunta para a qual não sei se V. Sª tem uma resposta. O que mais me chocou, pessoalmente, quando o **Jornal Nacional** mostrou os acontecimentos, foi aquela quantidade de covas abertas. O senhor, que é do IML, sabe por que abriram 80 covas de uma vez?

O SR. (Não Identificado) – Oitenta não, trinta.

O jornal lá publicou 80. Aí diz 30? Mesmo que fossem apenas 30, ainda é assustador. Houve alguma recomendação? O coveiro fez por conta própria? O senhor sabe de algo sobre isso?

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA – Creio que isso diz respeito à administração do cemitério. Não creio, de jeito nenhum... Tecnicamente, não tenho nada a esclarecer. Acho apenas que é o procedimento por eles adotado. Quanto a isso não saberia lhe responder à altura.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) - De acordo com o seu relato, ficou bastante claro que o seu contato com a maternidade é mínimo, porque seus serviços profissionais são prestados no IML. Em decorrência disso, não tenho perguntas a fazer e dou-me por satisfeita com a sua colocação no sentido de que o Estado tem necessidade urgente de contar com um serviço de verificação de óbitos. Isso já vai nos ajudar, porque esta Comissão veio para cá, como falei, para descobrir a causa da morte dessas crianças.

Pensei que o senhor tivesse um relacionamento mais estreito com o hospital, mesmo não tendo uma participação direta, trabalhando lá dentro da maternidade; pensei que o senhor estivesse sempre em contato com as neonatologistas ou com os cirurgiões. No entanto, pelo que V. Sª informou, nada disso ocorria.

De minha parte, não tenho nada mais a perguntar. Quero agradecer a sua presença aqui nesta Comissão. Ficamos esclarecidos quanto ao assunto que lhe cabia esclarecer.

O senhor, há muito tempo, vem ocupando o cargo de Diretor do IML e tenho certeza de que, se dependesse de V. Sª as coisas já teriam sido modificadas, pelo menos parcialmente.

Muito obrigada pela sua presença.

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Também lhe fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Dr. tem algo a perguntar.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Sou consultor legislativo do Senado. Sou médico por formação e trabalhei com controle de infecção hospitalar no Ministério da Saúde por muitos anos.

Como o senhor avalia os resultados desses exames. São exames microbiológicos que serão feitos nos cadáveres exumados?

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Com a sua experiência como patologista, o senhor acha que isso vai trazer algum elemento para ajudar a elucidar essas mortes?

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Não irá, com certeza absoluta, acrescentar nada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador João França, V. Exª quer fazer uma pergunta?

Gostaria, antes de agradecer ao Dr. Luis, dizer que está aqui a edição da **Folha de S.Paulo** a que se referiu a Senadora Marluce Pinto, que diz o se-

guinte: "O coveiro Jairo da Silva, de 18 anos, enterra o bebê Jessica no cemitério Campo da Saudade em Boa Vista" – é um cemitério particular – "ao lado de dezenas de covas de crianças já feitas." Diz o coveiro: "A gente deixa tudo cavado, senão fica de última hora e aí não dá. Teve dia que enterrei sete bebês." Essa foi a colocação do coveiro.

A matéria diz que ele trabalhava com 30 covas abertas, porque estavam morrendo muitas crianças...

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Senador Romero, acho que no mundo inteiro, quando há uma epidemia, tem-se uma idéia de quantos irão falecer. Enterram-se não apenas os óbitos hospitalares, há óbitos decorrentes de acidentes de trânsito, acidentes domésticos etc.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas eram covas infantis.

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Mesmo assim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Queria agradecer o Dr. Luis e dizer, inclusive, que foi importante, apesar de ter sido um depoimento curto, essa questão do serviço de verificação de óbitos. É uma informação fundamental, que, inclusive, deverá ser uma das sugestões do relatório da Comissão. Na verdade, esse tipo de ação poderá prevenir para o futuro uma série de questões.

Quero agradecer a sua participação, porque é uma sugestão extremamente importante.

O SR. LUÍS ARAÚJO DA SILVA - Senador, na oportunidade, gostaria também que fosse visto que o Instituto Médico Legal, que tem um parecer técnico já aprovado, depende agora só do Governador. Não é necessário reformá-lo, mas construir um novo Instituto Médico Legal. Nesses casos é que vemos a importância deste Instituto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dando continuidade à reunião de audiências, vamos ouvir agora a direção da Lucel, representada pelo Sr. Manoel Ribas Galvão, acompanhado do advogado Paulo Afonso Santana de Andrade.

V. Sª tem conhecimento das questões que têm sido noticiadas pela imprensa e esta Comissão de Sindicância do Senado é exatamente no sentido de procurar averiguar os fatos, não há nenhum tipo de postura de perseguição, pelo contrário, nossa idéia é esclarecer os fatos para que possam subsidiar outras ações, inclusive movidas pelo Ministério Público tanto Estadual quanto Federal.

Perguntaria se V. Sª gostaria de fazer algum esclarecimento antes ou já fica à disposição para as perguntas dos Senadores.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passamos a palavra a Senadora Marluce Pinto, Relatora, e em seguida aos demais Senadores que farão as perguntas. V. Sª pode ficar tranqüilo, porque não há nenhum tipo de espírito de retaliação, pelo contrário, quero que V. Sª preste esclarecimentos que considere importante.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Manoel Galvão e Sr. Paulo Afonso, queremos agradecer as presenças de V. Sªs. Inicialmente, queria solicitar, se possível, que V. Sª fizesse um relato dos trabalhos, tempo de serviço que a Lucel está no Hospital, para que pudéssemos elaborar perguntas, porque existem senadores que não são da nossa região e um relato facilitaria o entendimento, até porque já ouvimos vários depoentes e quase todos enumeraram a atuação da Lucel.

Agora V. Sª pode ficar bastante tranqüilo. Esta é uma Comissão Especial, a sua finalidade é elucidar os fatos. Queremos fazer o possível para que no seu término já se tenha o resultado do que aconteceu, quais as causas que ocasionaram o surto de infecção. V. Sª fique muito tranqüilo, porque até, se porventura, não digo nem com V. Sª, mas com outras pessoas, viesse a ser constatado que havia culpabilidade, não caberia a esta Comissão o julgamento, porque estamos apenas investigando, que é o que temos direito a fazer. V. Sª está no meio de pessoas que conhece há bastante tempo e que aqui não estão para recriminar ninguém, muito pelo contrário. As perguntas que temos que formular a V. Sª as faremos baseados exatamente no seu relato e nas colocações que já foram feitas a outros depoentes, porque desde as 9 horas da manhã que estamos aqui ouvindo pessoas.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Na maternidade estamos há cinco anos prestando serviços. Nunca tivemos nenhum problema igual a esse que aconteceu agora. Eu, como dono da Firma Lucel, que presta serviço a uma área, não é a todas as áreas, qual é a culpa que vamos ter? Não acredito, porque não prestamos serviços para o centro cirúrgico, há uns dois ou mais anos, desde que a maternidade foi aumentada, o Bloco D e o PAI. Na época do Governador Tomás de Souza Pinto, por intermédio de um acordo verbal com a Drª Marília, à época Diretora da Maternidade, deixamos de prestar serviços

no centro cirúrgico para fazê-lo no Bloco D e no PAI. Nossas obrigações eram quanto ao chão, ao teto, à parede. Não trabalhamos com cama, com berço, com dedetização. O nosso contrato, inclusive, é bem claro nesse aspecto.

Temos também dois jardineiros, e, quando não há jardim, devemos apenas podar a grama. Não mexemos na área de fundo, com lixeira ou com esgoto, mas somente com jardinagem.

Creio que era o que tinha a dizer.

O SR. *(Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Na nossa área de atuação, recolhíamos o lixo e o colocávamos na lixeira.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Manoel, como o Dr. Romeiro é consultor do Senado e também médico sanitarista e como a Senadora Sandra não sabem o que funciona no Bloco D, V. Sª poderia explicar-nos rapidamente a questão, porque foi dito que, após a ampliação da Maternidade e com a instalação do PAI, os serviços prestados pela Empresa Lucel passaram a ser feitos no PAI e no Bloco D.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não. Os serviços não eram prestados apenas no PAI e no Bloco D. Apenas saímos do centro cirúrgico.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Eu não havia entendido assim. Houve a ampliação no Bloco D e no PAI, com exceção do centro cirúrgico. Quer dizer que a Lucel não fazia nenhuma limpeza nas incubadoras?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não, senhora. Não era nossa obrigação.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Com referência ao lixo, não havia responsabilidade de recolher o lixo da Maternidade para jogar fora. A Lucel apenas recolhia, naquela limpeza, o lixo e o colocava na lixeira. A responsabilidade de retirada do lixo era, então, de uma outra empresa?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não saberia dizer.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas não era de responsabilidade da Lucel.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não era de responsabilidade da Lucel.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E quanto às outras unidades da Maternidade, os outros blocos, as enfermarias, a empresa presta o serviço de limpeza?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Presta sim, senhora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas apenas com relação a chão e teto?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Com relação a chão, a teto, a mesas, a parede, a luminárias. No contrato estão especificados os serviços diários, semanais, quinzenais e mensais.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou que há cinco anos vem prestando esses serviços. No início da prestação de serviços, houve licitação?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - No início houve uma licitação, e quem ganhou foi outra firma. Ficamos em segundo lugar. Não sei os motivos – e não vou inventar detalhes sobre assuntos que não me dizem respeito -, mas a empresa foi afastada dos trabalhos e fomos, então, chamados para assumir a Maternidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O senhor não sabe se foi por desistência da empresa?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não sei não, senhora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas a Lucel foi chamada?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Fomos chamados. Depois de um ano, houve nova licitação.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Porventura, a empresa que ficou afastada entrou na Justiça para questionar os seus direitos?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não sei não, senhora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Faço essa pergunta, porque, se se tratasse de um afastamento pela direção em querer dar prioridade à empresa Lucel, deveria...

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Ela ainda trabalhou mais ou menos três ou quatro meses, não me recordo bem quanto tempo ela trabalhou.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Teria que entrar na Justiça para conquistar os seus direitos. Se assim foi, pode ter sido até por desistência.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Pode ter sido, não sei.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Não vai ao caso, porque o que está sendo questionado é a prestação de serviço da Lucel.

Sr. Galvão, muitas perguntas temos que fazer para V. Sª porque, de acordo com os depoimentos que já foram feitos, hoje, nesta Comissão, desde às 9h, foram vários depoentes.

Nesse contrato, V. Sª disse que, depois de um ano, foi realizada nova concorrência. Na segunda concorrência...

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Ganhamos novamente.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Primeira colocada?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Foi em 1991, pouco mais de ano. Foi, em 1993, o contrato.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então houve concorrência em 1991 e 1993, e, no término do contrato de 1991, foi realizada nova concorrência?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Nova concorrência.

A SRª MARLUCE PINTO – Em 1993, na administração anterior, ainda houve concorrência?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Houve uma concorrência, se não me falha a memória, não me lembro mais que mês foi, foi este ano. O motivo não sei, mas ela foi cancelada, e o Governador não assinou o mapa, não sei por que renovou novamente. Houve um parecer da Procuradoria-Geral do Estado que podia renovar, deram esse parecer e lá renovaram novamente até 31 deste mês que vem, quando termina o contrato.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Ele foi renovado desde a época da concorrência, quando havia sido extinta essa concorrência de 1993 até o final do ano ou foi feito parceladamente?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Primeiro, ele foi renovado por um ano, depois que terminou o contrato...No primeiro ano ele sempre vale, podendo ser renovado por mais dois anos e mais um ano. Assim foi renovado por mais um ano, e, depois, foi renovado por dois meses, não me recordo na memória, três meses, mais ou menos, não estou bem certo, mas teve vários termos aditivos. O último é esse que termina dia 31, mas que foi renovado por oito meses.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou em termo aditivo e, realmente, foi a informação que nos deram que, durante esse período, foram seis termos aditivos. V. Sª tem conhecimento que, na última concorrência, embora o preço mais baixo tenha sido da Lucel, já que ela foi classificada, em primeiro lugar, os preços foram bastante alterados e que foram dobrados em relação aos preços anteriores que encerraram o contrato, em 1994?

Houve uma concorrência, em 1993, que teve validade até o final de 1994. Então, na nova gestão, em 1995, foi realizada uma concorrência. Foi-nos informado que a Lucel ganhou essa concorrência, mas que os valores com que a Lucel ganhou eram o dobro do ano anterior? V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Não tenho conhecimento disso não.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A empresa possui os contratos do ano 91, 93? Vocês poderiam encaminhá-los a esta Comissão?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Poderei sim, Senadora. O contrato de 1993 neste momento posso lhe passar.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Como em 1994, não foi homologada a concorrência, mas a empresa deve ter arquivado a proposta para concorrer. Também desejaríamos que essa proposta nos fosse encaminhada, só para elucidação dos fatos, devido a algumas informações que foram prestadas por parte dos depoentes. Aguardamos, que o senhor, como advogado, encaminhe, se quiser, antes de voltarmos para Brasília, para que possamos apensar toda a documentação, que está aumentando, referente a muitos e muitos assuntos.

Agora eu queria perguntar se V. Sª é o gerente da empresa.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Sou o sócio-gerente.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Faz parte como proprietário, só que é um sócio que administra. Além de ser sócio é administrador da empresa?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Sim.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A qualidade e quantidade de pessoas que trabalham no hospital, quantas são as pessoas que trabalham no serviço de limpeza da Maternidade?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Temos um contrato com 69 funcionários, mas são somente 62 zeladoras, porque há 4 encarregados e 3 jardineiros.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) - São 62 diretamente na limpeza, 3 jardineiros e os...

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Sim, mas isso dividido turno por turno.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O turno é de quantas horas?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – São quatro turnos de seis horas, porque há também um turno durante a noite.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Que treinamento é oferecido aos funcionários de limpeza? A empresa faz algum treinamento?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Fizemos várias vezes há alguns meses, até mesmo na própria Maternidade, na época da Drª Marília. Ela nos ofertou esse treinamento, dado pela bioquímica Nágila. Agora, há pouco tempo...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Nágila Baracat?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Não, não sei o seu sobrenome. Conheço-a, mas não sei seu sobrenome.

O treinamento foi repetido para os encarregados, porque temos alta rotatividade. Temos sempre que estar dando as instruções. Então, pedimos que fossem dadas as instruções para as encarregadas, porque elas não têm alta rotatividade. A orientação foi para que se ensinasse o trabalho lá dentro.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Para o treinamento. Há aquelas que sempre rescindem o contrato, e, então, outras pessoas são contratadas.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Outras pessoas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então, as encarregadas, que são em número de quatro, são quem fazem o treinamento do pessoal de limpeza. E essas encarregadas fizeram curso com essa bioquímica, na Maternidade?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Sim. Agora, há pouco tempo, houve novamente um treinamento para todos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Galvão, o senhor observou, neste último ano, que tenha caído o seu padrão de trabalho da Empresa Lucel nesse regime de limpeza, nessa assistência?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Não, senhora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – O senhor não observou? E houve alguma mudança de material que anteriormente era usado e que passaram a usar de outro fabricante?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Não, senhora. Todos os que nós usávamos são os que usamos. Usamos aqueles que constam do nosso contrato. Temos uma planilha dos afazeres, do tipo de material que usamos e tudo está dentro do nosso contrato.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Quanto a Lucel percebe por mês para a prestação desses serviços, com 69 funcionários e mais o material de limpeza?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - São R$ 37 mil e mais alguma fração, de que não me recordo no momento.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E se, porventura, o senhor lembrar, esses R$ 37 mil vêm desde o ano anterior?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Não, senhora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Houve reajuste?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Houve um reajuste em março. Eram R$23 mil, e em março houve um reajuste, em razão de uma lei, afirmando que tínhamos direito a reajuste uma vez por ano.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – R$37 mil. Então, este valor permanece, vigorando até março. Se, porventura, houver ou concorrência ou novo aditamento...

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – É, novo aditamento.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita com as respostas. Nada mais tenho a perguntar. Gostaria apenas de agradecer a V. Sª a presença aqui também do Dr. Paulo.

Passarei, agora, a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Só para complementar, gostaria de perguntar, rapidamente, algumas questões. Primeiro, houve uma licitação há pouco tempo, que foi suspensa, e o senhor cotou um valor bem acima. Essa cotação o senhor deve ter feito em razão da necessidade de reajustar salário, de compra de material, tudo isso. E, depois, o contrato foi renovado pelo preço do ano passado, um preço abaixo do que o senhor tinha cotado. Essa diferença de preço não gerou algum tipo de queda na qualidade do trabalho, enfim, não gerou a situação de o senhor não ter condição de prestar o serviço que o senhor teria de prestar da Maternidade?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não, porque na época da renovação foi o tempo em que tínhamos o reajuste. Se não me falha a memória, eram R$23 mil e passou para R$ 37 mil. Então, daria para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - O valor hoje dá para fazer um trabalho...

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Dá para fazer um trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Eu perguntaria: o Deputado Sérgio Wanderley é sócio da Lucel?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - A imprensa disse isso no jornal, e a questão tem sido explorada. Ele é proprietário? É sócio?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas o prédio funciona no mesmo prédio do consultório dele.

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - É no mesmo prédio. Eu tenho um contrato de aluguel – duas salas e um depósito que é, assim, fora, um depósito de material.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Sª quer prestar mais algum esclarecimento sobre essa questão?

O SR. MANOEL RIBAS GALVÃO - Não, Senador. Eu até vim... O que eu tinha de falar já falei, para os senhores terem mais um respaldo. Vim mesmo para responder. A minha finalidade é responder a todas as perguntas de todos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença de V. Sª.

V. Sª prestou as informações necessárias, e o restante está nos processos. Gostaria de agradecer sua presença e dizer que espero que fique tudo esclarecido e que V. Sª possa continuar o seu trabalho.

Dando continuidade às audiências, vamos ouvir agora o Deputado estadual Célio Wanderley.

Deputado, V. Exª tem acompanhado essa questão da morte das crianças, e o nome de V. Exª foi inserido no contexto do noticiário como se fosse o proprietário da Empresa Lucel e que, inclusive, a empresa estaria funcionando no mesmo prédio do seu consultório médico, já que V. Exª é também médico. Sua vinda aqui é exatamente no sentido de esclarecer estas questões: se houve algum tipo de acordo político com o Governador; se houve algum tipo de entendimento; se o contrato teve a sua interferência nessa questão da Secretaria da Saúde ou não. Então, fique à vontade. Penso que a questão básica seria quanto a isso.

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Bom, em primeiro lugar, gostaria de dizer que a Lucel não pertence a mim, de acordo até com o contrato social da empresa.

Em segundo lugar, há o fato de ela ter o escritório no mesmo local onde tenho consultório... Tenho o meu consultório há treze anos, e o fato de a Lucel pertencer a meus parentes... E a casa pertence à minha mãe... Eu alugo uma parte, aliás, eu não pago uma parte – é de graça – e a outra é alugada à Lucel.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vai pagar aluguel à mãe?.

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Exato. Uma parte eu alugo com ônus zero, e a outra parte é alugada pela Lucel. O fato de estar no mesmo prédio não quer dizer que seja minha.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quer dizer, o nome de V. Exª não está ligado a qualquer tipo de atividade administrativa ou operacional da Lucel?

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Da Lucel, não.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Célio Wanderley, é um prazer tê-lo aqui conosco. No seu depoimento, o gerente, Sr. Galvão, já esclareceu algumas coisas. Agora, V. Exª também já comprovou, por meio das suas palavras, que são muito válidas para nós, que não tem qualquer participação empresarial com a Lucel, e o fato de seu consultório ser no mesmo prédio, como V. Exª disse – é um prédio familiar...

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Não, não pertence a um familiar meu. Galvão é meu primo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Galvão é seu primo. V. Exª ocupa uma parte, e a Lucel alugou outra parte do mesmo prédio.

Eu só gostaria de fazer-lhe uma pergunta, para elucidar alguns fatos que foram relatados. V. Exª tem conhecimento de que essa empresa, quando houve a primeira concorrência, conforme disse o gerente, foi a segunda colocada, no ano de 1991. Mas, com poucos meses, foi chamada a prestar serviços na maternidade. É do conhecimento de V. Exª o porquê da rescisão com a outra empresa?

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Olha, o que tenho de conhecimento desse fato – não tenho nem bem como esclarecer nesse sentido – o que eu soube, por intermédio do Galvão, já agora nesse fato recente, conversando com ele, é que, quando foi feita a concorrência para a maternidade em 1991, a empresa tinha ficado em segundo lugar, e a outra empresa que se tinha classificado em primeiro lugar, ao iniciar o serviço, fez uma greve, foi afastada, e foi chamada a segunda colocada. Mas, pelo que sei, esse contrato já foi vencido, já houve uma nova licitação. Pelo que estou sabendo, é isso, mas por informação do Galvão.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Em 1993, houve uma segunda licitação.

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Exato, pelo que estou sabendo...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E, em 1994, houve aditamentos.

O SR. CÉLIO WANDERLEY – Pelo que ele me disse, houve a licitação em 1993 e, daí para cá, houve a renovação dos contratos de acordo com a Lei nº 8.666, citada aqui.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Olha, já que V. Exª não tem nenhuma participação nessa empresa, nada mais tenho a perguntar e só quero

agradecer a sua boa vontade de ter vindo a esta Comissão.

O senhor deseja fazer alguma pergunta, Dr. Romeiro?

O Dr. Romeiro, não sei se foi apresentado. Ele é médico especialista na área, é sanitarista e consultor no Senado. Como em nossa Comissão não havia nenhum especialista na área, ele foi designado pelo Senado para nos acompanhar.

V. Exª apresentou a Sandra?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Senadora Sandra, quer fazer alguma pergunta? E o Senador João França?

O SR. JOÃO FRANÇA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) -- Queria agradecer ao Deputado Célio e lhe perguntar se podemos quebrar seu sigilo bancário, para ver se ele está ... (Risos.)

O SR. CÉLIO WANDERLEY - Pode. É até uma das coisas que tenho constantemente referido. Se, em algum momento, alguém encontrasse algum indício da minha culpabilidade, eu abriria mão da minha imunidade parlamentar para que isso pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer sua presença. Vindo aqui, o senhor esclarece, de fato, essa questão e expões sem sombra de dúvida seu posicionamento sobre isso.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dando prosseguimento às audiências, vamos ouvir agora a Drª Sílvia Távora, médica neonatologista e pediatra.

Drª Sílvia, V. Sª tem conhecimento do andamento das questões sobre a morte das crianças; trabalha no Hospital há bastante tempo, tem acompanhado essa questão, e sua vinda aqui é exatamente no sentido de esclarecer algumas questões básicas.

A primeira delas é que me parece que a senhora estava de licença-prêmio quando ocorreram as mortes.

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Eu estava de licença de 15 de julho a 15 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Voltando da licença, a senhora voltou para a Maternidade.

Até fiquei surpreso com uma entrevista do Governador em que ele nomeia alguns médicos quanto à responsabilidade. Na discussão da visita ao Hospital, um dos médicos de que ele falou foi exatamente a senhora, não sei se por conta das declarações do Deputado Lúcio Távora, com quem ele estava meio zangado, mas ele fez algumas declarações...

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Eu acredito que ele estava magoado e, por eu ser casada com o Lúcio, citou o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Depois, o Deputado Chico Guerra também fez algumas declarações, dizendo que a culpa era dos médicos, enfim, fazendo uma série de comentários na Assembléia.

A senhora poderia dizer, com sua experiência, na sua avaliação de médica da Maternidade e pelos depoimentos que ouvimos aqui, se a condição de trabalho da Maternidade foi decaindo no último ano, foi perdendo estrutura, perdendo condição de atender? E, na verdade, essa crise que se abateu foi fruto dessa perda de condição ao longo do tempo, da falta de investimentos e de atenção do Governo? Ou foi um caso fortuito, um azar, enfim, um golpe, algo negativo que ocorreu sem uma culpabilidade maior?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Há dezoito anos trabalho em Roraima. Em 1994, fomos classificados como o terceiro hospital amigo da criança no Brasil. Quando fomos para o congresso de Goiânia em 1995, éramos respeitados, porque pertencíamos à Maternidade Nossa Senhora de Nazaré.

Realmente, veio decaindo o atendimento desde o final de 1995 para cá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora tem conhecimento se a Drª Odete, diretora do Hospital, encaminhou correspondências, cobrou do Governo do Estado e da Secretaria da Saúde posicionamentos solicitando providências para recompor essa situação de funcionamento da Maternidade?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Algumas vezes, falei com a Drª Odete, e ela me disse que já havia recorrido, mas não vi nenhum documento nem presenciei nenhuma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora chegou a falar com o secretário Sérgio Pilon sobre a situação da Maternidade, como diz a Imprensa aqui? "Em 14 de outubro, em pleno surto de infecção hospitalar, a médica Sílvia Távora, mulher do Deputado, foi ao Secretário Pilon. Passaram-se dez dias, e nenhuma providência foi tomada".

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Não foi a médica Sílvia Távora. No dia 14 de outubro, às seis horas da manhã, a Drª Elizabeth Duarte me chamou na Maternidade porque ela estava de plantão e para que, juntas, as 5 neonatologistas, fizéssemos um documento comunicando ao Sr. Secretário e à Diretora do Hospital que naquele dia estavam fechando 20 casos de óbitos. Não tinha conhecimento porque estava de licença, não tinha dado nenhum plantão.

Fui à maternidade, expliquei que tinha que voltar rápido porque tinha que chegar às 8 horas para uma reunião. As cinco nos reunimos, redigimos um documento e levamos ao Secretário Sérgio Pilon, na presença do Dr. Ailton, que era o secretário adjunto. Fomos as cinco.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – As providências foram tomadas imediatamente ou a Secretaria de Saúde demorou a tomar providências sobre a questão?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – O Sérgio Pilon disse para nós que na quinta-feira iria à maternidade para resolver todos os problemas mas não foi. Esteve na maternidade na outra terça-feira quando a matéria já estava na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Secretário só foi à maternidade depois que a crise eclodiu na imprensa? Quando vocês comunicaram o fato, ele ainda não havia saído na imprensa, e as providências não haviam sido tomadas?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Não. No dia em que comunicamos, 14 de outubro, eu estava no comitê; a Beth foi comigo mais ou menos às 10 horas e 30 minutos para nos encontramos com o Sérgio Pilon. Fui junto com as 4, conversamos e ele marcou para quinta-feira. Era uma segunda-feira, dia 14, e ele marcou para quinta-feira. Só que ele não foi na quinta-feira, mas na outra terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passou uma semana para ele ir.

Depois que a senhora regressou da licença para a maternidade, é verdade que a senhora chegou a ser afastada ou deixou de trabalhar lá na maternidade por alguma questão e não procede essa denúncia?

A SRª SÍLVIA TÁVORA - Não. Pedi para tirar-me da escala de plantão, uma vez que o governador tinha citado meu nome; não poderia deixar de ser casada com o Lúcio Távora, assim, achei por bem afastar-me e deixar que as coisas acontecessem, até que houvesse um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi um posicionamento da senhora, por conta das declarações do Secretário?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Sim, tenho até um documento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora é médica e o Deputado Lúcio Távora também é médico. A senhora tem conhecimento das denúncias que o Deputado Lúcio Távora e o Deputado Helder Grossi fizeram sobre a situação de saúde no Estado neste ano?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Se te dissesse que eu não tinha informação, tu ias perguntar que tipo de casamento eu tinha com o meu marido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Como médica, a senhora concorda com as colocações que os dois Deputados fazem sobre a situação da saúde no Estado?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estou satisfeito.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Sílvia, quero agradecer a presença de V. Sª aqui na Comissão. Minha pergunta era no sentido de saber se V. Sª havia sido afastada pela direção da maternidade. Li nos jornais que a Drª Eugênia, Drª Sílvia e Drª Odete haviam sido demitidas. Hoje à tarde, o Secretário disse que não foi o Governador, mas ele. Então, V. Sª, voluntariamente, fez uma correspondência e solicitou o afastamento?

A SRª SÍLVIA TÁVORA - Fiz e levei-a em mãos à Drª Francinéia para que ela me tirasse da escala em que constava meu nome para o próximo plantão.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª disse que ficou de 15 de julho a 15 de outubro de licença-prêmio. Após o dia 15, quando retornou, ainda deu algum plantão?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Dois.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Dois plantões?

A SRª SÍLVIA TÁVORA - O primeiro plantão foi exatamente no dia em que a matéria saiu na imprensa.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – No dia 16?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Não, foi no dia 15.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Após os dois plantões, houve o afastamento?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Sim, após esse e mais um plantão. No outro plantão, já estava toda a imprensa internacional e revistas, e achei melhor afastar-me uma vez que havia sido citada. Como sou esposa do Deputado Lúcio Távora, ficou melhor para nós dois, para que não se dissesse que eu levava qualquer notícia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Antes do dia 15 de julho, antes do seu período de licença, V. Sª constatou algum problema que pudesse ocasionar esse surto de infecção?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Não, quando entrei de licença, o índice de mortalidade era de 13% ao mês. No dia que voltei, já estava em 85%.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita com suas respostas. Nada mais tenho a perguntar e quero agradecer a presença de V. Sª aqui na Comissão.

A SRª SANDRA GUIDI – Drª Sílvia, a senhora disse que piorou a qualidade do trabalho na maternidade a partir do final de 1995. De forma breve, que aspectos a senhora destacaria como piora da qualidade?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Todo equipamento deixou de ter a manutenção que vinha tendo. Nós, médicos, começamos a diminuir a troca de uniformes, ficamos reduzidos; eu levava o meu para lavar na minha casa. As condições para que o técnico exercesse suas funções eram cada vez piores: as incubadoras quebradas, o respirador de vez em quando falhando, aspirador somente um, as fototerapias, que antes eram 15, ficaram reduzidas a 5.

Essas foram as condições que foram se reduzindo, além de algumas coisas no aspecto físico do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora diria que essa redução, essa dificuldade, era culpa da diretora Odete Domingues?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – De quem é a culpa, não sei, não estou aqui para julgar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sim, mas na sua avaliação, não seria responsabilidade dela?

A SRª SÍLVIA TÁVORA - O senhor já foi Governador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estou querendo saber porque estou vendo a CPI querer dizer que é e quero saber da sua avaliação como médica.

A SRª SÍLVIA TÁVORA - O senhor já foi Governador e sabe que, para que uma pessoa que dirige um hospital faça qualquer coisa, é necessário que o Governador autorize e o Secretário autorize para chegar até a Drª Odete.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Queremos agradecer a sua participação, é importante esse esclarecimento pois a senhora foi citada e acho que é importante esclarecer até para que, efetivamente, fique definido.

Essa minha última pergunta é exatamente no sentido de que não se cometa nenhum tipo de injustiça. Comentamos aqui, ouvimos alguns depoimentos e vimos que, pelo menos, na CPI da Assembléia Legislativa, há um direcionamento no sentido de se tentar, pelo menos, num primeiro momento, responsabilizar individualmente a Diretora Odete Domingos que, na verdade, como a gente sabe, é peça de um sistema que deveria funcionar bem.

Disse num artigo que nenhum médico fica satisfeito em ver uma pessoa morrer, muito menos uma criança. Qualquer profissional da maternidade, hoje, garanto e sei que deve estar constrangido e numa situação difícil porque tanto os médicos como os funcionários – a meu ver – por esse processo que passaram, também são vítimas da falta de condição e da precariedade que a senhora também ajudou a mencionar aqui nesta reunião.

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Senador, passamos 4 anos com apenas 4 neonatologistas tomando conta do berçário e não mudou nenhuma estatística. Pelo contrário, quando se tem condições de trabalhar, trabalha-se.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Fiz questão de chamar a senhora aqui porque, como há uma perspectiva e quase um anúncio no sentido de que a senhora deve assumir o cargo na área da saúde municipal, considerei importante que não pairasse qualquer nenhuma dúvida sobre sua atuação: se a senhora estava ou não, se foi afastada ou não.

Acho que é importante que essas questões fiquem bem esclarecidas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Sílvia, lembrei-me de um fato que foi citado por um dos depoentes e queria saber se é do conhecimento de V. Sª

O seu afastamento, em decorrência da licença-prêmio, ocorreu no dia 15 de julho. O afastamento da Sra. Sônia, que era administradora da maternidade, ocorreu no dia 2 de abril, porque foi candidata e a lei exige esse afastamento 6 meses antes.

Foi citado aqui, por um dos depoentes, que a administradora atual falou que não tinha condições de trabalhar, em decorrência da interferência da Sônia, mesmo já não sendo mais administradora.

Nesse período de afastamento, de 2 de abril até 15 de julho, V. Sª detectou alguma coisa que interferisse no trabalho da administração da maternidade?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Do dia 2 de abril até o dia 15 de julho, quando queria falar com a Sônia, ligava para o celular dela.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Os seus plantões são de quantas horas?

A SRª SÍLVIA TÁVORA – De 24 horas. Às terças-feiras, 24 horas. E um sábado do mês.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Um sábado do mês. Apenas uma vez...

A SRª SÍLVIA TÁVORA – Não, às terças, 24 horas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Todas as terças, um.

A SRª SÍLVIA TÁVORA - Todas as terças, 24 horas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E um sábado do mês.

A SRª SÍLVIA TÁVORA – E um sábado do mês, 24 horas. E durante o período de 02 de abril a 15 de julho, quando eu queria conversar com a Sônia, eu ligava para o seu celular. Eu não a encontrava durante o meu plantão no hospital.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Muito obrigada, era só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Abertura da reunião da Comissão que analisa a morte das crianças da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, no dia 30 de novembro de 1996.

Vamos iniciar os trabalhos ouvindo a Drª Eugênia Gláucia, médica, que tem uma larga folha de serviços prestados àquela maternidade e que será ouvida sobre a questão.

Drª Eugênia, a senhora tem acompanhado toda a situação que se abateu sobre a maternidade, especialmente a questão dos óbitos e os diversas aspectos levantadas sobre a questão: a falta de equipamentos, a dificuldade de trabalho, a falta de infra-estrutura da maternidade, o problema de alagamento; houve acusações sobre a falta de condição de trabalho, acusações sobre a responsabilidade da ex-Diretora, Drª Odete Domingues, que foi ouvida nesta Comissão e mostrou, por documentos, que teria encaminhado à Secretaria de Saúde várias solicitações, vários questionamentos sobre a necessidade de obras, sobre a situação da firma de limpeza; enfim, estamos ouvindo depoimentos porque há várias versões sobre a questão.

O que a senhora poderia dizer, antes das perguntas dos Senadores, sobre a situação de trabalho da maternidade, a senhora que trabalha há muito tempo nessa área?

Gostaríamos de saber se a sua opinião também é como algumas que ouvimos aqui, de que, ao longo do último ano, a condição de trabalho na maternidade foi caindo e a situação foi-se deteriorando. Queríamos uma avaliação do quadro de atuação da maternidade e também a sua opinião sobre a causa das mortes, enfim, sobre por que ocorreu toda essa tragédia que vitimou as crianças.

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Eu trabalho há 12 anos na maternidade, mais precisamente como cirurgiã há 11 anos e meio; durante todo esse tempo, vimos acompanhando o desenvolvimento principalmente da condição de trabalho lá.

Nós já tivemos várias fases, várias situações críticas, mas, na verdade, nesses últimos dois anos estamos passando, lá dentro, por uma grande dificuldade das condições de trabalho.

A maternidade já teve uma condição bem melhor para se trabalhar porque houve implantação de serviço, aquisição de equipamentos novos; pelo menos nos anos de 1993 e 1994, tínhamos mais condições de trabalho até pela condição de manutenção da maternidade, que era considerada prioridade por causa da análise do perfil epidemiológico do Estado, que mostrava que precisávamos incentivar ações voltadas à assistência materno-infantil, porque os dados epidemiológicos mostravam que tínhamos uma mortalidade infantil que precisava de ações que viessem beneficiar a assistência materno-infantil. Por isso, pelo menos naquela época, havia um investimento maior na aquisição de serviços e equipamentos para dentro da maternidade.

Ultimamente, estávamos trabalhando dentro de algumas condições que levaram, realmente, a situações críticas como essa. Havia dificuldade de material, de aquisição de material de cirurgia, e nós abordávamos a diretora: "Odete, o que está acontecendo?" E a Odete dizia: "Olha, nós solicitamos, está aqui, fomos recebidos na Secretaria de Saúde, e disseram que ia ter material, que estava sendo licitado, que não sei o quê, e ficava empurrando a gente.

Chegou aqui a oportunidade de eu ter que operar e entrar no centro cirúrgico enfrentando dificuldade. Não tinha nem o próprio jaleco para entrar no centro cirúrgico. Eu cheguei a chamá-la e perguntei: Odete, o que está acontecendo? Ela disse: "Não, Eugênia, nós pedimos roupa. Está aqui a solicitação". Ela chegou a nos mostrar. "Eu solicitei. Está sendo licitada. Está vindo, não sei quando".

Então, todo mundo conhece, a Odete é uma pessoa que tem 26 anos de serviço. Todos sabem aqui em Roraima que ela tem uma contribuição muito grande, que ela realmente não é uma pessoa incompetente para administrar a maternidade, porque esse serviço que já esteve na mão dela há muito, e ela realmente o conduziu muito bem. Eu não posso fazer uma colocação leviana, dizer que ela não administrava bem. Agora realmente o que dava para entender é que ela não tinha apoio nas solicitações. E não só referente à questão de limpeza, a matérial, não só referente a isso, como quanto ao próprio material de execução das ações dentro do hospital. A

administração de pessoal também me parece que não estava tendo condições de organizar os setores, porque não estavam dando oportunidade para colocar as chefias que organizavam os setores. Então, ela estava assim como o ponto central, tendo que administrar tudo. E outra: a maternidade também não tem autonomia nenhuma. Ela não compra uma torneira, se estiver vazando. E ela tem que solicitar à Secretaria.

Então, as condições de trabalho realmente eram difíceis. Todo o corpo clínico estava sentindo. A prova é que nós, obstetras, nos reunimos, fizemos um documento muito antes de acontecer esse problema da morte, que já vinha acontecendo, nós nos reunimos, fizemos um documento, fomos à Secretaria de Saúde, e o Secretário de Saúde não estava. Fomos até lá pedir que tomassem providência com relação à condição de trabalho na maternidade.

A Odete fazia a reunião de corpo clínico para discutirmos os casos, uma reunião técnica com os médicos. Nós nos reuníamos sempre para discutir o que estava acontecendo lá dentro. E durante essas reuniões colocávamos: Olha, Odete falta fio tal, falta isso. Ela respondia: "Eugênia, está aqui. Nós solicitamos, nós estamos pedindo. A resposta que tenho da Secretaria é que está em licitação ou que não, ou que está com dificuldade de recursos".

Bom, nesse aspecto, sabemos que foi conduzido de uma forma interna, dentro da maternidade, com muita dificuldade de trabalho de Odete. O trabalho dela foi um trabalho técnico, um trabalho de discussões, mas que o que nós sentimos é que não houve assim prioridade dentro do nível maior, do nível mais elevado, para que as ações fossem desenvolvidas até com mais viabilidade técnica, porque o nosso problema era esse lá dentro, era a condição de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nos depoimentos que ouvimos, uma questão foi levada. Parece que foi dita à CPI da Assembléia Legislativa que na questão da administração do Hospital, quando a Drª Sônia, que era a Diretora Administrativa, se afastou da maternidade, a Diretora que assumiu o seu cargo não teria condições de trabalhar porque havia muita ingerência da Sônia na maternidade. Você, como médica, que continuou atuando e operando, sentiu algum tipo de ingerência dessa, ou havia algum tipo de disputa interna que atrapalhava o relacionamento da maternidade, ou simplesmente as coisas não aconteciam por falta de apoio da Secretaria de Saúde?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Eu, apesar também de ter-me afastado, não vi nenhuma atitude de ingerência. Não posso afirmar uma coisa que realmente não vi.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Você não tem notícia de nenhuma interferência da Sônia dentro da maternidade?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Acho que o trabalho foi desenvolvido normalmente lá dentro, não havia ingerência de Sônia, de ninguém lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A imprensa divulgou também que logo após as providências dessa questão e o afastamento da Drª Odete, alguns médicos teriam sido afastados, inclusive falando explicitamente a Imprensa de médicas do PMDB, que seria a Srª, a Drª Sílvia e a própria Sônia. Houve algum tipo de problema com a Secretaria de Saúde, houve algum afastamento, houve alguma tentativa de culpar os médicos pelo que aconteceu ou foi simplesmente uma notícia de imprensa distorcida? Eu gostaria que a senhora esclarecesse se a senhora foi afastada, se continua afastada, se voltou; enfim, o que, na verdade, aconteceu.

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Na verdade, eu também soube pela imprensa que eu teria sido demitida. Segundo o jornal, eu teria sido demitida porque havia denunciado as condições de trabalho na maternidade. Mas eu também soube, informalmente, que o Governador teria mandado me demitir porque eu teria falado mal do Governo.

O que aconteceu foi que eu emiti uma opinião de cidadã. No dia da posse da nova diretora eu estava vendo transferência de responsabilidades apenas para a Drª Odete. Nesse momento eu entrei e disse: Vocês estão transferindo uma responsabilidade que deve ser dividida; a responsabilidade pelo que está acontecendo na maternidade deve ser dividida e não transferida para a Odete, uma vez que é a Secretaria de Saúde que mantém – através do Governo, logicamente – este hospital. E o que está faltando é uma política de prioridades. A Secretaria de Saúde está priorizando ações como o combate à malária urbana, quando sabemos que malária urbana significa morbidade, e mortalidade infantil é mortalidade. Está havendo uma distorção das ações. Eu não concordo, a maternidade não foi considerada prioridade, e estamos sofrendo por não ter tido o Secretário a sensibilidade de estabelecer diretrizes de prioridade para cá. Portanto, não transfiram essa responsabilidade só para a maternidade, pois ela tem que ser dividida entre todos nós aqui. Agora não especifica-

mente acusando a diretora de incompetente ou de qualquer coisa assim.

Um dos colegas que estavam lá me abordou e perguntou se o que eu queria dizer é que o Governo era responsável pelo que estava acontecendo lá. Respondi-lhe que eu não queria dizer, que eu estava dizendo que o Governo era responsável, porque ele é que mantém a instituição; que ele era responsável pelo que estava acontecendo lá, não estava sabendo priorizar.

No outro dia eu soube que reportaram ao Governador que eu teria falado mal do Governo, quando, na verdade, apenas emiti a minha opinião de cidadã, e inclusive reiterei ao colega: Eu conheço as políticas públicas do setor de saúde, então comigo você não discute.

Foi essa a razão, foi a única participação...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora está atuando na maternidade, foi afastada, transferida? Qual é a situação?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Houve uma determinação para que me tirassem da escala, que me demitissem. Mas não tenho qualquer vínculo empregatício com o Governo, sou federal, então não foi possível me demitir. Também não recebi nenhuma documentação, porque, logo em seguida, foi feita a escala de novembro, fora da qual eu fiquei, mas depois eu soube que ia reintegrá-la, porque não tinha havido demissão, ou seja, o Governador não havia mandado demitir ninguém.

Quem me falou que o Governador teria mandado me demitir foi a Drª Celeste.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estou satisfeito.

Tem a palavra a Senadora Marluce Pinto, Relatora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Eugênia, é um prazer a presença de V. Sª na nossa Comissão, porque o nosso objetivo é elucidar esses fatos, essas ocorrências, a morte dos bebês. E da mesma maneira que a senhora expôs o seu ponto de vista, não estamos aqui para acusar, nem para defender um e acusar outro. O importante é descobrir o que causou a infecção hospitalar que levou à morte a tantos bebês.

Eu queria que, sempre que V. Sª se reportasse ao nome dos técnicos, V. Sª mencionasse a função deles, pois nós, que somos daqui, sabemos, mas a nossa colega Sandra e o nosso assessor, que é um colega de profissão de V. Sª, o Dr. Romeiro, e é consultor do Senado, não sabem. O Dr. Romeiro é um sanitarista e tem bastante experiência nessa área.

V. Sª se reporta à Drª Celeste. Qual é o cargo dela na maternidade?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – A Drª Celeste é pediatra do hospital e trabalha no berçário.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Exerce alguma função ou cargo de confiança ou só presta serviço remunerado?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCI – Eu não tenho certeza, mas, se não me engano, ela é chefe do berçário.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Ela é uma das neonatologistas?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Ela é uma neonatologista e pediatra do hospital.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª se afastou dos serviços médicos da maternidade em que data?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Eu me afastei muito antes desse período. Em maio ou em junho. Em maio eu sai da maternidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª foi candidata?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Eu fui candidata a vereadora.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então, V. Sª deve ter se afastado em 2 de abril. Não é isso?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Justamente. Eu me afastei no tempo hábil, no tempo previsto pela lei, logicamente. Trabalhei até 2 de abril, lá dentro, como funcionária da maternidade. Logicamente, nessa data eu me afastei definitivamente e fui trabalhar na campanha política. E retornei em outubro, para voltar a fazer a minha carga horária. Voltei para fazer a minha carga horária, que era a de um cargo da União, que era o que eu tinha. Foi justamente quando comecei a fazer as observações das condições de trabalho da maternidade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E V. Sª tinha algum cargo de confiança na maternidade?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Não, eu não tinha cargo de confiança. Nem antes eu tinha cargo de confiança. Eu saí da saúde em dezembro de 1995. Eu fiquei apenas como funcionária mesmo, fazendo a carga horária da União.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Como funcionária da União, dando plantões e fazendo as cirurgias quando era requisitada?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Justamente, dando plantões normalmente e fazendo as cirurgias eletivas – o que nós chamamos eletivas são as cirurgias marcadas – no tempo em que, realmente, eram marcadas nos mapas. E eu era chamada para cum-

prir a carga horária. Eu não tinha nenhum cargo e foi por isto que me afastei justamente no período em que, como funcionária, eu teria que me afastar para a campanha.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E quando V. Sª ainda estava lá trabalhando, normalmente, como funcionária pública, em 2 de abril, já pressentia que pudesse ocorrer algum caso mais grave, como os últimos incidentes?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Não. Eu não tinha uma situação de previsão, mas nós já vínhamos sentindo que não havia prioridade. A condição de trabalho, realmente, vinha tendo uma certa queda.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou que há 12 anos trabalha na maternidade e que houve épocas críticas. Quais foram essas épocas mais críticas? Nessas crises houve mortalidade infantil mais acentuada? Porque morrer bebês nós sabemos que ocorre com freqüência.

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Existe até uma previsão, logicamente: em tantos nascidos vivos, há a previsão de mortalidade, sem dúvida.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A daqui tinha uma taxa muito baixa, não é?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Quando falo em épocas críticas, falo de quando éramos poucos profissionais, por volta, por exemplo, de 1985 e 1986. A maternidade era pequena e éramos poucos profissionais, mas, mesmo assim, não havia essa grande incidência de mortalidade de neonatos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Nunca houve um fato como este?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Não. Um fato como este, anteriormente, nunca houve.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Em seus 12 anos, foi o único?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Com certeza, que eu tenha observado.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Eugênia Gláucia, eu estou satisfeita, até porque a sua exposição foi muito transparente. Como já assistimos a outros depoimentos, os últimos ficam facilitados, porque dá para constatar que, por assim dizer, é uma repetição.

Todos os que aqui vieram depor, ou melhor, expor as condições da maternidade, falam sempre a mesma coisa: há deficiência de material, dificuldades da direção em termos de recursos e, também, a não autonomia da Diretora.

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Da Maternidade. É verdade.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª, então, confirma que ela não tinha nenhuma autonomia financeira?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Não tinha nenhuma autonomia financeira e até mesmo autonomia para...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E nem administrativa?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - E nem administrativa. Ela não podia organizar a sua equipe de trabalho, as chefias eram...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Era isto que eu queria saber. Ela, então, não tinha autonomia de contratação de pessoal ou para remanejamento de pessoal, internamente?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Que saiba, para determinar as chefias de sua equipe, eu creio que ela não tinha essa autonomia.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – De acordo com suas colocações, dá para sentir que, realmente, a senhora é uma técnica de grande experiência na região, cerca de 12 anos, que preza o diploma que tem. Parece-me que a senhora é da Região Norte, do Pará? A senhora atribui que o nosso clima, a falta de energia possa ter acentuado a gravidade dos fatos?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Sim, a falta de energia durante os procedimentos pode ter contribuído para o problema de organização dentro do berçário, ar-condicionado.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Cito energia porque alguns técnicos falaram sobre isso aqui, acompanhamos que, muitas vezes, no decorrer do dia, ficava até duas, três horas sem energia. Com sua experiência isso contribui?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Contribuiu sim. Eu mesma fiquei nesse período sem energia elétrica no meio de uma cirurgia. É difícil, tem a organização dos serviços.

O SR. *(Não Identificado) - (Inaudível. Fora do microfone.)*

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Entrava, mas não dava suporte a todas as áreas do hospital, geralmente ficava no centro cirúrgico, berçário, meio restrito, não agüentava o ar-condicionado no berçário. Essas situações realmente contribuíram muito.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Eugênia, lembrei de uma outra coisa. Não que o depoente tenha falado isso aqui, mas há uma declaração no Jornal **Folha de S.Paulo**, que o Senador Romero Jucá ontem leu aqui para alguns depoentes, segundo a qual o Líder do Governo e Presidente da

CPI da Assembléia Legislativa havia declarado que nesses últimos meses, de julho a setembro, a maternidade havia virado um comitê eleitoral. Sei que a senhora estava afastada, mas lógico que como candidata de uma cidade tão pequena, conhecendo todos os seus colegas que atuam na maternidade, a senhora tomou conhecimento de que tenha havido um trabalho diferenciado, que não fosse aquele de rotina, com prontuário, com aquela assistência que todas as maternidades públicas dão, principalmente às famílias mais carentes, de serem operadas, de tratamento de crianças no PAI, chegou ao seu conhecimento alguma mudança desse tipo?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Não. A rotina do hospital se manteve normalmente, a Odete trabalhou com muita austeridade, por sinal, durante esse período, e a rotina não ficou alterada, ela sempre fez questão de manter a rotina e falar publicamente, até porque dentro da maternidade havia inúmeras pessoas que eram ligadas a vários candidatos. Ela teve uma postura austera com relação a isso; não vi em nenhum momento tendência específica de dizer que a maternidade era um comitê eleitoral. Durante o período de afastamento legal eu nem fui lá. Não me afastei em 2 de abril porque não tinha nenhum cargo.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Parece-me que a nota é nominada, que foi Eugênia, você, Sônia, que não é médica, mas administradora.

Então, quer dizer que no período da maternidade a senhora ficou totalmente afastada?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Nem visita fiz ao hospital, muito menos cirurgias.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Só mais uma pergunta, nós, que somos daqui, sabemos como os candidatos fazem política e principalmente como são os cargos proporcionais. A disputa é muito grande, a cidade muito pequena, a política aqui é diferente dos Estados grandes, onde fazem política por televisão, grandes reuniões, mas aqui ainda tem o corpo a corpo, visitas, principalmente nos bairros periféricos. Como sei que a senhora é muito batalhadora, chamada, na brincadeira entre colegas, de trator, porque dizem que fura tudo, entra em todo lugar para pedir votos, nessas suas andanças pela periferia, a Sônia Bacelar, nos horários normais, era vista também fazendo esse tipo de trabalho? A senhora encontrava a Sônia nesse tipo de trabalho a pedir votos no decorrer do dia?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Sem dúvida, encontrava muito com a Sônia na rua. Encontrava a Sônia trabalhando...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Algumas vezes ou constantemente?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Constantemente. Chegamos até a fazer determinadas brincadeiras. Há um bairro ali no Caimbé, que é muito pequeno. Eu dizia: "Sônia, faça o seguinte: vamos dividir o Caimbé; você trabalha aqui; eu trabalho para cá". Porque, realmente, a Sônia trabalhava na rua. Encontrei várias vezes a Sônia na rua. Posso dar referência, não precisamente do dia, mas dos locais onde nos encontrávamos.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então, não havia a possibilidade de ela, durante o dia, estar dentro da maternidade, interferindo na administração?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Não havia interferência. Ingerências administrativas, realmente, não há procedência. Isso aí eu escutei muito.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – A senhora confirma?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Confirmo que chegamos a trabalhar, a ter reuniões no Caranã, assim, ela em uma esquina e eu em outra, porque estávamos realmente obstinadas.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então, Drª Eugênia, estou bastante satisfeita. Volto a palavra ao nosso Presidente. Não sei se a minha nobre colega vai querer fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Dr. Luiz Romeiro, Assessor do Senado Federal.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Estivemos hoje de manhã fazendo uma visita ao hospital e fomos recebidos e acompanhados pelo Dr. Wilson Franco Rodrigues, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Roraima e atual Diretor Clínico do Hospital. Entre outras coisas, nos disse o Dr. Wilson que só depois do episódio foi designado como Diretor Clínico. Que a ausência de diretores clínicos nos hospitais de Roraima, nessa gestão, teria sido denunciada por ele e outros membros do Conselho Regional de Medicina na última Conferência Estadual de Saúde. Que ainda assim apenas a Maternidade de Roraima tem diretor clínico, e que a designação de um diretor clínico só ocorreu depois do afastamento da direção e na nova direção. Isso é verdade? A senhora tem conhecimento disso?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Tenho conhecimento disso. Tenho também conhecimento de que ele fez uma reivindicação durante a II Conferência Estadual de Saúde, de que também participei. Mas muito antes conversava com Odete e quando ques-

tionávamos a necessidade de um diretor sempre vinha o direcionamento da Secretaria de Saúde. Nunca nomeei ninguém, porque nunca ninguém é bom. As chefias estão me sendo cortadas. Não que ela nunca tivesse chamado um diretor clínico, porque ela tinha um diretor clínico, ela tinha o Dr. Ribamar, no início do ano. Depois, por uma política de economia do Governo, vamos cortar alguns cargos do Governo, vamos tirar isso; por causa de uma política de economia de cargos foi tirado o diretor clínico da Drª Odete. Não sei se ela disse isso aqui. Mas até estou dizendo.

Lembro-me perfeitamente na época porque foi uma determinação do Governador. Não que tirassem o diretor clínico; ele não determinou que tirasse o diretor clínico. Era assim: vamos economizar cargos no Governo, vamos economizar. Uma política de economia. E na época parece que foi demitido o diretor clínico por causa disso. Mas a Drª Odete tinha. Ele poderia não agradar às expectativas do Dr. Wilson. Mas que havia, havia. E, depois, por uma política de economia do Governo, foram tiradas as chefias desse setor.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A senhora acha que o não-funcionamento da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar tem essa mesma razão ou uma razão diferente?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Creio que por essa mesma razão. Porque tudo que se faz, que depende de serviço, que depende de técnico, logicamente, tem que ser remunerado. Sempre que ela pedia uma remuneração ela não era atendida.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A senhora afirmou que é cirurgiã. Como a senhora avalia o controle de infecção cirúrgica na maternidade?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Achei interessante uma pessoa dizer que o foco da infecção era no centro cirúrgico. Muito me estranha, porque a incidência da deiscência da incisão cirúrgica é tão pouca – não posso dizer zero, porque não tenho uma estatística – mas é tão pouco que não dá para dizer, para entender como é que um centro cirúrgico tem um foco de infecção, mas não tem deiscência nas cirurgias.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A senhora avalia então que o controle de infecção cirúrgica é bom no hospital?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA – Sem dúvida nenhuma. Embora com tantas dificuldades o serviço estava bem controlado no que diz respeito a isso.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Houve alguma vez problemas com medicamentos na maternidade em relação à qualidade ou quantidade?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Sim. Por ter uma demanda de pacientes razoável, como sempre tive, não especificamente agora, cheguei a observar que o Diclofenaco usado nas pacientes não estava atendendo às expectativas de efeito terapêutico. Em vez de fazer uma ampola de 75mg, tinha que fazer duas ampolas para alcançar o nível desejado de efeito terapêutico.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Para que fique registrado, o Diretor do hospital afirmou a mesma coisa: ele teve problemas com essa mesma droga.

Esse Diclofenato precisa ser guardado em condições de refrigeração?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Não, o Diclofenato não precisa ser refrigerado, pode ser guardado em ambiente normal, só precisa que ele tenha realmente a dose de 75mg, que é a dose mínima injetável para fazer um efeito antiinflamatório e para febre.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - A senhora conhece o trabalho da farmácia do seu hospital?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Conheço, até porque ele foi instituído na época em que eu era chefe da Divisão Médica do Hospital Materno-Infantil.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Como a senhora avalia o serviço da farmácia hospitalar neste último ano?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - Apesar de terem mudado algumas coisas, implantamos a farmácia hospitalar devidamente, funcionando como deveria ser. Mas hoje não sei nem se continua a unidose, mas essa foi instituída por nós, instituímos todo um programa de assistência farmacêutica dentro do hospital, com farmacêutico à disposição. Mas não posso afirmar como está a farmácia, porque hoje me restrinjo ao trabalho cirúrgico e não administrativo.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Quando foi implantado o serviço?

A SRª EUGÊNIA GLÁUCIA - O serviço foi implantado em 1993. Foi criada uma farmácia dentro do hospital, devidamente organizada, com farmacêutico, com funcionários treinados, só para atender às enfermarias.

Depois foi criada uma farmácia ambulatorial, porque implantamos um serviço ambulatorial dentro da maternidade que não existia. Implantamos um Serviço de Assistência à Gestante de Alto Risco, um serviço de planejamento Familiar e um serviço de referência em ginecologia.

Criamos a farmácia ambulatorial, mas como haviam algumas situações relativas à CEME, que estava com dificuldade de medicamentos, a execução começou na gestão de Odete.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Agradecemos à presença da Drª Eugenia, os esclarecimentos que prestou foram extremamente importantes para a Comissão, registramos o grande trabalho que realiza, inclusive tendo ocupado a Secretaria do Estado. Agradeço a sua presença, e se houver alguma necessidade a Comissão entrará em contato para pedir mais alguma informação.

Vamos ouvir a Drª Francinéia Rodrigues, atual diretora da Maternidade Nossa Senhora Nazaré.

Drª Francinéia, a senhora tem conhecimento de todo o quadro que se abateu sobre a maternidade, as mortes das crianças e que também o Senado instituiu esta Comissão no sentido de averiguar essas questões.

Quando a senhora assumiu a maternidade, de que forma a encontrou, quais as dificuldades encontradas, quais as providências iniciais tomadas, qual a sua avaliação, que tipo de fatos ou de conjunto de fatos levaram à ocorrência das mortes que se verificaram na maternidade.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES - Bom-dia a todos. Acompanho essa maternidade desde que foi fundada, tive o privilégio de ter minhas três filhas naquela maternidade, e se tivesse hoje condições de parir ainda teria filhos lá novamente.

Eu estava de férias, trouxe até um papel comprovando que no período mais crítico da maternidade eu estava afastada. Quando retornei dessas férias, fiquei pagando para um colega dar meus plantões, porque tinha muita coisa para fazer, com minhas filhas na escola técnica. Fiquei muito ocupada. Por incrível que pareça, no dia em que fui convidada para ser diretora da maternidade, eu não sabia o que estava acontecendo, por mais absurdo que pareça.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas antes a senhora já trabalhava na maternidade?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES - Desde 1980. A maternidade sempre foi de bom nível, tanto é que tenho uma clínica e tive minhas três filhas lá, apesar de ter uma clínica. A maternidade sempre foi muito boa, mas culminou nesses acontecimentos por azar, chuvas e outros acontecimentos que deverão ser descobertos com as CPIs que estão sendo montadas, mas sempre tiveram muito bom nível. É a única maternidade do Estado que atende toda a população da cidade, do interior, das fronteiras; a malária, a dengue e a tuberculose são atendidas na maternidade com uma demanda muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora assumiu e tomou uma série de providências. Pergunto: Nas providências tomadas a senhora identificou algum tipo de falha deliberada ou de responsabilidade direta, enfim, algum tipo de ação da ex-diretora, Drª Odete Domingues, que tenha levado ao problema que ocorreu com as crianças.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Não, acho que a Drª Odete não tem culpa do que aconteceu e ela também foi vítima. O período de chuva foi muito longo, danificou o telhado, causando infiltração nas paredes, fossa transbordando, na cidade toda e houve um período muito pequeno para consertar tudo isso e Infelizmente, aconteceu o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora tem conhecimento se os problemas que existiam na maternidade a Drª Odete solicitava providências junto à Secretaria de Saúde do Estado sobre essas questões?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Não tenho conhecimento, mas acredito que deva ter feito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora também tem pedido?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Peço tudo e, se não vem no dia, no outro peço novamente até conseguir e estou sendo atendida, graças a Deus. Todas as providências que foram tomadas até agora, inclusive o estado que estava quando cheguei está no relatório do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Relatora, Senadora Marluce Pinto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Drª Francinéia, queremos agradecer a presença de V. Sª nesta Comissão já que esta Comissão foi constituída, instalada, para que pudéssemos elucidar os fatos, não estamos fazendo nada dirigido e o que queremos realmente é tentar, junto às outras comissões e junto à Direção da Maternidade, Governo de Estado, descobrir o por que dessa infecção com os bebês, porque todos os depoentes que se reportaram a esse assunto declararam que é a primeira vez que acontece aqui em Roraima esse tipo de infecção quase que generalizada.

Primeiramente, V. Sª falou que está à frente da maternidade desde 1980 e iniciou no Coronel Mota...

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Acompanhei a inauguração dessa maternidade que aí está em 1982.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Também como a senhora ganhei a minha filha em setembro de 1981 na maternidade antiga, era um prédio sem condições suficientes. Agora digo como a senhora que era quase que recém chegada aqui, já que morava em Fortaleza, e não tive a preocupação de sair daqui para ter meus filhos e não tive problemas. Mas esse não é o caso. O que gostaria era de saber desde que época a senhora vinha acompanhando. Qual foi a data da licença-prêmio?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES - De 23 de setembro a 7 de outubro me afastei para tratar de interesse particular.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Era um período crítico porque já quase final de setembro, muito embora as declarações aqui que foram mais acentuadas em agosto, em setembro decresceu e outubro aumentou consideravelmente.

Drª Francinéia, as nossas perguntas se baseiam nas declarações quando o convidado, que é o depoente no caso como a senhora, faz qualquer explanação antes das perguntas, mas foi o que não ocorreu agora, baseado nos depoimentos anteriores e também em algumas notas da imprensa que queremos exatamente saber se são jogadas sem nenhum fundamento ou se realmente houve os acontecimentos relatados.

O jornal **Folha de S.Paulo** declara que o Presidente da CPI da Assembléia Legislativa havia declarado que, no período de três meses da época da campanha, a maternidade virou um comitê eleitoral. V. Sª ficou até 23 de setembro, quer dizer, faltando uma semana para terminar os trabalhos de campanha política. Poderia elucidar esse fato, se realmente houve essa mudança, se faziam de lá um comitê eleitoral, existiu isso?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Acredito que ocorreu de forma normal, geralmente na maternidade existem muitos pacientes, e as cirurgias que foram feitas nesse período foram relatadas, se V. Exª desejar posso dar-lhe por escrito, constando o nome do médico, o tipo de cirurgia, a quantidade, as datas, tenho tudo lá.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Vou precisar. Não tem problema, pode ser encaminhado depois até para elaboração do nosso relatório.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Inclusive, faço parte do Serviço de Planejamento Familiar há quatro anos, desde a época da Marília, e todas as laqueaduras que eram feitas passavam pelo Serviço de Planejamento Familiar, com avaliação prévia, não sei se existe algum médico aqui.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Há, o Dr. Romeiro.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Sabemos que a laqueadura é crime, mas existem as indicações, quando a paciente pode correr risco de vida por gravidez fazemos a laqueadura, existem atos assinados por eles, todo o serviço está à disposição de V. Exªs.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Anuência do esposo?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES - Tudo. Palestra antecipada para esclarecer os efeitos, os prós e os contras. Tenho tudo lá. Se V. Exªs quiserem...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Vamos precisar. Quer dizer que não houve, V. Sª confirma que não houve nenhuma mudança.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Acredito que transcorreu normal.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Às vezes, os jornais jogam as notícias, não tenho a certeza se ele falou, porque só ele poderá confirmar, mas até para que os membros...

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Aumenta geralmente o número de cirurgias nesse período porque procuram mais o médico no intuito de fazer uma cirurgia ou outra, aproveitam o momento.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – É normal.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eletiva, não é?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Sim, porque as emergências exigem...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E na maternidade, na época do inverno, nos foram colocados à nossa disposição documentos, desde maio, inclusive até reuniões aconteceram no Pacto da Infância e Juventude que promoveu uma reunião, um seminário, e, a partir de maio, a Drª Odete já argumentou que havia solicitado providências para o forro, que não estava bom, para os serviços de esgoto, de fossa. É do conhecimento de V. Sª?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Não é do meu conhecimento. É do meu conhecimento que chovia muito lá dentro. Às vezes, eu dizia que chovia mais dentro do que fora, de tanta chuva que tinha dentro, mas se tinha providências tomadas não sei.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Vou deixar a palavra para o nosso médico para fazer as perguntas específicas, técnicas, porque realmente, com referência ao gerenciamento, já tomamos conhecimento. Mais uma pergunta: V. Sª sabe se a Drª Odete tinha autonomia administrativa e financeira? Se existia um caixa, um determinado valor, se ela mes-

ma podia ordenar que fosse realizado qualquer compra dentro daquele valor isento de licitação?

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Fiquei sabendo, quando assumi a maternidade, que existe um suprimento de fundo para despesas imediatas, por exemplo: pilha para colocar no laringoscópio e não precisar pedir para a Secretaria...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Ficou sabendo extra-oficialmente?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Exatamente, e até solicitei, porque há necessidade para se comprar... Não recebi ainda, mas já solicitei.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E não encontrou saldo desse suplemento?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Ninguém me passou nada.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Então é porque não existia, V. Sª não acha? Porque a demissão da Drª Odete, pelo que se sabe, foi inesperada. Surgiu o problema e foi demitida.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Não me foi passado nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Há quanto tempo a senhora fez esse pedido?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Pedi há uns quinze dias atrás.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E o que se sabe, isso até pela lógica, não é preciso que ninguém fale. Se V. Sª está no cargo, existe um suprimento de fundo, e não teve uma antecipação da sua saída para poder prestar contas, regularizar a situação, como foi o caso da Drª Odete, que soube que estava demitida inesperadamente e, no dia seguinte, não ocupou mais o cargo. A senhora não encontrou, por parte de nenhuma chefia, nada de saldo desse suprimento de caixa?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Fiquei sabendo, depois V. Exªs podem até chamar a secretária Leila, que é a minha secretária, está no mesmo lugar. Disse que tinha um suprimento de fundo em nome da Carla, que é sobrinha da Odete.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Isso oficialmente?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Oficialmente. Ela me falou.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Mas a sua secretária não lhe repassou?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Não me passou nada. Achei estranho.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – E já foi solicitado...

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Já foi solicitado desde...

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Qual foi o dia da sua nomeação, do decreto que foi assinado, da sua portaria?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – A portaria foi assinada dia 23 e assumi dia 24 de outubro. Não assumi, me assumiram, porque eu não queria.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Foram as circunstâncias...

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Só fiquei porque não sabia o que estava acontecendo. No dia seguinte já não tinha mais jeito. Não tinha mais para onde correr.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Tem que assumir isso...

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – É rezar e mandar brasa. Foi imposto.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Muito obrigada, Drª Francinéia Rodrigues, pela sua transparência.

O SR PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Romeiro, assessor do Senado.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO - Drª Francinéia, a senhora teve alguma dificuldade ou sofreu alguma pressão para designar e obter a posse de seu diretor clínico e do seu presidente de comissão de controle de infecção hospitalar?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Não, nenhum. Tive autonomia para determinar tudo até agora lá.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A senhora sabe se a sua antecessora teve alguma dificuldade nessa área?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Infelizmente não sei informar.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Como a senhora avalia a sua atual comissão de controle de infecção hospitalar em relação ao seu desempenho?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – O pessoal está empenhado, mas estamos com dificuldade de gente para assumir, porque colocamos no papel e as pessoas não fazem. Então agora só vou aceitar quem queira fazer, porque não adianta ficar no papel a comissão e não resolver nada. Estou com dificuldade nesse aspecto, ou seja, em encontrar técnicos que se disponham a ficar trabalhando. Mas a Drª Marilza, que é dermatologista, ao voltar de um Congresso, assumirá. Está com a carga horária disponível para assumir a comissão de controle de infecção hospitalar.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A senhora está satisfeita com a atuação dessa nova comissão instituída pela senhora?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Acho que vai para frente e, se não for, a gente troca, procura outra...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Vimos que a única autoclave do hospital continua quebrada desde o episódio. Dá para a senhora explicar por que não foi consertada até agora?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – No dia seguinte a sua montagem houve uma queda de energia e ela queimou. Foi solicitada outra peça e, ao que dizem, está chegando.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES - Não tem estabilizador, mas tem... Isso não entendo... Acho que vou até anotar o nome...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Com todos esses problemas de infra-estrutura e de abastecimento de energia o hospital conta com um serviço de engenharia de manutenção ou a Secretaria tem um serviço de engenharia de manutenção para os seus hospitais?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – A Secretaria de Obras está sempre lá. Sempre que é solicitada, a Secretaria de Obras comparece.

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – A senhora tem intenção de instalar algum equipamento dessa natureza, estabilizadores ou coisa assim?

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – Se for para melhorar, solicitarei 10 vezes, se for preciso. Quero que melhore. Eu não posso ficar exposta...

O SR. LUIZ CARLOS ROMEIRO – Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a presença da Drª Francinéia Rodrigues. As informações prestadas por V. Srª foram muito relevantes para a Comissão e qualquer informação a mais, a Comissão entrará em contato. Solicitamos também que, se a senhora quiser prestar qualquer inforrnação posterior ao relatório, de informação, de providência que possa agregar a essa Comissão, por favor, nos encaminhe.

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – É só solicitar que providenciamos.

O SR PRESIDENTE (Romero Jucá) – Fica solicitado então...

A SRª FRANCINÉIA RODRIGUES – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Comissão se reunirá na próxima semana para avaliar os depoimentos.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996-SF, destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996

Ata da 33ª reunião realizada em 25 de junho de 1997.

Às dezoito horas e dez minutos minutos dos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Roberto Requião (Relator), Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing, Carlos Wilson e Gilberto Miranda, e ainda o Senhor Senador Pedro Simon e José Eduardo Vieira, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bernardo Cabral, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente Reunião destina-se a ouvir o Senhor Celso Giglio, Ex-Prefeito do Município de Osasco. Logo após a explanação do Senhor Celso Giglio, usaram da palavra no decorrer dos trabalhos e depois das arguições do Senhor Relator, Senador Roberto Requião, os Senhores Senadores: Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Gilberto Miranda, Vilson Kleinubing e Romeu Tuma. Durante a Sessão foram aprovados os seguintes requerimentos: do Senhor Senador Vilson Kleinubing, solicitando a oitiva pela Polícia Federal de Curitiba, com o acompanhamento dos Senadores Roberto Requião e Vilson Kleinubing, das seguintes pessoas: Ernesto de Veer e Gerhard Fuchs, Diretores da Transoceânica Passagens e Turismo Ltda, Takashi Suzuki, Funcionário do Banco Central do Brasil, Silviano Tenório Câmara Filho, Ex-Gerente da Agência Alto da 15 do Banco do Brasil em Curitiba (atualmente na Agência Portão), Manoel Rehen, Ex-Gerente da Agência Alto da 15 do Banco do Brasil em Curitiba, Hamilton José Borges Sampaio e Guido

Murilo do Amaral Garcia, ex-Gerente e Gerente do Banestado Agência Deodoro, respectivamente; e dois requerimentos do Senhor Senador Eduardo Suplicy: 1) para que seja solicitado ao Banco Central a transferência do sigilo bancário a esta CPI das seguintes pessoas físicas e jurídicas: Manoel Moreira Neto, CMA – Eco Ind. e Com. de Plásticos Ltda e Sabra Transportes Importação e Export. Ltda. e 2) solicitando ao Banco Central que oficie aos bancos que ainda não encaminharam os documentos solicitados pela CPI para que o façam no prazo máximo de 10 (dez) dias e ainda, que esta Comissão comunique diretamente aos bancos: Banespa, Sudameris, Banestado, Bandeirantes, Bamerindus, Banco de Crédito Nacional, Boa Vista, Credireal, Real, Patente, Dimensão, Icatu e Itaú e ainda os bancos Bradesco, Cidade, Daycoval, Banfort e Indusval quanto ao prazo estabelecido. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 33ª REUNIÃO DE 1997 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 1996-SF, DESTINADA A "APURAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS À AUTORIZAÇÃO, EMISSÃO E NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NOS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996, REALIZADA EM 25/06/97, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**
Vice-presidente: Senador **Geraldo Melo**
Relator: Senador Roberto Requião

Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico.

Depoente: Sr. Celso Giglio

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Esta Comissão se reúne hoje para ouvir o ex-Prefeito de Osasco, Dr. Celso Giglio.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de iniciar os trabalhos e dar a palavra ao ex-Prefeito Celso Giglio, esta Presidência quer registrar a presença de um velho amigo, Constituinte como eu, que aqui chegamos há 30 anos, Deputados Federais novos, e tivemos nossos direitos políticos suspensos por dez anos no mesmo dia. Com muita alegria vejo o ex-Deputado Federal Gastone Righi neste plenário.

O Senador Roberto Requião pede que sejam endossadas minhas palavras. Agora, em plena liberdade democrática, podemos estar juntos contando a história da qual fomos protagonistas.

Indago do Dr. Celso Giglio se quer fazer uma exposição...

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, no final da Sessão Legislativa, após a análise feita nesta Comissão e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e entendimentos feitos entre V. Exª e o Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª fez a proposta de que os procuradores que participaram do processo da Operação Mãos Limpas, na Itália... Uma coisa interessante, Sr. Presidente, é que esteve aqui conosco – apresentei-o a V. Exª, aliás, é seu velho conhecido – o Procurador Carlos Eduardo de Ataíde Buono, que é o Procurador que tem feito essa ligação entre os procuradores do Brasil e os da Itália. E eu perguntava para ele sobre a Operação Mãos Limpas e ele respondia que, lá, procuradores e juízes são magistrados. Procurador é o juiz de instrução.

V. Exª, com a aceitação desta Comissão, com a aceitação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a aceitação do Presidente, comunicou ao Plenário que está marcada a data de 18 de setembro, quarta-feira, para uma reunião que será realizada no plenário do Senado Federal, onde os ilustres magistrados italianos que participaram da série de operações da "Operação Mãos Limpas" estarão aqui.

Disse V. Exª, o que acho ótimo, que será uma reunião de nós, Senadores, e, conforme já disse V. Exª, de todos os Procuradores, membros da Polícia Federal, do Banco Central, do Banco do Brasil, enfim, todos os que já estão trabalhando nesta Comissão e fazendo um belíssimo trabalho. Aliás, é esse trabalho de coordenação que faz que avancemos. Portanto, Sr. Presidente, essa reunião que acontecerá no dia de 18 de setembro, quarta-feira, será muito importante.

Quero felicitá-lo, Sr. Presidente, e agradecer a competência, a seriedade e a rapidez de V. Exª. E quero agradecer o Presidente do Senado, que foi

compreensivo no momento em que cedeu o plenário do Senado Federal para uma reunião com os magistrados italianos, conosco, com procuradores, com desembargadores e até Ministros do Supremo e do Poder Executivo, quando faremos um grande trabalho que talvez venha a ser a grande realização seguinte da Comissão que V. Exª preside e da qual o Senador Requião é o Relator, pois aqui estamos investigando uma questão, mas nós sabemos que o importante é o combate à impunidade. E no combate à impunidade temos que nos ater às regras substantivas.

Muito obrigado e minhas felicitações a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Simon, a comunicação feita ontem por V. Exª a esta Comissão, de logo aprovada, e que teve seqüência na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, onde também logrou aprovação por unanimidade, é daquelas manifestações que definem um homem público voltado para os interesses da coletividade. O que V. Exª quer e tem feito ao longo do seu mandato, não só como Senador, também como Governador e Ministro, foi o combate à impunidade.

Esses juízes que compõem a chamada "Operação Mãos Limpas", que aqui virão no dia 18, – e cumpre ressaltar, por um dever de justiça, com a intermediação feita por V. Exª – darão oportunidade não só aos que compõem esta Comissão, mas a outras altas autoridades. De logo colho a sugestão de V. Exª e já faço o convite ao Subprocurador-Geral da República, que aqui tem nos acompanhado, aos assessores do Senado, aos funcionários da Secretaria da Receita Federal, da Polícia Federal, do Tribunal de Contas, sem prejuízo do convite aos titulares desses órgãos, ou seja, ao Procurador-Geral da República, ao Presidente do Tribunal de Contas da União, ao Secretário da Receita Federal, ao Superintendente da Polícia Federal e aos desembargadores e juízes que compõem os tribunais locais.

De modo, Senador Pedro Simon, que a idéia de V. Exª permite que eu convide também os outros Deputados Federais que aqui se encontram e o nosso ex-Constituinte Gastone Righi para também comparecerem, no dia 18 de setembro, ao plenário do Senado Federal. E é justo o reconhecimento que V. Exª faz e proclama do acolhimento que deu o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, comprovando a sensibilidade que deve ter um homem público para um assunto desta natureza.

Está feito o registro. Peço a V. Exª que transmita aos juízes que compõem a "Operação Mãos Limpas" que V. Exª, sem dúvida nenhuma, é o arauto desse acontecimento.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recentemente, tivemos um problema na CPI que envolvia a compra de ações na empresa Fator, do Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Naquela oportunidade, o Banco Fator encaminhou à CPI um dossiê comprovando as operações feitas com essas ações em nome dos três sócios da PPD, que são dois irmãos Prisco Paraíso e mais Sérgio de Babenco, são três sócios que adquiriram essas ações no mês de fevereiro de 1966.

Nós encaminhamos esse relatório, Sr. Presidente, à Bolsa de Valores e à CVM, que deram as respostas sobre as operações feitas, e ao próprio Banco Central. O Departamento de Fiscalização do Banco Central fez um levantamento completo das operações e nos entregou, ontem, dados que merecem registro aqui na CPI.

Essas operações de compra de ações, em nome do Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, foram feitas com cheques de uma empresa prestadora de serviços da Companhia Telefônica do nosso Estado. Mais de R$90 mil foram transferidos, em cheques e em dinheiro, para a Distribuidora de Títulos e Valores do Banco Fator, para pagar a compra dessas ações.

Gostaria de deixar registrado, nesta CPI, este documento extra-oficial que foi recebido, porque se comprovava a compra, mas não se comprovava o dinheiro que comprou. E agora apareceu. Não foi com cheque da PPD, nem com cheque pessoal dos sócios da PPD; foi com diversos cheques de uma empresa que presta serviços à Companhia Telefônica do nosso Estado.

Duas perguntas cabem, agora, ao Secretário da Fazenda, que inclusive moveu uma ação contra o Relator e o Sub-Relator desta CPI. Primeira: houve alguma prestação de serviço para que essa empresa, chamada Integração – o nome dela é Integração Telemática –, tivesse que pagar à PPD esse serviço? Houve algum empréstimo? Há como comprovar essas operações?

Esse é um dado sobre o qual vou fazer um requerimento para que o Secretário da Fazenda, no exercício da sua função de Secretário da Fazenda, esclareça. Vejam que eu disse aqui que havia uma

factoring funcionando dentro do Palácio. Agora ficou comprovado. Essa **factoring** funcionava dentro do Palácio, ao lado do gabinete do Sr. Governador de Estado. Essa **factoring**, chamada PPD, compra ações em nome do seus sócios no Banco Fator e paga essas ações com o cheque de uma terceira empresa prestadora de serviços da Companhia Telefônica, na diretoria em que o diretor é irmão do Governador.

Vou encaminhar esses documentos à Presidência e ao Sr. Relator. Vamos solicitar que nos sejam fornecidos detalhes dessa operação, que efetivamente não está esclarecida, porque não há nenhum documento que comprove o pagamento com recursos da PPD ou com recursos pessoais dos sócios da PPD, mas sim com recursos de terceiros, sem contrato, sem prestação de serviços, sem absolutamente nada.

Na época, foram solicitados documentos que comprovassem a operação. E os documentos comprovam que a operação foi realizada, mas também comprovam que não havia dinheiro para comprar. Não havia nem dinheiro do Imposto de Renda para comprar. Os documentos comprovam a venda, mas não comprovam quem tinha recursos para comprar; agora, esses apareceram.

Vou passar às mãos da Presidência esses cheques por meio dos quais essas ações foram compradas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência vai despachar, encaminhando ao eminente Senador Roberto Requião as providências devidas.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, apenas quero trazer um acréscimo às preocupações do Senador Vilson Kleinübing.

Senador Vilson Kleinübing, acabo de receber um levantamento dos telefonemas dados à Transoceânica, que era a empresa que controlava a Asempre, que recebeu o cheque de 7 milhões e 300 mil reais de Santa Catarina e algum dinheiro de Alagoas. Fascina-me a existência de cerca de 330 telefonemas da PPD e do Sr. Paulo Sérgio Prisco Paraíso para o controlador de empresas fantasmas que operavam o dinheiro dos precatórios em Curitiba, no Banco do Brasil, no Alto da Rua 15.

Eu gostaria que o Senador Vilson Kleinübing avivasse a minha memória. A Transoceânica operava com a Asempre e com mais algumas outras empresas.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, a Transoceânica é uma empresa de turismo que tem como sócio um banco nas Ilhas Virgens chamado Banordic, que deu uma procuração para que os dois sócios brasileiros operassem a empresa chamada Transoceânica. Esses dois sócios também têm uma segunda empresa em Curitiba chamada Transcorp, que é uma DTVM. Há três endereços: a Transcorp está localizada no prédio do Citibank; a Transoceânica, na Marechal Deodoro, num prédio térreo: e a Operação de Câmbio e Dólares, no segundo andar do Edifício Império, nº 517, da Marechal Deodoro.

A Transoceânica existe legalmente. O dinheiro da IBF, ou seja, 9 milhões e 600 mil reais, foi para o Sr. Fausto Solano Pereira, que nos deu aquelas informações.

Eu gostaria de dar mais uma informação ao Sr. Presidente e aos demais Senadores: o cheque do Renê não é de 1 milhão e 800 mil reais. O valor total que ficou com o Sr. Fausto Solano Pereira e com suas empresas é de 2 milhões e 80 mil reais, já levantados pelo Banco Central. Portanto, até sobre isso, ele mentiu.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ele se enganou quando mentiu.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Exatamente.

A segunda parcela foi de 7 milhões e 650 mil reais, que foram passados, por intermédio de duas agências do Banco do Brasil em São Paulo – a agência da Avenida Angélica e a agência Boa Vista – para a agência do Banco do Brasil do Alto da Rua 15, em Curitiba, e para a empresa Asempre, que é de propriedade de duas pessoas que moram numa cidade do Paraná chamada Gunderê. A Asempre foi constituída com assinaturas falsas e com cópias documentadas e autenticadas dessas duas pessoas, com as quais a Polícia Federal já esteve. Eles disseram que realmente esses documentos existem, são deles e estavam no cadastro de um Banco. Eles pegaram esses documentos e constituíram a empresa sem ele saber. Com isso, eles se tornaram proprietários de uma empresa que movimentou milhões de dólares.

Na verdade, outros operavam com assinaturas falsas. Quem operava isso? Era a Transoceânica. Nessa agência da Rua 15, há quatro empresas fantasmas, que estão documentadas. Esse dinheiro da Asempre acabou sendo aplicado na .....

O SR. VILSON KLEINÜBING – ...e esse dinheiro acabou sendo aplicado na Transcorp, esse di-

nheiro acabou sendo aplicado nessas outras empresas fantasmas. Uma grande parcela desse dinheiro foi transferida...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Chamo a atenção da Receita Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal para a manifestação do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Uma grande parcela desses recursos foi transferida para a fronteira do Paraguai.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Cerca de U$29 milhões.

O SR. VILSON KLEINÜBING - O que é mais importante é que existe um documento oficial, legal, no Banco Central do Brasil e no próprio Banco do Brasil em que os dois diretores dão uma procuração ao gerente do banco, para que as quatro empresas fantasmas, se faltar dinheiro em suas contas, saquem automaticamente das contas pessoais deles, da Transcorp, para dar cobertura às contas fantasmas dessas empresas fantasmas.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Portanto, assim se identifica, com clareza, o controlador das empresas fantasmas.

O SR. VILSON KLEINÜBING - O controlador é a Transoceânica.

E essas ligações que ligam, no Palácio de Santa Catarina, o Secretário da Fazenda com a Transoceânica não resistem a qualquer tipo de análise ou crítica. Há uma relação incestuosa entre a Transoceânica e o Secretário da Fazenda de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Passa-se ao depoimento do Dr. Celso Giglio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma brevíssima comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pediria que a fizesse no final, para que fiquemos mais à vontade e não haja constrangimento para o ex-prefeito.

V. Sª gostaria de fazer uma exposição?

O SR. CELSO GIGLIO - Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma saudação a V. Exª, ao Sr. Relator e aos demais Senadores que compõem a CPI, cumprimentá-los pelo brilhante trabalho, pela aplicação de todos no esclarecimento do caso das emissões dos títulos.

Penso que esta Comissão dá ao País uma grande contribuição. Como ex-prefeito, desejo que as autoridades da área econômico-financeira continuem fazendo, ou passem a fazer, uma fiscalização correta, mas que também essa relação entre as autoridades econômico-financeiras e os Municípios possa vir a ser, além de fiscalizadora, também de cooperação.

Sou médico formado há quase 32 anos, fui vereador, presidente da Câmara, deputado estadual e prefeito de Osasco. Venho aqui, com muita satisfação, conforme me manifestei publicamente em muitas ocasiões desde a instalação da CPI.

Recorremos à Constituição – é um direito constitucional – para fazer emissão das Letras do Município de Osasco. Tudo que fiz foi visando à autonomia do meu Município, ameaçado de intervenção. Procuramos, de todas as formas, zelar sempre pelo interesse público, com a mesma seriedade que tive durante minha vida como médico ou como político.

Fiz este breve intróito, porque, não sendo um técnico, com certeza não saberei usar a terminologia correta para esclarecer aquilo que posso.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer uma ressalva sobre a primeira fase do relatório que apresentamos.

Quando o relatório já havia sido redigido e distribuído à imprensa, a CPI recebeu o decreto de comprovação do parcelamento dos títulos de Osasco. A versão final do relatório trará essa correção.

Sr. Prefeito, eu gostaria que V. Sª precisasse a data em que assumiu a Prefeitura de Osasco e até quando esteve no cargo.

O SR. CELSO GIGLIO – Senador, assumi a Prefeitura no dia 1º de janeiro de 1993 e deixei o cargo de Prefeito em 31 de dezembro de 1996.

Sr. Senador, trouxemos alguns documentos que o relatório parcial acusa estarem faltando, e peço licença a V. Exª para entregá-los à Presidência ou à secretaria. São eles: o comprovante de pagamento da primeira à sexta parcelas, que já haviam sido anteriormente encaminhadas pelo Ofício nº 77, de 5 de março, de 1997; a planilha de cálculo individualizada da atualização dos pagamentos da primeira à sexta parcelas, cuja metodologia adotada foi o valor da sétima parcela multiplicada por seis menos o valor pago atualizado; a memória de cálculo individualizada da sétima parcela; a relação de relatórios de ofícios requisitórios, calculados pelos critérios dos item b e c; a cópia autenticada do Decreto nº 6.230, de 25 de janeiro, de 1989 – este a que V. Exª se refere, salvo engano -, encaminhado anteriormente pelo Ofício nº 75, de 05/03/97; a cópia da tabela do cálculo do Tribunal de Justiça do Estado de São

Paulo; e a cópia autenticada das publicações do leilão – no dia 23, no **Diário de Osasco**, no **Jornal da Tarde** e na **Folha de S. Paulo**; no dia 24, no **Diário de Osasco** e na **Folha de S. Paulo**: e no dia 25, no **Diário de Osasco** e na **Folha de S. Paulo**.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência vai determinar a juntada desses documentos aos autos.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, fiz a ressalva sobre o documento que revelava a existência do decreto e dos anúncios exatamente pelo fato de que todos os outros documentos apensados não foram levados em consideração pelo Relator porque não têm a necessária fidelidade. Eles não conferem com os números que temos e, fundamentalmente, não conferem com os números do pedido de emissão de títulos.

Por exemplo, Sr. Presidente, vamos começar pela atualização do cálculo do sétimo oitavo. O cálculo da Prefeitura para o principal é de R$116.392,65; o cálculo da CPI é de R$186,74. Não admitimos os juros compensatórios em função de um acórdão de recurso extraordinário cujo Relator é o Ministro Marco Aurélio, em sessão presidida pelo Ministro Octávio Gallotti, que observa ser impossível cogitar da mora, descabendo, assim, a incidência dos juros no que pressupõe inadimplente e, portanto, a mora solvente. Os compensatórios têm incidência cessada em face da referência apenas aos remanescentes e às parcelas tidas como iguais e sucessivas.

Verificamos que a Prefeitura realmente pagou esses valores, mas pagou indevidamente, ilegalmente. Os documentos aportados à CPI demonstram que as partes receberam.

Passo às mãos do Prefeito, para sua verificação, essa primeira análise do sétimo oitavo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Giglio, uma análise para sua apreciação e observação, Sr. Prefeito.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Em seguida, Sr. Presidente, passarei às mãos do Prefeito a súmula do Recurso Extraordinário nº 155.979/9 de São Paulo, de 11/11/94.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor deseja fazer alguma observação?

O SR. CELSO GIGLIO – São dados extremamente técnicos, Sr. Presidente, Sr. Relator. Preciso encaminhá-los ao Secretário da Fazenda e não sei se esses documentos que trouxemos esclarecem alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu só estou tentando, Sr. Presidente, explicar por que o relatório não levou em consideração as tabelas de cálculo apresentadas pela Prefeitura.

Além disso, Sr. Presidente, queria passar às mãos do Prefeito um texto sobre pagamento de complementos. Para pagamento de complementos às parcelas de 1 a 6, relativas ao precatório cujo credor é a Fundação Mary Arriet Spears, foi solicitada pela Prefeitura de Osasco a emissão de títulos no valor de R$881.325,46 em dezembro de 1995. Ocorre que não havia, nesse precatório, qualquer complemento a ser pago, já que as referidas parcelas, assim como os complementos atrasados, tinham sido quitadas mediante acordo entre a Prefeitura e o beneficiário, nos termos dos Acordos 522/93 e 697/95, anexos, devidamente cumpridos pela Prefeitura. É importante que se atente para o teor de cláusula constante nesses dois acordos, que estão anexos, e dos quais eu destaco o seguinte: "as partes se obrigam a cumprir e a respeitar todas as obrigações assumidas no presente acordo, notando-se que, após o cumprimento do ora avençado, a expropriada dará a mais plena, rasa e irrevogável quitação dos valores recebidos para nada mais vierem a reclamar sobre esse título em qualquer instância".

Queria que passasse, Sr. Presidente, às mãos do Prefeito para que ele entenda por que não aceitamos também essa argumentação da Prefeitura.

Sr. Presidente, além disso, a Prefeitura encaminhou, como exemplo, planilha intitulada "Planilha para Cálculo de Indenização: cálculo da 7ª parcela relativa ao precatório 57a 83 de Marijia Olenknovsky Sek e outros, obtendo um valor de R$22.241,26".

Observa-se que, nessa planilha-exemplo, foram incluídos juros compensatórios responsáveis por 70,69% do valor total do sétimo oitavo. No entanto, a quantia referente a tais juros seria desnecessária, porque o Tribunal Federal, por seu órgão Pleno, decidiu, um ano antes da solicitação de emissão de títulos de Osasco, que não incidem juros quer compensatórios, quer moratórios, sobre parcelas do art. 33 das Disposições Transitórias. Pelo cálculo da CPI, em vez de R$22,241 milhões, o valor correto seria de R$3,984 milhões.

Queria que V. Exª passasse às mãos do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Giglio, quando... Por favor, por agora, evidentemente, o senhor está tomando conhecimento. A Presi-

dência lhe confere o direito de prestar os esclarecimentos...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nós temos outras cópias desse material que podemos deixar nas mãos do Prefeito. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – ...para que o senhor preste os esclarecimentos à CPI em sua defesa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, ainda sobre o cálculo do sétimo oitavo, a Prefeitura nos manda uma tabela comparativa de valores para o sétimo oitavo de alguns precatórios amostrados. Vou estabelecer aqui uma relação entre o valor da Prefeitura e o valor da CPI com base no julgado do Tribunal Federal.

"Mary Arriet Spears – Prefeitura: R$265.850,00. Valor da CPI: R$73.503,00.

Espólio José de Freitas Sobrinho – Prefeitura: R$520.826,00. CPI: R$90.378,00.

De Lancarshire Investimentos Company: R$637.938,00 o valor da Prefeitura. Valor calculado pela CPI: R$184.111,00.

O mesmo Lancarshire. Valor da Prefeitura: R$451.602,00. Valor da CPI: R$157.719,00.

Aparecida Sanches Romeiro. Valor da Prefeitura: R$194.000,00. Aqui, a Prefeitura pagou extraordinariamente a mais. O valor da CPI passa a ser R$201,00."

O SR. CELSO GIGLIO – Senador Requião, V. Exª poderia dar um esclarecimento para que possamos entender? Isso foram cálculos apresentados ou a Prefeitura pagou?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A Prefeitura pagou a mais, pagou indevidamente.

O SR. CELSO GIGLIO – Mas pagou na Justiça?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Para resumir, os cálculos da CPI não incluem os juros compensatórios e moratórios, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. Pode-se observar que a inclusão desses juros pela Prefeitura Municipal importou em uma majoração indevida de 265.87% no valor da sétima parcela dos precatórios amostrados. É importante lembrar que esses valores calculados pela prefeitura foram efetivamente pagos aos credores, conforme se pode constatar da análise dos autos desses precatórios, resultando em prejuízo para o Município. A prefeitura deveria ser, no mínimo, mais diligente; se necessário, buscar até no STF a decisão judicial que determinasse a exclusão dos juros compensatórios.

Quero passar também essa planilha de cálculo, com o demonstrativo da prefeitura municipal e o demonstrativo da CPI, com uma defasagem de 265,87%.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência abre a possibilidade ao Dr. Celso Giglio para depois mandar seus esclarecimentos por escrito, para que a sua defesa não seja prejudicada e levada em consideração no relatório que o eminente Senador Roberto Requião providenciará.

Continua V. Exª com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O último jogo de documentos que quero passar ao Sr. Prefeito se refere à soma dos pagamentos da primeira a sexta parcelas. Os valores que o Município encaminhou, com sendo a soma atualizada dos valores pagos da primeira a sexta parcelas, são diferentes dos apresentados quando da solicitação da emissão de letras – a título de exemplo, valor A e valor B. Quando da emissão de letras, a prefeitura apresentou o valor de R$430.018,00; o valor B, R$10.417,00; diferença, 4.027.97%. Esse é o valor mais gritante. Os outros ficam em torno de 41%, um deles favoravelmente à prefeitura, menos 41%. O nosso valor foi mais alto. Mas na soma dos valores reais, o valor A é o valor apontado como pago no pleito da emissão dos títulos; o valor B é o encaminhado posteriormente à CPI com a correção aplicada pela própria Prefeitura.

São divergências gritantes, Sr. Presidente, e é evidente que, para o preenchimento da coluna de pagamentos efetivamente parcelados, um a seis, do relatório dos ofícios requisitórios, não utilizou o Município dos valores posteriormente encaminhados à CPI, mas de outros, e não sei quais são. Assim é que os exatos valores apresentados como pagos para primeira a sexta parcelas, quando do pedido de emissão de letras, permanecem sem quaisquer demonstrações por parte do Município.

Passo então esses documentos. O Prefeito já disse que não é um técnico, mas com esses documentos em mãos ele poderá, sendo assessorado por técnicos, dar à CPI, posteriormente, uma explicação que, acredito, se o Sub-Relator, Senador Vilson Kleinübing, concordar poderia ser feito por escrito também, porque os documentos até agora aportados à CPI são absolutamente insatisfatórios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência, de igual modo, permitirá que V. Sª, Dr. Giglio, faça chegar por escrito, com o auxílio de sua assessoria técnica, as explicações necessárias.

O SR. CELSO GIGLIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua V. Exª com a palavra, Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Bernardo Cabral, a pergunta que queria fazer, depois dessa exposição dos documentos aportados pela Prefeitura à Comissão Parlamentar de Inquérito, é a seguinte: durante o período em que o Prefeito esteve à frente da Prefeitura de Osasco, foram pagos oitavos de precatórios parcelados conforme art. 33 da ADCT – 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, e 96. V. Sª confirma essa pagamento?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - V. Sª confirma esse pagamento, Prefeito?

O SR. CELSO GIGLIO – Confirmo, baseado nos documentos que temos, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nos primeiros oitavos pagos por V. Sª, a prefeitura não solicitou emissão de títulos, conforme facultava o parágrafo único do art. 33. Por quê?

O SR. CELSO GIGLIO - Sentimos a verdadeira possibilidade de conseguirmos a emissão dos títulos em dezembro, no final de 1995. Não tínhamos tradição nessa área, pagamos mais de 20 milhões em precatórios com recursos próprios nesse tempo. O processo começou a partir de 1995, mesmo porque, Senador, estávamos sob por um processo de intervenção e era a maior dívida, contraída em 1982, equivalente a U$800 mil, que se transformaram em U$35 milhões.

Durante todo o meu Governo, estivemos ameaçados e ficamos angustiados. Tínhamos conseguido da Câmara Municipal a aprovação de um empréstimo de R$35 milhões, baseado em dívida fundada, que não conseguimos fazer por falta de limite dos bancos.

O processo interventivo, com o qual nos preocupamos durante todo o mandato, ameaçou-nos do início até o final do nosso mandato. A busca de recursos visava, sobretudo, a esse maior precatório, que ultrapassa 40% do valor dos precatórios apresentados. Caucionamos, e essa discussão ainda está na Justiça e o dinheiro estará depositado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Prefeito, quem indicou para a Prefeitura de Osasco e para V. Sª a possibilidade de emitir esses títulos?

O SR. CELSO GIGLIO - Quero aproveitar, Sr. Senador, a sua pergunta para falar dos pontos em que atuei diretamente na emissão de títulos no Município de Osasco. A situação era essa a que me referi, difícil. Ao final de 1995, o Secretário da Fazenda informou-me que a Prefeitura de São Paulo estava realizando, com êxito, a emissão de títulos. Disse-me que a Prefeitura estaria disposta a ajudar. Como eu já havia solicitado o aval da Câmara Municipal para obtenção de um empréstimo, achei que seria desgastante tentar obter mais um aval da Câmara Municipal. Pedi ao Secretário que trouxesse técnicos da Prefeitura de São Paulo, porque eu queria ouvir deles sobre a possibilidade de a Prefeitura de Osasco emitir esses títulos. Então, compareceu o Sr. Wagner Baptista Ramos, que me explicou sobre a possibilidade de ter êxito a emissão de títulos em Osasco. Esse senhor esteve em meu gabinete uma única vez e eu nunca mais o vi, a não se pela televisão.

O segundo ponto em que atuei diretamente foi reunindo a Câmara Municipal, quando, após justificativa, pedi aos Srs. Vereadores a aprovação das Letras do Tesouro do Município de Osasco. Depois, esse processo seguiu a sua marcha, foi ao Banco Central, depois veio ao Senado, onde o Relator foi o Senador Lauro Campos.

Enquanto isso, o processo de intervenção era uma constante. A todo momento, éramos ameaçados. Tínhamos pressa na emissão das Letras. Estive, então, com o Senador Lauro Campos, acompanhado pelo Sr. Roberto Sanchez, o Secretário da Fazenda, e pelo atual Prefeito de Osasco, Dr. Silas Bortolosso, que era meu Secretário de Governo.

Quero aproveitar e fazer justiça ao Senador Lauro Campos pela lhaneza com que nos atendeu, pela retidão, pela competência, pedindo mais alguns documentos e nos atendendo de maneira solícita. Alguns dias depois, ele nos deu o seu parecer.

No dia 13 de março, eu estava em Brasília, numa convenção do meu Partido, o PTB, e foi decretada a intervenção do Município de Osasco, 13 de março de 1996. Voltei para minha cidade extremamente preocupado e o processo ainda estava no Senado. Conhecia, ou melhor, nem conhecia, ouvi falando, na convenção do meu partido, o Senador Valmir Campelo, que fez um brilhante discurso sobre política partidária. Sentei à mesma mesa que ele, e meu nome foi anunciado algumas vezes. Quando voltei a Osasco, já com intervenção, telefonei, falei por telefone com o Senador Valmir Campelo, pedindo-lhe que apressasse o caso de Osasco. Sei que, finalmente, no dia 21 de março, as letras foram aprovadas.

A seguir, Senador, o outro e último momento em que atuei diretamente na emissão das letras foi com a assinatura com o BESC, Banco do Estado de Santa Catarina. Já havíamos tentado, conforme já foi relatado aqui, a Caixa Econômica Federal e o Banespa. Eu dizia que tinha preferência pela Caixa

Econômica Federal, pela sua proximidade na relação com os municípios. Não obtivemos resposta. Não obtivemos resposta do Banespa também.

Dizia-me o Secretário, baseado em parecer, que tínhamos que ter um banco oficial, e o Banco de Santa Catarina, até então, era um banco tão sólido, tão respeitoso quanto outros bancos oficiais.

Vieram a meu gabinete alguns senhores diretores que se apresentaram como sendo diretores do Banco de Santa Catarina e, numa solenidade pública formal, simples e super-rápida, assinamos esse contrato. Foi essa a minha última intervenção no processo de emissão das letras.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, eu gostaria que o prefeito me explicasse, só para resumir esse depoimento longo e interessante que ele fez, se foi o prefeito que procurou pessoalmente o Sr. Wagner Baptista Ramos para emitir as letras.

O SR. CELSO GIGLIO - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Foi o seu secretário de finanças?

O SR. CELSO GIGLIO - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Então, o Sr. Wagner foi procurado pelo seu secretário de finanças.

O SR. CELSO GIGLIO - O secretário me informou que se dirigiu à Prefeitura de São Paulo, procurando a Coordenadoria da Dívida Pública e que lá certamente, não sei, deve ter sido encaminhado a esse senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O secretário de finanças de Osasco veio a Brasília na companhia do Sr. Wagner Baptista Ramos, uma viagem coordenada pelo Sr. Lesco Araújo, se não me engano, Presidente da Associação de Empreiteiras de Pavimentação de São Paulo, ou alguma outra entidade semelhante. Não tenho precisão sobre qual a associação que o Sr. Lesco presidia.

Aqui nesta CPI, o Sr. Roberto Sanchez declarou que veio junto com o Sr. Wagner Baptista Ramos uma única vez. Em uma segunda vez, veio com o prefeito. O senhor confirma ter estado com o Sr. Wagner Baptista Ramos e o Sr. Roberto Sanchez em Brasília?

O SR. CELSO GIGLIO - Eu não, nunca. Estive com esse senhor uma vez no meu gabinete, nunca mais o vi.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quer dizer que essa afirmação do Sr. Roberto Sanchez não é verdadeira?

Vou ler o trecho...

O SR. CELSO GIGLIO - Nunca estive em Brasília ou em qualquer outro lugar, Sr. Relator, com esse senhor. Ele esteve e eu o vi apenas uma única vez no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito bem. Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como é que foi?

O SR. CELSO GIGLIO - No final de dezembro, se não me engano, de 1995.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Não, aqui é outra coisa.

O senhor conhece pessoalmente o Sr. Fábio Nahoum, Ronaldo Ganon?

O SR. CELSO GIGLIO - Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como foram feitos os contatos da prefeitura com o Banco Vetor?

O SR. CELSO GIGLIO - Não sei, Sr. Senador. Não participei, em nenhum momento, dessa relação. E nem fui informado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor podia precisar quais as atividades, qual o serviço prestado pelo Sr. Wagner Baptista Ramos à Prefeitura de Osasco?

O SR. CELSO GIGLIO -- Pelo que sei, foi o fornecimento de **know how** para emissão das Letras, como disquetes, como formulários, como orientação, porque a Prefeitura é pequena em relação à Prefeitura de São Paulo, e eles se socorreram, pelo que sei, com material desse teor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – V. Sª manteve contatos telefônicos com os Srs. Fábio Nahoum e Ronaldo Ganon?

O SR. CELSO GIGLIO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual é o seu relacionamento com o Sr. Lesco Araújo?

O SR. CELSO GIGLIO – O Sr. Lesco Araújo é um dos donos de uma empresa que trabalha no Município de Osasco há muitos anos. É um relacionamento formal.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. Lesco Araújo, após a emissão das Letras Financeiras no Município de Osasco, teve algum crédito seu com a Prefeitura de Osasco quitado?

O SR. CELSO GIGLIO – Sr. Relator, depois do relatório parcial da CPI, eu quis saber se ele havia sido beneficiado, se essa empresa havia sido benefi-

ciada. Trouxe aqui a relação do que ele recebeu. Recebeu bem pouco, muito menos do que tinha a receber. Não estou encontrando aqui, mas até o final do meu depoimento entrego esse documento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não tenha pressa.

O SR. CELSO GIGLIO – V. Exª perceberá que ele recebeu muito pouco daquilo que tinha...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Além da empresa, o Sr. Lesco Araújo era Presidente de uma associação...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um minuto, Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – ...de pavimentadores, ou seja, presidia algum órgão de classe?

O SR. CELSO GIGLIO – Não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – V. Sª não sabe.

O SR. CELSO GIGLIO – Não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – V. Sª poderia informar-me, se do seu conhecimento for, por que o Sr. Lesco Araújo agenciou a vinda do Sr. Wagner Baptista Ramos com o Sr. Roberto Sanches a Brasília.

O SR. CELSO GIGLIO – Desconheço, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Queria que o V. Sª me esclarecesse com um pouquinho mais de precisão, embora já o tenha feito, a forma como o déficit chegou à Prefeitura de Osasco.

O SR. CELSO GIGLIO – Nós, segundo a assessoria...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Queria fazer uma observação, se V. Sª me permitir, antes da sua resposta.

O SR. CELSO GIGLIO – Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Aqui nessa CPI, o Sr. Fábio Nahoum, do Vetor, declarou que o Banco Vetor estabeleceu um contato inicial com a Prefeitura de Osasco e que, posteriormente, levou o Lesco à Prefeitura de Osasco para ser o administrador do fundo de liquidez.

O SR. CELSO GIGLIO – Não com este prefeito, Relator, e nem que eu soubesse. Precisávamos, segundo informação da Secretaria da Fazenda e conforme parecer do consultor jurídico da Prefeitura, de um banco oficial para custodiar as Letras de Osasco. Eu disse ao Secretário que preferia a Caixa Econômica, pela sua ligação com o Município, ou então o Banespa, mas nenhum dos dois se interessou. O banco que se apresentou, segundo ele, foi o BESC.

Quero dizer que recebemos, de minha parte pelo menos, isso com muita alegria, porque finalmente havia um banco disposto a ficar com as nossas Letras.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, o Sr. Carlos Eduardo Ferreira, assessor da diretoria do BESC, quando depôs nessa CPI, no mesmo sentido que o Sr. Fábio Nahoum, afirmou que o Banco Vetor foi quem ofereceu ao BESC a possibilidade de ser gestor do Fundo de Liquidez dos Títulos de Osasco. Essa oferta poderia ter sido feita por intermédio do seu Secretário da Fazenda, uma vez que temos dois testemunhos afirmativos: do Banco Vetor e do próprio BESC?

O SR. CELSO GIGLIO – Não sei, Senador, posso lhe informar que com este prefeito não foi.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente desconhece.

Pode prosseguir, Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, para informação do relatório, as perguntas que eu deveria fazer foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Solicito a V. Exª, Senador Requião, que mande a assessoria examinar esse documento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E todos os outros documentos que o Prefeito tiver, gostaria que deixasse com a assessoria da CPI.

O SR. CELSO GIGLIO – E vou encaminhar aqueles que porventura eu tiver e que possam ajudar no esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, primeiro orador inscrito na relação de Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, acompanhei as questões levantadas pelo nosso Relator e percebo alguma dificuldade de aprofundar na busca de novas informações.

Insisto junto ao depoente quanto a duas questões fundamentalmente. Primeiro, já acompanhamos, tanto pelo depoimento do Governador Mário Covas, quanto do seu Secretário, do Prefeito Celso Pita, do Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo e de outras autoridades paulistas ou paulistanas, que essa questão referente a precatórios ou aos ofícios conhecidos em São Paulo como ofícios de 90 dias tem-se constituído um fator de inseguran-

ça – mais do que de apreensão – de muitos dos administradores daquela unidade da Federação.

Gostaria de saber do Prefeito Celso Giglio se, em algum momento, houve alguma articulação por parte das organizações municipalistas de São Paulo no sentido de fazer alguma ponderação junto ao Tribunal de Justiça daquele Estado quanto à dificuldade financeira e orçamentária de cumprir esse tipo de prescrição do Tribunal de Justiça, até para saber se foi, realmente, **in extremis**, ou seja, como última instância, que a Prefeitura de Osasco e outras prefeituras de São Paulo se lançaram a esta aventura de interpretação do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Essa é a minha pergunta.

O SR. CELSO GIGLIO – Senador, sou municipalista convicto. Em 1995, criei o movimento que se chamava "União pelo Município"; era quando se ensaiava o anteprojeto da reforma tributária.

Quero passar às mãos do Presidente os documentos daquele momento, quando reivindicávarnos um repasse maior aos Municípios, que hoje estão com muitos encargos. Hoje o Município está presente na saúde, na educação, na moradia, em todos os setores.

Estivemos, Senador, com o Senador José Serra, então Ministro do Planejamento – que nos atendeu prontamente -, fazendo algumas reivindicações e pedindo que os Municípios tivessem o mesmo tratamento que os Estados no que diz respeito à rolagem de suas dívidas, tal a situação de desespero dos Municípios. Estive, alguns dias depois, com o Secretário, com o Ministro Pedro Malan, a quem apresentamos o mesmo quadro dramático dos Municípios.

Infelizmente, não tivemos a resposta, nem a ajuda que – tenho certeza – S. Exªs desejariam dar, mas que não puderam por alguma razão.

A verdade, Sr. Senador, é que os Municípios estão sobrecarregados. Se para a iniciativa privada o ajuste ao Plano Real, ao qual somos favoráveis, criou tantas dificuldades, para as Prefeituras também; a situação é de desespero. Só que, na iniciativa privada, as empresas quebram, e a Prefeitura não pode quebrar.

O meu Município gasta hoje seis milhões com saúde, dois apenas repassados pelo SUS; menos do que dois. Os encargos ficam, a cada dia, com os Municípios.

Sou municipalista, peço desculpas por fugir um pouco do assunto da CPI, mas tentei responder à pergunta de V. Exª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Minha pergunta, eu gostaria de esclarecer, é se foi feita alguma gestão junto ao Judiciário do Estado de São Paulo, especificamente quanto ao assento regimental. Não tenho nenhuma divergência quanto às ponderações de natureza municipalista que V. Sª houve por bem nos trazer, mas minha pergunta é se houve alguma ação concreta junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo para evitar que se transformasse numa situação inevitável o ofício de noventa dias.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço ao eminente Senador Vilson Kleinübing que assuma a Relatoria-Adjunta enquanto o Senador Roberto Requião cumpre uma missão e logo retornará.

Desculpe, V. Exª terá a resposta agora.

O SR. CELSO GIGLIO - Fizemos, Senador, um requerimento. Aqui atrás, sentado, está o meu Secretário de Negócios Jurídicos, que não soube me informar a data; mas nós fizemos. Estamos ainda imbuídos do mesmo espírito de tentar, junto às autoridades, dar um enfoque que beneficie os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, a resposta não foi dada dentro da indagação de V. Exª.

O SR. CELSO GIGLIO - Gostaria de pedir licença para solicitar ao meu Secretário...

V. Exª está satisfeito?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Tenho a impressão de que estou com a palavra, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A resposta não me satisfez, evidentemente. Perguntei se foi feita alguma gestão, se foi feita alguma diligência...

O SR. CELSO GIGLIO - De Osasco?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - ...do seu conhecimento; enfim, se foi feita pela sua administração, pelo movimento municipalista que V. Sª mencionou, alguma gestão.

O SR. CELSO GIGLIO - Fizemos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quero saber se foi feita ou não junto ao Judiciário, para evitar esse contingenciamento, que eu pessoalmente reconheço que é uma situação opressiva, não para o Município de Osasco; para o Estado de São Paulo, para a Prefeitura de São Paulo. Fui Prefeito duas vezes, também sou municipalista. Receber um ofício, receber um precatório para colocar no orçamento do ano que vem, acho plausível, está na Constituição, art. 100. Até o dia 30 de junho, entra no orçamento do ano

que vem; se vier depois do dia 30 de junho, entra no orçamento subseqüente. O ofício de noventa dias, eu achei – e o Senador Romeu Tuma, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador José Serra acompanharam – que é uma situação opressiva, que o Supremo Tribunal Federal já deslindou no final do ano passado; mas até que deslindasse o problema, era uma situação opressiva, eu imagino; um orçamento apertado, recebo e tenho que pagar dentro de noventa dias. Os complementos, em um período inflacionário, são muito mais pesados financeiramente do que os principais. Em um processo inflacionário, o complemento é muito mais...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Dr. Giglio, agora, está entendendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Vou dizer com toda a franqueza... Dizer: "Procurei o art. 33 para me safar", quero saber se antes de procurar o art. 33, procurou resolver a questão dos precatórios e dos ofícios de noventa dias, que me parecem mais graves do que os precatórios, junto ao Judiciário. O movimento municipalista sempre foi muito forte em São Paulo, conheço isso. Era sobre isso que eu estava querendo criar a oportunidade....

O SR. CELSO GIGLIO – Sr. Presidente, fizemos várias gestões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Sª resolveu falar sobre outro assunto, respeito, mas gostaria de me ater a essa questão.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA – É pertinente à matéria.

O Sr. Prefeito está acompanhado do Secretário de Assuntos Jurídicos. Nós demos oportunidade a outros prefeitos de que seus secretários da Fazenda, como foi o caso de Guarulhos, quando tivesse dificuldade, pudesse explicar. A pergunta do Senador Esperidião Amin é muito importante e eu gostaria que V. Exª desse oportunidade ao Secretário de Assuntos Jurídicos, como foi dada ao Secretário de Guarulhos, para explicar essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª quer ouvir o Secretário de Assuntos Jurídicos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, não tenho nenhuma objeção, mas acho que o Prefeito é que tem que pedir isso.

O SR. CELSO GIGLIO - Já fizemos, Senador, e o movimento continua.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele já deu informações aqui ao Prefeito Giglio. Se for necessária alguma informação complementar, peço que se sente na bancada. O senhor quer que o seu Secretário faça algum esclarecimento?

O SR. CELSO GIGLIO - O Senador é que sabe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não faço nenhuma questão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência concede a palavra ao Dr. Kleber Amâncio Costa, Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Osasco, à época.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, devo ressaltar que S. Sª terá o privilégio de usar o microfone do Senador Eduardo Suplicy; deverá falar o mesmo dialeto.

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA – Tenho uma longa e agradável história com o Senador que está ao meu lado.

Eminente Senador Esperidião Amin, entendi o alcance da indagação de V. Exª. Quero esclarecer que, em certa oportunidade, estive com o Procurador-Geral da República de então, o Dr. Aristides Junqueira, acompanhado por um dos maiores tributaristas deste País, o Dr. Aires Barreto. Levamos, ele e eu, ao Procurador-Geral de então uma representação com vistas à proposição de uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal. S. Exª verdadeiramente acolheu a nossa representação, chegando a elaborar a petição que impugnava precisamente os critérios do assento regimental de São Paulo.

S. Exª teve ainda a delicadeza de, dois dias depois, nos retornar por telefone para dizer que a sua assessoria havia detectado uma ação anterior que versava sobre o mesmo objeto, o que foi razão impediente de S. Exª manter distribuição de sua ação direta.

Verificamos, posteriormente, apenas para checar tal informação – que haveria de ter crédito – que havia na verdade uma ação igual, promovida por três colegas de V. Exª, de São Paulo. Essa ação tramitava, contando, em parte, com o acolhimento de uma tutela provisória. Havia uma liminar que suspendera o dispositivo desse assento regimental, e não aquele a que se refere o nobre Senador.

Posteriormente, São Paulo, mais recentemente, adotou a iniciativa de impugnar esse assento com êxito.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Estou satisfeito com os esclarecimentos.

Fiz a indagação a algum administrador de São Paulo. É preciso dar oportunidade a que esta CPI se ambiente com essa realidade, que é peculiar ao Estado de São Paulo. A questão dos ofícios de noventa dias é peculiar ao Estado de São Paulo, e, como já foi dito, por ocasião da oitiva do Prefeito de São Paulo, com uma peculiaridade adicional: o pedido de intervenção do Município é decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado, enquanto o pedido de intervenção do Estado não o é. O foro, neste caso, passa a ser federal.

Creio que essa é uma peculiaridade que a CPI deve procurar assimilar, sem querer saber se o Tribunal faz bem ou não, o que, a meu ver, não nos cabe. Mas o ambiente é muito próprio. Essa, a razão da minha indagação.

Em segundo lugar, o Prefeito poderia nos dar algumas contribuições, visto que temos muitos depoimentos aqui a respeito desse assunto, que é atualíssimo para nós.

Ontem, substituindo o Senador Vilson Kleinübing como Relator, dei parecer favorável a um processo de rolagem de dívida de Santa Catarina. E uma das coisas que nos deixa a nós, particularmente os Senadores de Santa Catarina, convencidos a ponto de chegarmos a conclusões que são públicas, é a incapacidade de explicarmos como o Governo do nosso Estado contratou o Banco Vetor para prestar um serviço que o Banco do Estado de Santa Catarina presta ao Estado há vinte e um anos. As primeiras Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina emitidas, com circulação nacional, datam de 19 de novembro de 1976. Ou seja, há quase vinte e um anos o Banco do Estado de Santa Catarina opera com isso. Em um dos primeiros depoimentos, o Chefe do Departamento do BESC declarou que o disquete do leilão, da colocação, é dele. Ele usa esse disquete há 10 anos ou 12 anos.

O ex-Prefeito de Osasco não entrou em maiores detalhes, mas fez aqui um comentário: o BESC desfrutava, perante a administração do Município de Osasco, de referências que o faziam credenciado a suprir o papel que não fora assumido pelo Banespa, que, por sinal, assumiu esse papel junto à Prefeitura de Campinas; papel que sempre cumpriu junto ao Governo do Estado de São Paulo e – até um determinado momento, em que, por força da intervenção, a Prefeitura tomou outro caminho – junto à própria Prefeitura de São Paulo, salvo engano meu, desde o tempo do Prefeito Jânio Quadros, o último convênio que conhecemos, na Administração da ex-Prefeita Luiza Erundina.

A minha indagação é: Como é que o Vetor e o BESC entraram na Prefeitura de Osasco? Sei que o Prefeito deu uma informação. Mas queria que o senhor se socorresse do seu secretário para nos fornecer mais informações do que essa que o senhor nos afirmou sobre não conhecer os diretores do Banco Vetor.

O SR. CELSO GIGLIO – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Os diretores do Banco Vetor nos disseram que foram eles que levaram o BESC. Está dito aqui.

O SR. CELSO GIGLIO – A este Prefeito, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – À Administração desse Prefeito; a Administração que V. Sª chefiava. Com isso, ninguém quer dizer que V. Sª é culpado de ter achado BESC ou o Vetor. É que esse cruzamento tem outros filhos pelo Brasil afora. Mas esse é o primeiro registrado, por nós, à CPI. O primeiro registro da associação do BESC com o Banco Vetor ocorreu na Prefeitura de Osasco e antes da contratação do Vetor pelo BESC. Veja que curioso! Parece que foi o dia 21 de março que o senhor informou, que o senhor reproduziu, agora, a data da...

O SR. CELSO GIGLIO – Da emissão. Após a autorização da aprovação pelo Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Portanto, isso foi fruto simultâneo ou foi em função disso que o BESC e o Vetor se associaram; após a autorização da emissão.

Em Santa Catarina, o contrato do Banco Vetor pelo BESC é datado de julho de 1996. Gostaria que o ex-Prefeito nos desse as informações que julgar possível no sentido de colaborar, se possível, com o auxílio do seu secretário, identificando as pessoas que fizeram essa aproximação.

O Banespa é uma referência em São Paulo. O BESC, ainda que mereça ser, não o é. Não é o primeiro banco que vou procurar se o Banespa não me der um crédito. Não é. Isso eu gostaria de saber e pediria para que o ex-Prefeito colaborasse nesse sentido. Não é uma exigência. Vou ser muito claro: não há nenhuma armadilha nessa pergunta. É apenas alguma informação que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Esperidião Amin não quer causar nenhum desconforto. Entende S. Exª que a pessoa física do Prefeito, talvez, não tenha conhecimento, mas a Administração pode ter.

Quer V. Sª ceder a palavra ao seu secretário?

O SR. CELSO GIGLIO – Quero responder, inicialmente, ao Senador, que eu me reportava ao meu Secretário da Fazenda. E em nenhum momento eu soube do Vetor. Como tínhamos um parecer de que precisávamos de um banco oficial, jamais fui informado a respeito do Banco Vetor. Penso que ele, Secretário, trouxe o BESC. Pelo menos, até ao Prefeito, foi o Secretário quem trouxe o BESC. Não posso dar outro tipo de informação porque só contactei com o BESC. Depois, no contrato...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O contato com o BESC foi de que natureza? Foi epistolar, pessoal, telefônico?

O SR. CELSO GIGLIO - Com o Prefeito? Somente na hora da assinatura do contrato, que foi formal, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas aí foi a conclusão da negociação.

O SR. CELSO GIGLIO - Mas não participei dela. Ela foi feita toda pelo Secretário da Fazenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – **(Inaudível. Fora do microfone)**

O SR. CELSO GIGLIO - Esse é o Secretário de Negócios Jurídicos; o Secretário da Fazenda não veio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não apreciou o contrato?

O SR. CELSO GIGLIO - O consultor jurídico que está sentado ali, Dr. Sérgio Batista, apreciou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, como estou querendo colaborações, aceito qualquer uma que V. Exª deferir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Kleber, o senhor tem condições de responder?

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - Sr. Presidente, verdadeiramente me permita ressaltar que tenho consciência de que o eminente Senador Esperidião Amin não coloca nenhuma dúvida. Essa não é a hipótese relativamente à honra do Prefeito Celso Giglio.

Devo esclarecer porque abro essa minha intervenção com essa observação. Conheço esse Prefeito há 25 anos, mantenho com ele um relacionamento fraterno; devo dizer a V. Exª que algum homem público muito honrado...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Kleber, essa é uma apreciação pessoal que não tem nada a ver. O senhor se limite à questão do problema do Secretário da Fazenda.

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - Eu sei, mas ia chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Até porque a Presidência vai ressaltar que não vai permitir que alguém ataque a honra do Prefeito. Pediria que V. Sª se cingisse à pergunta feita pelo Senador Esperidião Amin.

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - Esse procedimento tramitou, exclusivamente, na esfera da Secretaria da Fazenda. Ele sofreu um parecer na área jurídica de uma consultoria vinculada à Prefeitura.

A minha preliminar que, em tão boa hora, certamente obstou, era no sentido de dizer que posso dar a garantia, tanto quanto acompanhei a ação do Prefeito de que S. Exª jamais teve contato com o Banco Vetor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, tem V. Exª a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Considero que é necessário um esclarecimento adicional, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua V. Exª com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que foi ouvido foi uma consultoria vinculada à Prefeitura. A minha pergunta, para ser muito objetiva, é: consultoria vinculada à Prefeitura significa pessoal da sua área, ou seja, da Secretaria dos Negócios Jurídicos ou de terceiros?

Segundo, parece-me que é um contrato, até então virgem, o primeiro; ou seja: singular, não rotineiro e, por não ser rotineiro, mereceria um esclarecimento, uma discussão.

Se existe uma praxe, uma rotina, isso segue o canal competente, mas quando se trata de uma matéria nova é natural que as áreas especialmente jurídicas sejam acionadas. Era sobre isso que queria obter esclarecimento. Essa consultoria é da Prefeitura? Ou vinculada, no caso, quer dizer outra coisa?

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - É uma consultoria que se resolve em um contrato com um advogado especializado nessa área.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Portanto, é um terceiro?

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - Sim, um terceiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não é um parecer do corpo de servidores da Prefeitura?

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - Na verdade, não é. É um parecer da consultoria, muito embora eu deva acrescentar que defendo a orientação desse parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vou também dizer o que acho. Penso que parecer jurídico é indelegável e não dá para terceirizar ou privatizar. Eu jamais privatizaria ou terceirizaria parecer jurídico que tenha como objetivo preservar o direito da Administração Pública.

O SR. SENADOR - Se for uma área especializada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não; parecer, não. Para aceitar o da área especializada, vou usar o meu parecer. Essa é minha visão, mas se trata de uma colocação subjetiva. O senhor fez a sua e eu faço outra. Para decidir uma matéria dessa natureza, é do corpo permanente da Administração Pública. Isso é indelegável. Posso usar um consultor de fora que me faça um serviço especializado, mas sobre aceitar ou não o parecer é meu. Isso é o que quero saber: para aceitar o termo do contrato com o BESC-Vetor, quem foi que assessorou o Prefeito para que ele chegasse a assinar o documento?

O SR. KLEBER AMÂNCIO COSTA - Respondo. O Sr. Secretário da Fazenda, secundado ou de parceria com a Consultoria a que me referi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Tenho uma conclusão como administrador. Muito modestamente, sou formado em Direito há quase 26 anos, não me considero um jurista, mas sou bacharel em Direito, vou-me permitir dizer que nunca assinei um contrato sem um rabisco no papel do Procurador-Geral do município, até para me orientar e para se responsabilizar. Estou falando do Procurador-Geral do município, que seria o equivalente ao Secretário de Negócios Jurídicos. Mas o respeito, acho que é um ponto frágil.

A segunda questão é a respeito de que outros contatos. O BESC chegou e fez o quê? O BESC ajudou a colocar os títulos no mercado, deu uma noção ao Prefeito de quanto seria o deságio, quanto a Prefeitura teria de pagar de custos, de taxa de sucesso ou equivalente?

O SR. CELSO GIGLIO - Tratou, a esse respeito, diretamente com o Secretário da Fazenda, que me informou que era um contrato normal, que estávamos amparados por um banco oficial, legítimo e um contrato que já havia sido recebido o crivo da Secretaria da Fazenda e um parecer do nosso Consultor, o Dr. Sérgio Batista, que trabalha, há algum tempo, na Prefeitura de Osasco, sob contrato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É servidor da Casa?

O SR. CELSO GIGLIO - Sob contrato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, vamos definir um pouco a boa-fé do Prefeito. A Presidência tem o dever de fazer essa interferência.

O Prefeito é médico, não conhece os meandros jurídicos e recebeu uma manifestação da Secretaria da Fazenda, na qual o Procurador Jurídico ou Secretário de Negócios Jurídicos não fez a sua interveniência, trouxe alguém de fora e, para o Prefeito, isso estava absolutamente correto. Conseqüentemente, não houve a interveniência da Secretária de Negócios Jurídicos.

Quero precisar a boa-fé do Prefeito.

Senador, V. Exª tem mais perguntas a fazer?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Só tenho esta questão e chego à conclusão de que a Prefeitura assumiu um contrato que tinha duas naturezas. Evidentemente, a natureza de um contrato é um negócio jurídico e tinha reflexos no campo financeiro. Mas todo contrato vinculado a um negócio jurídico e até jungido, é uma questão constitucional. A matéria jurídica era mais importante do que a financeira nesse contrato; e, pela resposta do Prefeito, uma resposta correta, sob o ponto de vista de veracidade, percebo que não houve manifestação da Secretaria de Negócios Jurídicos que, em alguns casos, substitui – parece-me que neste caso, não deve ter Procuradoria-Geral do Município...

O SR. CELSO GIGLIO - Há, sim, excelência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Ainda tem a Procuradoria-Geral do Município, quer dizer, o órgão...

O SR. CELSO GIGLIO - Perdão, não a Procuradoria-Geral do Município, mas a Secretaria com um corpo de procuradores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - A Secretaria compreende as funções de Procuradoria-Geral do Município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Bernardo Cabral; Prefeito Celso Giglio, o Relator do parecer sobre a autorização solicitada pelo Município de Osasco ao Senado Federal, relativa às emissões de precatórios, Senador Lauro Campos, ofereceu parecer favorável mas teve o cuidado de introduzir um parágrafo que determinava expressamente que as emissões autorizadas por essa resolução somente serão registradas e colocadas no mercado de títulos no exato montante das despesas, com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, previamente apre-

sentadas ao Banco Central do Brasil, observando-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no § 4º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal".

Em que medida, como Prefeito, teve consciência desse parágrafo único que constava do projeto de resolução aprovado no Senado? Em que medida soube que, no Senado Federal, ocorreu um erro quando da publicação dessa resolução? Porque esse parágrafo foi suprimido e só foi corrigido pelo Senado Federal em 22 de novembro de 96, quando boa parte da emissão dos títulos já estava realizada?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Suplicy, desculpe-me interromper V. Exª. Para que conste dos nossos trabalhos e fique bem claro o que V. Ex. pretende dizer, em verdade, não foi suprimido esse parágrafo; ele apenas deixou de ser publicado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi aprovado no plenário e o projeto de resolução foi publicado com a omissão daquilo que deveria ter sido publicado.

Pergunto: V. Exª teve conhecimento desse parágrafo único? E teve conhecimento da supressão?

Lembro que o que aqui está mencionado é apenas um lembrete daquilo que é o cumprimento do que está no art. 33, onde se fala da emissão no exato montante dos precatórios a serem pagos. Essa é a primeira pergunta que formulo.

O SR. CELSO GIGLIO - Se eu sabia?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se sabia, se tinha consciência do que foi aprovado com aquele parágrafo único?

O SR. CELSO GIGLIO - Não, Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não sabia?

O SR. CELSO GIGLIO - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas conhece o art. 33 das Disposições Transitórias da Constituição?

O SR. CELSO GIGLIO - Conheço. Não posso imaginar como tenha sido. Penso que é coisa intrínseca do Senado a apuração desses fatos, a supressão de um parágrafo na hora da sua publicação. Não posso imaginar como isso pode ter ocorrido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Relativamente ao que o Senador Esperidião Amin estava lhe indagando, eu gostaria de recordar a resposta do Sr. Fábio Barreto Nahoum, Presidente do Banco Vetor, quando lhe foi aqui perguntado sobre quem primeiro contactou a Prefeitura de Osasco, se o BESC ou o Vetor, e qual foi o preço pago pelo Vetor e qual o lucro obtido.

Eis a resposta precisa, dada pelo Sr. Fábio Barreto Nahoum. O Presidente Bernardo Cabral diz: "V. Sª pode responder." E aí ele responde: "Quem contatou a Prefeitura de Osasco fomos nós, quando soubemos que eles se debatiam com um problema sério de conseguir um banco custodiante. A lei municipal exigiu que fosse um banco estadual. Eles tentaram na Caixa Econômica e, posteriormente, tentaram no Banespa e não conseguiram. Foi nesse momento que tivemos a idéia de mostrar essa possibilidade ao Banco do Estado de Santa Catarina. A operação foi apresentada, aceita e o negócio, fechado. E o Banco do Estado de Santa Catarina teve um belo lucro nessa operação."

Pergunto-lhe, então: " E o Banco Vetor?"

Responde o Sr. Fábio Barreto Nahoum: "Participou também dessa operação, ganhando um terço do resultado, mas com o encargo de vender o papel."

Como aqui ele diz que quem contatou a Prefeitura de Osasco "fomos nós" e o Secretário, Dr. Kleber, informou que o contato não foi pessoalmente com o Prefeito, Dr. Celso Giglio, pergunto se tem consciência de como foi realizado o contato pelo Banco Vetor.

O SR. CELSO GIGLIO - Não tenho. Não tenho essa informação, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não tem...

O SR. CELSO GIGLIO - Não sei nada a esse respeito, porque o Banco que me foi apresentado foi o Banco do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No que diz respeito à comissão paga ao BESC e, conseqüentemente, ao Banco Vetor, V. Sª poderia informar qual foi a parcela paga durante a sua gestão?

O SR. CELSO GIGLIO - Senador, quando firmamos esse contrato com o BESC, a informação do Secretário foi que pagaríamos, isso é dito no contrato, 1.5% ao ano, no ano do resgate das letras, enquanto tivéssemos letras para serem vendidas.

Pagamos esses 1.5% no primeiro ano, na minha gestão. Depois, como todas as letras foram vendidas, entendemos que seria 1.5% sobre nada. O banco, segundo informações obtidas agora, não havia cobrado da Prefeitura. Após a publicação do relatório parcial da CPI, não sei se 15 ou 20 dias após a divulgação desse relatório, é que o banco mandou a

cobrança para a Prefeitura, o que a Secretaria de Negócios Jurídicos já está contestando, porque entende que era 1.5% apenas e naquele ato, quer dizer, durante o ano em que fossem...houvesse letras para serem vendidas. Como todas foram vendidas, era 1.5% sobre zero.

Essa é a interpretação também da Secretaria de Negócios Jurídicos e está aqui... Quero entregar para o Presidente uma cópia, uma **xerox** do encaminhamento feito ao Banco do Estado de Santa Catarina.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. Prefeito, as receitas obtidas pela Prefeitura Municipal de Osasco com a arrecadação de títulos emitidos para o pagamento de precatórios foi da ordem de 70 milhões, em termos líquidos. Segundo relatório do Senador Roberto Requião e conforme relatado pelo Tribunal de Contas do Estado, houve gastos da ordem de 40 milhões 651 mil para pagamento de precatórios. Há um saldo, portanto, da ordem de 29 milhões 368 mil. V. Sª poderia explicitar aqui exatamente qual a destinação dos recursos desses 29 milhões 368 mil? Ou poderia encaminhar os documentos que comprovam a utilização integral desses recursos, seja com o pagamento de precatórios relativos ao art. 33 ou outra destinação.

O SR. CELSO GIGLIO - Senador, o dinheiro entrou no sistema de caixa único e seguiu o fluxo normal. Quanto aos documentos, eu me comprometo a encaminhar os pagamentos efetuados até o final da minha gestão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Esses documentos ainda não foram inteiramente encaminhados?

O SR. CELSO GIGLIO - Não sei se haviam sido solicitados. Vou verificar. Se foram solicitados, pode ser que já tenham vindo; se não foram solicitados, vou providenciar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como o relatório é taxativo no que diz respeito à utilização dos recursos para outras finalidades que não o pagamento de precatórios, acredito que seja importante que haja, por parte da Prefeitura de Osasco, a comprovação para utilização de precatórios judiciais ou aquilo que tiver ocorrido com aqueles recursos, que, conforme assinala, entraram no caixa único.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dar uma satisfação a V. Exª a respeito daquilo para o qual fui designado na noite de ontem. V. Exª me pediu que eu entrasse em contato com o ex-Prefeito de São Paulo, Dr. Paulo Maluf. Ainda na noite de ontem, tentei falar com ele, mas não consegui, porque saímos tarde da CPI. Mas, hoje à tarde, falei com ele e marcamos uma reunião para amanhã às 9 horas. Já estou com o ofício assinado por V. Exª, para que eu possa me ausentar amanhã da sessão do Senado, para ponderar ao ex-Prefeito as colocações aqui feitas pelos Senadores José Serra e Eduardo Suplicy com relação à vinda dele aqui; como também se ele tem alguma dúvida em relação aos relatórios e à documentação que V. Exª mandou e se ele necessita de outros documentos, para que eu faça chegar às mãos de V. Exª as necessidades do ex-Prefeito Paulo Maluf, para que possamos ter uma resposta a respeito do assunto.

Com relação ao Prefeito Celso Giglio, o Sr. Relator deixou claro, depois das respostas do ex-Prefeito, que o que aconteceu em Osasco, por incrível que pareça, é completamente diferente do que aconteceu em grande parte do Brasil. O Prefeito pagou a mais. Não acredito que o Prefeito pagou a mais porque quisesse. Tenho certeza de que ele teria onde colocar esses recursos, porque para todos os municípios, como ele bem colocou, faltam recursos. E ele, sendo municipalista, fez gestões junto ao ex-Ministro José Serra e ao Ministro Pedro Malan.

Então, pela primeira vez, desde que começou esta CPI, com a colaboração total do Relator, ele nos deixou claro que, em alguns casos, pagaram 70%, 80% ou 200% a mais; isso não vem ao caso.

Eu gostaria que o ex-Prefeito nos dissesse se foi uma sentença final transitada em julgado que levou a Prefeitura a pagar.

O SR. CELSO GIGLIO - Foi uma sentença transitada em julgado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, em alguns casos, viemos a descobrir que sentenças transitadas em julgado davam valores maiores e que o dinheiro foi efetivamente usado em maior quantidade. No caso da Prefeitura de Osasco, houve um excesso de pagamentos.

Quanto ao problema levantado pelo Senador Roberto Requião, acredito que o Prefeito que elegeu seu sucessor no Município poderá fazer gestões junto ao Prefeito eleito, que, juntamente com sua assessoria jurídica, deve tentar pleitear a devolução desse dinheiro ou mover as ações competentes. Essa é uma sugestão de um membro da CPI, mesmo suplente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Gilberto Miranda sugere, junto à assessoria

jurídica, que seja feita o que se chama uma ação de repetição de débito.

O SR. CELSO GIGLIO - Correto.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer uma segunda pergunta. V. Sª disse, Sr. Prefeito, que o Secretário da Fazenda consultou, por sua sugestão e por sua ordem, a Caixa Econômica Federal, em primeiro lugar, e o Banespa em segundo, para que fossem os gestores do Fundo de Liquidez.

Faço a seguinte pergunta a V. Exª: Essa consulta foi por escrito ou foi verbal? As duas entidades responderam a essa consulta? Em caso positivo, responderam por escrito?

O SR. CELSO GIGLIO - Os ofícios estão aqui, Sr. Senador. Já foram entregues. Mas passo-os novamente às mãos do Presidente. As consultas foram feitas por escrito. A negativa da Caixa Econômica Federal foi verbal. Temos até o nome da pessoa que informou. O Banespa não respondeu até dois meses depois.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, Sr. Presidente, como bem colocou o Senador Esperidião Amin, para Campinas, o Banco do Estado de São Paulo fez essa concessão; para Guarulhos, um Município até mais perto de São Paulo, não o fez e não respondeu; e no outro caso, o Sr. Prefeito teve resposta dois meses depois. Isso o levou, sem dúvida nenhuma, a cair "no colo" de outro Banco, como se diz.

Sr. Presidente, para terminar, gostaria de dizer que conheço o Prefeito de longa data. Dizia o seu Secretário de Assuntos Jurídicos – e V. Exª o impediu de continuar, e o fez bem pois cabia a ele fazer elogios – que o Prefeito é um homem sério, trabalhador. É um homem direito, que, apesar de toda crise, conseguiu eleger o seu sucessor, que, aliás, está fazendo uma ótima administração. V. Exª honra a política brasileira, pelo seu comportamento reto, pela sua integridade, pela sua seriedade. Podemos comprovar isso pela forma como responde, ou seja, sem medo, sem mentiras, sem subterfúgios.

Seria muito bom, para a CPI e para todos nós, que essa vasta documentação – incluindo as memórias de cálculo que, segundo o Prefeito, foram feitas de forma individualizada para cada um dos processos – fosse analisada para que pudéssemos chegar a uma conclusão melhor a respeito do assunto. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A documentação que o Prefeito fez chegar às mãos da Presidência, esta Presidência já determinou a juntada dela aos autos da CPI.

Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing, duplamente como Relator Auxiliar e como Senador inscrito.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, eu queria esclarecer algumas dúvidas com o Prefeito.

Em primeiro lugar, se o Sr. Fábio Barreto Nahoum, do Banco Vetor, tiver razão, Sr. Prefeito, a taxa de sucesso, a taxa de colocação, de Osasco, no caso desses títulos, foi de 7,5%: um e meio por cento ao ano. A taxa sobre o primeiro ano já foi paga.

Ele chega a dizer o seguinte: "Foi fechado o negócio. O BESC ganhou R$1,1 milhão por ano. E ganhará no ano que vem isso de novo. É um contrato de 1,5% ao ano. E achamos que fizemos um belo negócio para o Banco do Estado."

Essa foi a resposta a uma pergunta que foi feita ao Sr. Fábio Barreto Nahoum.

O Senador Eduardo Suplicy perguntou-lhe: "E o Banco Vetor?"

O Sr. Fábio Barreto Nahoum respondeu: "Participou também dessa operação ganhando um terço do resultado, mas com o encargo de vender o papel."

Em outras palavras, dos 7,5%, 2,5% seriam do Banco Vetor e 5% do BESC. Isso foi o que eles afirmaram e o que o contrato afirma.

V. Exª falou aqui na CPI que está sob discussão jurídica. Se porventura a sua observação estiver correta, não será taxa de sucesso mas sim de insucesso, porque V. Exª não paga quando vende; só paga quando não vende. Enquanto os títulos não forem vendidos, paga 1,5%; quando os títulos estão todos vendidos, não paga mais. Então, no momento em que eles obtêm sucesso, eles param de ganhar.

Eu gostaria que V. Exª explicasse. Se foi 7,5%, essa é a maior taxa do planeta, ou pelo menos do planeta Brasil. Até agora, de todas as operações, ninguém pagou 7,5%. A única observação que tenho é sobre a Prefeitura de Osasco. Esclareça-nos, por favor.

O SR. CELSO GIGLIO – Senador, era entendimento da Secretaria da Fazenda – era e continua sendo – que essa taxa seria de 1,5% ao ano sobre o valor das Letras no ano em que elas fossem negociadas. Seria, então, somente 1,5% sobre o valor total. Como todas elas foram vendidas durante o ano de 1996, entendemos – assim como a Secretaria da Fazenda e o Secretário de Negócios Jurídicos – que não mais teremos de pagar 1,5%.; Seria 1,5% somente uma vez e mais aqueles R$10.000,00 – se

não me engano – ao mês, como consta do contrato. Essa é a nossa interpretação. Isto foi o que me disse na época também o Secretário da Fazenda do Município: era 1,5% – o que consideramos até razoável – em uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Vilson Kleinübing, V. Exª continua com a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Banco do Estado de Santa Catarina já cobrou R$1,1 milhão relativo ao primeiro ano. Já apresentou a conta do segundo ano?.

O SR. CELSO GIGLIO – Foi o que eu disse há pouco, Senador. Eles não a apresentaram no vencimento, mesmo porque a Prefeitura continuou entendendo que nada mais devia com relação a esse 1,5%. Depois de divulgado o relatório da CPI, que entendeu que se tratava de 1,5% ao ano, num total de cinco anos, perfazendo um total de 7,5% – e as Letras não devem ser pagas em cinco anos, mas em quatro anos. Não seria 7,5%; seria 6%. Mas a Prefeitura sempre entendeu que seria 1,5% em uma só vez. Depois de divulgado esse relatório preliminar da CPI, veio a cobrança. Não sei se o Secretário de Negócios Jurídicos – o mesmo da época – tem a data da cobrança que chegou à Prefeitura. Mas essa cobrança somente chegou depois de divulgado o relatório da CPI, e esse documento que entreguei à CPI já mostra a Prefeitura contestando – a carta é datada de 9 de junho, e a Prefeitura contesta em seguida.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Esse documento está ficando com a CPI?

O SR. CELSO GIGLIO – Sim, ele pertence à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Vilson Kleinübing pode examiná-lo rapidamente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Vou examiná-lo. É importante, Sr. Presidente, que os assessores da CPI preparem um requerimento de informação ao Banco do Estado de Santa Catarina para saber quanto foi pago ao Banco Vetor desse um terço que ele diz que ganhou na operação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O liquidante do Banco Vetor deve ter a informação também.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Exatamente. O liquidante também deve ter a informação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Solicito à assessoria que tome providências.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Podemos solicitá-la diretamente ao representante do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quem está presente como representante do Banco Central, por favor? (Pausa.)

Não há ninguém. (Pausa.)

Registre-se a ausência do funcionário do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aposentou-se a funcionária que aqui representava o Banco Central, e não houve a substituição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O funcionário do Banco Central que estava aqui saiu para fazer uma diligência. Sou testemunha disso.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Peço que se prepare um requerimento para que se solicite ao Banco do Estado de Santa Catarina informação sobre o valor recebido e sobre o valor pago ao Banco Vetor e também que o Banco do Estado fundamente a sua afirmação de que tem direito a 1,5% ao ano.

Passo à segunda pergunta, Sr. Presidente. Já venceu a primeira parcela dos títulos de Osasco. O que foi feito? Foram resgatados?

O SR. CELSO GIGLIO – Não foram resgatados. Quando iniciamos o processo de emissão, vigorava uma emenda do Senado que permitia a rolagem das letras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Negativo.

O SR. CELSO GIGLIO – Trata-se da 11, que é, de certa forma, omissa, segundo o que me informa o Secretário de Negócios Jurídicos; é omissa e permitia, na época, a rolagem.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Não proibia.

O SR. CELSO GIGLIO - Não proibia a rolagem dos títulos. Imaginamos que seria também um direito da Prefeitura; e mesmo que não fosse, quem sabe a Prefeitura, até o momento, tivesse condições de pagar. Os investimentos na Prefeitura têm sido muito altos, sobretudo nas áreas de saúde, educação, habitação; a partir daí, a Prefeitura não conseguiu e imaginou que pudesse pedir a rolagem da dívida, como está acontecendo com Estados, com a Prefeitura de São Paulo. A Prefeitura está pedindo ao Senado, com muitas esperanças, que autorize a rolagem.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Iniciou quando?

O SR. CELSO GIGLIO - Teve início em 1º de junho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência garante a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Quem são os detentores desses títulos? Eles não reclamaram o pagamento?

O SR. CELSO GIGLIO - Não sei.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Não sabe? Quer dizer, mais um lote de títulos que "micaram".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Prefeito desconhece.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Para fazer um registro. O fato de não haver nenhum escândalo de parte dos detentores dos títulos me conforta; eles sabiam que corriam risco.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Terceira pergunta, Sr. Presidente, para o Prefeito esclarecer: o pagamento àquela Construtora Coveg, solicitada pelo Sr. Relator, Roberto Requião. O maior pagamento feito depois da emissão dos títulos é de 924 mil, no dia 30/10/96; o vencimento é 30/10/96. Aqui não tem a data de pagamento. Por que está zero aqui?

O SR. CELSO GIGLIO - Porque não foi pago. Não foi feito, ela tinha ainda a receber.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está explicado.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Estava em aberto até essa data.

Sr. Prefeito, mais uma observação, uma observação de caráter sobre a questão da concorrência pública. Vejo que a concorrência pública para o leilão foi publicada no dia 27 no jornal, na **Folha de S. Paulo**. O único documento que há aqui sobre publicação é do dia 27.

O SR. CELSO GIGLIO - Eu trouxe os outros, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Tem as outras publicações?

O SR. CELSO GIGLIO - Eu trouxe e já entreguei.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Foram publicadas em outras datas?

O SR. CELSO GIGLIO - Foram. Quem recebeu poderia me dar a data. **Folha de S. Paulo**, o primeiro ofício que entreguei e até li aqui.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Pode me entregar **a posteriori**.

O SR. CELSO GIGLIO - Já entreguei aqui.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Prefeito, quem definiu o deságio dos títulos?

O SR. CELSO GIGLIO - Entendo que foi o mercado, Senador. E, ao que se sabe, o deságio das Letras de Osasco, pelo que os jornais publicaram, foi o menor deságio; segundo cálculo da Secretária da Fazenda, é alguma coisa em torno de 6% ao ano, o que dá 0,5% ao mês.

O SR. VILSON KLEINÜBING - De um total de 70 milhões, os senhores pagaram 10 milhões de deságio.

O SR. CELSO GIGLIO - O que dá 0,5% ao mês. Uma operação de antecipação de receita custa 4%, 4,5%...

O SR. VILSON KLEINÜBING - O senhor está comparando coisas distintas.

O SR. CELSO GIGLIO - Mas a necessidade da Prefeitura, Senador... Estávamos sob intervenção...

O SR. VILSON KLEINÜBING - Quero fazer uma outra observação. Deixe-me concluir agora. O senhor já falou, deixe o Relator concluir sua observação. Os compradores podem ter oferecido com deságio elevado. Ao vendedor, cabe aceitar ou não esse deságio.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço a atenção para o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Se o mercado ofereceu com deságio elevado, alguém da Prefeitura deve ter feito uma análise.

O SR. CELSO GIGLIO – O Secretário da Fazenda.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Secretário da Fazenda fez uma análise e orientou o Prefeito para que autorizasse a venda dos títulos com esse deságio?

O SR. CELSO GIGLIO – O próprio Secretário autorizou a venda. Ele tinha poderes para isso, pela lei municipal.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E então ele abriu mão de R$10 milhões, que foi o deságio?

O SR. CELSO GIGLIO – Foi o menor deságio, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não é verdade. Temos aqui outras informações sobre o deságio. Tanto é verdade que o deságio era razoável, que a IBF ficou com R$7 milhões desse deságio. Como V. S.ª já sabe, inclusive pelos jornais, a IBF é uma empresa que não existe, uma empresa "laranja", e esse dinheiro depois foi transformado em dólar. Hoje se sabe que a IBF era uma empresa "laranja". Foi autorizada a venda desse total com o deságio de R$10 milhões. A comparação com outros tipos de financia-

mento não tem sentido, porque há financiamento mais barato do que ARO. O financiamento do BID é mais barato.

O SR. CELSO GIGLIO – Tentamos todos, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sei que V. Sª tentou todos. Só estou dizendo que os títulos poderiam ter sido vendidos com um deságio menor.

O SR. CELSO GIGLIO – Melhor até se fosse o valor de face.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E V. S.ª sabe que o Governo de São Paulo vende pelo valor de face?

O SR. CELSO GIGLIO – Nós não tivemos a sorte de vender. Tentamos, e sei que o Secretário fez o melhor. Imagino que tenha feito o melhor, mas o que conseguimos foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Vilson Kleinübing, V. Ex.ª continua com a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, além das informações que o Relator já buscou e que constam no relatório, estou satisfeito. Só preciso saber agora, efetivamente, quem é que vai ganhar essa querela judicial. Se a Prefeitura perder, ela vai pagar pelo menos mais 4,5%. E torço bastante para que a Prefeitura ganhe. Não torço tanto pelo Banco do Estado de Santa Catarina, porque quero que ele ganhe mais dinheiro, mas torço para que o Vetor não ganhe esse 1/3, se já não recebeu tudo do Banco do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, V. Exª tem a palavra, como último Senador inscrito.

O SR. ROMEU TUMA – Eu não ia questionar, nem levantar nenhum problema, em razão dos esclarecimentos que V. Ex.ª já prestou, mas foi citado o relatório do Senador Lauro Campos e a supressão de um final do relatório, que seria uma recomendação do Senador. Isso veio à Corregedoria, Sr. Presidente, então relatei a informação e solicitei à Consultoria Jurídica que verificasse o que ocorreu. Informaram que posteriormente o relatório foi republicado, já por inteiro. Acredito eu que V. Exª recebeu a decisão por inteiro e, com base nela, completou a emissão dos títulos. É só para deixar claro que não houve nenhuma desídia em apurar, até porque, já em andamento a CPI, se houvesse alguma dúvida, ela poderia trazê-la ao nosso conhecimento.

Eu queria aproveitar a oportunidade, porque tenho conhecimento da boa administração feita sob seu comando em Osasco, tanto é que a população elegeu seu sucessor. V. Sª citou uma visita de Wagner Ramos, por uma única vez, à Prefeitura; foi isso mesmo?

O SR. CELSO GIGLIO – Sim, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Ele tratou de algum assunto específico sobre a emissão de títulos? Eu queria só esclarecer, porque tenho sentido, Sr. Presidente, que muitos Secretários foram iludidos na boa-fé por essa quadrilha formada por Fábio Nahoum, Wagner Ramos, Vetor e toda essa miscelânea. Acredito que o Prefeito desconhecia que eles se aproveitaram de toda essa angústia na busca de recursos, com a própria Constituição permitindo, pelo art. 33, a possibilidade de emissão de títulos para pagar precatórios. Os Secretários queriam encontrar um caminho a fim de poderem se valer desses valores para fazer os pagamentos decorrentes de decisões judiciais, até para evitar intervenção.

Então, pergunto se ele citou algo sobre a capacidade que tinha para elaborar um processo de encaminhamento ao Banco Central e ao Senado?

O SR. CELSO GIGLIO – Ele disse que tinha prática, **know how**, que fazia na Prefeitura de São Paulo, estava fazendo na Prefeitura de Campinas, na Prefeitura de Guarulhos e que, de forma cooperativa, sem nenhum custo para a Prefeitura, Senador, estava disposto a ajudar. Realmente, não pagamos nenhum centavo a ele.

O SR. ROMEU TUMA – Veja, Sr. Presidente, como é essa estrutura. Não quero ofender pessoas, mas a Justiça vai procurar identificar o tipo de crime que eles praticaram e como era realmente elaborado esse tipo de estelionato programado. Ele vendia o conhecimento por ter elaborado um trabalho nessa área para a Prefeitura de São Paulo para depois dar essa referência para outros prefeitos.

Houve a entrada do Vetor e do BESC. O senhor não conseguiu a abertura num banco oficial do Estado; pelo menos os ofícios que V. Exª trouxe para cá deixaram uma brecha única, qual seja, por meio desse mecanismo que o senhor desconhecia, tenho certeza, a estrutura criminosa investia nesses precatórios. Penso que V. Exª desconhecia toda essa trama.

O SR. CELSO GIGLIO - Completamente.

O SR. ROMEU TUMA – A única coisa que pergunto é se realmente V. Exª vai sugerir brevemente ao novo prefeito o ressarcimento dos valores pagos a mais. Entendo que essa atitude mostraria sua dignidade e o seu não-comprometimento com essa estrutura; provavelmente, eles trabalharam também na potencialização dos valores. A capacidade dessa quadrilha não residia na elaboração do processo,

porque este os assessores de V. Exª juridicamente teriam a capacidade de fazer. Eles tinham a capacidade de potencializar os valores dos precatórios das decisões judiciais. E pode ser que esses valores superpotencializados tenham sido objeto de trabalho da estrutura da quadrilha.

É importante, não só no caso de V. Exª, como no dos outros administradores, que se tente ressarcir os valores pagos a mais, assim como aqueles que foram furtados dos cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não há mais nenhum Senador inscrito. Antes de dispensar o Dr. Celso Giglio, quero registrar, para que conste da Ata, a manifesta solidariedade dos eminentes Deputados Federais, Senadores do PTB, o que demonstra uma coesão partidária, o que é muito bom se ver nestes dias. Fica registrado em Ata.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que permaneçam, porque temos alguns requerimentos a serem discutidos.

Dr. Celso Giglio, a Presidência agradece sua contribuição, sua colaboração, e esperamos revê-lo numa outra situação. V. Exª está dispensado.

(Suspende-se temporariamente a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço aos Srs. Senadores que tomem assento nas suas bancadas, enquanto os Srs. Deputados Federais, Senadores e amigos do ex-Prefeito Celso Giglio terminam seus cumprimentos.

Peço a atenção dos eminentes Senadores. (Fazendo soar a campainha).

Senador Casildo Maldaner, vai entrar em discussão um assunto pertinente a Santa Catarina.

Concedo a palavra ao eminente Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, trata-se de requerimento em que peço a aprovação do Plenário da CPI.

> Requeiro, nos termos regimentais, que seja submetida à apreciação do Plenário desta CPI, a liberação sobre a realização de diligência em Curitiba, no Estado do Paraná, com acompanhamento da Polícia Federal e dos Senadores Roberto Requião e Vilson Kleinübing, para a ouvida das seguintes pessoas: Ernesto de Oliveira Guerra Fucs, Diretor da Transoceânica; Takashi Suzuki, funcionário do Banco Central do Brasil; Silvano Tenório Câmara Filho, ex-gerente da agência do Alto da Quinze, do Banco do Brasil em Curitiba; o atual gerente da agência do Alto da Quinze, do Banco do Brasil em Curitiba, Manoel Hein; e o gerente do Banestado da agência Deodoro, Guido Murilo do Amaral, que foi gerente durante um período, e Hamilton José Borges Sampaio, de outro período.

Isso pode ser feito em Curitiba. Aliás, está sendo requerido para que seja feito em Curitiba. Os dois Relatores atuariam juntos e fariam a diligência junto com o pessoal da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, uma vez que foi justificado.

Não havendo manifestação em contrário, dou por aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A quebra do sigilo, que foi requerido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Levo ao conhecimento dos eminentes Senadores de que há sete Senadores no plenário, portanto, há **quorum** para votar. (Pausa.)

O Senador Esperidião Amin está ali e não tinha sido visto pela Drª Adriana.

Há **quorum** para votação.

O Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, de Santa Catarina, enviou a esta Presidência ofício declarando a impossibilidade de estar hoje aqui presente. O ofício foi entregue às 12h, portanto, a tempo.

S. Exª dá a seguinte explicação:

> "As implicações decorrentes da fase final do processo de que minha administração é alvo na Assembléia Legislativa Estadual, cujo resultado nos próximos dias antecipo a essa Comissão, quando a prudência recomendaria aguardá-los, impõe a minha permanência nesta Capital."

S. Exª termina reafirmando as manifestações de apreço à Comissão e solicita da Presidência nova data para o compromisso. Ainda melhor, solicita seja a mais breve possível. A Presidência fez um ofício convidando-o, conforme entendimentos mantidos, para o próximo dia 2 de julho, quarta-feira, às 18 horas, nesta sala.

Peço ao eminente Senador Casildo Maldaner que seja o portador desse ofício.

É evidente que já se sabe que por parte do Senado houve concordância na convocação extraordinária do Congresso.

Dia 2 será uma quarta-feira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se houver convocação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então qual é a data? Só a partir do dia 7?

O SR. SENADOR – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) -- A Presidência registra que, lamentavelmente, dever-se-ia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, estou recebendo a informação de que a convocação será para o período de 1º a 24 de julho. A primeira informação era a de que seria de 7 a 25 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, o Senador Casildo Maldaner fará, em nome desta Presidência, a gentileza de chegar às mãos do Governador de Santa Catarina o ofício desta Presidência.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aprovada a data, peço ao eminente Senador Gilberto Miranda que ainda se mantenha presente, porque ainda há o requerimento do Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, aprovada a data condicionada à efetiva convocação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem dúvida.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, tendo em vista a polêmica com relação à convocação ou não, seria muito importante, tão logo haja a convocação, que V. Exª e o Relator definam, claro, em conjunto com o Plenário da Comissão, o calendário para o mês de julho, tendo em vista que possivelmente a partir do dia 24 não haverá sessão. Teríamos, então, que saber quando o relatório ficará pronto, porque precisamos de tempo para ler o relatório geral, para podermos votá-lo e, conseqüentemente, a data de votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É procedente a interferência de V. Exª. A Presidência solicita ao eminente Relator Vilson Kleinübing, que está no exercício da relatoria, que troque idéias com o eminente titular da relatoria, Senador Roberto Requião, para essa finalidade.

Requerimento do eminente Senador Eduardo Suplicy.

> "Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Banco Central a transferência do sigilo bancário a esta CPI das seguintes pessoas físicas e jurídicas: Manoel Moreira Neto, CMA – Eco. Indústria e Comércio de Plásticos, Sabra – Transporte, Importação e Exportação Ltda., todos com os devidos CPF e CGC indicados."

O eminente Senador ainda solicita sejam encaminhados dados relativos à movimentação bancária e documentos relativos a débitos e créditos superiores a R$10 mil.

Está feita a justificativa por ter a Receita Federal encaminhado a esta CPI a existência de outras duas empresas de propriedade do Sr. Manoel Moreira.

O eminente Relator tem alguma objeção? (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores tem nada a objetar, a Presidência considera aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se eu puder ler, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – "Tendo em vista a proximidade da conclusão dos trabalhos e a necessidade de darmos conseqüência às decisões adotadas por esta Comissão, faz-se necessário estabelecermos prazos para que os documentos requeridos sejam encaminhados pelas instituições competentes. Nesse sentido, solicito à Presidência que tome as providências junto ao Banco Central para que os bancos sejam oficiados para que enviem os documentos requeridos no prazo máximo de 10 dias úteis", ainda mais tendo em conta que talvez terminemos nossos trabalhos dia 24.

"Ademais, os documentos encaminhados por várias instituições bancárias alertavam para o fato de que seria necessário o envio de nova remessa, tendo em vista que os documentos relativos a créditos e débitos superiores a R$10.000,00 estavam ainda sendo apurados. Solicito, também, que essas instituições sejam comunicadas diretamente quanto ao prazo estabelecido pela CPI, conforme listagem abaixo.

Banco	Titular
Banespa	Luiz Ildefonso Augusto Silva
Banespa	Hannover
Banespa	Plenus Assessoria
Banespa	Oscar Spagnol
Sudameris	Edson Azevedo Marques
Banestado	Anderson Tarcitani
Banestado	Plenus Adm. de Bens e Serviços
Bandeirantes	Santo Antônio Ind. Plásticos
Bandeirantes	Luflac Tecnol. Informática
Bandeirantes	Plastibag Embal. e Descartáveis
Bandeirantes	Edson Azevedo Marques
Bandeirantes	Ricardo Spagnol
Bamerindus	Benjamin Sterenkrantz
Bamerindus	Clóvis J.K. Escauriza (2 contas)
Bamerindus	Plenus Assessoria

Outras instituições encaminharam extratos bancários sem as necessárias cópias de documentos relativos a créditos e débitos superiores a R$10.000,00, informando que tratava-se de remessa definitiva. Solicito, portanto, que as mesmas sejam informadas que não encaminharam a totalidade dos documentos solicitados, sendo necessário o envio de cópia dos cheques superiores a R$10.000,00, emitidos pelos respectivos correntistas. São eles: Banco de Crédito Nacional, relativo à conta de Pedro Paulo Velasquez Romero; Banco Boa Vista, relativo à conta de Hannover C.R.M. Ltda.; Credireal, relativo à conta de Americantel Telecomunicações; Banco Real – Vitória DTVM Ltda.; Richard Andrew M. Van Otterllo, Olga Pagura e Raul Henrique Srour; Banco Real – Vitória DTVM Ltda., Olga Pagura e Raul Henrique Srour; Banco Patente – Vitória DTVM Ltda; Banco Dimensão – Vitória DTVM; Banco Icatu – Raul Henrique Srour; Banco Sudameris – Raul Henrique Srour.

A Comissão não recebeu qualquer documento de contas correntes das empresas Split Corretora de Mercadorias Ltda. no Bamerindus, Bradesco, Banco Cidade, Banco Daycoval, Banfort, Banco Indusval, Banco Itaú e Banco Real – Vitória DTVM Ltda, cuja existência é de nosso conhecimento e são fundamentais para a conclusão dos trabalhos. Solicito, portanto, que os referidos bancos sejam oficiados no sentido de encaminharem a documentação solicitada dentro do prazo ora estabelecido.

Finalmente, gostaria de dar ciência a esta Presidência sobre uma inconsistência observada na informação prestada pelo Banco Industrial e Comercial S.A. – Bicbanco, já notificada à Secretaria das Comissões na forma de uma minuta de ofício a ser encaminhado ao Banco Central. Os extratos bancários vieram acompanhados por ofício assinado pelo Diretor da instituição, Sr. José Newton de Freitas, onde é comunicado que a instituição localizou cinco contas correntes, informando, ainda, que encaminharam cópia dos extratos de 1995 e 1996 das referidas contas, bem como dos cheques debitados.

Chegou-nos, no entanto, apenas a cópia da conta corrente titulada por Altino Almeida de Souza e Negocial Factoring Fomento, conta esta que não estava listada no referido ofício. Recebemos, também, as fichas cadastrais das empresas Cotia Trading, Split Corretora de Mercadorias e Hannover Ltda., sem que esses documentos estivessem acompanhados das respectivas cópias dos extratos bancários e dos cheques debitados. Frente a essa inconsistência, faz-se necessário que o Banco Central desenvolva esforços no sentido de obter a documentação faltante, para que esta Comissão possa ultimar as análises dos documentos solicitados."

O SR. ROMEU TUMA – Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Suplicy, antes de colocar em discussão o requerimento de V. Exª, V. Exª sabe que esta Presidência tem se comportado sem adjetivar, sem qualificar, mas o requerimento de V. Exª é absolutamente pertinente. Há que se estabelecer um prazo, e eu espero que o Plenário aprove o requerimento de V. Exª dada essa circunstância singular.

Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Eu queria, claro, apoiar o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Pergunto a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, já que citou o Raul Henrique Srour e também a Olga Pagura, se Richard Andrew M. Van Otterllo apareceu, porque, na investigação do Renê, esses nomes aparecem com muita insistência. Sei que são grandes operadores de câmbios e têm ligação com a Vitória DTVM.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está listado, Senador Romeu Tuma; está no mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª quer dar uma examinada?

Com a palavra o eminente Senador Vilson Kleinübing, enquanto o Senador Romeu Tuma examina a documentação.

A seguir, falará o Senador Casildo Maldaner.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quero aproveitar a oportunidade, já que o requerimento do Senador Eduardo Suplicy chegou na hora certa, para acrescentar que, embora S. Exª tenha tomado cuidado, com base em alguns exames absolutamente pertinentes – como diz V. Exª – que está fazendo, notamos a ausência de uma série de informações de outros bancos e de outras contas cujo sigilo foi quebrado na CPI.

É bom que se alerte pela imprensa e pela televisão: há bancos que não entregaram as relações, os extratos de conta corrente e os cheques acima de R$10 mil de outros Estados, como Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco.

Neste momento, sei do BMC e do BMG – até gostaria de deixar claro -, porque reclamei hoje do Banco Central. Não chegaram ainda as relações pertinentes às autoridades catarinenses desses dois bancos.

Farei, mais tarde, um requerimento sobre o restante, já que o Senador Eduardo Suplicy apresentou essa questão. Mas é bom que se alerte desde já

o Banco Central, para que tome essas providências e nos dê, dentro do prazo, essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª terá sua solicitação atendida.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª, que é autor do requerimento, deseja falar?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. Próximo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, V. Exª está devidamente esclarecido? (Pausa.)

Está de acordo.

Então, aprovado, por unanimidade, o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Tem V. Exª a palavra, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu gostaria que constasse dos Anais desta Comissão o expediente encaminhado a V. Exª e a esta Casa pelo Governador de Santa Catarina, em que S. Exª apresenta as razões de não ter comparecido na data de hoje, em função do que se precipitou acontecer no Estado.

Gostaria de consignar, Sr. Presidente, que esta CPI foi constituída para analisar a colocação de títulos nos Estados brasileiros e nos Municípios. Em função disso, no meu Estado, também se criou uma comissão. Essa comissão começou depois, em função desta e encerrou os seus trabalhos. Infelizmente, Sr. Presidente, já marcaram dia e hora para a votação do **impeachment**.

Em que pese a não ter a sua independência, entendemos prudente que se aguardasse o término do trabalho desta Comissão, que tem sido a origem da análise dessas questões.

Quero trazer este registro à Comissão, Sr. Presidente e nobres Colegas, de que em Santa Catarina, à revelia da conclusão dos trabalhos desta Comissão, já marcaram dia e hora para julgar o Governador e demais autoridades.

Na minha opinião, houve imprevidência; melhor seria aguardar a conclusão desta Comissão, que está analisando os casos de Municípios, Governadores e Prefeitos, a questão do Banco Central, enfim, a colocação dos títulos no mercado financeiro, os caminhos por onde eles têm andado.

Parece-me que seria mais prudente, mas infelizmente, no meu Estado, já se colocou em pauta, agendou-se, marcou-se o dia "D" para analisar isso, à revelia da conclusão dos trabalhos desta Casa, a despeito de que nenhum outro Município ou Estado da Federação tenha pensando em afastamento de Prefeito ou Governador.

Então, gostaria, Sr. Presidente, nobres colegas, de registrar que essa é uma das razões de não ter o Governador comparecido na data de hoje. Nesta semana, surgiu um fato novo no Estado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, tenho procurado evitar fazer comentários sobre questões que considero que o Senador Casildo Maldaner, na condição de membro titular desta CPI, como Senador da República pelo meu Estado, como Presidente Estadual do PMDB, como tesoureiro, integrante, portanto, da Executiva Nacional de seu Partido, tem até o dever de denunciar. Jamais me passou pela cabeça procurar avaliar o que S. Exª profira, mas sinto-me obrigado a fazê-lo agora diante de manifestações que S. Exª fez no plenário do Senado, às quais não procurei responder. Sinto-me obrigado, por dever de consciência, e para que não se passe essa sensação de que, em Santa Catarina, está havendo um **apartheid**, como disse o Senador Casildo Maldaner na última segunda-feira, em pronunciamento no qual, inclusive, anunciou que haveria represálias, riscos para os parlamentares de Santa Catarina quando fossem votar. Tenho aqui o pronunciamento. V. Exª suscitou o temor de constrangimento físico no seio da sociedade catarinense que se vem disseminando. Sou obrigado a fazer aqui três colocações: o Senador Casildo Maldaner se esqueceu de que a Assembléia Legislativa de Alagoas constituiu CPI e deliberou sobre o assunto **impeachment** do Governador do Estado há mais de dois meses, e lá o Governador é do PMDB. Parece-me que todos esquecemos de que a Assembléia Legislativa de Alagoas, como qualquer outro poder legislativo estadual ou municipal, tem autonomia para avaliar qual é a sua responsabilidade e como conduzi-la. Não há qualquer imprevidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Em meu Estado, Sr. Presidente – já temos a avaliação parcial – , seiscentos e cinqüenta **outdoors**, há sete semanas, estão à disposição do PMDB. Os dados de tabela indicam que a despesa é superior a R$1 milhão. A Polícia Federal já constatou a impressão de folhetos ofensivos a adversários do Governador, a adversários desses administradores da coisa pública catarinense, incluindo o Senador Vilson Kleinübing e o Senador Esperidião Amin, e jamais trouxe tal assunto

para cá. A Telebrás concluiu auditoria a respeito de como vazou o conjunto de contas telefônicas do Partido Progressista Brasileiro. Trata-se de um partido político, não de uma pessoa física. Espero que esse dado não seja sonegado à sociedade. Como Presidente do Partido, comuniquei à CPI que quero saber quem as entregou e para quem. Não será um funcionário o responsabilizado, será o diretor que pediu e recebeu. Sr. Presidente, não há em Santa Catarina – essa informação foi-me trazida pelo presidente nacional do PT, hoje à tarde, o ex-Deputado José Dirceu – nenhum ônibus para alugar, estão todos alugados pelo Governo. O Estado de Santa Catarina terá que resolver seu problema, quem vai resolver é a Assembléia Legislativa. Não há qualquer imprevidência, qualquer atropelo. Não vamos federalizar uma decisão que é estadual.

Finalmente, para concluir, Sr. Presidente, vejo-me na obrigação de trazer mais duas pequenas notícias.

Hoje à tarde, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por intermédio de seu corpo especial, por oito votos a seis, considerou anulada a sessão da Assembléia Legislativa de Santa Catarina que aprovou a lei que autorizou a emissão dos títulos de Santa Catarina.

Não sei quais são as conseqüências. V. Exª sabe que existe a ação direta de constitucionalidade do PT e do PPB contra a lei e a resolução do Senado. Já houve decisão sobre a lei de Pernambuco.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, em 43 anos de vida, nunca tinha tido desistência, nunca tinha rejeitado contas de Governador algum, rejeitou as contas do Governo de Santa Catarina relativas ao ano de 1996.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na semana passada, acolheu denúncia contra os denunciados pelo Ministério Público de Santa Catarina pelo superfaturamento na execução das obras da ponte Pedro Ivo Campos, cinco anos depois do incidente que notabilizou Santa Catarina, que foi o desaparecimento, à época em que era o Governador o Senador Vilson Kleinübing, do responsável pela execução da obra. No entanto, os denunciados são outros e participam do atual Governo.

Santa Catarina terá de cuidar da sua vida, e as instituições lá estão tomando decisões. Cada vez que surge uma decisão como essa, Sr. Presidente, o Governo, por meio dos seus agentes políticos, menciona – é com isso que quero encerrar esta minha intervenção – que é um golpe às instituições.

Este é o teor extraído do parecer prévio do relator da comissão parlamentar especial que trata do **impeachment**, ou seja, a comissão processante que apreciou a defesa apresentada pelo Governador do Estado – não está mal defendido -, da lavra do ex-Procurador-Geral da República Aristides Junqueira: "golpe às instituições democráticas; golpe; maquinação vil dos bastidores escusos; açodamento político; perseguição; vindita; paixão menor; solércia astuta e indigna; antidemocrático e astucioso caminho para o golpe". Esse é o teor dos adjetivos constantes da defesa.

Sr. Presidente, Santa Catarina terá de tratar disso; não há mais nada para apurar. O Governador deveria vir aqui explicar que a ordem de serviço não é falsa.

V. Exª conhece, como ninguém, as diligências que foram aqui aprovadas a respeito desse assunto. V. Exª sabe que a lista de precatórios não é falsa; que é inverdade que o Banco Vetor foi contratado de maneira desonesta; que não é verdade que foram pagos 33 milhões de taxa de sucesso por títulos que não foram vendidos. V. Exª foi procurado tarde da noite, depois de sair daqui, para fazer uma reunião extraordinária, porque o sistema financeiro nacional corria dificuldades e riscos, se não fosse autorizada a comercialização dos títulos. V. Exª sabe, Sr. Presidente, quais eram as condições.

Eu lhe disse que jamais V. Exª seria por mim alvo de alguma espécie de insulto, ofensa ou sinal de desrespeito, por mais disfarçado que fosse, mas V. Exª se lembra de como protestei diante da inverdade daquela colocação.

O que penso que o Governo de Santa Catarina tem de apresentar são os elementos de defesa, para contestar os fatos que estão lançados: os relativos ao deságio, aos beneficiários do deságio. Ele deve ajudar a procurar o René e colocar um pouco desses recursos para descobrir como é que esse dinheiro foi parar nas mãos do Sr. Fausto Solano Pereira em uma hora. Entre as 15h02min e as 16h do dia 24 de outubro, o dinheiro se multiplicou, a partir de um cheque emitido pelo Sr. Ibraim Borges Filho, que só agora passamos a conhecer, pelo menos em parte.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que essas frases, em que se fala em "golpe", foram respondidas de maneira magistral – permito-me dizer – pelo Deputado Jaime Mantelli, do PDT de Santa Catarina, quando disse:

> "Diante do que se lê e do que se enxerga sob as palavras – estas palavras -, há momentos em que, com tristeza, é-se leva-

do a imaginar que a história, irada, se renova em suas páginas mais deploráveis. A incontinência e a deselegância de linguagem, de cujo acervo uma pequena amostra se exibiu acima – estas a que me referi -, obrigam a recordar o que escreveu o eminente Deputado Nelson Jobim, então do PMDB do Rio Grande do Sul – Estado que no caso dos precatórios não deu mau exemplo -, hoje Ministro da Suprema Corte de Justiça, ao finalizar documento similar a este no preâmbulo do processo de **impeachment** do ex-Presidente Fernando Affonso Collor de Mello. Disse S. Exª: "Define-se como manobra política a especificação de responsabilidades; rotula-se o presente procedimento de "golpe"; invocam-se os 35 milhões de votos. Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais! Maldita a democracia em que o voto popular possa constituir-se em cidadela da impunidade!".

Fim da citação com a qual – e, se me alonguei, peço perdão – encerro a minha manifestação, haja vista que não poderia ficar silente diante de uma fuga à realidade; uma busca de, pelo adjetivo, deixar de responder ao substantivo.

A meu ver, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina – onde nenhum Partido tem hegemonia, onde há correntes políticas, em um Estado politizado que tem história – merece do Senado e desta CPI respeito por não haver deixado passar em brancas nuvens aquilo que mobilizou a nossa atenção até este momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está feito o registro.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, depois das palavras do Senador Esperidião Amin, como Representante de Santa Catarina, eu tenho mais uma observação a fazer: depois de tudo que se ouviu de Santa Catarina, depois de tudo que se escreveu em Santa Catarina, pago não sei com que dinheiros, e, principalmente, depois de uma semana de intensa atividade política, de pressões de todo o tipo, inclusive aqui em Brasília, para que as instituições não funcionem, eu só tenho a lamentar o fato de que o Governador do meu Estado, que já nos envergonhou tanto, que já envergonhou tanto o povo de Santa Catarina, não venha aqui simplesmente dizer: sou inocente por isso, mais isso, mais isso.

É muito mais fácil dizer que fez porque os outros fizeram; é muito mais fácil se queixar do improvável – e improvável, porque não existe – desequilíbrio federativo. As Assembléias são autônomas; só a Assembléia pode abrir o processo; o Senado não pode abrir processo nenhum.

Então, é muito mais fácil ficar alegando todas essas coisas, quando não se tem efetivamente a convicção de que se pode chegar ao Senado da República.

Sr. Presidente, no Senado, esta CPI trabalhou durante muitos meses e evitou que milhões e milhões de reais também fossem drenados para o exterior com sonegação fiscal e, até, em roubo como já vimos aqui. Na frente desses Senadores da República que trabalharam, durante seis meses, ele está perdendo uma grande oportunidade, antes da votação para abertura do processo, porque não é o **impeachment** que se votará na segunda-feira, mas o início do processo, de vir aqui, em nossa frente e dizer: "Sou inocente". Não. É muito mais fácil falar mal dos seus adversários do que vir aqui comprovar que é inocente. Lamento que isso esteja acontecendo. Em todo caso, a data nobre está marcada para depois da segunda-feira, mas estaremos à disposição para ouvir o Governador de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, apenas fiz um registro baseado no expediente do nosso Governador de que os acontecimentos de Santa Catarina, as decisões que haveriam de tomar segunda-feira, no nosso entendimento, foram precipitados. Fiz esse registro, simplesmente dizendo que foi uma imprevidência tomar essa decisão sem esperar a conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, em primeira instância foi criada – é bom que se frise isso – para analisar os títulos de Santa Catarina, de Pernambuco, de Alagoas, de Osasco – como ouvimos do ex-prefeito na noite de hoje -, de São Paulo, do Estado e da Prefeitura, de Campinas, e assim por diante. Essa tem sido a verdadeira finalidade desta Comissão.

Fiz o registro de que lamentava que em um Estado da Federação – no caso, Santa Catarina – houvessem antecipado, ou então, à revelia das conclusões dos trabalhos desta Comissão estivessem tomando uma decisão que, na minha opinião, não é a mais aconselhável. Não sei por que os eminentes colegas do meu Estado – só porque, nesta ocasião, manifestei esta preocupação – procuram trazer questões não relacionadas com esta Comissão nem

com o fato em si de Santa Catarina. Lamento. No caso da construção da terceira ponte, que tanto serve à ilha e a Santa Catarina, que há cinco anos o Ministério Público vem analisando e que apenas agora o Poder Judiciário vem de receber e começa a formalizar devidamente o processo... Apenas agora o Judiciário recebe e já anuncia aos quatro cantos como que uma decisão e traz a esta Casa, na noite de hoje, uma questão que não tem nada a ver com esta Comissão.

Sr. Presidente, eu poderia invocar também os governos dos meus colegas e trazer a esta Comissão exemplos de atos que eles praticaram. Poderia, mas não vou fazer isso. Eu poderia, é claro.

Quando o Tribunal de Justiça do nosso Estado, por oito votos a seis, entende que uma lei votada na Assembléia não é legal, entende que deve ser anulada e dá a entender que o culpado é o Executivo...

Foi o Poder Legislativo que votou, que decidiu, que solucionou, que remeteu, ou melhor, que votou, que disse que era por aí. Agora, o Judiciário vem dizer que não é correta e como que responsabiliza o Executivo por aquilo que fez outro Poder.

Sr. Presidente, ponderei aqui – e reafirmo – que as minhas convicções devem ser respeitadas, e essa comunhão é de um segmento forte em Santa Catarina. As tensões são fortes no nosso Estado. Por quê? Porque, neste momento, se praticam atos – sei que as conclusões desta Comissão estão aí... Sei que em outros Estados da Federação, outros Municípios, vão caminhar para isso. Sabemos de antemão que vai continuar o Governador de Pernambuco, vai continuar o Governador de Alagoas, vai continuar o Prefeito Celso Pitta, de São Paulo, e outros prefeitos. Falamos de antemão que, num Estado da Federação, pelo mesmo pecado se o é, pelo menos em alguns Estados, em outros Estados e em outros Municípios, se é pecado, é apenas venial; no meu Estado, estão caracterizando como pecado mortal. O furto ocorrido em Pernambuco, em São Paulo e em outros lugares não é proibido, mas em Santa Catarina é porque se vislumbra que só lá que vão levar para o cemitério ou para a cadeira elétrica o Governador.

E, tem mais uma, Sr. Presidente: não bastasse isso para saciar a sede de alguns, não bastasse o Governador, estão levando também para o matadouro o vice-Governador. Já marcaram o dia e a hora. Será que não é razão de preocupar? Será que não houve um fato novo para que o Governador não comparecesse na noite de hoje a esta CPI, quando marcaram dia e hora? Então, não bastassem o Governador e o Vice-Governador colocados na degola, estão inventariando, partilhando os poderes em Santa Catarina desde já.

Isso é voz comum! Tanto é que dizem – estão aí os jornais – algumas declarações: só o Sr. Governador não serve para saciar as nossas ambições políticas, não vai resolver o nosso problema, vamos incluir o vice-Governador também. Isso está comprovado e claro, por isso a sociedade se revolta, isso faz com que haja uma indignação, uma sacrossanta indignação em relação a um Estado da federação em detrimento dos demais.

Na verdade, no fundo, à parte algumas formulações que possam não ser idênticas, mas foram as formulações dos títulos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, o aparte de V. Exª está registrado.

A Presidência lhe permitiu fazer o aparte.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, faço isso de coração, pois não provoquei isso. Apenas quis que o expediente do Governador que aqui veio fosse consignado com algumas palavras para constar dos Anais desta Casa.

Fui provocado e não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª já exercitou o seu direito de defesa.

O SR. CASILDO MALDANER - Trago essa manifestação. Já marcaram dia e hora: será nesta segunda-feira. Espero ainda que haja compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quarta-feira.

O SR. CASILDO MALDANER - Não, na arena das decisões está marcado para segunda-feira.

Espero a compreensão para que democraticamente, com liberdade, os Deputados Estaduais analisem e pensem para que não haja uma discriminação no mesmo objetivo, que haja o princípio isonômico em outros Estados da Federação, embora exista a independência.

Quero fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está feito o registro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não é mais sobre a matéria?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de registrar que o Senador Ernandes Amorim encami-

nhou a esta CPI um requerimento propondo que se convidasse o Governador Valdir Raupp, de Rondônia, para aqui comparecer e fazer esclarecimentos a respeito do que aconteceu com o Banco do Estado de Rondônia que foi objeto de investigação por inúmeras razões por parte desta CPI.

Gostaria de registrar que mostrei o requerimento a todos os senhores membros desta CPI, esta noite, e houve consenso a respeito.

Durante o período abrangido pela CPI, o Banco de Estado de Rondônia esteve sob a intervenção do Banco Central, que encaminhou volumoso relatório sobre as atividades circunstanciadas. Não nos parece adequado o convite ao Governador porque ele não era a autoridade responsável pelo banco no período abrangido, isto é, período sob a intervenção do Banco Central. Ele já respondeu sobre essa questão no relatório com a presença dos diretores do Banco Central, que também responderam questões relativas ao Beron.

Gostaria de registrar essa explicação em consideração ao Senador Ernandes Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência acolhe as explicações de V. Exª, sobretudo porque refletem a decisão unânime dos Srs. Senadores presentes a esta reunião.

Agradeço o comparecimento de todos os que aqui vieram, Senadores, Deputados, Assessores e fica marcado, com condições, o próximo dia 02 de julho para a oitiva de três autoridades.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h52min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 26 de junho, de 1997, às 10:30 horas.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador José Serra e com a presença dos Senadores Valmir Campelo, Jefferson Peres, José Roberto Arruda, Jonas Pinheiro, Fernando Bezerra, José Fogaça, Hugo Napoleão, Pedro Simon, Bello Parga, Beni Veras, Eduardo Suplicy, Francelino Pereira, Ramez Tebet, José Eduardo Dutra, Lauro Campos, Osmar Dias, Elcio Alvares, Esperidião Amin e Levy Dias. Deixam de comparecer os Senadores Vilson Kleinübing, Gilberto Miranda, Freitas Neto, Odacir Soares, Waldeck Ornelas, Gilvan Borges, Onofre Quinan, Carlos Bezerra, Coutinho Jorge, Ademir Andrade e José Eduardo Vieira. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a apreciação das seguintes matérias: **Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 1996,** Que Dispõe sobre a política energética nacional as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas 06 e 07. Resultado: Vista Coletiva aos Membros da Comissão. **Ofício "S" nº 50, de 1997**, Do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Município do Rio de Janeiro destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. **Ofício "S" nº 51, de 1997**. Do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Estado do Rio de Janeiro destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. **Ofício "S" nº 46, de 1997**, que Encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco (SP), para emitir Letras Financeiras do Município de Osasco (SP) – LFTMO, destinadas ao refinanciamento de sua dívida mobiliária vencível em 01 de junho de 1997. Relator: Senador Roberto Requião. Parecer: Contrário, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Segue a integra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**. – Senador **José Serra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vou propor uma inversão de pauta, começando pelas operações de crédito. Em primeiro lugar, há a solicitação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em ofício do Banco Central, para emitir LTMs destinadas ao giro da sua dívida mobiliária vencível no

segundo semestre de 1997. O parecer é do Senador Ney Suassuna, favorável nos termos do projeto de resolução que apresenta.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, todo o processo está certo, todos os documentos foram apresentados. As condições são as tradicionais. Enfim, trata-se apenas de rolagem de dívida que vencerá ainda na próxima semana. Como na próxima semana não teremos tempo hábil, a matéria está sendo votada hoje e, provavelmente, irá ao plenário também ainda hoje por razão de prazo determinado. O parecer é favorável exatamente pela razão que expus: tudo está de acordo. É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna, conforme o anexo apresentado aos Senadores.

O Senador Ney Suassuna prefere um relato sintético, diferentemente, por exemplo, do Senador Pedro Simon que lê até as vírgulas quando apresenta um parecer escrito.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Está em votação o parecer do Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Lauro Campos vota contrariamente.

Item 3 da pauta, tendo em vista que fizemos uma inversão.

O Presidente do Banco Central do Brasil encaminha solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para emitir letras financeiras do Estado do Rio de Janeiro destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 97.

O Relator da matéria é também o Senador Ney Suassuna, que apresenta parecer favorável nos termos do projeto de resolução que encaminha.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr. Presidente, aqui já é um pouco diferente. Sob o ponto de vista documental, está tudo certo; todos os pareceres do Banco Central, do Conselho Monetário estão certos, mas a pressa refere-se somente à dívida. Por tal razão, não estamos aprovando apenas uma parcela que seria de quatro **tranches**. Na realidade, estamos colocando em pauta só aqueles que têm urgência e vencimento no dia primeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Gostaria de pedir aos relatores de hoje que providenciem a inclusão das matérias na ordem do dia. Gostaria de incumbi-los dessa tarefa.

O SR. NEY SUASSUNA - Então, Sr. Presidente, só estamos solicitando, entre todas, quatro, que têm vencimento até 1º de agosto, porque não tínhamos certeza se haveria ou não convocação, como ainda não temos. Por essa razão, pedimos apenas quatro das **tranches**. O parecer é favorável, Sr. Presidente, nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão o parecer do Senador Ney Suassuna.

Encerrada a discussão, os Senadores que estiverem de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

Qual é o montante, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA - O montante das quatro **tranches** está na penúltima página, Sr. Presidente. É de aproximadamente 385 milhões o valor das quatro **tranches**.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – É de 385 milhões o valor que o Rio de Janeiro emitirá para rolar sua dívida mobiliária?

O SR. NEY SUASSUNA - Parcial, Sr. Presidente, porque só aprovamos quatro **tranches**, as que estão com prazo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Item 4 da pauta: Encaminho a solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco, destinadas ao refinanciamento de sua dívida mobiliária vencível em 1º de junho de 1997.

O Relator é o Senador Roberto Requião, que encaminha parecer contrário, nos termos do projeto de resolução que apresenta.

O Senador Roberto Requião não está presente. Pediria ao Senador Ramez Tebet que lesse o seu parecer. Item nº 4 da pauta.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, atendendo à sua solicitação, passo a ler voto prolatado pelo Relator, Senador Roberto Requião. Antes, S. Exª faz o seguinte relatório.

(Leitura do parecer)

Em anexo ao relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estão ofícios do Banco Central do Brasil, da Prefeitura Municipal de Osasco, do Departamento da Dívida Pública do Banco Central – DEDIP, outro Ofício nº 480/97 da Prefeitura Municipal de Osasco e também Ofício nº 479/97 da mesma Prefeitura.

Era o que me cumpria fazer, Sr. Presidente, de acordo com determinação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão o parecer do Senador Roberto Requião, lido pelo Senador Sr. Senador Ramez Tebet.

Senador Lauro Campos, Tem V. Exª a palavra.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito este momento para louvar o parecer do Senador Roberto Requião. O nosso aprendizado mais ou menos recente a respeito desse assunto detecta que as emissões de LFTNs feitas pelo Município de Osasco ultrapassaram em R$29 milhões as quantias que o Município destinou ao pagamento de precatórios.

Ao invés de pedir mais favores, autorizações para novas emissões, o que o Município deveria fazer era resgatar esses R$29 milhões que não se destinaram aos fins determinados pela Constituição e pelas leis. Portanto, o meu voto é de acordo com o parecer do Relator, contrário, portanto, a novas emissões dos títulos de Osasco.

Aproveitando o ensejo, quero lembrar que anteontem aprovamos R$3 bilhões para o Estado do Rio de Janeiro quero lembrar que anteontem aprovamos R$3 bilhões, e hoje mais crédito para o Rio de Janeiro! Os R$3 bilhões não serão debitados na conta da União, nem tampouco serão acréscimos da dívida pública federal, mas entrarão na conta da Caixa Econômica Federal que, a partir de agora, entra em sua rota de falência. Dentro de pouco tempo a Caixa Econômica Federal será privatizada, porque ela, assim, se transformando em órgão de empréstimo a Estados falidos, a bancos estaduais falidos, obviamente ela só poderá se tornar insolvente, sendo preparada, dessa maneira, para uma privatização.

Nesses termos, chamo a atenção para o fato de que não nos encontramos numa situação de céu de brigadeiro e, portanto, não devemos permitir que esse aumento do endividamento de Municípios, de bancos mal administrados e criminosos, como é o caso do Nacional, do Banerj e do Econômico, venham a ser debitados sobre órgãos sadios da administração federal como, por exemplo, a Caixa Econômica, que se tornou a caixa de depósitos de todos esses rebutalhos, de todas essas excrescências produzidas pelo sistema bancário privado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Continua em discussão o parecer do Senador Roberto Requião, lido aqui pelo Senador Ramez Tebet.

Chamo a atenção de que o argumento central do parecer do Senador Requião é que essa rolagem se destina a refinanciar títulos emitidos para pagar precatórios, o que não é autorizado pela Resolução 69. E que, por outro lado, a receita, obtida pelo lançamento dos títulos de Osasco, atingiu um montante de R$70 milhões, mas foram pagos, em precatórios, R$40,6 milhões, sendo evidente o desvio de recursos para outras despesas. E como se sabe, a Prefeitura de Osasco está sendo investigada no que se refere a esse assunto.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, li o relatório com atenção e lamento, mas acredito que a situação é indefensável. Até porque não temos, aqui, ninguém da municipalidade de Osasco para fazer a contraposição. Isso é de interesse para a municipalidade e a sua ausência nesta Comissão reforça a minha convicção de acompanhar o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo com o parecer contrário do Senador Requião permaneçam sentados. (Pausa.)

O projeto foi rejeitado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, relativamente ao projeto de resolução, apreciado na terça-feira, sobre a autorização para o Estado do Rio de Janeiro contratar e conceder, contra garantia, operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, ocorreram procedimentos que merecem um esclarecimento responsável por parte dos Senadores que participaram do debate a respeito do assunto. Houve alguns problemas na maneira como foi apreciada e votada na Comissão e, depois, no Plenário a comunicação feita à intenção dos Senadores que participaram da discussão. Considero de extrema importância o esclarecimento sobre o assunto. Peço a paciência de todos para esclarecer os fatos.

Quando o projeto iniciou sua tramitação na Casa, alguns dos Senadores, inclusive eu, fomos procurados pelos funcionários do Banerj que tinham algumas preocupações. A própria Presidenta do Sindicato dos Bancários, representante dos funcionários do Banerj, Srª Fernanda Carizzio fez algumas sugestões, na semana passada, que acabaram se consubstanciando em duas propostas que apresentei ao Senador Relator Ney Suassuna e que, basica-

mente, estavam contidas na alínea "e" do art. 3º e 4º da Resolução.

Passo a ler as duas modificações propostas:

"Art. 3º .....

e) Valor: três bilhões e oitenta e oito milhões, sendo dois bilhões, cento e quarenta e seis milhões para a constituição de reserva monetária para garantir o cumprimento das obrigações Previ/Banerj bem como as obrigações referentes às aposentadorias e pensões de responsabilidade do Banerj; novecentos e quarenta e dois milhões para a constituição de reserva monetária para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e outras decorrentes de ações judiciais de responsabilidade do Banerj.

Art. 4º. Deverá o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro constituir depósitos garantidores com os recursos do empréstimo a que se refere o art. 1º na Caixa Econômica Federal, que será o agente fiduciário da importância mutuada, depósitos esses garantidores que juntamente com os rendimentos se destinarão exclusivamente ao atendimento das obrigações estabelecidas nesta resolução."

Consta, portanto, do artigo que acabo de ler a garantia de que os recursos ficarão na Caixa Econômica Federal e com eles será possível honrar as dívidas acumuladas do Estado com a Previ/Banerj.

O entendimento foi acatado pelo Senador Ney Suassuna, com quem participamos de um diálogo a respeito.

Na segunda-feira, a representante do sindicato fez uma outra sugestão, que foi encaminhada a minha assessoria. Durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, na intenção de ler as duas sugestões, li a alínea "d" do art. 3º em vez de ler a alínea "e" do art. 3º. A alínea "d" dizia:

Art. 3º .....

d) Finalidade: financiamento, a título de ajuste prévio, de obrigações decorrentes da liquidação extrajudicial da Previ-Banerj para com os participantes e pensionistas dessa, mantendo o princípio de plano de benefício solidário sob a fiscalização da Secretaria de Assistência Social, como determina a Lei nº 6.435, de 1977, e eventuais obrigações pecuniárias de responsabilidade do Banco Banerj S.A. assumidas pelo Estado."

Ora, não houve, entre o momento em que os representantes do Banerj encaminharam essa sugestão e o início da reunião, tempo para que o Senador Ney Suassuna pudesse comigo dialogar. Quando fiz a leitura durante a reunião, o Senador Ney Suassuna entendeu que eu me referia àqueles dois itens que citei originalmente. Como se tratava de duas proposições, quando o Presidente José Serra perguntou ao Senador Ney Suassuna, S. Exª por duas vezes – conforme pode comprovar a gravação – disse que acatava a sugestão.

Consistentemente, o Projeto de Resolução nº 79, de 1997, foi publicado da Comissão de Assuntos Econômicos para o Plenário com essa redação. Entendeu o Senador Ney Suassuna que o que havíamos acordado era o que antes havia sido acordado.

Sr. Presidente, o importante para a Comissão de Assuntos Econômicos é que ficou gravado e, portanto, oficialmente foi votado, o item d. À tarde no plenário, li o item e e o art. 4º e novamente expressei que o Senador Ney Suassuna havia acatado as duas resoluções. Tivemos um diálogo ontem sobre o que teria sido a boa-fé das partes. E quero dar aqui o meu testemunho de que o Senador Ney Suassuna teve o entendimento prévio de acatar as duas sugestões originalmente por mim feitas decorrentes da proposição feita pelos funcionários do Banerj. S. Exª não se havia dado conta daquilo que li aqui.

Sei que isso poderá representar uma certa dificuldade com respeito aos funcionários do Banerj, que, aliás, hoje encaminharam-me um comunicado. Já expliquei ao Sr. Jaci Antenor de Souza o que estou aqui relatando. Tentei falar e ainda não consegui com a Srª Fernanda Carizzio, explicando os fatos. É verdade também que ontem o Secretário da Fazenda Marco Aurélio Alencar teve a oportunidade de explicar ao Senador Ney Suassuna e a mim que, se fosse incluído aquele item ou o seguinte trecho constante da redação do item e: "mantendo o princípio de plano de benefício solidário sob a fiscalização da Secretaria de Assistência Social, como determina a Lei nº 6.435/77", haveria uma inconsistência do ponto de vista legal e uma dificuldade na realização do que se está pretendendo. Ao mesmo tempo, estariam assegurados os direitos dos funcionários do Banerj, conforme explicita a alínea "e" do art. 3º e o art. 4º, que diz "constitui-se a reserva para garantir o cumprimento das obrigações da Previ/Banerj bem como das obrigações do Banco do Estado do Rio de Janeiro, para constituição de reserva monetária para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas fiscais e outras decorrentes de ações judiciais de responsabilidade do Banerj". Faz o mesmo o item que diz que depositam na Caixa Econômica Federal

os recursos que só podem ser destinados ao atendimento das obrigações estabelecidas na resolução, que foi a sugestão oferecida pelos funcionários do Banerj.

Sr. Presidente, houve um erro de nossa parte que precisava ser esclarecido, e a matéria precisa ser votada. Assumo a responsabilidade pelo engano. Era esse o esclarecimento que considerava importante dar à Comissão, para que seja feita a retificação necessária no projeto de resolução votado. O Senador Ney Suassuna tem uma proposição sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Ney Suassuna, pediria a V. Exª para fazer uma observação sintética, porque há outros itens importantes em pauta.

O SR. NEY SUASSUNA – Claro, Sr. Presidente. Eu queria dizer que o Senador Suplicy expressou inteiramente a verdade. Agimos de boa-fé. Houve um **break** na comunicação. E S. Exª, com a lisura que caracteriza todos seus atos – o que faz com que a cada dia o admiremos mais – , quando tomou conhecimento do fato por meu intermédio, imediatamente tratou de assumir a sua parcela de responsabilidade, enquanto eu assumia a minha. Cresceu a admiração que tenho pelo Senador Suplicy pelo comportamento correto que teve diante desse problema e mais ainda, quando fez questão de vir a público relatar os fatos. É essa a inteira verdade dos fatos. Foi o que se passou.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Pergunto-lhe, Senador Suassuna, o que temos de votar. Estou enviando uma carta ao Presidente do Senado assinada pela maioria dos membros da Comissão. Aos que não assinaram, solicitaria que assinassem – inclusive o Senador Suplicy. E comunico ao Presidente do Senado que não é necessária a republicação da Resolução nº 61, uma vez que a resolução publicada retrata o texto adotado pela relatoria e confirmado pela maioria expressiva dos membros da Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA – V. Exª poderia perguntar à Comissão se há alguém contra. Se ninguém estiver contra, a matéria está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Há outra alteração. No lugar em que aparece "Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A – Banerj", leia-se apenas "Banerj", o que não chega a ser uma questão controvertida.

Portanto, pergunto se alguém tem alguma objeção a esse respeito. Parece-me que a maioria não a tem.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É melhor ler.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Posso lê-la na íntegra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acredito ser importante.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – "Sr. Presidente, por um lapso de entendimento no encaminhamento da discussão do Parecer 327/97, Mensagem 109/97, que submete à apreciação do Senado o contrato, estabelecido em 10 de junho de 97, entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, por parte do Senador Suplicy e do Relator da matéria, Senador Ney Suassuna, considerou-se como acolhida pelo Relator a sugestão modificativa da alínea "d" do art. 3º **in fine**.

Assim é que, após ouvir as considerações dos referidos Senadores, tomo a iniciativa de comunicar a V. Exª que não é necessária a republicação da Resolução nº 61, de 1997, uma vez que a versão publicada retrata fielmente o texto adotado pela Relatoria e confirmado pela expressiva maioria de 21 Srs. Senadores que votaram com o Relator contra cinco votos contrários.

Outrossim, sirvo-me da oportunidade para solicitar que V. Exª determine a publicação de errata relativa ao art. 1º da resolução em tela, com o seguinte teor: onde se lê "Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A – Banerj", leia-se apenas "Banerj".

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – A explicação para isso é que o Banco do Estado do Rio de Janeiro está em liqüidação, o que existe é o Banerj S/A. A sigla do Banco do Estado do Rio de Janeiro não é Banerj. Por esta razão é que estamos pedindo a correção.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - A retificação vai ser publicada? Vai ser feita a republicação?

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Exatamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Então não tenho nada a opor.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Aprovado.

O próximo item da pauta é com relação à política energética nacional, ou seja, é relativo às atividades do monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética, a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Gostaria de fazer uma breve comunicação.

Estou fazendo chegar às mãos de V. Exª, do Vice-Presidente, Senador Fernando Bezerra, do Líder do Governo, e vou também entregar a cada um dos Srs. Senadores aqui presentes um artigo muito bem lançado, publicado na revista **The Economist**. No entanto não vou tecer maiores comentários, até porque a Comissão já discutiu o assunto e criou uma subcomissão para conhecer, em toda a extensão, o que está acontecendo, em termos reais, na política de atração de montadoras de automóveis para o Brasil.

Neste artigo, publicado na revista **The Economist**, edição de maio de 1997, com a tradução feita a meu pedido pela consultora Vanira Tavares, do Serviço de Tradução da Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal, que tem como títulos "Montadoras rumo ao fracasso" e "Acidente à vista", são lançadas informações muito importantes que estão valendo a presença do Presidente da Confederação Nacional de Indústrias entre nós, o que é um privilégio.

Gostaria, portanto, de chamar a atenção para dois aspectos: em primeiro lugar, a mobilização política e popular para não fechar certas fábricas de automóveis na Inglaterra, na Bélgica e na França. O custo que o governo inglês, ainda sob a hegemonia dos conservadores, em termos de empréstimo subsidiado, sem juros, dinheiro dado mesmo, Proer, os esforços de fusão e a iminência de falências e, um dado mais importante, a capacidade instalada da indústria automobilística do mundo, hoje, excede em mais de 22 milhões/ano a capacidade de compra do mercado. E, finalmente, uma explicação muito lúcida do por que elas têm que vir para a América do Sul, têm que vir para a América do Sul, com ou sem subsídio.

São dados que podem servir a todos nós. Não é uma matéria transitada em julgado, mas é um subsídio importante no momento em que se cria uma comissão para tratar de um assunto polêmico. Não pretendo trazer a polêmica, é apenas uma contribuição pessoal que julgo ser meu dever trazer, através da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O tema, evidentemente, é instigante, mas, se entrarmos nele agora, não examinaremos o último item da pauta. Oportunamente, poderemos voltar a essa questão, inclusive teria várias observações pessoais a fazer sobre esse tema.

Tem a palavra o Senador José Fogaça, para apresentar seu parecer.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, tenho um parecer de quase dez páginas, não sei se devo lê-lo ou fazer um resumo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Exª fará uma síntese dos aspectos essenciais.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e dá outras providências.

Em primeiro lugar, é importante saber que esse projeto, tal como se encontra, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em segundo lugar, o projeto se divide em duas partes. A primeira parte é a que trata da fixação das diretrizes da política nacional de energia e a criação do CNPE – Conselho Nacional de Política Energética. A segunda parte do projeto é aquela que trata da instituição e da organização da ANP – Agência Nacional de Petróleo, que será o órgão regulador desse setor econômico.

O Conselho Nacional de Política Energética terá o papel de fixar diretrizes, estabelecer a política energética do País como um todo, envolvendo energia elétrica, petróleo, gás. De modo que é um conselho abrangente, que não está no âmbito apenas do setor petrolífero, mas o CNPE é abrangente em relação a todas as fontes de energia.

O Conselho Nacional de Petróleo é quem terá a função de estabelecer a política de importação e exportação. Portanto, a regulação do mercado fica a critério desse Conselho, que é nomeado pelo Presidente da República e constituído de vários Ministros de Estado.

Na segunda parte, que reputo de grande importância, é onde está a grande revolução, a grande mudança, cria-se a ANP. Esse é o órgão regulador do setor, que terá os seus diretores indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. O Senado Federal não só aprova os diretores da ANP, mas a ele cabe decidir se esses diretores podem ou não ser demitidos. Essa é uma primeira experiência nesse sentido.

Quando criamos a Aneel e aqui votamos nesta Comissão, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o

projeto não previa que a demissão dos seus diretores fosse submetida ao Senado. Mas, no caso da Agência Nacional de Petróleo, a demissão de um diretor só se dará mediante a anuência do Senado, ou seja, mediante o reconhecimento, por parte do Senado, de que a falta que ele praticou é suficientemente grave para justificar seu afastamento ou sua demissão.

Essa proposição é da maior importância porque confere um novo papel institucional ao Senado da República, um papel que o Senado nunca desempenhou mais explicitamente ou com maior exclusividade, com maior proeminência. O Senado passará a ter um papel preponderante como casa legislativa e fiscalizadora na política nacional de petróleo, de gás natural, de transporte, de produção, de exploração, de desenvolvimento, de consumo, de distribuição. Enfim, essa lei está conferindo ao Senado uma grande responsabilidade e um papel político institucional de grande proeminência. Chamo a atenção dos Srs. Senadores para isso.

Essa Agência Nacional de Petróleo concentrará as informações estratégicas, que terão de ser obrigatoriamente transferidas da Petrobrás para a ANP. Portanto, a Petrobrás continua sendo a empresa **mater**, mas não é mais o centro estratégico das decisões. O centro estratégico das decisões políticas, das formulações de política econômica nesta área será deslocado para a Agência Nacional de Petróleo – isso me parece da maior importância -, e a Petrobrás terá ratificados todos os seus direitos de exploração, as suas concessões, mas será apenas uma empresa; será a mais poderosa, a mais importante, a empresa **mater**, mas exercerá o seu papel econômico de empresa, e não mais de formuladora de políticas.

Por outro lado, considero importante ressaltar aos Srs. Senadores que essa lei assegura o livre acesso de todos os novos investidores ao sistema dutoviário, tanto no setor de exploração quanto no de produção e de distribuição. A um oleoduto ou gasoduto que pertença à Petrobrás, eles terão livre acesso, mediante remuneração, evidentemente.

A Petrobrás não pode recusar a uma empresa, que aporte ou invista recursos nesse setor e que se instale no Brasil, a utilização do seu sistema dutoviário, quer dizer, o transporte de petróleo, óleo e gás é de livre acesso, garantido pela lei.

Por outro lado, a lei estabelece que a Petrobrás obrigatoriamente deve constituir uma subsidiária para cuidar dessa área de transporte, para movimentação dentro da indústria do petróleo. A movimentação de petróleo no País será incumbência de uma empresa subsidiária da Petrobrás, e poderá ser majoritária ou minoritária a participação da Petrobrás nessa empresa.

Isso considero importante, porque a Petrobrás, como empresa propriamente dita, não tem um bom relacionamento com a política de gás natural no País. Ela é um tanto quanto refratária, tem resistências notórias. O gasoduto boliviano está em funcionamento há 15 anos.

Realmente, a questão do gás é uma das grandes ou hamletianas dúvidas da Petrobrás. Deixará de sê-lo e passará a ser uma questão econômica fundamental para o País, a partir desta lei, que é determinativa nesse sentido.

Essa subsidiária tem de ser criada, e a presença do capital privado pode ser majoritária ou minoritária. Não há nisso quebra da predominância dos capitais públicos na Petrobrás em si, como empresa. Portanto, a palavra do Presidente de que a Petrobrás não seria privatizada não é ferida por esta norma ou determinação.

A ANP viverá de três fontes: dos **royalties** de exploração e de 10% da produção; das participações especiais nos resultados da exploração, que serão fixadas no contrato; e do chamado "bônus de assinatura", que é uma espécie de pagamento que as empresas investidoras terão de fazer quando receberem concessões.

No ato da assinatura, quando obtiverem as concessões, elas terão de fazer um pagamento, um depósito, que será fixado pela Agência Nacional de Petróleo.

Sr. Presidente, creio que não só estamos fazendo uma grande mudança, que eu diria cultural, política, uma revolução conceitual no País, mas estamos modernizando o Estado brasileiro, dando agilidade, dando capacidade operacional, possibilidade de atrair investimentos. De modo que sou favorável à aprovação desta lei tal como se encontra.

Recebi duas emendas e quero aqui analisá-las. A primeira é de autoria do Senador Bello Parga. Embora reconheça que essa emenda tem sentido, pois diz algo que é verdadeiro, ou seja, que a criação do Conselho Nacional de Política Energética na mesma lei que cria a ANP é colocar o geral com o particular – é evidente que o CNPE é o geral e a ANP é o particular do setor petrolífero -, não vejo mal nenhum nisso; é até bom que o Conselho Nacional de Política Energética pegue carona na lei da Agência Nacional de Petróleo. Não há razão para não fazermos

isso; aliás, é positivo, estamos matando dois coelhos de uma só vez.

A outra emenda, do Senador José Roberto Arruda, toca em um ponto, creio, extremamente racional. S. Exª alega, a meu ver com razão, que quando se diz que a ANP terá sede e foro no Distrito Federal, mas terá seus escritórios centrais localizados no Rio de Janeiro, há uma ambigüidade administrativa que me parece não obedecer a um critério de racionalidade – possivelmente tenha obedecido a um critério político -, e isso foi acordado na Câmara dos Deputados. No entanto, meu parecer é contrário à emenda porque, analisando-a como uma emenda de redação meramente supressiva, cheguei à conclusão de que ela não é somente isso, ou pelo menos não tenho total segurança; precisaria de um pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para saber se essa supressão seria de fato meramente textual e que não implicaria em retorno à Câmara dos Deputados. Mas eu a percebo muito mais como uma emenda de mérito, porque realmente altera uma situação bem definida.

Por outro lado, o fato de a emenda ser supressiva não significa que a matéria não tenha que voltar para a Câmara dos Deputados. Todas as vezes que suprimimos aqui partes ou o todo de um artigo, sempre se determinou o retorno. Até hoje, a Secretaria Executiva não considerou essas emendas supressivas como não-determinantes do retorno à Casa de origem.

Dito isso e considerando que se trata apenas de um problema administrativo – eu diria hierarquicamente menor, embora não negue racionalidade ao que alega o Senador José Roberto Arruda -, não entendo que ele justifique a reabertura da discussão sobre o problema do petróleo na Câmara dos Deputados, fazendo a matéria para lá voltar, o que significaria, no final das contas, a aprovação dessa emenda.

Diante disso, embora entenda que Brasília foi atingida, porque se fez algo que é absolutamente inédito, isto é, a sede e o foro ficarão em Brasília, e os escritórios centrais lá no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (José Serra) - Um dispositivo um tanto quanto estranho.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Art. 7º, parágrafo único.

Tenho de reconhecer que há uma senda de racionalidade naquilo que propõe o Senador José Roberto Arruda. Não se trata apenas de uma decisão política, mas de uma decisão que acaba influindo no mérito, que justifique reabrir a discussão de todo o projeto só por causa dessa questão, que é administrativa.

Minha decisão foi no sentido de dar parecer contrário à emenda do Senador José Roberto Arruda.

Esse é o parecer, que é favorável ao projeto e contrário às emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Em discussão.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – É para discutir?

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim, Sr. Presidente. Em função da importância desses dois assuntos, desses projetos, e não estando suficientemente instruído a respeito do assunto, peço vista desse processo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – O pedido de vista está feito, mas creio que ele não exclui a discussão, inclusive em torno das emendas. Eu ainda daria um tempo para isso.

Portanto, antes de suspender a discussão, vamos ouvir os demais companheiros. Penso que o Senador José Roberto Arruda já havia pedido para falar.

Concedo a palavra a S. Exª, que apresentou essa emenda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir não mais do que três minutos da atenção da Comissão de Assuntos Econômicos, porque esse assunto, que pode parecer de interesse regional, não o é. Ele está inserido numa questão conceitual grave, importante.

Primeiro, o que estamos criando no Congresso Nacional é o novo modelo de Estado. Estamos criando a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Agência Nacional do Petróleo e, provavelmente, vamos criar depois a Agência Nacional de Mineração.

Ora, o Presidente da República, em recente pronunciamento, que foi publicado na imprensa, já assumindo esse novo modelo de Estado, admitiu, inclusive, a extinção de ministérios, que teriam suas funções substituídas por essas agências reguladoras.

Particularmente, penso que esse novo modelo de Estado é um passo a frente, porque permite que o capital privado invista nos setores produtivos da economia e que o Estado se prepare para, em nome da sociedade, fiscalizar esses serviços públicos, fixar tarifas, regular qualidade de serviços.

Muito bem! Vamos imaginar agora que o Congresso Nacional aprove a criação das agências. Já aprovou a Agência Nacional de Energia Elétrica,

aprova agora a Agência Nacional do Petróleo, e, em seguida, o Estado, modernizando-se, extingue ministérios e essas agências passam a ser, portanto, os órgãos normativos do Governo Federal e, depois, por questões regionais, vamos colocar a Agência Nacional de Energia Elétrica em Minas Gerais, por exemplo, e a Agência Nacional do Petróleo no Rio de Janeiro, confundindo-se o seu papel. Ela não deve ser anexo da Petrobrás.

A Agência Nacional do Petróleo é para atender aos interesses da sociedade como um todo, e não da corporação da Petrobrás. Ela deve fiscalizar a Petrobrás e toda e qualquer outra empresa, pública ou privada, que atue na área.

Vamos imaginar que a Agência Nacional do Petróleo vá para o Rio de Janeiro e que a Agência de Mineração vá para a Bahia. Então, não há mais a figura da capital do País.

Há uma coisa básica, conceitual, nos órgãos de regulação do Estado: eles são agências ligadas ao Presidente da República, com sede e foro na capital do País, para terem dimensão e abrangência nacional. Ora, a Agência Nacional do Petróleo vai substituir o Departamento Nacional de Combustíveis, que já existe e funciona em Brasília. É mais grave do que se criar uma agência nova e instalá-la no Rio de Janeiro, provavelmente nos fundos do escritório da Petrobrás, é muito mais grave; é pegar um órgão que já existe, que já funciona, e transferi-lo para o Rio de Janeiro. Isso é inaceitável para a concepção de capital, para a concepção do Estado.

Penso que não dá para criarmos agências – não falo apenas na do Petróleo, falo na de energia elétrica, na de mineração – que não sejam órgãos reguladores ligados à Presidência da República e instalados na capital do País. Deu-se um jeito, nessa redação, de dizer que a sede-foro é o Distrito Federal, os escritórios centrais, no Rio, e pode haver filiais no Brasil inteiro. É no mínimo uma excrescência. Sede-foro no Distrito Federal e filiais em todo o País por razões administrativas? Tudo certo. Uma delas inclusive no Rio? Ótimo. A do Rio deve ser a maior? Tudo bem. Todavia, tirar a sede-foro da capital do País é descaracterizar o conceito de capital.

Procurei fazer uma emenda que me parece, em princípio, supressiva; a forma como veio redigida da Câmara pode ser entendida como redundante, e eu imagino – é meu ponto de vista – que poderia não voltar à Câmara. Como há dúvida, por parte do Relator, de que ela voltaria, e como sou também Líder do Governo, procurei falar com o Presidente da República, e Sua Excelência, numa reunião em que estava presente o Senador Elcio Alvares, porque é o Líder no Senado, aventou a possibilidade de um veto. Não tenho nada contra essa opção. Apenas gostaria que a Comissão de Assuntos Econômicos, que analisa a matéria tecnicamente, votasse esse destaque, que vou pedir para esta emenda, sob o aspecto técnico, cada um com a sua convicção. E terei a responsabilidade, em Plenário, de admitir qualquer solução negociada para a matéria. Se ficarmos convencidos de que não volta à Câmara, votamos a matéria. E se, eventualmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não volta.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Penso que não devia, mas volta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O Senador Esperidião Amin, por exemplo, acha que não. Mas eu gostaria que a Comissão de Assuntos Econômicos votasse com suas convicções técnicas. E eu me coloco à disposição, é claro, para, em plenário, buscarmos a saída que melhor servir aos interesses do País. Porém, não votar, na Comissão de Assuntos Econômicos, esse destaque, significa tecnicamente desconsiderar um desacerto, no mínimo uma distorção conceitual do que é e como deve funcionar um órgão regulador. E, é claro, a solução que for possível de ser encontrada, ou a votação em destaque em plenário ou um eventual veto negociado com o Senado, em todas elas, é claro, estaremos à disposição para isso.

Mas eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que fizessem uma reflexão, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o aspecto técnico; não se trata apenas da Agência Nacional do Petróleo nem de uma "lutazinha" entre Brasília, que já tem a sede, e o Rio, que quer tê-la. Trata-se de uma questão conceitual: órgão regulador, que pode vir inclusive a gerar uma extinção de Ministério.

Portanto, uma ação normativa, em nome do Estado e em nome de toda sociedade, não pode ficar em qualquer outro Estado da Federação, a sua sede, o seu fórum central. Pode, eventualmente, descentralizar suas atividades, mas esse é o conceito básico de capital do País e de órgão de regulação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LAURO CAMPOS - Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Lauro Campos, antes de conceder a palavra a V. Exª, eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Senador José Roberto Arruda.

Na verdade, quanto a esse parágrafo único, o veto aqui não cabe, porque, se houver o veto, ele

tem que se fazer sobre o dispositivo inteiro. Sendo assim, a sede e o fórum da ANP ficarão indeterminados. Não é possível vetar um aposto no meio. Está claro? Portanto, o veto não é a solução.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse assunto tão bem relatado, resultado de um estudo meticuloso e sério, como acontece com todos os pareceres emitidos pelo eminente Senador Relator, parece-me ser um dos mais importantes que já passaram por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

A primeira vez que entrei em contato com esse assunto foi justamente aqui, nesta Comissão, quando o Ministro Sérgio Motta relatou todo o processo de gestação desse novo modelo, a criação de Conselhos e de Agências, que iriam doravante servir como órgãos gestores, administradores e fiscalizadores desses setores importantes da economia nacional.

O Sr. Ministro Sérgio Motta, naquela ocasião, mencionou as dificuldades que tiveram para conseguir criar esse modelo de organismo, que seria caracterizado por suas virtudes: a independência dos membros do Conselho em relação à atividade-fim, a sua isenção também em relação a capitais que pudessem estar investidos no setor e a independência dessa agência em relação aos ingredientes políticos e até mesmo a possibilidade de serem seus membros demitidos por intermédio da aquiescência do voto favorável do Senado Federal.

Parece-me que – e perguntei ao Sr. Sérgio Motta naquela oportunidade -, em abstrato, como acontece com a economia neoliberal, na teoria, tudo fica muito bem feito, muito racional, e parece que vai dar tudo certo. Mas como acontece também com as cabeças neoliberais – e isso não é crítica minha, e sim uma crítica já feita dezenas de vezes, até mesmo pelo Sr. Roberto Campos -, estas afirmam quando o seu modelo não dá certo. É que o mundo está errado; eles estão certos, mas o mundo está errado, pois não se acomoda ao modelo neoliberal.

Naquela ocasião, quando tomei conhecimento pela primeira vez desse novo modelo e tendo mais ou menos o Sr. Sérgio Motta assumido a paternidade desse novo engenho, alertei S. Exª a respeito daquilo que ainda me deixa imerso em dúvidas. Ocorre que, depois de tanta novidade, falei que achava que estávamos repetindo justamente o modelo do Banco Central, que se constituiu sob a orientação e inspiração do Ministro Roberto Campos, para servir justamente a essas finalidades a que a Agência Nacional de Petróleo servirá.

À época, também se criou a idéia de que era preciso um órgão capaz de fiscalizar os bancos privados. Ora, no caso, é a mesma coisa. Essa agência vai fiscalizar as empresas, não somente a Petrobrás, mas também as empresas privadas. E, obviamente, de onde sairão esses componentes dessa agência? Serão Ministros do Supremo Tribunal Federal? Serão advogados da ativa? Sairão, obviamente, das próprias fileiras, dos próprios quadros dessas atividades relacionadas com o petróleo.

No caso da eletricidade, é a mesma coisa. Tal como acontece com o Banco Central, são pessoas que saem de bancos ou que se tornam banqueiros. A história do Banco Central o demonstrou, e o Diretor de Fiscalização do referido banco confessou nesta Casa essa fiscalização. Essa maneira parece-me que ficou demonstrado que não é satisfatória.

O simples fato de que a demissão de qualquer irregularidade de funcionário, de membro da agência que tenha cometido irregularidade passa pela aquiescência do Senado Federal não me parece uma novidade capaz de sanar os defeitos que sabemos que existem, tanto em matéria de gestão quanto em matéria de administração e de fiscalização, apresentadas por esse órgão, que é o Banco Central.

Então, a generalização desse modelo se apresenta agora com ares de modernidade. Parece-me que realmente poderá resultar disso: a repetição do fracasso do Banco Central.

Quero ainda, com detalhes que tenho, com pedaços que tenho da realidade, lembrar que, na página 11 da entrevista concedida pela Presidente da República à **Gazeta Mercantil** do dia 19 do corrente – páginas 10, 11 e 12 -, lemos o seguinte: perguntado o Presidente da República a respeito dos recursos que seriam necessários para fazer frente a tantos projetos, a tantas promessas, feitas agora nesse período pré-reeleitoral, de onde sairiam esses recursos? S. Exª respondeu: "Dinheiro não sobra; petróleo é dinheiro". E a União continua possuidora das reservas de petróleo.

Desse modo, o ouro negro, o petróleo, será obviamente disponibilizado de acordo com as declarações do Presidente da República à **Gazeta Mercantil**. Serão vendidas as reservas de petróleo do Brasil, pois petróleo dá dinheiro, a fim de fazer face às necessidades de um Governo em crise e que se diz imerso no caos, conforme entrevista concedida pelo

Presidente Fernando Henrique Cardoso à **Revista Esquerda 21**.

Assim, não me parece seja uma boa maneira de sair do caos através dessa reorganização que, queira Deus, não mostre, na prática, a sua precariedade e a sua impossibilidade de realmente transformar a sociedade e a economia brasileira em benefício da sociedade.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, apenas para um rápido esclarecimento.

Sem entrar no mérito da análise política do Senador Lauro Campos, eu gostaria de informar que todo diretor da ANP deverá ter uma quarentena anterior de 12 meses, em que não poderá participar de nenhuma empresa, nem como empregado, nem como acionista controlador, nem como diretor de empresa do setor e terá também uma quarentena posterior de 12 meses, em que não poderá servir a essas empresas. Esses os cuidados para se evitar esse tipo que ingerência a que o Senador se reporta.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Na verdade, o pedido de vista exclui a discussão. Permitimos a discussão a fim de poder aproveitar a presença dos Srs. Senadores e das emendas aproveitadas. Por isso daremos prosseguimento à discussão.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que presida a reunião, pois tenho um compromisso inadiável.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, obviamente, dentro de um clima que sempre impera nesta Comissão, do debate amplo, parece-me que, até em proveito dos próprios Senadores, já que se discute na primeira etapa, teríamos o pedido de vista evidentemente com novos suplementos aditados à discussão da matéria. Então, acredito que seria interessante, já que foi pedida a vista pelo Senador Jonas Pinheiro, deixarmos a matéria para uma grande discussão. Inclusive levanto uma dúvida em razão da Emenda do Senador José Roberto Arruda. Parece-me que há uma lei federal dispondo sobre sede de órgãos vinculados ao Governo, já tendo sede em Brasília. Não tenho certeza, mas, remotamente, no meu tempo de advocacia, lembro-me de alguma coisa nesse sentido. E, depois, o Senador Esperidião Amin lembrou-me também de uma medida que foi tomada pelo Presidente Itamar Franco. Então, penso que seria interessante, sem embargo do direito amplo, já que a Presidência permitiu a discussão após o pedido de vista – também estou, prazerosamente, perfilhando desse direito, pois acho que é importante discutir-se esta matéria -, seria bem mais saudável, talvez em função do tempo, que discutíssemos amplamente depois de apresentado até um voto em separado, quem sabe, em razão do pedido de vista que foi feito. É uma colocação que faço, inteiramente de acordo com o debate amplo, já que outros colegas tiveram oportunidade de discorrer sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Temos criado quase uma tradição de permitir o debate mesmo após o pedido de vista, porque, às vezes, o debate leva até à retirada do pedido de vista. Não é o caso hoje, mas em certas circunstâncias tem sido proveitoso até por esse motivo.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, apenas para fazer uma observação. Embora não concorde com o Senador José Roberto Arruda quanto à relevância desse problema de onde ficará o escritório, penso que é uma impropriedade colocar-se na lei que os escritórios centrais ficarão em determinadas cidades. Mas, como alinho-me – e, neste particular, aceitaria a sua emenda – com a corrente que entende que qualquer emenda, mesmo supressiva, implica no retorno à Câmara, mas lamento, Senador José Fogaça, que se esteja tornando rotina que este Senado se recuse a discutir, às vezes emendar, fazer emendas relevantes sob o argumento que terá que retornar à Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Gostaria de dizer a V. Exª que também compartilho do sentimento de V. Exª. Vejo isso com surpresa aqui no Senado. Antes, a posição da Câmara era diferente. Na verdade, todos os projetos importantes chegam com uma pressão, que é natural, inclusive eu mesmo compartilho com essa pressão em determinadas circunstâncias, a fim de que não se altere o projeto da Câmara para que as coisas andem com maior celeridade. Não acredito que isso seja motivo para alterar um projeto só por alterar. Tudo vai depender de questões de conteúdo. Realmente, tenho estado espantado com a freqüência como essa questão se coloca. Naturalmente, sem entrar no mérito da discussão de hoje, quero apenas manifestar a minha identidade de pensamento com V. Exª a esse respeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador José Eduardo Dutra, não querendo ser indelicado com V. Exª, preciso sair. A observação é para mim?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, Sr. Presidente. Gostaria de falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, pediria que fosse dada vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Está concedida vista coletiva.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Acompanho o pedido de vista, Sr. Presidente. Mas gostaria de fazer uma observação em relação à Emenda do Senador Roberto Arruda que, me parece, ser consensual. Penso que talvez ela sirva para que o Senado se disponha a ter boa vontade com outras emendas. Já que é consenso a Emenda do Senador José Roberto Arruda e, pelo que vejo, também é consenso essa insatisfação dos Srs. Senadores com a prática que vem sendo adotada, então, tenho esperança que a Emenda do Senador Arruda venha a ser uma espécie de aríete que vai possibilitar que outras emendas que, a meu ver, contribuem para aperfeiçoar o projeto, venham a ser vistas com mais boa vontade pela maioria da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, gostaria de trazer uma modesta contribuição à discussão.

Na realidade, o assunto está suficientemente esclarecido no bom parecer do Relator José Fogaça – com quem sempre concordo, tendo em vista a maneira correta, isenta, lúcida e inteligente com que S. Exª aplica aos seus trabalhos. Mas não posso, nesse caso, acompanhá-lo integralmente. Não me refiro à emenda da qual fui autor; refiro-me à Emenda do Senador José Roberto Arruda, com quem concordo, nesse caso, integralmente.

Ora, o argumento expendido pelo nobre Relator é de que ensejaria a volta do projeto à Câmara e se reabriria o debate sobre a política energética. No meu entender, não é o caso. Ou seja, se aceitarmos a emenda supressiva, fazendo com que o projeto volte à Câmara, ela só iria se manifestar sobre esse determinado item da sede. Não haveria, na minha maneira de ver – corrija-me o Relator se eu estiver equivocado – a discussão na Câmara, que só se centralizaria sobre a parte suprimida. A Câmara só discutiria isso.

É essa a contribuição que trago à discussão, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, gostaria de dar uma resposta ao Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – O Senador Bello Parga tem inteira razão. Do ponto de vista regimental, não há nenhuma dúvida de que a única matéria passiva de alteração seria a matéria emendada. Isso é regimentalmente correto. No entanto, como o tema é polêmico, digo que ao se reacender o debate sobre outros aspectos, poderia haver, por parte de quem é contrário ao projeto, uma obstrução; ou por quem é favorável a uma forma anterior, um engavetamento. Logo, em razão da retomada do debate, o projeto poderia ficar mais um ano ou um ano e meio na Câmara dos Deputados. Este é o meu temor. Não que modificações novas, tanto que não digo isso, não poderão ser feitas. Aí ele tem, regimentalmente, inteira razão. Contudo, isso poderá suscitar, não em razão das emendas, mas de outros temas polêmicos no projeto, a demora de um ano e meio ou dois, porque, realmente, esse projeto está mexendo com estruturas poderosas e profundas do País, com interesses importantes.

Quanto à emenda, ela não pode ser senão restabelecida ou mantida pela Câmara, caso volte para aquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Obrigado, Senador José Fogaça.

Fui o autor do pedido de vista; queremos novamente trabalhar juntos.

Como o Senador Eduardo Suplicy pediu que a vista fosse coletiva, evidentemente nos colocaremos à disposição para discutir o assunto com todos os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h27min.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 1ª reunião das Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Serviços de Infra-estrutura, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada conjuntamente em 02 de julho de 1997, às dez horas e trinta e sete minutos.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dois de julho de mil novecentos e noventa e sete, na sala

número três da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Peres, José Roberto Arruda, José Inácio Ferreira, Vilson Kleinübing, Valmir Campelo, José Eduardo Dutra, Elcio Alvares, Sérgio Machado, Onofre Quinan, Otoniel Machado, Epitácio Cafeteira, Osmar Dias, Hugo Napoleão, Beni Veras, Freitas Neto, José Serra, José Eduardo Vieira, Mauro Miranda, Esperidião Amin, Lauro Campos, Roberto Freire, Romeu Tuma, Júlio Campos, Ernandes Amorim, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Waldeck Ornelas, José Fogaça, Lúcio Alcântara, Gilberto Miranda, Ney Suassuna, Regina Assumpção, Levy Dias, Josaphat Marinho, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Edison Lobão, Guilherme Palmeira, Gerson Camata e José Bianco, reúnem-se as Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-estrutura, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei da Câmara nº 24/97 que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/97. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, submetendo a apreciação das três Comissões o REQuerimento nº 01/CCJ/CAE/CI-97 de autoria do Senador Sérgio Machado, no sentido de que o PLC Nº 24/97, seja apreciado conjuntamente pela três Comissões. Após discutido o requerimento é submetido a votação e aprovado nas três Comissões. A seguir é submetido à votação das três comissões, e aprovado, o Requerimento nº 02/CCJ/CAE/CI-97, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, no sentido de que sejam convidados para discorrerem sobre o PLC Nº 24/97 os senhores: Sérgio Motta, Ministro das Comunicações, Gaspar Vianna, advogado com especialização em legislação de telecomunicações e o Deputado Alberto Goldman, relator da matéria na Câmara dos Deputados. Fica marcada uma nova reunião conjunta com a finalidade de ouvir os convidados, amanhã às dez horas. A seguir os Senadores José Inácio Ferreira, Fernando Bezerra e Hugo Napoleão, procedem a leitura dos relatórios das Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura, respectivamente, sendo concedida vista coletiva aos membros das três Comissões, ficando marcada uma reunião conjunta para a próxima terça-feira dia oito de julho, ás dez horas, com a finalidade de votar os pareceres das três comissões. Segue a integra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes a presente Ata que, lida e aprovada, vai à publicação no Diário do Senado Federal. – **Senador Bernardo Cabral,** Presidente (Art. 113 do RISF).

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião conjunta da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura.

Esta reunião conjunta entre as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura está sendo realizada em função do requerimento recebido ontem por esta Presidência, uma vez que o Regimento da Casa diz que a direção das reuniões em conjunto se dá sob a presidência do mais idoso dos presidentes.

O requerimento, assinado pelos Líderes Sérgio Machado, Elcio Alvares, Epitacio Cafeteira, Hugo Napoleão, Valmir Campelo e Ney Suassuna, é do seguinte teor:

> "Requeremos, nos termos do art. 113 do Regimento Interno, que o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 24.997 (821/95 na Casa de origem), que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos funcionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08, de 1995, se faça em reunião conjunta das Comissões constantes do despacho da Mesa – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura."

Em vista disso, ainda ontem fiz expedir uma convocação aos membros das três Comissões para esta reunião às dez horas.

De acordo com o Regimento, cada Comissão poderá fazer o estudo da matéria em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente, e cada Comissão terá o seu Relator, se não preferir Relator único.

É Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o eminente Senador José Ignácio Ferreira; o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos é o Senador Fernando Bezerra e o Relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura é o Senador Hugo Napoleão.

Pela ordem, dou a palavra ao eminente Senador José Ignácio Ferreira, para apresentar o seu relatório.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O art. 113 do Regimento diz o seguinte:

> "O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais comissões, por iniciativa de qualquer delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso."

Portanto, a tramitação conjunta é feita a partir de solicitação de uma das Comissões e aceita pelas demais. Não são os Líderes que solicitam tramitação conjunta. Como, excepcionalmente, faço parte das três Comissões e não me lembro de essa questão ter sido submetida a voto em nenhuma delas, até porque a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – se não estou enganado – não conseguiu fazer nenhuma reunião ainda no ano de 1997, haja vista que até hoje ela tem o cargo de Presidente vago, porque o Senador Iris Rezende, que era o seu Presidente, afastou-se para assumir o cargo de Ministro, e até hoje a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura não elegeu ainda o novo Presidente.

Nesse sentido, entendo que deve haver deliberação das respectivas Comissões sobre se a matéria tramita ou não em conjunto, já que a iniciativa tem que ser de uma das Comissões e deve ser acatada pelas outras. Então, não é um requerimento de Líderes, por mais representativos que eles sejam, que define a tramitação conjunta de qualquer matéria nas Comissões permanentes no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência decidirá sobre a questão de ordem, se nenhum dos membros das três Comissões desejar contraditar.

Alguém deseja contraditar? (Pausa.)

Se ninguém deseja contraditar, como há precedente, ocorrido inclusive no ano passado, quando da votação da lei que dispõe sobre as telecomunicaçõ-es na reunião das três Comissões, e como ninguém se insurgiu contra a providência pedida, a Mesa entende que não há como obstaculizar o requerimento de S. Exª, mas lhe defere, já de imediato, recurso ao Plenário, se assim entender V. Exª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Peço a palavra para contraditar a decisão da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, é uma forma de compatibilizar a decisão que V. Exª emitiu com relação à questão de ordem suscitada pelo Senador José Eduardo Dutra, pois acredito que ela tem procedência. À vista da sua decisão, creio que há uma solução muito fácil para implementar a decisão de V. Exª e respeitar o pedido do Senador José Eduardo Dutra, submetendo a matéria à votação dos membros de cada uma das Comissões, para saber se concordam ou não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Defiro incontinenti o recurso que V. Exª sugere, e a Mesa o colocará em votação por Comissão.

Passaremos à chamada dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os que aprovarem a decisão da Mesa dirão "sim"; os que a recusarem dirão "não", acompanhando a sustentação da questão de ordem do eminente Senador José Eduardo Dutra.

(Procede-se à votação)

O SR. JEFFERSON PÉRES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, creio que a manifestação das três Comissões supre a falta anterior de uma convocação de qualquer das Comissões aprovada pelas outras duas.

Permito-me declarar, **data venia**, que discordo em parte de V. Exª. É difícil para mim tomar essa decisão, seja pela sua competência, seja pelos nossos laços de amizade. V. Exª diz que um precedente anterior firmaria jurisprudência. Desculpe, mas se o precedente ocorreu contra a letra e o espírito do Regimento, parece-me que não firmaria jurisprudência. Um erro não justifica outro, porém, como as Comissões estão se manifestando agora, se ratificarem, creio que o Regimento estará sendo respeitado.

O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, também nessa linha de raciocínio, penso como o eminente Senador Jefferson Péres, mas é evidente que a manifestação das Comissões, aqui tomada, supera claramente essa disposição, diante do fato de que foram os próprios integrantes das Comissões que se manifestaram.

Meu voto é no sentido da realização da reunião conjunta.

(Continua o processo de votação.)

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, gostaria apenas de aduzir algumas impressões a respeito do assunto.

A Comissão tem decidido muitas vezes, não apenas a Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, mas tantas outras, pelo acolhimento de emendas e pela ultrapassagem de prazos, fazendo com que o direito consuetudinário regimental estabeleça normas de convivência. E é exatamente por isso que, de acordo com as manifestações dos eminentes Senadores Jefferson Péres e José Ignácio, que também manifestaram seu voto favorável, apresento também o meu voto favorável.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Votaram SIM 15 Srs. Senadores; e NÃO, 02.

Senador Romeu Tuma, V. Exª estava fora da sala. A Presidência deixou de registrar o seu voto, porque não ouviu V. Exª.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi aprovado. Conseqüentemente, está suprida a questão de ordem.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aqui diz que o estudo pode ser feito por qualquer uma delas, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acaba de tomar a decisão.

Vamos passar às outras.

Passamos à chamada dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Procede-se à votação)

Votaram SIM 17 Srs. Senadores; e NÃO 03.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 20

Passa-se à Comissão de Infra-Estrutura.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 13 Srs. Senadores, e Não 02.

Total de votos: 15.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, realmente fico muito constrangido de estar participando de uma discussão dessas. Talvez fosse melhor, se possível, mudar o Regimento e que essa lei não precisasse ser analisada peio Senado, porque não o será. Podia mandar para o Presidente da República sancionar.

Estamos aqui querendo definir uma lei dessas, de 216 artigos, com essa agilidade, com essa pressa, evidentemente que isso quer dizer que o Senado não vai discutir a matéria. Pode até achar que isso talvez seja o mais correto, seja o melhor para o País. Não diria nem para o Governo, não quero estar diminuindo a questão como se fosse um problema de Governo, mas é um problema de **capitis diminutio** nossa.

Essa não é uma matéria qualquer que se possa estar votando com essa ligeireza. Olhe que não estou falando aqui como se fosse fazer oposição ao projeto. Até porque, pelo que conheço, e conheço muito pouco, tenho a propensão inclusive de aprová-la. Mas gostaria de ter um mínimo para minha consciência que não me constrangesse a estar votando algo de que o Senado não vai participar. Isto aqui é um ritual, não é um debate, não é uma discussão. E ritual por ritual, podíamos fazer um ritual de dizer que o Senado abre mão de debater a matéria e que a envia para a sanção do Presidente.

Queria dizer isso, porque não sei se voto "não" ou "sim", porque não estou discutindo a matéria. A abstenção talvez seja a única coisa afirmativa que eu possa fazer, porque o Senado está desejando que nos abstenhamos de discutir a matéria com reuniões como esta e com a propensão que existe de se querer, com ligeireza, mandar a matéria tal como veio da Câmara para que seja sancionada.

Prestaríamos um serviço maior se votássemos a matéria relativa à Previdência Social, sobre a qual participamos das discussões, e em relação à qual o Senado atua como Casa Legislativa, podendo até justificar a convocação extraordinária. Não sei se nesta matéria estamos exercendo o **nosso poder legislativo.**

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência determina que seja feito o registro das palavras de V. Exª.

Concedo a palavra ao eminente Relator José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quero apresentar um requerimento – vou formalizá-lo oralmente, mas, se V. Exª exigir, posso fazê-lo por escrito – na linha da colocação feita pelo Senador Roberto Freire.

Primeiro, quero registrar que fico cada vez mais surpreendido com a competência e com a dedicação dos meus Pares, que foram capazes de elaborar um relatório sobre uma matéria que envolve 216 artigos, aprovada na Câmara no dia 19 de ju-

nho. A matéria original, de acordo com o processado, chegou à Câmara em 17 de agosto de 1995.

Antes de os ilustres Relatores apresentarem o parecer, quero formalizar um requerimento para que sejam ouvidos, no âmbito destas três Comissões – uma vez que a maioria aprovou que a matéria vai tramitar em conjunto -, em audiência pública, o Sr. Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e o Dr. Gaspar Viana, um especialista dessa área, que foi advogado da Embratel.

Apresento este requerimento para ser submetido a voto antes de serem proferidos os relatórios. Estou sugerindo isso para cumprir um certo ritual, pois estou partindo do princípio de que os Srs. Relatores podem modificar o relatório após essas audiências. Estou fazendo um requerimento para que sejam convidados para uma audiência pública nas três Comissões o Ministro Sérgio Motta e o Dr. Gaspar Viana.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Relator José Eduardo Dutra colocou em relevo esse convite, e fez bem porque o eminente Senador Hugo Napoleão foi Ministro das Comunicações, o eminente Senador José Ignácio Ferreira foi Presidente da Telebrás e o Senador Fernando Bezerra é um homem afeito, dada a sua condição de Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Portanto, os três seriam capazes, mas o requerimento de V. Exª é prejudicial à continuidade da reunião, porque V. Exª quer que os convidados sejam ouvidos antes do parecer. Só cabe à Mesa tomar a votação dos eminentes Srs. Integrantes das Comissões, para saber se concordam ou não com a matéria.

Concedo a palavra ao eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Gostaria de apresentar uma emenda. Penso que pode ser aprovado o convite hoje, os relatórios serem apresentados e o Presidente das Comissões reunidas providenciará a marcação da data. Quanto à vinda dos dois, votarei a favor porque é um esclarecimento ao Senado, à sociedade e é nosso dever. Votarei a favor do requerimento do Senador José Eduardo Dutra, sem prejuízo da apresentação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª acolhe a sugestão?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Acolho. A vinda deles será necessariamente anterior à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Haverá essa manifestação dos Srs. Relatores e estabeleceremos, logo após a manifestação dos Srs. Relatores, uma data para que atenda aos dois requerimentos, sem prejuízo de serem ouvidos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - O requerimento foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O requerimento é acolhido pelo Plenário. Apenas, após a manifestação dos Relatores, escolheremos a data.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas está acolhido?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está acolhido. A manifestação dos eminentes Relatores, inclusive, foi nesse sentido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vou votar de acordo. Mas não foi colocado em votação. Eu voto a favor também. Mas eu pediria a V. Exª que colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É que a Presidência, aqui do alto, conseguiu analisar o que desejava, por uma matéria de celeridade, considerou aprovada numa manifestação simbólica, mas a Presidência reabre se alguém quiser votar em sentido contrário.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. *(Não Identificado)* - Sr. Presidente, queria sugerir que a convocação fosse feita para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para amanhã.

Vejam bem, não posso convocar um Ministro de Estado ou convidá-lo com 24 horas de antecedência, sem saber da pauta. O que iríamos sugerir é que, na próxima reunião, fizéssemos a oitiva dos Ministros com 24 horas de antecedência.

O Senador Elcio Alvares poderia colaborar com as três Comissões nesse sentido.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

Peço a atenção dos Srs. Senadores.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas para prestar um esclarecimento.

Concordo com a preocupação do Senador José Eduardo Dutra, mas queria esclarecer à Casa que, durante a semana anterior, procurei a Assessoria do Senado e há mais de um mês os técnicos já estudavam – a pedido dos Senadores José Ignácio, Hugo Napoleão e Fernando Bezerra – o Projeto e acompanhavam o andamento do mesmo na Câmara dos Deputados. Penso que esse relatório provavelmente, por estar quente ainda, não tem 24 horas.

Pelas informações que obtive na semana passada, os Senadores, há um mês, já procuravam a assessoria para poderem trazer, com rapidez, o relatório no momento em que chegasse no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, tomei a cautela necessária, obviamente, de ouvir autoridades no setor antes de oferecer meu parecer.

Pessoalmente, repito, estaria em condições até de dizer não ao requerimento, mas creio que uma vez que houve a sugestão do Senador Esperidião Amin, depois complementada pelo Senador Sérgio Machado, de que fosse amanhã, pode ser amanhã, terça-feira ou quando a Presidência entender-se com os Ministros e com as autoridades que tiverem que ser chamadas. Será quando for possível. Se for possível amanhã muito bem, se não for possível amanhã será em outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o eminente Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, gostaria de sugerir, na condição de Líder do Governo, e assumiria esse ônus a partir de agora, no sentido de dar execução à decisão da Comissão, saber se o Ministro Sérgio Motta pode comparecer amanhã. Teríamos então a oportunidade de já ouvir o Ministro que, inegavelmente, além do outro nome citado....

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Gaspar Viana.

O SR. ELCIO ALVARES – Então, eu gostaria de pedir à Comissão apenas dez a quinze minutos, porque vou entrar em contato com o Ministro Sérgio Motta para saber se S. Exª pode depor amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador José Eduardo Dutra formalizou o requerimento, de modo que se V. Exª puder entrar em contato...

O SR. ELCIO ALVARES – Vou entrar em contato e volto logo para prestar esclarecimento à Comissão, assumindo o compromisso da vinda do Ministro a partir de amanhã.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, quero declarar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço a atenção para o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, quero declarar meu voto porque tem uma certa justificativa. Vou votar favoravelmente à vinda, porque o Líder do Bloco foi quem encaminhou e não quero romper a unidade do Bloco nessa questão que é de somenos importância. Queria esclarecer que não preciso ouvir o Ministro, estou precisando ouvir o Senado.

Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROBERTO FREIRE – Concedo sim, claro. Estou justificando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero registrar, sob forma de aparte ao Senador Roberto Freire, que compreendi sua colocação. Compreendi a colocação do Senador, quando, no início, manifestou mais do que frustração pelo fato de estarmos diante de três pareceres que, em resumo, acolhem o projeto que tramitou na Câmara dos Deputados ao longo de dois anos, virtualmente, sem que o Senado possa oferecer qualquer contribuição.

Concordo com o Senador Roberto Freire porque esse é o fato. Entendo também que o Senador José Eduardo Dutra mereceu meu apoio não porque está ajudando o Governo, como quer entender alguns maldosamente; maldosamente, dizem que o Senador José Eduardo Dutra está salvando o Governo, mas acho que está relativamente salvando o Senado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Permita-me. Eu estou querendo que pelo menos o Senado mantenha as aparências, não é o Governo.

O SR. ROBERTO FREIRE - Vou ser mais polêmico, eu também pretendo salvar o Governo. Não se ganha nada com isso. Isso não é resposta para empresário. Não é a boa resposta política que o País precisa para admitir que as reformas são necessárias.

Não é dessa forma. Essa é uma forma que desmoraliza a relação do Executivo com o Legislativo. Ninguém está atrasando aqui o desenvolvimento deste País, ninguém está criando problema para o real. Mas estamos trazendo problema para o Governo, numa relação evidentemente promíscua, se abdicarmos de existir como Casa Legislativa. Não vamos legislar sobre isso; isso é um ritual de cartório, admissível na época da ditadura porque não existia como Poder, mas hoje é inadmissível para qualquer um de nós.

Repito, não estou contra o projeto, não quero procrastinar, não estou aqui obstruindo, estou querendo minimamente participar de algo que, inclusive, considero importante, porque estamos aqui discutindo um novo ente que não é estatal, não é privado, é público, talvez uma criação importante no mundo que estamos vivendo, que são essas agências. Talvez um estudo melhor sobre isso e estaríamos todos ganhando.

Acho que essa é uma resposta completamente inadequada que se está dando às pressões legítimas dos empresários ou qualquer pressão do Executivo para apressar o processo de privatização na questão das telecomunicações, na busca de investimentos. Tudo isso. Não creio que essa seja a resposta.

Temos até um mês e poderíamos, nesse prazo, talvez aprofundar alguma coisa, pelo menos participar de algo. O que se está montando aqui, permitam-me a expressão, é abdicação completa do nosso Poder. É um cartório, e um cartório que não julga nem os documentos que foram trazidos, apenas carimba. Mesmo que os Srs. Senadores relatores sejam conhecedores da matéria, o Senado não o é, e eu também não.

Mesmo respeitando todos, gostaria de discutir. Talvez a discussão, em cada uma das comissões, oferecesse melhor oportunidade e não essa ligeireza com que se está procedendo, que eu traduziria no termo preciso sem nenhum sentido pejorativo: leviandade.

Nesse sentido coloco que talvez fosse até melhor votar contra para expor essa realidade, mas como quero manter a unidade do Bloco, voto a favor da vinda do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vou dar a palavra ao Senador José Roberto Arruda, mas preciso de um esclarecimento do eminente Senador Roberto Freire pela ligação de respeito que existe entre S. Exª e esta Presidência.

Peço que V. Exª reconheça que a leviandade não é do Presidente da Comissão.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, leviandade no sentido de ligeireza. Não foi a respeito de ninguém, eu não disse isso.

Leviano tem também o sentido de ligeireza. Falei exatamente que não era no sentido pejorativo. Não estou querendo agredir ninguém, até porque se quisesse não iria utilizar aquele termo. Estou aqui querendo discutir politicamente o que estamos fazendo, não entenda isso como restrição pessoal a ninguém. É um fato político, objetivo, concreto, que estamos vivendo aqui. Não é nada individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está registrado, Senador Roberto Freire.

Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, tenho muito respeito pelo Senador Roberto Freire e entendo a explicação que ele fez sobre o termo usado; portanto, viro essa página.

Gostaria de pedir ao Senador Roberto Freire e a todos os membros das três comissões que se reúnem aqui que façam a seguinte reflexão: a angústia que demonstra o Senador Roberto Freire, que é legítima, ela não é incompatível com o que estamos fazendo aqui hoje. Em primeiro lugar, porque antes de discutirmos e votarmos a lei que regulamenta ou que deve regulamentar o serviço de telecomunicações no Brasil, o Congresso Nacional – Câmara e Senado – discutiu e votou a Reforma Constitucional que obviamente tem seqüência nessa regulamentação.

Em segundo, o fato de o Senado decidir discutir os três relatórios ao mesmo tempo, ao contrário do que se possa imaginar, poderá enriquecer a discussão. Os três relatórios poderão, eventualmente, trazer pontos que, discutidos em conjunto, trariam soluções que se o Sr. Senador Josaphat Marinho me ouvir provavelmente vai concordar com a idéia – da qual discordo – porque acho que estamos presumindo que as Comissões, trabalhando em conjunto, estarão abdicando da discussão, e isso não está posto. Eu diria ao Senador Roberto Freire que: primeiro, foi trazida aqui uma observação concreta, por meio de um requerimento, que o Ministro da área competente e um cidadão brasileiro – que, em tese, devem pensar em sentido contrário ao que está aqui proposto – devem ser ouvidos por essas comissões.

Particularmente, entendo que é bom para o Senado que as comissões, se estiverem de acordo em ouvi-los, devem fazê-lo. Eu particularmente estou; acho que devemos ouvi-los em conjunto; penso que será mais fértil essa discussão. Se, dessas audiências, surgirem questões que as comissões, individualmente ou em conjunto, julgarem importantes; se, da análise dos três relatórios, surgir, do Senador Roberto Freire ou qualquer um de nós, observações que justificarem uma discussão mais aprofundada, não me parece que ela estará sendo restringida de pronto, ao contrário, vamos fazê-la com todo o detalhamento que se fizer necessário. Agora, se conseguirmos – e quero deixar clara a minha posição – ouvir quem deve ser ouvido, discutir detalhe por detalhe o que deve ser discutido e se conseguirmos, além disso, votar com ligeireza, eu me coloco entre aqueles que querem votar com ligeireza, porque sei que disso dependem investimentos vultosos no País que geram empregos e que podem inclusive causar uma diferença importante no índice de crescimento da economia ainda este ano, e isso reflete na possibilidade de geração de emprego. Particularmente, quero discutir e votar rápido, e isso não quer dizer

que abdico da idéia de discutir com detalhe e em profundidade a matéria.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, eminentes colegas, essa discussão reedita, evidentemente, outros debates que tivemos, quando se tratou de matéria importante como esta. Mas quero fazer alguns comentários para que não paire dúvida sobre a profundidade com que essas matérias são examinadas no Senado. Já, de saída, teríamos a favor deste projeto três relatores da mais alta nomeata: Senador Hugo Napoleão, Senador José Ignácio Ferreira e Senador Fernando Bezerra. Somos um colegiado. Desde que entendamos o colegiado como um órgão que vai decidir, em qualquer mecânica de julgamento no mundo, temos relatores que têm a responsabilidade maior de se aprofundar na matéria e dar os seus pareceres. Quero cumprimentar os três relatores, que hoje já se encontram aptos, alguns pareceres alentados, para nos trazer as luzes iniciais desse debate.

Quando se fala que estamos votando, parece que se está votando em uma sessão como esta toda a matéria contida no projeto que está sob exame. Devemos lembrar que temos direito a pedido de vista; temos direito de oferecer emendas. Como se não bastasse isso, pelo rito que é previsto no Senado, diferente do da Câmara, a matéria vai a plenário; quando lá chegar, temos nova instância de oferecimento de emendas, e também se abre, Sr. Presidente, uma margem imensa de debates. Confesso que não é só essa matéria, temos várias outras, o caso da Previdência é um deles, e o Senador Roberto Freire vai oferecer, sem dúvida nenhuma, luzes muito importantes sobre essa matéria. Todas as matérias que passam por aqui são matérias importantes, umas mais, outras menos.

No caso, Sr. Presidente, não estamos fazendo um processo aligeirado. Esse fato de se dizer que o processo está aligeirado poderia causar uma idéia de que estamos decidindo sem um estudo que é necessário a respeito do texto.

Mas quero reiterar, Sr. Presidente, que o Governo tem uma posição, e não podemos abstrair dos debates o aspecto político. Numa Casa política como a nossa, em que temos posições declaradas, temos Partidos definidos, há, evidentemente, a mecânica universal democrática da maioria e da minoria. Isso não quer dizer que vamos passar com um rolo compressor. Longe disso. Mas a idéia que fica é que a maioria age insensatamente, a maioria age inconseqüentemente e decide. Não é assim! Aqui temos Senadores da mais alta envergadura, ex-Governadores, ex-Ministros de Estado, homens que têm realmente um cabedal de conhecimentos que nos dá essa tranqüilidade, tanto na Oposição quanto nos Partidos que sustentam o Governo.

Então, fica claro, Sr. Presidente, que estamos fazendo aqui um debate consciente. Não vamos decidir, de maneira nenhuma, tocados por um impulso de maioria. Vamos decidir – isso sim – compreendendo os problemas do País. E, neste caso, quero deixar claro que vamos exercitar, dentro dos limites regimentais, dentro das normas de bom relacionamento, a prática de maioria, mas uma maioria consciente do que tem de fazer.

Nesse caso, quero dizer de público, antes de tomar conhecimento dos pareceres, que tenho confiança absoluta nos três relatores que estão aí pela competência. Posso até divergir, como outros Senadores podem divergir, mas nunca podemos duvidar da competência de cada um.

Portanto, Sr. Presidente, reitero como Líder do Governo: temos, realmente, pressa no exame dessa matéria que envolve interesses imensos para o Brasil no nosso relacionamento internacional. Temos também certo conforto de que a matéria já foi examinada na Câmara dos Deputados. Houve o voto da Oposição, que tem seus representantes e nós também temos os nossos. Essa matéria já veio praticamente com alguns problemas já examinados **grosso modo**. Agora, competirá a nós aqui...

Eu estava agora examinando esse contexto. O Senador José Fogaça, por exemplo, que está aqui ao meu lado, tem sido Relator de tantas matérias com o maior brilhantismo possível, em tempo também restrito, e nem por isso perdemos a responsabilidade do Senado na decisão dessas matérias.

Portanto, quero deixar claro que a posição do Governo, às vezes, é feita, até certo ponto, com condescendência, com complacência. Mas estaremos firmes na decisão agora de votar essa matéria, evidentemente acreditando que os eminentes integrantes do Bloco de Oposição vão trazer luzes que serão fundamentais ao projeto.

Agora, a questão do rito é uma questão que evidentemente a maioria das comissões deve decidir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Fogaça, V. Exª quer usar da palavra?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra e, em seguida, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Apenas para dizer o seguinte: penso que é legítima a reivindicação do

Senador Roberto Freire. De fato, é preciso que os Senadores conheçam um projeto dessa amplitude e dessa profundidade. Mas não sei se o Ministro das Comunicações é a melhor pessoa para nos esclarecer, e isso pelo seguinte: porque eu, casualmente, pela mais absoluta casualidade acompanhei esse projeto desde a apresentação pelo Governo até a sua tramitação na Câmara, e, Sr. Presidente, entre o projeto enviado pelo Governo, ao qual eu teria enormes restrições e discordâncias, e aquilo que foi produzido pela Câmara dos Deputados, não há nenhuma dúvida de que o resultado dos debates e das emendas na Câmara é gigantescamente melhor, eu diria gigantescamente melhor do que o que foi proposto, inclusive o fato de os membros desse órgão regulador serem aprovados, submetidos ao Senado, princípio que é adotado para todos os órgãos reguladores que temos aqui aprovado. Se tivesse que pedir ou que reivindicar, solicitaria à Comissão que ouvíssemos alguém, eu pediria para ouvir o Deputado Alberto Goldman, que é quem mais pode defender, explicar ou explicitar os resultados desse projeto. Não tanto o Ministro porque este apresentou outra proposta, muito diferente dessa. Até acho que o Ministro, hoje, concorda com isso; não há nenhuma dúvida de que isso interessa ao Governo. Para explicar os detalhes, para entrar nos meandros do projeto, o Deputado Alberto Goldman está mais, digamos assim, habilitado e qualificado, porque conduziu a matéria como Relator na Câmara dos Deputados.

Nesse caso posso até dar um depoimento pessoal e de quem teve casualmente a preocupação – porque não é com todos os projetos que faço isso – de acompanhar a tramitação da matéria desde o nascedouro até o resultado final e por isso posso dizer: eu votaria hoje nesse projeto tal como está. Faço essa afirmação pela casualidade de tê-lo acompanhado e de ter visto o quanto o Deputado Alberto Goldman e o Plenário da Câmara o melhoraram. O projeto é incomparavelmente melhor do que o que foi proposto pelo Ministério das Comunicações.

Faço esse registro porque não sei se o Ministro das Comunicações poderá nos fazer os esclarecimentos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Fogaça, a Presidência toma como uma proposta o registro de V. Exª e consultará o eminente autor do requerimento em poucos minutos.

Concedo a palavra ao eminente Senador José Serra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, para se pronunciar sobre a matéria.

O SR. JOSÉ SERRA – Apóio a idéia apresentada pelo Senador José Fogaça. Seria muito mais produtivo, do ponto de vista desta Comissão conjunta e do Senado, convidar o Relator do projeto da Câmara e não o Ministro, não porque o projeto do Governo tenha sido alterado ao longo desse tempo. Foi alterado, mas o Governo participou em um trabalho estreito com a Câmara, através de suas assessorias, etc., dessa reformulação. Seria, no entanto, muito mais produtivo ouvirmos o Sr. Relator.

Faço, então, um apelo, Sr. Presidente, no sentido de revermos essa decisão. Em vez de convidarmos o Ministro e essa outra pessoa de reputação técnica aqui assinalada, seria mais útil convidar-se o Relator.

Há, também, uma outra questão mais geral citada pelo Senador Roberto Freire. Não creio que o problema de o Senado ser ouvido não, de se comportar como cartório ou não se deva ao fato de trabalharmos em uma única comissão conjunta. O trabalho da Comissão conjunta abre caminho perfeitamente para o exame detalhado do projeto. Não é esse o fato. Há, isso sim, um comportamento do Senado que não vem de hoje, que não vem desse ano, de em certas questões preferir ser homologatório. No caso dessa matéria que estamos apreciando, que acompanho há muito tempo, creio que o projeto está bom. Eu não faria alterações nele.

O fato é que o Senado tem uma conduta, em geral, de em questões importantes preferir adotar uma posição homologatória, de não fazer alterações. Isso é comum para que a matéria não volte para a Câmara, para que o prazo para a aprovação do projeto não seja dilatado. O problema não é modificar, é a volta para a Câmara. Isso tem acontecido com projetos importantes e acontecerá novamente com a Lei Eleitoral, se não tomarmos providências. Vamos recebê-la na véspera e não poderemos modificá-la, porque não haverá tempo para aprová-la até cinco de outubro. O Senado tem tido, para mim, curiosamente, ao longo dos anos, essa posição que poderia e deveria ser alterada.

Faço essa observação de maneira genérica, não com relação a um projeto específico. Às vezes, fico chocado com o fato de se resistir sempre a modificar um projeto para que ele não volte para a Câmara, para não dilatar a discussão, etc., e, na realidade, terminamos assumindo um papel quase que formal dentro do processo.

O SR. ROBERTO FREIRE – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA – Ouço V. Exª com prazer.

O SR. ROBERTO FREIRE – É só para dizer – e talvez esclarecer uma posição minha – que, sabendo que esse projeto foi relatado por Alberto Goldman, que merece toda a minha confiança, eu poderia assumir ser meramente órgão homologador, se levássemos em consideração isso. Mas o que defendi não é o problema de estarmos em conjunto: defendi que uma matéria como essa poderia ensejar alguns debates, mesmo se considerarmos o projeto bom e o Relator de total confiança. Esta Casa precisa fazer o que fez – o exemplo que V. Exª apresentou que não é o bom – quando mudou a Lei Eleitoral. Foi uma das poucas vezes em que isso aconteceu. Mesmo na véspera, esta Casa mudou a Lei Eleitoral.

O SR. JOSÉ SERRA – Não em 1994.

O SR. ROBERTO FREIRE – Agora em 1996.

O SR. JOSÉ SERRA – Refiro-me à de 1994.

O SR. ROBERTO FREIRE – Em 1994 eu não estava aqui, então não conheço.

O SR. JOSÉ SERRA – Em 1996 era para outra esfera de Governo na eleição.

O SR. ROBERTO FREIRE – Mas, tudo bem, mudamos.

Era só para apresentar que, mesmo em cima do prazo, esta Casa exerceu algumas de suas atribuições, talvez em matéria menos complexa, o "sim" ou "não" na questão dos monopólios e que podemos até dizer que era uma questão de posicionamento, princípio constitucional. Esta não, trata-se de uma matéria que tem detalhe. Estou começando a ler todo o seu conteúdo e penso que cabe uma discussão com relação a alguns pontos. Não digo que, no final, possa-se optar e não realizar nenhuma mudança, mas a discussão cabe. É o sentido que aqui vi: não é a reunião conjunta, é o sentido, inclusive em 15 mimutos, de convidar o Ministro para vir aqui, ou seja, de agilizar totalmente o processo e não de tentar um cronograma, mesmo rápido. Estamos abertos a isso, e eu como Oposição poderia discutir um cronograma dentro até de um mês, poderíamos, mas não de imediato para não atropelarmos os acontecimentos.

Esse é o sentido da discussão, o meu constrangimento e, por isso, a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª continua com a palavra, Senador José Serra, para concluir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador José Serra, antes da conclusão de V. Exª, faço um registro por uma questão de justiça. A aprovação da Lei Eleitoral de 1994 aconteceu, efetivamente, sem que o Senado a alterasse. Mas, entre as advertências feitas à Casa, não posso omitir a energia com que o Senador Nelson Carneiro, que presidiu esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a energia com que S. Exª apontou que era um escândalo o que o Senado iria aprovar. S. Exª, com a sua idade já avançada, mas com a energia de um jovem guerreiro, advertiu: estamos aprovando um escândalo. Depois constatamos que havia realmente problemas muito sérios na legislação que veio a presidir a eleição de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – Apenas para concluir, Sr. Presidente, faço um apelo ao autor do requerimento, Senador José Eduardo Dutra, a S. Exª e ao Plenário, porque já se aprovou o requerimento, que acolhessem a idéia do Senador José Fogaça e que convidássemos, em lugar do Ministro, o Relator da matéria que é a pessoa mais autorizada para analisar o projeto no seu detalhe, para examinar os pontos de vista divergentes que foram apresentados, as questões que foram levantadas pela Câmara e pela da sociedade, etc. Creio que seria mais produtivo.

Por último, Senador Roberto Freire, deveríamos fazer essa discussão. Deveríamos seguir o rito. Vamos ter aqui relatores, vamos ter a possibilidade de apresentar emendas, vamos ter debates e vamos tentar fazer o trabalho o mais completo possível, o que não significa tirar legitimidade de posições como a minha no sentido de que o projeto está bom. Para mim esse projeto é satisfatório, mas isso não tira a faculdade de o Senado de examiná-lo em profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, o requerimento de V. Exª já foi aprovado. É matéria vencida. Apenas a Presidência considera um adendo a proposta do eminente Senador José Fogaça e por isso consulta se V. Exª aceitar a sugestão de que também, além dos dois, sejam ouvidos...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Como adendo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª aceita. A Presidência coloca em votação o adendo feito pelo eminente Senador José Fogaça que versa sobre a vinda do Relator da matéria na Câmara, Deputado Alberto Goldman.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara e, a seguir, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Srs. Senadores, gostaria de fazer um comentário de ordem geral.

O Senador José Serra fez um diagnóstico que está em todas as cabeças aqui no Senado. Temos sido sempre levados a apreciar matéria aceleradamente e, muitas vezes distorcendo a situação. Coloca-se que o Senado age para obstaculizar, procrastinar e dificultar a aprovação de matérias que são de interesse geral, de interesse do País. Isso evidentemente incomoda muito.

O Senador José Serra afirma que nesse particular está seguro de que o projeto é bom, é o que convém ao País. Não é possível, todavia, que todos os projetos que venham da Câmara sejam sempre bons, que não tenhamos nada a acrescentar, a suprimir ou a modificar neles. Preocupado com essa situação, tenho tentado encaminhar algumas ações objetivas para evitar essa situação que para mim – e acho que para todos – é muito constrangedora.

Fiz uma consulta à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania sobre se emendas constitucionais poderiam ser encaminhadas ao Congresso via Senado e não pela Câmara.

O Senador Bernardo Cabral foi designado Relator, apresentou um belo parecer, que foi aprovado pelo Plenário, publicado no Diário, comunicado à Presidência da República e que somente a lei, o projeto de lei – na Constituição está escrito – obrigatoriamente tem que entrar pela Câmara dos Deputados; outras matérias podem vir muito bem pelo Senado.

Era uma diligência que se poderia fazer para se buscar essa solução. Isso já está aprovado há mais de 1 ano e não houve nenhuma providência nesse sentido, pelo contrário: certa vez aprovamos aqui um decreto legislativo sobre movimentação de tropas estrangeiras no território nacional, e a Câmara desconsiderou porque achava que o Senado não poderia ter apreciado a matéria antes dela, quando a Constituição ampara esse procedimento e quando há uma decisão adotada pelo Senado Federal.

Essa era uma providência que podia nos dar um certo conforto do ponto de vista de o Senado ser chamado a opinar primeiro sobre determinadas matérias.

Em seguida, tão logo concluído no Senado o exame daquelas propostas de emenda constitucional que alteram a questão do monopólio do petróleo, da telecomunicação, da navegação, do conceito de empresa nacional, apresentei uma proposta, que levou algum tempo para ser aprovada. A proposta era no sentido de se criar uma comissão especial que examinasse a regulamentação ou a regulação dessas alterações constitucionais.

A Comissão foi constituída, o Senador Bernardo Cabral foi o relator dessa comissão, que funcionou a duras penas; os Senadores José Eduardo Dutra e Romeu Tuma prestigiaram a comissão, ouviu-se o Ministro da Marinha, o Ministro das Comunicações, o Ministro de Minas e Energia, o Presidente da Petrobrás, outras autoridades e representantes de sindicatos dessas áreas. A comissão concluiu o seu trabalho sem precisar de prorrogação. Foi publicado um livro com todas as conclusões da referida comissão. O que se queria com isso? Antecipar um certo pensamento do Senado sobre essas matérias para facilitar o debate, a discussão.

Infelizmente, o nosso esforço produziu muito pouco resultado. Poderíamos ter, por exemplo, apresentado um projeto do Senado sobre essas matérias para ganharmos tempo, para ficarmos à frente disso. Não conseguimos.

Um outro problema que temos é o fato de matérias com prazo certo para apreciação chegarem da Câmara com 24 horas de antecedência. Impossível examiná-las, votar com conhecimento de causa. Não podemos aceitar mais isso porque é constrangedor.

A reforma do Regimento poderia dar uma solução para essa questão, estabelecendo um prazo mínimo de entrada dessas matérias oriundas da Câmara para apreciação por parte do Senado, para evitar essa votação de afogadilho que nos deixa mal.

Sr. Presidente, para não me alongar, essa decisão de mudar está em nós mesmos. Precisamos saber se queremos mudar ou se queremos apenas ficar nessa lamúria, reclamando a cada vez que se tem de apreciar uma matéria como essa. Não demos nenhum passo concreto no sentido de modificar essa situação.

Acredito que com a apresentação dos pareceres vai haver vista coletiva, vamos estudar a matéria. Quem tiver desejo vai apresentar emendas e vamos procurar fazer o nosso trabalho da melhor forma possível. Os relatores são senadores que conhecem a matéria profundamente, mas é evidente que nós, até por força de tantos encargos que temos, estamos tomando conhecimento dela agora. É justo que tenhamos tempo para apreciá-la para podermos dar o nosso voto com a segurança que o assunto requer.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havia pedido a palavra pela ordem o Senador Eduardo Suplicy; logo a seguir, darei a palavra a V. Exª.

A Presidência apenas quer comunicar que o eminente Senador Elcio Alvares acaba de confirmar à Mesa que amanhã, às 10h, estará presente o Ministro Sérgio Motta, das Comunicações.

Encareço aos eminentes senadores que estejam presentes; peço ao eminente Senador José Fogaça que entre em contato, se puder, com o Deputado Alberto Goldman. O eminente Senador José Eduardo Dutra poderá entrar em contato, também em meu nome, com o Dr. Gaspar Viana, que conheço e que é autoridade na matéria. Se pudermos trazê-los amanhã, faremos reunião de 10 às 11 horas e de 11 às 12 horas, para a oitiva.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, aí é que se enquadra a minha questão de ordem, para que sejam ouvidos todos no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Exatamente. Será amanhã. V. Exª está atendido.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou atendido no que desejava.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Portanto, o Senador José Eduardo Dutra, em seu nome pessoal e em nome da presidência, envidará esforços para ver se poderemos ouvir amanhã o Dr. Gaspar Viana. O Senador José Fogaça entrará em contato com o Deputado Alberto Goldman, e os Senadores Sérgio Machado e Elcio Alvares já confirmaram a presença do Ministro Sérgio Motta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Nobre Presidente, ao contrário do Ministro Sérgio Motta e do Deputado Alberto Goldman, o Dr. Gaspar Viana mora no Rio de Janeiro. Vou tentar entrar em contato com ele para viabilizar a sua vinda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se não puder, na próxima terça-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero apenas fazer um registro em relação à intriga que o Senador Esperidião Amin procurou fazer, colocando o que estava dizendo na boca dos outros. Esse é um assunto no qual não sou especialista. Para mim, poderia até ser mais cômodo simplesmente denunciar o processo e nem pedir vista, votando contra em função do método utilizado para conduzir não só essa, mas as questões de intriga governo. Essa não tem sido a minha prática e tenho procurado, em todas as matérias que passam por esta Casa, apresentar emendas ou votar contra. Todavia, em função de ser a favor de outro projeto, apresentei esse requerimento para que possamos ter subsídios para apresentar essas emendas.

Eu também sei fazer conta. Aqui se falou que não se pode presumir isso ou aquilo, mas eu posso presumir com absoluta segurança que essa matéria vai ser aprovada assim como veio da Câmara dos Deputados. Alguns sinais já vimos. A matéria já foi exaustivamente debatida na Câmara. Essa tem sido a prática. O Senado Federal vai debater de forma mais aprofundada a Previdência. Nesse caso, não vale a lógica de que não pode voltar para a Câmara, porque, como o projeto não saiu da Câmara como o Governo quer, então já é ponto pacífico que a matéria vai voltar para a Câmara. Nesse sentido, estamos aprofundando. É lógico que prevalece, em qualquer democracia, a lógica de que a maioria vota e a minoria esperneia. Pela enésima vez, quero registrar que o que está em questão, nessa e em outras ocasiões, é a utilidade ou não do Senado Federal.

Esse comportamento com relação a matérias que vêm da Câmara foi tomado também em uma matéria intrinsecamente ligada a esta Casa, que é a chamada Lei Kandir, da isenção do ICMS para exportação, aprovada em regime de urgência. Há diversos governadores da base do Governo dizendo que comprou "mico", que foi enganado, que não foi bem aquilo que foi combinado, que ia devolver "x" e só está devolvendo "y". Esta, que era uma matéria em que o Senado, até mais do que a Câmara, deveria ter-se debruçado, foi aprovada em regime de urgência nesta Casa.

Portanto, volto a alertar que cada vez mais o que está em discussão – embora reconheça que cabe à maioria votar e à minoria espernear – é a própria imagem da instituição Senado da República. Como quero que essas questões sejam pelo menos guardadas, arquivadas e resguardadas para a memória, via notas taquigráficas, apresentei requerimento, vou apresentar substitutivo e emenda, sabendo já de antemão do resultado. Entretanto, não poderão acusar a oposição de querer apenas marcar posição e votar contra por votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, antes de dar a palavra ao Senador Esperidião Amin, que foi citado, e logo a seguir ao Senador Levy Dias, a Presidência vai fazer um registro nos Anais da Casa. Quando Clóvis Bevilacqua apresentou o seu projeto ao Código Civil, sa-

biam muitos que quem havia feito a revisão para ele tinha sido o Professor Ernesto Carneiro Ribeiro, um grande filólogo da Bahia e que tinha sido professor do Rui Barbosa. O que fez Rui? À medida que chegavam os projetos que tinham como ponto de referência Carneiro Ribeiro, ele apresentou a sua famosa réplica. Não foi bem em 48 horas que ele fez o estudo. Fez exatamente o que hoje fizeram os eminentes Senadores Hugo Napoleão, José Ignácio Ferreira e Fernando Bezerra: começou a mandar que a Assessoria fizesse. Desde a época do nosso grande Rui Barbosa, é hábito no Senado sempre correrm os muito com as coisas. É apenas esse o registro.

Tem V. Exª a palavra, Senador Esperidião Amin, já que foi citado nominalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar muito claro ao nobre Senador José Eduardo Dutra que não houve intriga nenhuma. Eu fiz uma colocação. Penso que o Senador José Eduardo Dutra ajudou não apenas o Governo. Ajudou o Governo, sim, e esse é um sentimento geral. Não há nenhuma intriga nisso. Ajudou o governo e ajudou o Governo e está ajudando o Senado a discutir um assunto em que há um interesse evidente do Governo em aprovar o projeto como saiu da Câmara. Ninguém vai esconder isso. A convocação do Congresso tem como um dos objetivos acelerar a apreciação desta relevante matéria. Quero apenas fazer dois registros adicionais.

É muito importante que o Senado exerça, nesta matéria especificamente, a sua capacidade de revisão. Vamos ouvir o Ministro das Comunicações, o relator na Câmara, os nossos relatores; vamos inteirar-nos da matéria. Uns têm mais experiência, outros não têm nenhuma, outros querem ter.

É preciso que se diga muito claramente que, ao criar a agência reguladora da matéria, o Brasil estará dando o passo mais importante em matéria de reciclagem do exercício do Poder Público e da capacidade de regulação do Estado.

Todos os países que já experimentaram o movimento econômico que estamos vivendo exercitaram com extrema cautela a criação do órgão regulador. Isso vale para as telecomunicações – até porque é o setor mais dinâmico da economia do mundo – vale para o petróleo, para todas as atividades em que se pretende privatizar, estabelecer concessões mais amplas. E, particularmente, no que toca a essa agência – socorro-me da lembrança do Senador Roberto Freire -, o fato de o Senado ter a atribuição, no art. 2º do projeto, para aprovar os membros do Conselho Diretor, que é o órgão máximo e no jargão popular virá substituir até o Ministério da Comunicações, confere ao Senado uma responsabilidade peculiar.

Em resumo, Sr. Presidente, vai caber-nos a tarefa de saber onde é relevante apresentar alguma alteração. Essa é a função de revisão do Senado. Se qualquer Senador constatar uma questão fundamental onde caiba uma reflexão, uma proposta de alteração, tenho certeza de que a Casa vai ter capacidade de avaliar isso. Vamos ter que procurar uma razão fundamentada para justificar essa alteração. Esse é o nosso dever.

A instrução do processo ficou satisfatoriamente equacionada a partir da proposta do Senador José Eduardo Dutra, acolhida e aperfeiçoada pelas comissões presididas por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que o Senador Esperidião Amin clareou muito bem a situação que estamos vivendo agora.

Quero chamar a atenção das comissões aqui reunidas para o fato de, pelo menos da minha parte, não ter entendimento da razão dessa correria. Estamos discutindo, Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1997, nº 821/95 na Casa de Origem.

O projeto chegou aqui há nove dias. Concordo plenamente que é um projeto da mais alta importância para o País, daí a necessidade de um estudo aprofundado. Confio plenamente nos Srs. relatores, confio no trabalho que fizeram e no que foi analisado do ponto de vista técnico jurídico, não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Eu apenas engrosso o coro da maioria dos Senadores que desejam conhecer um pouquinho mais em profundidade o projeto.

O argumento de que devemos votá-lo rapidamente, do jeito que ele veio da Câmara, porque caso contrário ele teria que voltar para a Câmara, colocanos numa situação melindrosa. Todas as vezes que essa colocação é feita, Sr. Presidente, questiono-me da necessidade da existência do Senado. Não vamos votar correndo, senão tem que voltar para Câmara. Então, não há razão para a existência do sistema bicameral.

Todos os Srs. Senadores são testemunhas que acabamos de decidir um requerimento de convocação de autoridades para nos esclarecer, e a reunião foi marcada para amanhã. Tenho a maior estima pelos Senadores que formam a liderança do Governo, cuja competência elogio, mas pediria que nos des-

sem um pouquinho de tempo, pois estamos há nove dias com a lei das "teles" nas mãos. É a primeira vez que estou participando de uma reunião conjunta de três comissões e tenho dúvidas quanto a termos condições de analisar comissão por comissão, as três reunidas, e tomarmos uma decisão que seja a mais correta.

O Presidente do meu Partido, Senador Esperidião Amin, colocou muito bem: a criação da agência é quase que a mudança de um Ministério, é quase que a extinção do Ministério das Comunicações.

Portanto, queria fazer essas considerações serena e equilibradamente, tal como V. Exª conduziu os nossos trabalhos, com essa serenidade que o Brasil todo admira em V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Obrigado a V. Exª.

O SR. LEVY DIAS - ...para que possamos fazer um trabalho que seja bom para o nosso País. Vamos levantar o pé do acelerador, porque esta matéria está no Senado há nove dias apenas.

Também gostaria de mencionar que lamentei profundamente a reunião feita com o Senhor Presidente da República e os empresários de Brasília no dia de ontem, que me magoou muito e parece que não faz justiça ao apoio que Sua Excelência recebe no Senado e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador José Ignácio Ferreira, Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - **(Leitura de parecer.)**

O SR. ROBERTO FREIRE – Permita-me, pois não é bem uma questão de ordem. Parece-me que vai ser pedida vista. Deveríamos fazer essa economia processual, pois temos o parecer em mãos. Talvez pudéssemos iniciar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) -- Muito bem.

O SR. ROBERTO FREIRE – Acho que são pareceres alentados. Como vai haver pedido de vista, talvez pudéssemos iniciar a discussão – e aí é uma economia correta – depois da leitura que cada um fizesse.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Resumidamente. Eu vou saltar a maioria dos textos. Se o Plenário não se opuser, saltarei os textos que não forem medulares para o enfoque da matéria. Há muita coisa que tem uma posição ancilar, a menos que o Plenário entenda que não. É um parecer efetivamente longo. Posso deixá-lo de lado e fazer uma exposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, a maior parte dos membros não está presente. Seria mais produtivo, na sessão em que vai ser aberta a discussão, o relator ler o voto ou fazer o resumo do seu parecer. É mais produtivo, até porque a maior parte dos membros não se encontra mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O nobre Senador Josaphat Marinho sugere que se faça logo um pedido de vista coletivo hoje, sem prejuízo. Considerar-se-ia lido o parecer.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, sem embargo da sua ponderação, sugeriria que o relator lesse o final e declarasse lido o parecer, para efeito de registro. Cada relator faria assim, e seria considerado como lido e feito o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet para as suas ponderações.

O SR. RAMEZ TEBET – As ponderações dos Srs. Senadores Roberto Freire e Josaphat Marinho têm toda procedência. Realmente, esse princípio da economia processual é salutar, mas por outro lado, Sr. Presidente, acho muito importante que as comissões mantenham o que eu chamaria aqui – por falta de outra palavra que não me ocorre – de um ritual. Que se fizesse justiça ao trabalho exaustivo dos relatores da matéria; que não se abolisse, sob a alegação de que os pareceres foram distribuídos, o princípio da oralidade. Que os relatores e nós, em sendo distribuídos os relatórios, tenham sempre o respeito – e aqui não faço nenhuma crítica, apenas volto a afirmar que parto da premissa da necessidade da oralidade – de ouvir aqueles que exaustivamente trabalharam na matéria.

Eles é que devem decidir se devem ler o relatório por inteiro, se devem considerar o relatório eventualmente lido, se devem limitar a uma exposição oral, mas acho que nós devemos manter o ritual regimentalmente que existe em todas as comissões, principalmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem por dever principal analisar as premissas da constitucionalidade, da legalidade, e assim por diante.

Esse é o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Nessa linha mesmo, Senador Ramez Tebet, estava aqui complementando o Senador Josaphat Marinho, sem embargo e sem prejuízo, distribuído os relatórios faríamos, como sugeriu o Senador Roberto Freire, a leitura

da conclusão final e a oralidade se daria na hora que cada Senador pedisse ao relator que fizesse o esclarecimento quando fosse a discussão e a votação.

Todos estão unânimes que nós podemos fazer isso.

Estando todos de acordo, darei a palavra ao Senador José Ignácio Ferreira para fazer a sua conclusão, ao Senador Fernando Bezerra e ao Senador Hugo Napoleão, nesse sentido haveria o pedido de vista e todos nós estaríamos saindo daqui devidamente preparados para a próxima discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira para fazer as conclusões finais do seu parecer.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, farei a leitura da conclusão e o voto.

É um projeto que visa produzir a espinha dorsal de um novo cenário das telecomunicações do Brasil. Estamos saindo de uma realidade em que o Brasil tem um sistema monopolizado pela União Federal, e esta tem todo esse espectro de presença como poder concedente; poder regulador, fiscalizador, acionista majoritário e ainda operador.

O que acontece agora no Brasil é que vamos mudar isso, ou seja, modificar claramente essa fisionomia, alterar as coisas abrindo espaço à alteração, manter o poder concedente, o de regulação e o de fiscalização – é talvez o projeto de lei mais socialdemocrata deste Governo – e criar um coração para esse novo cenário, que é uma agência reguladora. Seguramente, nós que observamos as demais agências, estamos convencidos que essa agência reguladora tem muito mais autonomia, tem todo espaço que se poderia atingir sob o pálio da Constituição Federal do que as demais. Na verdade, é uma autarquia especial criando todas as condições para a autonomia dos membros do conselho diretor, mais um conselho deliberativo. E essa agência vai ser o coração do novo cenário de competição e de risco que se abre para as telecomunicações brasileiras. Há muito detalhe a ser observado, e nós poderíamos entrar nessas minudências, mas esse projeto poderá, na ocasião oportuna, ser melhor debatido.

O que nós queremos deixar claro que é um projeto – dentre os que conhecemos de países de primeiro mundo – concebido com a melhor inspiração. Só não se deu a agência que vai se chamar Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações – mais amplitude e mais autonomia do que foi atingido, que já é muito diante do que se pôde, só não se foi além porque a Constituição Federal não permitia que isso ocorresse. Não se criou condição para que se tivesse uma agência com mais autonomia ainda. O objetivo era esse, que não pôde ser atingido plenamente, por isso se tem agora a agência que é a melhor de todas as outras nos planos das infra-estruturas no Brasil, mas não é a agência com a qual sonhamos, mas seguramente não temos teto constitucional para chegar àquilo que seria o desiderato maior nosso.

De qualquer modo, Sr. Presidente, esse projeto que explicita uma forte preocupação com o social, cria condições para que o desenvolvimento do setor seja harmônico com as metas de desenvolvimento social do país, dispõe pela primeira vez sobre direitos e deveres do usuário, deveres do Poder Público, combate fortemente a cartelização do setor, abre o setor, estabelecendo condições para ampla transparência. Inclusive há um órgão na Agência Nacional de Telecomunicações, a biblioteca, que permite que toda documentação ali esteja e a ela possam ter acesso os interessados – isso é coisa inédita no Brasil -, divide os serviços de telecomunicações em públicos e privados, permitindo flexibilizações nessa classificação no passado recente – a telefonia celular já foi um serviço restrito, hoje é claramente um serviço de ampla presença pública – determina que toda concessão, permissão ou autorização seja sempre a título oneroso no Brasil. Daqui para a frente, nada mais é a título gratuito; cria um fundo de universalização das Telecomunicações, cria um fundo para o desenvolvimento tecnológico das Telecomunicações, estabelece a existência de plano geral de outorgas e também plano geral de metas. Uma coisa importante, cria uma grande planta compartilhada neste País, ou seja, a interconexão é obrigatória. Isso não existe, por exemplo, na área de ferrovias do Brasil, em que vemos um possível surgimento de pontos de excelência, mas sem interconexão nas rodovias também. Quer dizer, o que vamos ter na telecomunicação é a obrigatoriedade de interconexão já prevista na lei, que vai ser objeto de uma apreciação rigorosa pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Outro ponto importante, Sr. Presidente, é que essa agência vai ingerir sobre outras agências em setores de infra-estrutura; o petróleo, a ferrovia, as rodovias, as agências respectivas terão a presença hegemônica da Anatel. Por quê? Porque hoje – e tenho um exemplo no Espírito Santo muito claro – posteamento de uma companhia que hoje é privada, a ESCELSA cobra R$0,30 pelo uso de poste, para se colocar, ali, a fiação de cabo "opegedado"(**?**). Pois

bem, R$0,30 é o que cobra hoje, e faz o máximo de 80 mil postes. Agora, ela apresenta conta nova: um milhão de postes com essa conta nova; ela quer com essa conta nova que se cobre US$1 por poste e quer contar todos os postes e não mais o máximo de 80 mil. Quer dizer, então, que vamos ter é a presença da Anatel, dizendo não, na área de energia elétrica, dizendo não, na área de ferrovia, quando houver um obstáculo para se passar um cabo de fibra ótica no leito das ferrovias. Ou, um cabo de fibra ótica dentro dos dutos na área do petróleo.

Essa agência vai ter ingerência sobre esses setores outros da infra-estrutura, e esse é um ponto da maior importância, para que essas áreas de infra-estrutura do Brasil não criem obstáculos entre si e, sobretudo, à Telecomunicação que não vai ser obstada por óbices dessa natureza. Preserva o CPQD e o modelo de reestruturação e privatização será submetido à consulta pública. Quer dizer, o modelo de reestruturação e privatização no País, será submetido à consulta pública na hora própria.

Há várias outras questões, Sr. Presidente, a serem enfocadas. Termino, lendo apenas a parte final do meu voto:

"As transformações propostas pela nova Lei Geral de Telecomunicações são profundas, oportunas e inovadoras. O Código Brasileiro de Telecomunicações cumpriu o seu papel nos seus 35 anos de existência, resistindo mais até do que devia.

O projeto de lei define objetivos básicos de uma nova política para o setor: o fortalecimento do papel regulador do Estado, a eliminação do seu papel de empresário, a ampliação e a melhoria do provimento de serviço da sociedade, a eliminação de barreiras à participação de entidades e iniciativas privadas no provimento de Serviços de Telecomunicações em um ambiente competitivo, a promoção da transferência de ganhos de produtividade para a sociedade, o estabelecimento de estrutura e níveis tarifários que assegurem um adequado grau de financiamento do setor, observando os princípios da modicidade e justiça tarifária, e o estímulo a uma maior velocidade na absorção e introdução de novas tecnologias de serviços, em condições harmônicas com as metas de desenvolvimento social do País.

Em face do exposto, concluímos pela admissibilidade jurídica e constitucional da presente proposição e por sua adequação à boa técnica legislativa, considerando, ainda, a relevância das disposições nela apresentadas para o desenvolvimento das Telecomunicações de nosso País."

Portanto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 24, de 1997, nos termos em que foi aprovado, pela Egrégia Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Devo dizer aos eminentes Senadores que, de acordo com o Regimento Interno, lido o parecer, poderá ser pedida vista. O eminente Senador Josaphat Marinho antes de se retirar, declarou que requeria vista do parecer do eminente Senador Josaphat Marinho.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, da Comissão de Assuntos Econômicos, que foi a ordem de entrada para o seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, e demais membros das comissões que conjuntamente apreciam essa matéria, Srs. Relatores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Ignácio Ferreira, e da Infra-Estrutura, Senador Hugo Napoleão, antes de proceder qualquer palavra a respeito do parecer, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, Senador Levy Dias, queria fazer uma correção na sua afirmativa, com relação à data de entrada do projeto na Câmara.

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados, no dia 17 de agosto de 1995, pelo Deputado Renato Johnson, dois dias depois da promulgação da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Em 11/12/96, o Poder Executivo, através da Mensagem nº 1291/96, encaminhou ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2648/96, que somente após a apresentação do projeto do Governo é que o projeto de lei, efetivamente, começou a tramitar.

Em 26 de fevereiro de 1997 foi decidida a constituição de Comissão Especial, tendo sido designado Relator, Deputado Alberto Goldman. Apenas como uma correção porque, efetivamente, o projeto iniciou a discussão, agora, em fevereiro de 97 e não em 95.

Segundo, quero reconhecer a enorme competência dos Relatores nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Infra-Estrutura, evidentemente, com muito mais capacitação do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não apoiado.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Não tenho qualificações jurídicas, mas quero dizer que me dediquei intensamente a estudar o projeto, recuperei

as notas taquigráficas de todas as audiências concedidas na Câmara – e foram 23 -, eu posso citar uma por uma com as datas, porque tenho as notas de todas elas. Quero dizer que pelo papel que exerço, pela função que tenho de Presidente da Confederação Nacional da Indústria, acompanhamos esse projeto desde a Câmara. Há um conselho temático da CNI, assessorado por técnicos da Casa, que acompanham o projeto. Portanto, sinto-me informado, e em condições não com o brilhantismo dos demais Relatores, mas de apresentar um parecer. Não me preocupa, de maneira nenhuma, o meu voto vir a modificar o projeto ou não.

Acho que alguns Senadores se recordam, que fui Relator de uma matéria complexa, que foi a Lei de Patentes em que eu, simplesmente, emiti um parecer dentro do meu juízo que, na apreciação da matéria, sem a preocupação de que ela voltasse à Câmara. Foi bastante discutida e foi feito isso, a matéria, eu creio, é muito mais complexa do que essa, no meu ponto de vista, e em 30 dias fiz um parecer que foi discutido aqui e foi aprovado por imensa maioria, e depois na Câmara. Mesmo depois, os opositores ao projeto, recebi da maioria deles, cumprimentos, porque reconheceram, posteriormente, que estavam equivocados em muitos dos pontos em que a matéria foi discutida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA -Eu pediria um pequeno aparte.

O SR . FERNANDO BEZERRA -Pois não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Exª estudou a matéria, apresentou emendas, o Senado aprovou, voltou à Câmara, o mundo não se acabou, não aconteceu nada de mais, quer dizer, o Senado exercitou plenamente a prerrogativa. V. Exª está isento.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Eu gostaria de dizer a todos os Senadores, que se entender que é necessário fazer alguma modificação no projeto, não me sentirei inibido a fazê-lo, porque já tem o exemplo anterior de que fiz.

Por último, embora o Senador Roberto Freire tenha me dado explicações, quero dizer que não exerci nenhuma pressão para que esse projeto fosse apreciado em qualquer tempo. Eu gostaria de dizer também que é legítimo aos empresários exercerem pressões dos Poderes constituídos da nação, como fazem os trabalhadores e todos os segmentos da sociedade. Do entendimento de que as matérias, sobretudo as reformas constitucionais, são da maior importância para a geração de emprego e de renda para o País.

Creio que essa é uma matéria que é importante para a modernização do País e para a geração de empregos. O foco principal da minha análise são as preocupações e repercussões econômicas da matéria, pelo fato de ser esta a competência da Comissão de Assuntos Econômicos. O parecer foi distribuído, vamos ter oportunidade na próxima reunião apresentar de maneira resumida para o debate esse parecer, não quero cansá-los agora, o ponto de vista já esposado aqui pelo Senador José Ignácio Ferreira, acho que como preliminar é coincidente com os meus, de modo que desejo apenas concluir, dizendo que o meu voto é pela aprovação do projeto, como originário da Câmara. E o faço na convicção de que eu, pessoalmente, não tenho reparos a fazer sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão o parecer e o voto do eminente Senador Fernando Bezerra, que além de Relator é vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

Senador Levy Dias, eu gostaria de, antes de V. Exª usar da palavra, declarar que já pediram vista os eminentes Senadores Romeu Tuma e outros. A vista será concedida coletivamente.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, queria apenas reafirmar, Sr. Presidente, a confiança que tenho pelas relatorias. O Senador Fernando Bezerra apenas reforçou a minha tese. O projeto do Senador Fernando Bezerra começou a ser discutido em fevereiro na Câmara, mas chegou ao Senado há 9 dias. O projeto, portanto, ficou alguns meses na Câmara para que pudessem ser oferecidas emendas.

Quanto à necessidade das reformas, Senador Fernando Bezerra, eu tenho estudado esse assunto há muito mais tempo do que o Presidente da República. Éramos do Centrão na Constituinte. Se dependesse de nós, teria sido aberta a economia em 88, muito antes da queda do muro de Berlim. E V. Exª é testemunha disso.

Entendo a necessidade de fazer-se essa abertura pelo Brasil, mas muitos do que hoje estão no Governo pedindo que se abra a economia são os mesmos que a fecharam em 1988.

Apenas desejo que V. Exª tenha absoluta segurança da maneira como encaro esse assunto. A meu ver, a abertura da economia, há muitos anos, há quase

uma década, é importante para que o País se insira no mundo moderno, no processo de globalização.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Passo a palavra ao eminente Senador Hugo Napoleão, Relator da matéria na Comissão de Serviços e Infra-Estrutura.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, eu gostaria de consignar, à semelhança do que fez o Senador Fernando Bezerra, que fui Relator da Lei Mínima de Telecomunicações no ano próximo passado também na Comissão de Serviços e Infra-Estrutura, onde apresentei as emendas que julguei que, àquela época, poderiam servir de contribuição para aperfeiçoamento do projeto. Decerto foram rejeitadas, não por unanimidade, mas por maioria de votos. Não deixei de fazê-lo porque – e quero consignar também – entendo que devemos exercer na plenitude as nossas funções e sobretudo as nossas prerrogativas.

Procurarei, então, agora, em síntese, dizer dos pontos que considero principais no presente projeto de lei. Em primeiro lugar, abre-se, sem qualquer dúvida, à economia e ao setor privado a oportunidade de participar do espectro – se pudermos usar essa palavra – de telecomunicações, que é uma palavra muito usada para freqüências. Do espectro quero dizer do sentido geral mais amplo das telecomunicações do nosso País. Tanto assim que as teles, que poderão vir ser fundidas, agrupadas, divididas, seccionadas, privatizadas, terão, se requererem em tempo hábil, a prorrogação de sua respectiva concessão em título gratuito, não oneroso, até o ano de 2005 e daí por diante em título oneroso – ou seja, por vinte anos, dentro do espírito da própria lei.

Não obstante a abertura e a transferência para a iniciativa privada com reserva de iguais poderes para o Estado, este não deixa de, pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, manter a sua obrigatória capacidade e prerrogativa de normatização, de iniciativa de proposição de projetos de lei ou de decretos. Em outras palavras, não obstante a transferência para o órgão regulador – que é a grande novidade – e a transferência de grandes poderes, o Estado guarda para si, como deve ser, o sentido regulador, aquele sentido de estabelecer as diretrizes básicas.

E eu, que defendo a abertura da economia, penso que, simultaneamente, o Estado, que deve ser enxuto, não pode abrir mão dessas mesmas prerrogativas.

Outro ponto importante do projeto, além da questão salientada com o brilhantismo de sempre pelo Senador José Ignácio Ferreira, é a nitidez com que o projeto define concessão, permissão e autorização. Estão nitidamente caracterizadas não só as razões que vão dar início às suas respectivas vigências mas também os motivos que geram a sua cessação, caducidade ou o término dos seus respectivos prazos. Isso está muito nítido, e ficou mais fácil. Quando exerci as elevadas funções de Ministro de Estado das Comunicações, deparei-me com uma verdadeira guerra intestina no setor entre os estatizantes exagerados e os liberalizantes também exagerados, cada um, à sua vez, defendendo seus pontos de vista.

Havia uma ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto nº 177, que regulava o serviço público restrito, junto ao Supremo Tribunal Federal, que demorou muito e só veio realmente ser julgada depois que nós, no Congresso Nacional, mais especificamente no Senado Federal, aprovamos a chamada PEC das Telecomunicações. Lembro-me da quantidade imensa, quase que incomensurável, de mandados de segurança e de liminares que eram concedidas contra o Poder Executivo ou contra o então Ministro das Comunicações e que realmente embotavam, embaraçavam o processo que hoje já está mais claro diante daquele destino que é buscado pela humanidade – vejamos a queda do muro de Berlim.

Outro ponto que me parece fundamental é a eficiência do Sistema Telebrás ou Embratel. Por exemplo, a economia dos combustíveis dos satélites brasileiros de primeira geração, do Brasilsat A1 e A2, antes do lançamento a partir de Kourou, na Guiana Francesa, dos satélites de segunda geração do Brasilsat B2 e B1, que hoje estão regendo boa parte das telecomunicações de que o Brasil dispõe, independentemente, é claro, da filiação aos Sistemas Inasat ou Intelsat ou a outros a que o Brasil venha a se filiar, como, porventura, o Projeto Iridium e outros. Portanto, a Embratel, assim como a Telebrás, cumpriu efetivamente com aqueles desígnios para os quais havia sido fundada. Mas essas duas grandes instituições esbarraram em quê? Qual foi o grande problema? Por que a necessidade das privatizações no nosso País?

Primeiro, não obstante o trabalho eficiente do Sistema Telebrás, não obstante o trabalho da Telebrás e da Embratel, não conseguimos dar resposta, pelo menos social, aos desmandos e reclamos da sociedade.

O número de telefones por 100 habitantes no nosso País é ínfimo. Eu não diria que é dos menores

no planeta, mas é dos menores daqueles países onde o índice deveria ser maior. Não quero os 68% da Suécia, os 56% dos Estados Unidos, mas ficar em níveis que ainda há pouco tempo estavam abaixo de dez telefones por 100 habitantes, para um País como o Brasil, é um absurdo. Então, o Estado, por melhor que tenha sido, não conseguiu efetivamente repassar à sociedade os benefícios para os quais estaria destinado. Também não queremos que o índice seja de um telefone para cada habitante. Não é isso. Mas os índices no Brasil poderiam ser melhores.

Segundo, as melhores publicações consideram que, efetivamente, há necessidade de investimentos da ordem de 1,5% do PIB de cada ano no setor de telecomunicações. E o Brasil, até 1994, o ano que antecedeu a PEC das Telecomunicações, vinha aplicando menos da metade disso. Nosso PIB estava, naquela época, na casa dos US$700 bilhões, e as aplicações que deveriam ser de US$7 bilhões foram de US$3 bilhões a US$3,2 bilhões. Agora melhorou, mas está longe do ideal.

Essas são algumas das razões que levam à liberalização.

Concluo com duas observações. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Relatores, a primeira das observações que eu faria era a de que, no atual sistema, o liberalismo em si, como diz muito bem Celso Lafer em seu primoroso livro **Ensaios e Idéias Liberais**, o liberalismo em si, na sua essência de visão do poder político, do poder religioso, do poder executivo e do poder econômico, é, enfim, o desligamento um do outro. O poder político, poder executivo perde o monopólio, que se transfere à sociedade. E Marco Maciel, que é uma espécie de ideólogo do meu Partido, não deixa de consignar que o fundamental para a economia é a liberdade: a liberdade de associação, a liberdade de transmissão de idéias, o pluralismo dessas mesmas idéias.

E esse projeto de lei, que vem da Câmara dos Deputados, reflete com muito realismo a atualidade brasileira, a atualidade, por que não dizer, internacional, nos aspectos internacionais que também são abordados aqui, mas reflete com nitidez e clareza a necessidade de entrarmos nesse novo tempo, nessa nova aurora, porque as comunicações vão ser céleres, Srs. Presidentes. As comunicações andam, enquanto estamos conversando, discutindo, a cada minuto. A propósito, o nosso grande CPQD da Telebrás está elaborando, – lembrou-me um dia desses o Senador Beni Veras -, a questão das Centrais Trópicos, das fibras ópticas, e assim por diante.

Nada mais devo dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nessa síntese que procurei fazer a menor possível, para assegurar-lhes de que estou de acordo, consciente, após ter ouvido assessorias, o Ministro das Comunicações, setores e segmentos, advogados contrários; após haver auscultado o meu melhor entendimento, pessoal, com franqueza, sinceridade. E esse é o meu voto favorável ao projeto de lei da Câmara, nos termos em que foi aprovado naquela Casa do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ELCIO ALVARES – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª pede vista?

A Presidência vai decidir os pedidos de vista que foram feitos aqui de forma conjunta, tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Infra-estrutura.

Entende a Presidência – e já consultou os demais Presidentes – que, dentro do Regimento, deverá ser dada vista máxima, portanto, vista de cinco dias. Ficará, desde logo, convocada reunião para discutirmos a matéria na próxima terça-feira. (Pausa.)

V. Exª quer falar sobre a matéria?

Lembrem-se de que amanhã, às 10 horas, teremos duas audiências e a terceira pendente porque o Senador José Eduardo Dutra ainda está entrando em tratativa com o Dr. Gaspar Viana.

Tem V. Exª a palavra. A seguir, concedo a palavra ao Senador José Fogaça e, depois, ao Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, vou fazer uma correção. Se a vista é por cinco dias, então a reunião será na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, sendo hoje quarta-feira, pelo Código de Processo Civil, que suplementa, exclui-se o dia de hoje e começa a contar de amanhã – quinta, sexta, sábado, domingo e segunda-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas o Regimento fala que os prazos são dias úteis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em verdade, se excluirmos o sábado e domingo, teremos exatamente a terça-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, quinta, sexta, segunda, terça, quarta somam cinco dias. O Regimento fala em dias úteis, a partir

da Resolução que modificou os prazos de tramitação. Então, será na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Marquei para terça, porque – e devo dizer a V. Exª, Senador José Eduardo Dutra – a partir de quarta-feira, este seu amigo estará ausentando-se de Brasília, com licença para tratar de interesse particular, sem receber nenhum centavo dos cofres do Senado.

Portanto, se discutir na terça-feira, ou até quarta-feira, V. Exªs contarão com a minha colaboração; a seguir, serei substituído pelo Senador Ramez Tebet.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de objetar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra para contraditar.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, dentro do contexto que estamos trabalhando, já consultando os vários Líderes – exceção feita, obviamente, ao Líder da Oposição -, gostaríamos de pedir a V. Exª, em virtude da mecânica de colocação da matéria em pauta, que votássemos a matéria na terça-feira.

Perguntaria aos nobres Relatores se estão em condições de votar na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Há uma outra circunstância que não queria revelar. O eminente Senador Fernando Bezerra, que é Relator da matéria, tem que comparecer a um casamento na terça-feira. S. Exª vai sair de avião de Natal para cá. Faria um apelo ao eminente Senador José Eduardo Dutra para discutirmos na terça-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - A diferença de um dia é irrelevante. Não sei por que o Governo faz tanta questão desse "um dia".

Mas quero ser coerente com o requerimento que aprovamos. Como anunciei quando da aprovação, o Dr. Gaspar Viana não mora em Brasília, ao contrário do Ministro Sérgio Motta e ao contrário do Deputado Alberto Goldman.

A minha assessoria já está entrando em contato com o Dr. Gaspar Viana, para examinar a possibilidade da sua vinda amanhã. Se isso não for possível, quero que a terça-feira seja reservada para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Poderemos fazer a reunião na terça-feira das 9 horas às 11 horas. Em seguida, discutiremos.

Estão todos de acordo?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não estou de acordo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – S. Exª rendeu-se.

Pediria atenção para o Senador José Fogaça e o Senador Levy Dias.

Tem a palavra o Senador José Fogaça. Em seguida, concedê-la-ei ao Senador Levy Dias.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Quero registrar, Sr. Presidente, que acabei de entrar em contato com o Deputado Alberto Goldman e confirmei com S. Exª a próxima quinta-feira. Quero saber de V. Exª se deveremos, na terça-feira, pela manhã, votar esta matéria. Se não for assim definido, por razões de ordem pessoal, não estarei em Brasília na terça-feira pela manhã. Para mim é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência faz um apelo a V. Exª que esteja na terça-feira, às 10 horas, aqui, para votarmos a matéria de acordo com o combinado entre Relatores e Líderes e com a abstenção desfavorável do eminente Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Havendo, muitas vezes, compromissos segunda-feira à noite, no Estado de origem, é difícil o Senador que mora no Rio Grande do Sul estar aqui terça-feira pela manhã. Terei que cancelar esses compromissos para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência faz o registro e agradece a V. Exª.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para explorar um pouco o Senador Hugo Napoleão. S. Exª foi nosso Ministro das Comunicações, por sinal um Ministro de grande destaque no nosso País, com conhecimento vasto dessa matéria, e está tão embalado nessa síntese que não quero perder a oportunidade de questioná-lo hoje.

Gostaria, Senador Hugo Napoleão, que V. Exª nos brindasse com seus conhecimentos sobre o que tem acontecido nos investimentos em telecomunicações no Brasil, nos últimos cinco ou oito anos. Deixamos de investir em setores básicos em nosso País. Não investimos em rodovias, em ferrovias, em hidrovias e, parece-me, investimos pouco em telecomunicações. Queria que V. Exª fizesse rapidamente um retrospecto sobre esses investimentos, naturalmente se concentrando nas telecomunicações. Isso na área macro.

Queria sair um pouco da área macro – V. Exª conduziu o seu raciocínio naturalmente pela área macro – para perguntar a V. Exª: o **Jornal Nacional** de ontem à noite disse que apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro o déficit de telefone passa de um milhão de linhas e que essas mudanças que estamos fazendo hoje só terão reflexo daqui a dois anos, porque, primeiramente, teremos de...

O SR. HUGO NAPOLEÃO – O Senador José Ignácio pode ajudar muito nessa pergunta, porque

foi Presidente da Telebrás e tem conhecimento profundo do setor. Posso falar uma parte e S. Exª, outra.

O SR. LEVY DIAS – Quando o Senador José Ignácio se aproximou de V. Exª, entendi que o raciocínio era esse porque S. Exª foi Presidente da Telebrás e poderá falar dessa parte.

Quero chegar a um ponto básico. Se no Rio e em São Paulo vamos levar dois anos para ter o reflexo do trabalho de hoje, pergunto como fica o meu Mato Grosso do Sul. Por quê? Porque a empresa que venceu a licitação da Banda B na região que envolve o Mato Grosso do Sul, o Centro-Oeste, naturalmente vai pegar primeiro Brasília, depois Goiânia, e assim sucessivamente. Como ficaremos no Mato Grosso do Sul, que é um Estado grande, que tem evoluído muito? A telefonia celular rural ajudou muito o Estado.

Não quero que V. Exª perca o embalo, porque fez uma síntese que me encheu de orgulho ao ouvi-lo. V. Exª sabe que sou suspeito porque sou um fã de sua cultura, de sua experiência, de seu trabalho, mas gostaria que fizesse essas duas colocações muito importantes para nós esta manhã.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Agradeço a contribuição do eminente Senador Levy Dias e as referências atenciosas que me dispensou. Talvez cometesse novamente o mesmo crime de dar a resposta macro, porque o Senador José Ignácio tem uma explicação direcionada sobre a questão micro, que interessa de perto a V. Exª, que é a questão das PECs, que S. Exª vai sintetizar para atender aos objetivos de V. Exª.

De uma maneira geral, estamos a dever. V. Exª se referiu, por exemplo, à questão da telefonia rural. Eu diria também dos chamados, hoje, na linguagem brasileira de orelhões, dos TPs, como chamado pelo Sistema Telebrás, os telefones públicos, que estamos a dever e muito. Precisamos realmente notar que o período que antecedeu à abertura proposta na PEC de 1995 foi uma abertura indiscutivelmente nova para o setor, e que vai atrair mais investimentos pelas razões a que eu mesmo aludi de falta de investimentos nos níveis necessários para desenvolver programas. Talvez nunca consigamos atingir na integridade e atender a todas as finalidades, mas estou certo de que o Poder Público, com o concurso da iniciativa privada, nos moldes em que o projeto traz, vai ajudar a solucionar a matéria de investimentos que vem aumentando **pari passu**, sobretudo depois da aprovação da proposta de emenda constitucional, já atingindo, talvez, a um ponto alguma coisa do PIB, um ponto vírgula, talvez, vinte e três, algo em torno desse assunto, já está a caminho do ideal. Então melhorou, não atingiu o ideal, mas já é o reflexo dessa situação da PEC. Pediria, então, para agora entrar concretamente no assunto da nossa sempre respeitada instituição Telemis e que o nosso Senador José Ignácio pudesse dizer aquilo que ia começando a sugerir que eu mesmo dissesse. Com os meus agradecimentos.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Obrigado, Senador Hugo Napoleão. Respondo ao eminente Senador Levy Dias. Na verdade, em 1991, era o que mais se falava, os chamados PECs, que são planos de expansão. Vendeu, vendeu, vendeu e não podia entregar. Então formavam-se filas, passeatas. O objetivo maior da Telebrás, a partir dali, abril de 1991 para frente, foi o de acabar com os PECs, e realmente os tais planos de expansão foram todos atendidos. Eram prioridade absoluta, inclusive no seu Estado. Quer dizer, resolveu tudo, zeramos os PECs, inclusive chegou-se perto de zero nos grandes centros – São Paulo e Rio. Ocorre que, no Rio de Janeiro, uma situação muito peculiar, foram feitas vendas a mais nos planos de expansão e há um débito expressivo de PECs, telefones não entregues. Esses problemas estão sendo solucionados com o chamado telefone virtual, estão dando uma caixa postal eletrônica no Rio de Janeiro. Isso não é solução. Esta virá da seguinte maneira: primeiro, com a própria abertura do setor; segundo, com a questão da telefonia celular que se está ampliando fortemente agora com a Banda "B". Inclusive, hoje já se assina o primeiro contrato da Banda "B". Importante é salientar que, ao se fazer a abertura da Banda "B" para privatização, estamos também preparando a Banda "A", que é a Banda das teles, ou seja, o que vai acontecer é que, por orientação do Ministro Sérgio Motta, a tecnologia analógica vai sair, a tecnologia digital vai entrar forte com os sistemas mais modernos existentes. Ou seja, no estado da arte hoje no planeta, que são os CDMA e, muito mais, o TDNA, que vem aí com força total, a partir do princípio de que os privados vão entrar com o melhor e as teles vão ser aparelhadas para enfrentar os privados. Quer dizer, no fim do ano, vai entrar a Banda "B" em funcionamento, digamos, e vai ter a Banda "A" já digitalizada com todas as condições para competir com a Banda "B". Seria um crime se não fosse assim, e o Ministro Sérgio Motta está preparando as estatais, as teles todas para enfrentar antes do passo seguinte, que será a privatização.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Pois não.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Penso que esse ponto levantado pelo Senador Levy Dias deveria ser acentuado no sentido da urgência e da necessidade de aprovarmos o projeto que está tramitando, porque ele cria condições obrigatórias de universalização dos serviços. Para uma empresa ganhar uma concorrência, tem que universalizar, tem que cumprir uma cláusula de universalização...

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Que nunca houve.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Que nunca houve e que não há hoje. Então, a aprovação do projeto que estamos aqui discutindo é que vai determinar isto que defende o Senador Levy Dias: que regiões como a de S. Exª e outras sejam também atingidas. Ou seja, não haverá mais possibilidade de uma empresa ficar investindo e explorando apenas uma área altamente lucrativa e concentrada, mas ela, para ganhar a concorrência, tem que assumir compromissos constantes de contrato, uma cláusula de universalização, sem o que ela, primeiro, não ganha a concorrência e, depois, não cumprindo isso no exercício dessa concessão, perde a concessão que lhe é subtraída pelo órgão regulador. Isso é, primeiro, causa e fator para votarmos rapidamente, se possível, esse projeto.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Eu só termino dizendo o seguinte: diferentemente do gás, da água e da energia, a telecomunicação, por exemplo, não pode ser racionada. Mando um pouco para lá, um pouco para cá; com a energia, o gás e a água se fazem assim. O que está acontecendo conosco é que, com o aquecimento da economia, vamos ter problemas energéticos, vamos ter problemas de estradas, vamos ter problemas de gás, enfim nas matrizes energéticas diversas etc e tal. E não há como se enfrentar o problema de telecomunicação, podemos enfrentar até, o que é gravíssimo, o problema enérgico, por exemplo. Reduz-se o envio para uma área menos industrializada, mas na telecomunicação não. E por quê? Porque não há controle na ponta do usuário sobre a ação dele. Quanto mais colapso houver na telecomunicação, mais colapso ainda haverá, porque, na ponta do usuário, ele fica forçando a obtenção de sinal, e o colapso é total. De maneira que é o primeiro dos setores de infra-estrutura que deve merecer a nossa atenção porque não se pode racionalizar e distribuir racionalmente para esse ou para aquele lugar.

O SR. LEVY DIAS – Só quero concluir, Sr. Presidente, para agradecer aos Senadores Hugo Napoleão, José Ignácio e Fernando Bezerra, e dizer que se votarmos na terça-feira a matéria, o Senado terá votado a lei das teles em dezesseis dias, é motivo para agradecimento do Senhor Presidente da República, e não de crítica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Apenas para dois registros.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O primeiro registro é que a tecnologia digital na telefonia celular...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pediria a atenção para o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Meu registro é que a tecnologia digital na telefonia celular já existe no Brasil na Telefônica de Londrina que foi introduzida na gestão do Partido dos Trabalhadores. O segundo registro, até para efeito filigrama regimental, é que a vista foi concedida por quatro dias e não por cinco...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência vai retificar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – ...porque foi votado na terça e a intenção do Governo é evidente, aprova na Comissão na terça-feira, aprova requerimento de urgência no plenário na própria terça e vota a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está retificado.

A Presidência quer apenas fazer um registro final antes da saída do Senador José Eduardo Dutra porque a fez aos ouvidos do Senador Fernando Bezerra. Nem sempre o Parlamento merece os elogios porque ele é nivelado a todos. É que ficaram alguns heróis até o final desta reunião, e a Presidência não poderia deixar de registrar esse ato heróico. Acontece que, amanhã, quando for feita a nivelação pela imprensa não se dirá que aqui ficaram os heróicos; vão dizer que o Senado estava vazio.

Ao convidar V. Exª para a reunião de amanhã, às 10 horas e depois para terça-feira também às 10 horas, agradeço a presença dos eminentes relatores e peço a S. Exªs, ao Relator Fernando Bezerra, ao Relator Hugo Napoleão e ao Relator José Ignácio, a imprensa está aguardando, a **TV Senado** e o **Jornal do Senado** para uma entrevista com os três relatores.

Peço a S. Exªs que aguardem para esclarecimento, porque está havendo um número muito grande de telefonemas daqueles que sintonizam a **TV Senado** e a sua rádio para esse esclarecimento.

Senador Bello Parga com a palavra.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, conquanto considero elogio ser classificado como um ato de heroísmo, quero deixar registrado que considero isso um ato de obrigação dos Senadores que aqui estão prestando atenção às reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado. A Presidência corrige heroísmo para obrigação para todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h40min.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 2ª Reunião das Comissões de cOnstituição Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e Serviços de Infra-Estrutura, da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada conjuntamente em 03 de julho de 1997, às dez horas e vinte e cinco minutos.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia três de julho de mil novecentos e noventa e sete, na sala número três da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Bernardo Cabral com a presença dos Senhores Senadores Bernardo Cabral, Antonio Carlos Valadares, Valmir Campelo, Jefferson Peres, Epitácio Cafeteira, Freitas Neto, José Eduardo Dutra, Osmar Dias, José Fogaça, Elcio Alvares, Sérgio Machado, Ney Suassuna, Hugo Napoleão, Gerson Camata, José Roberto Arruda, Regina Assumpção, Lúcio Alcântara, Levy Dias, Ernandes Amorim, Roberto Freire, Lauro Campos, Francelino Pereira, Marluce Pinto, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Pedro Simon, Vilson Kleinübing, Ramez Tebet, Beni Veras, José Serra, Esperidião Amin, Mauro Miranda, Eduardo Suplicy e Fernando Bezerra, reúnem-se as Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-estrutura, com a finalidade de ouvir exposições dos Senhores Sérgio Motta, Ministro das Comunicações, Gaspar Vianna, Advogado com especialização em legislação de telecomunicações e do Deputado Alberto Goldman, relator da matéria na Câmara dos Deputados; objetivando a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 24/97 que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/97. Segue a integra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes a presente Ata que, lida e aprovada, vai à publicação no Diário do Senado Federal. – Senador **Bernardo Cabral,** Presidente (ART. 113 do RISF)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está aberta a segunda reunião da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, cuja pauta é a exposição do eminente Ministro Sérgio Motta, titular da Pasta das Comunicações, do Deputado Alberto Goldman, Relator na Câmara do Projeto de Lei nº 24/97, e do Dr. Gaspar Viana.

O Ministro Sérgio Motta e o Dr. Gaspar Viana foram convidados mediante requerimento de autoria do Senador José Eduardo Dutra. O Dr. Alberto Goldman por indicação do Senador José Fogaça.

A Presidência quer registrar a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, que dá a medida da importância desta reunião, integrada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, esta última presidida pelo Senador Freitas Neto, sentado à direita do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães. Também se encontra presente o Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, o eminente Senador Fernando Bezerra, sentado à esquerda do Ministro Sérgio Motta.

Ministro Sérgio Motta, a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e creio interpretar também o pensamento das demais Comissões – quer agradecer de público a forma célere com que V. Exª aceitou o convite para aqui estar e poder fazer uma exposição seguida das perguntas que serão feitas pelos eminentes Senadores, com vistas a esclarecer – se ainda há alguma coisa a ser esclarecida – o Projeto de Lei nº 24/97 acerca da quebra do monopólio das telecomunicações.

Concedo a palavra ao eminente Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral, e aos Srs. Relatores, Senador José Ignácio, Senador Fernando

Bezerra e Senador Hugo Napoleão, bem como – e até deixei para o final – queria agradecer a presença do meu amigo, Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, o que muito me prestigia.

Eu gostaria, primeiramente – e vou tentar abreviar o máximo possível -, de fazer algumas colocações que são essenciais para a compreensão do referido projeto. Inicialmente, gostaria de dar uma rápida pincelada no cenário geral, dizendo que vivemos um momento privilegiado do País, no qual as telecomunicações têm um papel essencial, haja vista que, hoje, além de haverem superado em muito o petróleo e os seguros como os grandes negócios do mundo, as telecomunicações são um braço alavancador de qualquer processo de desenvolvimento. Estamos no limiar de um novo século, e os países que perderem a corrida pelo controle da tecnologia na área de telecomunicações correm o risco de, no novo desenho mundial da correlação de forças a que assistimos hoje, perder posição. Isso é inevitável.

A tecnologia avança com muita velocidade, e temos, à luz do que vou dizer aqui, de bater recordes. Enquanto alguns processos demoraram anos – o da **British Telecom** demorou 12 anos e não estabeleceu a privatização, a competição, de vez que naquele país ainda 80% é da **British Telecom**; a Austrália demorou dez anos; e alguns países europeus estão até com atrasos -, nós, de nossa parte, estamos fazendo aqui um projeto ousado para fazer isso em quatro ou cinco anos, visto que não temos tempo em termos de ritmo tecnológico, senão vamos ficar para trás.

Fizemos isso, obviamente, como V. Exªs verão, apoiados na experiência e nos erros dos outros países. Todas as equipes do Ministério percorreram o mundo inteiro. E isso se dá em um cenário nacional – sobre o qual não quero me deter, porque não é objeto da palestra – muito favorável. Primeiro, porque temos um Congresso Nacional – e falo isso não para fazer média, mas porque falo sistematicamente em todos os lugares onde vou – que é legítimo, que foi eleito pelo povo dentro das regras políticas atuais. E esse Congresso teve, tirando as fases de elaboração constitucional, a meu ver, a maior produção da sua história.

Em relação ao projeto de construção de um novo Estado, que afeta a área de telecomunicações, houve uma aprovação integral de todas as emendas constitucionais já nos primeiros seis meses. Até sou daqueles que compartilham da tese de que houve, inclusive de nossa parte, do Executivo, uma certa morosidade. Se tivéssemos acelerado um pouco mais a apresentação das outras reformas, talvez já as tivéssemos hoje aprovadas.

Estamos vivendo um momento em que todas as reformas estão aprovadas, a regulamentação está feita, o setor elétrico também vai complementar o processo, bem como o setor de transportes, e um Senado em vias de se manifestar sobre as outras reformas essenciais, quais sejam: a administrativa, a tributária e a previdenciária.

Então, na realidade, é um momento fundamental de transição do Brasil para um novo Estado. Poucas pessoas às vezes percebem esse momento. A meu ver, inclusive, vivemos um momento privilegiado; é um privilégio para legisladores, executivos ou políticos em geral estarem vivendo este momento de extrema criação. Sou das pessoas bastante otimistas.

Além disso, no panorama geral, vivemos um Governo que tem a legitimidade do voto de mais de 36 milhões de pessoas, aliado a um contexto criado pelas três diretrizes às quais ele se impôs, quais sejam: primeiro, a restauração da ética e da moral na gestão pública é integral. V. Exªs não vêem uma denúncia sequer. Para se ter uma idéia, a Banda B, que vou citar rapidamente, é, a meu ver, a maior concorrência já feita no País, maior que o acordo nuclear. Assinamos ontem o contrato da primeira área, e não há nenhuma dúvida. As dúvidas, se surgiram, deveram-se ao fato de que, pela primeira vez, um sabia realmente a proposta financeira do outro. Não se cartelizou, e hoje, aliás, darei o despacho final da Banda B.

Além da restauração da ética e da moral na gestão da coisa pública, o cenário econômico, sobre o qual não vou me estender porque já fartamente exposto, é de estabilidade total, com recursos plenos para se fazer política monetária e fiscal nos próximos dois ou três anos. Existem problemas que têm que ser resolvidos nesse período, entre eles o problema do saldo da Balança Comercial. Todavia, principalmente nisso, a fonte da solução está na implantação do novo ciclo de produção que procuramos desenvolver no Brasil, o qual vai gerar receitas de exportação a curto prazo, mesmo na área de telecomunicações.

Posso citar como exemplo, rapidamente, que existe uma política de financiamentos pelo BNDES, de alíquota zero, que foi aprovada há cerca de 20 dias, ao ensejo da qual já temos mais de dez projetos apresentados àquele Banco de desenvolvimento para a implantação de indústrias, aqui no Brasil, no

setor de telecomunicações, algumas delas com o objetivo, inclusive, de exportar – empresas americanas – para os Estados Unidos.

A nossa idéia é a de fixar um novo modelo no mercado, controlado por agências reguladoras, com forte participação privada, mas que induza a um modelo que leve à produção interna e à valorização do pessoal nacional.

A terceira diretriz é o compromisso com as reformas, que, como acabei de dizer, tem sido perseguida à exaustão pelo Congresso e pelo Executivo, com alguns erros como os que citei aqui, que são naturais. Todavia, hoje, o Congresso já deu todos os elementos necessários à construção de um novo Estado, porque o que está faltando – as reformas previdenciária, administrativa e tributária – está na linha da política fiscal, do ajuste fiscal do Estado.

Contudo, quanto ao ajuste da estrutura do Estado, será desculpa do Executivo se não o fizer. E por quê? Porque, na realidade, hoje, por exemplo, com a Lei Geral de Telecomunicações, se vier a ser aprovada no Congresso, já teremos todos os elementos de construção desse novo Estado e o seu papel. Qual é o Estado? É um Estado que não é nem fraco, nem forte; é um Estado que se afasta totalmente do seu papel de patrão e de produtor, que traga vigorosos capitais privados para explorar os recursos naturais, mas controlados por agências reguladoras.

Direi mais: num cenário anterior, os recursos naturais eram explorados e não beneficiavam o povo. Com esse novo modelo, beneficiarão. Por exemplo, a radiodifusão tinha taxas de exploração de freqüência baixíssimas. Nas telecomunicações, apuramos, na área assinada ontem, 25% a mais de ágio pela licença em um local onde não houve competição. E existe uma proposta de 25.7% ou 27% de redução da cesta básica de tarifa. Apenas no contrato, já houve uma redução de quase 27% das tarifas, o que prova que só a competição leva a isso.

Dentro desse cenário, eu gostaria de dizer rapidamente que as telecomunicações possuem hoje todos os instrumentos, a partir da aprovação da lei. E gostaria de fazer uma retrospectiva do setor. O sistema Telebrás tem 27 operadores estaduais, a Embratel e mais quatro operadoras independentes, que é a CRT, do Rio Grande do Sul, a Sercomtel, a Sertep e a CTBC, que são três municipais e uma estadual, que, na configuração do sistema, ficaram com as concessões, num total de 16.5 milhões de terminais fixos instalados em 1996, o que é equivalente à décima-primeira planta do mundo. Se juntarmos o México e a Argentina são menores que a do Brasil. Mais do que isso, a soma das dez maiores plantas da América Latina é de 137%, ou seja, apenas 37% maior do que a planta brasileira. Isso dá uma idéia da complexidade e do papel geoestratégico que quero citar a seguir. Não existe nenhuma intenção xenófoba, até porque costumo dizer que, se ser xenófobo é defender o interesse do País, sou xenófobo.

Existe uma função já estratégica. Os resultados do sistema Telebrás estão aí. Na realidade, tivemos receitas de 10.4. O lucro líquido, hoje, é de 3.3. E se tomarmos...

O SR. *(Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO MOTTA - Sei. Aqui é a receita global. Mas estou pegando o lucro líquido. Se observarmos os resultados até maio, que já foram inclusive publicados, há uma expectativa excepcional para o sistema Telebrás. O que prova que uma cessão competente sempre melhora.

Bem, existe uma composição de receita, que é interessante para que se possa observar como é importante a telefonia fixa: 78% são fixos, e celular, 18%. Esse é um fenômeno que está acontecendo no mundo, porque o celular deveria ocupar uma faixa de renda da população, mas, na verdade, acabou se proliferando. É algo cultural. A idéia era o **page**, que é o bip, ser usado – a R$30 por mês – para um nível de renda e para um nível de atividade; o celular, para coisas mais rápidas; e a telefonia fixa... Mas está havendo uma inversão. Tanto é que, hoje, o desenvolvimento do **wireless local loop**, que é um telefone celular fixo para áreas inclusive rurais, é brutal.

Na realidade, aí está a posição da receita. Pode passar adiante. E pode ser vista aqui também a posição da receita da Embratel, como tem importância também. Bem, vamos passar.

Vou citar alguns números. A Telesp deu R$800 milhões, a Embratel, R$400 milhões. Até a Telesp, como costumo brincar, deu um lucro de R$64 milhões. Em relação aos dados físicos do sistema, tivemos a planta de 1994 para 1995... Veja, partimos de 12 para 14,9 milhões. E o PAS, que vou citar a seguir, que é um programa de investimento, tem uma previsão de chegar a 24 milhões. Vou passar para a frente.

E vejam que o celular, que em 1994 eram 600 mil, foi a 1.3, 2.5.

Já liberamos o sistema de Banda A a 6.8, entre instalados, em construção e contratados, até o final do próximo ano, e já liberamos também a digitalização da Banda A para não degradá-la, a fim de que

se possa estabelecer a competição. Mas a previsão para o ano 2000 foi a 15 milhões. É uma loucura! Isso explica por que fizemos uma concorrência de Banda B com a participação dos maiores operadores do mundo, os maiores.

Recebi telefonemas de diversos ministros da Argentina, do Chile. Eles não conseguiram em seus países. Lá a área geográfica foi dividida, fazendo-se um monopólio privado. Nós, aqui, conseguimos estabelecer um cenário de extrema competição.

Temos aqui diversas pessoas, o ex-Ministro Hugo Napoleão, o ex-Ministro Antonio Carlos Magalhães, se me permite, o Senador José Ignácio, que foi Presidente da Telebrás, e outros que conhecem a área e sabem o que significa o valor dessa concorrência.

Temos outro dado, como o telefone de uso público. Isso é fundamental! Os senhores verão, quando eu falar da lei, que ela tem cláusulas sociais e compromisso de universalização. Um dos compromissos é o de que, até 2001, num raio de 300m em áreas urbanas, qualquer cidadão brasileiro possa ter acesso a serviço de telecomunicações. Porque vou aprovar agora a planta de telecomunicações, que é extremamente elitizada, não atende à população. É uma ficção.

É um grande projeto de expansão, que chega a 1.400.000, como os senhores poderão ver à frente. E por localidades atendidas. Veja a potência: são vinte e uma mil localidades.

A densidade. Esse é um número perigoso, o da densidade de telefones por 100 habitantes. Pois, em um país como o Brasil, com a rarefação demográfica, não dá. Mas, em todo caso, é indicador de que estamos avançando.

Outra: famílias atendidas. Aqui, toda a imagem que se tem, quando há um debate político, é a de que a planta de telecomunicações defende os interesses do povo. E ela não defende os interesses do povo. Se tomarmos as seguintes classes de renda: A, acima de R$3 mil; B, entre R$2 mil e R$3 mil; e C, abaixo de R$2 mil, ou seja, as classes de renda acima de R$1 mil, o que é um privilégio no Brasil, 97% dos serviços de telecomunicações estão nessas faixas de renda. A planta da Telebrás é elitista. Não é uma planta que atende ao interesse da coletividade do País. Por isso estranho quando alguém defende a corporação e a Telebrás, porque está defendendo a elite e não está defendendo o povo. É uma contradição estranha, mas é a verdade. Na realidade, esse cenário é que precisamos mudar.

Composição. Outro dado interessante, que poucos têm idéia – eu mesmo, no começo, me assustei -, é que, se consultarmos o capital integral, temos apenas 50.04; dos quais 38 são, na realidade, diversos. Do capital votante, a União tem 21. Desculpem-me, inverti: do capital votante, tem 50.04, está no limite e controla por isso. Do capital total, temos a União, que tem apenas 21.45. As estrangeiras – e já existe uma série de empresas estrangeiras – detêm 40%. E, no vermelho, outros.

Para que os senhores tenham uma idéia, a Telebrás já tem 5 milhões de acionistas. É diferente da Eletrobrás, que é propriedade do Estado. Temos 5 milhões, dos quais 40% são investidores, empresas estrangeiras, fundos de investimento. Hoje já é assim. Tanto é que para o processo de privatização estamos discutindo é a venda do controle estratégico. Por isso, inclusive, acabamos com esse autofinanciamento. Ele foi importante porque, em certa época, não havia recursos para investir, mas foi um desastre porque, primeiro, acho que não cabe ao povo pagar pelo telefone. O telefone não deve ser um bem patrimonial, deve ser algo a ser alugado e devolvido. O segundo problema, na realidade, é que se decompôs um pouco a estrutura acionária.

Aqui quero passar rápido. Na verdade, dentro dessa área, eu poderia falar que, além do problema das telecomunicações, há a ECT, que faz parte do sistema do Ministério. Estamos fazendo um esforço brutal, com dificuldades, para transformar cada unidade da Empresa de Correios e Telégrafos numa unidade de prestação de serviço ao cidadão, como é na Alemanha e como é no Japão. O Japão é o maior arrecadador de poupança. Então, já contratamos um amplo programa de remecanização, de nova plataforma computacional, um sistema de telecomunicações ligando as agências e um sistema de automação de todas as agências.

Na realidade, dentro desse cenário que eu quis passar muito rapidamente, o que fica claro é que há uma planta, que é privilégio, que atende só a uma faixa da população, uma planta que não atende à demanda seja em telefonia fixa, seja celular ou seja em comunicação de dados, velocidade de linhas e etc.

Promovemos quatro linhas básicas de modernização do setor em função do projeto do Governo, que já estava no mão-de-obra 1. A primeira é a modernização dos serviços postais, que consiste em transformar cada agência numa unidade de prestação de serviço ao cidadão.

A rede postal noturna, para os senhores terem uma idéia, andava 80.000 quilômetros por noite, e

reduzimos para 57.000 quilômetros. A terrestre anda 600.000 quilômetros por dia.

O PASTE, programa de investimento que vou detalhar agora, é o programa de investimento para todo o setor de comunicações.

A segunda linha foi a reestruturação de todas as telecomunicações. Fizemos a revisão geral, porque, face ao novo cenário de todos os decretos, normas, portarias, discutimos muito no próprio Congresso. Criamos então uma estrutura regulatória, através de decreto, mediante a qual todos os serviços são oferecidos à sociedade através de editais públicos, tais como a Internet, o serviço por linha, o serviço móvel celular, interconexão de redes, serviços de radiocomunicação da Aeronáutica, o serviço de radiodifusão, serviço de TV a cabo – cuja lei foi regulamentada e aprovada pelo Congresso; neste mês, temos 1.600 editais de TV a cabo; também neste mês, começa o lançamento do primeiro lote de cerca de 100; temos lá dificuldade de trabalho, então temos que produzir -, serviço por comutação de circuitos, comunicação por satélite. Já estão regulamentados os satélites de baixa e média ordem. São esses programas tipo Iridium, Global Star e outros que prestam serviços móveis celulares. A Iridium já está fazendo o seu **gateway**, a porta de entrada no Brasil, e a Global Star estava esperando essa regulamentação, que já saiu. Em relação a áreas como a Área 8, onde, segundo previámos, não haveria propostas, concluímos que o problema não se resolve só por serviço móvel celular, via terrestre. Estou agora estudando a possibilidade de, no novo edital da Área 8, colocar uma espécie de "kit concessões", onde, além do direito ao serviço móvel celular, o adquirente tenha o direito à concessão de via satélite. Isso seria um incentivo, porque a área tem extensões tão grandes, que provavelmente o problema só será resolvido com solução mista dos centros urbanos com grandes centros mais rarefeitos.

Tem que haver concessão, porque se trata de outra freqüência. Inclusive são preços diferentes. Mas a empresa, se tiver todas as concessões, poderá fazer um **mix** de preços. A reestruturação tarifária acabou. Hoje, no Sistema Telebrás, cada serviço tem o seu custo e o seu preço. Houve realmente o aumento – vejo nos jornais e às vezes me assusto – da assinatura: de R$0,41 passou para aproximadamente R$6,00. Na realidade, ela dá direito a falar 140 minutos sem pagar.

Agora, o telefone internacional caiu 36% e caiu também o telefone interestadual. Tanto é que esse último aumento, no **mix**, só significou para o sistema 3.1%. Não houve aumento; o que houve foi realmente uma precisão. De cada serviço, a pessoa paga o seu custo.

A contabilização em custo de serviço, serviços limitados, todos aqueles problemas de **trunking** que suscitaram uma série de discussões, estamos resolvendo tudo. O serviço de TV a cabo, como já falei, já está sendo lançado agora. Serviço de satélite: também este mês estamos lançando a concorrência de uma das posições orbitais que vai ser colocada para edital público. Serviço público restrito: é esse problema do **trunking**, o rádio troncalizado, que se usa muito em carros, em frotas de caminhões. Estamos, em relação a isso, fazendo uma revisão extremamente dura para impedir qualquer possibilidade de o **trunking** competir com o serviço móvel celular. Esse é o grande problema em todos os países. Se se der muita interconexão na infra-estrutura, o **trunking** acaba competindo com o celular, com serviços especiais.

Além disso, há as normas editadas ou emitidas agora. Na realidade, tivemos todas essas normas. Estamos prevendo o MMDS, que é aquele sistema de microondas, para cidades de até 21 mil habitantes. Todas essas normas estão feitas, ou seja, está tudo normalizado.

Pretendemos realizar – digo que é o que falta – o Projeto de Lei de Radiodifusão, da mesma forma que se aprovou agora um Projeto de Lei Geral de Telecomunicações, que substituiu o antigo código na parte de telecomunicações. A radiodifusão ainda é legislada pelo antigo Código de 1962 e pelo Regimento do Código de 1967. Nossa idéia é um grande debate na sociedade, debate que vai envolver o Congresso. Sempre digo que o desenvolvimento das telecomunicações gerou a necessidade de uma nova ética no País para a qual não estamos preparados.

Tenho motivado as grandes empresas de comunicações. Não vai ser fácil, porque há discussões sobre mercado local, preservação de cultura regional, mercado local de empregos em jornalismo. São discussões que temos que enfrentar. Vai ser duro, mas estamos preparando uma lei, baseada em experiência mundial, e até o fim do ano pretendo discuti-la no Congresso Nacional. A Lei Geral de Telecomunicações substitui o Código. Até acho, e isso ainda é especulação, que a agência proposta, que é a ANATEL, também abranja depois um braço, que é a radiodifusão.

Para o regulamento da lei geral, dependo da sua aprovação. Estou acelerando, antecipando; já

estou com consultoras trabalhando, mas preciso da aprovação da lei.

Estamos passando por uma revolução. A revolução aqui é que, com a digitalização, vamos ver uma mudança total no esquema de radiodifusão. Vão mudar as freqüências, o **dial**, vai mudar o projeto industrial, inclusive, dos aparelhos de radiodifusão. Isso tem que ser feito desde já, é um projeto para três ou quatro anos, como foi feito com a televisão.

Os senhores já devem ter visto no jornal que os Estados Unidos lançaram um sistema especial que é o digital, mas que não tem nem produção industrial, que melhora a qualidade brutalmente.

Às vezes, brinco com os mais velhos dizendo que quando líamos **Flash Gordon** dizíamos que era uma especulação futurologista. Mas hoje isso é a realidade. Aquelas telas líquidas que víamos nas paredes já estão em produção. E o Brasil precisa avançar.

Tenho um grupo já trabalhando há alguns meses nisso. Isso altera todo o perfil da produção industrial.

Fizemos uma limpeza de todas as revogações de radiodifusão, de retransmissão de TV. Temos que limpar as freqüências para entrar com a operação na Banda B.

Há também o problema de lacração, para o qual ainda não há uma solução. Defendo o projeto referente à radiocomunitária, que estava tramitando na Câmara e que deve vir ao Senado, porque o mesmo é terminativo. Mas agora esse projeto ficou emperrado naquela Casa devido a um pedido de votação em plenário. Essa lei interessa às associações comunitárias.

Podemos passar para um outro ponto. Quero dizer que isso já está em andamento. Já falei sobre isso. Trata-se da licitação do satélite neste mês. Quanto ao serviço de radiodifusão, há 610 editais prontos; já soltamos o Lote 1, que está em fase final de julgamento, e, quanto ao Lote 2, praticamente, já foram entregues todas as propostas. Quando acabar o julgamento do Lote 1, pretendemos lançar o Lote 3. Quanto à TV a cabo, nos próximos 12 meses, haverá 600 editais. São cerca de 1.400.

Falei sobre as quatro linhas. A primeira é a remodernização dos serviços postais; a segunda é a reestruturação das telecomunicações: a terceira é o PASTE. Quanto a essa última linha, quero dizer que, logo que assumimos o Ministério, em função das propostas contidas no programa de Governo, fizemos um programa chamado de Programa de Ampliação e Recuperação do Setor de Telecomunicações e dos Serviços Postais, que é extremamente pretensioso. Esse programa é estratégico e vigorará até 2003. Vou até encaminhar para V. Exªs cópias de todas essas documentações. Há um **kit** com todas essas informações, no qual já está inserida a revisão; no primeiro trimestre de cada ano, fazemos a revisão das metas do ano anterior.

Os objetivos sempre foram os seguintes: estabelecer as diretrizes, metas, programas e projetos para a recuperação e ampliação do serviço de telecomunicações e dos serviços postais do País; implantar amplo programa de investimentos públicos e privados para 1995 e para 1999, com enlace até 2003; modernizar o setor, recuperando, em curto prazo, os atrasos tecnológicos; estimular a inovação tecnológica com ferramentas e meios de produtividade e competitividade; consolidar e ampliar o papel dos Correios como agência de serviço de interesse da coletividade; e integrar os serviços postais e os de telecomunicações.

Dentro desse cenário, há metas que vou citar a seguir. No PASTE, como V. Exªs vão perceber, há a ficha técnica de cada projeto, o que está sendo rigorosamente obedecido. Nos serviços postais, a aplicação será de 1,8 bilhões até 1999; de 2000 a 2003, essa aplicação será de aproximadamente mais 2 bilhões.

No caso das Telecomunicações, estabelecemos diversas metas, sobre as quais vou discorrer rapidamente. Aliás, essas metas já passaram do PASTE 1 para o PASTE Revisão 1.

Por exemplo, vamos pegar a sétima. Há 3 milhões, que, neste ano, estão passando para 20 milhões. Esse crescimento foi substancial: de 50% na planta. Em 1999, esse valor passará para 26 milhões. Até o final de 1998, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras localidades, haverá 40 telefones para 100 habitantes; essa é a média da Espanha. Há a pretensão de se chegar a 40 milhões em 2003.

Quanto ao móvel celular, há uma outra meta. É uma loucura! Saiu de 600 mil; para 1997, há uma autorização para que esse número chegue perto disso. Em 1998, será reduzido para sete milhões. Uma parte disso se refere à Banda A, e a outra parte, à Banda B. Isso explodiu aqui; penso que atingirá 15 milhões até o ano de 2000. Ninguém previa essa explosão. Hoje, isso faz parte da cultura. Experimente convencer uma pessoa a não usar serviço móvel celular por que este é mais caro! Mas esse número reduziu bastante. No contrato assinado ontem, a assinatura que custava um pouco mais de R$300,00 passou a custar R$170,00. Baixou substancialmente só no contrato. Na competição pode reduzir mais.

Expansão dos acessos à telefonia de baixo custo: é um serviço virtual em que a pessoa tem um número privado, liga para lá e ouve todos os recados. É um número privado que ele pode usar. Isso custa R$10,00 (dez reais) por mês. Por isso criamos esse serviço.

Precisamos fazer serviço para todas as faixas de renda. Quando o telefone é de uso público, há também um grande programa que está muito ligado às metas de serviço universal.

Meta do PASTE, Comunicação de Dados: vejam como eram ridículas as portas de comunicação de dados. Agora, começou a explodir. Acho que esse é um mercado excepcional para o setor privado. A Embratel também tem hoje uma grande participação nesse mercado.

Televisão por assinatura: se se vai hoje a uma favela, a explosão é em nível popular, porque uma assinatura custa de R$27,00 a R$30,00, e uma família divide. Acho que todas essas projeções furam. No serviço de telecomunicações, quanto mais se oferece, mais cresce a demanda. Nós já revimos. A previsão é de chegar a quase oito milhões até o ano 2000. O ano 2000 já está aí. Se pensarmos, o ano de 1997 já está chegando ao fim. Tem-se apenas o ano de 1998 e de 1999.

Expansão do serviço de rádio-chamada: tem uma demanda muito grande para frotas de rádio-chamada, que é o **page**, o **bip**. Por quê? Porque hoje virá o **bip-voice**. A mensagem que virá agora será com voz. Muitos médicos ou pessoas que trabalham em serviço semelhante preferem o **bip**, porque eles selecionam para quem querem ligar, e não dão o número do celular; eles usam o celular apenas para fazer a ligação. Ou seja: quanto mais diversidade de serviços, mais as pessoas vão se organizando, procurando usar aqueles mais baratos.

Expansão do serviço de rádio localizado: é o **trunking**, que tem um nicho de mercado enorme, mas não pode competir com o celular.

Em termos dessas metas, eu gostaria que V. Exªs tivessem até a curiosidade de folhear pelo menos o PASTE revisto – o PASTE anterior eu mandei.

Estamos prevendo investimentos da ordem de R$47.6 bilhões até 97 e R$43.2 bilhões de 2000 a 2003.

Eu gostaria, se V. Exªs me permitirem, de destacar este ponto sobre o qual até falei ontem em solenidade no Palácio: já investimos, em 1995, 1996 e 1997, R$21 bilhões. Esse é o maior investimento já feito na história no Brasil, num determinado setor, nesse prazo. Todos os investimentos foram feitos realmente com recursos do Sistema Telebrás – não dependeram do Tesouro – com nível de endividamento baixo.

Perguntam-me, quando pegam, por exemplo, a planta da Telerj: "Onde está isso?" A planta era uma droga, claro. Dizem que eu sempre brigo, mas a população devia ter denunciado a responsabilidade dos gestores que deixaram que centrais com 70 anos de existência ainda existissem. Não existe nem técnico no sistema que saiba mexer nessa central. Todos os cabos eram da época da Companhia Telefônica Brasileira. A partir de agosto, começa uma série de inaugurações, e a planta da Telerj será uma das cinco mais modernas do Brasil.

Temos hoje quase dois milhões de quilômetros de fibras óticas. Chegaremos a 60 mil quilômetros de cabos, ou seja, é o maior projeto já realizado no Governo. Vamos chegar aos 47.6 – era 40 – com absoluta tranqüilidade, até porque, no decorrer do processo de privatização, outros investimentos virão. A Banda B, além de dar 4, 5 ou 6 bilhões das licenças, elas implicarão, nas dez áreas, investimento de R$10 bilhões, o que não está computado corretamente, apenas há uma estimativa. Na realidade, temos uma explosão, porque esses investimentos chamarão novas fábricas. Temos dez pedidos junto ao BNDES – estamos trabalhando juntos – de financiamentos em moeda forte e competitivos para instalação ou ampliação industrial do Brasil, imediatamente. Estima-se que a instalação dessas fábricas de alta tecnologia gira em torno de R$40 a R$60 milhões, e para isso são gastos meses.

Assim, temos a idéia de que isso já é uma realidade.

Creio que chegaremos aos R$47 bilhões e, nesse processo de transição para a privatização, a tendência é aumentar. Sempre digo aquele número meio mágico que, somando tudo, no mínimo, estamos falando de negócios da ordem de US$100 bilhões – agora já aumentou para US$120 bilhões até o ano 2.003. É o maior negócio do mundo, é o maior negócio que haverá no Brasil e tem que ser conduzido com extrema cautela, para que esse crescimento tenha como objetivo a melhoria de qualidade de vida do cidadão.

Vamos então para a quarta linha, que diz respeito ao novo modelo institucional. As primeiras linhas referiam-se à modernização dos serviços postais, à reestruturação dos serviços de telecomunicações e ao programa de investimento. Aliás, quero fazer uma referência a esse último item, ou seja, ao programa de investimento, pois gostaria de destacar a recuperação da Telebrás.

No novo modelo institucional, há três aspectos essenciais que estão contidos na lei: a garantia da plena competição – pessoalmente, se for para fazer como alguns países, estabelecendo monopólio privado, prefiro o público, porque este ainda defende o cidadão, e o privado, sem competição, não o defende. Até porque – eu brinco – não há capitalista bonzinho. Ele não vai se preocupar com a justiça social, pois, caso se preocupe, certamente será um mau empresário. O problema do capitalista é ganhar dinheiro. O problema do Estado é regulamentar para que essa atividade capitalista não se dê de forma predatória, como ocorre no Chile, mas de forma competitiva, obedecendo a cláusulas sociais, a compromissos sociais e ao projeto social do Governo.

Buscamos a garantia da competição, a garantia da universalidade, ou seja, todo cidadão tem que ter direito de acesso a qualquer tipo de serviço -- pode ser até um telefone público. V. Exªs verão que, na lei, há o compromisso dos 300 metros em torno da casa do cidadão e cláusulas sociais, porque a lei prevê um fundo de universalização. É óbvio que, se uma empresa privada ganhar uma área, ele não vai ser bonzinho. Nós teremos que criar compromissos, no contrato, para ele cumprir; e deverá ser criado um fundo, porque, pela lei, temos um prazo, inclusive para entregar isso ao Congresso, trata-se de uma lei ordinária para estabelecer políticas de financiamento de serviços.

No novo modelo, há três macroetapas. Na realidade, decidimos fazer aquela lei da primeira etapa, ou a chamada lei mínima. Por que decidimos fazer a lei mínima? Porque percebíamos, desde o começo -- tenho uma experiência de 30 anos como gestor de contrato, trabalho em engenharia -, que o processo de elaboração da engenharia em geral era tecnicamente complexo. Preferi me demorar, inclusive fui alvo de críticas por isso, mas hoje orgulho-me de ter uma lei que é considerada padrão na regulamentação do serviço público no Brasil. E valeu a pena, porque ela não se refere meramente ao órgão, mas dá regras de jogo integral, seja com modelo em mercado, privatização, regulamentação de serviço, para não termos mais dúvida.

Então, a primeira macroetapa aprovou aquela lei, aprovada pelo Senado, e ela me permitiu lançar a concorrência; ela legitimou a Banda B, quer dizer, a comunicação de dados e de satélites. Isso tudo está andando em função da Banda B, da lei mínima. Senão, não a teríamos. A base legal, nós tínhamos, mas não quis conflitos e achei melhor fazer uma lei reguladora. A prova está aí, com o sucesso da Banda B.

A segunda macroetapa era a lei geral, com a criação do órgão regulador e a organização do serviço da privatização, que é o que estamos discutindo agora. E a terceira, implementação do órgão regulador.

Os próximos passos, para dar uma idéia rápida, são a aprovação da lei pelo Congresso; o detalhamento do programa de privatização, que já estamos fazendo em paralelo; a organização do órgão regulador, que já estamos detalhando: a estrutura funcional, inclusive o local da sede: a regulamentação da lei geral. Aprovada a lei geral, teremos um volume brutal dos efeitos de regulamentação: a organização, no Ministério, da Comissão de Supervisão já está criada, porque ficamos fora do CND – Comissão Nacional de Desprivatização -, que o próximo Presidente da República achou adequado, já que o CND é baseado naquela lei de privatização, de 1990, e ele implica numa certa burocracia, então, criamos uma Comissão Especial de Supervisão, com participação dos técnicos do BNDES e a participação do Sr. José Roberto Mendonça de Barros, como Secretário Político Econômico de um grupo do Ministério da Fazenda. Já estamos avançando, inclusive nesse problema de política industrial e já estamos contratando pessoal. Este trabalho está em pleno andamento.

Em função disso, quero abordar a respeito da lei geral. A lei geral é extremamente complexa e envolveu um conjunto de pessoas. Primeiro, precisávamos garantir uma competição justa, a universalização do acesso ao serviço, cláusulas sociais, controle total dos recursos concedidos pela União, garantia do acesso dos competidores à infra-estrutura básica, modelo de privatização transparente, preservação do poder da União em áreas estratégicas. Entendo que, por meio das agências, a União vai passar a mandar nessas áreas – porque ela não manda. Quando falo em áreas estratégicas, refiro-me à Embratel. Tenho muita cautela ao falar da privatização da Embratel, porque ela realmente envolve problemas de segurança nacional.

Aí, então, é uma área em que o processo vai ser muito condicionado, como se verá adiante, por meio de **golden share** para que a União tenha poder de veto. Obviamente, a Embratel não pode ser controlada por grupo explorador ou de radiodifusão, ou de sistema de telecomunicações. Ela precisa ser uma empresa, porque nessa etapa inicial, quem tem infra-estrutura é a Embratel.

Além dos conceitos básicos, os pilares e os objetivos finais do modelo são a competição, oportunidades atraentes para as empresas atuais, oportuni-

dades atraentes para os novos participantes – daríamos novas concessões no processo público para ter competição -, e a universalização, que implica em serviços de telecomunicação disponíveis a preços justos e acessos coletivos para as áreas carentes, densas e remotas. Esse é o objetivo essencial, pilar básico de toda a lei.

O conceito de competição também nos preocupava, porque tendo-se a atratividade econômica do usuário – vai do menos para o mais -, quanto mais cresce, obviamente, tem muitos operadores por usuário, o que é bom, e são usuários rentáveis – dessa linha para cá -, alvos da competição. Quanto menos cresce a atividade econômica do usuário, o número de operadores vai ficando pequeno, e são usuários não-rentáveis, que são sujeitos à política universal. Ou seja, são usuários a quem se precisa garantir que serão atendidos por meio de instrumentos de financiamento. A lei cria várias possibilidades, recursos orçamentários, cria possibilidades de subsídio dentro da própria área e outros.

Metas de serviço universal para 1997 a 2001. Isso está na lei. Propomos:

- Aumentar a densidade de telefones públicos de dois e meio para seis por 1000 habitantes.

- Fornecer serviços de telefonia coletiva, com capacidade de fazer e receber chamadas para todas as localidades com mais de 100 habitantes.

- Aumentar a cobertura urbana, de modo que toda pessoa tenha acesso ao telefone público numa faixa de 300 metros, especificando uma quantidade mínima por densidade.

O custo aproximado desse projeto de universalização, nesse período, é de um bilhão, que teremos de gerar nas formas que a lei prevê, por meio de subsídios, ou sob o orçamento, ou criação de certo diferencial tarifário. As opções são: subsídios governamentais, oferecimento de vantagem no preço de venda, subsídios cruzados internos na mesma empresa, subsídios cruzados externos em casos excepcionais e criação de um fundo, que já citei.

Então, as obrigações de universalização terão um plano de metas periódico, elaborado pela agência e aprovado pelo Poder Executivo. Essa é a maior preocupação.

Abrangência: disponibilidade de instalação de uso individual, que a lei garante; disponibilidade de instalações de uso coletivo; atendimento a deficientes físicos; atendimento a áreas rurais; atendimento a regiões remotas; atendimento a estruturas de caráter público ou social, que constituem a base.

Em relação aos objetivos fundamentais: fortalecer o papel regulador do Estado – isso é fundamental, é a base do novo conceito de Estado – e eliminar o seu papel de empresário.

Como se faz isso? Os caminhos para se atingir esses objetivos são:

a) privatização e criação de órgão regulador.

Não acredito em nenhum processo de privatização que não se inicie por um órgão regulador extremamente forte e com a participação da União e da sociedade.

b) aumentar e melhorar a oferta de serviço;

c) em um ambiente competitivo, criar oportunidades atraentes de investimento, de desenvolvimento tecnológico e industrial;

d) criar condições para que o desenvolvimento do setor seja harmônico, com as metas de desenvolvimento social do Estado. Isso se garante com competição e a da universalização.

e) Maximizar o valor de vendas das empresas de telecomunicações, sem prejudicar os objetivos anteriores. Como se garante? Com planejamento e execução do processo de privatização.

Em função desses caracteres gerais, a lei tem quatro capítulos; um fala do órgão regulador e o detalha. Confesso que, se pudesse, faria o órgão regulador o mais independente possível, mas, porque havia uma limitação constitucional, tive de colocá-lo como autarquia vinculada. Essa limitação poderia ser suprimida. Em vez de órgão regulador, seria órgão independente de telecomunicações, de petróleo, de energia. Sempre defendi um modelo em que houvesse uma agência para cada área.

Na realidade, na exposição de motivos da lei – que, inclusive, é muito boa; é compromisso de governo -, cita-se que continuaremos brigando, mas, de acordo com as limitações que a legislação impõe, criou-se um órgão, o mais independente possível, com a garantia de gestão por gestores, que não podem ser pressionados. É preciso independência e o máximo de participação da sociedade. Então, é uma autarquia especial vinculada ao Ministério. O órgão é obrigado a ser vinculado ao Ministério por ser autarquia.

O Conselho Diretor é composto de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

Os conselheiros têm mandato fixo, havendo extrema restrição à retirada deles. Para não ficar um sabor político, eles só perdem o mandato após denúncia, decisão judicial ou processo administrativo disciplinar. Nós quisemos, realmente, dificultar a

possibilidade de um gestor do órgão ser afastado. Eles também não podem ser reconduzidos. Isso nós conseguimos. Eles são eleitos por um período de três anos e não podem ser reconduzidos. Por quê? O meu medo é o de que o conselheiro fique sujeito a pressões. Então, ele não pode ser reconduzido. Ele não precisa ter medo ou ser "bonzinho" para ser eleito apenas por três anos.

Transparência nos procedimentos e motivação nas decisões, esta a meta.

Receitas próprias. Por exemplo, o Fistel. Só com a receita do Fistel dará para viabilizar o órgão. Muitos jornais falaram que eu queria ficar com o dinheiro. Isso é uma loucura! O que farei com R$6 ou R$7 bilhões? A lei sempre previu, desde o começo, que os recursos vão para o Tesouro. O que coloquei na lei, para dar independência ao órgão, para este não ficar mendigando recurso, é o projeto do plano plurianual, que deve especificar os recursos necessários, e a possibilidade de se reter sempre o equivalente ao plano plurianual, que é revisto mensalmente. Isso é para garantir independência. Realmente, a agência não pode ficar discutindo orçamento com a área econômica; isso é inviável, porque tira a sua independência. Um dos problemas dessa concepção é o de que ficamos limitados no salário. Tentei brigar pela escala do Banco Central e fui derrotado. A base mínima do salário era R$800,00, o que é uma vergonha. Preciso ter os melhores técnicos do mercado brasileiro. Isso é o Brasil. Agora, consegui elevá-la para R$2.700,00 – penso que é isso -, mas o limite máximo ficou em R$4.500,00, que era a escala viável. Trata-se de uma hipocrisia que, com o crescimento econômico, teremos de enfrentar, no Brasil. Sei que muito pior é o salário do trabalhador, mas, por outro lado, não podemos ficar nessa eterna dúvida sobre o setor público, que é fundamental. Sou a maior testemunha da qualidade do pessoal da Telebrás. Na realidade, eu trouxe para o Ministério o Chefe de Gabinete, e o meu Assessor. O resto do trabalho é feito pelo pessoal da Telebrás. Isso acaba com o mito de que o funcionário público não é bom. Encontrei técnicos da melhor qualificação, com treinamento no exterior, que eram mal aproveitados e não tinham autonomia para desenvolver sua tarefa.

Bem, isso é o órgão.

Quanto à maturidade administrativa independente, o órgão tem regras próprias só para consulta e pregão, porque não comprará nada.

Estrutura do órgão regulador.

Ele tem um Conselho Diretor, de cinco membros, e um Conselho Consultivo, do qual participam membros do Congresso Nacional – Senado e Câmara – e da sociedade civil.

Não quisemos fixar os órgãos da sociedade civil, apenas a quantidade – da qual não me lembro -, porque é difícil estabelecer em lei quem representa: se há uma entidade de classe, a outra reclama. Esse é um problema que resolveremos quando da regulamentação da lei, mas a participação da sociedade será bastante grande.

Esse Conselho Consultivo tem poderes para criticar toda a política do órgão e encaminhar a sua posição, inclusive ao Presidente da República.

Então, tudo será transparente. Todas as reuniões serão abertas ao público, e todas as decisões ficarão numa biblioteca; por isso demos destaque. A biblioteca será o repositório de todas as decisões, que estarão totalmente abertas ao público; qualquer pessoa poderá consultar qualquer decisão. Aceitamos que as reuniões do Conselho Consultivo sejam públicas, mesmo as da Diretoria, a não ser aquelas que envolvam problemas de segurança comercial, em que se vai discutir problemas de uma empresa. A Corregedoria e a Procuradoria nunca funcionam em órgãos do Brasil – vamos ser práticos. A Ouvidoria tem que funcionar, ela tem liberdade, tem mandato e poderes para opinar e terá unidades regionais que, quanto menos, melhor, porque o Brasil é muito grande.

Com relação à competência do Presidente da República: é instituir ou eliminar a prestação de serviço no regime público ou privado; aprovar o plano geral de outorgas no serviço prestado em regime público. Aqui se faz um parâmetro entre o plano geral de outorgas e o plano geral básico de freqüências; aprovar o plano geral de metas para universalização do serviço prestado em regime público; estabelecer limites à participação estrangeira no capital de empresas prestadoras de serviço de telecomunicações. Isso é vital porque estamos enfrentando uma brutal negociação em nível de organização mundial de comércio. Saímos de uma posição secundária no debate para uma posição muito importante. A posição americana foi muito dura na última reunião porque também os Estados Unidos, que têm uma legislação aberta, querem impor restrições, querem impor restrições, por exemplo, em satélites de baixa e média órbita para serviço móvel celular e não abriam para quem quer reciprocidade total. Pode parecer até meio absurdo o Brasil com os Estados Unidos, mas, por exemplo, o satélite A-I, da Embratel, que tem só dois anos de vida, acabamos de vender para os Estados Unidos, vendemos o uso.

Por exemplo, hoje, a França admite 20 ou 30% só de capital externo. Os Estados Unidos exigem que se forme uma empresa nos Estados Unidos e esta pode participar. A Alemanha pode participar com 30%. Hoje, há uma discussão muito grande sobre tal questão e não podemos deixar de tê-la como elemento de negociação no cenário internacional.

Sobre a competência da agência brasileira, da ANATEL. Representar o Brasil em organismos internacionais, obviamente sob a coordenação das outras entidades, com o Ministério das Relações Exteriores; propor as políticas governamentais para o setor; ampla competência da regulamentação e fiscalização do serviço; poder concedente dos serviços explorados em regime público. Já que há o plano geral de outorga esta passa a conceder. Competência de ordenador dos serviços prestados no serviço privado, que é para uma mera autorização; fixar, acompanhar e controlar tarifa do serviço prestado no regime público; administrar o espectro de rádio freqüências, que aliás, hoje, é um serviço feito pelas delegacias, e muito mal feito. Está em fase final, uma grande concorrência, através da qual vamos fazer um sistema de rádio monitoragem todo informatizado. Temos mais de vinte e oito bases de controle. É um sistema extremamente moderno. Acabou a fiscalização, controlamos e sabemos quais estão irregulares ou não.

Competência para arrecadar e aplicar receita e decidir, em última instância administrativa, sobre matéria da sua alçada; sustentação financeira do órgão, o Fistel, que tem dotações orçamentárias, créditos especiais e transferências. Por exemplo, os recursos do pagamento da Banda B vão para o Fistel e depois são transferidos pelo Tesouro, a lei prevê um mecanismo mês a mês. Estou preparando já um orçamento mais detalhado da agência, esperando a aprovação da lei para, imediatamente, entrar, aprovar e reiteramos, talvez mais um pouco, para implantar a agência, e o resto irá para o Tesouro. Estamos falando em abstrato na Banda B, de entrarem 5 ou 6 bilhões do caixa do Tesouro, o que é algo excepcional, é a maior privatização da História do Brasil de todos os tempos. Quero repetir que são duas ou três Vales.

Produto de dotações orçamentárias, produto de operações de crédito relativas ao exercício do poder de conceder. Vamos passar rápido. Relativo ao exercício de atividade ordenadora, relativo ao exercício do poder de outorga, taxa de fiscalização, convênios, acordos, doações, e mais a instalação e o custeio, ou seja, há "n" fontes, mesmo do próprio orçamento. Há na lei de orçamento anual a fixação das dotações orçamentárias. Vamos fazer o Plano Plurianual e, obviamente, isso vai para o Orçamento do Executivo, que vem para a aprovação do Congresso. O Congresso se manifestará em relação à ANATEL, ao Ministério, através dos planos de outorga que o Presidente aprovar. Isso gerará programas de investimentos que estarão incluídos no orçamento do Executivo e serão aprovados pelo Congresso Nacional.

Já falei do órgão, agora estou falando da construção do modelo, quer dizer, do cenário no qual devemos estabelecer um modelo de mercado. Resumindo, respondemos a quatro perguntas chaves. O mercado deve ser estruturado em regiões? Sim, porque cria mais frentes de investimentos, evita a criação de uma empresa única com poderes desproporcionais difíceis de regular, aumenta a base de compradores potenciais. A remoção da restrição regional, condicionada a atingir metas específicas, cria incentivos para expansão da rede. O número de concorrentes deve ser limitado, como foi feito em alguns países, e acabou virando monopólio privado? Não! Limitar o número de concorrentes só faz sentido se forem impostas obrigações aos mesmos. A existência de obrigações pode dificultar a entrada de novos concorrentes, promover a duplicação de investimentos e levar a uma situação em que os concorrentes, ao fugir da duplicação de investimentos, se tornem monopolistas. Quanto mais concorrentes, mais frentes de investimentos. Quanto mais concorrentes, menor a capacidade regulatória necessária. Quanto mais concorrentes, menores os preços ao consumidor. Quanto mais concorrentes, menores os incentivos à colusão.

Outra pergunta, a terceira: deve existir alguma sobreposição entre os serviços prestados pelas Teles regionais e a Embratel?

Sim. A criação de fronteiras fictícias entre serviços é artificial. Como eu dizia, a Telesp só pode prestar serviços no Estado de São Paulo, por isso deve ser reduzida ao mínimo. Alguns limites menores do que os atuais no início para que as empresas canalizem adequadamente seus investimentos, esses limites protegeriam as Teles regionais do **by pass**, o que lhes permitiria gerar mais receitas.

As restrições de serviços deverão ser removidas uma vez que as operadoras atuais cumpram com suas obrigações.

A quarta e última: os novos concorrentes devem estar sujeitos às mesmas limitações impostas às Teles e à Embratel?

Não. Por quê? A experiência internacional tem demonstrado que o estabelecimento da concorrência no serviço local é difícil. Por exemplo, temos casos que acabaram não estabelecendo competição no mercado. Quanto mais restrições existirem para os novos concorrentes, maior a dificuldade de estabelecimento da concorrência. As diferenças e restrições entre as operadoras atuais e os novos entrantes, que são os concorrentes, facilitarão o estabelecimento da competição. Caso contrário, pega-se uma Telesp privatizada que terá uma força brutal e o que precisamos é criar condições para que as outras concorrentes entrem no mercado. Permitir aos novos concorrentes que escolham livremente o que faz sentido econômico para eles, elimina uma grande barreira de entrada.

Em função disso, não há dúvida de que o ponto de partida, no início da competição, as condições são muito mais favoráveis às operadoras atuais, a uma Telesp, a uma Telepar, porque inclusive é dona da infra-estrutura. Um novo concorrente que entrar, vamos dizer que um, dois ou três, que fizermos concorrência para concessão, não vai reproduzir a infra-estrutura, vai usar a mesma infra-estrutura, com o tempo é que pode nas expansões de infra-estrutura serem dele.

Uma lei precisa ser rigorosa nessa regulamentação para criar as condições de competição, pois se ela não for privatiza-se a Telesp – vou pegar sempre a Telesp como exemplo, porque é a única que corresponde a uma regional pelo tamanho -, que esrnagará e não deixará haver competição. Ou seja, teríamos um monopólio privado nas regiões, o que acho extremamente desastroso. É só os senhores verem a experiência de alguns países aqui perto.

O ponto de partida tende para cá, porque ela tem fluxo de caixa, tem rede instalada, tem 100% de mercado, grandes economias de escala, tem a marca, tem ineficiência, tem tecnologia ultrapassada; e os novos devem ter oportunidade de começar com tecnologia de ponta, capacidade de focar esse segmento específico. Ele explora o que quiser dentro da área de Telesp. É capaz de reagir mais rapidamente, dependendo da rede de operadores atuais para acessar os usuários.

Precisamos criar uma regulação que equilibre, já que os operadores atuais têm que dar continuidade ao atendimento, telefonia da CESP, etc., ou seja, têm compromissos para equilibrar com os novos operadores, entrantes, os novos competidores, só tendo uma obrigação, qual seja, que o financiamento seja universal. Eles não têm, no começo, esse tipo de obrigação.

Já falamos do modelo etc, mas dentro desse quadro, o cenário em que estamos trabalhando está, inclusive, na justificativa da lei. Aliás, a proposta é de um modelo regionalizado. Para efeito de exposição, vamos trabalhar com a hipótese que serão quatro regionais, que é uma tendência. Pessoalmente, acho que devem ser quatro, mas estamos no meio do detalhamento desse estudo, mas serão três ou quatro empresas regionais, ou seja, a T1 é a própria Telesp, pois é a única que corresponde a uma região; e a T2, T3 e T4 são um grupamento de teles.

Elas fazem serviço local, que é exercido pelas teles regionais e pelos novos concorrentes, ou seja, ao privatizar a Telesp – T1, ou até um pouco antes, como estamos vendo, será oferecido ao mercado, conjuntamente, mais três concessões, de acordo com a demanda, para novas empresas operarem na área da Telesp, com algumas vantagens que já citei antes, porque a Telesp tem uma parte de capital técnico muito maior. Por esse motivo é que se não regularmos e dermos estímulos não se estabelecerá competição. Isso porque a nossa intenção é que haja competição em cada região desde o início da privatização, não tendo um período de monopólio privado, do que temos muito medo. Gostaríamos que até a lei só admitisse em casos excepcionais de regiões mais rarefeitas.

Quando privatizarmos a T1, a QN1, temos os novos entrantes, os novos concorrentes, vamos ter uma N1. Vamos, então, trabalhar, só para efeito de cálculo, com um concorrente a mais, que pode ser a Telesp mais três. Então teríamos uma T1-N1, como foi a T2-N2 – os "N" são os novos entrantes -, uma T3-N3, uma T4-N4, e a própria Embratel também se lançaria uma T1-E2. Lançaríamos, também, novas concessões para explorar os mesmos serviços da área da Embratel. Seria só a longa distância, pois seria feita pela Embratel através dos novos concorrentes.

Isso é um cenário que estabelece a mais total competição. Depois de quatro a cinco anos – isso é uma decisão da agência, pois penso que em quatro ou cinco anos as barreiras seriam eliminadas -, as teles poderiam prestar qualquer serviço, local, interestadual e até internacional, como a Embratel e os novos concorrentes. Ou seja, depois de quatro ou cinco anos, a Telesp-T1 ou quem estiver operando poderá prestar serviços de longa distância, ou ir ao Rio Grande do Sul e fazer exploração de serviço local, ou seja, cada uma das quatro teles regionais,

das quatro novas operadoras – estou partindo da hipótese de que sejam quatro, mas pode ser mais – e da Embratel e do novo concorrente da Embratel. Nesta hipótese, estaríamos funcionando com 10 empresas ou mais, mas cada uma delas poderia prestar qualquer serviço em qualquer lugar do Brasil. É uma proposta de mercado de competição pleno e total.

Por esse motivo é que se precisa ter uma agência reguladora muito forte. Repito, não acredito em qualquer modelo se não houver uma agência forte. Por isso investimos tanto na construção da agência.

Em relação à velocidade, ficamos divididos entre o Chile, que teve uma abertura rápida com forte competição, mas tivemos problemas, pois eles têm 12 empresas de longa distância com as quais a Embratel cortou os canais de voz, porque houve uma concorrência predatória no Chile, já que as empresas estavam se inviabilização; e há a solução Reino Unido, que é lenta, baixa competição, abrir-se condomínio ainda a 80% do mercado, a Mercory tem 20%.

O nosso ideal era termos alguns condicionantes para a velocidade, que é o órgão regulador. Precisa de tempo para organizar e escrever as regulamentações. Por isso é que já estamos acelerando, pois precisam as operadoras atuais e, depois, os novos entrantes.

Na realidade, há uma seqüência de premissas para o programa de implantação. E a competição que queremos é uma competição equilibrada.

Evolução para livre competição. Cerca de cinco anos após a aprovação da lei, tiraríamos todas as liberações fictícias de ordem geográfica e a Embratel poderia competir, enfim, todos competiriam com todos com a remoção das restrições.

Entrando na fase final, que é um capítulo da lei que trata da reestruturação e privatização do sistema. A lei prevê autorização ao Executivo para promover as alterações societárias necessárias à venda, à autorização ao Executivo para proceder a venda, estabelecimento das condições básicas do processo de privatização.

Dentro desse processo, temos uma preocupação essencial com o CPQD, que é uma conquista do sistema Telebrás. Para se ter uma idéia, ele fez uma central Trópico R e já vendeu 1 milhão e meio, desenvolvido para empresas privadas. Diversos grupos industriais de cabos de fibra ótica já estão instalando suas fábricas com tecnologia do CPQD. A lei, portanto, prevê o compromisso de preservação financeira de apoio, mas temos que dar uma forma, porque as experiências dos Estados Unidos foram muito ruins, pois com as empresas estatais se desenvolvendo, a empresa acabou se enfraquecendo. Portanto, estamos pensando em montar uma grande empresa com recursos para continuar a fazer seu trabalho de desenvolvimento tecnológico.

Não vou me detalhar, mas quero dizer que este é o quarto ponto da lei. Falamos do órgão, do modelo, da privatização e da regulamentação dos serviços. Aqui, considero a lei mais revolucionária, já que estabelece claramente uma novidade que não existe na área elétrica, mas que terá que ser incorporada, definindo claramente o que é serviço de interesse público e serviço de interesse restrito e também que isso pode ser explorado na modalidade pública ou privada.

O serviço de interesse coletivo tem um maior grau de regulamentação. Já a telefonia fixa é um serviço de interesse coletivo, o que a lei, inclusive, deixa claro, prevendo maior proteção ao usuário, fiscalização ampla e prestação nos regimes público ou privado. O serviço de interesse coletivo tem regulamentação de menor intensidade, fiscalização restrita e prestação no regime privado. Quanto mais houver prestação no serviço privado, por autorização, mais o mercado ficará dinâmico.

Quanto aos diversos compromissos, do particular que explora serviço público, e o particular que explora atividade econômica, já as obrigações são mais liberadas.

As políticas industrial e tecnológica são garantidas na lei, prevêem incentivos às empresas de telecomunicações que investirem em projetos de pesquisa no Brasil e prevêem também o instrumento de política já realizado na telefonia celular Banda B. Está provado que a alíquota zero era uma alíquota burra, porque, no fundo, estimulava a exportação ao invés de estimular a produção no Brasil. Além disso, o BNDES lançou aquele fundo para investimento e financiamento em condições muito favoráveis – e fundos e desenvolvimento tecnológico estão previstos na lei. Isso tudo está garantido. É vital que, nos processos de privatização, não percamos o controle do desenvolvimento tecnológico e de políticas industriais e tecnológicas.

Penso que os editais devam induzir – e não proteger – que o fornecimento de equipamentos e de produção industrial dêem-se basicamente no Brasil, criando aquela plataforma de produção de equipamentos de telecomunicações, inclusive para outros países.

Há ainda os princípios constitucionais, os direitos dos usuários e os deveres do Poder Público, que estão na parte das Disposições Transitórias.

Finalmente, dar-se-ia um prazo de 60 dias para os atuais operadores pleitearem assinatura de contrato de concessão, porque até hoje as teles são precárias – não se fez o contrato. Haveria também outro prazo de 24 meses para assinatura. As concessões iniciais irão até 2005, sem ônus, estando garantida uma prorrogação por 20 anos com ônus – garantida em termos, pois deverá haver acordo.

Desculpem-me se me alonguei, mas considero importante explicar bem, pelo respeito que tenho pelo Senado – e é minha obrigação fazê-lo. A lei realmente foi elaborada com extrema cautela, tendo envolvido mais de 100 profissionais do Sistema Telebrás e do Ministério. Usamos consultoras internacionais, como a Mackenzie, a Klenock Ben, a Lehman Brothers, e consultores jurídicos internacionais. Optei pela demora para fazer uma lei completa.

A aprovação hoje dessa lei geral dá todas as condições para se promover integralmente a implantação desse novo modelo com um órgão regulador forte e que privatiza as telecapitais privadas. Ela esgota o assunto. Haverá apenas a necessidade de se fazer duas leis ordinárias relativas aos dois fundos. Na realidade, ela é uma proposta extremamente completa. Considero o papel do Senado fundamental. Tivemos uma discussão muito profícua na Câmara, e fiquei muito satisfeito. Tenho uma relação de 30 anos com o Goldman, e isso facilitou muito, porque basicamente, no seu conceito, não ocorreram alterações, mas muitas contribuições fundamentais para a parte de técnica legislativa. Se ficarmos pesquisando, poderíamos conseguir um melhor texto. Mas quero ver a extrema importância da aprovação desse processo. É necessário acelerar-se porque, como sempre digo, a China é um grande mercado, porém um mercado para os nossos bisnetos, tataranetos; e o Brasil é um mercado para hoje, para os nossos filhos. E, hoje, como fomos agressivos em relação à Banda B, trouxemos para a concorrência as maiores empresas. Se continuarmos agressivos, traremos para o País os maiores capitais disponíveis do mundo – e que aceitam a regra do jogo.

A prova que estabelecemos – o limite de 49% para capital – e que acarretou uma discussão em nada atrapalhou, mesmo porque o capital externo pode vir ao Brasil a fim de constituir empresa neste País. Nos termos da Constituição, não há diferença. E queremos induzir que venham, que se instalem e que aqui produzam.

Agradeço, assim, a extrema atenção que recebi desde a minha chegada ao Senado e a todos os Senadores com os quais convivo com grande satisfação. Hoje, V. Exªs discutem o maior projeto, talvez o mais importante do País e o maior em investimentos, juntamente com o de energia, que deverá ser também aprovado na legislação geral. Já geramos 700 mil empregos apenas com esses investimentos.

Estamos fazendo também um trabalho conjunto com os funcionários da Fazenda e do BNDES para analisar o volume de emprego gerado. Essa é a reciclagem do Brasil novo. As fábricas são pequenas e de alta tecnologia. Isso explica esse ligeiro aumento de desemprego que, na realidade, não é desemprego, mas treinamento para outras funções, na minha área de telecomunicações e na área do Ministro Britto. Afirmei ontem ao Presidente – e o provei – que, na minha área, a expectativa é de apurarem-se US$40 bilhões para o Governo, para o Tesouro Nacional. Somando-se a esse montante os valores referentes às áreas elétrica e de transportes, estamos falando em algo em torno de US$100 bilhões nos próximos três anos.

Precisamos, pois, avaliar a extrema importância do projeto, e o Senado da República – como fez na lei mínima e como em todas as leis, tratando-se da maior produção que já houve na História da República, tirando os períodos constitucionais -, tenho certeza, apoiará isso.

Coloco-me à disposição aqui ou pessoalmente no Ministério, a qualquer hora, para qualquer tipo de discussão.

Muito obrigado e desculpem-se a demora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Srªs e Srs. Senadores, estão presentes e inscritos os Relatores Hugo Napoleão, José Ignácio Ferreira e Fernando Bezerra, este último também na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, por delegação do eminente Senador José Serra. Os Relatores concordaram em pronunciar-se quando das suas interferências.

Já se encontram no Gabinete da Presidência o Deputado Alberto Goldman e o Dr. Gaspar Viana. Por isso, concedo a palavra imediatamente aos oradores inscritos. Estão inscritos os Senadores José Fogaça, José Eduardo Dutra, José Roberto Arruda – que foi substituído pelo Senador Elcio Alvares -, Roberto Freire, Lauro Campos, Levy Dias e Esperidião Amin.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposta de encami-

nhamento diferente da que foi feita pela Mesa e semelhante ao que foi realizado quando do debate sobre a Previdência, no qual esteve presente o Ministro Reinhold Stephanes. É lógico que essa proposta depende muito da disponibilidade do Ministro Sérgio Motta. Quando foi aprovado o requerimento ontem, também foi aprovada a oitiva dos três convidados na mesma sessão. Parto do princípio de que a proposta da presença dos três na mesma sessão propiciaria um debate mais rico.

Sei que o Ministro Sérgio Motta, apesar de não ser um fórmula 1 – S. Exª até se classifica como outro veículo automotivo -, levará no seu vácuo um bom número de Senadores.

Como a exposição dos outros depoentes será, tenho certeza, em tempo menor do que a do Sr. Ministro, isso proporcionará a seleção das perguntas e a escolha das pessoas a serem ouvidas.

Portanto, antes das perguntas ao Ministro Sérgio Motta, proponho que sejam ouvidos os outros convidados e, a partir daí, os Senadores indicariam, escolheriam os convidados que desejariam interpelar, para que o debate seja mais aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Eduardo Dutra, isso seria o ideal.

O Senador José Serra sabe, como os demais líderes, que o Ministro Sérgio Motta ficará aqui até as 12 horas.

Logo de início, agradeci a celeridade com que S. Exª compareceu aqui, demonstrando seu apreço e respeito ao Senado. Com os dois convidados, a Presidência poderá assim proceder, mas com o Ministro Sérgio Motta temos 7 minutos, mais uma prorrogação de 5 minutos, para poder ouvir os que estão inscritos.

Devo fazer esse registro porque não seria outro o caminho.

O Senador Elcio Alvares está abrindo mão de sua inscrição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Como assinalei, a minha proposta dependia da disponibilidade do Ministro. Como não existe, faço um apelo a V. Exª, a fim de que solicite a permanência dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço aos Srs. Senadores que não se retirem. Temos o Deputado Alberto Goldman que, por sugestão do eminente Senador José Fogaça, seria a pessoa mais apropriada para o debate. Portanto, sei que os Senadores não vão se ausentar.

Eminente Senador José Fogaça, V. Exª é o primeiro Senador inscrito.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Sr. Presidente, quanto à exposição do Ministro, considero-a abrangente e satisfatória. Não teria propriamente perguntas a fazer ao Ministro, mas não quero perder o direito da inscrição porque pretendo ouvir a exposição do Deputado Alberto Goldman sobre pontos que foram modificados no plano do debate legislativo, da elaboração legislativa, como a questão do acesso direto de qualquer cidadão, que foi introduzido na Câmara, pois não havia no projeto original; e também quanto à vedação da recondução dos diretores, modificada naquela Casa.

Como isso é inovação, em termos de agência, faço essas perguntas ao autor dessas propostas modificativas. Há também uma modificação quanto à criação de uma entidade de usuários, um organismo que considero novo e difícil de compor.

São perguntas que, tenho certeza, o Ministro gostaria de debater, mas a exposição de S. Exª já foi tão bem lastreada, tão bem fundamentada, tão ampla, tão satisfatória do ponto de vista do Ministério, que creio não teria perguntas a fazer a S. Exª.

O SR. SÉRGIO MOTTA – Senador, gostaria de dizer que foi um trabalho extremamente profícuo, até pela relação pessoal de muitos anos com o Deputado Alberto Goldman. Tudo foi feito de comum acordo: a recondução foi pedido do Ministério. Não quero entrar nessa discussão. Fui eu que vedei a reprodução, fazendo um apelo à Câmara, porque isso tirava a independência. Contudo, houve uma contribuição muito maior no esclarecimento dos recursos, porque o texto era complicado e complexo; gerou até aquelas matérias sobre o fundo, com cujos recursos eu queria ficar. Então, isso foi feito, em termos de técnicas legislativas, em termos de esclarecimentos. Em nível conceitual, nunca houve qualquer tipo de divergência, até porque a nossa origem ideológica é quase parecida.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou procurar fazer três perguntas mais ou menos objetivas e reservo-me para comentários depois na réplica, se houver.

Pediria ao pessoal da técnica que reproduzisse o quadro que fala dos próximos passos. O Ministro mostrou uma série de **slides** em que havia um cronograma.

A primeira pergunta é a seguinte: o art. 23 do projeto prevê que o Senado Federal deve aprovar a indicação dos cinco membros do Conselho Diretor. O art. 26 prevê que a perda dos mandatos só se

dará em termos de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, processo esse que vai ser instaurado pelo Ministério das Comunicações e decidido pelo Presidente da República. Teríamos um paralelo dessa situação de uma agência, que é uma agência independente dos Poderes. Creio que o único paralelo que eu encontraria seria com relação à indicação – como prevista na Constituição atual – do Procurador-Geral da República, que pode ser reconduzido, diferentemente deste, que é aprovado pelo Senado, mas que, para ser retirado pelo Presidente da República, precisa da autorização do Senado (o petróleo também precisa da autorização do Senado para retirada). Ou seja, o Senado autoriza a indicação, no entanto, para retirada, existe um processo administrativo, instaurado pelo Ministério das Comunicações, sobre o qual o Senado não tem nenhuma condição de avaliar o mérito, e também da Presidência da República. É fato que, na tramitação dessa matéria na Câmara, houve uma interação entre o Ministério e a Câmara dos Deputados, que era natural. Pergunto: será que não houve, nesse ponto, um esquecimento? Ou será que se relevaram as prerrogativas especificamente do Senado da República em relação a essa questão da indicação e da perda do mandato?

A segunda pergunta é sobre o CPQD. Em relação ao CPQD, a lei é um tanto quanto vaga, ou seja, coloca algumas alternativas – nesse sentido ela é vaga -, tem intenção de manter, mas coloca como alternativa empresa estatal, de economia mista ou não, fundação governamental, pública ou privada. Gostaria de saber se já existe alguma definição do Governo em relação ao que efetivamente vai ser feito pelo CPQD.

A terceira e última pergunta diz respeito à privatização. Como V. Ex.ª mesmo disse, o setor de telecomunicações hoje envolve mais recursos e tem até um caráter mais estratégico do que o setor do petróleo. O que temos visto na lógica internacional é uma concentração muito grande, uma formação de grandes blocos, de grandes conglomerados, que são compostos por diversas empresas. Não temos visto, não temos informações e até queria saber do Ministro se existe informação de algum país que tenha optado por fragmentar sua operadora de telecomunicações. O que tem acontecido é exatamente o contrário. Tem o exemplo dos Estados Unidos há algum tempo, mas mesmo as chamadas **baby bells** fragmentadas, cada uma delas é maior, bem maior que a Telebrás.

Em alguns desses países também, particularmente na Europa e na Ásia, existe a opção de manter uma empresa estatal atuando em regime de concorrência com as empresas que entram no mercado.

No caso do setor petróleo no Brasil, o Governo optou, através de um compromisso que o Presidente da República fez com o Senado, quando da votação da quebra do monopólio do petróleo, em manter a Petrobrás enquanto empresa estatal – isso está expresso, inclusive, na lei do petróleo, que está tramitando nesta Casa.

Por que essa diferença de estratégia do Governo entre setor petróleo e setor telecomunicações? No caso do petróleo, houve o compromisso e a deliberação de manter a Petrobrás enquanto empresa estatal e, no caso das telecomunicações, na própria lei já há uma autorização geral para o Governo privatizar todas as empresas, inclusive a Embratel.

Assim, queria desaguar em outra pergunta relacionada. O Ministro, na sua exposição, diz que ele só concebe a privatização com um órgão regulador forte, um órgão regulador atuante, que venha a garantir interesse público. Num dos **slides** apresentados, anotei literalmente, em relação ao órgão regulador, o seguinte: "Precisa de tempo para organizar-se e escrever as regulamentações" – e estabelece, nesse tempo, um prazo de cinco anos. No entanto, as notícias que têm sido dadas, em termos até de arrecadação de recursos por parte do Governo, com a privatização da Telebrás, apontam esse cenário já praticamente imediato.

Então, eu gostaria de levantar se é ou não uma contradição essa questão do processo de privatização que a Petrobrás vem fazendo, que o Governo tem intenção em relação à Telebrás, e esse cenário com o órgão regulador.

Recapitulando a questão: por que a diferença de opção entre petróleo e telecomunicações e se há algum paralelo em outros países que tenha optado por fragmentar a sua operação de telecomunicações?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ministro Sérgio Motta.

O SR. SÉRGIO MOTTA - Senador, em relação a sua primeira pergunta, a garantia que nós queremos dar à diretoria do órgão regulador é fundamental como garantia de independência, do interesse do País, do povo. Nosso medo é que, tanto é que se indica que o Senado aprove, se estabelecer um procedimento complexo para tirar, para que não ficasse ao sabor da vontade política de algum ministro, de algum presidente ou de qualquer outro tipo de influência. Ele tem segurança, porque ele vai ser uma

pessoa – por isso penso que esse negócio de salário é um problema – que vai contradizer interesses enormes, o senhor sabe disso. V. Exª pega o FCC americano, o diretor-geral do órgão é uma figura pública, com extrema força nos Estados Unidos. Quem cuida das telecomunicações lá, a nível político, é o vice-Presidente Gore.

Em qualquer país do mundo que o senhor vá, as telecomunicação hoje é a pauta política do dia. Inclusive, eu não disse aqui que a nossa grande pretensão é virar um G-8 em telecomunicações. Estamos reivindicando sentar à mesa. Temos, em termos geoestratégicos, o senhor sabe disso, uma posição extremamente privilegiada, sobre a qual não pude me alongar aqui. Temos sistema de satélites, que é relativamente complexo, inclusive saindo a concorrência este mês, que é um satélite de terceira geração, com aquela Banda KU, que é a banda digital. Devemos ir ao Brasilsat 4 da Embratel, porque o 3, que lança no começo do ano, já está preenchido e já tem espaço para mais um. E, no sistema terrestre, não sei se os senhores sabem, todo o Mercosul se comunica com o resto do mundo pelo Nisur e pelo Cabo Rio/Fortaleza. O Chile também se interliga e, a partir do Brasil, sai o Américas Columbus, que vai para a América, da América vai para a Europa e agora tem um cabo analógico velho que fazia o outro lado do triângulo, que era Brasil/Portugal via África. Foi uma grande conquista que, na minha viagem a Portugal, nós já vínhamos negociando, e agora na cimeira que vai ser feita em 23 e 24 de julho, vamos assinar o contrato de um consórcio de 27 países e construir o novo cabo digital. Ou seja, tem uma importância já estratégica e fundamental.

Quem for agência precisa ter segurança pessoal, técnica. Por isso sempre defendi a não-recondução. Vou ser prático. Ele, para ser reconduzindo, começaria a fazer gestões, trabalharia o Congresso, ia procurar ministros, concessões. Ele perde a independência.

Por isso vamos definir três anos – e o Gore também estava preocupado com isso – e vamos dar garantia. E aquele procedimento é o contrário, Senador, temos que ter, para a pessoa ter segurança.

Agora, o Senado sempre se manifesta sobre novos nomes. Ele terá oportunidade até de se manifestar não aceitando uma eventual indicação. Pode-se retirar por esses procedimentos que são rígidos. Vai ao Presidente da República. E o Senado, quando for apresentado outro nome, pode não aprovar. Ele pode se manifestar. Penso que aí, lendo a lei, está absolutamente garantido. Pelo contrário, há partes da lei que acho mais diferentes de outros procedimentos. E é diferente do Procurador-Geral, porque lá ele pode ser reconduzido.

A lei ser vaga, o senhor me desculpe, vou dizer uma coisa, com o maior orgulho, em nome da minha equipe, Renato Guerreiro, todo o secretariado, o Duprat, que é chefe de gabinete, ele é considerado hoje um marco na regulamentação do serviço público no País. Esse orgulho profissional eu tenho. O senhor vai a qualquer país do mundo e pergunta o que eles acham da lei brasileira. O senhor se orgulhará de ser brasileiro. Então, vaga ela não é. Pelo contrário, é que o CPQD, e mesmo a parte dos dois fundos, não podia... Na lei, concebi. Vou ter que mandar outras leis para aprovar. Nos Estados Unidos, no Bell Core, eles tentaram, quando se fez aquelas coisas com as baby bells, que ele prestasse serviços. Acontece que, na hora que o MTAT(?) ganhou, ela mesmo fez um laboratório e enfraqueceu. O Bell Core hoje está sendo transformado em empresa privada. Não queríamos isso. Estamos perseguindo o modelo. Temos gente trabalhando há um ano. Fizemos já um encontro no CPQD, o Dr. Graciosa, que é o diretor dele, pode dizer, trazendo pessoas do mundo inteiro que passaram pelo problema. Havia muita dúvida e hoje estamos chegando a uma formulação final.

O que estamos fazendo agora? Estamos transferindo todos os laboratórios de ciência pura para as universidades, porque não tinha sentido esses laboratórios ficarem instalados no CPQD. Porque o CPQD deve virar um centro de desenvolvimento tecnológico apoiando a indústria. Não tem que ficar, como eu brinco com ele, olhando se é uma instalação bonita, etc. Tem que ter compromissos, como foi o Trópico R.

Vamos mandar uma lei, vou ter que mandar. Não podia tratar tudo lá, porque é uma outra lei.

A última coisa, sobre a privatização, penso o seguinte: primeiro, o órgão regulador tem que ser forte, reafirmo, digo isso desde o início. Tanto é que já estamos acelerando. Aqueles cinco anos são o projeto final. Quer dizer, já estamos fazendo, mesmo com o risco de alteração da lei. Já tenho uma empresa contratada, a Via Unan Internacional de Telecomunicações, que está trabalhando em toda a regulamentação para essa etapa, que tem muito trabalho.

Como já tem uma empresa que está trabalhando no detalhamento do órgão, no detalhamento de outra empresa, no modelo de privatização. Foi a forma de avançarmos.

Reafirmo que, até novembro, dezembro deste ano, vamos dizer, outubro em diante, serão lançados os editais da Telesp, provavelmente, da Embratel. Que editais? Não é para privatização ainda, é para contratar as empresas que vão fazer aquele processo todo de avaliação patrimonial, porque a intenção do Governo é, até o fim do primeiro semestre do ano que vem, fazer, realmente, a privatização das Telebrás e Embratel. Paralelamente, também iremos conduzindo as outras **holdings**. O projeto prevê que, até o final de 1998, todas tenham sido conduzidas. Então é esse o cenário.

Falei da Embratel porque me preocupa mesmo. É uma das que estamos nos dedicando mais. Pouca gente sabe que tem sistema de satélites. A Embratel tem quase dois milhões de fibras óticas, tem os cabos. Fiquei até assustado com o volume de circuitos internacionais de que ela é dona é enorme. Sendo assim, sua privatização deve ser objeto de um extremo cuidado onde a União tem de preservar o seu poder através de golden share, assim como tem de preservar a forma, que é o que estamos discutindo. Quem vier explorar os serviços da Embratel não pode ter nenhum vínculo com nenhum tipo de exploração de serviço de telecomunicações, porque, do contrário, deixaria de ser democrático.

Há uma acuidade absoluta e a regulamentação está em andamento. Estamos abertos para quem tiver interesse. Tenho trabalhado, além daquela comissão especial de supervisão, num fórum – sempre faço um fórum, são mais de 100 seminários, uma loucura nesse um ano e meio. Fizeram entre eles reuniões, das quais participei de diversas. Li essa lei em conjunto com a equipe básica pelo menos vinte vezes. Hoje, o fórum está discutindo toda essa regulamentação e o CPQD.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

Senador José Eduardo Dutra, senão não terei oportunidade de conceder a palavra ao Senador Lauro Campos. O Ministro já me avisou duas vezes da sua saída.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Só uma pergunta que ele não respondeu. Algum exemplo que o País...

O SR. SÉRGIO MOTTA - Posso lhe dizer o seguinte: por exemplo, existe o Protocolo Verde na Europa, que prevê todo um programa para a Europa. Portugal avançou, vai concluir a privatização agora. A França está atrasada, até agora, com a situação política, porque é um paquiderme. Sua economia é inteiramente estatizada. Isso traz problemas à França, que está 10 anos atrasada tecnologicamente em diversos setores. E eles sabem disso.

Se tomarmos como exemplo a Alemanha, agora abriu o capital 35% da Deconsult da Deustch Telecom, mas não é ainda um processo de abertura porque eles têm prazo do Protocolo Verde, que vai até 1999/2000.

No caso de países da América Latina, que também foram abertos, sou contra. Não quero citar. Foi feito um desvio, porque, como não tem monopólio privado, melhorou muito o serviço, só que em área urbanizada e apenas cresceram o preço.

Eu poderia citar o caso dos Estados Unidos porque esse nosso modelo é muito parecido com a lei americana nova, que é plena e total competição em qualquer área geográfica, para qualquer serviço. O mundo caminha para isso.

Vou lhe convidar a irmos juntos a uma reunião da OMC, na Comissão que discute telecomunicação. O mundo está fervendo em idéias e todos caminham para a plena competição. Esse problema de manter uma empresa única é que, na hora em que se puser uma empresa dessas com a força que tem a Telebrás, vai acontecer como a British Telecom: não tem competição. A British Telecom tem 80% e a América atende. Isso não existe; é uma mentira. A abertura do mercado inglês é uma mentira. Agora estão pressionando. Ela terá de abrir mão de mercado porque não melhora o serviço. Melhorar serviço para eles é outra coisa. Trata-se de melhora da qualidade e preço. Na verdade, existem exemplos; o mundo está discutindo isso. É o que prova a reunião da OMC.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire e, em seguida, ao Senador Lauro Campos, dentro do tempo para que o Ministro possa sair, Mas a Presidência garante a palavra aos dois eminentes Senadores.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas dizer da importância do tema que estamos discutindo, não só do ponto de vista econômico – por ser um setor extremamente dinâmico em todas as economias e, no Brasil, está-se revelando – mas como é de ponta e trata-se de uma questão que define bem esse processo de globalização, está provocando também uma discussão em torno de novos entes, os quais eu não chamaria de estatais, mas da Administração Pública brasileira.

Estão sendo previstas agências para o petróleo, para a energia e para as telecomunicações. Neste setor, penso que precisamos de ter uma preocupação no sentido de nos aprofundarmos no assunto, porque talvez seja esse o caminho de se ima-

ginar um Estado regulador social do mercado – pois trata-se de um setor de ponta, o perfil do novo Estado, como administrar.

Essas agências, então, parecem-me algo fundamental – inclusive com sua composição consultiva de participação da cidadania, abrindo o que acredito ser moderno, que é o espaço público que não se constitui em estatal ou privado, mas um Estado público onde se encontrem todas essas esferas.

Uma outra questão não é propriamente para o Sr. Ministro, até porque não cabe perguntar a ele se o Senado Federal deve interferir na destituição ou na exoneração de membros desse Conselho. Quem deve resolver se devemos participar desse processo ou não é o próprio Senado. O Executivo deve achar até que é mais cômodo... não estou fazendo uma crítica a você não.

A minha impressão é de que o Senado, ao aprovar, tem de ter presença também na exoneração ou destituição. Senão, será um mero referendo.

Estamos assistindo a isso, em inúmeras oportunidades, na questão do Banco Central. E não há vitaliciedade alguma em nenhum desses cargos, sendo que, nesse caso, vem com mandato, o que é bom, porque no Banco Central ainda não há isso. Já é um avanço o fato de não ter recondução.

Mas é importante discutir o fato de que isso não pode ficar a critério do Poder Executivo num mero processo administrativo. Por mais justo que seja, se houve a aprovação do Senado, penso que deveríamos estudar uma forma de esta Casa também participar quando se tratar daquele tipo de processo.

Outro ponto a que me refiro – e considero importante a experiência que o Sr. Ministro está tendo – é em função do Banco Central, órgão fundamental de fiscalização monetária. Trata-se de uma das questões sobre a qual muito se tem discutido e nada resolvido. Como estamos criando uma nova agência, esse novo ente da Administração Pública, seria importante que o Ministro desse a sua impressão sobre a questão da, vamos chamar assim, "quarentena".

Trata-se de um setor no qual as pressões serão excessivas. A recondução é uma tentativa de evitar que as citadas pressões possam ser ainda mais estimuladas. Está prevista uma quarentena apenas de um ano, no sentido de que, quando sair, não terá nenhuma relação com o Órgão ou com quem tenha relação com a agência, privado, público, independentemente de qualquer fato. É fixado no art. 30 que, até um ano deixado o cargo, é vedado ao ex-Conselheiro representar perante a agência.

Gostaria de saber – e era essa a impressão do Sr. Ministro – se um ano é o tempo suficiente para imaginarmos esse descolamento necessário.

Penso que a sociedade ganha se começarmos a acabar com certa hipocrisia. Vendeu-se automóvel do ministério, ou uma residência do Ministério, acreditando-se que iríamos ter a ética na política, e o que assistimos foi exatamente o contrário.

Devemos ter uma quarentena em que a sociedade arque com o ônus, porque é muito menor do que o tráfico de influência que pode existir se não tivermos essa capacidade. E parece-me que um ano é pouco. Gostaria de ouvir o Sr. Ministro, pela sua experiência.

O SR. SÉRGIO MOTTA – A primeira não é resposta, mas a referência de que o órgão realmente é vital. Até defendo a tese, e continuo no Governo, de que devíamos rever essa parte da Constituição. Onde ela fala em sociedade de economia mista e autarquia, agora surgiu um ente administrativo novo, que era a nossa tese. Vou mandar a V. Exª a proposta, que fizemos, de um órgão, considerando um ente administrativo novo, a partir de um parecer sobre o qual o Dr. Quintão... Ficou um pouco assim... Fala-se de órgão regulador de telecomunicações e petróleo. Fala-se somente nestes dois. Se se falasse em órgão independente, apenas essa mudança na Constituição permitiria caracterizar como um ente administrativo novo.

Nós tínhamos uma equipe muito grande, com o Sr. Carlos Ari e um pessoal, e formulamos a proposta como um ente administrativo novo. Mas o Governo não se sentiu em condições políticas – e isto está na introdução – de bancá-lo. Eu teria bancado e acho que ele vai ter que bancar. Porque ao legislar sobre esse ente administrativo novo, sobre uma nova estrutura de Estado que se está construindo, daríamos a esse ente o que ele precisa ter, inclusive flexibilidade salarial.

Como vou pagar ao presidente desse órgão R$4,700 milhões? Ou o sujeito é um abnegado ou um picareta ou ele não vai agüentar. Eu tenho pedido ao pessoal do sistema para que continue com apelos pessoais, políticos, quase que de empolgamento.

A primeira empresa que surgiu, não sei se V. Exªs já viram, a Americel, fez um anúncio de uma página. Ao contrário do que diziam, vai haver agora muito mais emprego e salários muito melhores. Eu fiz um acordo de cavalheiro com os companheiros das teles, com um certo autoritarismo democrático, de que eles não podem tirar ninguém do sistema por um ano, senão não acabam o trabalho.

É preciso, eu defenderia, é uma tarefa do Governo e do Congresso, repensar essa nova estrutura do Estado. Nela, na realidade, ficarão três órgãos reguladores. Acho errado ter petróleo, energia elétrica... Haveria três agentes e um ministério articulador, aquilo de que o Presidente falou. O Ministério vai ser coordenador de infra-estrutura. Não deu certo antes, na época citada por V. Exª, porque antes ele era executor de tudo. Desta forma, não é possível. E, realmente, a estrutura do Estado pode juntar outros ministérios.

Os pesados devem ser os sociais, que são os da educação, saúde, segurança, terra e agricultura. Fazemos tudo ao contrário.

Quanto à demissão, surgiu uma dúvida constitucional naquela época sobre ser ela um ato do Executivo. Essa é uma discussão mais de ordem jurídico-constitucional. E a conclusão foi que a aprovação, senão a demissão, era um ato do Executivo.

Em relação à quarentena, concordo integralmente com ela. Nós já avançamos neste ponto, mas foi uma briga. Eu defendo uma quarentena de até três anos, mas pagando-se o salário que o funcionário ganhava no órgão, a não ser que ele seja empregado e vá trabalhar em outro setor, pois aí ele comprovará. Caso ele monte uma loja e, por exemplo, comprove que tem uma renda equivalente à que tinha. Isso será gratuito para o Brasil.

Eu gostaria de pagar bons salários para esses dirigentes, R$15 ou 20 mil, porque é o que paga o mercado. Nessa briga, já ganhamos um **round**. Eu, por mim, ampliaria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) -- Ministro Sérgio Motta, a Presidência sabe que o seu horário está absolutamente estourado. Já consegui a compreensão do eminente Senador Eduardo Suplicy, sei que o mesmo ocorrerá com os Senadores Levy Dias e Esperidião Amin.

Contudo, garanto a palavra ao Senador Lauro Campos. Tão logo V. Exª acabe a resposta a S. Exª, a Presidência pede aos Senadores Elcio Alvares e Romeu Tuma que, em nome da Presidência, levem o Ministro Sérgio Motta, enquanto tomará assento o Deputado Alberto Goldman, que é da Casa.

Tem a palavra o Senador Lauro Campos.

Peço a atenção de V. Exªs para o Senador Lauro Campos.

Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, eu gostaria de começar agradecendo essa extrema demonstração de apreço e consideração pelo Senado Federal com que a presença de S. Exª o Sr. Ministro, que acaba de nos surpreender. É que esse projeto tramitou pela Câmara durante dois anos e, de repente, 216 artigos são atabalhoadamente enviados ao Senado.

Parece que cometi um engano?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Foram seis meses, apenas.

O SR. LAURO CAMPOS – Não é o que diz este documento. Então, as informações são todas divergentes. De qualquer forma, fico com a de seis meses, porque não tivemos seis dias.

Como eu não poderia me documentar suficientemente, como não será possível conscientizar-me sobre o que deveremos votar nesse projeto de tão grande importância, votarei em branco ou contra. Não tenho condições de votar, apesar da excelente aula, tão rápida, tão açodada e tão esclarecedora, que nos foi ministrada pela inteligência e fulgor do Ministro Sérgio Motta.

A respeito do **timing**, eu gostaria de fazer apenas uma consideração. É interessante como, tendo ficado lá todo esse tempo, de repente é preciso aprovar essa matéria. E exigem uma aprovação a toque de caixa do Senado, apesar de ter dito o Ministro Sérgio Motta, agora, ao responder à última pergunta, que a questão é eminentemente política, que não há nada a ver com o **timing** político da reeleição. A pressa não tem nada a ver com os 42 projetos de investimento que, de repente, esquecidos de que havia um enxugamento e uma contenção de gastos, agora estão aí. Perguntado sobre este assunto, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, à página 10 do Caderno A da **Gazeta Mercantil** do dia 19 do mês passado, afirmou: "Petróleo é dinheiro. Dinheiro não vai faltar." John War também dizia isso há 200 anos, quando foi presidente do Banco da França: "Dinheiro não vai faltar." E transformou patrimônio público em lastro para emissões, ocasionando o maior desastre da história econômica daquele país.

O que eu gostaria de dizer é que não estamos repetindo um **potlatch**, aquela grande cerimônia em que os índios de Nova Iorque queimavam o excedente, faziam uma queima ritual do excedente. Estamos agora diante dessa situação.

Gostaria de saber se V. Exª já mandou calcular o impacto, na balança comercial e no balanço de pagamento, proveniente dos investimentos que estão entrando e estão sendo realizados. A mesma coisa pergunto sobre a taxa de inflação. Qual será o impacto sobre ela desses fantásticos R$40, outro dia ouvi R$75 bilhões, e, agora, em pouco tempo,

R$120 bilhões em investimentos, com a criação de 700 mil empregos?

Finalmente, para terminar o meu grande espaço de tempo, indago: que destinação o Governo pretende dar aos recursos decorrentes da privatização das teles, que, em princípio, como a Vale do Rio Doce, pertencem ao povo?

Esta última questão aqui foi transmitida, dentro do meu tempo, pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SÉRGIO MOTTA – Sr. Senador, em primeiro lugar, devo dizer que lamento não poder contar com o seu voto, exatamente porque respeito muito a qualidade intelectual de V. Exª e o seu papel como professor emérito da UnB.

V. Exª sabe que sou uma pessoa sobre a qual podem fazer muita crítica, menos a de que eu não converse e não dialogue – até falo demais.

O SR. LAURO CAMPOS – Falei que, talvez, votasse em branco.

O SR. SÉRGIO MOTTA – Gostaria, pelo menos, de contar com isso, porque permanece uma dúvida.

Sobre o tema até me alongaria mais; contudo, eu me autolimitei. Na Câmara, falei por 2 horas e 15 minutos; em Portugal, recentemente, demorei 2 horas e 45 minutos. Um jornalista, inclusive, disse que estou com mania de Fidel Castro. Se eu incorporasse Fidel Castro, sentir-me-ia mais feliz. Mas não é; trata-se de uma questão muito grave para o País, que envolve aspectos tanto de ordem financeira quanto de ordem técnica. Assim, eu me autolimitei; todavia, estou aberto a qualquer tipo de discussão que V. Exª entender necessária.

Em relação ao **Brasil em Ação** não queria fazer comentários, mas cerca de 44% – quase 50% – dos investimentos do **Brasil em Ação** são em telecomunicações. São esses os investimentos de que falei para V. Exª. São quase 50%; V. Exª pode ver o peso que isso tem.

O SR. LAURO CAMPOS – Talvez daí a pressa.

O SR. SÉRGIO MOTTA – Não, Excelência.

Em relação aos impactos, quero dizer que, primeiro, quanto aos R$75 bilhões a que V. Exª se referiu, eles foram do primeiro **by pass**. Eles foram revistos e foram para R$91,5 bilhões.

O SR. LAURO CAMPOS – Mas falaram em R$75 bilhões!

O SR. SÉRGIO MOTTA – Do ano passado. Depois revimos. A cada primeiro trimestre, fazemos uma revisão do **by pass** do ano passado. A revisão levou a R$91,5.

E quando digo mais de R$120 bilhões, refiro-me a negócios; não a investimentos.

Em relação ao impacto na balança comercial, tomamos extremo cuidado, porque, realmente, no caso do celular, por haver uma legislação equivocada, que dava uma taxa de 20% para componentes e 0% para produto acabado, estimulava-se a importação. Agora, com esse impacto, é preocupante, tanto que ontem mesmo tive uma reunião com o Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros e com o Dr. José Roberto Mendonça de Barros sobre isso, porque o volume é grande.

Todavia, primeiro, revisamos as alíquotas, o que, inclusive, foi publicado há 15 dias. Todas as alíquotas passaram a ser 0% para estimular a importação de componentes e se produzir aqui. Segundo, estabelecemos um fundo de investimentos, via BNDES, de financiamento, até em moeda forte, que não é inflacionário, com um custo baixíssimo. Custo do tipo que se deu na Embraer. Veja Exª: por que nós ganhamos a Embraer no exterior? E podemos até, se dermos sorte, ganhar três de garganta. É porque o Governo hoje está financiando a níveis internacionais. Por isso é que se ganhou a Embraer.

Na realidade, já temos dez projetos. Posso até citar a Ericsson, Alcatel, Nortel, Qualkon(?), Motorola, que já estão pedindo financiamento. Ocorre que uma fábrica nessa área de alta tecnologia – V. Exª sabe – custa R$60 milhões. Inclusive, na primeira vez, o pessoal do BNDES estranhou, dizendo: "Mas isso não é barragem!" É assim mesmo.

A Motorola inaugurou há um ano o primeiro módulo das dez fábricas que vai fazer. Hoje, o nosso interesse não é o consumo interno, mas a exportação para a América do Sul. E fiquei surpreendido com a viagem do Dr. Luiz Carlos, porque surgiu a possibilidade, inclusive, de exportar para os Estados Unidos determinado tipo de componente.

Não haverá, assim, nenhuma possibilidade de afetar a balança comercial; porém, temos – e V. Exª tem razão – de seguir estas duas políticas: a da alíquota, que já foi aprovada, já está em vigor. Fizemos com a ABINEE; e o de financiamento, que não é inflacionário, porque o financiamento é pago.

Pois bem, por último, quanto ao problema do impacto inflacionário, não acredito que haverá; acredito, sim, que haverá um impacto brutal no emprego, como já está havendo. Está beneficiando o povo. Os trabalhadores do setor de telecomunicações ganharão mais, terão mais mercado. Digo para o pessoal da Fistel que eles estão enganados. Eles agora estão percebendo que estão enganados, porque vão ganhar mais.

Por último, não quero entrar nessa polêmica, porque não é a minha área, mas tenho uma posição pública. Há Deputados aqui que vão ganhar mais...

O SR. *(Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO MOTTA – É que o Deputado é do setor.

Na realidade, tenho uma posição pública. A meu ver, os recursos oriundos da privatização – e o Presidente já expressou isso – devem ir – e penso que isso é um assunto resolvido; o Dr. José Roberto e o Dr. Luiz Carlos pensam de igual maneira e o Presidente assim já expressou – para um fundo de reconstrução econômica, que estava em estudo, ou se deve encaminhar uma parcela para o Tesouro. Para administrar dívidas, como já se fez no caso da Vale.

Mas penso que há uma política geral, como estão fazendo com a banda B. Mas não adianta. A meu ver, podia se fazer algo justo, como 40%, só que eu não queria falar em participações, porque isso pode ser flexível. O Presidente da República deveria determinar a cada ciclo.

Algo como 40% vai para o Tesouro; 40% vão para investimentos não inflacionários, do tipo financiamento via BNDES, e os 20% restantes têm que ir para projetos sociais.

O Presidente determina no Executivo e manda para o Congresso.

O SR. *(Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. SÉRGIO MOTTA – Sim, mas eu estou dizendo em termos de edição pelo Executivo.

Na realidade, penso que uma parte deve ir para projetos sociais, que são fundamentais. Nós devemos fazer. Por que não se pegar R$1 bilhão da banda B e não aplicar em saúde?

A meu juízo, esse esvaziamento do papel do Estado, para terminar, Senador, vai gerar recursos que devem garantir o fortalecimento da agência para que tenha absoluta regulação, e a utilização desses recursos deve ser dirigida para a construção desse novo Estado e do seu novo papel social. Isso implica Tesouro, implica financiamento e projetos na área social.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência quer pedir desculpas aos eminentes Senadores Levy Dias, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy e José Serra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, porque o Ministro teria que sair ao meio-dia.

Ademais, a palestra do Deputado Alberto Goldman deveria começar às 11h30min. Estamos com uma hora de atraso e temos que ouvir o Dr. Gaspar Viana.

Assim, suspendo a reunião por três minutos, enquanto os Srs. Senadores designados conduzirão, em comissão, o Sr. Ministro, a quem apresento meus cumprimentos.

(A reunião é suspensa às 12h37min e reaberta às 12h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está reaberta a reunião.

Dr. Gaspar Viana, o eminente Deputado Alberto Goldman lhe cede a vez e pede para falar depois. Em segundo o Senador José Eduardo Dutra, para que se estabeleça melhor o contraditório.

Convido-o a tomar assento à Mesa.

A Presidência registra a presença do Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente do Senado Federal.

Eu pediria aos eminentes Senadores que tomassem assento nas respectivas bancadas. (Pausa.)

A Presidência, em primeiro lugar, quer registrar a alegria, em caráter particular, pela presença de dois velhos amigos: do Deputado Alberto Goldman, a quem estou unido por antigos laços de amizade, e do Dr. Gaspar Viana, que tive o prazer de conhecer quando era Presidente da Embratel o meu velho amigo Renato Archer.

Desse modo, feito esse registro, para que conste da ata dos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Dr. Gaspar Viana.

A lista de oradores inscritos será a mesma, começando de baixo para cima e V. Exª terá um lugar privilegiado.

O SR. GASPAR VIANA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejo, com satisfação, alguns membros do Senado que passaram pelo setor de telecomunicações e lhe emprestaram seu conhecimento e brilhantismo, como os Senadores Hugo Napoleão, José Ignácio e Esperidião Amin.

Captei um pouco das palavras do Ministro Sérgio Motta e procurei verificar até que ponto elas tinham adesão ao projeto em exame. Mais uma vez, pude verificar que, entre as palavras do Ministro Sérgio Motta e o projeto propriamente dito, existem duas realidades diferentes: o Ministro vive num setor mais ligado à realidade virtual, não à realidade palpável e concreta que está em exame, que é um projeto de lei de telecomunicações. Há muito de intenção e vontade em seu discurso, muito, talvez até, de política governamental, mas muito pouco de adesão ao texto que está entregue ao exame desta Casa.

Disse, por exemplo, S. Exª, que o projeto havia sido debatido em grande escala, quando, na verdade, não houve debate algum. O projeto foi elaborado em gabinetes do Ministério das Comunicações por

equipes que sabemos formadas por especialistas internacionais e que tinham o propósito único de facilitar os objetivos desses grupos internacionais, que não tinham nenhuma adesão ao interesse nacional.

Nesse projeto, verificamos sete pecados capitais e treze grandes equívocos substanciais. Não vou deter-me nesses vinte pontos e acho que não é de meu direito adentrar em profundidade no projeto, com esse nível de exigência que ele estaria a merecer, em função do adiantado da hora. Vou me referir, na verdade, a apenas dois ou três desses erros fundamentais e aos sete pecados capitais do projeto de lei, que, esses sim, entendo sejam vitais.

O primeiro grande equívoco que vejo nesse projeto é que ele suprime, do Congresso Nacional, a competência de dispor sobre políticas públicas, que é uma competência, salvo engano – estou na presença de alguns constitucionalistas -, constitucional. Apenas o Congresso Nacional pode dispor sobre políticas públicas. O Poder Executivo – parece-me acaciano – executa políticas, não as formula. Mas já no art. 1º, a lei diz:

> "Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas governamentais estabelecidas pelo Poder Executivo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações."

Ora, a competência constitucional da União não é de organizar a exploração dos serviços de telecomunicações, mas sim de explorá-los, diretamente ou mediante concessão.

O art. 17 do projeto diz o seguinte – os Srs. Senadores me perdoem, estou me reportando ao projeto da Câmara, ainda, porque vou ter dificuldade de localizar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Já é Executivo e Legislativo.

O SR. GASPAR VIANA – Então, vamos ver se isso ocorre no art. 17.

Na verdade, somente ontem à tarde fui comunicado deste evento, que seria hoje pela manhã. Não tive o tempo necessário, que seria conveniente.

O SR. *(Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. GASPAR VIANA – Eu acho que seria melhor, porque vou gastar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Seria melhor que déssemos a oportunidade ao Deputado Alberto Goldman para fazer as suas considerações.

O SR. GASPAR VIANA – Certo. Bem, o art. 17 estabelecia que – deve ser, talvez, o equivalente, não sei se houve mudanças -:

> "As políticas governamentais para o setor de telecomunicações serão estabelecidas e revistas por decreto do Poder Executivo, a quem caberá instituir e eliminar prestação de modalidade do serviço público, aprovar plano geral de outorgas..."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O art. 17 que S. Sª está lendo nem existe. Então, acho que deveria ser fornecido ao Dr. Gaspar o texto atual.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Texto atual para o Dr. Gaspar Viana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ao menos como referência, S. S.ª vai ter que trabalhar com os dois.

O art. 17 é: "A extinção da agência somente ocorrerá por lei específica...

O SR. GASPAR VIANA – Então, estaríamos no art. 18:

> "Cabe ao Poder Executivo, observadas as disposições desta lei, por meio de decreto, instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviços públicos, concomitantemente ou não à prestação no regime privado; aprovar o plano geral de outorgas de serviço prestado..." – e por aí vai.

Então, vamos verificar que, no art. 18, da forma como está estabelecido, o Poder Executivo tem poderes que representam o poder de legislar, e não o poder que seria restrito, que seria o poder unicamente de executar serviços.

Bem, nesse aspecto, que me parece fundamental porque trata da competência do Poder Legislativo de formular políticas, em momento algum – repare Senador Esperidião Amin, depois poderá o Deputado Alberto Goldman me corrigir se estiver errado – a formulação de políticas de telecomunicações foi transferida para o Poder Executivo, até por que o órgão regulador passa a ser do Poder Executivo, não do Poder Legislativo. Então, essa transferência de poder está bem clara em todo o corpo do projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O independente não existe.

O SR. GARCIA VIANA – O independente não existe.

O segundo ponto que gostaria de destacar dentre esses que me parecem importantes na lei é que ela incorpora – e o Deputado Alberto Goldman me corrija se estiver errado – a antiga lei do Fistel, do Fundo Nacional de Fiscalização de Telecomunicações. Ela está adotando a taxa de fiscalização instituída por uma lei de 1966. Ocorre que essa lei de 1966 exclui do pagamento do Fistel o serviço telefônico público, porque, à época, ele era prestado, na

filosofia de então, por empresas estatais. A partir do momento em que os serviços serão privatizados por força dessa lei, seria fundamental que também eles pagassem o Fistel. Não bastasse esse fato, não existe correspondência entre a nomenclatura da lei de 1966 com a da nova lei. Então, adotou-se um corpo estranho de 1966, que foi embutido, com uma nomenclatura absolutamente ilógica.

Nessa lei do Fistel, temos taxas que são cobradas em valores absolutamente ridículos, menores do que o IPTU de uma casa de subúrbio de qualquer Estado do Brasil. Os serviços de TV, por exemplo, vão pagar, anualmente, de Fistel – serviço de televisão – R$1 mil e 200; os serviços de TV por assinatura, R$134 e o serviço de TV por satélite, alguma coisa correspondente a isso. Cada emissora de TV pagará, anualmente, de Fistel, R$268,16.

Primeiro, temos um corpo estranho incluído em uma lei nova – de 1966; segundo, com uma nomenclatura que não está em nada adequada ao corpo da nova lei; terceiro, com valores absolutamente ridículos, face ao porte dos investimentos que o próprio Ministro Sérgio Motta fez questão de aqui ressaltar.

Além desses pontos, temos outros que poderiam ser indicados. Limitar-me-ei a apontar aqueles que me parecem ser os sete pecados capitais dessa lei – como disse antes -, para poupar o tempo de V. Exªs.

O primeiro deles é o fato de ela ser absolutamente incompleta. Como é sabido, na história legislativa dos povos, toda codificação significa um estado avançado de elaboração legislativa. Pois bem, ao lado do Código Penal e do Código Civil, o Brasil, em 1962, passou a ter o Código de Telecomunicações. E o que fez o Governo? Ao rejeitar a nomenclatura especial, dedicada às leis completas – código -, optou por uma lei parcial que volta as costas à fusão da informática com as telecomunicações, excluindo de sua abrangência até mesmo o serviço de valor adicionado, como aqueles prestados através da Internet.

Vejam os senhores que a lei norte-americana tem mais de dois mil artigos. Dedica todo um título às questões da informática com o setor de telecomunicações. Esta lei, por sua vez, não toca nesse assunto, como se ele não existisse, e exclui também, de suas disposições, serviços importantíssimos, como TV a cabo, que não está tratada nesta lei, TV por assinatura, TV via satélite, telefonia celular, rádio e TV convencional. Comparativamente, é uma lei dez vezes inferior à norte-americana e oito vezes menor que o projeto italiano. Desta forma, é uma lei incompleta, porque não atende às questões vitais em termos de codificação. Essas disposições, relativas à exclusão, estão todas nas disposições transitórias da lei.

O segundo pecado capital reside no fato de a lei, como elaborada, não subordinar as telecomunicações aos objetivos fundamentais do País. A Constituição brasileira estabelece, em disposição clara, quais são esses objetivos e esta lei não tem nenhuma aderência a eles.

Há, é verdade, declaração de intenção. A lei estabelece vários princípios como acesso aos serviços básicos e à universalização dos serviços, mas quando a pessoa procura estabelecer qual é a relação entre esses princípios e a realidade, não verifica nenhuma correlação.

O Governo, por exemplo, vai vender concessões, conforme ocorreu ontem no Distrito Federal. Mas a lei não estabelece, em nenhum momento, a exigência de cadernos de encargos, como acontece na lei francesa. Vários projetos foram apresentados na Câmara para que esses cadernos acompanhassem as concessões, mas eles não existem. Portanto, vai depender de uma negociação que deveria ser prévia.

Hoje, as empresas que vão entrar na área de telefonia celular e os contratos que serão assinados não estão subordinados a nenhum tipo de condição prévia que teria que ser apresentada. A lei poderia, por exemplo, condicionar a outorga de concessão de serviços sofisticados, como os de satélite, ao atendimento de baixo custo às áreas carentes, como a Amazônia ou, em Minas, o Vale do Jequitinhonha. A lei não estabelece esse tipo de compromisso paralelo.

O Ministro disse, hoje, que isso seria aconselhável, que será feito e que é fundamental, mas não há qualquer adesão do que S. Exª diz ao texto da lei. Desta forma, digo que o pronunciamento do Ministro se baseia em uma lei virtual, existente em sua cabeça mas não nas disposições concretas deste texto.

É até interessante que o Deputado Alberto Goldman vá me suceder nesta apresentação, porque S. Exª terá a oportunidade de mostrar, se estou errado em minhas afirmações, em que ponto isso ocorre.

O terceiro pecado capital da lei, no meu ponto de vista, está no campo da livre concorrência. Embora a lei proclame que o abuso do poder econômico será severamente punido, face a remissões ao CADE, não cria, como conseqüência efetiva dessa proclamação, mecanismo que impeça a formação de monopólios, ou mesmo que estanque o crescimento de oligopólios já consolidados.

Donos de jornais, rádios e televisões poderão ampliar ainda mais o seu espectro de poder, adquirindo, por exemplo, a Embratel, a Telesp, a Telemig,

todas em conjunto ou parcialmente. Esse é um ponto, parece-me, da maior importância.

A lei americana – uma vez mais volto a ela – dispõe de um capítulo inteiro no sentido de restringir a formação de monopólios e a concentração do poder econômico.

Esta lei não tem, rigorosamente, nada. Diz que "o órgão regulador poderá estabelecer restrições." Dessa forma, ainda que a lei ao invés de dizer "poderá" tivesse dito "deverá", o órgão regulador não seria lei. Só esta, salvo engano, pode restringir direitos do cidadão.

Ora, a livre concorrência é um direito estabelecido na Constituição e só a lei poderá estabelecer restrições ao processo de livre concorrência. Não há de ser um órgão regulador que as estabelecerá. Além do mais, há toda sorte de ingerências políticas. Então, além do aspecto jurídico de a lei não estabelecer essas restrições, há a dificuldade de sua execução no campo político.

O quarto ponto, ou o quarto pecado capital, está em que a lei não assegura a criação desse órgão regulador, o que, acredito, me parece um ponto vital.

Segundo a própria palestra do Ministro no dia de hoje, a criação de um órgão regulador é da maior importância. S. Exª promete que ele será criado no mais curto espaço de tempo, mas de boas intenções o mundo está cheio e os senhores não estão aqui para acreditar em estórias da carochinha. Estão, sim, com o objetivo de criar disposições legais e expressas que obriguem que as determinações da lei sejam cumpridas. E a lei não coloca, em nenhuma disposição transitória, a fixação do prazo para a criação do órgão regulador.

Todo o poder – e aí entra um ponto importante – estará nas mãos do Ministro de Estado das Comunicações, enquanto o órgão regulador não for criado. Aliás, o Ministro já vem exercendo essas funções e, com incrível proficiência, nos últimos dois meses, foram editadas sete portarias, todas regulamentando serviços novos e que não existem em lei.

Assim, temos uma situação **sui generis**, porque a função do Ministro de Estado é regulamentar leis, não criá-las. No entanto, S. Exª regula serviços de TV por satélites, através de portaria, sem que exista lei para isso. Então, há uma invasão e uma antecipação ao Poder Legislativo, uma usurpação de poder absolutamente inaceitável.

Recentemente, o PT e o PDT ingressaram com uma ação no Supremo, na qual alegavam que a Lei Mínima não dava suporte à edição de atos pelo Ministro com base em poder regulamentar. E o STF reconheceu, à unanimidade, diga-se de passagem, o poder do Ministro de Estado das Comunicações editar atos de natureza regulamentar. Mas é preciso que fique claro: atos de natureza regulamentar e não atos que criam direitos e que estabelecem serviços novos, que não existem. Então, hoje estão sendo criados serviços, e as portarias estão aí nos **Diários Oficiais**. Esse poder que o Ministro concentra em suas mãos será mantido por essa lei até o dia em que for criado o órgão regulador, ou seja, em um, dois, seis meses, um ano, dez anos, ou não ser criado. Vejam os Senhores, a lei: o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988, até hoje está no papel.

O quinto pecado capital dessa lei está na própria política de privatizações. Mais uma vez, o Poder Legislativo é alijado de qualquer decisão. Pior que isso: toda a experiência acumulada pelo BNDES no campo de privatizações é desprezada, porque o processo de privatizações será conduzido unicamente por uma pessoa: o Ministro de Estado das Comunicações.

No meu ponto de vista, é no mínimo uma irresponsabilidade entregar as chamadas jóias da coroa nas mãos de uma única pessoa, seja ela quem for. E muito pior: entregar nas mãos de uma pessoa que, com razão ou não, está com sua conduta sob suspeita em relação à compra de votos para a reeleição.

O sexto pecado capital está no fato de que a lei não aproveita a excelente oportunidade para extinguir definitivamente o Ministério das Comunicações e delegar a um órgão regulador, colegiado e independente a competência em matéria de telecomunicações. A pergunta que fica é: por que não copiar a experiência norte-americana, que tem mais de vinte anos e em que toda a política de telecomunicações é entregue a um órgão colegiado? E por que insistir no fracassado modelo russo de colocar as telecomunicações nas mãos de uma única pessoa?

O sétimo e último pecado capital: esse projeto, em momento nenhum, assegura aos consumidores que seus serviços não serão desmesuradamente aumentados. A nova lei, ao contrário, é uma garantia de tarifas mais caras e, conseqüentemente, uma garantia de exclusão social.

Os Srs. Parlamentares que passaram pelo sistema Telebrás sabem o compromisso social que o Sistema Telebrás teve, ao longo de décadas, de tarifas que asseguravam – e asseguram – o telefone às camadas populares, às pessoas simples da população.

A nova lei não cria nenhum fato, não cria critérios tarifários, o que é típico de política de concessões. Qualquer concessão tem que ter estabelecidos

em lei quais os critérios que vão ser seguidos para a fixação das tarifas, qual o órgão que vai cuidar das tarifas e como é que esse órgão vai cuidar das tarifas. E esse projeto é absolutamente omisso nesse sentido.

Temos, então, um projeto que acumula defeitos de grande monta. É um projeto, ao meu ver, em que o Estado abdica de seu papel indutor e promotor do desenvolvimento social, como, igualmente, assume uma missão histórica, que é a de servir incondicionalmente ao capital externo. É um projeto que, como está, irá facilitar negociatas, porque todo o poder está nas mãos de uma única pessoa, e vai assegurar aos investidores internacionais um lucro fácil com baixíssimo investimento. Finalmente, é um projeto péssimo para os trabalhadores de telecomunicações, para os consumidores de serviço e para todos aqueles que acalentávamos a utopia de ver o Brasil entre as grandes nações do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de dar a palavra ao eminente Deputado Alberto Goldman, que foi o Relator na Câmara, devo esclarecer que é a seguinte a lista de oradores agora, fazendo a inversão.

Quando terminar o Deputado Alberto Goldman a sua exposição, os Senadores inscritos argüirão ou não a cada um indistintamente.

Primeiro, Levy Dias; segundo, Esperidião Amin; terceiro, Eduardo Suplicy; quarto, Roberto Freire; quinto, José Eduardo Dutra; e sexto, José Fogaça. Fez-se, agora, a inversão de baixo para cima, para ser justo.

O Senador Levy Dias cancela. Fica como primeiro orador o Senador Esperidião Amin.

Tem a palavra V. Exª, Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço o convite de V. Exª e da Comissão.

Tendo em vista o adiantado da hora, certamente vamos começar a ouvir o roncar dos estômagos e sofrer uma pressão natural. Entretanto, gostaria de falar algumas horas a respeito disso e quero-me pôr à disposição da Comissão para, a qualquer momento, aqui voltar e poder fazer, de fato, uma exposição mais consistente, porque se trata de uma matéria que foi trabalhada durante quatro meses na comissão especial, com muitas intervenções e debates, com audiências públicas, e é evidente que eu teria aqui disposição de fazer uma exposição muito mais ampla.

Queria apenas, inicialmente, pontuar o que acho muito importante.

Esse projeto talvez seja um dos primeiros que tenha uma clara definição do Estado e do setor privado. Ele representa um salto. Já tivemos isso em outros projetos, mas esse tem os conceitos mais bem organizados. Nesse sentido, tenho que cumprimentar o Ministro Sérgio Motta e o Ministério das Comunicações pelo trabalho efetuado. Não conheço um trabalho tão consistente enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional nesses últimos anos como esse trabalho.

Eu diria até que esse documento que recebemos traz, na realidade – principalmente a mensagem que encaminha o projeto, evidentemente que o projeto não pode responder a todas as questões que a própria mensagem coloca, porque esta não é apenas uma remessa de um projeto de lei – todo um conceito a respeito da questão do Estado no setor de telecomunicações e deixa muito claro o papel da relação do Estado com o setor privado e desses com a sociedade. Recomendo aos Srs. Deputados que façam a leitura desse documento. Ele talvez seja um dos documentos mais completos – que eu conheço, pelo menos – a respeito de uma discussão que já vem de há muitos anos. Se o compararmos com o PND, o Plano Nacional de Desestatização, um projeto que aprovamos aqui no Congresso Nacional, no Governo Collor, constataremos que este nada mais foi do que uma privatização de empresas, que não formulava, em absoluto, o novo papel do Estado brasileiro e do setor privado, as novas relações que devem existir entre esses e a sociedade. Esse documento que é mandado a nós, a mensagem e o projeto de lei, deixa isso de uma forma muito clara e consistente, foi um dos melhores documentos – pelo menos de que eu tive conhecimento nos mandatos que tive aqui dentro – enviados ao Congresso Nacional.

Ele, ao definir o órgão regulador, procurou, dentro dos limites constitucionais, estabelecer um órgão regulador o mais independente possível. Já não é absolutamente independente, porque é uma autarquia. Ainda que seja uma autarquia especial, é uma autarquia, seus membros, obrigatoriamente, pelo fato de ser um órgão público, têm que ser indicados pelo Presidente da República; o quadro de pessoal tem que ser aprovado pelo Congresso Nacional; a questão salarial – já foi exposta pelo Ministro – é extremamente delicada. Mais adiante, vamos ver, com essa questão, que vivemos num Estado de absoluta hipocrisia, no qual estabelecemos limites absolutamente irreais, e em que o próprio setor privado faz com que o setor público apenas mantenha no seu

bojo as pessoas – talvez – ou extremamente patrióticas ou de menor capacitação – porque, evidentemente, aquelas de maior capacitação estão sendo sugadas pelo setor privado -, e nós continuamos nessa hipocrisia da discussão dos limites máximos que devemos estabelecer aos salários e uma incapacidade do Estado de ter o mínimo de maleabilidade, de versatilidade na definição do seu quadro salarial. Evidentemente, isso não é um problema do setor de telecomunicações, mas de todo o Estado brasileiro.

Temos uma série de limitações, mas, dentro dessas limitações, procurou-se dar à Agência o máximo de independência possível – o Ministro já citou essa condição. O máximo de independência possível significa que ela pode, apesar de aprovada pelo Senado da República, depois de indicação do Presidente da República, dar o mínimo de influência política. Evidentemente, sabemos que todo cidadão é um ser social, um ser humano, um ser vivente; portanto, tem influência em todos os interesses que a sociedade tem, até porque ele pensa, age, come, bebe, dorme. É absolutamente impossível que ele seja imune a tudo aquilo que a sociedade tem no seu dia-a-dia. Mas se procurou dar o máximo de independência possível, exatamente para que ele não tenha nenhum tipo de subordinação ao poder político depois da aprovação do poder político. O poder político o indica, determina a sua subordinação. A partir daí, passa a ser uma subordinação apenas à lei e não mais ao poder político propriamente dito ou ao Executivo ou ao Legislativo.

É claro que, a qualquer momento, o Legislativo pode mudar a lei, pode reformular tudo o que fez. Esse é um poder do qual o Legislativo não abre mão, mas enquanto não se modifica a lei, a submissão dele é à lei apenas. Não há nenhuma subordinação hierárquica nem ao Ministro das Comunicações, nem ao Presidente da República. Há uma vinculação funcional – e não poderia deixar de ser porque é uma autarquia – ao orçamento dessa autarquia. Esse orçamento vai ao Ministério do Planejamento, que o remete ao Congresso Nacional. O Congresso Nacional discute o orçamento do Fistel, do Fundo que dá sustentação básica à Agência e da própria Agência. É o Orçamento da União que vai ser aprovado. Esse Orçamento tem de ser obedecido e o Tribunal de Contas tem o controle sobre ele.

Essas limitações constitucionais, boas ou más, existem e vão continuar existindo. Dentro desse escopo, a liberdade, a autonomia da Agência é a maior possível, tanto administrativa, quanto financeira. No aspecto financeiro, o seu orçamento não pode ser contingenciado, não pode ser limitado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Seus recursos são bastante expressivos, porque são os recursos da taxa de fiscalização e, num primeiro momento, inclusive os recursos das outorgas que apenas passam pela Agência para cobrir os eventuais buracos de um orçamento plurianual, de um orçamento de cinco anos. Se daqui a quatro anos se prevê uma arrecadação inferior aos recursos necessários para o equilíbrio da Agência, ela poderá manter esses recursos do Fistel dentro do Fistel antes de serem encaminhados ao Tesouro Nacional, para que possa, ainda que seja no quarto ou no quinto ano, garantir o equilíbrio da Agência. Portanto, a autonomia financeira é o máximo que nos foi possível imaginar na formulação do projeto.

Quanto à questão do setor privado, uma espinha dorsal desse projeto é a procura da garantia da competitividade. Em todo o projeto, em todos os momentos, em todos os instantes, ele procura dar os instrumentos legais para que isso seja um processo competitivo. Claro que a formação ou não da competição não depende apenas de um projeto de lei; depende de ações do Poder Executivo, de uma conjuntura nacional, de uma conjuntura internacional; enfim, de uma série de fatores. Mas a lei estabelece fórmulas rígidas de controle da competição, para que não haja concentração econômica. É permanente em todo o projeto de lei, à medida em que ele estabelece restrições à transferência de concessões, o uso das redes de telecomunicações por qualquer prestador de serviço; há, enfim, uma série de normas estabelecidas pela Agência e determinadas claramente, com o intuito de evitar a concentração econômica. Independente do papel da Agência, continua valendo no Brasil a lei que contém o abuso do poder econômico, a lei que criou o CADE. A Agência terá um papel preventivo, não é o caso do CADE que, pela própria formulação, tem um papel quase que corretivo ou repressivo. A Agência estabelece normas para que haja o papel preventivo, normas pelas quais os agentes têm de atuar no setor privado e no setor público.

O projeto tenta dar acesso a todo cidadão ao serviço de telecomunicações. Os contratos de concessão serão o mais amplo possível, no sentido da universalização. Dentro de uma tarifa que se possa estabelecer, uma tarifa que possa dar um equilíbrio econômico-financeiro ao contrato dentro dos valores solicitados em relação às outorgas, temos um limite de universalização, uma capacidade de universalização limitada pelo equilíbrio econômico-financeiro do

contrato. Mas se estabelece a criação de um Fundo de Universalização de Telecomunicações, utilizando-se os recursos das outorgas que vai alargar o espaço de universalização que os contratos não permitiram fosse feito. O contrato é feito com empresas privadas. A empresa tem de possuir um mínimo de lucratividade no seu capital, caso contrário não vai fazer um investimento; mas temos consciência da necessidade de ampliar a capacidade de universalização. Para isso, o Fundo.

Se existe alguma coisa incompleta nesse projeto, reconheço, é o fato de não termos conseguido estabelecer a criação de um Fundo de Universalização de Telecomunicações. Demos um prazo de 120 dias para o Poder Executivo mandar ao Congresso Nacional o Fundo de Universalização de Telecomunicações e o Fundo de Desenvolvimento de Telecomunicações, porque se esses dois instrumentos legais já estivessem no projeto completariam-no. Entendo que o projeto está incompleto, pois dentro do escopo que se pretendia, não se conseguiu concretizar nesse momento a criação do Fundo, mas se estabelece o prazo para o Governo remetê-lo ao Congresso Nacional. E o Congresso Nacional tem iniciativa de leis, portanto ele mesmo pode estabelecer, de acordo com sua vontade, o Fundo de Universalização das Telecomunicações e o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

O projeto estabelece a autorização de privatização do Sistema Telebrás, não define o modelo absoluto, acabado em relação a isso; ele estabelece certas linhas de procedimento da privatização, sem estabelecer normas rígidas em relação à privatização.

Vou aproveitar as colocações do Dr. Gaspar, porque, respondendo algumas de suas formulações, poderei concretizar alguns pontos que pretendia abordar ao longo de meu pronunciamento. Mas acredito que com as respostas que darei ficará um pouco mais claro.

É claro que o pronunciamento do Dr. Gaspar tem fundo político e não analítico, quando define o que é uma intenção e o que é o projeto. A mensagem, de fato, estabelece não só as linhas básicas do projeto, mas as intensões políticas do Governo que estão consubstanciadas na mensagem e não no projeto de lei, porque este não poderia ir além do que é próprio de um projeto de lei.

Parece-me, Dr. Gaspar, que ficou um pouco no projeto original. Não vi o projeto aprovado, o substitutivo aprovado aqui pela Câmara dos Deputados. Já no art. 1º, ele cometeu um engano ao falar sobre as emendas das políticas públicas. Por essa emenda, de fato, as políticas públicas são estabelecidas pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo. Essa lei estabelece uma política pública, e, portanto, é uma linha determinante ao Poder Executivo.

O art. 18 fala do poder de legislar. O Executivo tem a obrigação de fixar algo que cabe, em minha visão, a ele próprio. Se lembramos de que temos um Banco Central estabelecendo normas todo dia, um Conselho Monetário Nacional e muitos outros órgãos que também o fazem, sabemos que, na dinâmica em que vivemos, o que cabe ao Poder Legislativo não é estabelecer normas específicas, mas os princípios básicos, que são os alinhamentos que o Poder Executivo deve estabelecer.

Vai caber ao Poder Executivo instituir ou eliminar a prestação de uma modalidade de serviço no regime público e aquilo que vai ser, evidentemente, no regime privado.

Ora, essas são mudanças que se dão com uma rapidez muito grande – e também a questão do plano de outorgas de serviços prestado em regime público -, são modificações que se dão muito rapidamente, em áreas que vão ser definidas como outorgas dessa ou daquela modalidade. Se não dependêssemos do processo legislativo, certamente iríamos emperrar de forma absoluta o processo de desenvolvimento de telecomunicações.

Não há como se imaginar fazer isso a cada momento por uma lei, para a qual vamos ter que discutir um plano de outorgas, a introdução de uma modalidade, a retirada de uma modalidade, a redefinição de cada setor, se será em regime público ou privado, as novas modalidades que vão entrando no mercado, temos todo dia, todo momento, novidades nesse área.

Quanto ao plano geral de metas, que também é de competência do Poder Executivo, quero lembrar de que o plano geral de metas de universalização, e principalmente o uso dos recursos de fundo de universalização, vão ser aprovados pelo Congresso Nacional. O Executivo pode baixar, inclusive, um plano de metas de universalização, mas a concretização desse plano de metas, evidentemente, vai passar pelo Congresso Nacional porque a utilização do fundo de universalização, que se utiliza de recursos públicos, vai ter que passar pelo Congresso Nacional, pelo orçamento da União.

Quanto à antiga lei do Sistel, mais uma vez, infelizmente, o Dr. Gaspar utilizou-se do projeto original e não viu que o anexo estabelecendo as taxas de fiscalização é absolutamente diferente daquele

que vinha no projeto original. De fato, o projeto original veio com as taxas de fiscalização que estavam em vigor naquele momento. Alertamos o Ministério e solicitamos deste que refizesse o Anexo III, que redefinia todas as taxas de fiscalização. Então, todos os números citados pelo Dr. Gaspar não existem mais. Ele discutiu e fez uma crítica a algo que não existem mais. Quanto à questão da...

O SR. EDUARDO SUPLICY - E os números são os contidos no Anexo III?

O SR. GASPAR VIANNA - No Anexo III agora, evidentemente do substitutivo do projeto aprovado pela Câmara, não do projeto original que veio do Poder Executivo, que não tem nada a ver com os números daqui. Isso foi multiplicado por 10, por 15, por 20 e, em alguns casos, por 300. Em alguns casos tivemos multiplicações por 300. O setor público contribui também. Evidentemente, o que é público passará a contribuir sim. Todos os serviços estão definidos no anexo III.

Quanto à questão de outros instrumentos legais, de fato foi uma decisão tomada pelo Executivo e pelo Congresso, que aprovou, em certo momento, uma lei de TV a cabo anterior à aprovada aqui e recepcionada por essa lei.

Tal lei diz, explicitamente, que a lei de TV a cabo será mantida, que uma parte da Lei 9.295 será mantida, e é está claro que não se faz referência à radiodifusão. A lei não trata propriamente de radiodifusão, trata de telecomunicação. É uma separação que, no meu entender, não deveria haver, mas, infelizmente, na Constituição fez-se tal distinção, absolutamente indevida a meu ver, e se fala em telecomunicação e em radiodifusão. Cabe legislar sobre telecomunicação

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Comunicação...

O SR. GASPAR VIANNA - Depois fala também que cabe legislar sobre telecomunicação e radiodifusão. Uma separação que não sei por que foi feita, mas está lá.

De fato, o aconselhável – em algum momento poderemos ter uma sistematização de toda essa legislação – seria ter-se uma legislação só. Aqui no Brasil se adotou, por uma série de razões, o parcelamento da legislação, que não me agrada também, mas é realidade.

Não se subordinar aos interesses fundamentais do País é uma questão de visão política.

Quanto à questão da livre concorrência, posso citar, por exemplo, as possibilidades de os donos das TVs assumirem e criarem monopólios privados. O art. 71 diz que ele poderá "visando a propiciar competição efetiva", que é o que a agência tem que fazer; faz parte da competência da agência visar à competição efetiva, impedir a concentração econômica do mercado, porque esta é reprimida, não só na lei, mas na lei geral de repressão ao poder econômico.

A "agência poderá estabelecer restrições, limites ou condições a empresas ou grupos empresariais quando à obtenção e transferência de concessões, permissões e autorizações". Por que "poderá"? Porque em relação a alguns grupos empresariais poderá não estabelecer restrições. Posso não estabelecer restrições a uma fábrica de calçados ou a um empresário qualquer de determinada área que deseje estabelecer uma participação em concessão e, em contrário, estabelecer – exatamente para propiciar competição e evitar concentração econômica – uma restrição maior a uma empresa de televisão.

Evidentemente, se as empresas já têm participação no mercado, se têm interesse como usuária no mercado – por exemplo um sistema bancário com grande interesse no mercado -, deve ter uma restrição maior quanto às concessões, e outro tipo de empresa poderá ter uma restrição menor ou nenhuma restrição na participação das concessões.

É apenas um dos itens, mas poderia de citar uma dezena deles. Por isso, coloco-me à disposição dos senhores para ir mais adiante nisso.

Quanto à questão de a lei não assegurar a criação do órgão, de não fixar prazo, ela faz mais do que fixar prazo. Estabelecemos em um dos artigos que o processo de privatização só pode se iniciar depois de fixado o plano de outorgas; este é competência da agência e aprovado por decreto do Presidente da República. Portanto, se não houver órgão regulador, não haverá privatização.

Considerei melhor colocar uma dependência entre tais itens, no projeto, invés de estabelecer um prazo que poderia não ser cumprido ou ser dilatado. Qual seria o tipo de penalização? Não há penalização maior do que estabelecer que somente se vai privatizar... aliás, o órgão, evidentemente, é o grande instrumento de garantia à competição. Portanto, só no momento em que se privatiza é que órgão tem que estar absolutamente definido. Era exatamente colocar uma coisa dependendo da outra: somente se pode privatizar e reestruturar o setor quando se tem o plano de outorgas, e só se tem o plano de outorgas quando se está constituído. Portanto, é uma condicionante absoluta. Não há como se privatizar na prática, e essa é a grande condicionante.

O senhor se referiu ao projeto original e não ao que a Câmara fez. Eles não são da mesma forma. A política, no original, tinha apenas restrições às empresas de telecomunicações, e ampliamos, tratando das empresas de radiodifusão também, por exemplo. Agora, não é preciso estabelecer o percentual, porque trata-se de percentuais definidos sempre pela agência.

Quanto à política de privatizações conduzida pelo Ministério das Comunicações – e o Dr. Gaspar também não tem conhecimento disso, de fato não é o BNDES quem faz; ele faz apenas o assessoramento de uma comissão especial constituída no Ministério das Comunicações. Instituímos que o modelo de privatização deve ser aprovado pelo Presidente da República após consulta pública. O Ministro das Comunicações não tem nenhum poder sobre isso, a não ser o de evidentemente promover a consulta pública. A responsabilidade final pelo modelo de privatização é do Presidente da República, que assinará um decreto definindo um modelo – antes disso, terá que fazer uma consulta pública. Portanto, trata-se de um processo absolutamente transparente que a opinião pública toda irá acompanhar.

Quanto à não-extinção do Ministério das Comunicações, no momento que a lei da radiodifusão – a última que falta dentro desse contexto – estiver pronta, esse Ministério não terá mais absolutamente nenhuma função. O Ministro apenas recebe as propostas de decretos do órgão regulador e as encaminha ao Presidente da República. Ele, seria, pois, um assessor especial. Mas, evidentemente, se o Ministério continuar como é, não terá mais nenhuma função. Todas as funções exercidas hoje pelo Ministério das Comunicações passam a ser feitas em nível de normas pelo órgão regulador ou em nível de decreto, quando são matérias mais importantes, pelo Presidente da República.

O Ministério das Comunicações está extinto sim, desde que a lei de radiodifusão seja aprovada e elimine evidentemente ainda o papel normatizador que tem o Ministério das Comunicações.

Quanto à questão das tarifas, o conceito aqui é absolutamente diverso. A concessão é tratada como tal quando exige uma licitação, porque existem serviços autorizados, os quais qualquer um pode fazer, com tarifa livre. Os serviços concedidos têm um processo licitatório; e um dos elementos para se vencer o processo licitatório é a tarifa. Portanto, a tarifa está definida em contrato. A não ser em caso de revisão, quando há um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, e em casos de reajustes, sempre o contrato definirá as formas de revisão e de reajuste que poderão modificar as tarifas.

Existe ainda aqui algo muito interessante. O projeto estabelece que, por um aumento de produtividade, por um aumento de produtividade possa-se ter um aumento do lucro das empresas, essa produtividade obrigatoriamente tem de ser distribuída também aos consumidores. É, portanto, baixa de tarifa.

Não é apenas o empresário que assume as vantagens do aumento de produtividade. Estas, nas normas que serão estabelecidas pela agência, têm de ser distribuídas também ao usuário.

Há um ponto que talvez seja o único em que divergi: o encaminhamento que fiz à Câmara no sentido da supressão do art. 104, no que fui derrotado. O referido artigo diz o seguinte: "quando houver efetiva competição no mercado, passará a valer o sistema de liberdade tarifária". Quando evidentemente houver liberdade no mercado e competição, o pressuposto é que haja queda e não aumento de tarifa. É esse o motivo pelo qual eu acreditava na desnecessidade da existência do art. 104 – e encaminhei nesse sentido.

A agência controlará, porque, em todos os momentos, mesmo havendo competição, haverá liberdade vigiada. E, em qualquer tempo, a agência poderá determinar a volta às tarifas anteriores se o aumento for considerado abusivo. Como eu entendia, entretanto, que, em havendo competição, nunca se pode imaginar aumento de tarifa, mas só diminuição, não havia por que existir o art. 104. Pedi, então, pela supressão. O Plenário, todavia, entendeu que, talvez do ponto de vista filosófico, a existência do princípio da liberdade tarifária era básico e deveria ser mantido. Foi esse o único momento em que o Plenário foi majoritariamente contrário à minha proposta.

O procedimento que tem hoje garantido acesso das camadas populares ao sistema telefônico é realmente uma brincadeira. Não existe algo mais concentrador do que tem sido o sistema de telefonia. Se se disser que, no sistema de energia elétrica ou no de transporte, existe de fato uma universalização, na verdade há. Mas isso não ocorre com o sistema de telefonia, que é elitizado, privilegiador, concentrador e – pior do que isso – era, até pouco tempo, transferidor de recursos das camadas mais desfavorecidas às mais favorecidas. A minha filha, em minha casa, poderia pegar o telefone e passar o dia inteiro com ele na mão, telefonando e brincando, que não lhe ia custar nada – a ela ou a mim, pai dela. Mas deveria certamente estar custando à sociedade brasileira.

Dizia-se que as tarifas à longa distância eram sociais, porque estavam cobrindo as tarifas inter-residenciais, que usávamos. Na realidade, ocorre o contrário: as tarifas utilizadas principalmente pelo setor empresarial – que são as de longa distância, via internacional – vão para o preço da mercadoria, vão para o "feijão com arroz", pois quem não tem telefone vai pagar de alguma forma. A classe média alta, que teve acesso ao sistema telefônico, é a principal privilegiada em nosso País, não só nesse setor, mas em muitos outros.

Imaginávamos que esse sistema telefônico assemelhava-se à política **Robin Hood**. Sempre fizemos ao contrário e defendíamos uma política **Robin Hood** que não existia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, não tenho dúvida de que o cerne desse projeto de lei é a agência, o órgão regulador. Esse é o busílis. Não sei se a solução é boa nem se existe um caminho que se possa adotar – conhecendo um pouco da experiência internacional – e que se adapte à nossa realidade, à necessidade de ter um projeto nacional.

Compartilho, estou gostando de compartilhar duas dúvidas. Uma até em concordância com o que diz o Dr. Gaspar. Não tenho convicção de que esse arcabouço vai nos permitir – e, no caso, fala um pouco o meu corporativismo porque durante quinze anos estive ligado ao sistema – não sei se esse texto vai nos assegurar a possibilidade de ter um projeto nacional, ou seja, pelo que já ouvi a respeito desse assunto, não vejo como teremos possibilidade de preservar uma das boas conquistas do sistema que foi senão a universalização do serviço, pelo menos a cobertura do País. Isso nós conseguimos. Portanto, essa é a pergunta que faço ao Deputado Alberto Goldman.

A segunda, que também formulo, é uma homenagem ao que disseram os Senadores Roberto Freire e José Eduardo Dutra. Não estou convencido de que essa fórmula adotada para agência, art. 23 e 26, vai dar independência a ela. Não temos no texto do projeto uma recomendação de avaliação dos seus resultados; não temos. Seria uma forma, poderíamos ter adotado; não foi adotado e também não conheço outro caso em que se tenha adotado.

É o caso de realimentação legislativa. Concordo que se olvidou, mas há uma preocupação de que a atividade seja, digamos, autofiscalizável. O Conselho existe. Não existe na lei um mecanismo pelo qual a própria lei possa recomendar uma avaliação. Isto é o que queria focalizar: a forma de prover, reconduzir, porque não? Por que não? Esse texto foi aprovado antes da reeleição. Imagino que dificuldade não houve para convencer certos setores do Governo da necessidade de se aprovar a emenda da reeleição. Por que não vamos nos convencer de que pode haver pelo menos uma recondução? Estamos em tempo de recondução e acho que essa é uma forma de fazer a realimentação do sistema.

Agora, não consegui uma explicação para a demissão não passar pelo Senado. Ninguém deu explicação. Escutei o que o Ministro falou, o Senador José Eduardo Dutra perguntou, o Senador Roberto Freire nos chamou a atenção na primeira reunião e não há uma explicação sobre por que entra pela porta do Senado Federal e sai pela porta do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Deputado Alberto Goldman, tem V. Exª a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Senador Esperidião Amin, V. Exª citou a questão do projeto nacional, mas isso é apenas uma parte dele. Ele não depende apenas desse projeto de lei, não depende apenas disso, porque o projeto nacional é algo bem mais amplo. Parece-me, todavia, que V. Exª se refere mais à cobertura do País.

Teremos, em todas as áreas do País, pelo menos uma empresa com obrigação de tratar o serviço telefônico em regime público, portanto, com deveres de universalização. Não haverá nenhuma região do País onde isso não ocorrerá. O sistema hoje que vai ser privatizado – e isso é dito no projeto – apesar de se dizer que as modalidades a serem tratadas em regime público serão definidas por decreto, já estabelece que o serviço telefônico comutado ou fixo é um serviço tratado em regime público, portanto, com deveres de universalização.

O grau de universalização que se vai ter, se vamos ter um telefone público a 300m, 500m, 100m ou 1m da nossa cama, isso vai depender, em primeiro lugar, da realidade econômica das empresas que vão fazer a exploração. Como hoje, no sistema Telebrás, que obrigatoriamente tem que levar em conta os aspectos de ordem econômico-financeira. Não poderia ser de outra forma, e tanto leva em conta que temos uma concentração de telefones em algumas regiões muito maior que em outras. E não poderia ser de outra forma porque é o que daria rentabilidade, senão a empresa teria quebrado há muito tempo. Isso é absolutamente natural e uma empresa privada com maior razão vai fazer isso.

Temos o fundo de universalização e depende do Congresso Nacional e do Poder Executivo. Essa

é uma decisão política. Se vamos ter um, dez, mil, cem mil telefones, essa é uma decisão das metas de universalização e uma decisão do Congresso Nacional. Portanto, assim está como em outros setores em que também decidimos a aplicação de recursos. Nesse caso, temos um recurso especial, específico que são os recursos das outorgadas que, em geral, são bastante expressivos.

Diria até a V. Exª que infelizmente, provavelmente, vamos ter mais facilidade de ter acesso a um telefone do que a um remédio. Certamente, vamos ter mais recursos de acesso à universalização da telefonia que universalização de fato do setor de saúde.

Quanto à questão da independência, V. Exª foi um pouco contraditório: V. Exª não tem certeza da independência do órgão, mas depois acha que deve haver a recondução. Na comissão tivemos uma opinião segundo a qual o órgão era independente demais, que não podia ser tão independente, e outra opinião, que era independente de menos e que devia ser muito mais independente, sem nenhum tipo de dependência do Poder Executivo.

Procuramos ter uma solução, não é nem salomônica, porque essa nunca é uma boa solução, mas de equilíbrio dentro dos limites constitucionais. Quanto à questão da demissão pelo Senado Federal, quero dizer que a demissão é feita na realidade por uma decisão judicial transitada em julgado, evidentemente, por alguma razão de ordem externa ao processo propriamente dito, ou pelo processo disciplinar. Ao Presidente da República, como se diz, cabe proferir julgamento, mas quem na realidade demite é o processo disciplinar. Ao Presidente cabe apenas a formalização porque é uma autarquia e assim sendo tem que formalizar a demissão e cabe apenas a formalização de um processo disciplinar de fato como o Senado o faria.

Depois de um processo disciplinar, no qual se conclua pela necessidade de demissão, por que levar ao Presidente da República e ao Senado Federal? É apenas nessa situação, a não ser que estabeleçamos outras situações nas quais a demissão possa ser efetivada. Por exemplo, não gostamos da atividade política do membro do conselho, e, no caso, o Presidente da República poderia demiti-lo, com aval do Senado Federal. Haveria uma decisão política do Presidente e uma decisão política do Senado.

Nesse caso, a demissão não é por decisões políticas. A demissão é por um processo disciplinar, e ao Presidente da República cabe apenas referendar isso como Chefe do Poder Executivo. E não haveria lógica passar pelo Senado, a não ser, repito, que estabelecêssemos outras razões para a demissão. Como se procurou evitar a dependência desse órgão em relação aos órgãos políticos e como se defendeu principalmente – os mais liberais eu diria – rigidamente o máximo de independência possível e os menos liberais defendiam o máximo de dependência possível, o que foi possível encontrarmos dentro de uma solução consensual foi essa daqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário rápido.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Deputado Alberto Goldman, porque S. Exª foi muito conciso. E, em segundo lugar, eu não tinha muita certeza, mas agora vou fazer um grande esforço para melhorar o § 2º do art. 26, porque agora me convenci que o processo de demissão, ou seja, o afastamento tem que passar pelo Senado. Se é o Ministro que instaura o processo administrativo disciplinar, uma comissão especial do Ministro e a demissão do presidente, estou convencido de que o Senado ficou de fora indevidamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de dirigir algumas perguntas ao Deputado Alberto Goldman e ao Sr. Gaspar Viana, até porque ambos tocaram no assunto.

Com relação à preocupação com o poder de monopolização, oligopolização dos meios de comunicação, o assunto foi externado, com uma preocupação concreta, pelas redes digamos médias de televisão, entre as quais a Rede Bandeirantes, onde o jornalista Paulo Henrique Amorim promoveu debates que foram transmitidos pela Rede Bandeirantes de Televisão.

Gostaria de colocar o exemplo concreto para ouvir a reflexão de ambos. Parece-me que a preocupação seria a seguinte: supondo-se que uma rede de televisão de grande poder, como a Rede Globo, viesse a adquirir o controle das empresas de telecomunicações, redes de televisão como a Bandeirantes, a Manchete ou qualquer outra ficariam na eventual dependência de a empresa controladora ou grupo conceder ou não, emitir ou não sinais. Não conheço bem toda a tecnologia e todo o aparato, mas ouvi essa preocupação, que foi externada pelo Dr. Gaspar Viana, se não me engano.

Sendo assim, no caso de um exemplo concreto, será que a lei já não está permitindo que se efetive isso na forma como está, para depois, no art. 71, dizer que conforme as conseqüências, poderá a agência tomar providências se perceber que houve

algum abuso. Terá o Relator, Deputado Alberto Goldman, estudado isso em profundidade e tomado os cuidados devidos? Essa é a primeira pergunta.

A segunda questão se refere à radiodifusão. Observo, aqui, à certa altura: "para eventual utilização indevida de meios de radiodifusão, desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação." Pergunto se aqui também está a radiodifusão. Imagino que esteja.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qual artigo, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Art. 183. Por exemplo, uma pena de R$10 mil. Como o Congresso Nacional tem estudado a questão das rádios comunitárias e esse assunto está sendo objeto de outro projeto de lei que está tramitando, gostaria de pedir o esclarecimento a respeito de rádios comunitárias. Qual é a visão de ambos sobre as rádios comunitárias? Em que medida avaliam que elas têm tido uma função importante, até para a democratização das comunicações no País, para prestar serviços a pequenas comunidades, a bairros dentro de grandes cidades ou em cidades pequenas, onde há rádios comunitárias que prestam serviços relevantes. Eu gostaria, portanto, de saber o que pensam a respeito desse tema.

Finalmente, Sr. Presidente, a pergunta relativa à destinação de recursos decorrentes da privatização das teles. O Ministro Sérgio Motta, ao responder essa pergunta, disse que a questão estava ainda em discussão no âmbito do Executivo; pergunto se ambos tiveram alguma reflexão sobre isso e se recomendariam ao Senado Federal que, eventualmente, tratasse dessa questão e refletisse no aprimoramento da lei relativamente a esse tema.

E por quê? Porque há um mês o Governo exibiu um cheque de R$3,199 bilhões, dinheiro pertencente ao povo, que entrou no caixa do BNDES e vai ter uma certa destinação. Lembrando que esse dinheiro pertence ao povo, e havendo, portanto, uma grande responsabilidade de saber o que fazer com esse recurso, que é de todos, e tendo o Ministro Sérgio Motta anunciado que prevê uma arrecadação de recursos ainda muito maior na venda das teles, penso que deve haver uma preocupação muito grande sobre o que será feito com os recursos que também pertencem ao povo brasileiro.

São essas as três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Deputado Alberto Goldman responde a duas e o Sr. Gaspar Viana responde sobre as rádios comunitárias.

O SR. ALBERTO GOLDMAN - Penso que podemos responder rapidamente. Quanto à monopolização do setor, essa foi uma das discussões mais intensas que se teve, quando se procurou dar ao art. 71 uma redação que fosse restritiva, mas, ao mesmo tempo, permitisse uma certa maleabilidade do órgão em função de cada empresa que pudesse entrar no setor. Mas é muito clara a intenção e a decisão de que, em todo o projeto, o fundamental desse órgão é o papel de garantir a competição. E nisso o art. 71 é claro.

Vou mais adiante, citando o art. 188 ou 178(?), que foi elaborado para que não houvesse dúvida.

> "Art. 188 – A reestruturação e a desestatização deverão compatibilizar as áreas de atuação das empresas com o plano geral de outorgas, o qual deverá ser previamente editado na forma do art. 84 desta lei, bem como observar as restrições, limites ou condições estabelecidas com base no art. 71."

Portanto, essa privatização há que levar em conta as restrições, limites ou condições estabelecidas com base no art. 71, ou seja, se alguma empresa que deseja entrar no mercado puder colocar em risco a competição do sistema, sofrerá restrições, limites ou condições. Amarramos, inclusive, até desnecessariamente, mas o art. 178 faz a referência ao art. 71 e, explicitamente, no caso dessas empresas que serão privatizadas. Com isso, imagino, estará coberto.

Quanto a sanções, o projeto mantém o Código de Telecomunicações no que diz respeito à radiodifusão, mas parece que não há nada sobre as redes comunitárias, pois isso é novidade. Existe, sim, um projeto tramitando na Câmara sobre as rádios comunitárias, que foi aprovado pela comissão e está para ir a plenário. Aliás, foi aprovado inconclusivamente pelas Comissões, havendo um recurso, que ainda não foi votado, para que ele vá ao plenário. Nesse projeto estão estabelecidas todas as normas específicas para as redes comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aprovados com efeito terminativo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN - Terminativo, mas há um recurso para vir ao plenário. Depende, portanto, se esse recurso será aprovado ou não. Se não for aprovado, virá diretamente ao Senado.

Há o recurso das outorgas. V. Exª refere-se, na realidade, aos recursos da privatização. Não! É um patrimônio; são vendas de ações; o dono dessas ações é a União, e esses recursos vão para o Orçamento da União. Quem define depois a destinação dos recursos é o Orçamento; somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Dr. Gaspar.

O SR. GASPAR VIANA - Nobre Senador Eduardo Suplicy, suas perguntas são bastante importantes, bastante significativas, o que mostra a acuidade com que V. Exª tem examinado as questões de telecomunicações. Nos três itens serei breve.

Quanto à questão de suas preocupações com as possibilidades de uma mesma entidade explorar diferentes serviços de telecomunicações, o meu entendimento é o de que a legislação brasileira deveria simplesmente copiar o que a americana faz há décadas. A lei americana proíbe a concentração, não apenas enunciando um princípio ou delegando a algum órgão a tarefa de examinar caso a caso, mas sendo objetiva e clara. Ela diz assim: "Numa mesma cidade, quem tem estação de rádio não pode ter estação de televisão; quem tem jornal, não pode ter na mesma localidade estação de televisão".

Do meu ponto de vista, seria da maior importância que essas restrições ficassem dentro da lei, até porque eliminar-se-ia qualquer tipo de questionamento posterior da legalidade, do abuso; enfim, ficaria claro. Aliás, está em vigor até hoje no Brasil um decreto-lei que estabelece restrições ao número de emissoras de rádio e televisão que cada entidade poderá ter. Por exemplo, uma mesma rede de televisão não pode ter mais do que cinco estações em todo o País. Evidentemente, esse decreto-lei está no rol das leis que não "colaram". Essas restrições são estabelecidas na lei americana. Penso que deveria ser estudado algo razoável, algo sensato que impedisse essas concentrações.

O perigo maior, Senador, parece-me, não é a concentração do poder, mas que uma mesma empresa detenha agências de publicidade, televisões, agência de notícias e uma empresa de telecomunicações como a Embratel. Uma empresa que tem em seu poder o conjunto de empresas que vai desde seguradoras, passando por bancos, por empresas de transmissão de telecomunicações, como é o caso da Embratel, mais uma televisão e mais uma agência de notícias, certamente estará com o poder político nas mãos. É inegável isso. E esse é meu temor em relação a essa lei.

Com referência às rádios comunitárias, julgo que essa lei deveria tratar também de radiodifusão, como a lei americana trata; não deveria excluir a radiodifusão. O art. 163 da lei estabelece:

> Art. 163. O uso de rádio-freqüência, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação.

Então, qualquer rádio-freqüência tem que ter uma autorização prévia do Governo.

O parágrafo 2º diz o seguinte:

> Art. 163.....
>
> .....
>
> § 2º Independerão de outorga o uso de rádio-freqüência por meio de equipamentos de radiação restrita definidos pela agência.

Se essa lei dispusesse sobre radiodifusão, bastaria estabelecermos nesse dispositivo qual seria o tipo de radiação restrita, qual seria essa potência, e, então, poderíamos permitir que as rádios comunitárias funcionassem. Como essa lei não abrange radiodifusão, elas estaria excluídas dela.

Há um aspecto muito interessante, e eu gostaria que o Senador me corrigisse se estiver errado: em alguns momentos, essa lei trata de telecomunicações em geral; em outros, ela não trata de telecomunicações em geral. Então, ela vai exigir do intérprete um exercício bastante significativo, porque, no art. 183, que cuida das sanções penais, tem-se o seguinte: "desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação".

Ora, atividades de telecomunicações são todos os serviços de telecomunicações: radiodifusão, inequivocamente, faz parte das telecomunicações. A penalidade estabelecida é de detenção de dois a quatro anos. Inclusive, hoje, o Ministério das Comunicações vem fechando estações clandestinas com base em disposição semelhante a essa.

E diz o parágrafo único do art. 184:

> Art. 184.....
>
> Parágrafo único. Considera-se clandestina a atividade desenvolvida sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço de uso de rádio-freqüência e de exploração de satélites.

Em suma, entendo que, até que lei posterior venha a cuidar especificamente de rádios comunitárias, essas estações estarão sujeitas a serem fechadas e seus proprietários a responder processo criminal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Já estão sendo hoje.

O SR. GASPAR VIANA – Hoje já são e continuarão sendo por meio dessa lei.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se me permite apenas um breve comentário, quem sabe possam ambos fazer uma sugestão relativa àquele item. Talvez essa lei pudesse autorizar, com certas características, as rádios comunitárias.

O SR. GASPAR VIANA – Creio que sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Fica aqui a sugestão. Se houver essa possibilidade, poderemos até encaminhá-la por escrito.

O SR. GASPAR VIANA – Pois não.

Finalmente, quanto à destinação das receitas decorrentes da privatização, como bem explicou o Deputado Alberto Goldman, esses recursos irão para o Orçamento da União. Creio que isso é uma violência contra a sociedade brasileira. Por que razão? V. Exªs certamente se recordam de um fundo chamado Fundo Nacional de Telecomunicações – FNT. Devem-se recordar de que o FNT foi recolhido de todas as tarifas de serviços de telecomunicações; havia uma sobretarifa de 30% sobre todos os serviços. Esse FNT e essa tarifa de 30% eram recolhidos com uma destinação específica. Qual era a destinação específica? Aperfeiçoar o sistema de telecomunicações. De que forma? Injetando capital nas empresas públicas que exploravam o serviço de telecomunicações na época, mais propriamente na Embratel e nas empresas do Sistema Telebrás.

Falando exclusivamente da Embratel, ela foi constituída especificamente com os recursos desse Fundo Nacional de Telecomunicações. Não houve injeção de capital do Tesouro Nacional nem de nenhuma outra entidade. Todos os recursos eram colocados à disposição da Embratel.

Recordando um pouco mais, a Embratel implantou em primeiro lugar a rede entre Rio de Janeiro e São Paulo, que era a mais lucrativa. De todas as ligações entre Rio de Janeiro e São Paulo, acrescentava-se o valor de 30% sobre a tarifa para criar esse bolo que foi crescendo e permitiu a montagem do sistema de telecomunicações.

Na verdade, o dinheiro que a União tem dentro das empresas de telecomunicações foi arrecadado de cada cidadão brasileiro com a destinação específica de aperfeiçoar o sistema de telecomunicações. Então, esses recursos deveriam estar vinculados ao aperfeiçoamento dos sistemas de telecomunicações, e, adotando a filosofia dessa lei, indo diretamente para esse fundo de universalização de telecomunicações, ou seja, para permitir o investimento em áreas carentes de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Com a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Apesar do pouco tempo que vamos ter para discutir, pois já estamos prevendo a votação – e eu já havia demonstrado essa preocupação ontem -, creio que o dia de hoje foi produtivo. Pôde-se ter aqui uma visão geral do que significa a política nas telecomunicações brasileiras, uma visão dessa lei e de alguns pontos de vista que politicamente se chocam.

Assistimos muito claramente a uma visão contra o processo de privatização, por um outro modelo, um modelo de uma presença maior do Estado, mas eu gostaria de fazer apenas um comentário: vamos ter uma responsabilidade muito grande, porque essa agência não é apenas um ente novo. Ele vai ser de fundamental importância para imaginarmos o que vão ser a telecomunicação e a radiodifusão brasileira e a sua relação com o mundo.

Há um dado importante: se pudéssemos – e aí poderia até me filiar ao que pensa o Dr. Gaspar – retroceder no tempo e não construirmos aqui alguns conglomerados econômicos muito fortes, até porque o nosso CADE nunca funcionou e não sei se funciona atualmente. Construímos uma sociedade em que os oligopólios e os cartéis estão presentes em várias áreas da economia e também nas telecomunicações, na relação com a imprensa, com a informação e com as comunicações em geral. Estabeleceram-se alguns limites. Eu não diria que a lei não está sendo observada, por exemplo, quando se fixam cinco empresas vinculadas diretamente a uma empresa de telecomunicações no ramo da televisão. Criaram-se alguns mecanismos para formar rede de afiladas, que são grupos que, inclusive, estão começando a disputar alguns mercados, o que é interessante, no caso concreto do Rio Grande do Sul. No Norte do País, com alguma força, grupos regionais que se afiliaram em função de interesses comuns pela rede nacional.

O que vejo da presença dessa agência e desse art. 71 é que se nós do Senado não apenas referendarmos as indicações do Presidente da República, mas estabelecermos uma discussão séria da visão de competição nessa área, poderemos ter uma agência que, com esse artigo, evite para o futuro a formação de qualquer cartel ou oligopólio, porque o art. 71 dá o poder de fixar-se limitações e restrições nos processos de privatização ou nos processos de outorga, de concessão, permissão e autorização.

O controle que essa agência exercerá é aquilo que mais me toca na visão que tenho do futuro: não é estatal; não vai ser privado. É o que estamos construindo como esfera pública.

O Conselho Consultivo com presença da sociedade civil, num primeiro momento, pode até não funcionar, é uma perspectiva de cenário futuro. Não posso estar imaginando no mundo de hoje apenas o Estado, como não imagino e nunca imaginei, independentemente de qualquer cenário de futuro, qualquer mercado definido. Estou querendo encontrar

outro espaço, em que a cidadania tenha a capacidade de ter presença, participação e intervenção. Parece-me que essa agência pode ser o instrumento disso.

Daí a questão de estar-se discutindo tanto. Não é porque o Senado queira ter, mas é porque aqui talvez possa se caracterizar o pluralismo, o confronto de idéias e de concepções na formação dessa agência. E não é apenas a formação na aprovação, como aqui se faz, um mero referendo. Foi inclusive uma surpresa discutir-se a indicação de um embaixador, numa sessão secreta, o que até problemas gerou, porque aqui as indicações são normalmente aprovadas. Há algum tempo essa é uma prática comum, mas nessa isso não pode acontecer, porque esse órgão será efetivamente aquele que poderá viabilizar no futuro a inexistência de conglomerados, cartéis ou oligopólios numa área tão fundamental para a comunicação ou informação e, conseqüentemente, para toda a economia brasileira e mundial, que serão baseadas fundamentalmente nisso. Esse é o futuro.

Nesse sentido não haveria grandes discussões. Gostaria de dizer que poderíamos analisar melhor. Por exemplo, demissão, perde o mandato por renúncia, é evidente, é óbvio, é uma questão pessoal; por condenação, uma questão objetiva; agora, processo administrativo, evidentemente, tem que ter a chancela do Senado. Nesse caso não tem como o Senado não interferir naquilo que por ele foi aprovado e que por um processo administrativo, do Ministério ou da Presidência da República, de um único Poder, possa ele ser exonerado ou perder o mandato – não é caso de exoneração, é de perda de mandato.

Então, penso que o Senado tinha de se debruçar sobre esse assunto, porque mesmo que voltasse seria apenas para que a Câmara se pronunciasse sobre isso e não sobre um restante de concepção. Como concepção, se eu já tinha antes uma posição favorável, por hoje, pelas várias informações que trouxeram, tenho uma impressão ainda mais favorável desse projeto. Claro que com algumas discussões políticas poderíamos tentar avançar mais. A correlação de forças não permite, mas de qualquer forma acredito que isso possa ser um bom instrumento para que se tenha dinamismo na economia e para que se tenha esse ente como uma nova realidade do Estado brasileiro, da administração pública brasileira, garantindo participação da cidadania com maior força.

É nesse sentido que queria opinar, não é nenhuma pergunta, mas apenas agradecer por termos a capacidade de ouvir um pouco mais sobre essa lei, porque se não tivéssemos feito isso talvez ela tivesse uma celeridade de aprovação que não nos dava essa oportunidade e esse prazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de passar a palavra ao expositor, gostaria de saber se algum dos senhores deseja fazer alguma observação a respeito do que falou o Senador Roberto Freire. Só queria chamar a atenção para o horário, já são 14 horas e 20 minutos e teremos de encerrar a reunião às 14 horas e 30 minutos, por causa da sessão do Senado.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, serei rápido. Quero registrar que, como estava prevendo, com a saída do Ministro a reunião esvaziou, não no vácuo do Ministro, talvez o mais correto seria dizer na esteira do Ministro. A maior parte dos Senadores já se retirou. Quero registrar que esta é uma reunião de três comissões do Senado. Talvez o somatório das três daria quase que o Plenário do Senado como um todo.

Quero fazer uma ponderação rápida e uma pergunta, até porque é uma pergunta que o Ministro não respondeu. Primeiro, discordo da visão do Deputado Alberto Goldman em relação à questão de atribuições do Congresso Nacional, particularmente no que diz respeito ao art. 18 e, mais particularmente ainda, em relação aos incisos II e III, quando fala do "plano geral de outorgas e plano geral de metas".

O Deputado Alberto Goldman comparou essas atribuições, que são dadas ao Executivo, à normas do Banco Central. Penso que se é para se estabelecer comparações talvez a mais pertinente seria do art. 48 da Constituição, quando estabelece atribuições do Congresso Nacional com a sanção do Presidente, planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento. Quer dizer, trazendo essa informação para o campo das telecomunicações, essa é uma questão que está relacionada a planos gerais que, a meu ver, devem continuar como atribuições do Congresso. Não concordo que isso amarraria ou retiraria a agilidade necessária do Executivo nessa questão, porque são planos gerais.

A minha pergunta, e penso que cabe mais ao Deputado Goldman, é a que fiz comparando os setores do petróleo e das telecomunicações e que direcionei ao Ministro e S. Exª, infelizmente, não respondeu.

O Deputado Alberto Goldman, inclusive, foi Presidente da Comissão Especial que analisava á mudança na questão constitucional referente a petróleo. Agora, o mesmo é Relator do Projeto de Lei das Telecomunicações. Não sei como S. Exª votou em relação àquela polêmica da manutenção ou não da Petrobrás como estatal.

A minha pergunta é a seguinte: por que, no caso do setor de telecomunicações, que envolve maior recurso em dinheiro, não se manteve o mesmo tratamento dado ao setor do petróleo? Em ambos, são previstas agência, concorrência, produtividade e eficiência, mas a diferença é que, no caso do petróleo, estabelece-se a manutenção de uma empresa estatal, que terá que enfrentar a concorrência e atuar com competitividade. No caso das telecomunicações, já está estabelecida em lei – se está em lei, esta é a intenção do Executivo – a privatização da sua operadora de telecomunicações, o que não tem ocorrido em outros países.

Eu gostaria também que o Dr. Gaspar tecesse comentários sobre a questão da concorrência. Todo o discurso e, pelo menos, as intenções são direcionados ao estabelecimento de concorrências. Quero que ele faça uma avaliação da forma como a lei está sendo aprovada e como se procederá a privatização prevista. Será estabelecida concorrência, inclusive a partir da fragmentação, no caso da Telebrás?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN - Senador José Eduardo Dutra, fui eu, como Presidente da Comissão na Câmara, quem fez com que o Presidente da República assumisse um compromisso no sentido da manutenção da Petrobrás como empresa estatal. Fiz essa sugestão ao Presidente, que me pediu que a colocasse num documento. Escrevi esse documento e o enviei a Sua Excelência, que o devolveu a mim, assumindo aquele compromisso, que foi anunciado pelo Líder do Governo no momento da votação na Câmara.

Depois, o mesmo compromisso foi levado ao Senado, ao Senador Ronaldo Cunha Lima. O compromisso do Senado deu ibope, o que não aconteceu com o da Câmara. Mas eu, pessoalmente, conversei com o Presidente da República sobre essa questão.

Já que tomei essa atitude quando da discussão sobre a Petrobrás, por que não fiz a mesma coisa quando da discussão do Sistema Telebrás? Penso que há uma grande diferença entre as duas situações. Primeiramente, a Petrobrás é uma empresa com uma grande capacidade de competição no mercado. Além de atuar no mercado nacional, essa empresa já está competindo no mercado internacional. A Telebrás não compete em mercado algum, a não ser internamente como reserva de mercado e como monopólio interno. Já a Petrobrás é outro tipo de empresa.

Não tomei a mesma atitude principalmente por que penso que o setor de telecomunicações é altamente competitivo. Nesse setor, há uma entrada rápida de capitais de toda a ordem. De fato, há a possibilidade de haver a cobertura do período que perdemos, ou seja, do atraso existente no setor de telecomunicações. A Telebrás, como sistema público, não poderia proporcionar essa mesma entrada de capitais e essa mesma competição. No sistema Telebrás, há necessidade de evolução tecnológica e de mobilidade muito grande, porque as modificações tecnológicas são rápidas. Não me parece que a Telebrás teria esse tipo de capacidade de competição.

Quanto ao setor de petróleo, eu tinha plena consciência de que, de fato, seria preciso muitos anos para haver competição nesse setor. Eu disse isso no meu pronunciamento, e isso está-se concretizando agora. Tive contato com as empresas internacionais e, com elas, conversei a esse respeito. Todas essas empresas estavam prontas para entrar em associação com a Petrobrás, para não competir com ela. Eu tinha plena consciência de que a Petrobrás iria, imediatamente, fazer associações com outras empresas estrangeiras, o que, de fato, está ocorrendo. No mercado de telecomunicações, que é altamente competitivo, não havia necessidade de se manter uma empresa estatal; pelo contrário, uma empresa estatal, pelas suas limitações, teria enorme dificuldade de competição nesse mercado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Dr. Gaspar Viana.

O SR. GASPAR VIANA – Sr. Presidente, iniciarei pelo ponto em que concordo com o nobre Deputado.

Realmente, como empresa estatal, não é possível, porque se cometeu um erro monstruoso neste País, colocando-se os mesmos grilhões que impedem e controlam a atividade da administração direta na administração indireta. Esse monstro, que é a Lei de Licitações e o próprio art. 37 da Constituição Federal, da forma como está redigido, inviabiliza qualquer tentativa de se fazer uma empresa estatal em nível competitivo.

Porém, o que se vê no panorama internacional é um mercado realmente competitivo – mais uma vez concordo com o nobre Deputado -, mas protecionista, ou seja, nenhum país entrega seu patrimônio na bacia das almas. Nenhuma empresa – France Telecom, British Telecom – foi colocada simplesmente à venda. Em todas elas, definiu-se o estatuto público em que a participação do Estado nas grandes diretrizes nacionais permanece presente. Criaram-se conglomerados – hoje mesmo, mais um está sendo anunciado -, mas o Estado está sempre presente na condução dos negócios.

Parece-me que o caminho de uma empresa única de telecomunicações, na linha que havia sido sonhada e projetada pelo ex-Ministro Renato Archer, de saudosa memória, seria no sentido de tê-la em condições de atuar nos países de língua portuguesa, como a África, juntamente com a Companhia Portuguesa de Telecomunicações, e atuar na América Latina. Essa atuação seria uma grande alternativa para a delegação de uma empresa desse porte – não estatal -, uma empresa única com participação minoritária do Estado, mas com poder de veto e de direcionamento em assuntos considerados estratégicos. Seria um novo modelo de empresa que poderia ser pensado, estudado, projetado e colocado nessa lei.

O SR. ROBERTO FREIRE - Eu gostaria apenas de uma informação: e a Aliança Atlântica?

O SR. GASPAR VIANA - Era esse o projeto. Ele deixou de existir.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, não, ainda existe.

O SR. GASPAR VIANA – Não, a Aliança Atlântica, da forma como foi imaginada, não mais existe, a não ser que seja uma Aliança Atlântica de uma multinacional que vai ocupar esse lugar, porque o Ministro vai anunciar hoje a privatização da Telebrás e da Embratel. As duas empresas serão privatizadas, e o Estado venderá todo o seu acervo de capital. A lei não estabelece nenhuma participação estatal.

O SR. ROBERTO FREIRE – Considero interessante essa discussão, porque a Aliança Atlântica foi uma tentativa exatamente para os países de língua portuguesa, a América Latina juntamente com Portugal. Na privatização da Telebrás, terá que se definir bem qual será a participação da Aliança Altântica nesse processo. Esse é um alerta que tem de ser feito. É interessante discutir esse assunto.

O SR. GASPAR VIANA – Para finalizar minha intervenção, gostaria apenas de registrar que, com referência à concorrência, é inegável que hoje o mercado de telecomunicações não é mais como era há alguns anos e que se poderia explorar no regime fechado com uma única empresa atuando. Isso já foi visto. Portanto, é uma questão inquestionável. Mas isso não significa que o Estado abdique da sua função de indutor de progresso, das suas funções essenciais que fazem parte de um estatuto de uma socialdemocracia. O modelo neolibertino que está sendo vendido, este, sim, não tem nada a ver com o que se imagina para um país que pretende ser uma potência e que não pretende ser apenas um caudatário de interesses multinacionais.

Esse projeto não assegura em nada esse tipo de concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador José Fogaça, último inscrito.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, quero apenas agradecer ao Deputado Alberto Goldman e ao Dr. Gaspar Viana e dizer que eu ia levantar – não o farei mais – quase 12 questões que foram objeto de alteração por parte da Câmara, muito mais para tentar esclarecer os meus colegas, do que a mim próprio.

De modo que abro mão disso, para encerrarmos os trabalhos, até porque a sessão do Senado já está iniciando, o que inviabiliza a reunião da Comissão.

Muito obrigado ao Deputado Alberto Goldman e ao Dr. Gaspar Viana. Fui um dos que indicaram esta convocação. De modo que nos sentimos esclarecidos e creio que o Sr. Relator também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Deputado Alberto Goldman quer apenas fazer uma observação.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Antes de encerrar, queria agradecer a presença de V. Exªs e dizer que o modelo regionalizado que estamos adotando evidentemente é diferente do instituído nos demais países. Não se pode comparar o Brasil com a França, a Inglaterra e a Itália, pelo simples fato de que eles são exportadores de capital e não precisam privatizar nada. Se o fizerem é no sentido de um novo processo de gerenciamento, um novo conceito ideológico, uma nova formulação.

Nós precisamos privatizar por absoluta necessidade de abrir esse mercado. Eles não têm necessidade de obter US$5 bilhões ou US$10 bilhões; nós, ao contrário, precisamos de recursos.

A abertura e a regionalização levam em conta a maior possibilidade de atrair capitais de diversos países. Penso que é muito melhor haver quatro empresas atuando no País todo – certamente multinacionais, já que não existe nenhuma operadora privada nacional -, do que uma operadora internacional apenas, ainda que haja capital estatal minoritário. Essa operadora poderá amanhã participar do mundo globalizado e esquecer que a nossa preocupação maior, nos próximos dez anos, é o investimento interno, para superar a carência do setor de telecomunicações.

Agradeço muito a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em nome das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, agradecemos a presença do Deputado Alberto Goldman e do Dr. Gaspar Viana.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h37min.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.861, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e considerando que o pedido foi protocolado antes do Ato nº. 181, de 1997, do Presidente do Senado, com o devido "de acordo" do Diretor da SEEP,

RESOLVE dispensar a servidora CLAUDIA SEIXAS ALVES DE AQUINO XIMENES, matrícula 1634, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Editorial-Gráfico - 4º Turno , Símbolo FC-06, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 1997, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador José Agripino a partir da mesma data.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.862, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora CELICE LEITE MARTINEZ FERNANDEZ, matrícula 4986, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, da Função Comissionada de Assistente de

Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 1° de julho de 1997, e designá-la para exercer a função comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, no Gabinete do Senador Humberto Lucena a partir da mesma data.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.863, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.° 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n° 11135/97-2,

RESOLVE designar o servidor LUCAS ZANELLO, matrícula 1574, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.864, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.° 09, de 1997, e considerando que o pedido foi protocolado antes do Ato nº. 181, de 1997, do Presidente do Senado, com o devido "de acordo" do Diretor da SEEP,

RESOLVE dispensar a servidora CRISTINA SERRALVO , matrícula 1527, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Subsecretaria Industrial da SEEP, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1997, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Élcio Álvares a partir da mesma data.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.865, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.° 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11035/97-8,

RESOLVE dispensar a servidora JANETE MARIA RUBSTEM LINHARES TINOCO, matrícula 1801, ocupante do cargo efetivo de Técnico de

Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.866, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11035/97-8,

RESOLVE designar a servidora JANETE MARIA RUBSTEM LINHARES TINOCO, matrícula 1801, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.867, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10973/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ RIBAMAR SILVA, matrícula 2000, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Epitácio Cafeteira, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.868, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10973/97-4,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ RIBAMAR SILVA, matrícula 2000, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar

de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Epitácio Cafeteira, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.869, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10997/97-0,

RESOLVE designar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 3974, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Abdias Nascimento, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.870, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10730/97-4,

RESOLVE designar o servidor HERMES PINTO GOMES, matrícula 2131, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 24 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 dejulho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.871, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10702/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor CICERO ELIAS DE LIMA, matrícula 3461, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado

Federal, com efeitos financeiros a partir de 24 de junho de 1997, e lotá-lo na Secretaria-Geral da Mesa a partir da mesma data.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.872, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10702/97-0,

RESOLVE designar o servidor CÍCERO ELIAS DE LIMA, matrícula 3461, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 24 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.873, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4012/97-6,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA GERALDA DA SILVA DA ROCHA, matrícula 1582, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Expediente, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Expediente, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.874, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 10700/97-8,

RESOLVE designar a servidora MARIA GERALDA DA SILVA DA ROCHA, matrícula 1582, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de

Coordenação Legislativa do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 24 de junho de 1997.

Senado Federal, 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.875, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000413/97-6, **resolve aposentar, voluntariamente,** a servidora **TERESA CRISTINA BAHIA FREIRE GENNARI**, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 186, inciso III, alínea "c", e 244 da Lei 8.112, de 1990, artigo 5º da Lei 8.162, de 08.01.91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95 do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 14 de julho de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS
2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS
3º – Joel de Hollanda – PFL – PE
4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL
Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Continho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antônio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Regina Assumpção

Atualizada em 2-4-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC
Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna	4. Coutinho Jorge
PFL	
1. Elcio Alves	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas	3. Vilson Kleinübing
4. José Alves	4. José Bianco
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Jefferson Peres
2. (Vago)	2. José Ignácio Ferreira
PPB (Ex-PPR + Ex-PP)	
1. Epitácio Cafeteira	1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)	
PTB	
1. Emília Fernandes	1. Arlindo Porto
PP	
	1. Antônio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA -GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora CLEIDE MARIA B F CRUZ

Ramais 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários:
ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários:
EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:
JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSE FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal 4608)
VERA LUCIA LACERDA NUNES (Ramal 4609)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTONIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSE EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	PFL		
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
	PMDB		
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
	PSDB		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2291/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)		
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
	PPB		
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
	PTB		
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE	G0-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 04/06/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	G0-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO:JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 12/06/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	PFL		
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	T0-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
	PMDB		
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
	PSDB		
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSE IGNACIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)		
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
	PPB		
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
	PTB		
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 26/06/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 12/06/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGERIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Mariuce Pinto (1)
Casildo Maldaner	Roberto Requião
PFL	
Vilson Kleinubing	Joel de Hollanda
Romero Juca	Júlio Campos
PSDB	
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
PPB	
Esperidião Amin	
PTB	
Emilia Fernandes	
PP	
Osmar Dias(2)	
PT	
	Benedita da Silva
	Eduardo Suplicy
	Lauro Campos

1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Junior, em 1-2-96

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPB	
Fetter Júnior(3.4)	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
PT	
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.
Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.
Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.
Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.
Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.
Cármen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.
Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.
Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).
Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.
Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.
Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.
Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.
Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.
Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.
Sílvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.
Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.
A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.
Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.
Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.
Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.
Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.
Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.
Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.
Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.
Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.
Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.
Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.
Vítor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.
Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	**Cidade:**	**UF:**	**País:**
Fones:		**Fax:**	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R$ 8,00)**. História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R$ 10,00)**. Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R$ 3,00)**. "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R$ 3,00)**."A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Lançamentos

- História Institucional do Senado do Brasil (R$ 20,00) – Vamireh Chacon
  Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.

- O Livro da Profecia (R$ 50,00) – Joaquim Campelo Marques (org.)
  Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

- Coleção Memória Brasileira
  - A Província (R$ 8,00) – Aureliano Cândido de Tavares Bastos
    Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
  - Sistema Representativo (R$ 8,00) – José de Alencar
    Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.

- Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
  - Clodomir Cardoso (R$ 10,00) – Luciano de Souza Dias (org.)
    Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

- Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)
  - Volume 11 (R$ 3,00). "Análise Jurídico-Política do Mercosul", de Victor S. Antunes Correia.

- Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R$ 5,00)
  Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Telefones para contato:			

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (coda)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho**, **Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2**, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA DF – CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 272 PÁGINAS